

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

VANESSA CRISTINA DA SILVA MALPIGHI

**Psicologia e Intersetorialidade nas Políticas Sociais: diálogos da  
Assistência Social com a Educação Integral**

São Paulo  
2022

VANESSA CRISTINA DA SILVA MALPIGHI

**Psicologia e Intersetorialidade nas Políticas Sociais: diálogos da  
Assistência Social com a Educação Integral**

Versão corrigida

Tese apresentada à Banca Examinadora de Defesa de Tese no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano.  
Linha de Pesquisa: Psicologia Escolar, Educação e Políticas Públicas

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Titular Marilene Proença Rebello de Souza.

São Paulo  
2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

**Catlogação na publicação  
Biblioteca Dante Moreira Leite  
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo  
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Malpighi, Vanessa Cristina da Silva

Psicologia e Intersetorialidade nas Políticas Sociais: diálogos da Assistência Social com a Educação Integral / Vanessa Cristina da Silva Malpighi; orientadora Marilene Proença Rebello de Souza. -- São Paulo, 2022. 523 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Intersetorialidade. 2. Políticas Públicas. 3. Psicologia Histórico-Cultural. 4. Educação Básica. 5. Psicologia Escolar. I. Souza, Marilene Proença Rebello de, orient. II. Título.

Nome: MALPIGHI, Vanessa Cristina da Silva

Título da obra: Psicologia e Intersetorialidade nas Políticas Sociais: diálogos da Assistência Social com a Educação Integral

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutora em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a)

---

Instituição:

---

Julgamento:

---

Prof.(a) Dr.(a)

---

Instituição:

---

Julgamento:

---

Prof.(a) Dr.(a)

---

Instituição:

---

Julgamento:

---

Prof.(a) Dr.(a)

---

Instituição:

---

Julgamento:

---

Prof.(a) Dr.(a)

---

Instituição:

---

Julgamento:

---

## AGRADECIMENTOS

Pode parecer um trabalho solitário, entretanto escrever uma tese só é possível na plena troca das relações humanas. Foram muitos os envolvidos na construção coletiva dessa obra, seja na colaboração acadêmica ou no simples acolhimento emocional. Dessa forma, essas pessoas me proporcionaram momentos de intensa produção e também de reestruturação pessoal.

Começo agradecendo à Marilene, minha orientadora. Ela é um misto de Nanã Buruquê, orixá dotado de sabedoria e longevidade, com Iansã, senhora dos ventos e trovões. Ouvi-la e aprender com ela ressignificou os meus conceitos sobre ética, política pública, Educação, ser mulher, mãe e profissional. As águas calmas de Nanã alternavam com os relâmpagos de Iansã em uma linda condução de orientação.

Agradeço ao meu companheiro de vidas, Flávio, e aos meus três filhos, Bernardo, Lorenzo e Arthur. Todos abdicaram da maior convivência e tempo livre comigo. Obrigada por estarem ao meu lado incondicionalmente.

Aos meus pais, Luiz Roberto (em memória) e Margarida. Agradeço desde o aconchego do ventre até os inúmeros “puxões de orelha”. Descendentes de reis e rainhas do Congo, meu eterno reconhecimento; *dúpe lowo bàba ati iyá mi*<sup>1</sup>. Aos meus irmãos, Júnior e Richard, pelo amparo fraternal desde sempre. E aos meus sogros, Ari e Ana, pela constante presença e auxílio nessa tripla jornada.

Aos meus colegas de estudo e a todos os professores do curso. Cada troca, provocação e análises fortaleceram ainda mais este trabalho.

Às professoras presentes na banca de qualificação, Maria Berenice Alho da Costa Tourinho e Alayde Maria Pinto Digiovanni, pois as críticas e inspirações traçadas naquele momento aprimoraram minha escrita e pensamentos.

Aos entrevistados que me oferecem, tempo, reflexão, diálogo, sentimentos, choro, risadas e mais tempo. Ofereceram tudo isso, sem que eu pudesse oferecer alguma coisa em troca. Contudo, todos nós recebemos e levamos algo com isso, conhecimento. Agradeço a eles, e a Oxalá, por ter encontrado quatro almas tão generosas.

---

1 Tradução nossa do original em iorubá: Gratidão meu pai e minha mãe.

*“... De manhã eu estou sempre nervosa. Com medo de não arranjar dinheiro para comprar o que comer. Mas hoje é segunda-feira e tem muito papel na rua. (...) O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal. Ele deu-me 50 cruzeiros e eu paguei a costureira. Um vestido que fez para a Vera. A Dona Alice veio queixar-se que o senhor Alexandre estava lhe insultando por causa de 65 cruzeiros. Pensei: ah! O dinheiro! Que faz morte, que faz ódio criar raiz”.*

*“... Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:*

*— É pena você ser preta.*

*Esquecendo-se eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta”*

*Carolina Maria de Jesus, 2014.*

MALPIGHI V.C.S. *Psicologia e Intersetorialidade nas Políticas Sociais: diálogos da Assistência Social com a Educação Integral*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

## RESUMO

Este trabalho toma por objeto de estudo a intersectorialidade das políticas sociais. Tem como objetivo analisar as dimensões da intersectorialidade estabelecidas entre as políticas de Assistência Social – representada pelas ações integradas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – e de Educação, com foco nas ações de educação integral estipuladas nos Programas Mais Educação (PME) e o Novo Mais Educação (PNME), no período de 2007 a 2019 no estado de São Paulo. Como objetivos específicos destacam-se: a) apreender a formação da intersectorialidade dessas duas políticas no SCFV; b) identificar e explicar os sentidos constituídos por gestores da política de Assistência Social e de Educação Integral sobre a rede intersectorial. A pesquisa adota como referencial teórico-metodológico a Psicologia Histórico-Cultural. São utilizadas como fontes de dados documentos do governo federal, da municipalidade e entrevistas realizadas com gestores da política de Assistência Social e de Educação Integral. A análise e interpretação dos dados partiu da proposta dos Núcleos de Significação, com os seguintes eixos de análise: Elementos de transformação na estrutura da Política de Assistência Social e Educação Integral; Das orientações legais interministeriais à articulação intersectorial municipal; Protocolos e articulações estabelecidas entre a Assistência Social e Educação na formação da intersectorialidade; Principais obstáculos para ações intersectoriais: da aparência para essência; Constituição do educador e formação de sentidos; O paradoxo da política social no Brasil, a articulação territorial e a função dos gestores municipais, pois o diabo mora na implementação; A intencionalidade educativa. Como resultados principais considera-se que a intersectorialidade constitui-se em: a) quatro dimensões interdependentes: econômica, política, social e ideológica; b) um instrumento de gestão que se qualifica pela construção da rede de proteção social. Pelo fato de a intersectorialidade ser desenvolvida em uma lógica neoliberal do Estado de modelo administrativo gerencial explicita contradições, pois, ora alimenta o capital ao reforçar o poder político de decisão e ação à classe social dominante, ora materializa a doutrina da proteção integral, privilegiando a intervenção das camadas populares nos processos de implementação e formulação das políticas públicas; c) uma ferramenta de proteção social que necessita de estratégias de implementação, monitoramento e avaliação, constantes e articuladas com as condições das políticas nacionais e locais. Além disso, os principais resultados desvelam dois elementos: a implementação enquanto aspecto a ser estimado na construção dessa rede intersectorial, estabelecendo um conjunto de estratégias que encarnam as relações humanas; e o deslocamento tanto do profissional para o lugar de garantidor de direitos e articulador do território, quanto do cidadão para um lugar de ativa participação política. A unidade de análise é a relação entre a implementação da intersectorialidade e a formação da consciência política. Portanto, nas atuais condições sociais, políticas e econômicas é preciso ressignificar a intersectorialidade como estratégia de inclusão das camadas populares nos espaços de poder político e processos decisórios.

Palavras-chave: Intersetorialidade, Políticas Públicas, Psicologia Histórico-Cultural, Educação Básica, Psicologia Escolar.

MALPIGHI, V.C.S. *Psychology and Intersectorality in Social Policies: dialogues between Social Assistance and Integral Education*. (Doctoral thesis). Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2022.

## **ABSTRACT**

This work takes as object of study the intersectionality of social policies. Its objective is to analyze the intersectorality dimensions established between Social Assistance policies – represented by the integrated actions of the Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – and Education, focusing on the integral education actions stipulated in the Mais Educação Program (PME) and Novo Mais Educação Program (PNME), from 2007 to 2019 in the state of São Paulo. As specific objectives, the following stand out: a) apprehend the formation of the intersectorality of these two policies in the SCFV; b) identify and explain the meanings elaborated by the Social Assistance and Integral Education policy managers about the intersectoral network. The research adopts Historical-Cultural Psychology. The data sources used are documents from the federal government, municipality and interviews with the Social Assistance and Integral Education policy managers. The data analysis and interpretation started from the Meaning Nuclei proposal, with the following axes: Elements of transformation in the structure of the Policy of Social Assistance and Integral Education; From interministerial legal guidelines to municipal intersectoral articulation; Protocols and articulations established between Social Assistance and Education in the formation of intersectorality; The main obstacles for intersectoral actions: from appearance to essence; Educator's constitution and meanings formation; The social policy paradox in Brazil, territorial articulation and the municipal managers' function, because the devil lives in the implementation; The educational intentionality. As the main results, it is considered that intersectorality consists of: a) interdependent dimensions: economic, political, social and ideological; b) a management instrument, which qualifies itself, by the social protection network. Due to the fact that the intersectorality is developed in a neoliberal logic of the State with an administrative managerial model, it exposes contradictions, because, sometimes it feeds the capital by reinforcing the political power of decision and action to the dominant social class, sometimes it materializes the doctrine of integral protection, privileging the intervention of popular layers in the processes of implementation and formulation of public policies; c) a social protection tool that needs implementation, monitoring and evaluation strategies, constant and articulated with the conditions of national and local policies. The main results reveal two essential elements to intersectorality: implementation as an aspect to be estimated in the construction of this intersectoral network, establishing a set of strategies that embody human relations; and the displacement both of the professional to the place of rights guarantor and the territory articulator, as the citizen to a place of active political participation. The unit analysis is the relation between the implementation and the awareness. Therefore, in the current social, political, and economic conditions, it is necessary to re-signify intersectorality as a strategy for including popular layers in spaces of political power and decision-making processes.

Keywords: Intersectorality. Public policy. Cultural Historical Psychology. Basic Education. Scholar Psychology.



MALPIGHI, V.C.S. *Psicologia e Intersectorialidade nas Políticas Sociais: dialogos da Assistência Social com a Educação Integral*. (Tesis de Doctorado). Instituto de Psicología, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

## RESUMEN

Este trabajo toma como objeto de estudio la intersectorialidad de las políticas sociales. Tiene como objetivo analizar las dimensiones de la intersectorialidad establecida entre las políticas de Asistencia Social - representada por las acciones integradas del Servicio Social de Convivencia y Fortalecimiento de los Apegos (SCFV) - y de Educación, centrándose en las acciones de educación integral estipuladas en los Programas Mais Educação (PME) y el Novo Mais Educação (PNME), en el período de 2007 a 2019 en el estado de São Paulo. Como objetivos específicos, destacamos: a) aprehender la formación de la intersectorialidad de esas dos políticas en el SCFV; b) identificar y explicar los significados constituidos por los gestores de las políticas de Asistencia Social y Educación Integral sobre la red intersectorial. La investigación adopta la Psicología Histórico-Cultural. Las fuentes de datos utilizadas son documentos del gobierno federal, municipio y entrevistas con gestores de las políticas de Asistencia Social y Educación Integral. El análisis e interpretación de los datos se basó en la propuesta de los *Núcleos de Significação*, con los siguientes ejes: Elementos de transformación en la estructura de la Política de Asistencia Social y Educación Integral; De las directrices legales interministeriales a la articulación intersectorial municipal; Protocolos y articulaciones establecidas entre Asistencia Social y Educación en la formación de la intersectorialidad; Principales obstáculos para las acciones intersectoriales: De la apariencia a la esencia; Constitución del educador y formación de sentidos; La paradoja de la política social en Brasil, la articulación territorial y el papel de los gestores municipales, porque el diablo vive en la implementación; La intencionalidad educativa. Como principales resultados se considera que la intersectorialidad está constituida por: a) dimensiones interdependientes: económica, política, social e ideológica; b) una herramienta de gestión y es calificada por la red de protección social. Por desarrollarse en una lógica neoliberal del Estado de modelo administrativo gerencial explícitas contradicciones, ya que, a veces alimenta el capital mediante el fortalecimiento del poder político de decisión y acción a la clase social dominante, y a veces se materializa la doctrina de la protección integral, favoreciendo la intervención de las capas populares en los procesos de aplicación y formulación de políticas públicas; c) una herramienta de protección social que necesita estrategias de aplicación, seguimiento y evaluación, constante y articulado con las condiciones de las políticas nacionales y locales. Además, los principales resultados desvelan la implementación como aspecto a valorar, estableciendo un conjunto de estrategias que encarnan las relaciones humanas; y el desplazamiento tanto del profesional al lugar de garante de derechos y articulador del territorio, como del ciudadano a un lugar de participación política activa. La unidad de análisis es la relación entre la aplicación y la formación de la conciencia. Por lo tanto, en las actuales condiciones sociales, políticas y económicas, es necesario resignificar la intersectorialidad como estrategia de inclusión de las clases trabajadoras en los espacios de poder político y en los procesos de toma de decisiones.

Palavras clave: Intersectorialidad. Políticas públicas. Psicología Histórico-Cultural. Educación básica. Psicología escolar.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os significados constituídos à intersetorialidade na Lei Orgânica de Assistência Social.....	60
Figura 2 - Os significados constituídos à Intersectorialidade na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social .....	63
Figura 3 - Os significados implícitos à Intersectorialidade e multisectorialidade para o Banco Mundial.....	69
Figura 4 - Vozes em coletivo.....	519

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) por Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADs) no Estado de São Paulo.....	179
Gráfico 2 - Tipo de rede, em proporção, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Estado de São Paulo.....	180
Gráfico 3 - Tipo de rede, em percentual, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Estado de São Paulo.....	180
Gráfico 4 - Órgão executor, em percentual, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Estado de São Paulo.....	181
Gráfico 5 - Órgão executor, em proporção, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Estado de São Paulo .....	181

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Serviço de convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV) por município no Estado de São Paulo.....	320
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CREPOP	Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas
DRADS	Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social
DPSB	Departamento de Proteção Social Básica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia Saúde da Família
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NIR	Núcleo Intersetorial Regional
OMS	Organização Mundial de Saúde
OSC	Organização da Sociedade Civil
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEF	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PME	Programa Mais Educação
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Assistência Social
PNME	Programa Novo Mais Educação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEB	Secretaria de Educação Básica
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1 PARA DEFINIR INTERSETORIALIDADE: A TRAJETÓRIA DO CONCEITO E A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL</b> .....	<b>33</b>
1.1. A lógica empresarial na origem do modelo de gestão em rede.....	46
1.2. Da empresa à política: o papel do Banco Mundial na política nacional .....	56
<b>CAPÍTULO 2 INTERSETORIALIDADE E INTERFACES DO MODELO DE ESTADO E SOCIEDADE</b> .....	<b>79</b>
2.1. O Estado Moderno em Karl Marx.....	80
2.2. Os perfis constitucionais da intersectorialidade no Brasil .....	91
2.3. As Reformas Administrativas do Estado e o estabelecimento do Estado gerencial.....	104
<b>CAPÍTULO 3 SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS E PAPEL DA PSICOLOGIA</b> .....	<b>120</b>
3.1. Políticas sociais e desigualdade social no Brasil: os determinantes históricos da edificação da Política Nacional de Assistência Social e do Plano Nacional de Educação .....	126
3.2. A intersectorialidade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Política da Assistência Social – com os Programas Mais Educação (PME) e Novo Mais Educação (PNME) – Política da Educação: uma ideia acabada ou o despontar de uma ideia? .....	134
3.3. A(O) psicóloga(o) na atuação intersectorial no Sistema Único de Assistência Social e Educação Básica: contribuições da psicologia escolar e educacional crítica.....	145
<b>CAPÍTULO 4 CAMINHOS DA PESQUISA</b> .....	<b>154</b>
4.1. O enfoque histórico-cultural enquanto referencial teórico-metodológico para a apreensão dos sentidos e significados das políticas sociais intersectoriais.....	154
4.2. O Método da pesquisa .....	164
4.2.1. Fontes de dados da pesquisa .....	167
4.2.2.Revisão bibliográfica .....	167

4.3. Dados Documentais.....	168
4.3.1. Documentos do Governo Federal/Estado: .....	168
4.3.2. Documentos da municipalidade .....	169
4.4. Dados Empíricos.....	171
4.4.1. A voz de gestores da Política de Assistência Social e de Educação Integral e diário de itinerância .....	171
4.5 Procedimentos de investigação.....	175
4.6 Os núcleos de significação e as análises intranúcleos e internúcleos.....	175
<b>CAPÍTULO 5 RESULTADOS DA PESQUISA.....</b>	<b>179</b>
5.1. Quadro geral dos SCFV existentes no Estado de São Paulo .....	179
5.2. Compreendendo a política intersetorial de Assistência Social e de Educação: análises intranúcleos.....	182
5.2.1.Primeiro Núcleo de significação – Elementos de transformação na estrutura da Política de Assistência Social e Educação Integral .....	183
5.2.2.Segundo Núcleo de Significação - Das orientações legais interministeriais articulação intersetorial municipal.....	195
5.2.3.Terceiro Núcleo de Significação - Protocolos e articulações estabelecidas entre a Assistência Social e Educação na formação da intersectorialidade.....	205
5.2.4.Quarto Núcleo de Significação - Principais obstáculos para ações intersectoriais: da aparência para essência .....	217
5.2.5. Quinto Núcleo de Significação - Constituição do educador e formação de sentidos.....	233
5.2.6. Sexto Núcleo de Significação - O paradoxo da política social no Brasil, a articulação territorial e a função dos gestores municipais, pois o diabo mora na implementação .....	252
5.2.7.Sétimo núcleo de significação - A intencionalidade educativa .....	267
<b>CAPÍTULO 6 DESVELANDO A POLÍTICA INTERSETORIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE EDUCAÇÃO: ANÁLISES INTERNÚCLEOS .....</b>	<b>279</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>288</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>293</b>

<b>APÊNDICE A Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos por município no Estado de São Paulo.....</b>	<b>320</b>
<b>APÊNDICE B Quadro Pré-Indicadores/ Indicadores/ Núcleos de Significação .....</b>	<b>334</b>
<b>APÊNDICE C Roteiros das Entrevistas .....</b>	<b>441</b>
<b>APÊNDICE D Transcrição das Entrevistas.....</b>	<b>443</b>
<b>APÊNDICE E Roteiro para construção do diário de itinerância e recurso de sensibilização.....</b>	<b>518</b>
<b>APÊNDICE F Diário de itinerância do gestor da Educação Integral.....</b>	<b>520</b>
<b>APÊNDICE G Termo de Livre Conhecimento Esclarecido.....</b>	<b>522</b>



## APRESENTAÇÃO

*“Mil nações moldaram minha cara  
Minha voz uso para dizer o que se cala  
O meu país é meu lugar de fala”  
Elza Soares, 2018.*

A produção de um conteúdo relevante e original com base em um método é um dos aspectos fundamentais para uma tese de doutorado. Se por um lado busquei incessantemente pelas exigências acadêmicas, por outro encontrei as principais motivações dessa investigação científica. Nesse momento, as raízes da constituição do objeto de estudo vêm à tona e revelam a íntima relação com a minha história de vida. Nesse sentido, é na minha atuação no mundo como profissional e pesquisadora que a interface entre Psicologia e Educação mostra a grande potência e, posteriormente, a intersectorialidade das políticas sociais passa a complementar as minhas inquietações e possíveis enfrentamentos à violação dos direitos.

Inicialmente, o caminho percorrido encontra raízes na minha atuação profissional entre os anos 2016 e 2018, como técnica do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Jardim Scândia, localizado no município de Taboão da Serra, na Zona Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, agora, percebo a tessitura do eixo central de minhas preocupações: a intersectorialidade das políticas sociais, não somente no encontro com a Assistência Social no CRAS, mas desde o início de minha formação profissional até os dias atuais.

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente materializa-se em seus mais diversos órgãos, instituições e entidades voltadas à proteção integral e prioridade absoluta do seu público-alvo. Nesse palco me constituí, e ainda me constituo como psicóloga.

Na Fundação CASA (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente), no ano de 2005, em virtude da atuação profissional como agente educacional da Instituição, comecei a refletir sobre a defasagem escolar de indivíduos institucionalizados. Essa reflexão se estendeu para a monografia do curso de pós-graduação em Psicopedagogia, analisando a falência do sistema de ensino e aprendizagem vigente e a carência de políticas públicas preventivas para jovens em situação de vulnerabilidade social.

Na oportunidade, em contato com aqueles jovens e suas famílias revejo ideias e preconceitos. Discuto política, *rap*, violência com eles e sou transportada para além dos muros institucionais, dos muros da classe média burguesa, dos muros da elite. Nesses momentos, foi possível perceber que existem naquelas histórias compartilhadas múltiplas violações, antecedendo a medida socioeducativa. Por outro lado, esses jovens só são alvos da regulamentação do Estado a partir do art.112 – Das medidas socioeducativas – do Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990). Quando as políticas públicas de Educação, Saúde, Assistência Social, Emprego e Renda, Esporte, Convivência Familiar e Comunitária deixam de agir, sobretudo, de maneira sinérgica, os direitos básicos são violados e cria-se dispositivos como a Fundação CASA.

A convite, ingresso na Superintendência Pedagógica da Fundação CASA como técnica da área de Arte e Cultura, participando ativamente na construção das diretrizes da medida socioeducativa de internação no Estado de São Paulo. Carrego desse trabalho, dentre tantas coisas, a problematização da intencionalidade eminentemente educativa da medida socioeducativa; o princípio de incompletude institucional, como superação da prática de Instituição total, por meio da articulação das políticas públicas e atores do Sistema de Garantia de Direitos e, por fim, a contribuição da Arte e Cultura na formação do sujeito e sua expressão no psiquismo humano.

Encerro minha trajetória na Fundação CASA, em 2012, nesse momento produzo a dissertação de Mestrado no Programa de Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Nesse trabalho acadêmico, discuto as possibilidades existentes para o educador transformar a realidade social pela prática e a si mesmo pela teorização. Ou seja, um processo que crie oportunidades para a construção dos sentidos na e pela atividade docente. Afinal, a configuração da subjetividade organiza-se no momento da ação e na relação com os outros.

Então, em um novo ciclo profissional, inicio minha atuação profissional como professora universitária em uma instituição privada e, paralelamente, assumo o cargo de psicóloga no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS Jardim Scândia, em 2016. Prestei um concurso público para atuar na Secretaria de Educação, mas devido a uma realocação interna fui automaticamente direcionada para onde existia uma demanda emergente, a Secretaria de Assistência Social. No início me senti angustiada e descontente, entretanto, ao ser desafiada por minha orientadora a

escrever sobre minha atual prática, voltei a buscar o sentido da minha própria atuação profissional, enquanto psicóloga que se ocupa da interface Psicologia e Educação.

Com isso, dentre os diversos serviços oferecidos no CRAS, um deles chama minha atenção, seja pelas múltiplas lacunas, seja pelas diversas possibilidades: o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Este Serviço consiste na oferta de atividades educacionais e sociais para grupos de crianças, jovens, adultos e idosos, provocando assim meus primeiros questionamentos: existe alguma orientação para articulação entre o SCFV e a política ou programas da área da Educação? Existe projeto político pedagógico para uma atividade dessa natureza na Assistência Social? Como a política de Assistência Social dialoga com a política educacional? Qual é a *práxis* do psicólogo(a) no CRAS especialmente no SCFV?

Diante desses questionamentos, começo a pesquisar os documentos oficiais do Serviço, conversar com os profissionais responsáveis, com as crianças, observar o desenvolvimento de alguns encontros dos grupos e participar dos encontros de supervisão aos educadores e psicólogo(a)/assistente social envolvidos no SCFV, realizados por um técnico da Secretaria de Assistência Social.

Ainda na fase embrionária da constituição do projeto de pesquisa, fui convocada a assumir o cargo de psicóloga judiciária no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Diante dessa nova possibilidade peço exoneração da Secretaria de Assistência Social e assumo um novo cargo na Comarca de Itapeverica da Serra, Município da Zona Sudoeste da Região Metropolitana de São Paulo, em dezembro de 2018.

Nessa jornada, tomo consciência da violação de direitos antecedendo a medida socioeducativa na Fundação CASA; do ciclo intergeracional da pobreza e da contribuição da articulação da Assistência Social com a Educação no CRAS; e, da (des)proteção à infância e à juventude em uma sociedade excludente que ainda castiga e judicializa a vida de uma parcela específica da população. Nesta conjuntura, são as crianças das classes mais pobres que são acolhidas institucionalmente por sofrerem violência física, sexual, abandono afetivo e material, dentre tantas violações. Em parte, são situações causadas, dentre tantos fatores, pela dificuldade do Estado em garantir emprego com salário digno, moradia salubre, tratamento de saúde, educação formal de qualidade, espaços de convivência familiar e comunitária, entre outros. Muitas famílias são objeto da política de Assistência Social nos serviços de proteção básica e, sucessivamente, na proteção especial, tendo a vida judicializada em processos das Varas de Infância e Juventude.

Hoje percebo que atendo o mesmo público, na Fundação CASA, no CRAS ou na Vara da Infância e Juventude, porque são as pessoas mais pobres das classes trabalhadoras e ao mesmo tempo usuárias dos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Dessa forma, é para essas pessoas que realizo essa investigação científica, com o intuito de apontar caminhos para construção de políticas públicas intersetoriais capazes de atender de forma integral e emancipatória suas necessidades, seus direitos básicos, restabelecendo a dignidade humana e a possibilidade de constituir-se como sujeito de sua própria história.

## INTRODUÇÃO

*“Minha escrita é profundamente contaminada pela condição de mulher negra. Quando eu me ponho a criar uma ficção, eu não me desvinculo daquilo que sou. As minhas experiências pessoais, as minhas subjetividades, o lugar social que eu pertença, isso vai vazar na minha escrita de alguma forma”  
Conceição Evaristo (CORREIO CIDADÃO, 2021).*

Este trabalho tem como objeto de estudo a intersectorialidade das políticas sociais, por se tratar de um elemento da política social, a intersectorialidade deve ser estudada a partir da realidade concreta e histórica. Sendo assim, o objetivo é analisar as dimensões da intersectorialidade estabelecidas entre as políticas de Assistência Social – representada pelas ações integradas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – e de Educação, com foco nas ações de educação integral estipuladas nos Programas Mais Educação (PME) e o Novo Mais Educação (PNME), no período de 2007 a 2019 no estado de São Paulo.

Para tanto, esta seção apresenta a trajetória fundante da constituição do objeto de estudo, essencialmente imbricada ao desenvolvimento profissional, acadêmico e social desta pesquisadora. Discorre-se sobre o conceito de política social; a perspectiva da Psicologia sobre o assunto; intersectorialidade política; o contexto da formulação do problema de pesquisa; os objetivos específicos; a relevância da investigação e a estruturação do trabalho.

A subjetividade carrega um todo social forjado pelo ser humano em sua ação no mundo (BOCK; GONÇALVES, 2009), assim é a ação intencional e planejada do fazer político, que está em jogo nessa tese. Dessa forma, a compreensão da política pública não pode ocorrer alheia à análise do modo de produção vigente que, por sua vez, desenha o modelo de Estado (ANDRADE; MENDES, 2015; CASTELLS, 2000; MINHOTO; MARTINS, 2001; PEREIRA; TEIXEIRA, 2013)

Para (MARX, 1867/2011, p. 157/1492), “a riqueza daquelas sociedades em que reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar.” A base da economia capitalista é a acumulação de riquezas, oriunda da relação entre os detentores dos meios de produção e a classe trabalhadora. Reduzir a função da política pública a boas medidas para proporcionar equidade ou más por ocultar a

exploração do trabalhador, é digno de uma “concepção instrumentalista e mecanicista que não tem em conta a realidade da exploração capitalista e da correlação de forças sociais” (FALEIROS, 2009, p. 60).

A tensão de duas classes antagônicas, elite e proletariado, deve ser minimizada para a proteção do capital, essa é a raiz do surgimento das políticas sociais consagradas na Constituição de 1988. O Estado com o modo de produção capitalista ao acumular a riqueza na classe elitizada tem a desigualdade social como sustentáculo. Na década de 1980, o mundo está mergulhado em uma crise materializada na recessão e baixo crescimento econômico e, neste cenário, ocorre o avanço da agenda neoliberal; “enquanto o Brasil esboçava um sistema de proteção social que mais se aproximou de um *Welfare State*” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p. 11).

O *Welfare State*, no Estado capitalista da década de 1980, é “uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico” (DRAIBE<sup>2</sup>, 1990, p.2-3, apud CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2015, p.134). Essas novas relações têm como base a construção de sistemas públicos ou regulados pelo Estado nas áreas da Saúde, Educação, Previdência Social, Habitação, Assistência Social, benefícios de repasse de renda que, em estreita ligação com as políticas de empregos e salários, influencia a oferta do emprego e suas condições, aumentando a expectativa de vida da população trabalhadora (*IBID*).

Para manter-se no poder, o capitalismo encontra formas de regulação social e reprodução do ciclo de acumulação. A iminente contradição das políticas sociais inscritas sob a égide desse sistema está em garantir o mínimo social na qualidade de direitos sociais, protegendo o padrão de acumulação. Por essa razão, para aliviar a tensão entre o Estado e a sociedade, diante da pressão dos movimentos sociais e promulgação da Constituição Federal de 1988, momento histórico de redemocratização e de inclusão de direitos civis e sociais, é esboçado todo um sistema de proteção social.

---

<sup>2</sup> Draibe, S. M. As políticas sociais brasileiras: Diagnósticos e perspectivas. In: **PEA/PLAN para a década de 90: Prioridades e perspectivas de políticas públicas**, 1, 65, mar. Brasília, BR, 1990.

A Constituição de 1988, também denominada de "Constituição Cidadã", é um marco por integrar Assistência Social, Saúde e Previdência Social, o chamado tripé da Seguridade Social e, ainda, legitimar a construção do Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do ECA. Esse último, inaugurou no Brasil a doutrina de proteção integral e a prioridade de atendimento à criança e adolescente. Rompe-se com a ideia de situação irregular promulgada pelo Código de Mello Mattos de 1927, para criação do paradigma de pessoa em desenvolvimento. No entanto, o público é o mesmo, ou seja, na sua maioria de pobres e negros.

Os beneficiários dos programas da política de Assistência Social, como Programa Bolsa Família (PBF), por exemplo, devem ter renda per capita de  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo, pois o PBF atende somente famílias consideradas em extrema pobreza. Dentre os 16,2 milhões de brasileiros vivendo em extrema pobreza no Brasil, 70,8% são negros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010)<sup>3</sup>.

As famílias atendidas pela política de Assistência Social são em sua maioria negras, periféricas, chefiadas por mulheres, desempregadas ou donas de casa, com mais de dois filhos e com ensino fundamental incompleto. Pesquisas indicando o perfil das famílias atendidas pela Política de Assistência Social como a de Queiroz e Machado (2013) são escassas, mas isso não nos impede de ver a realidade que se apresenta.

A pobreza no Brasil tem localidade geográfica, nível de instrução e, ainda, como declara, em 2016, a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Questões das Minorias: "*Regrettably, poverty in Brazil continues to have a colour*" (UNITED NATIONS, 2016)<sup>4</sup>. Os negros são os mais afetados, ou melhor, são afetados de forma desproporcional em comparação aos brancos pela violência do Estado, criminalização e vulnerabilidade social, deixando evidente a dimensão racial da desigualdade social.

Quando a análise da desigualdade social é feita considerando um recorte de gênero e de raça, nota-se a ascensão social das mulheres negras, porém, ainda sub-representadas no Ensino Superior no cargo de professoras-doutoras e, também, nos altos escalões dos quadros executivos empresariais (MALPIGHI; BARREYRO,

---

<sup>3</sup> Apresentamos o dado do Censo de 2010, considerando que em 2020 não foi realizado pelo governo federal.

<sup>4</sup> Nossa tradução: Lamentavelmente, a pobreza no Brasil continua a ter uma cor.

MARIGLIANO; LEOPOLDO, 2020). A situação da negritude feminina ao redor do mundo não é acidente, e sim, uma concatenação histórica. Em meados do século passado, Claudia Jones (JONES, 1949/2017), negra, ativista de movimentos sociais e partidos comunistas, brada sobre o sistema opressor de mulheres negras estadunidenses e a inércia do partido comunista no chamamento dessa parcela.

Para a referida autora, as mulheres negras compõem uma parcela superexplorada da sociedade. Da escravidão até a década de cinquenta seu papel é limitado à proteção familiar, educação em meio a um sistema de segregação, violência policial e, ainda, luta pela escolarização de crianças negras. Considera-se importante destacar o pensamento de Jones para desnudar as implicações históricas da família atendida pela política de Assistência Social em pleno século XXI.

A família, unidade de intervenção do trabalho social da Política de Assistência Social, por vezes, procura o CRAS com a seguinte fala: “Vim fazer meu Bolsa Família”. Ao acompanhá-la, nota-se, para além da inexistência de recursos financeiros, a pobreza como um fenômeno multidimensional incapaz de ser superado por meio de uma única política, bem como o acesso precário a outras políticas públicas setoriais.

Desta feita, iniciam-se os inúmeros encaminhamentos, muitas vezes oferecendo somente a informação dos serviços e endereços de outros órgãos públicos da Saúde, Educação, delegacia, emprego e renda. As discussões de todos os casos de forma contínua entre os operadores do Sistema de Garantia de Direitos ainda são raras.

A adoção de procedimentos baseados nas trocas de saberes, nos mais diversos níveis de ação política, são enfrentamentos ao caráter centralizador e vertical da gestão das políticas públicas e ao atendimento setorializado das demandas sociais. Esta fratura política não pode ser vista de forma acrítica pela ciência psicológica. As primeiras críticas no campo da Psicologia ao perfil profissional da(o) psicóloga(o) e às concepções adaptacionistas surgem no Brasil na década de 80, com o propósito de construir um saber psicológico aliado às determinações sociais e históricas do fenômeno psicológico.

Nesse cenário, a Psicologia Escolar e Educacional abre espaço para compreensão do conhecimento advindo de outras áreas como Filosofia, História, Sociologia e, em especial, de autores de base teórica marxista como Vigotski. Assim, a partir de 1990, surge um movimento de crítica que “significava compreender as relações escolares, o processo de escolarização, os atravessamentos do conjunto de



reformas educacionais, fruto de decisões políticas no campo da educação escolar” (SOUZA; LIMA; RAMOS; BARBOSA; YAMAMOTO; CALADO, 2014, p. 20).

A(o) psicóloga(o), seja na Saúde, na Educação ou na Assistência Social pode contribuir para o debate sobre a transformação social, discutindo o papel da sociedade na formulação de políticas públicas. Desse modo, a Psicologia contribui para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos ao analisar caminhos para pensar e intervir na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas, tendo como principais agentes dessa transformação o próprio público-alvo dessas políticas.

A entrada da(o) psicóloga(o) no CRAS foi instituída pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006a) em municípios de porte médio, grande e metrópole<sup>5</sup>. Assim, a partir de 2006, a psicóloga(o) passou a compor o quadro funcional de forma obrigatória. Desde então, a Psicologia busca edificar sua atuação e contribuição na política de Assistência Social. Tal contribuição não pode ser feita sem considerar o próprio movimento de autocrítica da Psicologia em busca da reconstrução do saber psicológico.

Dentre as atividades, atribuições, funções e rotinas das(os) psicólogas(os) e assistentes sociais no CRAS, não pude deixar de notar, provavelmente devido a minha formação e experiência profissional, as condições objetivas e subjetivas que formam um serviço específico, o Serviço de Convivência Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Dentre os objetivos das atividades do SCFV, cita-se: a prevenção das violações de direitos, convívio social e comunitário, formação cidadã, compreensão crítica da realidade social, entre outros (BRASIL, 2017).

Embora existam documentos e diretrizes sobre o SCFV, percebe-se pela fala dos funcionários que esse Serviço ainda está se estruturando, porque quando questionados sobre “*o que é o SCFV?*” As falas recaem sobre o que não é o Serviço, como por exemplo: “*aqui não é reforço escolar, não vou ensinar ninguém a ler e escrever. Aqui não é escola*”. A premissa da oferta de atividades socioeducativas, nem sequer é aventada, mesmo sendo um dos objetivos do SCFV. O caráter da atividade socioeducativa é fundamentalmente educativo para perspectiva liberal, contudo, em uma condição desigual de oportunidade de trabalho, moradia, cultura, lazer,

---

<sup>5</sup> Em municípios de pequeno porte I (até 2.500 famílias referenciadas) e pequeno porte II (até 3.500 famílias referenciadas) a presença de psicólogas(os) na equipe não é considerada obrigatória e sim preferencial.

educação, entre outros. Trata-se, portanto, de repensar o propósito e intencionalidade da Educação no capitalismo.

Em consulta aos textos oficiais do SCFV ainda em 2018, localizei um documento intitulado: Perguntas Frequentes - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (BRASIL, 2017), elaborado e frequentemente atualizado pelo governo federal, com o objetivo de orientar Estados, municípios e Distrito Federal na gestão e execução do Serviço. Um aspecto que causou surpresa foi constatar que o documento previa a articulação do SCFV – política da Assistência Social – com o Programa Mais Educação (PME) – política da Educação.

A consulta aos Planos Municipais de Assistência Social - PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018) por meio da ferramenta PMASweb<sup>6</sup> (SÃO PAULO, s.d) e o contato com as 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social<sup>7</sup> (DRADS) apontam a carência de ações conjuntas entre o SCFV e o PME/PNME. A intersetorialidade no SCFV está implantada, mas não está implementada. O que significa, que existe a criação, introdução ou elaboração de leis e, no entanto, não há a execução na realidade concreta.

Mas afinal, como os pesquisadores definem a intersetorialidade? Para (JUNQUEIRA, 2000), a intersetorialidade é uma nova lógica de gestão pública, na qual busca-se superar a fragmentação das políticas, considerando o indivíduo como um todo. Os técnicos especialistas passam a “integrar agendas coletivas e a compartilhar objetivos comuns” (NASCIMENTO, 2010, p. 96).

A construção de um arcabouço pautado em políticas setoriais vem mostrando-se inadequado para atingir a complexidade das demandas sociais. A busca pelo conhecimento orientado pelo desenvolvimento da ciência moderna tem em seu processo constituinte a divisão e a compartimentalização dos saberes. A lógica cartesiana origina não só a estrutura das disciplinas do universo educacional, a produção intelectual e tecnológica, mas, também, a administração política estatal (GONÇALVES; GUARÁ, 2010).

---

<sup>6</sup> O PMASweb está disponível pela internet mediante solicitação e autorização de acesso pela Secretaria Estadual de Assistência Social. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-pmas/>

<sup>7</sup> Órgãos descentralizados responsáveis, entre outros, por orientar municípios e entidades sociais na implementação e no acompanhamento de políticas e programas de assistência e desenvolvimento social.

A ideia de intersectorialidade surge ligada ao conceito de rede, sendo esse último compreendido como uma nova forma de gestão contrária à setorialização e especialização, por meio da integração de saberes, serviços e atores públicos para atender a complexa realidade social. A lógica da gestão empresarial imbricada ao fenômeno da globalização, o avanço neoliberal e a emergência do terceiro setor formam o berço inicial para a proliferação da gestão em rede (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

Segundo as autoras, os reflexos da esfera econômica estendem-se às demais esferas, como a política. Nesse âmbito, as transformações do Estado pautadas pela descentralização e a democratização são categorias precursoras da intersectorialidade, pois “propõe transferência de poder, especialmente para o nível municipal, a intersectorialidade aparece como estratégia de gestão integrada para abordar os problemas sociais respeitando a autonomia de cada ator envolvido no processo” (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 121 e 122).

Entende-se intersectorialidade, nesse trabalho, como um instrumento de gestão política que se qualifica pela construção de uma rede forte de planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos serviços para proteção social. A realização de ações conjuntas em prol de objetivos comuns considera o princípio da proteção integral para todos os cidadãos. As características da intersectorialidade (termo de compromisso, compartilhamento de horas de atividade, ações interministeriais, documentos oficiais etc.) carecem de estratégias de implementação, monitoramento e avaliação.

Nesse estudo, a intersectorialidade é a estrutura fundamental das políticas sociais e precisa ser estudada a partir da realidade concreta e histórica da produção das situações de injustiça social, exclusão, discriminação, perda de direitos sociais. Considera-se também que a gestão pública ocupa um lugar central para a efetivação de políticas sociais, principalmente na perspectiva de construção de relações intersectoriais.

Nessa perspectiva, para analisar a dimensão intersectorial presente na política de Assistência Social com a Educação Integral é preciso construir uma pergunta para conhecer os gestores da política de Assistência Social e de Educação Integral, apreendendo a visão teórica e prática sobre o SCFV e, ainda a concepção de política e gestão desses intérpretes. Esses atores, cada um ao seu jeito, trabalham no contexto real da materialidade desse interstício político.

Logo, tendo como base uma perspectiva crítica em Psicologia, indaga-se: Quais os sentidos constituídos por gestores da política de Assistência Social e de Educação Integral sobre a rede intersetorial da Assistência Social com a Educação Integral? Como a intersetorialidade dessas duas políticas – Assistência Social e Educação Integral – tem se formado no SCFV?

Diante do exposto, colocamos como objetivos específicos dessa pesquisa: a) apreender a formação da intersetorialidade dessas duas políticas no SCFV; b) identificar e explicar os sentidos constituídos por gestores da política de Assistência Social e de Educação Integral sobre a rede intersetorial.

Assim, ao abordar os sentidos constituídos por esses profissionais e como se forma a intersetorialidade dessas duas políticas, busca-se entender as mediações que engendram o processo sinérgico de materialização dessas políticas e identificar aspectos que, ao serem negados ou apropriados, revelem a possibilidade do novo.

Acredita-se que tais significações são produzidas pelos homens através da sua relação com os outros e com o mundo. Portanto, as formas de ser, pensar e agir dos gestores têm por substratos as histórias de vida dos sujeitos, suas concepções de educação e alunos, consciência política, formação acadêmica, suas relações com os colegas de trabalho, entre outros.

Nessa comunhão entre teoria e prática, Souza (2010) discute sobre como as políticas públicas educacionais são apropriadas pelos professores e, então, materializadas na vida cotidiana escolar. Ainda que aponte para uma determinada instituição educacional e atores específicos (escola e professores), suas opções teórico-metodológicas e analíticas podem transcender o escopo inicial e inspirar pesquisas sobre o universo das políticas sociais, como essa.

A análise da autora ergue-se à luz da Psicologia Escolar e Educacional crítica ao considerar as condições histórico-culturais nas quais a escola se materializa, desvelando as dimensões constituintes do fenômeno, ou seja, a escola “é constituída e se constitui diariamente a partir de uma complexa rede em que se imbricam condições sociais, interesses individuais e de grupos, atravessada pelos interesses do Estado, dos gestores, do bairro, etc. (p.136)”.

Os estabelecimentos educacionais, campo de diversas políticas sociais, não podem ser vistos fora da realidade política, econômica, cultural, social; portanto, a análise intersetorial também tem essas dimensões como referência.

Da Fundação CASA, ao CRAS e até a minha atual função como psicóloga judiciária lotada na Vara de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a intersetorialidade das políticas sociais tem-se apresentado nas suas diversas versões e dimensões.

A intersetorialidade da política de Assistência Social com a Educação Integral configura um importante avanço da gestão pública. Entretanto, o avanço das ideias neoliberais e a atual concepção de Estado, o gerencial, trazem implicações no campo das políticas sociais. A Psicologia em uma perspectiva crítica reafirma seu compromisso ético questionando a base da questão social em tempos de desmonte de direitos.

Desse modo, essa pesquisa se faz relevante socialmente por dois aspectos. Em primeiro lugar, por discutir a rede intersetorial na formação de espaços para prevenção, fortalecimento dos vínculos familiares, convívio comunitário e educação para a vida. Em segundo lugar, por apresentar novas possibilidades de trabalho em rede e mobilização social. Quanto à relevância acadêmica, cita-se a produção de um mapeamento sobre a articulação da política de Assistência Social com a Educação Integral com foco no SCFV e PME/PNME, como também o esboço de um método de análise comprometido com as categorias de análise da Psicologia Histórico-Cultural.

Para tanto, adota-se como referencial teórico-metodológico a Psicologia Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 1925/2004). Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa que utiliza os Núcleos de Significação (AGUIAR; OZELLA, 2006) para análise dos dados. Apropriar-se desse norte teórico permite negar uma visão de desenvolvimento humano como algo natural para, então, aproximar-se da gênese do psiquismo relacionada às múltiplas qualidades e intensidades das mediações sociais e históricas vividas.

Vigotski (1931/2000) salienta a importância de tomar a constituição do ser humano em sua historicidade e relação com o mundo cultural para entender melhor o humano e as alternativas para superação de seus problemas.

Complementando então a questão, ressalta-se que, motivos e necessidade levam o ser humano a interferir, com o auxílio de instrumentos, de diferentes maneiras na natureza e, ao transformar o mundo, transforma, simultaneamente, a si mesmo (LEONTIEV, 1959/2004).

Nesse processo de interação com outros e com o mundo, o ser humano se apropria de saberes produzidos por outras gerações e os manifesta em objetos,

processos e instituições. Dentre essas produções, a Arte, manifestação humana de um devir histórico dotada de imaginação e criação (VIGOTSKI, 1999). O autor também traz as implicações do contato e da fruição artística para a formação e o desenvolvimento das funções psicológicas. Reivindica-se, então, a Arte como instrumento fundamental para aproximação a uma zona tão cara a esse estudo, os sentidos.

Abordar o conceito de sentido, implica em reconhecer a singularidade de cada ser humano, pois o sentido revela a subjetividade humana. Sobre a relação entre significado e sentido, Vigotski (1934/2001, p.465), esclarece que, “o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência”, assim constitui e é constituída por uma formação dinâmica, complexa, fluida e instável. Não se submete a uma lógica racional externa, e sim, a singularidade do sujeito, mobilizando sua vivência cognitiva e afetiva e, além disso, tem várias zonas de estabilidade variadas.

O significado corresponde a uma generalização da palavra, portanto mais ligado ao que é compartilhado, situação que faz dele uma significação mais estável, “dicionarizada”; é por excelência, “apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata” (VIGOTSKI, 1934/2001, p.465). Explicar as mediações constitutivas do fenômeno da intersetorialidade política por meio do estudo de seus sentidos é compreender a emergência de processos de singularização em uma trama interacional histórica e culturalmente situada.

Esse processo teórico metodológico de pesquisa é complementado pela dialética singular-particular-universal proposta por Oliveira (2005), oferecendo então a base para a busca e alcance da unidade de análise. A tese principal desse trabalho apoia-se na apreensão do desenvolvimento histórico da intersetorialidade e na construção de novas possibilidades de existência do fenômeno diante das demandas atuais.

Posto isso, esse trabalho está estruturado da seguinte maneira: o primeiro capítulo, Para definir intersetorialidade: a trajetória do conceito e a influência do Banco Mundial, busca a gênese do fenômeno para entender os processos que lhe constituem originalmente. A forma como a intersetorialidade é apresentada, considera o *lócus* do surgimento do modelo de gestão em rede; a maneira como a intersetorialidade é apropriada pela política social; o desenvolvimento do debate acadêmico sobre o tema

e o surgimento nos documentos oficiais. Todos esses aspectos, articulados aos próximos capítulos, são considerados em compromisso com a totalidade, categoria central do pensamento marxiano<sup>8</sup>.

No segundo capítulo, Intersetorialidade e interfaces do modelo de Estado e sociedade, traz à tona outros determinantes da formação do conceito de intersectorialidade. Desse modo, explica a medida intersectorial da política social intimamente relacionada à formação da sociedade brasileira, mediada pela base do mercado financeiro e caráter administrativo do Estado, o gerencial.

No terceiro capítulo, Sistema de Garantia de Direitos na construção de políticas intersectoriais e papel da Psicologia, retrata o contexto histórico que permeou o enlace entre Psicologia e política social, em especial, no campo da Assistência Social e da Educação. Dessa forma, apresenta tanto as especificidades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e dos Programas Mais Educação e Novo Mais Educação, quanto à possível interação entre ambos. Com isso, descreve o formato dessa articulação, enfatizando os limites e anúncios dessa iniciativa. Além disso, explica o caminho percorrido por psicólogas(os) na construção do debate sobre práxis, papel social e direitos humanos, a convite da Psicologia Escolar e Educacional Crítica.

O quarto capítulo, elucida a posição teórico metodológica da Psicologia Histórico-Cultural a partir da concepção de ser humano, mundo e, igualmente, a contribuição desse aporte teórico na apreensão dos sentidos e significados das políticas sociais intersectoriais. Explica-se também o método, contemplando os pressupostos, fontes de dados da pesquisa, procedimentos de coleta de informações e instrumento de análise empregado para atingir os objetivos do estudo.

No capítulo seguinte, apresenta-se os núcleos de significação, alcançados por meio da análise e da interpretação do material coletado, bem como os sentidos e os significados que deles se apreendem. Em seguida, a Análise internúcleos, impõe a integração dos elementos sociais, econômicos, culturais e políticos, reconstruindo o

---

<sup>8</sup> O pensamento marxiano baseia-se diretamente nas obras de Karl Marx, portanto abrange os trabalhos autógrafos de Karl Marx. Além disso, por valer-se dos escritos originais, é considerada uma proposta alternativa à análise econômica neoclássica. Os trabalhos de Marx serviram de base para a fundação de uma tradição teórica e política, os marxistas, como Gramsci, Althusser, Mariátegui, etc. Cada um destes marxistas formulou interpretações das obras de Marx, tendo por base a realidade sociopolítica de um determinado país ou região. Assim, forjam diferentes leituras, interpretações e práxis da revolução social e política proposta por Marx.

fenômeno de forma multidimensional e histórica. Em suma, revela a unidade de análise da intersectorialidade.

Por fim, nas Considerações finais estão as principais inquietações, denúncias e anúncios fomentados pelo processo de investigação da intersectorialidade política. Tal seção guarda o desfecho de algumas discussões e, ao mesmo tempo, almeja incitar novas contribuições sobre o tema.



## CAPÍTULO 1

### PARA DEFINIR INTERSETORIALIDADE: A TRAJETÓRIA DO CONCEITO E A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL

*“Na luminosidade difusa, partículas mínimas – fragmentos de plantas, micro-organismos, grãos erguidos do chão arenoso – dançam nas águas uma dança a que ninguém assiste. Com uma paciência de fundo de mar, a ostra profanada continua seu trabalho incansável, secretando por anos a fio o nácar que aos poucos vai solidificando. É dessa solidificação que nascem as pérolas” Heloisa Seixas, 2013.*

O presente capítulo oferece ao leitor a trajetória do termo intersectorialidade apresentando a definição do conceito em diferentes áreas, como Psicologia, Educação, Administração Pública, Saúde e Assistência Social. Em seguida, para melhor elucidar o desenvolvimento do termo nas discussões e produções acadêmicas ao longo do tempo, divide-se os autores em duas gerações.

Como o aspecto fundamental desse capítulo inaugural é a origem da intersectorialidade, os tópicos tratam da gênese do modelo de gestão em rede e da apropriação do termo pelas políticas sociais. Nesse enredo, contextualiza-se o papel do Banco Mundial no desenho das políticas setoriais e intersectoriais.

Desde a década de 90, o estudo da intersectorialidade política destaca-se no âmbito acadêmico. A maioria dos trabalhos sobre a temática é produzida a partir do processo de implementação das políticas sociais no Brasil, consagrado pela Constituição Federal de 1988. Ao longo dos anos, os desdobramentos políticos e econômicos interferem no entendimento e aplicação da intersectorialidade, bem como constroem os formatos e saberes da intersectorialidade na literatura atual.

A construção de um consenso sobre o significado do termo intersectorialidade ainda não pode ser extraída da literatura produzida, assim é um termo aberto e em debate. Como afirmam Monnerat e Souza (2014), a área da Saúde Coletiva e da Administração Pública despontam como pioneiras e de grande expressão no início da discussão sobre intersectorialidade, em contrapartida, a Educação e a Psicologia ainda possuem poucas produções acadêmicas sobre o assunto.

Na Psicologia, a discussão tem despontado em Simpósios, Eventos e Congressos, de forma nacional ou regional, como no V Congresso Brasileiro de Psicologia, realizado em 2018, cujo tema – *Psicologia, Direitos Sociais e Políticas*

*Públicas: Avanços e Desafios*, apresentou dentre os eixos temáticos: a Psicologia e os desafios da intersectorialidade nas políticas públicas.

Outro exemplo foi o evento promovido pelo Congresso Regional de Psicologia do Paraná (CRP/PR) em 2018 intitulado Psicologia e Políticas Públicas: a interdisciplinaridade e a intersectorialidade na garantia dos direitos sociais da população. Em ambos a discussão é proposta para o avanço das Políticas Públicas e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos. A atuação da(o) psicóloga(o) é cada vez mais compreendida em sua relação com as políticas públicas.

A produção acadêmica da Psicologia sobre intersectorialidade concentra-se no campo da Saúde Mental. Nesse sentido, investiga o funcionamento de equipamentos de saúde mental, como o Ambulatório de Saúde Mental (ASM) e Centro de Apoio Psicossocial (CAPS), em articulação com a rede de serviços (atenção básica em saúde, educação, assistência social) (ALEXANDRE; ROMAGNOLI; 2017; SEVERO; DIMENSTEIN, 2011; TÃNO; MATSUKURA, 2019).

Outro modelo de pesquisa, à luz da Psicologia, é da construção de um espaço de acolhimento nos dias de visitação destinado às famílias de mulheres reclusas no sistema prisional. Altenbernd, Barcinski e Lermen (2015), enfatizam os limites de uma formação psicológica focada no indivíduo e descontextualizada do social. As autoras concluem que a Psicologia deve adotar o princípio da integralidade e intersectorialidade das práticas no currículo disciplinar da formação do aluno.

Embora a desarticulação entre os serviços seja um entrave apontado na literatura psicológica, são raras as tentativas de definição do termo intersectorialidade, portanto, amparam-se em concepções gestadas em outras áreas. Assim, diante da lacuna temática na área, surge o esforço de alguns autores de participar da construção do termo. Nesse sentido, Boarini (2018), especialmente a partir da Saúde e da Educação, avalia que o termo aparece nos trabalhos acadêmicos sobre políticas públicas nos quais a

[...]intervenção coordenada de diferentes instituições sociais, tais como a educação, assistência social, justiça, cultura, lazer, etc., conjugará diferentes saberes que resultarão em atenção e cuidado além dos muros institucionais e da dependência de uma única especialidade (BOARINI, 2018, p. 187).

A intersetorialidade é posta em voga para conjugar esforços entre as diversas instituições sociais e oferecer ao cidadão atenção e cuidados básicos. Pensar a intersetorialidade é considerar a complexidade do viver e do viver em sociedade, pois as demandas sociais constituem uma linha crescente ao longo do desenvolvimento humano. Outro aspecto, é o reconhecimento do longo processo de construção da humanidade e dos saberes científicos. Nada ocorre de maneira instantânea, desse modo ainda se vive com os resquícios da velha tradição cartesiana (BOARINI, 2018).

Conforme as cidades crescem e o ser humano se politiza os saberes constroem novos paradigmas; então, a interdependência entre atores, saberes e instituições constroem novos desafios e práticas. Entender a contribuição do diálogo entre Saúde, Educação, Assistência Social, Meio Ambiente, Justiça, e Nutrição é fundamental, mas, não basta, é preciso ainda...

[...] olhar este homem como construtor e receptor dos avanços e mazelas da sociedade em que vive, como tradutor de seu tempo histórico-social. Assim pensando, atuar na perspectiva da intersetorialidade não depende de orientações legais; não depende apenas de uma rede de estruturas físicas, embora esse seja um tópico facilitador, mas depende principalmente do diálogo e da corresponsabilidade de todos os dias e de todos que compõem os serviços e as instituições, sejam eles profissionais ou usuários [...] respondemos que o lugar da psicologia na perspectiva da intersetorialidade é o lugar de TODOS NÓS (BOARINI, 2018, p.192).

Também há que se destacar a contribuição de Romagnoli, Amorim, Severo e Nobre (2018) a partir do campo da Psicologia com foco na saúde mental. O artigo apresenta de forma concatenada duas pesquisas-intervenção; uma em Belo Horizonte, com a equipe técnica do Núcleo Intersetorial Regional (NIR)<sup>9</sup>, e outra em Natal, junto a população em situação de rua sobre as condições de vida e violações de direitos sofridas.

Em conclusão as autoras expõem que, mesmo em regiões e territórios distintos, os principais desafios da intersetorialidade, além da falta de articulação entre os serviços, são “a precariedade de comunicação entre as equipes, sensação de

---

9 Criado por decreto de lei e vinculado às Secretarias de Administração Regional Municipal, é um espaço intersetorial para discussão dos casos graves de violação de direitos atendidos pelas políticas setoriais. Em cada uma das nove diretorias regionais municipais existe um NIR com o objetivo de fomentar a intersetorialidade política e a descentralização das ações de inclusão social.

sobrecarga de trabalho dos profissionais, risco de psicologização dos casos e falta de avaliação das ações em conjunto após os encaminhamentos” (p.157).

O caminho trilhado pelas autoras revela tanto os impasses emergentes no cotidiano da equipe do NIR quanto um olhar aguçado para as vulnerabilidades vividas pelos dependentes químicos ou com transtornos mentais diante do acesso precário às políticas setoriais. A relação dos operadores e dos usuários das Políticas Públicas com os equipamentos sociais, equipes técnicas, território, regras institucionais, controle, são matéria prima e, ao mesmo tempo, resultado de processos de subjetivação para formar a dimensão intersetorial presente em cada equipamento.

Assim, o desafio da intersetorialidade está na produção de novas sensibilidades e formas de subjetivação nos espaços coletivos e institucionais que promovam agenciamentos capazes de lidar com as imprevisibilidades, as instabilidades e as complexidades que o encontro com as precariedades da vida e com a loucura (excessos e desvios) produz, sem perder de vista os movimentos instituintes que promovem o cotidiano das relações intra e interinstitucionais (*IBID*, p.165).

O reinventar da prática política torna-se necessário diante das transformações humanas e organizacionais. Espaços coletivos para pensar e lidar com a loucura e/ou com a pobreza extrema devem ser erguidos considerando o movimento vivo e, sobretudo, dialético das relações humanas e institucionais. Enfim, a intersetorialidade requer reinvenção, pois “consiste em reunir os fragmentos dos setores envolvidos no caso discutido para multiplicar os afetos e sustentar indagações que produzam outros trajetos, novos percursos que possam ser, de fato, trilhados” (ROMAGNOLI; AMORIM; SEVERO; NOBRE, 2018, p.165).

Almeida (2014) ao estudar a intersetorialidade política no campo da Educação enfatiza a compreensão histórica da formação das políticas sociais e de sua função para o enfrentamento da questão social no Estado capitalista.

Faz-se igualmente necessário considerar as especificidades da política educacional do Brasil por meio da análise crítica e contextualizada de determinados planos e diretrizes, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), entre outros. Como elemento

imprescindível para o estudo da intersectorialidade, o autor destaca o processo de descentralização política.

Nesse sentido, é notória na produção acadêmica na área da Educação sobre intersectorialidade na perspectiva da educação integral, assim ganha destaque na literatura iniciativas baseadas nas cidades educadoras; nessa direção, entende-se a cidade como um espaço que educa e, ao mesmo tempo, é educado. Há outros nomes (escola cidadã, bairro escola, etc.), mas o ideário se mantém.

A diversidade cultural, o território e o diálogo tornam-se peças-chaves para construção de novos aprendizados dentro e fora da sala de aula. O conteúdo curricular da escolarização formal é promovido juntamente com saberes relacionados à vida social daquela comunidade. São os problemas locais, as estratégias para alcançar soluções, as características territoriais e as relações humanas na comunidade a pedra angular da premissa educativa. Com isso, a Educação constrói potentes relações com a intersectorialidade e o desenvolvimento local (ALMEIDA, 2014; GÓES; MACHADO, 2013).

Avançando para as duas áreas de maior expressão no estudo da intersectorialidade, tem-se que, do ponto de vista da Administração Pública, a intersectorialidade como uma nova forma de gerenciar as cidades; é um modelo de gestão urbana. Esse campo de conhecimento destaca a otimização e racionalização de recursos, como pressuposto benefício das ações intersectoriais frente à suposta ineficácia das Políticas Sociais (MONNERAT; SOUZA, 2014).

A Saúde Coletiva passa a abordar o tema com o advento da Reforma Sanitária, momento histórico da resignificação dos determinantes envolvidos no processo saúde-doença. Rompe-se com as especulações puramente biológicas, sendo assim, “a intersectorialidade tem sido pensada como uma estratégia fundamental para atuar sobre problemas estruturais da sociedade e que incidem sobre o processo saúde-doença” (MONNERAT; SOUZA, 2014, p. 43).

No âmbito internacional, movimentos intersectoriais são expressos em ações, como a Promoção de Saúde, Cidades Saudáveis e Políticas Públicas Saudáveis. No Brasil, a pactuação intersectorial na área da Saúde abrange iniciativas como o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa de Agentes Comunitários, instituídos pelo Ministério da Saúde em meados da década de 90.

O Setor da Saúde inicialmente constrói o significado de intersectorialidade a partir de uma noção endógena, ou seja, os demais setores de serviços devem juntar-se à

Saúde para intervir no processo saúde-doença identificado. Essa noção é balizada não só na produção acadêmica sobre o tema, bem como na visão da própria Organização Mundial de Saúde (OMS), para essa organização a intersectorialidade é vista como a articulação de vários setores com o objetivo de alcançar melhores resultados na saúde. Abandona-se essa visão endógena quando a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) entende que ações intersectoriais demandam da Saúde ação e reciprocidade ao chamamento de outros setores (COSTA; PONTES; ROCHA, 2006 apud MONNERAT; SOUZA, 2014).

A área da Saúde tem aprofundado o tema da intersectorialidade problematizando a discussão a respeito das redes de mobilização social, perfil dos atores envolvidos, tipos de incentivos e níveis de integração institucional na construção de indicadores de propostas intersectoriais (MAGALHAES; BODSTEIN, 2009).

Com o propósito de apreender o desenvolvimento do debate teórico e das significações produzidas pelos estudiosos do assunto no universo científico, divide-se, nesse trabalho, os principais estudiosos em duas gerações. A primeira geração corresponde aos autores dos anos 2000 a 2009, a saber: Andrade (2006); Bourguignon (2007); Inojosa (2001); Junqueira (2000); Monnerat e Souza (2009); Pereira (2004); Sposati (2006) e, a segunda geração de 2010 a 2020, dentre eles: Junqueira, (2019); Mendes e Andrade (2015); Monnerat e Souza (2014); Nascimento (2010); Pereira e Teixeira (2013); Pereira (2014); Senna e Garcia (2014).

Antes de abordar cada um dos trabalhos citados cabe esclarecer que nesse bojo destacam-se três pesquisadoras. Isso porque transitam em ambos os lados dessa cronologia, com produções voltadas à intersectorialidade política no enfrentamento de problemas concretos e complexos como a pobreza, Monnerat e Souza (2009, 2014) e Pereira (2004, 2014).

Ademais, nota-se que as duas gerações de estudiosos da intersectorialidade formada nesse estudo, possuem produção ou formação acadêmica voltada para a área da Saúde e Serviço Social e, por vezes, acumulam essas duas formações.

Nessa linha de raciocínio, parece elucidativo expor os trabalhos da primeira geração, produzidos por Junqueira (2000), Inojosa (2001) e Andrade (2006), visto que, a primeira autora é Doutora em Administração da Saúde e os dois últimos em Saúde Coletiva.

A definição do termo intersectorialidade proposta por esses autores se faz presente na maioria dos trabalhos sobre o tema, por conseguinte, é usada pelas mais

diversas áreas (Educação, Assistência Social, Saúde, Sociologia, entre outras) e em ambas as gerações.

Junqueira (2000) elege o Sistema Único de Saúde (SUS) como espaço concreto para discussão da intersectorialidade, estreitamente relacionada ao conceito de rede e ao pensamento sistêmico e complexo de Edgar Morin. Nessa perspectiva avalia que a interdisciplinaridade deve ser entendida e, sobretudo, a transectorialidade resgatada na estrutura base do SUS.

Para fundamentar inicialmente a discussão sobre o tema da intersectorialidade, Junqueira (2000) evidencia as bases teóricas e práticas utilizadas em sua pesquisa para compreensão de mundo e do fenômeno cognitivo. De tal modo, baseia-se no pensamento complexo de Edgar Morin e, também, descortina o conceito de paradigma social de Capra, entendido como um conjunto de regras, culturas e valores compartilhados pela sociedade e imbricados na realidade ora não linear e complexa.

A vida social é complexa e autoproduzida pelos homens em sua relação com a natureza. Enfatiza-se um saber que além de integrar as políticas sociais transcende a fim de criar uma nova prática arraigada a um novo saber, mais voltado para seu objetivo do que para seu objeto.

A intersectorialidade é “uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, ao considerar o cidadão na sua totalidade. Isso passa pelas relações homem/natureza e homem/homem que determinam a construção social da cidade” (JUNQUEIRA, 2000, p. 42).

O ser humano, a cidade, o fazer político passam a ser vistos e entendidos em um todo interligado. Na relação dos homens e na gestão das cidades, as redes de proteção social se formam para atender as demandas e garantir direitos.

A intersectorialidade incorpora a ideia de integração, de território, de equidade, enfim, dos direitos sociais. É uma nova maneira de abordar os problemas sociais. Cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade nem a ação das outras políticas sociais, que também estão buscando a melhoria da qualidade de vida (JUNQUEIRA, 2000, p. 42).

A mudança de paradigma social é nesse ponto colocada em ação, pois a revolução perpassa pelo formato das organizações políticas e sociais e na formulação

de redes capazes de intervir na realidade complexa. Essas novas alianças e redes não estão alheias ao jogo de forças políticas e do projeto de Estado.

A intersetorialidade constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, para garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e de seus interesses (JUNQUEIRA, 2000, p. 42).

Enquanto mudanças estruturais tão profundas quanto as que foram sugeridas no trecho acima ainda não se concretizam, outras de caráter político administrativo mostram-se fundamentais para o surgimento da intersetorialidade, como é o caso da descentralização. O Estado ao descentralizar a execução de serviços sociais cria novos formatos e novos atores envolvidos na dinâmica das políticas sociais.

Junqueira (2000) não só delinea essa nova formação, composta por atores sociais públicos, estatais e privados, mas também corrobora com o fato. Essas novas parcerias são capazes de “superar a inoperância dos responsáveis pela gestão dos microprocessos das políticas sociais” (JUNQUEIRA, 2000, p. 40). Nesse sentido, a descentralização é vista como a transferência de poder do Estado a entidades públicas ou privadas prestadoras de serviços sociais. Em um trabalho recente publicado em 2019, o autor também reflete sobre o processo de integração da rede e atores para o enfrentamento dos problemas. A rede se ergue nas tentativas de enfrentar uma demanda existente no âmbito municipal.

Embora a descentralização possibilite a integração das Políticas Sociais, a intersetorialidade, por esta fecundada, não pode se restringir apenas a regionalização e união de serviços sociais. Trata-se, sobretudo, da transformação do Estado em sua dimensão burocrática institucional e de cooperativismo profissional. Uma mudança na organização da ação governamental (ANDRADE, 2006).

Outro componente da descentralização é a participação social. O cidadão deixa de ser visto como alvo passivo das políticas e torna-se um colaborador na identificação dos problemas e soluções.

Para Junqueira (2000) a participação social refere-se à execução de Políticas Públicas por entidades, organizações e pessoas interessadas em diminuir as desigualdades e salvaguardar os direitos. O significado construído pela participação



social na intersetorialidade traz as entidades privadas na formulação e execução das políticas públicas.

Quem são e como operam essas prestadoras de serviço e esses cidadãos participativos é justamente a problemática da questão. E, esse fato não passa ileso por Inojosa (2001) ao tratar o aparato governamental como uma estrutura fragmentada em setores e com processos decisórios nos mais altos escalões e sem a participação da população.

Todas as estruturas em todos os níveis de governo e a cada governo, a cada nova gestão, são novamente loteadas para os partidos e grupos de apoio. Desse modo, cada uma dessas fatias – que já é campo de uma dada corporação e de um grupo de interesse que extrapola a corporação setorial – passa por um novo loteamento político-partidário. Todos os setores como Educação, Obras, Saúde etc., são campos de interesse de fornecedores, produtores, de corporações e de grupos político-partidários (p. 104).

Na lógica proposta por Inojosa (2001) a competição política se dá pela ocupação de cargos políticos e/ou institucionais e pelos recursos. A participação social não é uma ferramenta utilizada de forma significativa pelos moradores do território e usuários das Políticas Públicas e, sim, por grupos de interesses político-partidários. São as entidades confessionais e pessoas interessadas em angariar votos para galgar cargos políticos e/ou em instituições públicas ou privadas ocupando os espaços da participação social política.

Em Inojosa (2001), o pensamento complexo de Edgar Morin surge novamente como um fio condutor para introdução de uma perspectiva intersetorial na produção e oferta de serviços em Políticas Públicas, objetivando o desenvolvimento social e a superação da exclusão social.

Para alcançar a intersetorialidade, Junqueira (2000) aborda a interdisciplinaridade, por Inojosa (2001) a transdisciplinaridade e, por ambos, a transetorialidade, embasados na teoria da complexidade.

A transetorialidade sugere um novo conjunto de relações entre os setores, bem como a articulação de saberes e experiências baseados na capacidade sinérgica de resolução das demandas complexas (INOJOSA, 2001; JUNQUEIRA, 2000).

A intersetorialidade e a transetorialidade são encontradas na literatura com o mesmo sentido e relacionadas às instituições e organizações. Já a

transdisciplinaridade, pretende superar a fragmentação do conhecimento e os limites gerados pela separação em disciplinas. Não se trata de uma justaposição de saberes, mas da formação de um novo saber fundamentado em outras disciplinas. No contexto acadêmico, a transdisciplinaridade é o novo paradigma da complexidade. Refletir sobre transdisciplinaridade no âmbito das organizações é negar a sobreposição de saberes ou setores para, então, criar um modelo operacional do aparato governamental, indubitavelmente de base territorial/regional e populacional, pautado em resultados e impactos (INOJOSA, 2001).

A perspectiva intersetorial para atuação em problemas complexos encontra-se fortemente enraizada na territorialização. Desse modo, a intersetorialidade requer a formulação de objetivos comuns por um conjunto de setores como Educação, Saúde, Esportes, Assistência Social etc., presentes em um dado território com vistas à resolução dos problemas ali identificados (ANDRADE, 2006).

A contribuição de Andrade (2006) para o tema da intersetorialidade, perfaz a necessidade da construção de objetos e objetivos comuns pelos setores responsáveis pelas Políticas Sociais. Essa construção é realizada, por meio dos saberes acumulados nos diversos setores, com o intuito de desenvolver a visão complexa dos problemas sociais.

Para ilustrar a intersetorialidade Inojosa (2001) toma como exemplo a Rede Adolescente – InterAções pela Vida, um programa de São João da Boa Vista formado por atores governamentais e não governamentais da região. Assim, a trans e a intersetorialidade são definidas como “articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas” (p.105).

Se na área da Saúde Coletiva a produção intelectual sobre a temática é vasta, o mesmo não ocorre na Assistência Social a despeito de ser a intersetorialidade o eixo estruturante desta Política.

Sposati (2006) ao tratar da gestão das políticas públicas com perfil social, em especial da Assistência Social, afirma ser a intersetorialidade uma decisão racional no processo de gestão. Ademais, a setorialidade não deve ser vista como antagônica a intersetorialidade e sim, complementar.

De acordo com a autora, a intersetorialidade deve corrigir desequilíbrios ou, em outras palavras, irracionalidades entre recursos, agendas, atribuições, visto que é uma

ferramenta para racionalizar a ação e garantir qualidade às Políticas Públicas, pois transpõe os limites setoriais. Advoga-se a favor da combinação entre política setorial e intersetorial, onde a última configura novas respostas e demandas às políticas tradicionalmente setoriais. De maneira geral, a intersetorialidade é desvelada em estreita relação com os processos de descentralização, democratização e territorialização.

Dessa forma, conjugar setorialidade e intersetorialidade é um assunto recorrente na literatura do Serviço Social. Pereira (2009) traz à tona a questão reforçando o caráter intersetorial da Assistência Social para atuação em problemas complexos. Agir de forma sinérgica diante da complexidade de fenômenos sociais, tal qual a pobreza, constitui-se como premissa básica para justificar ações intersetoriais. De tal forma, a formação de redes é aventada na literatura acadêmica para a efetivação de ações intersetoriais (GONÇALVES; GUARÁ, 2010; BOURGUIGNON, 2007).

Embora a discussão sobre rede esteja presente na literatura a respeito da intersetorialidade, os estudos não se restringem apenas à análise das políticas sociais. A formação em rede é estudada mediante os sentidos construídos pelo conceito no âmbito econômico, organizacional, político e social, desse modo, considera a administração/modelo de Estado construída pelo capitalismo globalizado (MINHOTO; MARTINS, 2001; CASTELLS, 1998).

Dentro do campo social e político a intersetorialidade é um princípio orientador das ações em rede no âmbito municipal. A gestão social pós Constituição Federal de 1988 baseia-se em princípios como descentralização, participação social e intersetorialidade, sendo essa última “a articulação entre as Políticas Públicas através do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social” (BOURGUIGNON, 2007, p.274).

A autora citada acrescentou a tipologia de redes de Gonçalves e Guará (2010) com duas novas formações, as redes regionais e as intersetoriais, essa última composta pela parceria entre entidades públicas e privadas. A reflexão da autora busca apreender o movimento da formação em rede em sua realidade material e dinâmica. Os sentidos e significados da intersetorialidade expressos na obra da autora vêm carregados do *mix* público e privado das redes já existentes.

Se, por um lado, as políticas públicas básicas em geral agem de forma desarticulada, por outro, possuem um conjunto de entidades públicas e filantrópicas para atuação, na maioria das vezes de forma paralela, a exemplo da Assistência

Social. Nesse formato há o fortalecimento de decisões centralizadas, hierarquias, poderes políticos, entre outros. Enfrentar essa dinâmica estrutural da política implica em promover a gestão social moderna pautada na descentralização e a participação social da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas (BOURGUIGNON, 2007).

Outro aspecto presente na literatura sobre intersetorialidade, ainda que em menor expressividade, são os estudos de caso de projetos intersetoriais vigentes em diferentes cidades como Fortaleza, Curitiba e Niterói (ANDRADE, 2006; JUNQUEIRA, 1997; INOJOSA, 1998; BOSCHI, 1999; MONNERAT; SOUZA, 2009).

Nessa direção, Monnerat e Souza (2009) trazem a experiência do comitê gestor intersetorial formado por representantes da Secretaria de Assistência Social, Educação e Saúde no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. O artigo discute aspectos teóricos aliados ao caso empírico.

O paradigma da interdisciplinaridade é abordado com o intuito de analisar os problemas sociais e ainda enfatiza a noção de planejamento e território. O primeiro “não é entendido na perspectiva normativa e prescritiva, mas, considera a negociação de interesses a chave para a construção de sinergias entre diferentes atores e áreas de política” (*IBID*, p.34). O segundo “justifica-se em razão de que um dos maiores obstáculos à ação intersetorial é o fato de que cada área de política determina sua região geográfica de atuação” (*IBID*, p.34). A intersetorialidade é traduzida no planejamento articulado e sinérgico de saberes, concretizada na “síntese de conhecimentos diversos” (*IBID*, p.34).

A conclusão final colocada pela autora gira em torno da preocupação sobre a sustentabilidade das práticas intersetoriais. Nesse sentido, como os principais entraves para a continuidade do Comitê Intersectorial formado em Niterói, cita-se: o fraco apoio do executivo local, a ausência de articulações das ações intersectoriais com os Conselhos de Políticas Públicas e a competitividade político partidária predatória.

Diante do exposto, a preocupação com as dificuldades e entraves para a efetivação da intersectorialidade, iniciada na primeira geração de pesquisadores do tema, ganha mais espaço na segunda geração. Esse movimento mais crítico quanto aos determinantes da intersectorialidade já pode ser visto em Nascimento (2010) ao avaliar que, as políticas intersectoriais também sofrem as mesmas pressões das políticas setoriais, ou seja, dificuldades político partidárias, interesses e mecanismos lobistas para sua existência e importância.

Esse segundo momento ou geração, desnuda com mais ênfase as forças que incidem sobre as políticas, isto é, a competitividade eleitoreira (NASCIMENTO, 2010); a origem do modelo em rede (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013); o modelo de Estado (ANDRADE; MENDES, 2015; PEREIRA; TEIXEIRA, 2013;) e o modo de produção/esfera produtiva (ANDRADE; MENDES, 2015). Além dos trabalhos que buscam a definição da intersectorialidade por meio de sistematizações bibliográficas e da avaliação de ações institucionais intersectoriais como a Estratégia Saúde da Família (ESF) e Programa Bolsa Família (PBF) (SENNA; GARCIA, 2014).

Monnerat e Souza (2014) avançam nesse movimento de crítica e, ainda, elencam os temas e dificuldades expressos na literatura. Para as autoras há um hiato entre a intenção e a ação, decorrente da tradição fragmentada do fazer político fortemente arraigada ao Estado brasileiro no campo social e forjado na “persistência histórica dos mecanismos patrimonialistas e corporativistas que atravessam as relações entre Estado e sociedade no país” (p.51).

Diante da ineficiência das políticas setoriais para resolução das iniquidades da sociedade brasileira, a intersectorialidade é uma possibilidade de gestão social para enfrentar as mazelas sociais produzidas pelo capitalismo contemporâneo. Para desconstruir antigos manejos, o planejamento de ações intersectoriais deve também incluir a construção de indicadores intersectoriais de monitoramento e avaliação (MONNERAT; SOUZA, 2014).

Na contemporaneidade, a problematização sobre a temática da intersectorialidade busca apropriar-se das origens do Estado Brasileiro considerando as funções e desdobramentos do modelo econômico vigente, o capitalismo. Em verdade, a intersectorialidade é requisitada para enfrentar as iniquidades sociais produzidas pelo capitalismo, mas problematizar a questão almejando a complexidade do fenômeno é tê-la como também produzida pelo capital.

Cabe, então, considerar a contradição da intersectorialidade, pois ora alimenta o capital ao reforçar o poder político de decisão e ação da classe social dominante, ora materializa a doutrina da proteção integral privilegiando a intervenção das camadas populares nos processos de implementação e formulação das políticas públicas sociais.

Dentre as reflexões suscitadas, é importante frisar que, há um lugar comum, isto é, elementos fundamentais na discussão da intersectorialidade. Se a própria não apresenta significado único, alguns elementos são indubitavelmente elencados na

discussão do tema, a saber: território, rede, descentralização, participação social e interdisciplinaridade. Considerando a perspectiva apontada agrega-se, nessa pesquisa, a ênfase ao caráter administrativo do Estado brasileiro ensejado pelo modelo gerencial adotado desde a década de 90.

Mesmo diante da abrangência do termo nos mais diversos campos de conhecimento é possível apreender que, a maioria dos trabalhos parte do mesmo pressuposto, no qual a intersetorialidade é considerada um instrumento de gestão para atuar em problemas complexos.

O devir histórico da constituição da intersetorialidade mostra-se fundamental para compreensão do formato e significações desse conceito na atualidade. Nessa direção, a busca pela gênese da intersetorialidade e do modelo de gestão em rede, marca a estrutura desse capítulo. A intersetorialidade não é rede, todavia, não pode ser entendida sem essa, pois são aspectos indissociáveis.

Diante do exposto, sistematiza-se a seguir a procura pela origem do conceito de intersetorialidade. Primeiro, pelo surgimento da gestão em redes, considerando os mais diversos setores da sociedade (econômico, social, político, institucional); em segundo, na apropriação do termo intersetorialidade pelas políticas sociais e, por fim, no capítulo 2, na relação com o modelo administrativo de Estado adotado.

### **1.1. A lógica empresarial na origem do modelo de gestão em rede**

*“Pane no sistema  
Alguém me desconfigurou  
Aonde estão meus olhos de robô?  
Eu não sabia, eu não tinha percebido  
Eu sempre achei que era vivo  
Parafuso e fluído em lugar de articulação  
Até achava que aqui batia um coração  
Nada é orgânico, é tudo programado  
E eu achando que tinha me libertado  
Mas lá vêm eles novamente  
Eu sei o que vão fazer  
Reinstalar o sistema”  
Pitty, 2003.*

A intersetorialidade das políticas sociais ao ser estudada em seu devir histórico resgata a origem do fenômeno a fim de entender os determinantes que lhe constituem.

Inicialmente esse tópico contempla o surgimento da intersectorialidade aliado ao conceito de rede. Nessa investigação depara-se com a dimensão econômica na formação do conceito de gestão em rede. Sendo assim, a discussão recai sobre a estrutura social, o fenômeno da globalização, a economia, o modelo de produção e a tipologia das redes.

Para Bourguignon (2007) a intersectorialidade é o princípio orientador da construção das redes municipais de proteção social. Logo, a rede traz a materialização do conceito de intersectorialidade política. Dessa maneira, a proteção social empresta o termo rede e o ressignifica a partir de outros campos, como o da Administração Pública.

O conceito de rede é adotado no caminhar de uma metamorfose política, econômica, empresarial, cultural, entre outros componentes da estrutura social. Nesse sentido, a estrutura social é um constructo interdependente e interligado.

Na abordagem marxiana o funcionamento da sociedade, ou seja, a estrutura social tem por base as relações humanas construídas a partir de um modelo de produção (MARX, 1859/2008). O desenvolvimento da humanidade se dá, entre outros fatores, na ação intencional e planejada do humano, na modificação de seu entorno, em outras palavras, o ser humano transforma a natureza no plano abstrato e no plano real (VIGOTSKI, 1978/1991).

Dentre tantas possibilidades de ação planejada e intencional, uma é vital na formação da sociedade, o trabalho. O que equivale dizer que o ser humano produz riqueza no conjunto das relações de produção e forma uma estrutura econômica da sociedade por meio das relações sociais de produção, os modos de produção e os meios de produção.

Em uma relação dialética, mas sobretudo estratégica, a base econômica<sup>10</sup>, sustenta outra estrutura erguida sobre ela, a superestrutura. Se a base econômica compreende a relação do ser humano com a natureza, a superestrutura abrange a relação do humano com o humano, na qual se estabelecem as formas de regulação da sociedade, o nível jurídico político – leis, religião, política, moral, polícia, sindicatos, Arte, Estado, etc. Esse último patamar, por sua vez, corresponde e, ao mesmo tempo, sustenta a relação humano x psiquismo humano, o nível subjetivo que representa a formação da consciência humana. Sendo assim,

---

<sup>10</sup> Nomeada de infraestrutura no marxismo.

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência** (MARX, 1859/2008, p.47, grifos nossos).

As transformações dos diferentes níveis da estrutura social operam em conjunto, mas não se pode negar as implicações das mudanças econômicas nos demais âmbitos. Desse modo, o estudo das origens do conceito de rede está intimamente ligado ao contexto econômico vigente da época, isto é, à emergência da globalização da economia.

Para Minhoto e Martins (2001), dois são os fatores centrais para o surgimento da economia globalizada: a crise mundial do padrão financeiro nos anos 70 e os choques do petróleo em 1973 e 1979. A tentativa de superação dessa crise eminentemente econômica e política compreende um conjunto de medidas que agregadas, tornam-se a base para a construção de um novo modelo de produção. Nesse contexto, as empresas adotam o trabalho em rede a fim de reduzir custos, compartilhar recursos e informações, arrecadar competências tecnológicas mais modernas, entre outros.

Assim e antes de mais nada, o processo de constituição de redes na atualidade corresponde a uma nova forma organizacional que as empresas tendem crescentemente a assumir sob o acicate sistêmico do novo padrão competitivo capitalista entreaberto pela globalização da economia em que andam de mãos dadas a capacidade de adaptação a um meio ambiente incerto e volátil, a velocidade de resposta a cenários de grande instabilidade, a previsibilidade e calculabilidade dos riscos inerentes ao processo produtivo e a flexibilidade das estruturas organizacionais (MINHOTO; MARTINS, 2001, p.84).

Sendo assim, a concepção de ação em rede é gestada, em seu princípio, dentro da lógica empresarial, portanto, possui em seu tronco genealógico uma matriz econômica. O termo se constitui em um momento histórico de mudança do modo de



produção e organização das empresas, fomentado pelos novos padrões globais e econômicos de competição capitalista. Assim, de maneira contextualizada, quais são os determinantes políticos, econômicos e sociais imbricados na globalização da economia e no modelo de gestão em redes?

Em um primeiro momento, a maneira de se produzir riqueza em uma esfera mundial é colocada em xeque na década de 70, momento em que um novo modelo de produção baseado na globalização é exigido. A crise desencadeada pela queda do padrão monetário internacional em 1970, devido à decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro e, o choque do petróleo em 1973 e 1979, abala o comércio de bens e serviços e desestabiliza os fluxos do sistema financeiro mundial (MINHOTO; MARTINS, 2001).

Para enfrentar a crise instaura-se a economia globalizada e dentre as principais medidas adotadas destaca-se: a desregulamentação e interdependência dos mercados financeiros; a financeirização do capital, responsável pela constituição de um sistema bancário e financeiro globalmente articulado que redefiniu o modelo de competição capitalista no final do século XX; a racionalização das estruturas organizacionais, dos processos decisórios e das atividades produtivas; a realocação geográfica dos espaços produtivos e o aumento da competitividade entre as empresas (MINHOTO; MARTINS, 2001).

Diante da recessão econômica, a esfera produtiva transforma seu modo de produção passando do fordismo ao toyotismo, esse último privilegia a diversidade da linha de produtos e seu padrão de acumulação flexível adequa-se às oscilações do mercado e do consumo. Dessa forma, flexibilidade é a palavra de ordem quando se trata dos processos produtivos, do mercado de trabalho e padrões de consumo. Exige-se uma mão de obra mais qualificada, com visão de toda cadeia produtiva, alta qualidade do produto e baixo desperdício de tempo e de serviço (MINHOTO; MARTINS, 2001).

As alterações no modo de produção afetam o universo do trabalho, pois permitem a flexibilização da relação entre contratante e contratado, assim como precarização dos direitos trabalhistas. Todas essas mudanças acompanham a difusão de um conjunto ideológico para justificar o padrão de acumulação.

Na década de 1980 o avanço neoliberal fortalece-se sob o aval das agências financeiras internacionais, com um conjunto de medidas e ideias para exterminar a crise. O pacote ideológico neoliberal defendia o não intervencionismo estatal na

atividade econômica do país e a privatização dos bens públicos, com o objetivo de reduzir o papel do Estado, principalmente no campo social (DRAIBE, 1993).

Nesse momento histórico, as empresas adotam o trabalho em redes para reduzir custos e compartilhar informações. As empresas passam a atuar no atendimento às demandas sociais por meio de uma nova estrutura organizacional, baseada na seguinte parceria: a do capital com o trabalho qualificado sob a forma de terceirizações. Essas operações ocorreram nos setores de montagem com cadeia de fornecedores, contratos de pesquisa, franquias, licenças de patentes e de marcas de instrumentos tecnológicos a pequenas empresas. Assim como, a dos sistemas integrados e esquemas competitivos, onde cada país tem um papel na produção e distribuição de riquezas (MINHOTO; MARTINS, 2001).

Tem-se, portanto, a constituição das redes ligadas inicialmente a uma nova organização estrutural no interior da empresa para adaptar-se ao modelo capitalista frente à nova ordem globalizada, financeirização do capital, alteração do modo de produção e natureza ideológica da lógica neoliberal dos países desenvolvidos sobre os que se encontravam em desenvolvimento.

Castells (2000), considerando a existência de uma série de transformações tecnológicas, políticas, econômicas e culturais, analisa a reestruturação econômica emergente nos anos 90 e, por conseguinte, desnuda as transformações centrais do processo de globalização.

Ainda que Castells (2000) trate do formato da economia e da globalização na década 90, o faz enfatizando as mudanças do processo de globalização entre 1985 e 2000, momento em que retrata as condições históricas da formação do próprio objeto de investigação, a globalização. Com isso o autor oferece as bases históricas para a compreensão do fenômeno na atualidade.

A partir dessa perspectiva histórica, tem-se uma economia capitalista orquestrada pelas potências mundiais e fundada por três aspectos: economia informacional, economia de rede e economia global (CASTELLS, 2000).

A economia informacional corresponde ao aspecto voraz da estrutura: competitividade e produtividade. Uma economia forte é aquela capaz de adquirir informação e processar conhecimento. Assim, o avanço tecnológico entra no jogo de forças entre os países como um diferencial capaz de gerar riqueza, como por exemplo, a agricultura, mineração, construção civil, ao terem seus processos básicos incrementados por novas tecnologias tornam-se mais competitivos e produtivos.

Dessa forma, a infraestrutura tecnológica é produzida e distribuída desigualmente pelo mundo, como aponta Castells (2000), ainda no início dos anos 90 havia mais linhas de telefone em Manhattan, bairro de Nova York, do que em toda África.

A economia em rede revela o funcionamento descentralizado das grandes empresas com ênfase na maior autonomia dos departamentos e divisões internas. As pequenas empresas operam de maneira conjunta para viabilizar operações impossíveis de serem executadas somente por si. As empresas de todos os portes formam alianças estratégicas ao passo que se conectam e se desconectam em determinados momentos, gerando competitividade ou a falência de um antigo aliado. A empresa não é mais a unidade econômica e, sim o seu projeto (CASTELLS, 2000).

A economia global tem suas atividades centrais, mais especificamente as atividades estratégicas para o crescimento de um país, tem seu núcleo globalizado. Para o Estado capitalista a mais importante dessas atividades são as do mercado financeiro. Esses, não estão todos conectados, mas todos se conectam de uma forma ou outra a um mercado financeiro global (CASTELLS, 2000).

No século XX configura-se uma das revoluções mais fantásticas da história, o avanço das tecnologias da informação e da comunicação, elementos provocativos da globalização. A era *high tech* repercute no conjunto da atividade humana em todo globo terrestre. O comportamento humano em sociedade é baseado em informação e comunicação, seja na forma eleita por um país para produzir riquezas até nas novas formas de encontrar um parceiro amoroso e se relacionar. A revolução tecnológica não deve ser vista como fator determinante das transformações sociais, mas como um elemento que a compõe, pois potencializa em um nível nunca visto os processos sociais (CASTELLS, 2000).

A tecnologia produzida pelo humano não só reconfigura o cenário político e processos sociais da década de 90, mas também produz as transformações vigentes no panorama político econômico atual, cada dia mais informatizado e interligado. Na base da transformação está o desenvolvimento da ciência aplicada a todos os setores da vida humana. A tecnologia reinventa a ação do ser humano no mundo capitalista.

Un claro ejemplo de la relación entre proceso social y nueva tecnología es el de la globalización de los mercados financieros; sin la actual tecnología de procesamiento de información sería imposible su mundialización, esa dimensión tan importante de la globalización con

la que hoy en día tienen que trabar relación todos los países del mundo<sup>11</sup> (CASTELLS, 2000, p.44).

Muitas mudanças ocorrem, como o avanço dos meios de comunicação, transportes e transações comerciais mundiais, mas a promessa da globalização como um processo em que diversos países se inter-relacionam de forma que, as indústrias não possuem mais uma matriz originária, pois estão em vários países sem pertencer a nenhum, mostra-se atualmente improvável. A maioria das empresas, já no final da década de 90, tem a sua atividade econômica voltada para o mercado interno com indústrias marcadas pela de origem e com poucas indústrias com características transnacionais. No cenário atual,

a globalização pode ser concebida como uma oportunidade de desenvolvimento e de afirmação no contexto internacional para certos países, para outros, mais frágeis social e economicamente, pode constituir-se como um mecanismo de desagregação multidimensional ou, na melhor das hipóteses, como um desafio importante a suplantar (GENNARI; ALBUQUERQUE, 2011, p. 53).

No aspecto econômico, o Brasil tem atendido assertivamente às exigências da globalização e dos sistemas de concorrência internacional. Integrando o grupo dos países de economia emergente, os BRICS: Brasil, Rússia, China e África do Sul.

O fenômeno da globalização tem sua manifestação mais direta na esfera econômica, contudo não deixa de se fazer sentir nas esferas política, social e cultural. Nesse sentido, trata-se de um processo amplo e complexo, com resultados contraditórios de alcance local e global decisivo na formação de classes sociais, estilos de vida e formas de pensar (MINHOTO; MARTINS, 2001).

Diante do exposto, para definir intersectorialidade é imperativo evocar e se ater a uma série de aspectos que, ao orbitarem em torno dela, a compõem. Assim, globalização e rede são aspectos que estão diretamente ligados a ela.

Múltiplos são os conceitos, análises e sentidos sobre rede na atualidade que partem dos diferentes campos e pontos de vista. No campo da política social, muitos trabalhos referem-se à rede no sentido de interlocução, parceria, cooperação entre

---

<sup>11</sup> Tradução nossa: Um claro exemplo da relação entre processo social e novas tecnologias é o da globalização dos mercados financeiros; sem a atual tecnologia de processamento da informação, seria impossível sua globalização, essa importante dimensão da globalização com a qual hoje todos os países do mundo têm que lidar.

público e privado para a efetivação do pluralismo do bem-estar social, o qual não passa de

uma estratégia de esvaziamento da política social como direito de cidadania, já que, com o ‘desvanecimento das fronteiras entre as esferas pública e privada’, se alarga a possibilidade de privatização das responsabilidades públicas, com a consequente quebra da garantia de direitos (PEREIRA, 2010, p. 33).

Gonçalves e Guará (2010) constroem uma tipologia de rede calcada na complexidade das demandas humanas, classificando-as em: a) redes primárias ou de proteção espontânea – formadas pelo núcleo familiar, pelas relações de amizade e de vizinhança e baseadas nos princípios da solidariedade e do apoio mútuo; b) redes sociocomunitárias – constituídas por organizações comunitárias, associações de bairro e organização filantrópicas; c) redes sociais movimentalistas – formadas por movimentos sociais, objetivando a defesa dos direitos, da vigilância e da luta pela garantia da participação popular; d) redes setoriais públicas – compostas por serviços de natureza especializada, oferecidos e executados por meio das Políticas Públicas oriunda do Estado; e) redes de serviços privados – compreendidos por serviços especializados fornecidos pela iniciativa privada e a quem possa pagá-los.

Destacam-se ainda, as redes regionais – constituídas por serviços de diversas políticas públicas e compartilhadas entre municípios de uma mesma região; e as redes intersetoriais – aquelas que compartilham serviços das organizações governamentais, não governamentais, do setor privado e até mesmo da comunidade, tendo em vista o atendimento integral das demandas sociais (BOURGUIGNON, 2007).

Para a autora, a palavra intersetorial contempla o público e privado em sua definição, enquanto a palavra pública faz alusão somente às políticas setoriais. Nesse sentido, a intervenção em rede abre espaço para o terceiro setor, composto pelas organizações da sociedade civil e por empresas privadas, atuarem juntamente com entidades públicas estatais na prestação de serviços sociais.

Diante do desmonte das redes setoriais públicas, talvez o mais poético da estrutura da rede seja sua simbologia, tal qual um emaranhado dependente, “um conjunto de nós conectados, e cada nó, um ponto onde a curva se intercepta. Por definição uma rede não tem centro, e ainda que alguns nós possam ser mais

importantes que outros todos dependem dos demais na medida em que estão na rede” (CASTELLS, 1998, p.10).

Para Pereira e Teixeira (2013, p. 115), o fortalecimento da intervenção em rede nas políticas sociais se desenvolve com o avanço das reformas neoliberais e o pluralismo de bem-estar social em substituição ao Estado de Bem-Estar Social. A responsabilidade pelo bem-estar social deve ser dividida entre três setores: o mercado, as organizações não governamentais, família e comunidade e o Estado com intervenção focalizada nos mais pobres.

As recentes transformações no papel do Estado demandaram a constituição de novos modelos de gestão comprometidos com uma proposta descentralizadora e com a construção de redes de parceria entre organizações governamentais, empresariais e a sociedade (TEIXEIRA, 2002). Para formação de redes de políticas públicas dois fenômenos presentes nas sociedades latino-americanas promovem as condições materiais necessárias: a descentralização e a democratização política.

Em meio à crise financeira e política dos países capitalistas da América Latina, a promessa das redes está relacionada com a descentralização do poder político. E, sobretudo, a formação do tipo de redes em política social está intimamente ligada ao modelo de Estado adotado. Assim, a constante tensão das forças que disputam a agenda política do país e delineiam o papel do Estado influem de forma intencional para ação política em redes.

Dentro desse cenário estão os neoliberais, com proposta de descentralização para maior eficiência e eficácia na ação pública às custas do desmonte e desresponsabilização do Estado na promoção dos serviços sociais. Em contrapartida, para alguns grupos políticos de esquerda, a descentralização significa a democratização política do país e a inauguração da participação social dos movimentos institucionalizados nos processos decisórios, movendo as bases que constituem o processo de formulação das políticas sociais.

As redes possibilitam a formação de parcerias nos níveis municipais, estaduais e federais. Existe uma linha tênue, que não se pretende ocultar, entre o esvaziamento do poder e capacidade administrativa do Estado, por um lado, e a criação de rede pública para superação do caráter centralizador das decisões, por outro. A primeira restringe o Estado a administrador da pobreza e a outra pretende romper com a fragmentação das políticas com base no princípio da proteção integral.

Compartilha-se dessa última linha, a qual materializa-se por meio dos fóruns, conferências, conselhos, dentre outros, para participação cidadã na formulação das políticas públicas e processos decisórios. Tal dimensão não pretende retirar do Estado a obrigação de oferta, execução e financiamento de políticas públicas.

Na história dos presidentes eleitos democraticamente no Brasil a partir de 1990, destaca-se dentre os muitos desafios, a estabilidade econômica e o investimento na área social. Os investimentos na área social têm expressão no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso em 1994, fortemente pautado na privatização das estatais como investimento necessário para a expansão dos serviços sociais feitos por companhias privadas.

A partir de 2003, os investimentos na área social alcançaram prioridade por meio do governo de Luiz Inácio Lula da Silva que, diferentemente do governo antecessor, defendia o fim do ciclo de privatizações. O governo Lula mantém a arquitetura macroeconômica dos governos anteriores, ou seja, a busca pela estabilidade econômica. Por outro lado, amplia as políticas públicas sociais focalizadas nos pobres como o Programa Universidade para Todos<sup>12</sup> (PROUNI) e Programa Bolsa Família (PBF) e, sobretudo, inaugura a formação de canais de interlocução do Estado com as organizações da sociedade civil e movimentos populares institucionalizados ou não, para elaboração e gestão das políticas públicas sociais. O Estado assume o papel de financiador dos gastos sociais.

Na contramão do avanço, em 2016, o governo do Presidente Michel Temer<sup>13</sup> promulga a Emenda Constitucional 95/2016<sup>14</sup> (BRASIL, 2016), que limita por 20 anos os gastos públicos. O objetivo é equilibrar as contas públicas por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos determina que, a partir de 2018, as despesas federais só poderão aumentar de acordo com a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Algumas despesas não são sujeitas ao teto, como: as transferências de recursos da União para Estados e Municípios, gastos para realização de eleições e verbas para

---

12 De maneira geral é um programa federal que procura incluir estudantes pobres e negros no Ensino Superior com a oferta de bolsas integrais e parciais no Ensino Superior privado.

13 Michel Temer chega à presidência, após o golpe que levou ao impeachment da presidente eleita democraticamente Dilma Rousseff, apesar do apelo de parte da população por novas eleições.

14 Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016 - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

o FUNDEB. Saúde e Educação também têm tratamento diferenciado por dois anos, mas em 2018, passam a seguir o critério da inflação e do IPCA.

A medida é popularmente conhecida como PEC do fim do mundo. Incentiva-se a formulação de parcerias privadas para atender demandas de infraestrutura, terceiriza-se a mão de obra, inculca-se ideias de superação e ajuda mútua. Em outras palavras, o cenário político e econômico sustenta a emergência da era das parcerias público-privadas.

A intersetorialidade está ligada a intervenção em redes e, essa última, alastra-se no discurso dos mais diversos setores como as empresas, o Estado, as políticas públicas e os movimentos sociais, a fim de reduzir custos, flexibilizar processos de produção e circulação de mercadorias, aumentar a lucratividade das empresas globalizadas ou aumentar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas sociais. Em seus mais diversos setores a intervenção em rede tem a redução dos custos como aspecto universal e, na política social, significa a contenção dos gastos sociais. Nesse processo econômico e político, a gestão em rede e a intersetorialidade são transportadas para as políticas sociais, apropriando-se desses determinantes e marcas macroeconômicas; tem-se, portanto, as pressões da política externa como vertente.

## **1.2. Da empresa à política: o papel do Banco Mundial na política nacional**

*“Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. A América Latina nasce para obedecê-lo. Quando o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever da obediência” Eduardo Galeano, 2010.*

A intersetorialidade é incorporada pela política social nacional pelo fato de ser um instrumento de gestão. Nessa direção, discute-se como e quando o termo aparece em documentos oficiais propositalmente escolhidos por ampliarem o potencial analítico dessa tese, são eles: a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – (NOB/SUAS) de 2005 e 2012 (BRASIL, 2005a; 2012a).

Não só a presença como também a ausência revela algo sobre o objeto de estudos. Então, apesar do silêncio, aborda-se a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007).



Ademais, esse tópico evidencia a pressão do Banco Mundial no desenho das políticas sociais em solo nacional e a influência na produção dos significados sobre intersetorialidade.

Não se trata apenas de entender o alcance conceitual da intersetorialidade por meio dos documentos oficiais, mas, sobretudo, da apropriação desse conceito pela política social historicamente construída na sociedade capitalista calcada na acumulação de riqueza por uma determinada classe social.

A política social constitui-se como uma ação do Estado para as demandas sociais frente à correlação de forças produzida na luta de classes. Em seu âmago está o esforço do capital em manter o ciclo de acumulação *pari passu* a assunção da institucionalização dos direitos, ou seja, a política social é um produto da correlação de forças no neoliberalismo para

assegurar as condições de reprodução social, particularmente da força de trabalho, necessárias ao processo de acumulação do capital, no qual se articula, contraditoriamente, o esforço de legitimação política do Estado como os processos institucionalizados de incorporações das reivindicações imediatas das classes subalternas (ALMEIDA, 2014, p. 233).

A política social é uma arena de atuação estatal intimamente relacionada à política econômica, uma vez que forma o campo de ação da regulação social e luta de cada classe social no capitalismo globalizado. Além disso, assume formas e funções dentro do projeto econômico adotado, principalmente, frente às crises experimentadas de tempos em tempos pelo capital.

Propositamente a qualidade pública da política aparece quando necessário entre parênteses ao longo desse texto, pois, conclui-se que, toda política pública é social (voltada para direitos e necessidades sociais), contudo, nem toda política social é pública (oriunda do fundo público estatal) no quesito financiamento e execução.

Segundo Faleiros (2009) a política social produzida no conflito entre as classes é gerida em uma acepção mercadológica, sendo a proteção social um nicho possível para atuação do setor privado. Com isso, a trajetória do surgimento da intersetorialidade nas políticas sociais (públicas) está relacionada com a construção da própria política social brasileira. “Em síntese, as políticas sociais são formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas para não

afetar o processo de exploração capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra-hegemonia da luta de classes” (FALEIRO, 2004, p. 80).

Isto posto, entende-se que, o processo de redemocratização política no Brasil forma as condições materiais necessárias para a promulgação da Constituição de 1988, marco histórico da institucionalização dos direitos e políticas sociais (públicas), como Saúde, Assistência Social, Habitação, Educação, entre outros.

Embora no final da década de 70 a Organização Mundial de Saúde (OMS) tenha incorporado o termo ao indicar a adoção da intersectorialidade como instrumento de gestão às políticas públicas de Saúde, somente na década de 90 com a aprovação da Lei Orgânica da Saúde (LOS) (BRASIL, 1990a) - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – a intersectorialidade surge no cenário político brasileiro. Logo em seguida, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993) apropria-se do termo, na qualidade de eixo central, para a constituição dessa política.

Ao contrário da política de Saúde, na qual o Estado assume a ação e oferta de serviços em Saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), a Assistência Social, no embate do conflito de forças na promulgação da lei, permite as parcerias público privadas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrindo caminho para a entrada do terceiro setor na prestação dos serviços sociais.

Art. 1º **A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado**, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas

Art. 6º **A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado** e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

II - **integrar a rede pública e privada de serviços**, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

Art. 15 – Compete aos municípios: III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a **parceria com organizações da sociedade civil** (BRASIL, 1993, grifos nossos).

Já a política de Saúde, diante do dilema da natureza das entidades envolvidas na execução dos serviços, enfatiza a primazia do Estado na ação pública do SUS legitimada pelos seguintes aspectos legais na Lei Orgânica da Saúde:

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, **devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício** (BRASIL, 1990a).

Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 2º A **iniciativa privada** poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), **em caráter complementar** (BRASIL, 1990a, grifos nossos).

Os significados atribuídos à intersectorialidade nos documentos da OMS do fim da década de 70 circunscrevem o termo a um método capaz de promover maior eficiência e efetividade às ações e programas de saúde, tanto nacionais quanto internacionais. Isso porque implica na racionalização dos recursos e programas por meio da articulação das políticas (RIBEIRO, 2014, p.11).

Desde então, para além da Saúde, o termo constitui-se juntamente com a formulação e implementação de outras políticas. Novos sentidos e significados construídos em meio aos avanços e retrocessos políticos ampliam o escopo inicialmente focado na ideia de intersectorialidade como forma de gestão.

As políticas sociais brasileiras, notoriamente focalizadas e universalistas, são revistas e repensadas por meio do estudo da intersectorialidade. São as políticas destinadas aos pobres as primeiras a adotarem o termo como fundamento, portanto, a pobreza ganha novos elementos para discussão política sobre a própria constituição e enfrentamentos. Então, faz-se imperativo avaliar que, a intersectorialidade é requisitada em meio a um processo histórico importante, a institucionalização dos direitos permeada pela ação política da retomada democrática do fim da década de 80.

Avançando na temática dos marcos regulatórios da política brasileira, a política de Assistência Social juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social formam o tripé da Seguridade Social. A regulamentação da política de Assistência Social ocorreu em 1993 com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993), a qual legislava sobre toda organização da política nacional. Assim como, com a NOB/SUAS de 2005 (BRASIL, 2005a), que orienta a gestão e execução da política entre os níveis federal, estadual e municipal. Na LOAS somente duas vezes a palavra intersectorial aparece:

Art. 12. Compete à União: I - medir os resultados da gestão descentralizada do Suas, com base na atuação do gestor estadual, municipal e do Distrito Federal na implementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, bem como na **articulação intersetorial** (BRASIL, 1993);

Art. 24-C. Fica instituído o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), **de caráter intersetorial**, integrante da Política Nacional de Assistência Social, que, no âmbito do Suas, compreende transferências de renda, trabalho social com famílias e oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho (BRASIL, 1993).

A primeira alusão ao conceito relaciona articulação intersetorial promovida pelos diferentes entes federativos como um resultado da gestão descentralizada. Dessa forma na análise dos trechos destacados, nota-se a necessidade de mensurar os resultados tanto pela execução de um serviço quanto pela capacidade do gestor em realizar ações intersetoriais.

A segunda traz à tona um programa específico da Política para o enfrentamento do trabalho infantil. Nesse ponto, o município de São Paulo conta com a Comissão Municipal de Erradicação ao Trabalho Infantil (CMETI) criada pelo Decreto nº. 47.225 de 24/04/2006 (SÃO PAULO, 2006) e ligada a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Tal comissão é formada pelas Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social, Trabalho, Meio Ambiente, a Defensoria Pública, Conselho Tutelar, entre outros. A intersetorialidade é vista como uma forma estratégica de atuação na problemática do trabalho infantil, assim age na indução da articulação necessária ao Sistema de Garantia de Direitos.

Então, a intersetorialidade vai adquirindo significado nos documentos em constante relação com outros elementos, conforme figura a seguir:

Figura 1 – Os significados constituídos à intersetorialidade na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)



Fonte: LOAS, 1993 (BRASIL, 1993) - Elaborado pela autora, 2019.

Existe na LOAS palavras que remetem a algum aspecto da intersectorialidade, mas não a essa por completo. São elas: articulação, integração, parcerias, interação, ação conjunta, etc. Vide os trechos da LOAS (BRASIL, 1993) a seguir:

Art. 24. Os programas de assistência social **compreendem ações integradas e complementares** com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, **a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais**, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993, grifos nossos)

Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

I - consolidar a **gestão compartilhada**, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de **modo articulado**, operam a proteção social não contributiva; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - **integrar a rede pública e privada de serviços**, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 60-C; (BRASIL, 1993, grifos nossos).

Quanto a NOB/SUAS de 2005 (BRASIL, 2005a), nas 84 páginas do texto, a palavra intersectorial aparece oito vezes. A primeira vez relacionada aos processos participativos ao conclamar a “ação em uma luta que vem desde muito antes da Constituição Federal de 1988, reafirmando a fundamental relevância de um **processo participativo nos moldes** e nas condições que o **pacto intersectorial demanda** e a democracia requer” (p. 8, grifos nossos).

A segunda faz menção ao “compromisso com desenvolvimento humano e social do país e pela partilha de **ações intersectoriais governamentais para superar a miséria** [...] desigualdades sociais” (p.9, grifos nossos), ratificando o envolvimento de todos os setores para superar um problema da matriz econômica.

A terceira, marcando a intersectorialidade **do SUAS com Sistema Único de Saúde (SUS)**, “**articulação intersectorial** de competência e ações [...] através da rede de serviços complementares para desenvolver ações de acolhida, cuidados e proteções como parte da política de proteção” (p.15, grifos nossos).

A quarta, **entre o SUAS e o Sistema Nacional de Previdência Social**, “**articulação intersetorial** de competência e ações [...] gerando os vínculos entre sistemas contributivos e não contributivos” (p.15, grifos nossos).

A quinta, versa sobre a intersetorialidade do **SUAS com o Sistema Educacional como “articulação intersetorial** de competência e ações [...] por intermédio de serviços complementares e ações integradas para o desenvolvimento da autonomia do sujeito por meio de garantia e **ampliação de escolaridade e formação para o trabalho**” (p.15, grifos nossos) – a intersetorialidade com a educação nesse documento está balizada pela formação de mão de obra.

A sexta aparição faz menção ao caráter administrativo do Estado que desempenha papel fundamental no desenho e execução das políticas sociais, salientado a viabilidade da contribuição da Política de Assistência Social por meio de uma:

[...] **estrutura político administrativa** que ressalte a fundamental relevância do processo de descentralização, quanto ao redesenho do papel e da escala espacial de organização dos serviços do Estado Brasileiro que possa facilitar a **transferência, em blocos de competências, das ações para os territórios mais próximos da população** e de suas necessidades, e a distribuição dos recursos financeiros e operacionais de forma mais equitativa, articulando corretamente a participação dos municípios, do Distrito Federal, dos estados e da União seja no co-financiamento, seja na implementação dos benefícios e na execução direta e, ou, compartilhada dos serviços socioassistenciais, nos moldes e nas condições que o **pacto intersetorial** irá estabelecer (BRASIL, 2005a, p.16, grifos nossos).

A sétima encontra lastro nos programas socioassistenciais de repasse de renda que têm como condicionalidade a inclusão em outra política social, como o Programa Bolsa Família (PBF) – para que a família possa receber o recurso financeiro a criança deve estar matriculada na escola, assim como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Além desses aspectos, lança luz sobre um conceito vital da Assistência Social, o território. Esse deve ser visto a partir de suas demandas e ser integrado/conectado pelos equipamentos que nele habitam, assim prevê que “**o princípio de integração às políticas sociais e econômicas é constitutivo da dinâmica e da gestão da assistência social**, na medida em que grande parte das vulnerabilidades e dos riscos

se concentra no âmbito social e econômico, o que exige **ações intersetoriais e de integração territorial**” (p.17, grifos nossos).

Por fim, a oitava, marca o caráter intersetorial da demanda dos problemas urbanos, ambientais e sociais, os quais exigem “**soluções intersetoriais e intergovernamentais**” (p.22, grifos nossos).

A intersectorialidade na NOB é requisitada em meio a um conjunto de conceitos formando, por sua vez, os significados do termo, conforme apresentado na figura a seguir:

Figura 2 - Os significados constituídos à Intersectorialidade na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)



Fonte: NOB/SUAS, 2005 (BRASIL, 2005a). Elaborado pela autora, 2019

A composição do significado da intersectorialidade elaborado pelo documento tem duas bases. O aspecto da macroestrutura, ou seja, um modelo político administrativo capaz de delegar a gestão para o território, aspecto que estreita a ligação entre as ações das políticas sociais no universo econômico e vice-versa e, a partir disso, a compreensão da intersectorialidade é gestada. Para as políticas sociais, como Educação e Assistência Social, está relacionada a entrada no mercado de trabalho. No caso da Assistência trata-se do ingresso na pirâmide de consumo e, para a Educação, a formação de mão de obra, todos em um movimento atrelado à economia. Ademais, a intersectorialidade é tomada como método de ação e uma solução para os problemas em geral.

No âmbito legal, após a NOB/SUAS de 2005 é aprovada no ano de 2012 uma nova NOB/SUAS (BRASIL, 2012a) com o objetivo de aperfeiçoar a Norma em alguns

aspectos. Entretanto, nesse movimento, a menção ao termo diminui expressivamente passando a ser citado duas vezes, como apontado a seguir:

Art. 3º São princípios organizativos do SUAS:

IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais; [...]

Art. 7º A garantia de proteção socioassistencial compreende:

V - reafirmação da assistência social como política de seguridade social e a importância da intersetorialidade com as demais políticas públicas para a efetivação da proteção social (BRASIL, 2012a).

A intersetorialidade é apresentada de forma mais resumida, sendo princípio de organização da política e garantia de proteção integral.

No tange a política educacional, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394<sup>15</sup>, de 20 de dezembro de 1996, (BRASIL, 1996), o termo intersetorialidade não se faz presente. Sabe-se que outros planos e diretrizes formulados após a LDB incidem de forma mais significativa no projeto educacional brasileiro, mas cabe trazê-la à tona, pois representa a contradição entre duas concepções educacionais e políticas distintas. Sendo assim, a LDB não apresenta grandes avanços em uma “perspectiva mais democrática favorecendo [...] lógicas diferentes e proposição de programas que materializam um novo traço das tecnologias de Estado no campo das políticas públicas com foco na sua função essencialmente gestora” (ALMEIDA, 2014, p.247 e 248).

No início dos anos 2000 a política de Educação sofreu significativas mudanças estruturais e administrativas, devido ao processo de descentralização e, por conseguinte, a criação de programas, fundos e planos. Ademais, tem-se a transição política entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o primeiro é aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE de 2001 – 2010 (BRASIL, 2001), com claras medidas de adequação da política educacional à orientação dos organismos multilaterais. No segundo governo, coexiste a manutenção da estrutura neoliberal e a iniciativa de construir políticas públicas redistributivas.

Desse modo, em 2007 no governo Lula, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007). Dentro desse cenário, tem-se ainda o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no qual cada

---

<sup>15</sup> Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



Ministério deveria apresentar um conjunto de ações dentro da perspectiva do PAC (SAVIANI, 2007), a saber: retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética por meio do investimento público e privado, contribuindo para o aumento da oferta de empregos, geração de renda e crescimento econômico.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2007) foi aprovado ainda durante a vigência do PNE 2001-2010 (BRASIL, 2001) e, ainda, simultaneamente ao Decreto n. 6.094/07 – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007b). Esse último é o carro chefe no PDE.

O PDE abrangia, inicialmente, 30 ações e programas, posteriormente ampliadas para 41 ações em 2009 que envolvia todos os níveis de educação. Trata-se do FUNDEB; Plano de Metas do PDE – IDEB; Piso do Magistério; Formação; Transporte Escolar; Luz para Todos; Saúde nas Escolas; Guias de tecnologias; Censo pela Internet; **Mais educação**; Coleção Educadores; Inclusão Digital; Proinfância; Provinha Brasil; Programa Dinheiro Direto nas Escolas; Gosto de Ler; Biblioteca na Escola, Programa Nacional Biblioteca da Escola; Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos; Programa Brasil Alfabetizado; FIES-PROUNI; Pós-doutorado; Professor Equivalente; Educação Superior; Programa Incluir: Acessibilidade na Educação Superior; Brasil Alfabetizado; salas de recursos multifuncionais; Olhar Brasil; Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiências Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social; Educação Tecnológica e Formação Profissional; Educação profissional; novos concursos públicos; cidades-polo; estágios (na educação superior) (SAVIANI, 2007, grifos nossos).

Embora uma parcela dos programas citados careça de ações específicas da política educacional, outra parcela significativa de programas implica na articulação com outras políticas, especialmente, Saúde, Assistência Social, Cultura e Mobilidade Urbana. No entanto, a grande maioria dos programas não descrevem necessariamente os mecanismos intersetoriais em seu âmbito. Com isso, a intersetorialidade pode existir ou não, em maior ou menor grau, no município, na cidade, no território (ALMEIDA, 2014).

O PDE, o qual conta com participação de grupos empresariais na determinação da perspectiva educacional no país, revela-se como política educacional alinhada às

orientações do capital (ALMEIDA, 2014) e, paradoxalmente, pela possibilidade de suscitar um avanço na inclusão, permanência e qualidade da educação brasileira.

A nova racionalidade da gestão política inaugurada no PDE, pauta-se em programas com focos, metas definidas, indicadores delimitados, vinculação entre o acesso ao financiamento e a formalização da adesão institucional das partes interessadas. Na esteira dos programas citados e dessa nova racionalidade de gestão e descentralização, surge o Plano de Ações Articuladas (PAR). Então, por meio da adesão ao Plano de Metas determinado no PDE, a partir de 2011, estados, municípios e distrito federal começaram a produzir os próprios Planos de Ações Articuladas com base no IDEB (ALMEIDA, 2014).

Assim, os rumos das políticas sociais brasileiras seguem um plano ideológico e funcional pautado na satisfação das necessidades de empreendedores e do sistema econômico globalizado. Como pontua Digiovanni e Souza (2014, p.59):

O Estado, na implantação do modelo neoliberal, teve um papel fundamental: dar suporte ao desenvolvimento do mercado e do capital e agir com mão forte na regulação desses interesses. A educação no Brasil e no México submeteu-se diretamente aos grandes acordos internacionais que pressupunham uma educação para todos que reverberaram em regras e modos de fazer a educação por meio do desenho de políticas públicas neoliberais específicas para este objetivo nas décadas finais do século XX.

Por meio dessa avaliação estabelece-se a seguinte provocação: Terá o Brasil em seus documentos oficiais das políticas sociais adotado o conceito de intersetorialidade livre de qualquer pressão externa? Existe alguma instituição internacional com o poder de influenciar a estrutura das nossas políticas?

Nesse quesito o Brasil revela-se dependente da cooperação internacional, ou melhor, da ajuda financeira de uma grande instituição americana, o Banco Mundial. O papel do Estado Latino-americano em políticas de desenvolvimento conta com patrocínio financeiro e ideológico do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) – esse último mantém um sistema ordenado de pagamentos entre as nações.

Autores como Almeida (2014); Furtado (2008); Digiovanni e Souza (2014) trazem à tona a influência do Banco Mundial na construção das políticas brasileiras, em especial na política educacional.

A relação entre o Banco Mundial e os Estados clientes não podem ser vista como mera imposição, mas como um jogo de forças. Nessa via de mão dupla, as pressões de ambos os lados, configuram uma relação com pelo menos quatro pontos nodais: os Estados nacionais são formados por diferentes agentes econômicos, políticos, institucionais de diferentes poderes e influências; o Banco Mundial relaciona-se não só com o Estado, mas também com entes privados e a sociedade civil; certos Estados, principalmente, os mais pobres não possuem poder de negociação, haja vista o tamanho de sua economia e dívida externa e; por fim, o Banco Mundial é mais um dentre os diversos atores políticos, privados, empresariais, filantrópico, etc., a disputar a agenda e o significado do desenvolvimento (PEREIRA, 2018).

O Banco Mundial é formado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944 no chamado acordo de *Bretton Woods*<sup>16</sup>, e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960. A princípio, o Banco é criado para oferecer ajuda financeira a países devastados pela segunda guerra mundial (e possivelmente fortalecer aliados em potencial perante a Guerra Fria), mas logo amplia seu objetivo, estrutura e clientes.

O Banco passa a atuar junto a países em crise econômica, especialmente os Latino-americanos, mérito da AID, na tentativa de impulsionar a economia e desenvolvimento mundial por meio de uma agenda neoliberal. O Banco Mundial cumpre a finalidade técnica de um banco, não obstante, mostra-se capaz de exercer pressões para implementação de políticas econômicas e públicas em geral para o Estado Cliente, em prol do desenvolvimento em uma acepção capitalista.

Nesse sentido, entende-se que, por meio de condicionalidades à concessão de empréstimos a países em desenvolvimento, o Banco Mundial exerce pressão ao “recomendar” as regras das políticas públicas e ao papel do Estado. É claro que, não se pode deixar de observar que em 1995 as diretrizes do Banco compactuam com a filosofia política do chefe do Estado brasileiro, momento de ampliação do neoliberalismo no Brasil.

---

<sup>16</sup> Em 1944, representantes de 44 países, inclusive o Brasil, encontram-se na cidade de Bretton Woods, Estados Unidos, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. O foco era a reconstrução do capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional. Além disso, foram criadas instituições multilaterais encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro e garantir liquidez na economia: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (BARRETO, 2009).

O Brasil contou com a ajuda financeira e ideológica de instituições financeiras internacionais em diversos momentos como, por exemplo, para ampliação do Programa Bolsa Família (WORLD BANK, 2020); na implantação da reforma do Ensino Médio com empréstimos de 2018 a 2022 (AGÊNCIA SENADO, 2018) e para o pagamento do Auxílio Emergencial para trabalhadores informais, Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos e desempregados durante a pandemia do COVID-19 em 2020 (WORLD BANK, 2022).

A tese de doutorado de Abreu (2017), intitulada: *A Intersetorialidade Como Estratégia Técnica e Política da Organização Mundial da Saúde e do Banco Mundial*, oferece a esse trabalho uma primorosa contribuição ao analisar o significado da intersectorialidade disseminado pela Organização Mundial da Saúde e pelo Banco Mundial. O trabalho tem por objetivo geral analisar os fundamentos da intersectorialidade como estratégia de gestão proposta pelos organismos internacionais, Organização Mundial (OMS) de Saúde e Banco Mundial, caracterizando as intencionalidades contidas nas dimensões técnica e política. A autora busca identificar os fundamentos políticos e ideológicos inscritos.

O conceito de intersectorialidade ou multisetorialidade, segundo a autora, aparecem a partir dos anos 2000 e não são explicados nos documentos do Banco Mundial. A autora, então, desvenda o não dito, o implícito, assim, o significado aparece nos materiais como uma forma de intervenção, abordagem, ações, coordenação, associados aos seguintes objetivos: a) vencer a luta contra o HIV/AIDS; b) combater a pobreza; c) alcançar resultados de saúde; d) alcançar resultados de educação; e) implementar mudanças na gestão das Políticas Sociais (ABREU, 2017, p. 149).

A multisetorialidade para o Banco Mundial é uma estratégia de gestão usada com um propósito comum a todos os documentos, o combate à pobreza. O Banco passa a conduzir um rol de políticas sociais para a diminuição da pobreza, por meio de microcréditos ou políticas compensatórias. Diversos setores são listados para compor o objetivo do crescimento econômico.

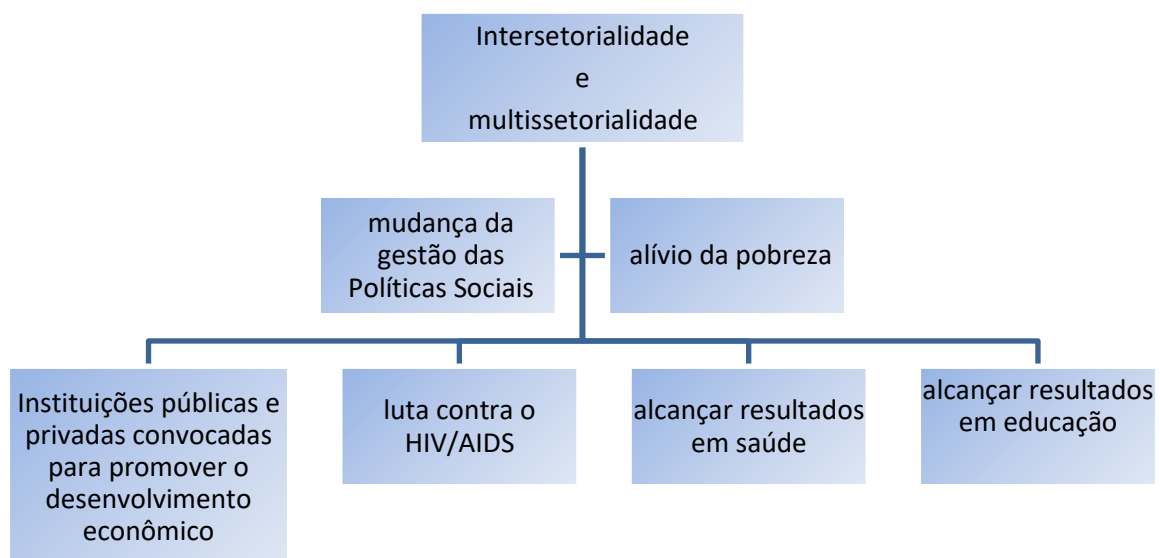
A intersectorialidade adquiri para o Banco Mundial algumas funções específicas, dentre elas:

[...] para a reforma da função pública e governança, bem como incentivar a participação da comunidade e das organizações não governamentais na gestão escolar aumentando a competitividade (WORLD BANK, 2005, p. 46).

[...] Para o desenvolvimento educacional que prevê o direito a incentivos, ferramentas e habilidades pessoais para trabalhar em todos os setores que influenciam os resultados da educação (WORLD BANK, 2011, p.9).

Diante da análise dos documentos e trabalhos citados, busca-se elucidar com base na figura a seguir, os significados da intersetorialidade e multissetorialidade para o Banco Mundial.

Figura 3 – Os significados implícitos à Intersectorialidade e multissetorialidade para o Banco Mundial



Fonte: Abreu (2017); World Bank (2005); World Bank (2011). Elaborado pela autora, 2019

Educação e Saúde, em especial a AIDS recebem atenção do Banco Mundial, por isso devem ser enfrentadas não só pelas políticas públicas, mas também pelo setor privado. Assim, a intersectorialidade pressupõe a transformação da forma de gerir a política sob o forte discurso ideológico do combate à pobreza, pois, a pobreza, dificulta o desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, a Educação é concebida pelo Banco Mundial como um mecanismo para a diminuição da pobreza, mas em termos práticos visa à formação de capital humano para atender às demandas do padrão da economia globalizada e acumulação de capital. As reformas educacionais nos países da América Latina acatam “às novas divisões internacionais do trabalho, que ao mesmo tempo, têm como base a redução do sistema educacional ao ensino elementar e atende às exigências dos organismos internacionais de limitar os gastos educacionais” (ABREU,

2017, p.181). Dessa maneira, as reformas atingem, essencialmente, a classe fundamental para a manutenção do Estado Capitalista, os não detentores dos meios de produção, os pobres crônicos.

Na esteira desse raciocínio, a pedagogia do capital se faz atualmente cada vez mais presente na formação educacional do jovem trabalhador; instruída pela reforma do ensino e a Base Nacional Comum Curricular (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018).

Segundo os autores citados acima, para o Banco Mundial a produtividade do trabalho é mensurada na divisão do produto pelo número de trabalhadores, ou seja, é definida pela riqueza gerada pelos trabalhadores. O Banco Mundial preocupa-se com a transição da pirâmide demográfica brasileira, momento no qual o número de jovens tende a diminuir e, portanto, o exército de reserva<sup>17</sup> retrai e o custo do trabalho aumenta. Os conceitos e práticas do Banco são (re)formulados diante das novas configurações da política mundial.

Assim, podemos considerar que o impeachment extraconstitucional do governo Dilma Rousseff foi a porta de entrada de grandes medidas de reenquadramento do padrão de acumulação no país, visa à nova ordem planetária em que a intensificação da exploração do trabalho e o aumento da desigualdade social são expressões robustas [...] A publicidade em torno da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) é uma forma de eclipsar o fato de que, objetivamente, com a reforma do Ensino Médio [...] os cinco itinerários possíveis denotam percursos escolares distintos, negando o fortalecimento do que é o comum na educação básica. Como poucas escolas conseguirão assegurar os itinerários com maior presença das áreas das ciências da natureza e de matemática, possivelmente restarão itinerários cada vez mais centrados na profissionalização precária e em conformidade com a cadeia produtiva local ou mais funcional aos orçamentos da rede de ensino, desmantelando a ode da “livre escolha” dos estudantes (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p.5 e 11).

O Banco Mundial orienta a oferta do Ensino Fundamental pelo setor público, preferencialmente em parceria com o setor privado e Organizações Não Governamentais (ONGs), amparados pela denominada articulação multissetorial. O Ensino Médio é digno daqueles que demonstram capacidade de segui-los e é oferecido por intermédio de bolsas ofertadas, primeiramente, pelo setor privado. Já o

---

<sup>17</sup> Força de trabalho que excede as necessidades de produção no capitalismo. Compreende o desemprego estrutural das economias capitalistas (MARX, KARL, 1859/2008)

Ensino Superior é nicho exclusivo do setor privado, operado por bolsas de estudos aos comprovadamente pobres (ABREU, 2017).

A estratégia da multissetorialidade nos documentos do Banco Mundial relaciona-se à eficiência e eficácia da gestão dos recursos públicos e sociais. Ela é adotada para impulsionar a modernização administrativa de cada segmento financiado, pautando a redução ou uso racional de recursos. Para o Banco Mundial o problema dos países periféricos é o mau uso do recurso público ou a falta de ações multissetoriais.

Em nenhum momento a pobreza é vista como um fenômeno estrutural inerente ao sistema político vigente. O Banco Mundial dissemina em tom ditatorial uma relação direta entre desenvolvimento econômico e Educação. Em contrapartida, para Coraggio (2000), desenvolvimento econômico gera desenvolvimento econômico e investimento em educação de qualidade gera, principalmente, educação de qualidade.

A intersectorialidade pressupõe o reordenamento das políticas públicas. Esse, por si, embala a correlação de forças políticas entre os entes governamentais e não-governamentais pelo processo de controle, planejamento e avaliação das Políticas Públicas.

Nesse panorama, o Banco Mundial exerce pressão na formulação da política econômica e pública de maneira geral. Então, cabe esclarecer as faces construídas pela instituição ao longo dos anos, pois são o cerne das concepções do Banco.

Diante disso, o significado da intersectorialidade difundido pelo Banco Mundial são expressões dessas faces. Assim, são pelo menos três momentos emblemáticos dos programas políticos do Banco Mundial: o ajuste estrutural (entre a década de 80 e 90); o Consenso de Washington (1989) e o Pós Consenso de Washington (1998). A intersectorialidade é assumida nesse último, porém existem mais semelhanças do que diferenças entre essas faces.

A primeira, o ajuste estrutural, entre os anos 80 e 90, é um conjunto de medidas para dirimir a crise financeira e endividamento dos países pobres diante do segundo choque do petróleo de 1979. Os programas de ajuste fiscal caracterizavam uma nova modalidade de empréstimo rápido baseado em políticas, e não em projetos. Para tanto, o Estado cliente e o Banco Mundial acordaram o cumprimento de uma série de prescrições na política econômica e/ou em políticas setoriais. Dessa forma, “o Banco Mundial buscava sedimentar o *ajuste estrutural* como meio inescapável para a

adaptação dos países endividados pelas novas condições da economia política internacional” (PEREIRA; 2018, p. 2190). Com isso,

Entre 1980-1985, os programas de ajuste impulsionaram a liberalização do comércio, o alinhamento dos preços ao mercado internacional, a desvalorização da moeda, o fomento à atração de investimento externo, a especialização produtiva e a expansão das exportações primárias. Ao mesmo tempo, no âmbito das políticas sociais e da administração estatal, o ajuste prescrevia como meta a redução do déficit público mediante o corte de gastos com pessoal e custeio da máquina administrativa, a redução drástica de subsídios ao consumo popular, a redução do custo per capita dos programas, a reorientação da política social para saúde primária e educação básica como mínimos sociais e a focalização do gasto em grupos em extrema pobreza (PEREIRA, 2018, p. 2191).

Em síntese, nos anos 80 o Banco busca estratégias para resolver a crise e o endividamento dos países menos desenvolvidos após o choque do petróleo, o término do acordo de *Bretton Woods*<sup>18</sup> e as oscilações do sistema financeiro internacional. Enquanto isso, Margareth Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos dominam o cenário político fortalecendo o liberalismo econômico. Dessa forma, a onda neoliberal surge como uma confluência de líderes de Estado e de organismos multilaterais.

Diante dessas mudanças, percebe-se a intenção de retirar o Estado do maior número possível de áreas da economia nacional, ou seja, a diminuição do investimento do setor público e o aumento do setor privado; reformas administrativas; estabilização fiscal e monetária; a redução do crédito interno e das barreiras de mercado. Para os liberais isso é necessário para criar uma ordem na balança comercial macroeconômica (balança de pagamentos, débitos, inflação e dívida pública). Nos países em desenvolvimento significou a liberação e “quase morte” do controle do Estado na economia (FURTADO; 2008, MARTINUSSEN; PEDERSEN, 2003).

O neoliberalismo cresce na economia internacional, mas os países em desenvolvimento demonstram resistência, “então, associar essa agenda, sob a forma

---

<sup>18</sup> Um dos pilares construídos em *Bretton Woods*, foi a conversibilidade dólar-ouro, entretanto, essa medida foi derrubada pelo presidente norteamericano Richard Nixon, em 1971, diante da grande demanda mundial por ouro. Com a expansão do capitalismo, a moeda dos Estados Unidos tornou-se o dinheiro hegemônico nas reservas mundiais e a referência de todo o sistema financeiro mundial (BARRETO, 2009).



de condicionalidades, aos empréstimos dos quais esses países necessitavam, forçava-os a mudar suas estruturas produtivas e econômicas” (SALLES, 2016, p. 106 e 107).

O Banco Mundial condiciona a tomada de créditos tanto a ajustes econômicos quanto a reformas políticas. Para a política educacional as recomendações do Banco Mundial enfatizavam a privatização dos níveis mais elevados do ensino público, mais especificamente o superior. A prioridade do Banco Mundial é a Educação Básica, assim, foca na garantia de acesso e à universalização, principalmente no Ensino Fundamental. As recomendações dão ênfase ao consumo de insumos educacionais (bibliotecas, livros e materiais institucionais) em detrimento da formação e valorização profissional. Para o Banco, tais insumos eram fundamentais para a melhoria do desempenho escolar dos alunos dos países de baixa renda, ideal fortemente ligado à qualificação do trabalhador (FURTADO; 2008).

A lógica dos ajustes fiscais é assumida pelo Banco Mundial objetivando apenas o equilíbrio fiscal, ou seja, é primordialmente econômico. Os projetos para aprovação via ajuste fiscal passam por uma flexibilização operacional dos recursos e são disseminados juntamente com um programa mais amplo de caráter fortemente ideológico. Os projetos de desenvolvimento a longo prazo dão lugar a estímulos de curto prazo a setores produtivos. As normas do Banco Mundial para empréstimos obrigavam os países a rever os gastos públicos e cortar os considerados improdutivo. Os países revisam os orçamentos, mas não necessariamente, produzem uma reforma administrativa do Estado. Os países, continuam pobres e os ajustes de grande peso ideológico ditam a forma do país gerar riqueza (SALLES, 2016).

A condução da política econômica traz implicações na área social, pois

Entre 1982 e 1985, o objetivo dos programas de ajuste consistia na estabilização macroeconômica de curto prazo, a partir da contenção do consumo interno, do arrocho salarial, do corte de gastos sociais e da redução do investimento público. Depois de 1985, com o Plano Baker, a privatização do setor produtivo estatal entrou na agenda e, logo após, foi a vez da liberalização financeira (PEREIRA, 2015, p.463).

Esse conjunto de medidas sofre duras críticas pela comunidade internacional por não considerar questões como distribuição de renda e bem-estar social. O discurso do Banco sobre o ajuste ser bom para os pobres, pois seriam diretamente

beneficiados na medida em que o crescimento econômico fosse retomado, mostra-se inverídico (PEREIRA; 2015; SALLES, 2016).

O ajuste estrutural pouco contribui para o rompimento do quadro de desigualdades sociais; pelo contrário, passa a reafirmá-lo ao provocar o corte de gastos sociais como Educação, Saúde e bem-estar. Houve o fechamento de empresas locais, pois não conseguiram competir com as grandes transnacionais estrangeiras, além da dispensa de trabalhadores devido ao corte orçamental e pouco investimento no país (PEREIRA; 2015).

Diante da pressão política, o Banco Mundial mostra uma nova face e em 1989, ele apresentou um conjunto de 10 reformas econômicas mais significativas para as próximas décadas, conhecido como Consenso de Washington.

Não havia nada de tão inédito, pois na esteira do ajuste fiscal o Consenso de Washington adiciona mais um conjunto de reformas macroeconômicas, compreendidas por disciplina fiscal, reorientação da política de gastos, privatizações, reforma tributária, intensificação da flexibilidade dos contratos de trabalho, implementação dos acordos assinados com a Organização Mundial de Comércio (OMC), entre outras.

A despeito do discurso de combate à pobreza e corrupção o Consenso mostra-se mais como um redesenho das instituições nacionais a serviço do capital.

Com o objetivo de impulsionar a liberalização econômica, o BM estabeleceu naquela conjuntura quatro coordenadas estratégicas que orientariam a sua ação política, intelectual e financeira nos anos seguintes. Eram elas: a) a difusão de um modelo de política social centrado no alívio da pobreza coerente com o ajuste macroeconômico; b) a mudança do papel do Estado na economia; c) a incorporação da questão ambiental no programa político dominante; d) a ampliação do escopo e o manejo das reformas, a partir da entronização da ideia de governança (PEREIRA; 2015, p.464).

Desde o ajuste estrutural implantado de forma organizada e desigual pelo globo, o Banco constrói uma práxis pautada pela desassociação entre política social e política econômica, essa ideia se mantém no Consenso a partir da década de 90. De um lado, a ideia de política social difundida combina programas focalizados para a diminuição da pobreza e na crença de que o crescimento econômico beneficiaria a todos, inclusive os mais pobres. O Banco Mundial desconsidera discussões sobre a produção e a apropriação da riqueza [...], “o que permitia ao Banco propor que o alívio

da pobreza dependia tão somente da distribuição de parte dos resultados do crescimento. Assim, o combate à pobreza se ajustava à liberalização econômica”. Por outro, dá-se a ideia de um Estado robusto e central para o desenvolvimento por meio da complementaridade Estado e mercado (PEREIRA, 2018, p.2192).

O Consenso de Washington traz a ideia do “retorno” do Estado, contudo o Estado sempre ali esteve. Ele apenas direcionava sua força e investimentos mais numa área em detrimento de outra. Segundo Pereira (2015) a agenda neoliberal desse período ampara-se no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM) de 1997, assim “o Estado foi definido como um ‘parceiro, catalisador e facilitador’ do crescimento econômico, a ser conduzido pelo setor privado” (p. 2132).

O relatório também recomendou aumentar a capacidade do Estado mediante: a) a criação de normas legais que controlassem a “ação arbitrária” de governos e da burocracia estatal, redefinindo as regras dentro das quais a política convencional deve se dar (regras orçamentárias rígidas, independência do Banco Central, etc.); b) a adoção da grande empresa privada como modelo de gestão para o Estado, tanto pela introdução da competição no interior do funcionalismo público, como pela concorrência entre o setor público, empresas e ONGs na provisão de bens e serviços; c) o aumento e a diversificação de parcerias público-privadas, sobretudo nas políticas sociais, imbricando diretamente os agentes privados (empresas, ONGs, fundações empresarial-filantrópicas, etc.) nas esferas de decisão e execução das políticas públicas (PEREIRA, 2018, p. 2192).

Se a primeira face é marcada por uma visão negativa do Estado e o esvaziamento de suas funções para implementação de Política Públicas, a segunda face já traz o Estado para o centro das atenções com o Consenso de Washington. Então, o segundo conjunto de reformas inicia-se em 1998 até 2016, compreende o conceito de Boa Governança como “um conjunto de orientações para a construção de capacidades institucionais que estimulem o desenvolvimento, tanto no âmbito público, quanto no privado” (SALLES, 2016, p. 101).

O Banco Mundial ao disseminar conceitos e práticas sobre desenvolvimento insere uma dimensão institucional em seus financiamentos. As organizações multilaterais de ajuda entendem que, somente o repasse financeiro não tem o efeito esperado sem o aparato institucional apropriado para transformá-lo em políticas públicas.

Fazia-se necessário apagar o paradoxo de que o Estado deveria permanecer afastado do desenvolvimento, criado com as políticas de ajuste estrutural dos anos de 1980. Ao contrário, **o Estado deveria ser visto como parte complementar do setor privado**, ainda que apenas **no papel de agente regulador** (SALLES, 2016, p.111- grifos nossos).

O Estado volta ao centro das atenções não como um grande interventor, mas como um mediador para a entrada do setor privado, “parceiro” do Estado na sua função de garantir um conjunto de políticas não discriminatórias, investir em serviços sociais básicos e infraestrutura, proteção aos mais vulneráveis e ao meio ambiente.

O Banco Mundial investe no uso das palavras parceria e cooperação. Adota levantamentos diagnósticos das demandas de cada país e trata de divulgar esses resultados e suas pretensões à sociedade. Os empréstimos devem se guiar não somente pelo estancamento de crise ou condicionalidades, reconfigurando a assistência técnica e financeira do Banco. “As mudanças previstas deveriam incluir a transformação na maneira dos gestores públicos conduzirem o orçamento público, o planejamento político e a prestação de contas, ou seja, deveriam incidir diretamente na estruturação das políticas públicas” (SALLES, 2016, p.117).

Uma “nova” roupagem é atribuída ao Estado. Esse passa a ser importante para o progresso, contudo não está apto a realizar as mudanças necessárias. As instituições públicas e privadas devem agir em conjunto para amparar o Estado. A agenda da Boa Governança apresenta, de forma propícia, os conceitos de parceria e autonomia para os países sedentos por empréstimos. O Banco Mundial, intitula-se *Knowledge Bank*<sup>19</sup>, por disseminar boas práticas em políticas de desenvolvimento (SALLES, 2016).

Segundo a autora, a principal diferença das abordagens de Ajuste Fiscal e Boa Governança está na ênfase no processo de formulação das políticas públicas dignas de recursos financeiros, proposto pelo segundo. O Banco Mundial passa a orientar e acompanhar todas as etapas de uma política, da definição do problema à avaliação. Se a primeira abordagem apoia somente um conjunto específico de reforma; a segunda, financia reformas e uma nova compreensão de Estado. A Boa Governança ultrapassa a ideia de um modelo ideal de Estado e compromete-se a gerenciar questões relacionadas a meio ambiente, sustentabilidade, educação, transporte, entre

---

<sup>19</sup> Tradução nossa: Banco do conhecimento.

outros. Apesar das mudanças, existe um fio, nada sutil de uma continuidade, “ambas as abordagens reforçam o modelo liberal-democrático aliado à expansão do mercado capitalista no contexto internacional” (*IBID*, p.122).

Em 1998, conflitos dentro do próprio establishment público e privado americano somado a disputa interna no próprio Banco formam o contexto do anúncio do fim do Consenso de Washington. Assim, o Pós Consenso de Washington também traz consigo um conjunto de mudanças e recomendações. Para tanto, o Banco Mundial constrói seu discurso centrado em dois grandes temas. Em primeiro lugar, orienta os governantes a amenizarem os resultados negativos do ajuste estrutural (da liberalização propriamente dita) no âmbito social, objetivando a continuidade desta política. Em segundo lugar, a adoção de um paradigma internacional de desenvolvimento oriundo de “coalizões internacionais públicas e privadas centradas na obtenção de resultados pragmáticos e mensuráveis. A naturalização do projeto político dominante dependeria, assim, da conquista da hegemonia na sociedade civil” (PEREIRA, 2015, p.482).

O termo intersectorialidade aparece nos documentos oficiais do Banco Mundial nessa fase, pós consenso de Washington. O Banco mostra uma face fortemente ideológica não só por enfatizar a necessidade de o povo simpatizar ou se reconhecer nas políticas propostas e dirigidas pelo Estado, como também por fomentar a criação de ONGs e entidades privadas na execução de políticas sociais a partir de parcerias público-privadas. O Banco Mundial considera as falhas do ajuste estrutural reflexo da má gestão do recurso público e falta de entrosamento entre entidades públicas e privadas na efetivação das políticas sociais.

Nas palavras de Pereira (2018), “o Banco Mundial passou a reconhecer a necessária margem de ação para que os governos (nacionais e subnacionais) construíssem parcerias com atores sociais ‘responsáveis’, imbricando o setor privado na gestão pública” (p.2193). Se na ideia da boa governança as agências estatais, empresas, instituições multilaterais e organizações da sociedade civil devem atuar em conjunto para a eficácia da gestão pública, no Pós Consenso de Washington essa ideia ganha um melhor contorno e precisão.

A reflexão orientada pela retomada de todo esse panorama sobre o Banco Mundial indica que, esse agente multilateral no papel de prestador financeiro, indutor do formato das políticas sociais, formulador de um modelo de Estado,

disseminador de políticas econômicas, segundo os preceitos da agenda neoliberal, sempre mantém um núcleo duro em meio a seu desenvolvimento e reestruturação.

Isto é, do ajuste estrutural, passando pelo Consenso de Washington e chegando ao Pós Consenso de Washington a filosofia do mantém-se imutável: desregulamentação dos mercados; liberalização econômica e de barreiras comerciais; privatização de empresas públicas e dos serviços sociais (PEREIRA, 2015) valendo-se de estratégias de coalizões políticas fortalecidas por um poder doutrinador, sufocando a autonomia dos Estados clientes e negando o debate sobre o aprofundamento da pobreza no ciclo de reprodução capitalista. Dessa forma, todo e qualquer conceito gerado a partir do Banco Mundial deve considerar esse dado.

Problematizar o significado produzido pelo Banco Mundial e a apropriação do termo na política nacional é desvelar o forte apelo do Banco para construção de políticas sociais para elevação do padrão do consumo e formação do trabalhador das classes sociais mais baixas, bem como o empoderamento do setor privado e esvaecimento do Estado na resolução das demandas sociais. Assim, a intersectorialidade é apropriada pela política social brasileira e desenvolvida a partir dessas pressões e desses determinantes.

Qualquer semelhança entre as recomendações do Banco Mundial e o modelo de Estado brasileiro apresentado a seguir, não é mera coincidência. A política social e a intersectorialidade são construídas intimamente relacionadas à onda neoliberal disseminada pelo financiador de tais políticas, o Banco Mundial. O modelo de Estado não escapa desse emaranhado, pois o empréstimo financeiro cobra a adoção de medidas institucionais em um determinado aparato, o Estado. Com isso o estudo da intersectorialidade no Brasil também requer o conhecimento da formação do Estado e seus respectivos desdobramentos. Afinal, uma medida de política social tal qual é a intersectorialidade, deriva de um determinado modelo de Estado.

## CAPÍTULO 2

### INTERSETORIALIDADE E INTERFACES DO MODELO DE ESTADO E SOCIEDADE

*“Serendipidade então passou a ser usada para descrever aquela situação em que descobrimos ou encontramos alguma coisa enquanto estávamos procurando outra, mas para a qual já tínhamos que estar, digamos, preparados. Ou seja, precisamos ter pelo menos um pouco de conhecimento sobre o que ‘descobrimos’ para que o feliz momento de serendipidade não passe por nós sem que sequer notemos”*

*Ana Maria Gonçalves, 2006.*

O objetivo deste capítulo é desvelar os elementos intimamente ligados à intersetorialidade, portanto que a constituem. Essa investigação traz à tona o debate sobre Estado, sociedade e mercado na formulação das políticas sociais setoriais e intersetoriais no modo de produção capitalista.

Para discorrer a respeito da intersetorialidade, como um instrumento de gestão e atuação em política social, é necessário relacioná-la ao desenvolvimento do Estado no Brasil e ao atual modelo administrativo vigente, o Estado gerencial. Sendo assim, a intersetorialidade das políticas sociais ao emanarem do Estado muito revelam sobre esse.

Faz-se coerente apresentar de maneira pontual as bases e o desenvolvimento do Estado e da sociedade. Isto porque o caminho investigativo revelou que as dimensões da intersetorialidade se constituem na interface de pelo menos dois aspectos. Na emergência do Estado gerencial, sendo necessário definir um ponto de partida conceitual de Estado em uma perspectiva marxiana e nas particularidades da formação social brasileira: colonizada, escravocrata, patriarcal e capitalista. Nesse último caso, as diversas Constituições Federais são utilizadas no texto, tendo como fio condutor a intersetorialidade. Busca-se nesses documentos os rastros da intersetorialidade, estrutura estatal e a relação do Estado com a sociedade.

Em suma, para (re)construir a trama de elementos imbricados à intersetorialidade, esse capítulo parte de uma concepção marxiana de Estado, seguida pela busca dos perfis constitucionais da intersetorialidade no Brasil e, por fim, no estabelecimento do Estado Gerencial.

## 2.1.O Estado Moderno em Karl Marx

*“Não há nada, contudo, de mais concreto e real do que os homens no mundo e com o mundo. Os homens com os homens, enquanto classes que oprimem e classes oprimidas”*

*Paulo Freire, 2005.*

Áreas como Direito, Sociologia e Filosofia realizam importantes análises sobre o conceito de Estado. Na tentativa de ampliar o saber produzido pela Psicologia e reafirmar a necessidade de buscar conhecimento para além da ciência psicológica, o tópico a seguir trata do conceito de Estado Moderno. Desse modo, o objetivo não é abarcar com profundidade o Estado Moderno, mas ao menos tangenciá-lo, pois o objeto de estudos desta tese implica na leitura ampliada dos determinantes sociais que compõem a intersectorialidade.

Embora seja o modelo atual, a origem do Estado Moderno remonta do século XV, a partir da crise do feudalismo. O feudo na Europa ocidental era um “sistema de produção [...] centrado no trabalho braçal, e na sobrevivência precária no vassalo” (MOCHI, 2009, p. 9).

A relação do ser humano com a natureza e a produção de instrumentos para transformar o mundo de maneira intencional são pressupostos teóricos e metodológicos básicos na análise dos fenômenos psicológicos e sociais em uma perspectiva crítica em Psicologia.

Na concepção marxiana entende-se que, toda relação social é uma relação de produção; por isso, a forma de produção contribui na construção das relações sociais. O estudo da história é o estudo do ser humano e do mundo, mais profundamente, é o estudo da relação do humano com o mundo que o cerca. O ser humano é ao mesmo tempo, criador e criatura. Se forma humano na interação com o outro e com a cultura, isto é, com o mundo social e nessa relação, forma e transforma a realidade ao seu redor. Logo, humano e mundo se constroem e se transformam mutuamente.

Assim, ao descrever de forma tanto sucinta quanto esquemática a relação do ser humano com a natureza, com os outros humanos, e com o Estado, argumenta-se que: nos primórdios dos tempos, quando não dominava o plantio e a colheita, o ser humano era nômade, mudando-se de tempos em tempos em busca de alimento.

Depois, ao dominar minimamente a agricultura e construir instrumentos para produzir e colher alimentos, a maioria passa a se fixar em um território, nessa última



situação, tem-se o feudo como exemplo. Uma sociedade estratificada, dividida entre suseranos (senhores feudais), vassalos (servos), clero (membros da igreja, padres e outros) e marcada pela impossibilidade de mobilidade social. Ao longo dos séculos, com o avanço das civilizações, as relações sociais de produção tornam-se cada vez mais predominantes na construção da sociedade e consciência humana<sup>20</sup>.

Dito isto, as sociedades feudais, essencialmente agrárias, tinham em cada feudo um senhor feudal detentor do poder, além de exército, moeda e tributos próprios. Com o avanço do mercantilismo<sup>21</sup> esse cenário de sistemas feudais policêntricos causava entraves ao livre comércio comandado por uma classe em ascensão, a burguesia. Assim, o século XV e XVI é marcado pela crise do feudalismo e ascensão do capitalismo, pois trata-se do domínio dos meios de produção da classe social detentora do capital, a burguesia e seus patrocinadores (os bancos); bem como a derrota no conflito de forças e expropriação dos meios de produção de outra classe, os senhores feudais (ARANHA, 2005).

Na transição e decadência dos feudos, a humanidade se organiza em burgos, fundamentados na troca de mercadorias. Tem-se então, por meio da burguesia, a ampliação da possibilidade material de promover a troca, estratégica básica e definidora do termo capital.

Segundo Aranha (2005), a burguesia necessitava de uma nova organização política favorável ao livre comércio e as propriedades mercantis, ou seja, um Estado centralizado. Assim, Florenzano (2007) explica que, para a maioria dos pesquisadores sobre o tema, o Estado Moderno constitui-se no século XVI, iniciando-se possivelmente na Itália.

Ao recuar ainda mais na história tem-se que as formas de organização política na humanidade existiam em diferentes épocas e guardavam a concepção de ser humano e Estado de cada período. No Egito/Mesopotâmia havia as teocracias, posteriormente, as Repúblicas e Impérios em Roma. Depois, as monarquias unificadas do Absolutismo na Europa Ocidental do mundo moderno e em seguida, as revoluções burguesas do século XVIII – Revolução Industrial (1760), Revolução

---

<sup>20</sup> Cf: Marx, Karl. Relações históricas primordiais, ou os aspectos básicos da atividade social: produção dos meios de subsistência, produção de novas necessidades, reprodução das pessoas (a família), intercâmbio social, consciência. In: Marx, K. A Ideologia Alemã. São Paulo: Expressão Popular, 1845-46/2009.

<sup>21</sup> Conjunto de práticas econômicas em prol da acumulação de metais preciosos, protecionismo, incentivo à manufatura e intervenção do Estado na economia, entre outros. Cf: Deyon, P. O Mercantilismo. 4ª edição. Perspectiva, 2009.

Americana (1776-1783) e Revolução Francesa (1789)<sup>22</sup> – instituem a proposta de um novo Estado Moderno. Nesse cenário, a contemporaneidade é inaugurada na Revolução Francesa, com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade desenvolvidos pelo Iluminismo e adotados pelo Estado. Logo, o Estado é um corpo político em transformação intelectual e política ao longo dos séculos.

Para a compreensão dos elementos presentes na origem e conceituação do Estado Moderno cita-se alguns pensadores clássicos na construção teórica das Ciências Políticas, são eles: Thomas Hobbes (1651/1997); Niccolò di Bernardo dei Maquiavel (1532/2000); John Locke (1689/1973) e Jean-Jacques Rousseau (1762/1997). Os discursos desses pensadores ora convergem ora contrastam, na tessitura do pensamento político do Estado Liberal.

Por outro lado, deve-se também pensar o Estado Moderno por meio de uma tradição não liberal. Nesse movimento de ruptura sob o prisma da teoria política, destaca-se Karl Marx (1845-46/2009) inspirado pelos pensamentos políticos de Spinoza, como destaca Feitosa (2021).

No início do século XVII tem-se o despontar de uma concepção de desenvolvimento e progresso preconizada pelo liberalismo clássico burguês. A ideologia do progresso no liberalismo expande-se ao século seguinte movido pelos preceitos da revolução científica, tornando-se célebre pela defesa do uso da razão, do conhecimento científico puro e do controle do ser humano sobre a natureza (HOBBSAWN, 1991).

Iniciando então a exposição dos pensadores, tem-se Maquiavel (1532/2000) que, ao pensar a ação política dentro do Estado Moderno, o faz principalmente separando a política da ética. Trata a política como campo da realidade efetiva, das coisas como são e estão, assim como a ética enquanto área da realidade desejada, das coisas como deveriam ser e do certo a ser feito. O príncipe não precisa

---

<sup>22</sup> O século XVIII é marcado por três grandes revoluções: a independência americana, com seus ideais de liberdade e emancipação contra a tirania do Estado; a jacobina na França, pautada nos preceitos de liberdade, igualdade e soberania popular, eliminando o feudalismo e absolutismo e estabelecendo o capitalismo baseado na ideologia liberal, a fim de favorecer a burguesia que detinha o poder econômico, mas estava excluída do poder político no antigo regime; e a econômico industrial, com a introdução das máquinas a vapor que reconfiguram a produção da indústria têxtil e de base. Com o advento de tais revoluções o século XVIII torna-se um momento histórico marcado pelo processo de laicização do mundo moderno e construção de uma nova concepção de ser humano, mundo, produção e Estado, pautado em uma perspectiva racional e científica. Cf: CAMBI, Franco. História da pedagogia. São Paulo: Unesp. 1999.

necessariamente ser bom e, sim, parecer bom. Nessa toada da separação entre ética e política, há também a necessidade de se distinguir as instituições religiosas nos domínios do Estado.

Dessa forma, Estado e política são compreendidos e analisados de maneira separada ao domínio da Igreja Católica. Diante da ruptura entre religião e Estado, o poder do príncipe não reside mais em alusões teocráticas. Então, para o autor, na soberania do Estado Moderno habita uma nova organização social e dominação política. Para Maquiavel (1532/2000), o Estado Moderno estrutura-se por dois elementos: a força (coerção) e o consenso.

Tendo eu explicado em detalhes todas as causas da boa ou má fortuna dos principados, e levando conta as causas de sua boa ou má fortuna, mostrando os meios pelos quais foi possível dominar e preservar, resta-me agora dizer sobre os meios ofensivos e defensivos que neles podem ser necessários. Falamos antes da necessidade de um príncipe estabelecer alicerces sólidos; sem isso, sua ruína é certa. E os principais fundamentos dos Estados, sejam eles novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas armas (MAQUIAVEL, 1532/2000, p. 85).

A força embasada no medo, poder bélico e punitivo aliado à formulação de leis que representam o consenso da sociedade formam as orientações construídas por Maquiavel aos soberanos e Estados.

Tanto para Maquiavel (1532/2000) quanto para Hobbes (1651/1997) o poder do “príncipe” é inquestionável, visto que são teóricos do Absolutismo. Se para Maquiavel o ser humano é imutável, para Hobbes os homens são egoístas e maus em um estado de natureza. Então, um poder levanta-se sobre a sociedade para garantir a preservação e impedir a autodestruição.

[...] tendo em vista conseguir a paz, e através disso sua própria conservação, criaram um homem artificial, ao qual chamamos Estado, assim também criaram cadeias artificiais, chamadas leis civis, as quais eles mesmos, mediante pactos mútuos, prenderam numa das pontas à boca daquele homem ou assembleia a quem confiaram o poder soberano, e na outra ponta a seus próprios ouvidos (HOBBS, 1651/1997, p. 172).

O Leviatã de Hobbes apresenta-se no uso legítimo da força pelo Estado com o propósito de manter a ordem. O contrato social hobbesiano, embasado no consenso

entre os indivíduos, legitima o surgimento de um Estado que, por meio de leis e força, garante a liberdade e a preservação dos homens.

No final do período moderno, delimitado pela Revolução Francesa, e início da contemporaneidade, John Locke e Rousseau, representantes do Iluminismo, discutem os fundamentos do Estado Moderno. Locke (1689/1973), um dos principais pensadores do Estado Liberal, diante dos elementos força e consenso diferentemente de Hobbes que ressalta a força, enfatiza mais o consenso, representado pela criação de leis. Não obstante, o Estado deve valer-se da força na defesa da propriedade privada. Então, para Locke (1689/1973), o Estado Moderno tem por função garantir o direito à vida, liberdade e propriedade privada. Assim, os homens em estado de natureza vivem em equilíbrio e harmonia, entretanto, efetuam um contrato social ou um pacto para legitimar a liberdade individual e a propriedade privada. O Estado constitui-se do consenso entre os homens.

Na interpretação de Rousseau, o Estado Moderno é o pai das desigualdades; uma vez que, em estado de natureza, o ser humano não conhece a bondade ou maldade, é puro (o mito do bom selvagem), no entanto, quando passa a conviver em civilização e na presença do Estado torna-se competitivo e ganancioso. As ideias de Rousseau e outros iluministas são extremamente defendidas na Revolução Francesa.

A despeito do lema igualdade, liberdade e fraternidade, a Revolução Francesa oportunizou o fortalecimento político da burguesia e a expansão da economia capitalista industrial. Sendo assim, o iluminismo e a Revolução Francesa constroem e difundem alguns dos fundamentos clássicos do liberalismo como, liberdade econômica, eficiência e igualdade presentes nas obras de John Locke e Adam Smith (LIBÂNIO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012).

O poder e a função do Estado no século XVIII, tempo do Iluminismo e das Revoluções Burguesas, alcança não só a economia, a política, os modos de produção, as relações sociais, mas também, as instituições escolares. Ora, as primeiras tentativas de universalização do ensino ocorreram justamente nesse tempo histórico, à medida que:

A consolidação do capitalismo reforçou a convicção de que a educação podia ser mecanismo de controle social. Ela foi recomendada pelos teóricos da economia política liberal do século XVIII como forma de tornar o povo ordeiro, obediente aos superiores. Adam Smith justificava a necessidade de educação em consequência da divisão do trabalho. Para ele, o Estado

deveria impor a toda a população certos aprendizados mínimos: leitura, escrita, cálculo, rudimentos de geometria e de mecânica. Tudo deveria ser dado em doses homeopáticas, conforme as necessidades do capital (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p.238).

A concepção de ser humano e de mundo e, especialmente os sentidos de Estado Moderno estão relacionados e em constante transformação no processo de desenvolvimento humano.

Nesse cenário, são muitas as disputas travadas no campo teórico e prático, desde o ser humano imutável de Maquiavel e subjugado ao poder inquestionável do rei. Ao homem lobo do homem de Hobbes, retratado como explorador dos mais fracos, um usurpador por excelência que necessita de um Estado coercitivo para salvaguardar a existência humana. Passando pelo humano como tábula rasa de Locke, portanto, fadado às experiências do meio e às leis de um Estado defensor de direitos, principalmente o da propriedade privada. Chegando ao ideário rousseauiano no qual o humano nasce bom, mas a sociedade o corrompe, logo, um sujeito invariavelmente determinado pelo meio ao redor, sendo o Estado uma força legisladora que cria e aprofunda a diferença social entre os homens.

Esses pensadores apresentam obras fundamentais para analisar as origens do Estado Moderno, contudo a partir de Marx tem-se uma discussão mais aprofundada sobre a assimetria que compõem esta organização política e a qualidade da relação entre Estado e sociedade.

Latour (1994) ao pensar sobre a separação moderna entre o mundo natural e o mundo social, resultado da purificação crítica e científica, alerta para a necessidade de superar essas repartições e, assim, reatar o nó górdio que une a natureza, o conhecimento ou as coisas em si aos coletivos e ao sujeito.

O menor vírus da AIDS nos faz passar do sexo, ao inconsciente, à África, às culturas de células, ao DNA, a São Francisco; [...] mas este fio frágil será cortado em tantos segmentos forem às disciplinas puras: não misturemos o conhecimento, o interesse, a justiça, o poder (p.8).

As formas de estudo dos críticos em geral na modernidade são recortadas em três categorias: “natureza, política e discurso” (LATOURE, 1994, p.9). Não há crítica, não unem o nó górdio. A tarefa de desmistificar, quantas vezes for preciso, a

separação dos conhecimentos exatos do exercício do poder, como Latour (1994) expõe, é por vezes transportar os fatos a um lugar ao mesmo tempo marginal e sagrado, conectando-os a natureza das coisas e ao contexto social, sem reduzi-los nem a um ou ao outro. Assim, o autor opta pelo uso do termo rede ou tradução, como forma de reconstrução do fio condutor da análise integrada dos fatos, poder e discurso. “E se jamais tivéssemos sido modernos? A antropologia comparada se tornaria então possível. As redes encontrariam um lar” (p.15).

Karl Marx pode não ter refeito totalmente o nó górdio, mas apontou a necessidade de fazê-lo. A própria totalidade enquanto categoria de análise do marxismo é a tentativa de superação de análises reducionistas sobre o ser humano e o mundo. O Estado, em Marx, descreve uma sociedade composta por classes antagônicas, na qual o primeiro está a serviço de uma determinada classe.

Enganam-se aqueles que buscam em Marx uma concepção estanque de um conceito formulado no século XIX, momento da expansão da produção fabril. A contribuição do autor está na forma, no método, nos indicativos ou elementos considerados para realização da leitura da sociedade e do Estado.

Ao tratar do surgimento do Estado Moderno e das funções desse, Marx (1845-46/2009) traz à baila um conceito fundamental à análise do desenvolvimento histórico da humanidade, a divisão social do trabalho. Aliás, o Estado, a propriedade privada e a alienação da atividade social são consequências da divisão do trabalho.

Na divisão do trabalho, gestada ainda na divisão do trabalho dentro da família nos primórdios, depois na separação das famílias tribais (opostas entre si), na separação entre trabalho industrial, do campo e do comércio, reside a separação desigual dos postos de trabalho e dos produtos produzidos; enfim, a propriedade é historicamente repartida desigualmente entre os homens. A ação de possuir algo de forma privativa inicia-se ainda na família, onde a mulher e o filho são escravos do homem e, depois, com a ascensão da sociedade escravocrata institui-se um novo tipo de propriedade privada, em outras palavras, o ser humano escravo como primeira propriedade móvel.

A leitura histórica do desenvolvimento da humanidade tem como motor a luta de classes, onde uma tenta subjugar a outra da própria espécie. Neste sentido,

[...] extraímos apenas um resultado, o de que estes três momentos, a força de produção, o estado da sociedade e a

consciência, podem e têm de cair em contradição entre si, porque com a divisão do trabalho está dada a possibilidade, mais, a realidade de a atividade espiritual e a atividade material, a fruição e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes; e a possibilidade de não caírem em contradição reside apenas na superação da divisão do trabalho (MARX, 1845-46/2009, p. 46).

A acumulação primitiva exposta por Marx em *Miséria da Filosofia* (MARX, 1847/2017), trata justamente de desnudar os princípios do desenvolvimento capitalista. Desse modo, sob a escravidão direta se ergueu toda indústria de modo de produção e riqueza que abastecia a Europa por meio da exploração das colônias.

A evolução da propriedade, vista como propriedade tribal na Idade Média, passa por várias etapas até chegar na propriedade privada pura, sendo esta apartada de uma premissa de comunidade e impassível a toda intervenção do Estado. Para Marx (1845-46/2009) esse tipo de propriedade moderna está em consonância com o Estado Moderno.

Na leitura marxiana, o Estado Moderno molda-se por meio da coleta dos impostos dos proprietários privados e pela aquisição de dívidas públicas. A essa equação soma-se a queda do papel do Estado na bolsa de valores e, como resultado, tem-se a dependência do Estado Moderno ao crédito comercial concedido pela burguesia. Então, a burguesia organiza-se não mais localmente, mas nacionalmente e o Estado ergue-se para garantir a propriedade privada e os interesses da burguesia, entretanto, à autonomia do Estado é possível em lugares onde os estamentos não se desenvolveram essencialmente em classes.

As contradições advindas da divisão do trabalho residem nos interesses particulares ou de cada uma das famílias, por um lado e, nos interesses comunitários, por outro. Eles são, sobretudo, interesses de intercâmbio entre os sujeitos baseados na dependência dos sujeitos entre si pela divisão do trabalho, portanto, não são fruto de representações universais, mas da realidade material da vida concreta em sociedade (MARX, 1845-46/2009).

Segundo o autor, é justamente no conflito entre os interesses particulares e comunitários que, esse último pleiteia um lugar tanto ilusório quanto autônomo e, ainda, separado dos interesses reais do todo e dos indivíduos, o Estado. Para o autor, o Estado está fundado sobre as reais bases das ligações de poder existentes e herdadas de geração em geração dentro das famílias. Elas são relações

consanguíneas, relações entre nações, entre outras, condicionadas pela divisão do trabalho.

Com isso, Marx conclui que, a luta pela democracia, voto, abolição, etc., são enfrentamentos travados de forma ilusória, uma cortina de fumaça, pois, a luta real que está no germe da questão é a luta de diferentes classes entre si. Cabe, então:

[...] que todas classes que aspiram ao domínio, mesmo quando seu domínio, como é o caso do proletariado, condiciona a superação de toda a velha forma da sociedade e da dominação em geral, têm primeiro de conquistar o poder político, para por sua vez representarem o seu interesse como interesse geral, coisa que no primeiro momento são obrigadas a fazer (MARX, 1845-46/2009, p.48).

Na confusão entre interesses particulares (individuais), comunitários (de coletivos) e o interesse geral (do Estado), o último trabalha para modalizar os dois primeiros. Entretanto, como ocorre em uma sociedade marcada pelo exercício de atividades profissionais intimamente ligadas à classe social pertencente, interferir no interesse geral é, por vezes, algo alheio a determinados seres humanos, tornando-o alienado. Assim, o poder do Estado torna-se a certos homens e mulheres um poder independente, subjulgador e dominador.

Se na Rússia de Marx em 1810, o proletariado não havia alcançado o poder político, no Brasil, a partir de 2003, mesmo na frágil democracia, vê-se representantes das classes mais pobres e trabalhadoras, embora em menor proporção, ocuparem espaços nos três poderes. A luta pela maior representatividade de negros, indígenas, mulheres brancas e negras, LGBTQia+<sup>23</sup>, transexuais, trabalhadores, deficientes e pessoas que compõem as camadas populares, é um dos desafios para ruptura das engrenagens políticas pautadas na concentração de poder a uma determinada fração da sociedade. Sob o risco de incutir mais uma cortina de fumaça, essa luta não pode ser fragmentada em segmentos pontuais das camadas populares, precisa integrar todos. A exploração de uma determinada classe por outra é um dos elementos do modo de produção capitalista.

A sociedade é a concretude do vivido, com base nessa concretude, Marx propõe uma análise materialista. Nessa leitura, o capital é a possibilidade material de

---

<sup>23</sup> Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, queer, intersexo, assexual, outros grupos e variações de sexualidade e gênero.



promover a troca no capitalismo, ampliada pela burguesia; e, os meios de produção (capital, mão de obra, instrumento de produção e matéria prima) são dominados por uma determinada classe social. O sujeito é mão de obra que vende a força de trabalho (energia humana despendida). A força de trabalho é uma mercadoria. Dessa maneira, a mercadoria é o núcleo fundamental do capitalismo.

A força de trabalho é a mercadoria capaz de transformar outras mercadorias. Nesse sentido, é na exploração da força de trabalho não paga que o patrão gera a mais valia, o lucro. Na interpretação marxiana, quando as condições materiais de existência estiverem garantidas, o humano poderá inventar e reinventar formas de viver. Para começar, é preciso responder quem são os donos dos meios de produção, pois, determinados homens durante a história se apropriam de forma privada dos meios de produção.

Feito isso, é preciso considerar um aspecto não tão explorado em Marx: as forças que incidem sob o proletariado quando estão no poder e o comportamento humano quando em posição de poder.

Se realmente desejamos o poder é porque o criamos como forma de dominação e decisão. O desejo pelo poder ou o comportamento humano em situações de poder não é algo inerente ao ser humano, tal qual um desejo inato pelo poder, mas sim, a forma como organizamos as instituições democráticas e as relações humanas. Uma vez dentro dos mecanismos políticos, não podemos ignorar o *modus operandi* da política e do Estado brasileiro. Posicionar-se a favor das massas e das ideias progressistas sem apaixonar-se ou ser manipulado por um poder corrompido e autoritário é também um ato revolucionário.

A compreensão do surgimento do Estado Moderno e suas relações com o mercado e a sociedade estão alicerçados na leitura materialista histórica, na qual:

determinados indivíduos, que são produtivamente ativos de determinado modo [...] entrarem em determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de mostrar, em cada um dos casos, empiricamente e sem qualquer mistificação e especulação, a conexão da estrutura social e política com a produção (MARX, 1845-46/2009, p.30).

Assim, são considerados os indivíduos reais no processo de desenvolvimento humano e da civilização. Não as representações de como se veem ou como os outros os veem e, sim, como realmente são. O ser humano pode tentar distinguir-se dos

outros humanos pela consciência, pela religião, etc. Entretanto, o ser humano passa a diferenciar-se dos animais, assim que começa a produzir de forma intencional e planejada as formas necessárias para subsistência, ou seja, “ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material [...] aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (MARX, 1845-46/2009, p.24, 25).

A concepção de ser humano na abordagem materialista histórica e dialética considera o desenvolvimento do ser humano na e pela relação constituída com as condições da natureza (clima, solo etc.). O ser humano transforma a natureza para, inicialmente, prover seu sustento e, ao satisfazer as necessidades mais básicas, cria-se outras necessidades e atividades. Com isso, em condições históricas dadas ou produzidas, o humano exerce, na produção da vida material, uma atividade fundamental na construção de si e da civilização: o trabalho. Assim, tem-se como premissa fundamental a leitura histórica e social, que sujeitos reais em condições reais ao produzirem sua vida material produzem também sua consciência.

Por fim, de maneira concreta, tem-se relações de produção pautadas no modo de produção capitalista. Nesse cenário, o trabalhador ocupa postos pré-determinados na acumulação de poder, transferido de geração em geração e ligado a desigual divisão de trabalhos. O Estado ergue-se como uma entidade apartada do alcance das classes sociais mais pobres. O trabalhador sente o peso do poder dominador e legislador do Estado, mas não ocupa esse espaço de decisão.

A intersetorialidade é um conceito desenvolvido por políticas sociais do Estado a partir de pressões ideológicas externas. Esse Estado é ocupado pela elite em uma pretensa mediação de interesses particulares e comunitários. Essa disputa não é neutra e travá-la nesse espaço de poder e produção aparece como algo inalcançável. O Estado aparece como um organismo acima e apartado de determinados homens.

De um todo geral/universal extrai-se as regras do modo de produção de alcance planetário como o capitalismo e, ao mesmo tempo, entende-se que o capital age e concretiza-se de formas distintas pelo globo, fruto da divisão internacional do trabalho. Desse modo, parte-se de um todo universal para, então, compreender as especificidades do desenrolar do capital e da formação da sociedade e do Estado no Brasil.

## 2.2. Os perfis constitucionais da intersectorialidade no Brasil

*“Baixou a linha do Congo, é Congo, é Congo arruê. Baixou a  
linha do Congo, é Congo que eu quero vê”  
Ponto de preto velho.*

*Conga, vó Maria Conga,  
Que saudade de você, Conga, vó Maria Conga,  
Estou chamando por você,  
Preta velha feiticeira Rainha do Cateretê”  
Ponto da preta velha Vó Maria Conga<sup>24</sup>.*

As Constituições Federais compõem as discussões dessa tese a fim de evidenciar a relação normativa burocrática entre sociedade e Estado, onde se desenvolvem as políticas públicas setoriais e intersectoriais. A organização da sociedade e do Estado no Brasil está relacionada com a história das Constituições Brasileiras, que somam um total de sete. Por certo a primeira Constituição de 1824 não tratou do tema intersectorialidade, nem a última Constituição de 1988 menciona explicitamente o tema; não obstante, é a mais democrática. Esse dispositivo legal inaugura estruturas estatais e valida um tipo de relação entre Estado e sociedade e, a intersectorialidade, está diretamente ligada com a maneira de gerir a política e o poder de decisão.

A Constituição de 1988 traz três aspectos centrais: a universalização dos direitos, descentralização política e de poder, e participação popular nos processos de decisão política. Sendo assim, esse tópico busca rastros ou perfis constitucionais da intersectorialidade no Brasil relacionados aos três aspectos citados, com base na leitura histórica das sete constituições brasileiras. Sem a pretensão de realizar uma análise aprofundada das Constituições, e sim, para aproximar esse determinante histórico do objeto de estudos desse trabalho, expandindo assim a capacidade analítica das ciências psicológicas.

Na condição peculiar da América Latina colonizada e diante da presença do colono em maioria português e espanhol, o Brasil desenvolveu-se

---

<sup>24</sup> Maria Conga, nascida em 1792 no continente africano, sequestrada e embarcada pelo porto da área que conhecemos atualmente como Congo. Trabalhou como escrava no Brasil dos 12 aos 35 anos, quando foi alforriada. Então, passou a ser a referência na ação de liberdade de escravizados, tanto fugidos quanto alforriados, ao fundar o Quilombo Maria Congo para proteger e cuidar dos escravos que fugiam das senzalas. Após a morte, foi incorporada pela Umbanda na falange dos pretos velhos (RODRIGUES, M. GOULART, F.; FLORENTINO, 2020).

administrativamente por duas formas específicas no início. Em primeiro lugar, sob o sistema das capitanias hereditárias (1534-1821), uma forma de administração territorial pela qual o rei Dom João III concedia aos nobres de confiança o direito de explorar e colonizar determinada área, foram ao todo quatorze capitanias hereditárias. Em segundo lugar, sob o modelo Imperial (1822-1889), iniciado com o processo de independência e concluído com a Proclamação da República, sendo esse último uma monarquia constitucional parlamentarista. Em ambos os sistemas o poder é concentrado de geração em geração dentro da mesma família. Posteriormente, a partir de 1889, inicia-se a história do regime republicano brasileiro (SCHWARCZ; STARLING; 2015).

Quando a família real portuguesa se refugia no Brasil em 1807, diante do poderio bélico e do bloqueio continental de Napoleão Bonaparte que impedia países europeus, como Portugal, de manterem relações comerciais com a Inglaterra, inicia-se uma nova organização política, institucional e cultural no território.

Nesse sentido, o príncipe regente Dom João de Bragança, assina em 1808, o “Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas”, rompendo o pacto colonial e permitindo o estabelecimento de relações comerciais entre as colônias portuguesas e outras nações europeias. Tal decreto fomenta os ideais de independência do Brasil e também promove um racha entre a burguesia residente em Portugal e a burguesia instalada no Brasil, sendo esta última beneficiada pelos decretos e tratados dessa fase (OLIVEIRA; RICUPERO, 2007).

A troca e venda no sistema do mercado, iniciada pela prática econômica mercantilista e, posteriormente, pela filosofia liberal como inspiração ao modo de produção capitalista desse período histórico, é o motor das relações sociais de produção, pois, por meio dessas, formam-se alianças, tratados, bloqueios econômicos, domínio de sociedades sobre outras, possibilitando, portanto, a ascensão ou declínio de países. Sendo assim, as leis de cada período refletem e possibilitam as alianças e tratados necessários para manutenção do poder político e econômico. Dessa forma, as legislações, como por exemplo, as Constituições Brasileiras, não fogem a essa lógica.

A tomada, organização e manutenção do poder não se formam de maneira pacífica ou linear nos mais diversos momentos históricos, haja vista a quantidade de Constituições para organizar o poder político e o Estado no Brasil. Além disso, as Constituições podem favorecer mais uns do que outros.

Durante o período Imperial é escrita a primeira Constituição datada de 1824 (BRASIL, 1824) sendo uma legislação outorgada, ou seja, imposta por Dom Pedro I. O rei cerca o prédio onde a assembleia constituinte (formada pela burguesia portuguesa e brasileira) estava em andamento, dissolvendo-a e impondo o próprio projeto pessoal.

As principais características da Constituição de 1824 são: a construção dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Poder Moderador, sendo esse último pertencente ao imperador e acima de todos os outros; regime unitário (leis feitas somente pelo monarca); o voto era permitido para homens maiores de 25 anos e com determinada renda (voto censitário); união entre Estado e Igreja. Em 1824 a sociedade brasileira tem por lei, pela primeira vez, uma organização Estatal estruturada e centralizada.

O imperador vende um caráter democrático da Constituição, mas na verdade é de grande apelo autoritário. Dos 179 artigos escritos, 88 são para o poder legislativo, contudo, mantém esse órgão fechado por dois anos e meio e, após a abertura, com funcionamento de 4 meses por ano. Além disso, 30% da população era escrava e outra grande parte não possuía renda mínima, então não poderiam votar. Dom Pedro também fez questão de não distinguir os recursos da família real dos do Erário Nacional, assim, criou um artigo para garantir a manutenção das posses adquiridas pela família real através das gerações. Por fim, o Poder Moderador criado pelo próprio Dom Pedro fazia dele chefe supremo da nação (VILLA, 2011).

Destaca-se que o poder era mantido por uma específica parcela da sociedade e a participação social restringida. Aliás, para Dom Pedro I o único poder válido era o dele, nesse sentido criou o Poder Moderador na tentativa de concentrar todas as decisões. Tem-se um poder ultra centralizador, que não garante direitos a todos os cidadãos e com nenhuma abertura para participação de toda sociedade nas decisões políticas. O perfil constitucional da intersetorialidade na Constituição de 1824 é justamente a inviabilidade dessa se desenvolver devido a construção de um poder discricionário, restrição de direitos e a impossibilidade de a sociedade em geral intervir nas decisões políticas.

Após anos de regime unitário e hereditário a pressão pela independência aumenta, haja vista que países latino-americanos como Peru, Argentina, Paraguai, Bolívia, países vizinhos ao Brasil já tinham realizado a independência. Então, realizar

a independência era uma alternativa possível para manter a família real no poder, antes que o povo o fizesse.

Assim, sob o poder do príncipe regente Dom Pedro de Bourbon e Bragança, com apoio da burguesia local e dos militares, a independência é proclamada. Na passagem do Império à República o Brasil revela toda a ambiguidade e tensão possíveis dentro de uma transição política de tamanha ordem.

A obra machadiana *Esaú e Jacó* retrata de forma alegórica e realista a transição do Império para a República, por meio da história de dois irmãos gêmeos, fisicamente idênticos, mas com princípios e ideais distintos. A distinção tem o ápice no posicionamento e ativismo político; Pedro, dissimulado e conservador, é monarquista e formado em medicina; e Paulo, impulsivo e arrebatado, é republicano e formado em direito (MACHADO, 1998).

Se Pedro e Paulo em uma leitura crítica representam dois regimes distintos, respectivamente, monarquia e república, a personagem de Flora representa o Brasil. A trama é narrada pelo Conselheiro do Império chamado Aires, diplomata, erudito e de gosto refinado, apreciado por todos, evita desagradar qualquer um sempre na tentativa de mostrar neutralidade. Aires pode ser comparado à classe burguesa da época.

No romance, Pedro e Paulo disputam o amor de Flora, a inexplicável. Ocorre que Flora afeiçoa-se pelos dois irmãos, mas morre precocemente, sem conseguir se decidir por um.

Como a literatura carrega as nuances de uma época, a obra aponta para a dificuldade do Brasil em distinguir ou decidir entre dois modelos aparentemente diferentes no discurso, mas semelhantes na prática política.

Embora os discursos convergissem em algum momento, como a defesa da abolição da escravatura, os motivos ainda eram divergentes. Para alguns, o juízo de valor era a dignidade humana, para outros, requisito imposto para o estabelecimento do capitalismo. Além disso, torna-se oneroso e difícil manter um escravo diante do novo modelo de produção e fiscalização ao tráfico negreiro.

A adoção desse modelo, a República, é impulsionado pela crise deflagrada com o fim da escravidão e pela insatisfação das elites burguesas com o modelo político desde a Proclamação da Independência. Mais uma vez na equação da formação do modelo político estão os interesses da elite de poder econômico e as características

do modelo de produção para produção de riqueza, o qual forma um ambiente mais amplo, o mercado.

Por outro lado, não há tensão somente oriunda das elites, pois movimentos revolucionários ensejados pelas massas populares insurgiram no processo de construção histórica brasileira; como a Revolta dos Malês (1835), protagonizada por negros em busca de liberdade em Salvador; a Cabanagem (1835-1840), onde mestiços e índios mobilizaram-se para protestar a respeito das condições de pobreza na atual região do Pará, Amazonas, Macapá, Roraima e Rondônia; a Revolta dos Canudos (1896-1897) na Bahia ou a Revolta do Contestado na fronteira Paraná e Santa Catarina (1912-1916), as duas últimas lideradas por camponeses explorados devido à expansão latifundiária.

Todas trazem um traço comum, o movimento emancipatório da classe explorada contra a situação de opressão e, ao mesmo tempo, a resposta violenta e genocida das forças institucionalizadas aos levantes populares.

Como último país a abolir a escravidão em 1888, no Brasil penetrou a desigualdade social marcada pela questão racial. No Brasil colônia, a escravidão perpetuou por 388 anos versus 134 anos de abolição, completados em 2022. Com o fim da escravidão os negros foram libertados, contudo, sem direito a terra, aos meios de produção e a educação formal. Assim, a liberdade da abolição, no processo de construção de uma nova sociedade e modelo político na República, traduz-se na miséria, fome, analfabetismo e desemprego a uma parte específica da sociedade brasileira.

A segunda Constituição brasileira de 1891 (BRASIL, 1891) traz alguns avanços, porém guarda alguns velhos mecanismos para manutenção do poder e formação dos chefes de Estado. O avanço está na maior autonomia dos Estados na organização dos próprios serviços. Criam-se cadeias setoriais de atendimento onde, por exemplo, Minas Gerais responsabiliza-se pelas negociações do café com outros Estados e com o estrangeiro, e São Paulo faz o mesmo com o leite produzido. Em contrapartida os mesmos atores mantinham-se no poder, uma vez que “a introdução do novo regime federativo, a transferência de grande parte dos poderes do governo central para as oligarquias estaduais, proporcionou a adesão em massas dos antigos monarquistas” (VILLA, 2011, p. 26). De repente todos viraram republicanos.

A descentralização política e de poder possibilitado pela maior autonomia dos Estados é um passo positivo para construção da intersetorialidade, e esse é o rastro constitucional da intersetorialidade na Constituição de 1891.

Art.6º - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo: (Redação dada pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926)

I - para repelir invasão estrangeira, ou de um Estado em outro; (Incluído pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926)

II - para assegurar a integridade nacional e o respeito aos seguintes princípios constitucionais: a) a forma republicana; (Incluído pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926)

b) o regime representativo; (Incluído pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926)

c) o governo presidencial; (Incluído pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926)

d) a independência e harmonia dos Poderes (BRASIL, 1891).

As principais características da Constituição de 1891 são: a criação do regime presidencialista; o federalismo (autonomia dos Estados); Estado laico (separação Estado e Igreja); fim do voto censitário, contudo, permitido apenas para homens maiores de 21 anos e alfabetizados. A Constituição de 1891 ainda mantém o voto aberto, sendo necessário anunciar verbalmente no momento da votação o candidato escolhido, favorecendo a manutenção de certas figuras no poder por meio da coerção presente na formação dos currais eleitorais. Assim, ficavam excluídos da qualidade de eleitores os analfabetos, os mendigos, os praças de pré (soldado raso), religiosos de ordens monásticas ou de qualquer instituição que restrinja a liberdade individual, e mulheres (VILLA, 2011).

A primeira República ou República Velha ou República da Espada (1889-1930) tem início pelo governo de militares e, posteriormente, em 1894, Prudente de Moraes, torna-se o primeiro civil a ocupar o cargo por meio de eleições diretas. A partir de então, alterna-se no cargo de chefe do executivo os representantes dos interesses das oligarquias paulistas, produtoras de café e as mineiras, produtoras de leite.

O acordo político entre São Paulo e Minas Gerais sustentava-se na manutenção da ordem política e econômica a favor desses Estados e, ao mesmo tempo, na autonomia dada aos governadores, em troca do apoio político ao presidente. A política



conhecida por café com leite, não só representa a alternância e manutenção de poder entre as elites de São Paulo e Minas Gerais, mas, sobretudo, as marcas do coronelismo, elitismo e clientelismo na formação política brasileira.

A política do café com leite começa a ruir com o abalo provocado pelo dissenso, entre as oligarquias, quanto à escolha do nome para o cargo de presidente nas eleições de 1932. Embora Júlio Prestes seja apontado como o vencedor da eleição, fortemente marcada pelo voto de cabresto e proibição de mulheres e analfabetos, o partido Aliança Liberal (AL) do gaúcho Getúlio Vargas mobiliza os militares, tomando o poder na Revolução de 1930, marco do início da era Vargas ou Nova República (1930-1945). De um lado, Vargas nomeou interventores<sup>25</sup> pouco comprometidos com o interesse da elite paulistana, para substituir os antigos governadores estaduais eleitos, e ainda anulou a última Constituição; por outro, as reivindicações populares para construção de uma nova Constituição surgiram como cortina de fumaça a escamotear a tentativa da elite paulistana de retomar o poder, tendo a Constituição como argumento mobilizador das massas. Além disso, Vargas extingue o Poder Legislativo e o Judiciário funciona sob forte controle (VILLA, 2011).

A Revolução de 1932, caracterizada pela luta armada entre o grupo de Vargas e das massas paulistas, faz muitas vítimas e termina com a derrota paulista e o compromisso de Vargas de apresentar uma nova Constituição. Além disso, “o movimento para derrubar a oligarquia [se deve] não tão somente a fatores econômicos, mas a incorporação do Exército e de nomes que participaram do movimento Tenentista, buscando colocar um fim na oligarquia cafeeira paulista” (BERNARDO, 2019, p, 27).

Na década de 30, também acontece uma mudança importante, o Brasil assume mais o modo de produção urbano-industrial ao invés de agrário-exportador. Ainda na República Velha, as elites das grandes oligarquias de café e leite crescem, entretanto, desponta também a elite industrial, ainda que de forma mais tímida. Desse modo, o modo de produção industrial e elite correspondente vivem na era Vargas um processo de expansão e ascensão, pondo em xeque o poder até então das elites agrárias cafeeiras e leiteiras. Assim, são criados Institutos de Pesquisa e Indústrias Estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941); a Companhia Vale do Rio Doce (1942); a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São

---

<sup>25</sup> Após a deposição dos governadores estaduais, Vargas nomeou interventores encarregados da administração estadual. Em suma, eram governadores estaduais indicados diretamente por Vargas.

Francisco (1945); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1952) e Petrobrás (1954) (LEVINE, 2001).

Diante das pressões, no governo Vargas, é promulgada a Constituição de 1934 (BRASIL, 1934). Com o crescimento das indústrias na Era Vargas, cresce em paralelo o número de operários e, por sua vez, a insatisfação com as condições e exploração do proletariado. Seguramente, uma agenda política para construção de leis trabalhistas era vital para a manutenção da indústria operária minimamente satisfeita e educada. Desse modo, o ponto central da Constituição de 1934, considerada a mais democrática até então, é a consolidação das leis trabalhistas (CLT) e a educação como direito e dever do Estado, juntamente com o voto secreto para maiores de 18 anos, incluindo as mulheres e a criação da justiça eleitoral.

Na Constituição de 1934 pela primeira vez os indígenas foram citados devendo ser sedentários para garantir o direito de posse da terra. Outro aspecto foi o culto à segurança nacional e Estado forte por meio de 9 artigos, de um lado e apenas 2 artigos relacionados aos direitos e garantias fundamentais, de outro. Essa Carta também reconhece os sindicatos e abrange todo um programa de proteção ao trabalhador. Existia uma tendência de atacar as ideias liberais e buscar inspiração na Europa, do totalitarismo. O carácter democrático da Constituição (mesmo pouco) atrapalhava as inspirações de Vargas (VILLA, 2011).

A Constituição de 1934 inspira a autonomia entre os três poderes, fomento a economia popular, reconhecimento por lei dos sindicatos e associações, incumbe a União, Estado e município a criação de serviços de amparo a criança, juventude e famílias assegurar cuidado em situação de risco social. Então o rastro da intersectorialidade nessa Constituição é a ampliação de uma legislação voltada a criação de programas sociais.

Art 138 - Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;

- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis;
- g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais (BRASIL, 1934).

Todavia, em 1937, Vargas outorga outra Constituição, conhecida como “a polaca” devido ao seu caráter fascista e centralizador. Vargas extingue os partidos políticos e concentra o poder na figura do Poder Executivo. A Constituição de 1937 marca o início do Estado Novo, de cunho autoritário, sob a pretensão de completar a modernização e industrialização brasileira.

A Constituição de 1937 exaltava o autoritarismo de Vargas apoiado pelos militares e parte da elite política, promovia a censura, o ataque as liberdades individuais, instituiu a pena de morte (para além de situações de guerra como na de 1891 e 1934) e não permitia eleições diretas (VILLA, 2011).

Essa Constituição deixa claro que somente os apoiadores de Vargas têm direitos, é ultra centralizadora na figura do próprio presidente e, por fim, pune qualquer forma de expressão popular contrária ao regime. O retrocesso do modo de gerir política e poder é evidente, não cabe mais a autonomia entre os Estados ou poderes, tudo é centralizado no chefe do Executivo. Assim, a Constituição de 1937 apaga todo e qualquer rastro de intersectorialidade.

Com o iminente fim da Segunda Guerra Mundial a pressão externa traz novas demandas. Não era mais bem-visto uma Constituição de caráter fascista, devendo ser substituída por ideais liberais e democráticos. Alguns parágrafos mais autoritários da Constituição começam a ser editados abrindo espaço para anistia política e permissão de criação de partidos políticos. Sem apoio dos militares, Vargas é derrubado por eles, então, em 2 de dezembro de 1945 são realizadas novas eleições para presidente da república, senadores e deputados constituintes.

Somente após 8 anos de regime autoritário e com a queda de Vargas, o Brasil promulga a nova Constituição de 1946 (BRASIL, 1946), era a quinta Constituição e a quarta republicana. Por um lado, possuía fortes valores liberais; por outro, era o esforço dos constituintes para um regime mais democrático. Nessa dinâmica, a Carta garante alguns princípios democráticos, entretanto, mantém algumas características conservadoras como a proibição do voto aos analfabetos.

Na Constituição de 1946, a mais democrática até então, a liberdade de expressão é garantida (liberdade de imprensa e opinião), o Congresso dividido em

duas Casas, o ano legislativo ampliado para 9 meses, o cargo de vice-presidente recriado, um programa trabalhista mais amplo que a Constituição de 34 é traçado e os sistemas representativos com eleições para todas as esferas estabelecido.

Dentre os objetivos da Constituição de 1946 (BRASIL, 1946) está a reorganização do Estado. Essa Constituição revela a redemocratização. Nesse cenário a universalização e descentralização são redesenhadas nos moldes da Constituição de 1934. Ainda que esses conceitos não sejam tratados com essa nomenclatura há uma ampliação da autonomia dos entes federados e garantia de direitos. Os rastros da intersetorialidade são mais visíveis com a adoção dos elementos citados.

O momento histórico corresponde a Guerra Fria, onde o mundo é dividido em dois sistemas de Estado, o capitalista e o socialista. A Constituição de 1946 por ser abrangente na questão social começa a ser vista por parte dos políticos e militares como uma Carta de características socialistas. Nesse cenário de disputa ideológica, vence no Brasil (e em grande parte do mundo), o capitalismo.

Em 1964, ocorre o golpe militar, nesse momento há uma ruptura institucional, pois rompe-se com a Constituição de 1946. Os militares ascenderam ao poder com o apoio de parte da população e os políticos passaram a governar por Atos Institucionais (AI), num total de 17. O Congresso Nacional é primeiro ignorado, depois fechado, e as eleições diretas para presidente exterminadas. O presidente seria eleito por eleições indiretas por meio do Congresso Nacional. Além disso, as liberdades individuais foram eliminadas, como a liberdade de expressão e de imprensa, não sendo permitidas passeatas, aglomerações (consideradas subversivas). Nesse sentido, a imprensa/jornalistas e as universidades/alunos/professores sofreram perseguições e repressões, em um momento de tortura, assassinato e desaparecimento de pessoas que pensavam diferentes do regime ditatorial.

O Ato mais arbitrário da história constitucional do Brasil é o AI-5. Conhecido por trazer poderes absolutos ao presidente do executivo, podendo esse decretar recesso parlamentar a qualquer tempo; suspender ou cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais; demitir, remover e aposentar qualquer servidor, entre outros. Esse Ato também suspende a garantia de habeas corpus. O Poder Moderador escrito na primeira Constituição volta.

Assim, em 1967 é outorgada uma nova Constituição (BRASIL, 1967a) de característica autoritária, onde o governo legislava por Atos Institucionais (AIs),

perseguições e censuras. Os militares restringem o direito de greve e, dentre os AIs, decretam a eleição indireta para presidente da república e o poder deste intervir em Estados e Municípios.

Todos os elementos, universalização, descentralização e, especialmente, a participação social são atacados e exterminados. A Constituição de 1967 (BRASIL, 1967a) cria um Estado fechado em si, um ente que dialoga somente com ele mesmo. Dessa forma, todo o rastro de intersetorialidade é apagado.

O período do crescimento econômico, o milagre econômico, vivido entre 1968 e 1978, de certa maneira manteve os golpistas no poder sob o pretexto do desenvolvimento da nação. Da mesma maneira o desgaste do modelo econômico com a crise do petróleo de 1979 contribuíram para o fortalecimento da oposição política que ganha as eleições para o governo estadual em 1982 com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em São Paulo e Minas Gerais e, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio de Janeiro com Leonel Brizola. As vitórias oposicionistas e o desgaste econômico abalam o regime militar (VILLA, 2011).

Segundo o autor citado, as eleições diretas para governadores estaduais em 1982 fortalecem as discussões e ações para redemocratização, então, em 15 de março de 1985 chega ao fim a ditadura militar. Em 1985 Tancredo Neves é eleito, ainda de forma indireta, presidente do Brasil, contudo, morre ainda no início do mandato e José Sarney assume. Sarney dá sequência aos trabalhos para construção da Nova Constituição e forma uma comissão para avaliar os projetos, uma Assembleia Constituinte. Antes disso, em 1984 a campanha Diretas Já ganha apoio das massas e da elite empresarial. Assim, em 5 de outubro de 1988 é promulgada a nova Constituição (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988, conhecida por Constituição Cidadã, trata de uma gama de direitos sociais em um processo de redemocratização, e ainda, traz um amplo programa econômico-político-social. O elemento central é a diretriz para construção de uma série de políticas públicas sociais.

Pela primeira vez os analfabetos são considerados eleitores, as liberdades individuais são salvaguardadas (religiosa, política, de expressão, de imprensa), direitos fundamentais a todos cidadãos como o direito à Saúde, Educação, Cultura, entre outros, são consideradas como dever do Estado.

A Constituição de 1988 traz o início das discussões sobre intersetorialidade política, por se tratar de uma carta de princípios normativos, todos interligados. Ela é

composta por nove títulos, sendo oito nomináveis indicando conteúdo e, uma última parte sem título (disposições gerais transitórias). Todos os dispositivos da Constituição podem ser reformulados com exceção das cláusulas pétreas: a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais. Essas não podem ser alteradas nem mesmo por Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

O primeiro dos títulos nominados Os Princípios Fundamentais. Nele estão a soberania, cidadania, livre iniciativa, valores sociais no trabalho, entre outros. O segundo, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, dividido em capítulos que tratam dos direitos políticos, sociais, de partidos políticos e da nacionalidade. O terceiro, Da Organização do Estado, no Artº 18 - trata da organização administrativa do Estado brasileiro (União, Estado, Distrito Federal e municípios). O quarto, Da Organização dos Poderes, traz o princípio do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse capítulo não se restringe apenas ao âmbito do Estado, traz também uma ligação entre Estado e sociedade ao abordar nos últimos capítulos as advocacias, Defensoria Pública e Ministério Público.

O quinto título foi criado para garantir a lei e a ordem, Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, legislando sobre as forças armadas, segurança pública, polícia militar, entre outros, todos ligados intersetorialmente. Então, depois de toda essa formulação vem uma pergunta importante: quem paga? Assim, tem-se o título seis, Da Tributação e do Orçamento. Depois é preciso saber qual é a participação do Estado na economia, como esse vai dialogar com a sociedade economicamente competente e competitiva, então, cria-se o princípio sete, Da Ordem Econômica e Financeira. Nesse capítulo e no anterior o Estado já se constitui no formato de gerente das políticas sociais tendo por base a parceria com empresas privadas ou sociedade civil.

Por fim, o último título é o centro pulsante do princípio intersetorial, título oito, Da Ordem Social. Esse título trata, por exemplo, da Seguridade Social, Educação e Saúde, como dever do Estado e da sociedade e da participação social na política social.

Não por mera coincidência a intersetorialidade passa a ser estudada e pensada a partir da Constituição de 1988, pois esse é o marco histórico da construção de um conjunto de políticas sociais em uma perspectiva de universalização de direitos,

descentralização de poder e participação dos cidadãos nos espaços políticos. Sobre esse último, a Constituição explica que:

Art. 193. A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

Parágrafo único. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 é pioneira na questão da criação de conselhos de políticas setoriais com a participação da sociedade civil e as diversas emendas tentam ampliar ainda mais essa participação, como demonstra o trecho a seguir:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Regulamento I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) (BRASIL, 1988).

A população tem um papel a desempenhar tanto nas etapas da construção de uma política quanto na supervisão dos recursos destinados. Segundo Carvalho (2002), a contribuição da Constituição de 1988 para o avanço democrático é inegável, porém acontece a passos lentos e ainda possui um longo caminho.

Para o autor, quanto mais durarem os regimes democráticos, maiores são as chances de aprendizado e correção de desvios. Uma das problemáticas explicadas

por Carvalho (2002), reside na desarticulada e invertida conquista dos direitos sociais. Assim, no Brasil, primeiro tem-se os direitos sociais, implantados em um período de suspensão de direitos políticos e civis. Os direitos políticos vieram depois. Ironicamente, a expansão do direito ao voto ocorreu em outro período ditatorial, sendo os órgãos de representatividade política apenas alegorias do governo. Por fim, atualmente, certos direitos civis ainda não são acessados por parte da população.

Esse balanço das diversas Constituições brasileiras expõe todo o jogo político e de poder de um país de raiz colonial e com momentos de fechamento e de abertura democrática. Diferentemente do jargão muito utilizado nas Cartas, todo poder emana do povo, a maioria das Constituições mantiveram o povo longe do poder.

Embora a intersetorialidade se apresente de forma mais visível a partir das exigências e possibilidades traçadas na última Constituição, todas as anteriores formaram as condições para o início ou encerramento dessa, em um todo dinâmico e processual. Nesse cenário, de base econômica, a Constituição Federal escrita pelo ser humano molda a sociedade e expõe o desenho do Estado e, esse último, imprime as características das políticas setoriais e intersetoriais.

### **2.3. As Reformas Administrativas do Estado e o estabelecimento do Estado gerencial**

“Uma força furiosa me impele a gritar  
 Com os nervos à flor da pele  
 É preciso exterminar  
 A doença mental, física e assassina  
 Do racismo, do anti-feminismo e do neonazismo  
 É preciso arrancar  
 Da medula dos ossos  
 Dos nervos até a epiderme da pele  
 Esse medonho cancro  
 Que matou Anderson Gomes  
 E que matou Marielle Franco”  
 Jorge Mautner, 2019.

O presente tópico aborda o redesenho do caráter administrativo do Estado brasileiro. Com isso, discute as reformas e o estabelecimento do Estado Gerencial, esse último cria quatro setores do Estado e respectivos tipos de propriedade e modo



de administração por meio de pelo menos três dimensões enfatizadas na realização do gerencialismo, a institucional-legal, a cultural e da gestão.

Vargas foi deposto em 1945, mas ainda sob o seu comando, o Brasil experimenta a primeira reforma do Estado. Com base nas discussões de cunho econômico e das ciências políticas, o Estado brasileiro passou por três Reformas de carácter administrativo que marcaram seu novo papel e concepção.

A primeira Reforma de 1936 foi a burocrática; a segunda de 1967, constituiu-se como um ensaio à descentralização e a desburocratização; a terceira, iniciada na década de 90 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e sob o comando de Luiz Carlos Bresser Pereira a frente do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) (BRASIL, 1995), perpetrou-se apoiada na ideia da administração pública gerencial como resposta à crise do Estado da década de 80 e a globalização da economia (BRESSER PEREIRA, 1996).

A administração pública burocrática é implantada para substituir o modelo patrimonialista característico das monarquias absolutas, onde o Estado era propriedade do rei, sem clara distinção entre patrimônio público e privado, portanto, corroído pela corrupção e favoritismos. Assim, a administração burocrática moderna pauta-se na separação do público e privado e do político e administrador público. Então, em 1936 o Brasil inicia a primeira reforma do Estado com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) – responsável pela implantação da administração burocrática e dos princípios centralizadores e hierárquicos (BRESSER PEREIRA, 1996).

A substituição da administração pública burocrática pelo modelo gerencial tem por fundamento a crise do Estado. Para Bresser Pereira a crise caracteriza-se **“pela perda de capacidade do Estado de coordenar o sistema econômico de forma complementar ao mercado [...] crise fiscal, crise do modo de intervenção do Estado [...] crise da forma burocrática como o Estado é administrado”** (BRESSER PEREIRA, 1996, p.3, grifos nossos).

Contudo, na interpretação do referido autor, escapa (propositalmente) a influência do mercado e dos setores produtivos e econômicos sobre o Estado. Uma vez que, o Estado pouco coordena o mercado, na filosofia neoliberal, embora o mercado muito influencie o Estado na sociedade de modo de produção capitalista. Tal análise fica evidente com as grandes transformações econômicas e produtivas fomentadas pelo choque do petróleo de 1973 deflagrando a crise mundial,

denominada no Brasil como o “fim do milagre econômico” e, por conseguinte, refletindo no Estado.

Por um lado, a adoção do modelo gerencial de Estado, em uma compreensão predominantemente endógena, busca a superação de um modelo burocrático considerado pouco eficiente. Por outro, em uma compreensão mais profunda das forças políticas e relações externas em países latino-americanos, destacam-se quatro fatores decisivos para o agravamento da crise do Estado, a saber: crise mundial (o choque do petróleo em 73); crise fiscal (dificuldade do Estado financiar os déficits); crise de governabilidade (incapacidade de solucionar os problemas sociais e econômicos); emergência da globalização e inovações tecnológicas (MATIAS PEREIRA, 2014) bem como a pressão dos governos conservadores internacionais e do segmento empresarial nacional para adoção do modelo de Estado Gerencial.

O Estado, além disso, passou a ser responsabilizado pelas empresas como culpado pelos altos custos, especialmente os trabalhistas, previdenciários e tributários. Sendo pressionado pelo segmento empresarial a reduzir impostos e a sua participação no mercado de trabalho, o enorme Estado burocrático viu-se diante de um dilema: ao mesmo tempo em que necessitava de maior arrecadação para cobrir seus sérios problemas fiscais, tinha de diminuir tributos e sua ingerência no mercado de trabalho, para que suas empresas pudessem ter mais competitividade no cenário global e para que pudesse ser alvo dos investidores (MATIAS PEREIRA, 2004, p 11).

O modelo burocrático era considerado ultrapassado, principalmente por não responder às grandes mudanças socioeconômicas do século XX. Sendo assim, não havia simplesmente o esgotamento de um modelo burocrático como alguns reformadores do Estado brasileiro difundiam, mas, sobretudo a incapacidade do modelo burocrático de enfrentar a crise econômica e cíclica do capital.

O Estado gerencial busca inspiração e até o modus operandi nas estruturas da administração das empresas.

Inspirada em bem-sucedidos modelos da administração privada, a administração gerencial veio com a missão de enfrentar a crise fiscal dos Estados, advinda dos incontáveis serviços que estes prestavam e da má alocação de receitas cada vez mais escassas. Portanto, a administração pública gerencial surgiu como estratégia para reduzir os custos e tornar a administração pública mais eficiente, além de ser um instrumento para

combater as mazelas e a penetração da corrupção que a burocracia ocasionara (MATIAS PEREIRA, 2004, p, 12).

Neste contexto, a primeira tentativa de Reforma de caráter gerencial ocorre por meio do decreto de Lei 200/1967<sup>26</sup> (BRASIL, 1967), proporcionando a transferência de atividades e serviços para autarquias, fundações, sociedade de economia mista, dentre os novos rumos propostos. A base de orientação da nova postura do Estado eram os “princípios de racionalidade administrativa, o planejamento e o orçamento, a descentralização e o controle dos resultados” (BRESSER PEREIRA, 1996, p.7).

Realmente o Estado passa a operar na lógica e princípios empresariais da gestão privada, contudo a função do aparelho estatal deveria diferir da práxis mercadológica. Na prática, o racionalismo converte-se em um planejamento voltado para economia e compartilhamento de recursos entre os serviços; a descentralização, em um viés perverso, constituiu-se na falta de suporte, controle, supervisão e acompanhamento das entidades pela cúpula da administração estatal devido à excessiva autonomia dada aos gestores e, finalmente, o controle de resultado, tal qual uma empresa do setor privado visa o aspecto quantitativo baseado em metas em detrimento do processo.

O processo, no bem público, é um aspecto primordial, pois está relacionado ao controle do processo inerente ao exercício da cidadania. Esses controles, tachados como impeditivos da celeridade e eficiência da máquina pública, criam um nicho oportuno para inúmeras problemáticas, como desvio de dinheiro público, baixo financiamento e serviços de baixa qualidade.

A lógica do Estado, na melhor das utopias, é o bem comum, e a do setor privado é o lucro e a circulação de mercadorias para o crescimento econômico. Embora os projetistas do Estado Gerencial deixem clara a distinção entre Estado e mercado, esse mimetismo do primeiro em relação ao segundo evidência como o Estado se apropria e se constitui a partir de um lugar que entende o outro como cliente, o serviço como mercadoria, o lucro como primordial e a meta como objetivo.

Depois da tentativa do decreto de Lei 200/67 (BRASIL, 1967), a reforma do Estado rumo ao modelo gerencial é instaurada em 1995, seguindo ainda alguns

---

<sup>26</sup> Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

moldes anteriores. Segundo o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), elaborado pelo MARE,

Na administração pública gerencial a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança a posteriori dos resultados (BRASIL, 1996, p, 16).

A crise fiscal e o modo de produção pautado na substituição de importações (produção nacional dos produtos antes importados do exterior) impunham a necessidade da reforma do Estado especialmente como formulador de políticas públicas e interventor no âmbito econômico e social. A globalização intensifica a competitividade entre os países e o Estado não conseguia responder às imposições do mercado e, ao mesmo tempo, às crescentes demandas sociais.

As formas mais descentralizadas e flexíveis do decreto de Lei 200/67 (BRASIL, 1967), “eram uma resposta à necessidade de o Estado administrar com eficiência as empresas e os serviços sociais” (BRESSER PEREIRA, 1996, p.9). No entanto, após mais de 55 anos da primeira tentativa de gerencialismo e mais 27 anos de concretização, conclui-se que o Estado não é capaz de administrar, nesses moldes gerenciais, com a eficiência pretendida, pois, ao criar tipos de propriedade e de instituições para execução de serviços sociais, reduziu o Estado para fins sociais e abriu um nicho mercadológico para serviços sociais como Educação e Assistência Social.

As políticas sociais setoriais e intersetoriais estão em conformidade com modelo de Estado e servem para garantir a concretização e manutenção desse modelo. Assim, a qualidade intersetorial da política tem se desenvolvido imbricada à natureza gerencial do Estado.

A reforma do aparelho do Estado é uma reorganização de natureza técnica voltada para o melhor desempenho da administração pública do Estado e para cidadania; enquanto, na reforma do Estado ou do papel do Estado, esse “deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse

desenvolvimento” (BRASIL, 1995, p.12). Ambas as reformas, administrativa e funcional, ocorrem de forma conjunta.

A reforma do aparelho estatal, vide MARE (BRASIL, 1995), formula quatro setores do Estado e os respectivos tipos de propriedade e modo de administração. O primeiro, o núcleo estratégico, como entidade federal, é composto pelo Presidente da República, ministros de estado e cúpula – formuladores de políticas públicas, o Supremo Tribunal Federal, Ministério Público e tribunais federais. Os Estados e municípios também possuem correspondentes núcleos estratégicos. Para esse, a propriedade deve ser estatal em modo de administração misto, ou seja, tanto burocrático como gerencial.

O segundo setor, as atividades exclusivas de Estado, são aquelas correspondentes ao poder do Estado, portanto, o poder de legislar e tributar. Fazem parte a polícia, as forças armadas, órgãos de fiscalização, tributação ou responsáveis pela transferência de recursos como SUS, o sistema seguro-desemprego, seguridade social básica e o fomento. Nesse caso, a propriedade definida é a Estatal, tal qual o primeiro setor, e em modo de administração gerencial.

O núcleo estratégico experimenta uma novidade nos instrumentais administrativos, o contrato de gestão. No núcleo estratégico, os três Poderes, além dos instrumentais comuns de cada área, podem contratar, via contrato de gestão, prestadoras de serviço. O contrato determina metas, objetivos, financiamento e materiais, para concretização do serviço a ser executado por agências autônomas no caso das atividades exclusivas do Estado, e por organizações sociais para serviços não exclusivos do Estado.

O terceiro, os serviços não exclusivos do Estado, englobam as Universidades, Hospitais, Centro de Pesquisas e Museus. Embora não envolvam o poder do Estado são subsidiados por esse, pois são considerados fundamentais para os direitos humanos ou compõe economias externas<sup>27</sup>, não podendo ser adequadamente

---

<sup>27</sup> Na economia da empresa, uma economia de escala externa refere-se a benefícios decorrentes do crescimento geral da economia ou de uma indústria específica. “A economia de escala externa ocorre quando um setor industrial expande suas atividades e as empresas que atuam na área podem desfrutar de melhores condições, infraestrutura, redes de fornecimento mais sofisticadas e mão-de-obra mais qualificada, resultando em custos menores de suas produções”. Cf Krugman, Paul R.; Obstfeld, Maurice; Melitz, Marc, J. Economias externas de escala e localização internacional da produção. In: Economia Internacional. 10 Ed. Pearson & Artmed, 2015.

compensadas no mercado por meio da cobrança de serviços. Nesse ponto, formula-se um novo tipo de propriedade, a pública-não estatal, dentro do modelo administrativo gerencial.

Para os serviços não exclusivos do Estado a propriedade não pode ser estatal, pois não justifica o uso do poder do Estado, nem tão pouco pode ser privada uma vez que recebe dinheiro do fundo público do Estado. Tem-se então, a propriedade pública-não estatal, que deve ser controlada pelo Estado e pela sociedade por meio dos conselhos administrativos e, ao mesmo tempo, pelo mercado, através da cobrança de serviços.

O quarto e último setor é o da produção de bens e serviços para o mercado, representados pelas empresas estatais. Nesse setor, grande parte da produção deve ser realizada pelo setor privado, conforme programa de privatização, e dentro do modelo gerencial. Assim, “pressupõe-se que as empresas serão mais eficientes se controladas pelo mercado e administradas privadamente. Daí deriva o princípio da subsidiariedade: só deve ser estatal a atividade que não puder ser controlada pelo mercado” (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 20).

Tal afirmação é, pelos idealizadores, assumidamente obscura e pouco definida. A exceção à regra da privatização seriam os monopólios naturais de grande lucro; como o petróleo, os quais podem gerar investimentos em si e na infraestrutura brasileira. A quimera da subsidiariedade está na crença de atividades alheias ao mercado. Contrariamente, então, a lógica do Estado de modo de produção capitalista, marcado pela competitividade, circulação de mercadorias a nível global e sobretudo, um modo de produção capaz de transformar direitos básicos em mercadoria.

Basicamente, o modelo de administração gerencial busca a criação legal de entidades prestadoras de serviços ao invés da execução direta do serviço pelo poder público. Dois aspectos são fundamentais para tanto: em primeiro lugar, a criação da propriedade pública não estatal. Em segundo lugar, o contrato de gestão para mediar a relação do núcleo estratégico com as agências autônomas, no caso das atividades exclusivas do Estado de propriedade Estatal, e também a criação das organizações sociais (OS), para as atividades não exclusivas do Estado de propriedade pública não estatal.

Embora a intersetorialidade das políticas sociais enquanto expressão do Estado possa se formar e desenvolver dentro dos quatro setores apresentados, dilata-se na possibilidade de o Estado contratar terceiros na execução de serviços.

Há o movimento de expansão de um pseudoestado, pois se alimenta do subsídio público, mas não é devidamente acompanhado pelo núcleo estratégico ou realizado por profissionais especializados. Desse modo, pode-se constatar a longo prazo algumas contradições do gerencialismo: o avanço de estratégias para diminuir a força e a representatividade social dos conselhos municipais, estaduais e nacionais; a carência de instrumentos para transparência e controle/acompanhamento das prestadoras de serviços; e o crescimento do terceiro setor sem, necessariamente, o aumento da qualidade dos serviços.

Como projetado por Bresser Pereira (1996) a reforma da administração pública foi promovida em três dimensões: em primeiro lugar, no âmbito institucional-legal, com mudanças na Constituição e criação de instituições; em segundo lugar, na dimensão cultural, pela transição dos valores burocráticos para os gerenciais (exceto no núcleo estratégico); e por fim, na dimensão da gestão.

Uma mudança de caráter administrativo acompanha a difusão de um modelo ideológico impresso na ideia de serviços sociais de qualidade. Entretanto, é explícita a ideia de construir serviços públicos mais baratos. Para quem? Para o Estado.

A reforma do Estado em geral, especialmente do aparelho estatal e de funcionários, apresentada e implantada em 1995 tinha por objetivo o ajuste fiscal e a modernização da administração pública pautada no atendimento do cidadão. A primeira foi perseguida por meio de emendas constitucionais visando cortes no quadro de pessoal – exceto na União –, e para Estado e municípios aumento da idade mínima para aposentadoria, aumento no tempo de serviço exigido, valor de aposentadoria proporcional à contribuição. O segundo objetivo, intentado à médio prazo, consistia em “fortalecer a administração pública direta ou o ‘núcleo estratégico do Estado’, e descentralizar a administração pública através da implantação de ‘agências autônomas’ e de ‘organizações sociais’ controladas por contratos de gestão (BRESSER PEREIRA, 1996, p.17 e 18). Essa etapa e objetivos representam bem a dimensão institucional-legal.

Ao gerencialismo, cabem algumas ponderações. O ensaio da desburocratização rumo ao gerencialismo do decreto de Lei 200/67 (BRASIL, 1967), cria na prática novos órgãos (autarquias, fundações, sociedade de economia mista) que resultaram na distribuição de poder a uma elite, já protagonista do poder político e econômico no Estado patrimonialista e de volta ao jogo político pelo domínio dos novos órgãos. O gerencialismo, ciente de todo o cenário exposto, foi capaz de mudar o quadro?

Diante do panorama atual pode-se responder negativamente a tal questionamento. A modernização do Estado gerencial foi sinônimo da diminuição do Estado e criação de agências reguladoras, contudo, modernizar não se restringe somente à criação de agências reguladoras, mas também a concepção de formas de fiscalização e promoção da transparência quanto ao uso do dinheiro público e qualidade de serviços.

A reforma do Estado deve viabilizar instrumentos e medidas pautadas no controle social e transparência nas ações e contas do Estado (PEREIRA, 2004). A reforma do Estado foi abandonando a centralização da gestão burocrática para a descentralização gerencial.

Na prática, o Estado delegou para o município a execução de atividades sociais, como Educação, Cultura, Assistência Social, etc., porquanto cada território reconhece as demandas locais existentes. Entretanto, delegou-se para o cidadão, na qualidade de OS, ou para o empresariado (incluindo instituições religiosas), na qualidade de pública não estatal. Sendo que, essa última, é controlada pelo Estado e pelo mercado. Ou seja, pelo fato de receber dinheiro do Estado, deve ser controlado por esse e complementado pelo controle social, ao mesmo tempo que, pelo controle do mercado, estabelece-se a cobrança de certos serviços.

Ainda dentro dos questionamentos ao gerencialismo, é preciso enfatizar os possíveis motivos para as mudanças constitucionais no âmbito institucional legal que fortaleceram o movimento, os principais beneficiados e as implicações.

Para Bresser Pereira (1996) a Constituição de 1988 representou, em parte, um grande retrocesso burocrático no âmbito da administração pública. Segundo Dasso Júnior (2006) a crítica apresentada pelo governo ultraliberal recaía primeiro sobre a institucionalização do regime único e, segundo, na diminuição da flexibilização das normas operacionais das entidades da administração indiretas (autarquias e fundações).

Quanto a primeira questão, os ataques direcionaram-se à estabilidade funcional. Assim, a pretensa ineficiência da máquina pública era obra do funcionário que não podia ser demitido, desconsiderando propositalmente a pressão do capital pela nova ordem mundial, a desarticulação das políticas sociais, a desigualdade de renda e educação e as especificidades da formação social brasileira.

A estabilidade serviu no modelo burocrático para romper com uma prática patrimonialista muito comum: a demissão em massa de funcionários ao término de



um governo usada para alocar pessoas próximas ao novo governo. Bresser Pereira (1996) reconhece o mérito da estabilidade na transição do patrimonialismo para o burocrático, contudo, não acredita ser mais viável, pois tem alto custo e impede incentivos e punições, tal qual existe no setor privado.

Entretanto, é preciso salientar que a estabilidade, definida na Constituição de 1988, apenas garante o direito à ampla defesa e contraditório pelo funcionário na instauração do processo administrativo, mas não impede a demissão. Aliás, posteriormente alguns critérios são formulados com o propósito de regular a estabilidade, como faltas injustificadas e a avaliação de desempenho.

Quanto à segunda questão, a crítica baseia-se na necessidade de selecionar os funcionários da administração indireta de maneira igual à administração direta, o concurso público. Bresser Pereira (1996) defende apenas um processo seletivo, ainda que transparente e público. Para o autor, um dos méritos da Constituição Federal 1988 foi a instauração do concurso público para eliminar o empreguismo e corporativismo na administração pública ou estabilidade para combater demissões por motivo político, mas, contraditoriamente, não assume como necessário o mesmo ímpeto para administração indireta.

Geralmente, as prefeituras celebram um contrato de gestão com outras entidades executoras da atividade. Nessa seara observa-se a alta rotatividade de funcionários, acompanhada pela demissão por motivos políticos e a fragilidade dos contratos de trabalho que deixam o funcionário à mercê de demissões até mesmo do abuso de poder.

Para os projetistas da reforma gerencial, os funcionários públicos estão desmotivados, mal treinados e remunerados, dentro dos valores burocráticos clássicos. Assim, os ideários da nova administração pública questionam o servidor público sem mencionar a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, o imperialismo estadunidense com hegemonia política, econômica e militar.

A dimensão cultural mostra-se fortemente ideológica, seja na manutenção de elementos burocráticos para garantia de privilégios de alguns, seja na conveniente transição rumo ao gerencialismo para outros. O primeiro passo para iniciar a reforma, por meio da Emenda Constitucional 19 de 04 de junho de 1998 (BRASIL, 1998a), foi a disseminação de uma bandeira de cunho ideológico sobre os males a serem combatidos e o tipo de remédio necessário, o gerencialismo.

O segundo, como aponta o próprio Bresser Pereira, foi o estabelecimento de alianças interessadas na proposta da administração gerencial, são eles: “os empresários; os prefeitos e os governadores; e os altos funcionários da Administração Pública Federal” (DASSO JÚNIOR, 2006, p.253).

Para os empresários, todo o rol de direitos trabalhistas oferecidos pela administração pública burocrática onerava o setor privado, pois pressupunha o gasto social com o trabalhador, impedindo o maior lucro das empresas, onde essa aliança foi estratégia para ambos. Já os gestores, fortaleceram a aliança rumo à reforma pelo interesse de caçar os servidores públicos que recebiam altos salários e, também, fragilizar a estabilidade garantida constitucionalmente.

Por fim, os altos funcionários, especialmente das carreiras típicas de Estado, interessaram-se no tratamento diferenciado prometido, porque a reforma oferecia aumento salarial a policiais, diplomatas, procuradores, fiscais, auditores, gestores e formuladores de políticas públicas, entre outros.

Assim, a reforma gerencial não só utiliza de formas patrimonialistas, mas as mantém ao cristalizar a troca de favores dentro do meio político. Com isso, realiza uma série de emendas à Constituição Federal de 1988 a fim de garantir privilégios e alianças à elite em detrimento da classe trabalhadora.

Desse modo, a reforma do Estado do governo Fernando Henrique, implantada ainda no primeiro mandato, deixa como legado a estabilização econômica e o fim da inflação, por um lado; e as mais altas taxas de desemprego vistas até o momento (MARTINS; RODRIGUES, 1999). O gerencialismo adotado em países como Estados Unidos, Reino Unido, Nova Zelândia apresentou particularidades em cada lugar, então não poderia ser diferente no Brasil, solo de grande desigualdade social e exploração do trabalho.

Dessa forma, é justamente no período pós-reforma do Estado, que o Brasil apresenta altos níveis de desemprego, frágeis condições de trabalho e, como resposta a essas demandas, a crescente institucionalização dos sindicatos.

Logo após, na década de 90, o processo de globalização, privatização, reestruturação econômica e novo papel do Estado, segundo diretrizes neoliberais concretizadas em solo de brasileiro, gerou a maior flexibilização das leis trabalhistas, a terceirização, precarização das relações de trabalho e aumento do desemprego e o sindicalismo:

ao se colocar como um dos principais fatores de resistência a flexibilização de direitos, e à precarização do trabalho e ao processo de destituição dos sujeitos coletivos autonomamente construídos, o sindicalismo passou a ser um 'obstáculo' a ser removido (OLIVEIRA, 2011, p.23).

Contraditoriamente à incorporação dos novos direitos sociais e instrumentos jurídico-políticos dos pós Constituição Federal, outros dispositivos legais são legitimados para a precarização e flexibilização das relações trabalhistas. Nesse cenário, o sindicalismo faz frente reivindicando pautas para garantia dos direitos trabalhistas, sendo extremamente combatido.

A reforma redefine a relação do Estado com a sociedade, recompondo, por meio de um movimento político, as relações de poder. No atual modelo, o Estado Gerencial não é mais o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social por meio da produção de serviços. Nesse sentido, a reforma “priorizou a transferência para o setor privado das atividades que podem ser controladas pelo mercado. Através da liberalização comercial, esse mesmo mercado passa a ter mais liberdade de ação, com o abandono da estratégia protecionista de substituição das importações” (PEREIRA, 2004, p. 2).

Rendidos ao capital estrangeiro, o Brasil é abalado pela onda neoliberal; o país mergulha na criação de organizações, entidades, intuições etc. Para Bresser Pereira (2001), o Estado gerencial vai “além de criar agências reguladoras: é também o Estado democrático e eficiente que financia a fundo perdido os serviços sociais e a pesquisa científica e age como capacitador (enabler) da competitividade das empresas privadas” (p.30). O discurso de serviços sociais como algo importante e com um financiamento “ilimitado” está aliado à vinculação quase oculta dessas medidas à estrutura econômica e a acumulação do capital por meio da privatização.

A reforma gerencial efetivou-se a contento na dimensão cultural e na institucional. No entanto, o grande desafio, consagrado a longo prazo, é a dimensão da gestão. Nesse último aspecto:

Trata-se [...] de colocar em prática as novas ideias gerenciais, e oferecer à sociedade um serviço público efetivamente mais barato, melhor controlado, e com melhor qualidade. Para isto a criação das agências autônomas, ao nível das atividades exclusivas de Estado, e das organizações sociais no setor público não-estatal serão as duas tarefas estratégicas (BRESSER PEREIRA, 1996, p.7, grifos nossos).

De tal forma, o instrumento básico utilizado para implantação da reforma foi o Orçamento anual da República e, em especial, o Plano Plurianual (PPA).

Buscou-se, assim, o fortalecimento das funções de regulação e de coordenação do Estado, particularmente no âmbito federal, e a progressiva descentralização vertical, nos âmbitos estadual e municipal, das funções executivas no campo da prestação dos serviços sociais e de infraestrutura (MATIAS PEREIRA, 2014, p.134, grifos nossos).

Essa diretriz manteve-se nos PPAs dos governos seguintes, Lula (2003-2007 e 2007-2011), Dilma (2011-2015 e 2015-2016), (MATIAS PEREIRA, 2014) bem como no governo Temer (2016-2019) e o atual governo Bolsonaro (2019-2023). Segundo o autor, na tentativa de superar possíveis dificuldades na realização das políticas públicas devido à ineficiência da administração pública. Certas medidas, tomadas pelos governos, expressam as tentativas para construção de um modelo administrativo de Estado.

Neste sentido, a priorização de uma agenda social é iniciada no governo FHC, fortemente pautada pela privatização e desresponsabilização do governo quanto aos encargos financeiros, por um lado; e, no governo Lula, a agenda social é significativamente ampliada e financeiramente assumida pelo Estado, por outro. Nesse último caso, há uma expansão do núcleo estratégico pautado em agendas sociais, especialmente, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), da Secretaria de Políticas para Mulheres e da Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial.

A maior oferta de crédito ou cheque especial da classe média e a criação de programas de distribuição de renda financiados pelo governo federal movimentaram positivamente a economia. Um movimento orquestrado por empresários, funcionários públicos e políticos. Ainda no governo Lula o ministério da Educação cria uma série de programas para inclusão de alunos negros, pobres ou oriundos de escolas públicas no Ensino Superior público e privado.

Avançando para as significantes medidas do governo Temer, cita-se a Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos e a Reforma Trabalhista representada pela Lei nº 13.467/17 (BRASIL, 2017a). A primeira visa o reequilíbrio das contas do país, pois os gastos públicos estavam crescendo acima do Produto

Interno Bruto (PIB). No mais, a base governista acredita que o novo regime fiscal permitirá a diminuição da taxa de juros e à retomada do crescimento econômico (AGÊNCIA SENADO, 2016). A segunda, permitiu a flexibilização das leis trabalhistas, favorecendo especialmente ao empregador, e ainda desobriga a contribuição anual do trabalhador ao sindicato. Essa reforma operou as mais significativas mudanças da CLT desde a implantação no governo Vargas.

Dentre os efeitos possíveis, tem-se o crescimento da terceirização para qualquer atividade de uma empresa. A contratação por modalidade de trabalho intermitente, na qual o trabalhador é contratado, no entanto, presta serviço de forma esporádica, recebendo um salário apenas pelas horas trabalhadas. O trabalhador pode ter trabalho, mas não ter serviço e, por conseguinte, não ter salário. Essa modalidade escamoteia índices de pleno emprego, contudo, soluciona a demanda por mão de obra e também custa menos ao empregador e, por fim, oportuniza o enfraquecimento da estrutura sindical.

Caminhando então, para as medidas que fomentam um modelo administrativo e ideológico de Estado nos últimos anos, chega-se ao atual governo de Bolsonaro. Logo após a posse, com o discurso de enxugar a máquina pública por meio da Medida Provisória 870/2019 presidente extingue os seguintes Ministérios: Cidades; Cultura; Desenvolvimento Social; Esportes; Fazenda; Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Integração Nacional; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Segurança Pública; e Trabalho (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2019).

A grande maioria desses Ministérios foram transformados em Secretarias e direcionados a outros Ministérios. Como o caso do Ministério da Cultura, do Desenvolvimento Social e do Esporte, transformados em Secretarias e direcionados ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, criado pelo governo e com forte viés conservador, religioso, sexista e homofóbico. Na continuação das realocações, a Secretaria da Cultura é transferida para o Ministério do Turismo.

As principais consequências dessa mudança de *status* residem na impossibilidade institucional das Secretarias para representar o Brasil no âmbito internacional; geralmente não possuem inter-relação com outros Ministérios; padecem de menores orçamentos comparados aos Ministérios; diminuição da autonomia da política cultural, de esporte, de desenvolvimento social, entre outros, em relação a outras áreas.

Outros Ministérios, além do novo *status* de Secretaria foram simplesmente extintos, como por exemplo, o Ministério do Trabalho, tendo as atribuições desmembradas entre os Ministérios da Economia, da Cidadania, e da Justiça e Segurança Pública.

No crescente movimento de ampliação e fortalecimento de uma concepção gerencial de Estado, as mudanças na previdência social sempre estiveram em voga. Houve mudanças na legislação da previdência no governo FHC, Lula e Dilma, mas, as mudanças mais substanciais foram tentadas no governo Temer e realmente efetivadas no governo Bolsonaro pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 (BRASIL, 2019a).

O texto é aprovado sem os retrocessos inicialmente sugeridos ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aos trabalhadores rurais. Além disso, também foi vetada a proposta de criação de um sistema de capitalização onde o trabalhador poupa para a aposentadoria ao invés do trabalhador em exercício financiar o aposentado, como já vigente. Por fim, a nova previdência traz mudanças como o fim da aposentadoria por tempo de contribuição; novo cálculo de uma idade mínima para homens e mulheres; a mudança na base de cálculo da aposentadoria, entre outros.

A necessidade da Reforma está calcada na explosão do gasto do Governo Federal com aposentadorias do INSS, servidores federais e militares, no envelhecimento da população e nos privilégios de algumas carreiras do funcionalismo público.

A reforma, no entanto, atinge de maneira brusca os mais pobres, pois esses são a massa dos beneficiários do INSS e ao mesmo tempo sofrem mais com qualquer diminuição de renda. Além disso, a reforma deixa de lado qualquer mudança aos militares e servidores estaduais e municipais, tendo suas aposentadorias legisladas em PECs paralelas, na tentativa de omitir os pontos mais controversos e assim acelerar a aprovação.

Por fim, ainda há que se considerar a proposta de Reforma Administrativa do Estado, PEC 32/2020 (BRASIL, 2020). A proposta em tramitação no legislativo, em fevereiro de 2021, altera algumas regras do funcionalismo público, mais especificamente, proíbe a aposentadoria compulsória como punição; veda a progressão de carreira unicamente por tempo de serviço; proíbe o tempo de férias excedente a 30 dias por ano; decreta o fim do regime jurídico único da União e cria a modalidade de vínculo de experiência, de vínculo por prazo determinado, de cargo

com vínculo por prazo indeterminado, de cargo típico de Estado e cargo de liderança e assessoramento (cargo de confiança); legítima a exigência de dois anos em vínculo de experiência com "desempenho satisfatório" antes de o profissional ser investido de fato no cargo público, etc.

Por outro lado, a Reforma, se aprovada, não atingirá os funcionários públicos já em exercício, magistrados, parlamentares, militares e membros do Ministério Público. Essas últimas categorias compreendem as maiores remunerações e benefícios no serviço público.

Mais uma vez o ciclo reformista levanta uma bandeira ideológica ao considerar tais medidas necessárias para a eficiência e contenção de gastos públicos. No entanto, mascaram o aprofundamento do abismo das desigualdades sociais e a fragilização das condições de contratação do funcionário da coisa pública.

Desde a implantação e fortalecimento do Estado Gerencial nota-se a imposição do capitalismo financeiro sobre o capitalismo gerencial do século XXI. Com isso, as mudanças econômicas impuseram o mundial sobre o nacional.

A reforma do Estado não pode se restringir à reestruturação administrativa e à busca do equilíbrio fiscal. Deve ter como objetivo principal a consolidação do processo democrático, a estabilidade econômica e o desenvolvimento sustentável com a justiça social (MATIAS PEREIRA, 2014, p. 275).

Dos primórdios à configuração atual, a dinâmica econômica e o modo de produção, seja familiar, agrário ou tecnológico, interferem de maneira substancial tanto na formação societária quanto na função ideológica e administrativa do Estado. O caráter administrativo do Estado gerencial foca no desenvolvimento econômico e equilíbrio fiscal às custas da diminuição das despesas com os recursos humanos que menos onera o Estado, bem como na ampliação das parcerias público-privadas, em especial, as OSC, para prestação de serviços sociais.

Nesse panorama, dentre tantas funções, cabe ao Estado a formulação, fortalecimento ou desmantelamento de políticas sociais. Sendo assim, a intersectorialidade enquanto medida política traz no âmago as qualidades do gerencialismo estatal e imprime a dinâmica da articulação das políticas sociais. A proposta de um mecanismo político mais articulado ganha corpo em 2006 com o Sistema de Garantia de Direitos.

### CAPÍTULO 3

## SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS E PAPEL DA PSICOLOGIA

*“Afirma-se que é uma verdade, que esta transformação não pode ser feita pelos que vivem da tal realidade, mas pelos esmagados, com uma lúcida liderança”*

*Paulo Freire, 2005.*

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, constrói as bases do próprio conhecimento científico em meio a momentos históricos determinados. Apreender o movimento de crítica da Psicologia Escolar e Educacional, a quem serve as ciências psicológicas nos diferentes recortes temporais, quem é a(o) profissional de Psicologia e onde está inserida(o), formam o ponto de partida escolhido nesse capítulo para apresentar as contribuições da Psicologia para a garantia de direitos e construção de políticas públicas intersetoriais.

A ciência psicológica surge no final do século XIX, e constitui-se impregnada por uma visão positivista e, posteriormente, psicométrica. No primeiro caso a experimentação é a única forma possível para atingir a cientificidade e a interpretação baseava-se na descrição e registro dos dados, sem considerar o contexto ou as relações existentes (MALHEIROS; NADER, 1987).

Quanto à segunda tendência, a visão puramente psicométrica, Patto (1997) no clássico artigo: *Para Uma Crítica da Razão Psicométrica*, desvenda as condições sócio-históricas do *boom* psicométrico do início do século XX. Segundo a autora, a poderosa burguesia da década de 1980 para gerenciar a distribuição meritocrática das pessoas pela hierarquia social, fundamentava-se em classificações valorativas de inteligência e personalidade.

Por vezes, no processo de mensuração do psiquismo humano as diferenças eram maximizadas e rotuladas, sem a atenção necessária ao contexto produtor desses problemas (muitos relacionados à desigualdade social) ou no interesse de quem propulsiona a produção do conhecimento. Noções naturalizantes e matematizadas buscavam identificar o soldado ideal, o aluno mais inteligente, o louco em potencial, sem considerar o momento político, econômico, cultural ou familiar do fenômeno.

Sendo assim, desde a regulamentação da profissão, por meio da Lei 4.119, de 27 de agosto de 1962 (BRASIL, 1962), até os tempos atuais, a Psicologia, em particular



no campo escolar e educacional, tem questionado as próprias bases teóricas e metodológicas para a construção de uma nova trajetória. Nesse sentido, a adoção de bases teóricas de cunho marxistas, oriundas da Filosofia, Antropologia, Sociologia, possibilitaram uma revolução paradigmática ao conceber a historicidade do fenômeno na e pela dimensão social, econômica, política, cultural que o compõe (SOUZA, 2017).

Segundo a autora, dos anos 1970 a 1980, a Psicologia Escolar e Educacional, impulsionada pela produção acadêmica de Maria Helena Souza Patto – *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar* (PATTO, 1987), inicia o movimento de crítica. Questiona-se o papel da(o) psicóloga(o) escolar e das ciências psicológicas ao desvelar as múltiplas determinações do fracasso escolar, da realidade das escolas públicas, das famílias pobres, do cotidiano escolar, ou seja, os elementos presentes nos processos de escolarização da sociedade de classes sociais.

Dessa forma, a partir da década de 1990, o movimento de crítica, fortemente orientado pela Psicologia Histórico-Cultural, oferece subsídios para pesquisar e entender o fenômeno educativo enquanto produto e produtor de políticas públicas educacionais. Com isso,

se a crítica à Psicologia Escolar tradicional leva-nos a compreender a escola e as relações que nela se constituem a partir das raízes históricas, sociais e culturais, de sua produção, mister se fazia pesquisá-las no contexto das políticas públicas educacionais que produzem e constituem as escolas nas redes em que se encontram instaladas (SOUZA, 2017).

Quando a Psicologia começa a entender a própria história e a história da humanidade, começa a entender os determinantes históricos do momento econômico, político e social do surgimento e desenvolvimento das ciências psicológicas.

Dessa maneira, em uma perspectiva crítica, questiona as bases da desigualdade social e compromete-se com a garantia de direitos daqueles expropriados dos meios de produção e da propriedade privada. Além disso, visa à construção de políticas públicas e espaços de participação social para intervenção das massas populares nos processos políticos, não só pelo voto, mas sobretudo, pela ocupação de espaços estratégicos e representativos em entidades capazes de inferir e monitorar as políticas públicas.

Souza; Lima; Ramos; Barbosa; Yamamoto; Calado (2014), por meio de uma pesquisa bibliográfica, identificam nos materiais coletados uma crítica à psicologia

tradicional e a apresentação de novas propostas para orientação da queixa escolar. Essas novas propostas e investigações compreendem a escolarização e a qualidade do ensino com base na leitura da sociedade.

Por esse motivo, a Psicologia ao realizar a análise crítica dos movimentos que resultaram no direito à educação pública de qualidade ou nos direitos das crianças e adolescentes, considera o ser humano em relação às especificidades da sociedade brasileira de raiz escravocrata, patriarcal e colonizada.

Conforme Djamilia Ribeiro (RIBEIRO, 2019), as marcas sociais da sociedade cisheteropatriarcal eurocentrada<sup>28</sup> sustenta a oferta desigual de oportunidades, criando grupos sociais com menor acesso aos direitos sociais e plena cidadania. O conceito de lugar de fala desenvolvido pela autora, traz à tona os processos de dominação e exploração, postos na relação de poder, na qual determinados grupos sociais (negros, pobres, mulheres, índios, quilombolas, Lgbtqia+, entre outros) buscam formas de organização e enfrentamento para a desigualdade, contudo, as marcas sociais ainda dificultam a difusão e legitimidade da produção de conhecimento desse público.

Assim, defender a educação pública e proteção social principalmente à criança e adolescente é entender a necessidade desse tipo de legislação e a função dessas políticas públicas em um país com as especificidades conjunturais e estruturais do Brasil. Mesmo aqueles direitos forjados no diálogo serviram, em certo ponto, as classes hegemônicas.

Em um país de profunda desigualdade social como o Brasil, um conjunto de políticas são necessárias para o enfrentamento da pobreza, analfabetismo, violência, estupro, feminicídio, assassinato de jovens negros, entre outros.

Nessa luta por uma sociedade mais justa e igualitária, tensionada pela disputa ideológica entre duas classes antagônicas, o Brasil construiu, por exemplo, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA); as Políticas Afirmativas; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB); a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP); Plano Nacional de Educação (PNE); Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Sistema Único de Saúde (SUS); Sistema de Garantia de

---

<sup>28</sup> Faz referência a uma sociedade determinada por: cis = cisgênero, pessoa que se identifica com a identidade de gênero atribuída no nascimento; hetero = heterossexual, pessoa que tem atração sexual e afetiva pelo sexo oposto; patriarcal = predominância do homem da condução da vida em sociedade; eurocentrada = sobre influência europeia.

Direitos da Criança e do Adolescente, como também a expansão e obrigatoriedade do ensino. Outro aspecto importante são os conselhos municipais das políticas públicas setoriais, como Educação, Saúde e Assistência Social.

Dentre todas as políticas públicas a que mais se aproxima da dimensão intersetorial é o ECA (BRASIL, 1990)<sup>29</sup>, pois só pode ser entendido como um sistema integrado para promoção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes. O ECA inaugura a doutrina de proteção integral e prioridade absoluta, conforme disposto a seguir:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

As ações de proteção devem contemplar várias áreas na intenção de aproximar-se das múltiplas determinações do ser social. Por isso, legisla sobre um todo integrado e, portanto, sobre a necessidade de um Sistema de Garantia de Direitos.

Assim, o ECA e a mobilização social gerada pela Constituição Federal de 1988, resultaram na construção do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, regulamentado pela Resolução nº 113<sup>30</sup>, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (BRASIL, 2006).

Nessa perspectiva, o Sistema de Garantias de Direitos, consiste na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil para efetivação dos direitos humanos do público alvo e opera a partir de três eixos estratégicos: defesa, promoção e controle da efetivação (BRASIL, 2006).

O eixo da defesa é composto pelo Judiciário (Varas da Infância e Juventude, Criminais, etc), Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia Geral da União, Polícia Civil Judiciária, Polícia Militar, Secretarias de Justiça, Ouvidorias, Conselhos Tutelares e órgão de defesa dos direitos humanos e cidadania. Tem por função

---

<sup>29</sup> Psicólogas(os), profissionais de diversas áreas, movimentos sociais e sociedade civil participaram ativamente da formulação do ECA em 1990.

<sup>30</sup> Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

garantir o cumprimento dos direitos garantidos por lei, responsabilizando judicialmente aqueles que o violarem, seja a família, a sociedade ou o poder público.

O eixo da promoção agrega órgãos governamentais e não governamentais que atuam na execução e formulação de políticas públicas como Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esportes, etc. Além desses, fazem parte também os conselhos paritários deliberativos dessas políticas setoriais, as prestadoras de serviço públicas e privadas, serviços e programas executores de medidas socioeducativas, e os conselhos de direitos da criança e do adolescente.

O eixo do controle é formado por conselhos de direitos das crianças e adolescentes, conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas, e órgãos e os poderes de controle externo e interno com o objetivo de acompanhar e supervisionar as ações públicas de promoção e defesa. O parágrafo único do texto ressalta que o controle social deve ser exercido predominantemente pela sociedade civil, mas, de forma institucionalizada, ou seja, nas organizações representativas.

Cabe destacar no eixo da promoção, o art. 14 - §1º, o seguinte trecho: “essa política [...] desenvolve-se, estrategicamente, de maneira transversal e intersetorial, articulando todas as políticas públicas (infra-estruturantes, institucionais, econômicas e sociais) e integrando suas ações, em favor da garantia integral dos direitos [...]”.

A ação de executar tem qualidades intersetoriais. Outros aspectos quanto ao desenvolvimento desse sistema de propositura intersetorial são: satisfação das necessidades básicas do público alvo como dever do Estado, família e sociedade; participação da população no controle e formulação das políticas públicas por meio de entidades representativas; descentralização política e administrativa como transferência de poder de execução as demais esferas e entidades sociais; controle social interno e externo da implementação e operacionalização (BRASIL, 2006, Art.14 - § 3º).

As leis, as políticas sociais e o sistema para agir de forma integrada estão postos. Esses eventos são formados pelos homens diante da necessidade de atender as demandas da desigualdade social, fragmentação das políticas sociais e organização do aparato político.

A Psicologia como ciência e profissão, ao estudar a consciência humana, traz o humano forjado na ordem capitalista. Por um lado, esbarra nos limites dessa ordem calcada na acumulação de riquezas; por outro, busca novas formas de emancipação humana por meio do ativismo político.

Nos dias atuais, a Psicologia está presente nos mais diversos órgãos da rede de proteção social à criança e ao adolescente. Nesses espaços endossa a luta tanto na atuação profissional, quanto na produção de conhecimento sobre o direito a escolarização; enfrentamento a redução da maioridade penal; educação não violenta; medidas socioeducativas; violência sexual contra criança e adolescentes; participação social na luta por direitos; crianças em situação de rua; entre outros (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020).

Por esse motivo, dentre as possíveis contribuições da Psicologia para construção de políticas intersetoriais citam-se a construção de novas formas de compreensão do humano e dos processos políticos. Para Martín-Baró (1980/2017) a emancipação humana está intimamente ligada ao processo de emancipação política. Ou seja, o estudo e atividade política são caminhos necessários para capacidade de pensar em relação à realidade, ao contexto e as experiências realizadas, ou seja, crítica a partir da análise do concreto. Esse se caracteriza como um caminho libertador.

Nesse sentido, ao compreender a complexidade dos processos que constituem o ser, a Psicologia identifica nas políticas públicas de caráter intersetorial uma estratégia possível de emancipação, por duas razões. Em primeiro lugar, traz à tona a dimensão da participação social na formulação e monitoramento das políticas sociais e, em segundo lugar, por construir-se como uma forma de atendimento integral às demandas do ser (educacional, social, de saúde, cultura, lazer, habitação, esportes, alimentar etc.).

Dito isso, as próximas colocações desse capítulo aproximam-se mais do lugar real da materialidade do fenômeno ao tratar do contexto histórico da PNAS (BRASIL, 2005) e do PNE (BRASIL, 2014), representantes da política intersetorial aqui estudada. Logo em seguida, apresenta-se o campo da análise com base na possibilidade de ações articuladas entre Assistência Social e Educação Integral através do SCFV e PME/PNME. E, por último, discute-se a atuação intersetorial da(o) psicóloga(o) no campo social com destaque para a síntese entre teoria e prática, transformação social, emancipação humana e, portanto, no sentido da práxis.

### **3.1. Políticas sociais e desigualdade social no Brasil: os determinantes históricos da edificação da Política Nacional de Assistência Social e do Plano Nacional de Educação**

*“É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”  
Provérbio africano.*

Para discorrer a respeito de uma medida de política social, a intersectorialidade, em sua realidade material, é preciso eleger uma política específica e, especialmente, como pontua Faleiros (2009), analisar o contexto da estrutura capitalista e os tempos históricos das transformações dessas mesmas estruturas. Tem-se por base, desde a forma mais geral da ideologia do capital, a especificidade da concretização capitalista em um país latino-americano como o Brasil.

Assim, aborda-se no transcórre dessa seção, a PNAS (BRASIL, 2005); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005 e materializado pelos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS); e, no âmbito da política educacional, o Plano Nacional de Educação perpassando pelos planos de 1962, 2001 e o plano vigente de 2011.

Dentre as possibilidades de estudos e discussões sobre políticas sociais, têm-se essas como “estratégias estatais para a resolução de problemas sociais particularizados” vinculadas à concepção de política pública construída por um Estado com modo de produção capitalista (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, p. 10).

Isto posto, a expressão questão social se faz fundamental para a compreensão de política pública nesse cenário específico. A questão social pode ser definida como um conjunto de problemas sociais, econômicos e políticos, elencados e vivenciados pela classe trabalhadora, indicando a tensão capital e o trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983; NETTO, 2007, apud YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Carolina Maria de Jesus, negra, semianalfabeta, mãe solo de 3 filhos, catadora de papel e moradora da favela do Canindé em 1947, é um exemplo vivo a elucidar as entranhas da tensão capital e do trabalho. No livro intitulado *Diário de uma Favelada*, Carolina descreve o cotidiano da vida na favela e, dia após dia, acorda com uma avassaladora incerteza: será que a quantidade de papel “catada” no dia será suficiente para alimentar a si e aos filhos? A tensão capital e trabalho é posta em xeque na face mais perversa, a luta pela sobrevivência. A questão social é o motor da desigualdade social.

Para Sawaia (2009) existe uma íntima relação entre subjetividade e desigualdade social, sendo tarefa da Psicologia superar explicações dicotômicas entre ambas. O ser humano produz a realidade social e é produzida por ela. Nesse cenário,

A desigualdade social se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação. Essa depauperação permanente produz intenso sofrimento, uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônica na vida cotidiana, que se reproduz no corpo memorioso de geração a geração. Bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado, rompendo os nexos entre mente e corpo, entre as funções psicológicas superiores e a sociedade (SAWAIA, 2009, p.369 e 370).

Embora exista medo e humilhação, também a vontade de ser feliz é experimentada pelo ser humano na desigualdade social. Assim, a autora recorre também à transformação social com uma ação coletiva possível na perspectiva da mudança, essa é uma transformação realizada por aqueles que sofrem. Ademais, o Estado produz ações para o enfrentamento da desigualdade social.

A questão social evidenciada pela classe trabalhadora é posta como objeto de intervenção pelo Estado, contudo de forma fragmentada. A política social transforma-se em políticas sociais, ou seja, são a resposta do Estado à questão social nos últimos 30 anos, em diferentes intensidades e formatos. A Constituição Federal de 1988 esboça a tentativa mais próxima da construção do *Welfare State*, porém inócua frente ao fortalecimento neoliberal (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Assim, cabe ao Brasil uma tentativa tardia, pois o ideal do *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social foi criado por John Maynard Keynes (1883-1946) e consolidado na Europa após a Segunda Guerra Mundial.

A partir da crise econômica de 1929 o modelo keynesiano surge como alternativa para enfrentar as diferenças sociais criadas pelo livre mercado, objetivando o pleno emprego, seguro social, a estatização de setores estratégicos, a criação de políticas públicas e serviços sociais com vistas a ampliação da demanda e do mercado de consumo. Trata-se de um conjunto de contribuições na esfera da política econômica e da atuação do Estado como agente interventor e regulador e, sobretudo, “um pacto entre os interesses do capital e dos trabalhadores” (YASBEK, 2014, p. 80).

Não se podia negar a constituição do Estado de Bem-Estar Social mediante o novo arranjo do sistema capitalista, então precisava ser um sistema provisoriamente regulado. Sendo assim, as políticas sociais consagradas na Constituição de 1988 são

um fenômeno especificamente histórico e integrado às exigências econômicas e sociais. Houve um incentivo ao Estado interventor e as políticas públicas no pós-guerra, entretanto, já na década de 70, o choque da crise do petróleo, a recessão econômica, as novas formas de produção e acumulação no mundo globalizado e tecnológicos, dentre outros, contribuíram para alterações no formato do sistema de proteção e papel do Estado (PEREIRA, 2009).

Todo o processo de promulgação da Constituição ocorre na contramão da pressão do Consenso de Washington, que trata de um conjunto de reformas estruturais de ideal neoliberal, como a construção de um Estado menos interventor, privatizações, desregulamentação de mercados, entre outros. Soma-se a esse cenário o grande crescimento da pobreza, desigualdade social, ruptura do pacto keynesiano, redução da autonomia nacional diante das orientações de organismos multilaterais (FMI e Banco Mundial) para o enfrentamento da pobreza e crise econômica. Na seara da consolidação de um modelo neoliberal, muitos aspectos almejados na Constituição de 1988 não se concretizaram plenamente ou sofreram transformações (YASBEK, 2014).

O desenvolvimento neoliberal em solo brasileiro está relacionado ao crescimento da indústria nacional na ditadura militar e posterior declínio, devido ao endividamento público e crescimento do capital especulativo (SADER; GENTILI, 2003).

Política é conflito; assim, pressupõe a tensão entre dois campos antagônicos e contraditórios pela redistribuição de poder e valores. Nesse cenário, as políticas sociais brasileiras consagram legalmente uma série de direitos sociais, destacando-se aqui a Educação e a Assistência Social.

Antes da PNAS (BRASIL, 2005), a Assistência Social tinha caráter assistencialista, calcado na benesse, portanto, não havia a perspectiva do direito. A promoção desse acesso ao assistencialismo era geralmente desenvolvida pela primeira-dama do município, estado ou país. Nesse sentido, eram realizados bingos, bazares beneficentes, campanhas do agasalho, entre outros. A grande problemática dessa ação assistencialista era justamente o fato de não ocorrerem sistematicamente e, não resolverem a situação da população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Por meio da luta e da mobilização a Assistência Social alcança seu status de direito do cidadão e dever do Estado pela Constituição Federal de 1988. No final de 2004, constituiu-se a PNAS (BRASIL, 2005), com o propósito de implementar o SUAS



– criado em 2005, com o objetivo de fazer a gestão da política nacional, estadual e municipal de assistência social. Esse gestor articula duas estruturas: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. O SUAS é materializado por meio do CRAS e CREAS<sup>31</sup>.

Como o CRAS possui ligação com o campo estudado é mister apresentá-lo. O CRAS é uma unidade pública estatal e atua como referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais da proteção social básica do SUAS, no seu território de abrangência, sendo a porta de entrada para o cidadão acessar os direitos socioassistenciais. Seu foco de atuação é a prevenção de desigualdades sociais e a promoção da vida dentro do território em que está sediado.

Cabe ao CRAS desenvolver e articular ações para a Proteção Social Básica, ou seja, prevenção de situações de risco pessoal e social, por meio do desenvolvimento de potencialidades, acesso a direitos e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Além da oferta de serviços e ações, possui a função exclusiva de oferta pública do trabalho social com famílias através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) (BRASIL, 2012).

A PNAS (BRASIL, 2005) tem a intersectorialidade como eixo central. Se a política de Assistência Social é algo recente e já constituído enquanto sistema único, o mesmo não se aplica à Educação. Por outro lado, a Educação possui no âmbito nacional, o chamado PNE. As discussões sobre o PNE têm início na Era Vargas, período de grande nacionalismo, crescimento da industrialização, aumento da massa operária ou proletariado, impulsionado por um novo modelo de produção urbano-industrial.

Nesse cenário, o projeto getulista propunha a construção de uma nação por meio da Educação. Então, foi criado, em 1930, o Ministério de Negócios da Educação e Saúde Pública. Em 1931, a reforma Francisco Campos instituiu o Conselho Nacional da Educação (CNE), responsável pela organização de um Plano Nacional de Educação. Logo, diante da amplitude e múltiplas diferenças regionais seria necessário um grande diálogo para a construção de um conjunto de metas educacionais para o Brasil (VIEIRA; RAMALHO; VIEIRA; 2017). Dessa forma, O debate ideológico acerca da educação brasileira foi marcado pela disputa de duas vertentes distintas: os pioneiros da educação e os representantes da Igreja Católica

---

<sup>31</sup> O CREAS desenvolve e articula ações para a Proteção Especial Social em casos de média e alta complexidade. São casos que demandam acolhimento, abrigo, família substituta, atenção integral.

A primeira vertente publicou em 1932 o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (AZEVEDO; *et al*, 1932/2006) escrito por 26 intelectuais, dentre eles, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meirelles, Noemi Silveira, Armando Álvaro Machado. O documento defende a construção de um plano geral de educação com base na educação única, pública, gratuita e laica, sendo o Estado o carro chefe dessa renovação educacional brasileira.

A vertente católica defendia a formação do ser humano ideal por meio da educação. Duas correntes surgem dessa vertente, uma calcada no individualismo e submissão proletária e outra na exterminação do mal inerente ao humano pela palavra de Cristo. Em ambas a educação era o caminho para o propósito final. Além disso, a igreja católica detinha uma grande parcela da propriedade privada, parte das escolas privadas e já havia se embrenhado na educação brasileira desde a chegada dos jesuítas <sup>32</sup>.

Em meio a tamanho debate ideológico, a Constituição de 1934 é promulgada, definindo a educação como direito de todos e dever do Estado. Dessa maneira, atribui a CNE a formulação de um plano nacional. Embora uma proposta para o PNE pautada em uma educação progressista para um país democrático fosse aprovada em 1937 pela Câmara, com a imposição do Estado Novo e fechamento do Congresso, o projeto foi abandonado.

Em seguida, no governo Gaspar Dutra (1946 – 1951), o enfoque educacional, antes pautado na formação humana, passa a focar mais nas qualificações para o mercado de trabalho e, as discussões e dispositivos legais da época, pouco contribuíram para a construção de um PNE. Apenas em 1961, no governo de João Goulart (1956 -1964), a CNE retomou a atribuição de criar o PNE. Assim, em 1962, é apresentado o primeiro PNE brasileiro, sendo essencialmente um conjunto de metas para a educação para os 8 anos seguintes (VIEIRA; RAMALHO; VIEIRA; 2017).

Nesse PNE, promulgado pela Lei Nº 4.024<sup>33</sup>, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL, 1961), não há menção ao conceito de intersetorialidade para atingir a efetividade da política educacional. Tão pouco faz menção à articulação da Educação com outras áreas do conhecimento como algo necessário. Apenas no Título I - Dos Fins da Educação (Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996 – BRASIL, 1996), a questão

---

<sup>32</sup> Para saber mais sobre o tem: CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologia e educação brasileira - católicos e liberais. São Paulo, Cortez e Moraes, 1984.

<sup>33</sup> Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

do desenvolvimento integral do ser é mencionada, sendo um dos objetivos da educação, contudo o plano não define a concepção de desenvolvimento integral ou apresenta estratégias para atingi-lo. Vide trecho a seguir:

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:  
d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;  
e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio (BRASIL, 1961).

O Plano representava a tentativa de organizar os níveis de ensino e os respectivos financiamentos, entretanto não refletia os ideais críticos e democráticos da Educação. Com o golpe militar de 1964, o Plano Nacional distancia-se ainda mais dos ideais emancipatórios. Assim, dois anos após a implementação é modificado, adotando diretrizes descentralizadoras e voltadas para elaboração de vários planos regionais ou estaduais ao invés de um plano nacional.

Nesse cenário, dois momentos são decisivos para os rumos da educação, como aponta Vieira; Ramalho; Vieira; (2017): em primeiro lugar, a eliminação da obrigação orçamentária para educação pública ratificada na Constituição outorgada de 1967 e até então presente nas Constituições de 1934 e de 1946; em segundo lugar, o domínio das políticas de mercado na educação, materializadas pela dependência nacional do capital internacional e pelo incentivo a expansão do ensino privado.

Consequentemente, o próximo Plano Nacional de Educação de 2001, instituído pela Lei nº 10.172, de 10 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), e apresentado no governo de Fernando Henrique Cardoso, reflete a adoção das políticas neoliberais do governo e a busca brasileira para atender às condicionalidades dos órgãos multilaterais que emprestavam dinheiro ao país, são elas: diminuição da pobreza, redução do analfabetismo, educação voltada ao mercado de trabalho (educação profissionalizante) e a articulação de entes públicos e privados para o desenvolvimento econômico. Esse último aspecto, no âmbito educacional, tem como fórmula o aumento da oferta da educação profissional.

Outro dispositivo legal importante na época é a LDB de 1996 (BRASIL, 1996), pois prevê no Art. 87, § 1º, a construção de um Plano Nacional com diretrizes e metas e com vigência de 10 anos, posição também balizada na Declaração Mundial sobre

Educação para Todos. O PNE (BRASIL, 2001) é aprovado com muitos vetos inclusive no artigo que previa 10% do PIB para a Educação.

Ainda que, a intersetorialidade não venha à tona no PNE de 2001 é, de certa forma, tangenciada com o uso do termo articulação, como aponta os seguintes trechos:

1.2) Diretrizes. [...] a demanda de educação infantil poderá ser atendida com qualidade, [...] Para tanto, requerem-se [...] medidas administrativas para **articulação dos setores da política social envolvidos no atendimento dos direitos e das necessidades das crianças**, como a Educação, a Assistência Social, a Justiça, o Trabalho, a Cultura, a Saúde e as Comunicações Sociais, além das organizações da sociedade civil;

8.2) Diretrizes. Considerando as **questões envolvidas no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, a articulação e a cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência é fundamental** e potencializa a ação de cada um deles. Como é sabido, o atendimento não se limita à área educacional, mas envolve especialistas sobretudo da área da saúde e da psicologia e depende da colaboração de diferentes órgãos do Poder Público, em particular os vinculados à saúde, assistência e promoção social, inclusive em termos de recursos [...] O Programa de Renda Mínima Associado a Ações Sócio-educativas (Lei n.9.533/97) estendido a essa clientela [de baixa renda], pode ser um importante meio de garantir-lhe o acesso e a frequência à escola (BRASIL, 2001, grifos nossos).

Além disso, o termo articulação também é usado para tratar da relação da escola com a família, programa de formação em serviço em articulação com universidades e também a construção de um sistema de acompanhamento, controle e supervisão da educação infantil, nos estabelecimentos públicos e privados por meio da articulação entre as esferas municipais de educação e das universidades.

A necessidade da política educacional, especialmente os programas educacionais, congregarem com outras políticas, como Saúde e Assistência Social, começam a ganhar espaço nas discussões e no âmbito legal. Ademais, tem-se o incentivo para formação acadêmica de professores em programas de pós-graduação e o estímulo a pesquisas sobre educação, em particular a educação para o mundo do trabalho. Esse Plano, por um lado, abrange alguns avanços, pois baseou-se em um diagnóstico da situação educacional, por outro representa a vitória do plano produzido pelo governo sobre o plano apresentado pela oposição do governo, denominado

Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira (FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, 1997).

Na Câmara dos Deputados em 1998 foram apresentados dois projetos de lei: um elaborado pelo governo federal e MEC, e outro elaborado por meio do amplo debate com profissionais da educação, sindicatos e órgãos representantes da sociedade realizado no Fórum Nacional de Educação e no I e II Congresso Nacional de Educação. O Plano foi apresentado pelo deputado Ivan Valente do Partido dos Trabalhadores e intitulado Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira. Esse último Plano defendia a educação pública, laica e democrática, apresentando princípios, diretrizes, metas e estratégias consonantes com a realidade brasileira (ALMEIDA, 2014).

Ainda linha sucessória de planos, o PNE 2014 (BRASIL, 2014), difere do PNE 2001 (BRASIL, 2001), baseado na tríade diagnóstico-diretrizes-objetivos e metas, descartou a produção do diagnóstico. Nesse sentido, mesmo que o PNE 2014 apresente uma inovação na estrutura ao incluir um conjunto de estratégias de implementação, a etapa do diagnóstico possibilita maior transparência ao debate. Por isso, a câmara dos deputados, representada pela professora Dorinha Seabra Rezende, solicitou ao poder executivo o envio de um diagnóstico da situação educacional para embasar a análise do projeto de lei do PNE 2014. Entretanto, essa iniciativa não resultou na produção de um diagnóstico propriamente dito, mas na divulgação de dados sobre os custos de cada meta e, em seguida, na publicação intitulada Plano Nacional de Educação 2011-2020: metas e estratégias, com notas técnicas do MEC (GOMES; MARTINS; GILIOLI, 2017).

O PNE 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005<sup>34</sup>, de 25 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), beneficiou-se da experiência e diagnóstico realizado no plano anterior e pode consagrar alguns conceitos como a proposta de custo-aluno-qualidade e a fixação de um percentual de investimento em relação ao PIB (GOMES; MARTINS; GILIOLI, 2017), bem como inaugura o uso do termo intersetorialidade na política nacional. A introdução do termo ainda é superficial e basicamente voltada aos estudantes com necessidades educacionais especiais e educação de jovens e adultos.

---

<sup>34</sup> Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

A constituição de uma política nacional para o enfrentamento da pobreza e a aprovação de planos nacionais de educação, acontecem na imposição de organizar um conjunto de políticas e na disputa da visão de ser humno e mundo de cada um dos lados da arena de poder. Na PNAS (BRASIL, 2005) predominou uma política focalizada nos mais pobres e nos Planos Nacionais de Educação a construção, desmonte e reconstrução de um conjunto de metas a serem alcançadas e propostas pelo partido político no poder no momento. Entre avanços e retrocessos a intersectorialidade já desponta em ambas as políticas. Cabe então, estudá-la nos lugares onde possivelmente se desenvolve.

### **3.2. A intersectorialidade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Política da Assistência Social – com os Programas Mais Educação (PME) e Novo Mais Educação (PNME) – Política da Educação: uma ideia acabada ou o despontar de uma ideia?**

*“Não diga que a vitória está perdida  
Se é de batalhas  
que se vive a vida  
Tente outra vez”  
Raul Seixas, 1975.*

Para maior compreensão do nosso objeto de estudo, a intersectorialidade das políticas sociais, com foco no SCFV e o PME/PNME, faz-se necessário elucidar algumas definições sobre o SCFV, o PME, o PNME e a proposta intersectorial presente entre ambos.

Nesse sentido, é preciso salientar um fato: o PME foi substituído pelo o PNME, o qual foi extinto em 2019, depois de um total de 11 anos de duração. Então, esse tópico para além de apresentar a possibilidade de articulação embasada nos documentos oficiais, expõe também a necessidade de (re)ver esse processo conjunto entre as áreas; para responder à questão: será uma ideia acabada ou o despontar de uma ideia?

O SCFV é um Serviço da Proteção Social Básica disciplinado pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009c) que aprova Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. É ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo PAIF. Entende-se trabalho social como:

**Conjunto de procedimentos** efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a **finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas**, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade - que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, **reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência** (BRASIL, 2012, p.11, grifos nossos).

O SCFV está relacionado ao PAIF, portanto, é uma ação possível de intervenção social às famílias pobres. O SCFV busca romper com ações pontuais, não planejadas e sem definição clara de objetivos, para se consolidar como um serviço socioassistencial caracterizado por atividades contínuas e ininterruptas, em consonância com os objetivos da proteção social básica. Tem caráter preventivo e proativo, deve ser ofertado de modo a garantir a segurança de acolhida, de convívio familiar e comunitário e estimular a autonomia dos seus usuários.

O SCFV é uma intervenção social planejada, que se materializa por meio dos grupos com vistas a estimular e orientar os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Assim, os encontros dos grupos do SCFV visam criar situações de convivência para a realização de diálogos e fazeres que constituem alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades e a construção de alternativas (BRASIL, 2017, p.16).

A titulação Serviço reforça a ideia de uma oferta ininterrupta, contínua. Diferente de outras iniciativas ou programas com data e horário para começar e acabar de forma explícita ou implícita com a mudança de governo.

O SCFV pode ser ofertado nos CRAS ou em Centros de Convivência considerados Instituições Públicas por serem mantidos pelo poder público. Esse formato de execução é denominado rede direta.

Outra forma são os Serviços oferecidos por instituições vinculadas a entidades ou organizações da Assistência Social, devidamente inscritas no Conselho de Assistência Social dos municípios ou Distrito Federal (DF). Esta é a execução pela rede indireta. Quem são essas entidades segundo a lei? O art. 3º da LOAS (BRASIL, 1993) apresenta às entidades de Assistência Social como organizações sem fins lucrativos, prestadoras de atendimento e assessoramento aos usuários da política de forma contínua, permanente e planejada, isolada ou cumulativa, abarcando entidades em prol da defesa e garantia de direitos.

Todos os grupos do SCFV devem estar referenciados ao CRAS de sua área de abrangência. Ainda que, executado nos centros de convivência – públicos ou de entidades de Assistência Social, deve-se formar fluxos para o compartilhamento regular de informações entre eles e o CRAS. O SCFV, portanto, deve ser referenciado ao CRAS e articulado ao PAIF.

Estar referenciado ao CRAS, significa receber orientações do poder público, alinhadas às normativas do SUAS, estabelecer compromissos e relações, participar da definição de fluxos e procedimentos que reconheçam a centralidade do trabalho com famílias no território e contribuir para a alimentação dos sistemas da Redesuas (e outros). O que representa, portanto integrar-se ao SUAS (BRASIL, 2009d, p. 22).

Com base no documento citado, intitulado “Perguntas Frequentes - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (BRASIL, 2017), apresenta-se as demais características do Serviço. O documento foi desenvolvido com o propósito de orientar estados, municípios e Distrito Federal acerca das atividades oferecidas, objetivos, financiamento, monitoramento, avaliação e estrutura para a gestão e execução do SCFV.

A organização e execução do SCFV estão baseadas em eixos que devem contemplar formas de expressão, interação, aprendizagem e sociabilidade. São eles: convivência social (fortalecimento de vínculos familiares e comunitários), direito de ser (vivências de cada ciclo de vida) e participação (participação nos espaços da vida pública).

O público-alvo do SCFV, para estruturar as atividades e objetivos, é dividido da seguinte forma: crianças de até 06 anos; crianças e adolescentes de 06 a 15 anos; adolescentes de 15 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos; adultos de 30 a 59 anos; pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos. A presente pesquisa trabalha



com o SCFV destinado a crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, pois este recorte atende às necessidades do estudo

Dentre os objetivos do SCFV ofertado a crianças e adolescentes de 6 a 15 anos cita-se: possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes e, também, o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e formação cidadã; estimular a participação na vida pública do território e competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno; contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional.

Entre as atividades possíveis para faixa etária de 6 a 15 anos, sugere-se: montagem de peças teatrais e musicais, gincanas desportivas e culturais, brincadeiras tradicionais e dinâmicas de grupo, passeios e visitas a equipamentos de cultura, lazer e cívicos; oficinas de Artes, jogos de tabuleiro, oficinas de produção de texto, entre outras.

Dentre os temas transversais sugeridos para trabalhar com o grupo nos eixos, cita-se: deficiência, cultura, esporte, trabalho infantil, exploração sexual infanto-juvenil, violências contra crianças e adolescentes, homicídios, igualdade de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual, diversidade étnico-racial, direitos sexuais e reprodutivos, cuidado e proteção ao meio ambiente, violência doméstica, participação social (ênfase na participação nos conselhos municipais – criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, entre outros - e em conferência, etc.).

A equipe de referência para a oferta desse Serviço deve ser composta por um técnico de referência – profissional de nível superior que integra a equipe do CRAS (psicóloga(o) ou assistente social) e orientadores sociais ou educadores sociais – função exercida por profissional com, no mínimo, nível médio. O orientador social tem atuação constante junto ao(s) grupo(s) do SCFV e é responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático.

No que tange a formação profissional, grande parte das(os) psicólogas(os) ingressam na área sem ter contato prévio com a política de Assistência Social e, os orientadores sociais, por sua vez, são contratados sem nenhum critério mais específico de exigência curricular e são, simplesmente, direcionados para o SCFV sem saber o que lhes espera.

Ainda no documento “Perguntas Frequentes” a possibilidade do diálogo entre duas políticas é elencada para o enfrentamento da vulnerabilidade social, conforme dispostos no seguinte trecho:

As crianças, adolescentes e jovens que participam do PME são, em muitas localidades, os mesmos usuários que demandam participação no SCFV. Nesse cenário, o trabalho intersetorial, a articulação e a complementaridade das ações entre o SCFV e o PME podem promover o atendimento integral dos usuários, resguardadas as competências específicas de cada área - a Assistência Social e a Educação (BRASIL, 2017, p.92).

Sendo essa a resposta para a pergunta: Qual é a relação do SCFV com o Programa Mais Educação (PME)? O documento sinaliza a parceria entre as áreas como uma forma para a gestão local aproximar equipes e proporcionar “o (re)conhecimento dos equipamentos estatais e municipais integrados no território” (p.89).

Para essa articulação se materializar é importante, no nível da gestão das políticas: o diálogo entre os gestores da Educação e da Assistência Social, o mapeamento do território e da demanda pela integração entre SCFV e PME/PNME, a formalização da parceria por meio de documento oficial, termo de compromissos, a capacitação dos profissionais que atuam junto aos estudantes/usuários.

Para viabilizar a integração/articulação entre o programa e o serviço no nível da execução é importante elaborar um plano de ação conjunta, no qual deve constar a definição dos fluxos de atendimento e encaminhamento de usuários/estudantes para o serviço e para o programa concomitantemente; a grade horária das atividades e/ou oficinas a serem desenvolvidas por cada um; as atribuições dos profissionais de cada área; a periodicidade das reuniões entre os profissionais para o planejamento das ações integradas, assim como para avaliação das ações executadas (BRASIL, 2017).

Outro documento que versa sobre a articulação e integração das ações do SCFV e o PME, é a Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01 SNAS – MDS / SEB - MEC, de 18 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014a). De natureza interministerial aborda os fundamentos dessa articulação, as estratégias de gestão necessárias, entre outros.

A intersectorialidade das ações do SCFV e PME está presente em diversos documentos, até mesmo porque os programas de educação integral se constituem na atuação conjunta com outras áreas, como o PME.

O PME é instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 (BRASIL, 2007a) e regulamentado pelo Decreto 7.083/10 (BRASIL, 2010); a intersectorialidade é contemplada logo no germe legal do programa, conforme trecho abaixo:

**CONSIDERANDO o caráter intersectorial das políticas de inclusão social e formação para a cidadania**, bem como a co-responsabilidade de todos os entes federados em sua implementação e a **necessidade de planejamento territorial das ações intersectoriais**, de modo a promover sua articulação no âmbito local;

Art. 5 - II - assistência técnica e conceitual, por parte dos Ministérios e Secretarias Federais integrantes do Programa, com ênfase na **sensibilização e capacitação de gestores e fomento à articulação intersectorial local** (BRASIL, 2007a, grifos nossos).

Agir dentro dos preceitos intersectoriais aparece como uma necessidade a ser assumida tanto na gestão federal quanto municipal. Além disso, o Decreto de lei 7.083/10 enfatiza uma educação integral capaz de articular o território e criar espaços educadores dentro e fora da escola. Nesse aspecto, dentre os objetivos destacados no Art. 3, estão “I- formular política nacional de educação básica em tempo integral; II - promover diálogo entre os conteúdos escolares e os saberes locais” (BRASIL, 2010).

O Programa Mais Educação integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007 (BRASIL, 2007), apresentado pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, sendo um projeto federal, cujo objetivo é proporcionar maior investimento na educação básica, profissional e ensino superior.

O PDE possuía na época mais de 40 ações que incidiam sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades. Era um plano de governo que visava à construção de uma política de Estado. No entanto, na sucessão presidencial e de ministros da educação os objetivos originais do PDE enfraqueceram e algumas ações/programas foram dizimados, como o próprio PME.

A perspectiva da educação integral é exaltada produzindo um amplo debate com a participação de professores, intelectuais, gestores municipais, conselhos municipais de educação, ministérios, representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, do Conselho Nacional dos Secretários de Educação –

CONSED, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação – ANFOPE, de universidades e de Organizações não Governamentais comprometidas com a educação, entre outros.

Em meio a Fóruns e Conferências são produzidos em 2009 três cadernos da Série Mais Educação, são eles: Gestão Intersetorial no Território (BRASIL, 2009), Educação Integral (BRASIL, 2009a), Rede de Saberes Mais Educação (BRASIL, 2009b).

A aprovação do Programa Mais Educação (PME) mobiliza grande tensão entre os partidos políticos, mais especificamente entre o Partido dos Trabalhadores (PT), legenda do chefe do executivo (presidente da república), e Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), legenda do governador do Estado de São Paulo. A aprovação do projeto tem grande resistência dos membros do PSDB, portanto a implementação, financiamento e continuação do Programa no Estado de São Paulo deve considerar esse aspecto político.

Segundo informações disponíveis no site oficial do governo o Programa Mais Educação<sup>35</sup> foi uma estratégia utilizada pelo Ministério da Educação para induzir a construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino. Com isso a jornada escolar foi ampliada para no mínimo 7 horas diárias. Nesse sentido, são realizados os conteúdos curriculares formais e mais atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. As escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são as prioritárias.

Além dessas informações, o site indica a quantidade de escolas beneficiadas com o programa. Em 2011, aderiram 14.995 escolas com 3.067.644 estudantes. Esse programa também estimulava a criação de Comitês Metropolitanos ou Regionais formados por gestores escolares, pesquisadores universitários, comunidade escolar e alunos.

Em 2016 o Programa Mais Educação (PME) (BRASIL, 2007a; 2010) é substituído pelo Programa Novo Mais Educação (PNME), instituído pela Portaria nº

---

<sup>35</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao?id=16689>

1.144, de 10 de outubro de 2016 (BRASIL, 2016a). Esta mudança ocorre na gestão do Ministro da Educação José Mendonça Filho durante o governo de Michel Temer (PSDB), momento em que o termo intersectorialidade desaparece dos documentos norteadores do programa. São formulados os novos documentos: Caderno de Orientações Pedagógicas Versão I e Versão II (BRASIL, 2017b; 2017c), esses não mencionam o termo intersectorialidade.

O Programa Novo Mais Educação (PNME), pouco se assemelhava ao Projeto original (Programa Mais Educação) quanto à concepção de educação integral, aluno, diálogo para elaboração de diretrizes e até financiamento, pois houve um considerável corte de recursos e verbas. Duras críticas são tecidas ao Novo Programa pelos movimentos sociais ligados à educação, diante da nova roupagem de “reforço” desconsiderando o princípio da educação integral em detrimento da educação em tempo integral.

O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 (BRASIL, 2016a) e regido pela Resolução nº 17/2017 (BRASIL, 2017d), tem por objetivo a melhora da aprendizagem dos conteúdos de português e matemática no Ensino Fundamental.

A Portaria do MEC nº 1.144/2016 (BRASIL, 2016a) justifica logo no preâmbulo a necessidade do Programa a partir dos seguintes dados: 24% das escolas de Ensino Fundamental nos anos iniciais e 49% das escolas do Ensino Fundamental nos anos finais não alcançaram as metas estabelecidas pelo IDEB em 2015; e, também, com base nas metas traçadas pelo PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) para ampliação da oferta de educação integral e melhoria do ensino.

Segundo informações disponíveis no site oficial<sup>36</sup> as escolas possuíam 2 opções: aderiram ao plano de cinco horas de atividades complementares por semana realizaram duas atividades de Acompanhamento Pedagógico (português ou matemática) ou quinze horas de atividades complementares por semana, sendo duas atividades de Acompanhamento Pedagógico, totalizando oito horas, e outras três atividades de escolha da escola (português, matemática ou aquelas disponibilizadas no Sistema PDDE Interativo – como dança, capoeira, etc.).

A equipe do programa é formada por: a) articulador da Escola, responsável pela coordenação e organização das atividades na escola, pela promoção da interação

---

<sup>36</sup> Disponível em <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>

entre a escola e a comunidade, pela prestação de informações sobre o desenvolvimento das atividades para fins de monitoramento e pela integração do Programa com Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola; b) mediador da Aprendizagem, responsável pela realização das atividades de Acompanhamento Pedagógico; c) facilitador, responsável pela realização das 7 (sete) horas de atividades de escolha da escola, d) coordenador municipal, distrital ou estadual, responsável pelo acompanhamento do programa.

Saquelli (2018) produz uma pesquisa baseada na análise dos dois programas, PME e PNME bem como nas rupturas e permanências existentes entre os dois. Dentre os achados da autora destacam-se que a transição entre os programas ocorreu para atender a necessidade de elevação dos índices de desempenho mensurados nas avaliações das políticas educacionais brasileiras.

Mesmo com a crescente adesão das escolas, o PNME sofre com a falta de financiamento e descontinuidade dos governos, pois como pontuam Capuchinho; Crozatti (2018), a transição entre os programas significou a redução do enfoque da educação integral e do financiamento.

Assim, em dezembro de 2019 a UNIME em nota oficial no site<sup>37</sup> apresenta, aos Dirigentes Municipais de Educação e a população, a devolutiva sobre a consulta feita ao Ministério da Educação para obter uma posição formal a respeito do Novo Mais Educação, a resposta demonstra a falência do fomento a educação integral no âmbito da política pública: o programa foi encerrado em dezembro de 2019.

Desse modo, analisar o desenvolvimento material da intersetorialidade oferece uma base de grande potencial analítico interpretativo das forças presentes na construção do Estado de Direitos. Essas contradições revelam tanto as contribuições, desafios e limitações dos mecanismos políticos da cultura brasileira.

Historicamente há diversas experiências de educação integral no Brasil. Na década de 1930 o Movimento Integralista defende a educação integral com bases na espiritualidade, nacionalismo cívico e disciplina. Nesse mesmo período, os anarquistas pregavam como princípios da educação a igualdade, autonomia e liberdade humana. Outro exemplo que pode ser destacado na história brasileira foi o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, implantado por Anísio Teixeira em Salvador, nos anos 1950. Os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) implantados por

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/17-03-2020-10-08-mec-confirma-encerramento-do-programa-novo-mais-educacao>

Darcy Ribeiro, no Rio de Janeiro, também marcam a história nos anos de 1980 a 1990. Mais recentemente vive-se também a experiência dos CEUs (Centros Educacionais Unificados), na cidade de São Paulo, de 2000 a 2004, buscando desenvolver atividades educacionais, recreativas e culturais nos atendimentos de Creches, Educação Infantil e Ensino Fundamental.

A educação integral parte de uma concepção de ser humano para além das formas reducionistas de um ser humano racional ou afetivo. Considera a totalidade do ser ao oferecer um conjunto de atividades “para que o indivíduo possa evoluir, plenamente, em todas as suas dimensões (cognitiva, corpórea, social, cultural, psicológica, afetiva, econômica, ética, estética, entre outras)” (FELÍCIO, 2012, p. 05).

A educação integral visa também à integração dos espaços da escola. Conecta o território entre si e com o aprendizado. Freire (1993) debate o tema à luz das cidades educadoras, pois a vivência na cidade se dá num espaço cultural de aprendizagem. No espaço geopolítico das comunidades a educação integral está integrada à educação para o trânsito, socioambiental, financeira, cultural entre outros.

Enquanto educadora, a cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos (FREIRE, 1993, p. 23).

Ao contrário, a educação em tempo integral esvazia o debate dos direitos humanos e dos sentidos da educação ao direcionar a discussão somente para a ampliação da jornada escolar. As atividades não precisam estar conectadas e podem trazer ou não novas disciplinas para o currículo escolar. Extrapolar os muros da escola deixa de ser importante, basta as crianças e adolescentes ficarem dentro da escola por mais tempo. A ampliação do tempo de estudo não garante o resultado almejado pela educação integral, de nada adiantará esticar a corda do tempo: ela não redimensionará, obrigatoriamente, esse espaço. Nesse contexto, a educação integral emerge como uma perspectiva capaz de re-significar os tempos e os espaços escolares” (MOLL, 2009, p. 18). Como pontua, o Caderno Educação integral: texto referência para o debate nacional do PME:

Nessa perspectiva, entende-se que o tempo qualificado é aquele que mescla atividades educativas diferenciadas e que, ao fazê-lo, contribui para a formação integral do aluno, para a superação da fragmentação

e do estreitamento curricular e da lógica educativa demarcada por espaços físicos e tempos delimitados rigidamente. Nesse sentido, entende-se que a extensão do tempo – quantidade – deve ser acompanhada por uma intensidade do tempo – qualidade – nas atividades que constituem a jornada ampliada na instituição escolar (BRASIL, 2009a, p.28).

A educação integral no Brasil é constituída por projetos especiais oriundos de uma política de governo comprometida com a captação de votos. Muitos desses projetos são bons, mas também são pontuais, faltam escala e continuidade. Essas são alcançadas por meio de Política Pública de Estado. Alguns pequenos exemplos, como a Escola da Ponte, Projeto Âncora, Amorim Lima, dentre outros, estão tão enraizados na comunidade a ponto de contaminar todas as práticas educativas e impor uma continuidade na política educacional? Elas são de fato iniciativas fundamentais que conseguem transformar um pequeno entorno, mas é necessário também uma mudança para toda educação pública.

A escola pública de qualidade pode ser alcançada pela concepção de educação integral. A instituição escolar ampliou seu papel ao assumir sua responsabilidade quanto à proteção social da criança (alimentação, higiene, atendimento médico e odontológico, transporte etc.).

É impossível desenvolver a educação integral sem articulá-la com a saúde, a assistência social, o esporte, a cultura, as políticas de formação profissional e geração de renda. Para isso é preciso fortalecer redes de interação entre as políticas sociais. Também parece fundamental entender a dinâmica dos familiares. A pobreza e o desemprego, que caracterizam as periferias urbanas, afetam profundamente as relações sociais e familiares e, também, o desempenho escolar. Muitas vezes a escola preocupa-se apenas em cumprir rituais, ignorando os problemas presentes num determinado contexto social (CASTRO, 2006, p.82).

Nesse aspecto, é fundamental destacar que, a concepção de intersetorialidade apresentada pelo PME, traz um forte apelo para a articulação das políticas públicas.

A política rumo à educação integral teve início com o Programa Mais Educação em 2010, mas esse ideário é substituído pelo Programa Novo Mais Educação de 2017, com foco no aprendizado de português e matemática e em 2019 o programa é encerrado.



Nessa perspectiva, a intersectorialidade está se construindo em meio a continuidade e descontinuidade das políticas sociais. O termo está presente na construção de estratégias, ações e programas, como a proposta de ações articuladas do SCFV com o PME/PNME. Embora a intersectorialidade possa desaparecer das diretrizes em determinados momentos ou ter programas extintos, abre-se espaço para discussão da potência desse diálogo, especialmente no SCFV. Dessa forma, cabe fazer dessa ruptura o motor da luta, pois traz o despontar da ideia: a intersectorialidade na gestão das atividades conjuntas do SCFV com a Educação na formação de espaços para pensar e agir sobre a realidade do território, por exemplo.

Assim, diante dessas ponderações e da desigualdade social vivida pelas famílias, a atividade profissional da(o) psicóloga(a) no enfrentamento da pobreza e na defesa da escola pública de qualidade encontra um fio condutor para práxis: a atuação intersectorial na rede de proteção social para construção do Sistema de Garantia de Direitos, sendo o SUAS e a Educação Básica lugares oportunos para isso.

### **3.3. A(O) psicóloga(o) na atuação intersectorial no Sistema Único de Assistência Social e Educação Básica: contribuições da psicologia escolar e educacional crítica**

*“Você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo”*

*Angela Davis (DOUGLAS, 2019).*

As políticas sociais, em especial, a discussão acerca da intersectorialidade, são aspectos centrais desta tese. Para formular possíveis caminhos sobre a contribuição da Psicologia nas políticas intersectoriais, parte-se do enlace da Psicologia com a política social e as características da atuação profissional no âmbito da garantia de direitos. Em seguida, agrega-se à discussão a questão da participação social nos processos políticos e, por fim, a práxis da(o) psicóloga(o) da direção da intersectorialidade.

Apenas dois anos após a regulamentação da profissão de psicóloga(o), o Brasil adotou o modelo ditatorial, cujo impacto foi inegável no âmbito acadêmico, por meio do Decreto Lei nº 477<sup>38</sup>, de fevereiro de 1969 (BRASIL, 1969), que legitimou a

---

<sup>38</sup> Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

repressão e o controle ideológico no interior da academia. Nesse momento histórico de cerceamento de direitos fundamentais e pouco interesse pelas demandas sociais, a Psicologia foi se constituindo enquanto área de saber e atividade profissional. O fim do período de “milagre econômico” ofereceu as condições materiais necessárias para a reorganização de grupos da sociedade civil, como os intelectuais, na busca de novas bases sociais e políticas. O campo intelectual se politizou para oferecer resistência ao regime autocrático-burguês, fomentando a discussão sobre o papel dos profissionais nesse contexto (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010).

Nos dias atuais, o debate sobre a função social da(o) psicóloga(o) traz como questão principal o compromisso social. Esse torna-se o elemento fundamental da atuação, relacionado à ocupação de psicólogas(os) em sindicatos e entidades profissionais da categoria. Constitui-se então como eixo político da ação voltada ao fortalecimento de movimentos sociais e contrapondo concepções tradicionais da Psicologia pautadas no individualismo em confabulações a-históricas – iniciando, então, a proposta de um eixo teórico (BOCK, 2001).

O compromisso social da(o) psicóloga(o) reside no enfrentamento das formas de opressão do ser humano pelo ser humano e na ruptura de elementos que tornam a estrutura social um mecanismo capaz de produzir desigualdades. Trata-se de uma ação política de estudo da psique humana e organização do coletivo em prol da transformação. Por isso, a(o) psicóloga(o) no campo educacional, na Assistência Social ou em qualquer política que se propõe intersetorial deve entender como uma política é formulada, implementada e avaliada.

Nesse sentido, a Psicologia Escolar e Educacional, embalada por um movimento de crítica e para além da crítica, apresenta novas necessidades na atuação da(o) psicóloga(o). Adota, então, pressupostos teórico práticos constituídos com base na realidade dos sujeitos e nos elementos presentes no processo ensino aprendizagem. Nesse movimento, a repercussão das políticas públicas no universo escolar e a formulação dessas, não escapa ao compromisso social da(o) psicóloga(o) (SOUZA, 2014).

Afinal, a quem serve o rumo adotado por algumas perspectivas de rendimento escolar, testes psicológicos, análises de comportamento, entre outros? Serve aqueles que reduzem o processo psicológico a culpabilização das famílias, a individualização dos fenômenos, formação de estereótipos, criminalização da pobreza, medicalização da infância etc. A Psicologia Escolar e Educacional Crítica, em suas diversas

possibilidades, também investiga como a intersectorialidade política pode se aproximar do avanço societário, de um projeto político progressista; enfim, de um Estado democrático de direitos.

Na direção da construção de um projeto político transformador a favor das massas populares, destaca-se a contribuição de Martín-Baró (1980/2017) para a Psicologia. O referido autor desenvolve o conceito de mudança social especialmente protagonizado pelas maiorias populares, faz a crítica do lugar da Psicologia hegemônica, desvelando os preceitos ideológicos de uma Psicologia reprodutora e mantenedora das ideias das classes dominantes, e por fim, propõe a construção de uma nova Psicologia com a indicação de bases, rumos e tarefas.

O enfrentamento da ordem social vigente ocorre pela radical mudança das formas de convivência, propriedade e produção, portanto, a “incorporação de formas de propriedade social e de nova organização do trabalho exigirá novas formas de convivência social que todos temos que aprender (que não são baseadas no domínio, na superioridade etc., mas baseadas no respeito, companheirismo etc.)” (MARTÍN-BARÓ, 1980/2017, p. 29).

Nesse processo, a(o) psicóloga(o) deve ser: I) um bom psicólogo, portanto, ter compromisso com a qualidade científica formulada a partir do reconhecimento das lacunas e de um novo projeto de ser humano e sociedade; II) um psicólogo para o povo, redimensionando os esquemas de compreensão do trabalho a partir do lugar do povo. A tarefa da Psicologia para saúde mental é processual e está intimamente vinculada com a distribuição da riqueza produzida no país (MARTÍN-BARÓ, 1980/2017).

O Sistema Conselhos de Psicologia ao pensar a sociedade, o cotidiano escolar, a pobreza, entre outros, funda em 2006 o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), uma ação no âmbito dos Conselhos de Psicologia. O CREPOP elabora informações sobre a práxis do profissional de Psicologia na área da Educação, Assistência Social, Saúde, vara da família, medida socioeducativa, violência doméstica, programas DST e AIDS, saúde do trabalhador, esporte e etc. pretende com isso, subsidiar as propostas de elaboração e articulação política apresentadas pelos Conselhos.

Inaugura-se uma nova condição social da profissão no Brasil, pautada na promoção e interlocução do(a) psicóloga(o) em espaços de elaboração, implementação, execução e monitoramento em políticas públicas. O primeiro

documento é produzido em 2007 e versa justamente sobre a atuação da(o) psicóloga(o) no CRAS/SUAS. Outras referências técnicas são elaboradas desde então e, em 2013, é publicado a Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, sendo reeditado em 2019.

Tanto as Referências para atuação no CRAS/SUAS quanto na Educação Básica trazem a discussão da dimensão ético-política da atuação da(o) psicóloga(o); a relação da Psicologia com a escola ou a Assistência Social; as possibilidades de atuação na Educação Básica ou no CRAS; os desafios da atuação da(o) psicóloga(o) na Educação Básica e; por fim, a gestão do SUAS.

Desse modo, a inquietação de uma ciência preocupada em ouvir a voz daqueles historicamente silenciados vem à tona. O olhar atento ao aluno e ao público-alvo da Assistência Social, compreende o enlace entre os fenômenos políticos, sociais, econômicos presentes na subjetividade humana.

A desigualdade social é desvelada e enfrentada tanto pelas políticas educacionais quanto pela Assistência Social. A exclusão do sujeito da escola ou do seu lugar de cidadão de direitos envolve a construção de novos significados sobre seu lugar no mundo. O lugar de poder e de transformação também lhe cabe. Nessa via o contexto da produção da (des)proteção social é identificado e explicado, ou seja, preciso incidir na realidade não só pelo indivíduo; há que se contextualizar as particularidades do território vivido em meio aos determinantes culturais, sociais e econômicos, este último de alcance planetário.

O trabalho interdisciplinar é uma metodologia possível para atuação intersetorial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social e da Educação Básica. Dessa maneira são eleitas estratégias para uma análise coletiva feita por profissionais e usuários da instituição sobre o cotidiano escolar e comunitário. A participação é também um elemento recorrente e comprometido com a gestão democrática pautada no conhecimento da comunidade escolar e na participação social para emancipação do sujeito e coletivos, por isso:

entrar em interlocução com aqueles com quem vamos trabalhar é um desafio a novos arranjos, sejam eles com especialistas e professores, sejam com as crianças e familiares, que possam movimentar a escola no sentido de promover o desenvolvimento de todos os envolvidos no trabalho pedagógico [...] Formar não é moldar o informe, é criar um território favorável à cooperação, à curiosidade, à indagação, à provisoriade e à permanente produção de sentidos e apropriação de significados sociais

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica, 2019, p.36 e 14).

Quando os profissionais têm disponibilidade para visitar e aprimorar suas ações, com base no conhecimento compartilhado com diferentes profissionais e usuários, realizam troca de saberes e constroem práticas interdisciplinares mais colaborativas, ricas e flexíveis. A prática interdisciplinar é uma prática política, um diálogo entre pontos de vista para se construir leituras, compreensões e atuações consideradas adequadas, e visa à abordagem de questões relativas ao cotidiano, pautadas sobre a realidade dos indivíduos em seu território (CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS, Referências Técnicas Para Atuação do(a) Psicólogo(a) no Cras/Suas, 2008, p.25).

Pensar as condições objetivas da formação profissional é pressuposto básico. A formação em Psicologia, por exemplo, deve preparar o profissional para intervir de forma intersetorial. Embora ainda existam tendências individualistas ou medicalizantes<sup>39</sup> do fenômeno psicológico, a Psicologia em uma perspectiva crítica discute o sujeito em sua formação histórica e integral. Ela está atenta aos determinantes sociais e a complexidade do psiquismo humano. A psicóloga(o) atua do setor público ao privado, no campo da Saúde, Educação, Assistência Social, recursos humanos, esportes, entre outros.

A inserção da(o) psicóloga(o) na Educação é regulamentada pela Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), para que esse desfecho se desse, foram anos de luta, mobilização da classe e produção acadêmica até a promulgação da lei.

A atuação da(o) psicóloga(o) na Educação, em especial, junto a demanda da queixa escolar deve analisar a relação entre dois processos, são eles: o processo de produção da queixa escolar e o processo de subjetivação e objetivação dos envolvidos. Dessa forma, “podemos tomar como objeto de estudo/intervenção da Psicologia na Educação, o modo como esta atividade da criança é determinada pela Educação em geral e ou escolar, além das descobertas psicológicas que regem este processo” (TANAMACHI; MEIRA, 2003, p.27).

---

<sup>39</sup> A publicação “Medicalização de Crianças e Adolescentes - conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos” enfatiza o papel da(o) psicóloga(o) para compreensão do processo de produção das queixas escolares e mediador das relações, centrando o trabalho nos funcionamentos institucionais do sistema educacional e no fenômeno da medicalização da vida (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2010).

Com a regulamentação da Lei nº 13.935 (BRASIL, 2019) a psicóloga(o) terá novos desafios relacionados ao processo de implementação e atuação na escola, por isso é necessário não cair na antiga armadilha de construir práticas totalmente reducionistas. Nesse sentido, um dos desafios será a atuação intersetorial da(o) psicóloga(o) na Educação. Essa já é uma provocação posta na Assistência Social.

No SUAS, a(o) psicóloga(o) passa a compor de maneira obrigatória o quadro funcional nos CRAS e CREAS a partir de 2006<sup>40</sup>, com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2006a).

O SUAS absorve no quadro funcional profissionais do Serviço Social, Psicologia e outras profissões que compõem o SUAS. Dentre as atribuições dos técnicos de Serviço Social e Psicologia no CRAS, cita-se:

- a) acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS; b) Planejamento e implementação do PAIF, de acordo com as características do território de abrangência do CRAS; c) Apoio técnico continuado aos profissionais responsáveis pelo(s) serviço(s) de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos no território ou no CRAS; d) Acompanhamento de famílias encaminhadas pelos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos ofertados no território ou no CRAS; e) Realização de encaminhamentos para serviços setoriais (BRASIL, 2009d, p.63).

Oliveira *et al*, (2014), ao investigar a prática das(os) psicólogas(os) nos CRAS, entrevista 15 psicólogas(os) distribuídos em 14 CRAS de diferentes microrregiões do Rio Grande do Norte. Dentre as atividades realizadas com o apoio do profissional de psicologia destaca-se a articulação intersetorial e as atividades socioeducativas, como por exemplo, o SCFV. A pesquisadora enfatiza a necessidade de fortalecer os grupos socioeducativos com base em um projeto político pedagógico consistente.

Neste sentido, o psicólogo escolar e educacional no SUAS tem na participação nos grupos socioeducativos, especialmente no SCFV, um espaço de atuação tanto potente quanto emancipatório para análise e transformação da estrutura social vigente. Para começar, a práxis do psicólogo escolar e educacional no SUAS deve dirigir-se a efetivação de um Sistema de Garantia de Direitos e a transformação social reivindicada,

---

<sup>40</sup> Essa obrigatoriedade vale nos municípios de porte médio, grande, metrópole e DF, a partir de 5.000 famílias referenciadas. Para município porte I e II a presença da(o) psicóloga(o) é considerada preferencial, segundo NOB-SUAS/RH (BRASIL, 2006a).

essencialmente, pelas camadas populares (MALPIGHI; SOUZA, 2022, p.96 e 97).

Justamente por problematizar as relações tecidas nos espaços sociais, ora entrelaçadas por políticas públicas, o texto citado propõe uma práxis profissional, por conseguinte, realizada para transformação social.

Práxis é a síntese da relação entre teoria e prática, correspondendo à atividade humana transformadora da natureza e da sociedade, que é também uma postura, uma forma de se portar frente à sociedade e de nela enxergar-se (VÁZQUEZ, 2011).

Nesse ponto, a contribuição da Psicologia Escolar e Educacional, endereçada à atuação intersetorial da(o) psicóloga(o) nos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, traz a mobilização social como uma dimensão relevante a ser repensada e reinventada.

O conhecimento do *modus operandi* da política social aliado às potencialidades geradas na participação social geram novos caminhos de (re)existência social e política. Os movimentos sociais, por exemplo, “têm por objetivo construir uma força e, por meio do confronto político, consolidar um contrapoder, capaz de modificar as relações sociais em jogo entre dominantes-subordinados” (CORRÊA; ALMEIDA, 2015, p. 94-95).

Dentro da perspectiva de mudança, a Política Nacional de Participação Social (PNPS), Decreto nº 8.243<sup>41</sup> de 23 de maio de 2014 (BRASIL, 2014b), estabelece um conjunto de diretrizes relativas às instâncias e aos mecanismos de diálogo e participação social existentes no governo federal, entre eles, conselhos, comissões de políticas públicas, fóruns interconselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogos, audiências, consultas públicas e ambientes virtuais de participação. A PNPS é pensada com o objetivo de normatizar os conselhos já existentes na administração pública e estimular novas formas de participação, como as mídias sociais e mecanismos digitais de participação via internet.

No entanto os efeitos da PNPS foram sustados pelo Projeto de Decreto Legislativo 147/2014<sup>42</sup> (BRASIL, 2014d), do Partido Social Democrático (PSD),

---

<sup>41</sup> Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências.

<sup>42</sup> Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências.

revelando as dificuldades em torno de um projeto de renovação da participação no âmbito federal envolvendo diferentes esferas do Estado e áreas de políticas públicas. A PNPS é revogada pelo Decreto nº 9.759<sup>43</sup>, de 11 de abril de 2019 (BRASIL, 2019b), o qual extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. A luta para maior peso das decisões dos colegiados, autonomia em sua estrutura e eleição de dirigentes é massacrada.

O estabelecimento de mecanismos participativos no Brasil reflete a busca pela democratização do Estado em uma estratégia de institucionalização de espaços. Quanto mais os Conselhos se estabelecem como espaços participativos, maior a probabilidade de avanço no debate de temas relevantes. Dessa forma, para o real poder deliberativo dos Conselhos de participação, a sociedade precisa enfrentar as barreiras colocadas pelo domínio da agenda por parte do Estado e, se for o caso, rediscutir a institucionalização dos Conselhos de participação social. Não obstante as demandas para um maior suporte vindo do Estado, há que se discutir se isso não traz mais obstáculos à autonomia dos conselheiros (MORONI, 2009; SILVA, 2009)

Os modelos de Conselhos participativos enfrentam dificuldades, uma vez que parte dos membros é proveniente de indicação política e o órgão em si possui pouco poder de decisão<sup>44</sup>. Eles são muito burocratizados e no jogo de interesses não têm força na disputa. A disputa do poder é a disputa do comando do Estado, por qual modelo de Estado se ergue. Esse retrato da realidade não deve trazer desesperança, portanto, não significa abandonar o espaço dos Conselhos. Há que fazê-lo, mas também, há que ressignificá-lo, não se pode mais disputar dentro da mesma perspectiva, pois novas formas de participação social têm demonstrado força no Brasil por meio de coletivos, movimentos sociais, ocupações secundaristas, movimento passe livre, entre outros.

As políticas públicas são atravessadas pelos sentidos construídos para o conceito de direitos e necessidades. As políticas públicas intersetoriais agem sob forças contrárias, as forças das políticas públicas focais. Essas últimas, muito

---

<sup>43</sup> Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

<sup>44</sup> Segundo Moroni (2009), há 64 conselhos nacionais, dos quais treze foram criados no governo Lula e nove reestruturados. Dos 22 criados ou reformulados, apenas cinco possuem caráter deliberativo. O site da Secretária-geral da Presidência, por sua vez, informa que, entre 2003 e 2010, foram criados dezenove Conselhos e reformulados dezesseis. Com relação às conferências, foram 72 entre 2003 e 2010, de um total de 113 conferências realizadas desde 1941.



apreciadas pelo Estado neoliberal, cuida do pobre, mas não transforma a situação da sociedade de classes.

A práxis da(o) psicóloga(o) da direção da intersectorialidade reaviva o compromisso social do profissional com a transformação da sociedade.

São muitos os passos para edificação de uma rede articulada de serviços, então, citaremos pelo menos três: planejamento conjunto entre os serviços (diálogo), escolha de um objeto comum para ações periódicas (foco), ocupação de conselhos e órgão estratégicos (mobilização social) (MALPIGHI; SOUZA, 2022).

Agir e atuar de maneira intersectorial traz a quebra de uma série de paradigmas. Trata-se de redimensionar a teoria e a prática na busca da construção e intervenção de carácter coletivo e transformador. Assim, a teoria ilumina a prática que, por sua vez, ergue-se da teoria. Dito isso, a intersectorialidade deve ser estudada por um método capaz de aproximar-se da realidade e das relações humanas nas condições concretas de existência.

## CAPÍTULO 4

### CAMINHOS DA PESQUISA

#### 4.1. O enfoque histórico-cultural enquanto referencial teórico-metodológico para a apreensão dos sentidos e significados das políticas sociais intersetoriais

*“Ser contra-hegemônica ainda é ter como norte aquilo que me impõem. [...] os discursos trazidos [...] visam pensar outras possibilidades de existência para além das impostas pelo regime discursivo dominante” Djamila Ribeiro, 2020.*

Adota-se como referencial teórico-metodológico deste trabalho a Psicologia Histórico-Cultural (VIGOTSKI, 1925/2004). Dessa forma, esta seção apresenta aspectos teóricos metodológicos capazes de apreender a realidade humana, a relação do ser humano com o mundo, com outros homens e com o conhecimento. Logo no início, o texto aborda as possíveis relações entre Arte e psiquismo humano e, ainda, certas categorias de análise do referencial, como a do sentido.

Desse modo, apreender o sentido da política intersetorial com base na Psicologia Histórico-Cultural é entender como o ser humano constrói sentido para a atividade desenvolvida e como essa reverbera na construção do psiquismo.

As opções teórico-metodológicas possibilitam a análise dos documentos oficiais, das relações constituídas pelos gestores da política de Assistência Social e Educação Integral, dos sentidos, e das formas e maneiras de concretização da intersectorialidade entre as políticas citadas. Essa análise tem apoio no movimento da aparência para essência, do empírico para o abstrato, do fragmentado para totalidade.

Nesse processo de leitura da realidade, a Arte pode ser usada para a construção do elo entre a pesquisadora e o participante, entre o universo psíquico e a ação. A Psicologia da Arte tem dois objetivos: revelar a vivência psicológica que a obra de Arte objetiva e explicar as consequências da resposta estética no psiquismo humano (BARROCO; SUPERTI, 2014).

As ideologias, como Arte e Cultura, uma vez realizadas por verdadeiros artistas, não são a fotocópia fiel, passiva e mecânica do fenômeno observado. Na perspectiva marxiana, as ideologias revelam a essência do fenômeno e isso significa entender todos os elementos em questão sem atribuir ao processo econômico uma força autônoma (MARX, 2010).

Os caminhos percorridos por Vigotski (1999) com base na Psicologia Histórico-Cultural abordam as possíveis contribuições da Arte para o desenvolvimento humano, formação do psiquismo humano e consciência, desenvolvimento de sentimentos, emoções, imaginação e transformação da organização psíquica. Vislumbra-se assim, uma pista ofertada pelo autor e ainda pouco explorada, a contribuição da Arte no processo de apreensão dos sentidos.

Há uma estreita relação da Arte com a vida, pois produz e reproduz ideologias de tempos históricos e forja o psiquismo humano. A obra de Arte não se constitui como imitação da realidade objetiva e, sim, em algo original, por meio da ação criativa geradora do produto cultural. Vigotski nega ser a função da Arte apenas o contágio daquilo que expressa, como acredita Tolstói (1828-1910). A potência da obra para seu produtor e apreciador está na capacidade de provocar alterações no psiquismo, possibilitando o avanço na construção de um sujeito ora particular, biológico, evolutivamente do gênero humano universal, ora construído historicamente pela cultura. A Arte atua como síntese entre o biológico e cultural, abarcando os fenômenos e características psicológicas mais complexas formadas em meio ao trabalho e atividade (BARROCO; SUPERTI, 2014).

Em conformidade com as autoras citadas, entende-se Arte como produto cultural, mediador entre indivíduo e o gênero humano, sendo a apropriação da fruição e apreciação mediada por relações sociais junto ao fruidor. Inúmeros podem ser esses mediadores, como o professor, o artista, o crítico de arte ou psicóloga(o), esse último, utilizando a Arte para desenvolver novas funções psíquicas ou aproximar-se das existentes.

Psicologia e Arte possuem uma estreita ligação, pois,

podemos entender que a natureza social da Arte traz em si a relação com a Psicologia, uma vez que a sociedade e toda realidade humana é forjada pelos homens nas relações sociais, por meio do trabalho e, neste movimento, as funções psicológicas superiores são elaboradas e objetivadas, isto é, deixam de ser funções meramente biológicas. Assim, ao se produzir arte e ao dela se apropriar, funções psicológicas dos sujeitos são também formadas e desenvolvidas (BARROCO; SUPERTI, 2014, p. 23 e 24).

O ser humano é capaz de transformar a natureza intencionalmente para satisfazer suas necessidades, em um processo de objetivação e apropriação,

formando a própria consciência. Em outras palavras, a ontogênese do desenvolvimento da psique humana é elucidada com base dialética no processo de objetivação e apropriação. O primeiro se dá pela atividade, especialmente o trabalho, capaz de edificar comportamentos humanos e modificar o mundo. O ser humano materializa em objetos, na linguagem, na ciência, nas instituições, na política, nas formas de poder, elementos da psique humana permitindo sua apropriação e recriação por quem entrar em contato com tais objetivações. A apropriação, por sua vez, é a captação de produtos ou processos, não de forma a gerarem duplicatas idênticas, mas servindo-lhes de base para novas objetivações.

Evocar a concepção metodológica e epistemológica de Vigotski no processo investigativo implica na realização de certas tarefas. O pesquisador precisa deixar claro que o estudo do fenômeno psicológico vai além da descrição da aparência mais visível. Isso acontece no processo de apreensão da construção da universalidade que, por sua vez, forma a singularidade do sujeito, ou ainda, ao explicar como a universalidade é forjada diante da pluralidade social e diversidade das notas singulares no fenômeno (DUARTE, 2000; PASQUALINI; MARTINS, 2015).

Para Shuare (2007), o que faz da Psicologia Histórico-Cultural diferente das outras vertentes científicas é, justamente, sua relação com a filosofia, uma vez que se inspira em uma concepção filosófica - no caso, o materialismo histórico dialético, sistema metodológico no qual a investigação científica deve ser desenvolvida.

O materialismo histórico dialético, enquanto fundamento filosófico criado por Karl Marx, permite a apreensão da realidade concreta e dos enfrentamentos necessários para transformação social, portanto, uma via de mudança e transformação é apontada para a emancipação. A história do desenvolvimento da sociedade e da atividade são fundamentais na compreensão dos processos, assim ao adotá-la Vigotski revoluciona a história da Psicologia (TANAMACHI; ASBAHR; BERNARDES; 2018; SHUARE, 2017).

Entender o ser humano só é possível considerando a realidade na qual esse ser está inserido, em especial, no âmbito dessa relação, objetivo - subjetivo. Nesse sentido, é preciso grande esforço para captar a realidade da integralidade, conforme a sociedade torna-se mais complexa com múltiplos elementos mediadores; “mas esse é o único caminho de se captar, com o máximo de aproximação, todas essas determinações, possibilitando-nos, assim superar em nossa atuação os limites

restritos do conhecimento cotidiano que é espontâneo, fragmentado, casual, inconsciente” (OLIVEIRA, 2005, p.17).

Para alcançar esse movimento de integralidade dos fatos sociais, psicológicos e fisiológicos em uma perspectiva histórica, a Psicologia Histórico-Cultural propõe a leitura da realidade e do ser humano com base em determinadas categorias de análise, como por exemplo: atividade, mediação, consciência, sentido e significado, historicidade, subjetividade, pensamento e palavra, sentidos e significados.

As categorias são recuperadas com o propósito de “explicitar, descrever e explicar o fenômeno em sua totalidade [...], carregam o movimento do fenômeno estudado, suas contradições e historicidade” (AGUIAR, 2011, p. 95).

As categorias de análise não são dadas a priori, são construídas a partir dos dados e teorias e, portanto, suscitadas e pensadas no contato do pesquisador com o campo. Adentrar o universo estudado pode, e muitas vezes irá redimensionar a premissa adotada; abre-se então a possibilidade de refutá-la e reconstruí-la.

O investigador qualitativo entende a potência da análise indutiva dos dados, de modo que “não recolhe dados ou provas com o objectivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos vão se agrupando” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.50).

Diante do exposto, nesta tese, as categorias necessárias para apreensão da dimensão intersetorial e dos sentidos são tomadas no processo analítico interpretativo do fenômeno, a saber: atividade, consciência, sentido e significado.

A categoria atividade diz respeito ao modo como os homens se relacionam entre si e com o mundo físico sociocultural. Com base nos pressupostos do materialismo histórico dialético, Marx e Engels (1845-46/2009), Vigotski (1930-34/2004), Leontiev (1959/1978) discutem o conceito de atividade como um dos princípios centrais do estudo da consciência e subjetividade humana.

Kozulin (2002) aponta que Vigotski utiliza esse conceito já em seus primeiros escritos, quando sugere que a consciência emerge da atividade social significativa, ou seja, na relação que o ser humano estabelece com os outros humanos e o meio. Em outras palavras, o ser humano se constitui na e pela atividade, em um processo marcado pelas condições históricas em que vive. Assim, é na e pela atividade que o objetivo e o subjetivo dialeticamente se integram.

Podemos formular la ley genética general del desarrollo cultural del siguiente modo: toda función en el desarrollo cultural de niño aparece en escena dos veces, en dos planos; primero en el plano social y después en el psicológico, al principio entre los hombres como categoría intersíquica y luego en el interior del niño como categoría intrapsíquica [...] Tenemos pleno derecho a considerar la tesis expuesta como una ley, pero el paso, naturalmente, de lo externo a lo interno, modifica el propio proceso. Transforma su estructura y funciones. Detrás de todas las funciones superiores y sus relaciones se encuentran genéticamente las relaciones sociales, las auténticas relaciones humanas<sup>45</sup> (VIGOTSKI, 1931/2000, p.150).

O autor não nega a existência de um corpo genético, mas explica que o ser humano no contato com o plano social transforma esse material genético com base na satisfação das necessidades. Nesse processo as estruturas orgânicas são modificadas nas relações sociais.

O ser humano interfere e se relaciona com o mundo no desempenho da atividade, assim transforma a realidade e é transformado por ela. O contato com o plano cultural possibilita o tornar-se humano, uma vivência “nas coisas construídas pelo ser humano que se objetivaram na cultura, nas relações sociais, nos outros, nas formas de vida, no meio, que é um meio humano, porque construído pela atividade humana, pelo trabalho” (AGUIAR, 2011, p.96).

Sendo assim, a categoria atividade trata de uma ação mediadora essencial na história da condição humana, o trabalho. Esse compreende o modo como o ser humano se relaciona com a natureza,

[...] é concebido como o fundamento da vida social, é condição universal, ineliminável, de humanização. Já, a condição de trabalho alienado é eliminável porque é fruto de uma circunstância econômica e social e, portanto, não pode ser entendida como necessidade vital humana e sim como meio de produção em determinadas situações particulares (TANAMACHI; ASBAHR; BERNARDES; 2018, p. 93).

---

<sup>45</sup> Tradução nossa: Podemos formular a lei genética geral do desenvolvimento cultural do seguinte modo: toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, em dois planos; primeiro no plano social e depois no plano psicológico, a princípio entre os homens como categoria intersíquica e depois dentro da criança como categoria intrapsíquica. Temos todo o direito de considerar a tese exposta como lei, mas a passagem, naturalmente, do externo para o interno, modifica o próprio processo. Passo, naturalmente, do externo ao interno, modifica o próprio processo. Transforma sua estrutura e funções. Por trás de todas as funções superiores e suas relações estão geneticamente as relações sociais, as autênticas relações humanas.

Justamente nessas relações determinadas de existência mediatizadas pelo trabalho, a consciência é constituída. Esse processo é dinâmico, flexível e ocorre durante todo o desenvolvimento do sujeito.

Vigotski (1925/2004) elabora algumas considerações sobre consciência. Ela está estruturada como sistema, sendo um conjunto com estrutura semântica relacionada a atividade formativa do sentido. A consciência se desenvolve no plano cultural, especialmente por meio do trabalho e, também, é formada por diversas estruturas compreendidas como funções psicológicas superiores<sup>46</sup>. Após a morte do autor o conceito continua sendo aprofundado por Leontiev (1978/2000):

Consciousness as a form of psychic reflection, however, cannot be reduced to the functioning of meanings learned from outside which, unfolding, direct the external and internal activity of the subject. Meanings and the operations contained within them in themselves, that is, in their abstraction from internal relations of the system of activity and consciousness, are not at all the subject of psychology. They become its subject only if they are taken in those relationships, in the movement of the system of relationships<sup>47</sup> (LEONTIEV, p.131).

É preciso estudar a consciência não como mero reflexo ou como um depósito dos determinantes sociais. Cabe estudar o movimento que subjaz justamente na relação, como por exemplo, objetivação e subjetivação, sentido e significado, dentre outras estruturas da consciência.

Se por um lado, é fundamental frisar o caráter social e histórico da consciência, sua origem a partir da relação do homem com a realidade, ligado ao trabalho e a linguagem, por outro, Vigotski alerta para a questão da complexidade da reflexão, de forma a negar o caráter de cópia fiel da realidade, ou a ideia de que a consciência seria determinada mecânica e linearmente pela realidade. Ao contrário, a consciência deve ser vista como um sistema integrado, numa processualidade permanente, determinada pelas condições sociais e históricas, que num

---

<sup>46</sup> São funções desenvolvidas pelo ser humano na apropriação dos objetos culturais, sendo construídas nas relações sociais. Por exemplo: planejamento, linguagem, pensamento, afeto, vontade, sentido, significado. Cf. Vigotski, L. S. Obras Escogidas III: problemas del desarrollo de la psique. Madrid: Visor, 1927/1995.

<sup>47</sup> Tradução nossa: A consciência como uma forma de reflexo psíquico, não pode ser, entretanto, reduzida ao funcionamento de significados aprendidos de maneira externa que, desdobrando-se, dirige a atividade interna e externa do sujeito. Significados e as operações contidas dentro deles mesmos, isto é, em suas abstrações das relações internas do sistema de atividade e consciência, não são o assunto da psicologia. Eles tornam-se assunto somente se forem tomados naqueles relacionamentos, no movimento do sistema de relacionamentos.

processo de conversão se transformam em produções simbólicas, em construções singulares (AGUIAR, 2011, p.98).

A gênese social da consciência é aspecto central na obra do autor e seguidores. Sendo assim, a integração das funções fisiológicas e psicológicas com base na relação dos homens e com a cultura concebem a concepção de humano e de mundo.

Para além de sua formação, a consciência se organiza em um processo de generalização, pautado na extração de leis apropriadas na vivência. A generalização “expressa uma característica fundamental do pensamento humano: a capacidade de apreender o real e, justamente por desvendar suas leis gerais, pode intervir sobre ele, operando junto a essas leis intencional e conscientemente” (BARROCO; SUPERTI, 2014, p.25).

Os sentidos compõem essa totalidade da consciência, desenvolvida por relações sociais necessárias ao desenvolvimento da linguagem (oral, escrita, gestual, artística), facilitadora da apropriação do produto cultural e, portanto, fundamental para a formação das funções superiores. Significar a palavra induz a construção de vínculos neurais e ressignificá-la pressupõe novos vínculos. O desenvolvimento dos sentidos e significados das palavras sugere um novo arranjo das funções psicológicas superiores, ou seja, a consciência constitui-se com base na apropriação dos significados das palavras.

O significado possibilita a comunicação e socialização entre os homens. No plano semântico são as possibilidades mais compartilhadas e difundidas da interpretação. No plano psicológico traduz a generalização do conceito formado pela sociedade em um determinado momento. O sentido, por sua vez, é fluido e diverso. Composto pela história de vida, afetos, motivos e necessidade do próprio sujeito, singular e histórico (AGUIAR; OZELLA, 2006).

Os significados se articulam, caracterizam e organizam a realidade, permitindo apreendê-la e, assim, elevar o pensamento a níveis idiossincráticos, íntimos e profundos, níveis altamente abstratos, como os dos sentidos.

A Arte compromete-se com a produção do sensível, afirma no ser humano características do gênero humano e possibilita a humanização dos cinco sentidos biológicos, criando os sentidos sociais e o desenvolvimento dos sentimentos.

Porque não somente os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais (vontade, amor, etc.) -, numa palavra, o sentido humano – a humanidade dos sentidos – se



constitui pela essência do objeto, pela existência da natureza humanizada. A formação dos cinco sentidos é trabalho de toda história do mundo até nossos dias. O sentido limitado às necessidades práticas grosseiras tem também apenas um sentido limitado. Para um homem esfaimado, não existe a forma humana do alimento: existe apenas a forma abstrata – poderia estar ali na sua forma mais grosseira e seria impossível distinguir a sua atividade alimentar da de outros animais. O homem necessitado, premido por urgências, não tem sentidos para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais só enxerga o valor mercantil, não há beleza e natureza única do diamante – ele não possui qualquer sentido mineralógico. Portanto a objetivação da essência humana, quer em seu aspecto prático que no teórico, é necessária tanto para tornar humanos os sentidos do que quanto para criar o sentido humano correspondente a toda riqueza da substância humana e natural (MARX, 1844/2010, p. 135-136).

A satisfação das necessidades básicas é pressuposto fundamental, sem o qual o ser humano restringe-se ao exercício limitado dos sentidos. A Psicologia busca entender a construção do sentido carregado de experiências, vivências, percepções, histórias e afetos.

Não é só no pensar, mas com todos os sentidos afirma-se homem no mundo objetivo. [...] Os sentidos do homem social são outros sentidos que não os do homem não social. Somente através da riqueza objetivamente desenvolvida do ser essencial do homem se cultiva ou nasce à riqueza da sensibilidade subjetiva humana (o ouvido musical, o olho que descobre a beleza da forma; em síntese, os sentidos capazes de gozos humanos, sentidos que se afirmam como forças essenciais do homem) (MARX, 1844/2010, 135).

A obra de arte é composta por conteúdo, entendido como o material ou a realidade imediata das relações sociais de um determinado contexto e, a forma é a combinação desse material. Em suma, enquanto o primeiro materializa situações da vida cotidiana existente, o segundo representa digressões e inovações do conteúdo apropriado. Essa unidade contraditória compõe a estrutura de uma obra de arte. A marca pessoal que subverte a lógica carregada de criatividade, emoção, imaginação e concede ao quadro, uma pincelada original; à música, uma nota diferencial; ao drama, o desfecho imprevisível, tem o toque especial do sentido constituído pelo autor (BARROCO; SUPERTI, 2014).

A relação entre sentido e significado, objetividade e subjetividade, é a força motriz para entender a dialética interno e externo, no momento crucial em que o social

é apropriado e se torna individual, ou seja, quando as experiências externas se subjetivam e se tornam singulares.

A subjetividade é uma dimensão na qual as experiências são estruturadas de maneira pessoal e transformadas em sentidos que estão presentes na linguagem e nutrem a relação interno e externo. Nessa direção, a subjetividade pode ser entendida:

Como a organização dos processos de sentido e significação que aparecem e se organizam em diferentes formas e em diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua (GONZÁLEZ REY, 1999, p.108, apud MITÍJANS MARTÍNEZ, 2005, p.15).

O trecho anterior aponta para o fato de que as condições materiais formam a subjetividade. Desse modo, a atividade política, ao oferecer as condições objetivas para o aprendizado do fazer intersetorial, está impregnada de significados e, por sua vez, o gestor em sua constante interação com a cultura, traz na atuação profissional uma bagagem individual repleta de sentidos.

Assim, ao explicar os sentidos constituídos por gestores da Política de Assistência Social e de Educação Integral sobre a rede intersetorial da Assistência Social com a Educação Integral e como a intersetorialidade dessas duas políticas têm se formado no SCFV, busca-se entender as mediações que engendram o processo sinérgico de materialização dessas políticas e identificar aspectos que, ao serem negados ou apropriados, possam gerar um movimento intrínseco à crítica como método, a saber: fortalecer argumentos e posições ou reinventar a prática que já não compreende mais as demandas atuais.

Nessa tensão dialética entre sentido e significado é que a intersetorialidade política é apropriada e materializada na realidade cotidiana e, no caso, é apreendida pela análise da palavra com significado expressa pelos gestores. A interpretação desse estudo é tecida à medida que se desvelam as mediações que constituem o singular, a partir do social, e as contradições presentes nesse caminho. Com isso, podem revelar as possíveis repercussões na vida diária dos grupos do SCFV e orientar novos rumos para as políticas intersetoriais.

As expressões de um sujeito que é único, singular, pertencente a um determinado momento histórico são consideradas como primeiro movimento para entender a gênese social do fenômeno estudado e, com isso, alcançar o movimento

que traduz a relação singular-particular-universal. Segundo Oliveira (2005), singular é o sujeito universal, o gênero humano e particular, as múltiplas mediações sociais.

Sendo o ser humano síntese de múltiplas determinações (MARX,1983), a relação dialética singular-particular-universal investigada por Oliveira (2005) também é utilizada para compreender a dinâmica mediada entre o ser humano e o mundo. Assume-se para desvelar as forças da objetivação e subjetivação, três elementos nesse estudo: a atividade política (universal), o psiquismo humano (singular) e as condições sociais, econômicas, culturais, pedagógicas e políticas (particular). Nessa tese, essa dinâmica ampara a busca pela unidade de análise da intersetorialidade, em outras palavras, pelo eixo presente não no interno ou externo, mas na relação, sendo então, elemento fundante.

Com isso, para analisar a dimensão intersetorial da Política de Assistência Social com a Educação Integral e seus sentidos, tem-se por base um estudo capaz de elucidar como “a singularidade se constrói na universalidade e, ao mesmo tempo e, do mesmo modo, como a universalidade se concretiza na singularidade, tendo a particularidade como mediação” (OLIVEIRA, 2005, p. 01).

O estudo dos sentidos não tem o propósito de estudar o sentido pelo sentido, ou para uma simples identificação, classificação ou justificativa. A análise não é tecida associando somente as relações que constituem o fenômeno. O esforço analítico interpretativo tem por base a apreensão do movimento que constitui o singular a partir do social e, sobretudo, entender os mecanismos presentes na construção dos sentidos. Um movimento complexo e contraditório que pode apontar novos rumos, consagrar outros ou, até mesmo, negar alguns caminhos para a atuação de atores da Política de Assistência Social e da Educação Integral.

O estudo da atividade política como formadora da consciência e dos sentidos é ação fundamental para construção de estratégias voltadas à formulação de uma política social garantidora de direitos. A Psicologia Histórico-Cultural oferece as bases necessárias para entender o movimento e os elementos imbricados na construção dos sentidos. Esse caminho, oferece também os possíveis instrumentos e estratégias para a apreensão dos sentidos e significados.

Descrever e explicar a construção dos sentidos pode revelar sobre como a atividade é desenvolvida pelo sujeito e, sobretudo, como construir novos sentidos para instaurar o novo, uma política intersetorial. Desse modo, o método adotado deve ser condizente com esses princípios.

## 4.2. O Método da pesquisa

Este trabalho tem por objetivo analisar as dimensões da intersetorialidade estabelecidas entre as políticas de Assistência Social – representada pelas ações integradas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – e de Educação, com foco nas ações de educação integral estipuladas nos Programas Mais Educação (PME) e o Novo Mais Educação (PNME), no período de 2007 a 2019 no estado de São Paulo. Os objetivos específicos são: a) apreender a formação da intersetorialidade dessas duas políticas no SCFV; b) identificar e explicar os sentidos constituídos por gestores da política de Assistência Social e de Educação Integral sobre a rede intersetorial. Nessa perspectiva, o problema de pesquisa levanta a seguinte questão: quais os sentidos constituídos por gestores da política de Assistência Social e de Educação Integral sobre a rede intersetorial da Assistência Social com a Educação Integral? Como a intersetorialidade dessas duas políticas – Assistência Social e Educação Integral – tem se formado no SCFV?

Assim, o percurso teórico metodológico percorrido para responder o problema de pesquisa, deve ser trilhado à luz de um método capaz de aproximar a análise da integralidade do fenômeno, sendo que essa totalidade somente pode ser apreendida no movimento. Enfim, o método constitui o alicerce do processo analítico.

Um método comprometido com a integralidade não busca somente o fenômeno em diferentes fontes, mas, sobretudo, o movimento que tenciona, inter-relaciona e contrapõe as diversas pistas postas no processo analítico interpretativo. Sendo assim, o movimento se revela na articulação das pistas, na explicação das mudanças do objeto ao longo do tempo relacionadas à esfera econômica, política e cultural, nas contradições que lhe encerram e as modificações do objeto nas diferentes instituições, municípios e ministérios.

O objeto de estudos, nesse caso, a intersetorialidade política, desenvolve-se intimamente ligada aos movimentos políticos, econômicos e sociais da época, ou seja, as condições materiais de existência fazem dela o que ela é.

Não se pode esquecer que a flexibilidade é a condição de existência das coisas. No desvelar da história está a explicação do processo de existência do ser humano e do mundo. Apreender a leitura do processo histórico de existência das coisas e do ser humano é assumir as múltiplas determinações enquanto processo síntese em direção à essência.

As características e exigências gerais do método dialético residem na incessante busca pela integralidade, na crítica permanente do conhecimento produzido, na explicação teórica da essência e desenvolvimento do objeto de estudos com base nas determinações reais que lhe constituem e na relação sujeito objeto, como ênfase nas mudanças qualitativa do sujeito e do objeto nessa relação (BEATÓN, 2018). Segundo o autor, aproximar-se da objetividade do fenômeno só é possível por meio de uma teorização advinda da prática concreta e histórica do fenômeno. Além disso, o pesquisador tem um papel ativo ao produzir um concreto pensado a partir das deduções, explicações e conexões na processualidade dinâmica das estruturas do objeto de estudos.

Então, a intersetorialidade é aqui estudada considerando as múltiplas dimensões que lhe constituem ao longo da história, com base no desenvolvimento desse objeto na realidade concreta e, também, concebendo a relação entre a intersetorialidade e o ser humano. A investigação com base no método dialético impõe a integração e uma postura ativa, assim

El método dialéctico se apoya en la concepción general, materialista dialéctica e histórica, de que todo en la naturaleza, la sociedad y el propio ser humano está concatenado o interconectado, en constante movimiento, cambio y transformación y, el conocer la esencia de las cosas y los hechos de la vida real y lo concreto, es la vía para conseguir transformarlos y no solo contemplarlos<sup>48</sup> (BEATÓN, 2018, p.633).

Em suma, a escolha pelo método dialético implica no reconhecimento da historicidade e movimento do objeto de estudo. Nessa estrutura, o ser humano tem um papel ativo na construção e transformações do concreto dado e do concreto pensado. No movimento de ação e teorização a escolha das fontes de pesquisas já indicam a busca pela integralidade e dinâmica da intersetorialidade.

Estudiar algo históricamente significa estudiarlo en movimiento. Esta es la exigencia fundamental del método dialéctico. Cuando en una investigación se abarca el proceso de desarrollo de algún

---

<sup>48</sup> Tradução nossa: O método dialético baseia-se na concepção materialista geral, dialética e histórica de que tudo na natureza, na sociedade e no próprio ser humano está concatenado ou interligado, em constante movimento, mudança e transformação e conhecer a essência das coisas e os fatos da vida real e o concreto, é o caminho para transformá-los e não apenas contemplá-los.

fenómeno en todas sus fases y cambios, desde que surge hasta que desaparece, ello implica poner de manifiesto una naturaleza, conocer su esencia, ya que sólo el movimiento demuestra el cuerpo que existe. Así pues, la investigación histórica de la conducta no es algo que complementa o ayuda el estudio teórico, sino que constituye su fundamento (VIGOTSKI, 1931/2000, p. 67-68)<sup>49</sup>.

A Psicologia Histórico-Cultural traz uma reflexão metodológica concebida por Vigotski (1927/2004) quanto à busca de novos meios de análise e métodos, a partir do que o autor julgava ser o significado histórico da crise em Psicologia. Nesse sentido, o autor entendia que essa crise se materializa por uma diversidade de correntes e escolas, cada uma com propósitos distintos e que não se articulavam entre si.

O cerne da crise estava na questão do método, nas categorias metodológicas e de análise que não possibilitaram as condições necessárias para explicar o humano e suas funções psicológicas. A ausência de um método apropriado deveria ser superada, para erguer uma nova Psicologia capaz de explicar fenômenos simples de estímulo-resposta até os mais complexos processos da consciência, então “a busca do método se converte em uma das tarefas de maior importância na investigação. O método nesse caso é, ao mesmo tempo, premissa e produto, ferramenta e resultado da investigação” (VIGOTSKI, 1931/2000, p.47).

Vigotski (2003), evidencia a necessidade da construção de um método capaz de lidar com a complexidade do objeto de estudo da psicologia, o psiquismo humano. O autor elabora críticas a correntes naturalizantes e mentalistas e, ao fazê-lo, elabora sua teoria tendo por base a dialética e a história como princípios metodológicos. De tal modo, o fenômeno deve ser estudado em seu processo de constituição com todas as suas contradições, movimentos e transformações.

---

<sup>49</sup>Tradução nossa: Estudar algo historicamente significa estudá-lo em movimento. Este é o requisito fundamental do método dialético. Quando uma investigação abrange o processo de desenvolvimento de algum fenômeno em todas as suas fases e mudanças, desde seu aparecimento até seu desaparecimento, isso implica revelar uma natureza, conhecer sua essência, pois somente o movimento demonstra o corpo que existe. Assim, a investigação histórica do comportamento não é algo que complementa ou auxilia o estudo teórico, mas constitui seu fundamento.

#### 4.2.1. Fontes de dados da pesquisa

*“Quando eu morder a palavra, por favor, não me apressem, quero mascar, rasgar entre os dentes, a pele, os ossos, o tutano do verbo, para assim versejar o âmago das coisas”  
Conceição Evaristo, 2008.*

Esta pesquisa apresenta como fonte de dados a produção de uma revisão da literatura e, ainda, utiliza dados documentais e empíricos, detalhados a seguir.

#### 4.2.2. Revisão bibliográfica

A etapa da revisão de literatura realizada nessa tese originou a publicação de um artigo científico, Silva (2018), sobre a produção acadêmica existente a respeito da intersetorialidade nas ações da política pública de Assistência Social com a escolarização.

A temática da intersetorialidade na política de Assistência Social com a Educação Integral é ainda incipiente, como demonstra a revisão de literatura realizada, Silva (2018), com base em teses, artigos e dissertações, dentre os quais estão: Barbosa; Gomes, 2018; Silva; Passos, 2018; Santiago, 2017; Silva, 2017; Thomazinho; Sampaio, 2017; Sandre, 2016; Silva, 2016; Luckmann, 2015; Teixeira, 2014; Magalhães et al, 2011.

Os artigos, teses e dissertações foram selecionados a partir dos seguintes critérios: apresentar nos tópicos assunto, resumo, título e/ou palavras chaves, as expressões: intersetorialidade, assistência social ou serviço social, educação ou atividade educativa. Não foram encontradas pesquisas que versassem especificamente sobre a possibilidade de ações conjuntas entre o SCFV e o PME/PNME. As fontes de pesquisa são os resumos de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), publicações do Scielo, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), BVS – PSI, Google Acadêmico e Portal CAPES.

Inicialmente trabalhou-se com um amplo conjunto de pesquisas a fim compreender a forma como é estudada a questão da intersetorialidade das Políticas Públicas de Assistência Social e, em seguida, realizou-se a delimitação pertinente ao nosso objeto de estudo, a intersetorialidade política. Assim, no total, foram

catalogados aproximadamente 210 trabalhos e, desses, foram examinados 14 teses ou dissertações, 13 artigos e dois livros, conforme apresentado no artigo produzido (SILVA, 2018)<sup>50</sup>.

Como principais achados da revisão de literatura tem-se a intersectorialidade como forma de gestão necessária ao desenvolvimento integral do ser; a necessidade de construção de estratégias para concretizar essa intersectorialidade vigente nos documentos oficiais, mas fragilizada na prática institucional; e a avaliação positiva dos impactos dos programas de transferência de renda sobre a permanência e frequência de crianças na escola, por um lado, e a incipiente repercussão desses programas nos níveis de aprendizado escolar, por outro (SILVA, 2018).

### **4.3. Dados Documentais**

A estrutura pensada para escolha dos documentos marca a tentativa de apreender o fenômeno na sua totalidade. Assim, para além da escolha de documentos fundamentais para atingir o objetivo da pesquisa existe ainda o propósito de conjugar fontes de diferentes protagonistas estratégicos da intersectorialidade. São utilizados documentos produzidos pelo governo Federal/Estado, pela municipalidade, e por gestores da Política de Assistência Social e de Educação Integral.

#### **4.3.1. Documentos do Governo Federal/Estado:**

São quatro documentos dispostos neste item. Primeiro, a PNAS (BRASIL, 2005), construída para implementação do SUAS e elaboração de uma política pública para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Segundo, o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024 (BRASIL, 2014), um conjunto de 20 metas e estratégias para melhorar a qualidade da educação é considerado um articulador do Sistema Nacional de Educação. Ele tem por objetivos o acesso, a universalização da alfabetização, a ampliação da escolaridade, as

---

<sup>50</sup> Ver SILVA, Vanessa Cristina da. A dimensão intersectorial da Política Pública de Assistência Social com a Escolarização: uma revisão integrativa de literatura à luz da Psicologia Política. Revista de Psicologia Política, São Paulo, v. 18, n. 41, p. 96-116, abr. 2018. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2018000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000100008&lng=pt&nrm=iso)



oportunidades educacionais, a redução das desigualdades, a valorização da diversidade e dos profissionais da educação.

Terceiro, a Instrução Operacional e Manual de Orientação nº 1 SNAS – MDS/SEB – MEC (BRASIL, 2014a), documento oficial para orientação de gestores quanto à articulação do SCFV com o PME. Esse documento representa uma iniciativa interministerial, pois congrega o Ministério do Desenvolvimento Social e o da Educação. Além da Secretaria Nacional de Assistência Social e de Educação Básica.

Por fim, agrega-se a esse conjunto o caderno Gestão Intersetorial no Território, do PME (BRASIL, 2009). Dos três cadernos produzidos pelo Programa, esse é que oferece maior conteúdo sobre o objeto de estudos.

Esses documentos são escolhidos por representarem as diretrizes da política social advindas do governo federal (núcleo estratégico da alta cúpula federal). Concebem o campo mais generalizado do termo intersectorialidade – dos significados. O conjunto escolhido aborda tanto as políticas setoriais quanto a possibilidade de ações conjuntas no uso da intersectorialidade. Nesse sentido, esse conjunto descortina as concepções mais gerais da intersectorialidade nos documentos oficiais.

#### **4.3.2. Documentos da municipalidade**

Este tópico é composto por dois documentos, os Planos Municipais de Assistência Social do Estado de São Paulo (2018 – 2021) e o Quadro geral dos SCFV existentes no Estado de São Paulo (2018 – 2021).

Os Planos Municipais elaborados de maneira quadriennial são ferramentas para o planejamento e gestão da política de Assistência Social, considerando a realidade do município. No total, foram analisados os 645 planos por meio da ferramenta denominada PMASWeb (SÃO PAULO, s.d). Nessa ferramenta os planos estão sistematizados em um ambiente virtual, divididos pelas DRADS e respectivos municípios e podem ser acessados mediante pedido e autorização da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDES).

O Plano contém 8 blocos de informações: identificação; diagnóstico socioterritorial; rede de proteção social; interfaces com outras políticas públicas; financiamento; planejamento; vigilância, monitoramento e avaliação e, por último, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Cada bloco traz uma gama de outros itens.

Considerando o objetivo da pesquisa são analisados o conteúdo do bloco interfaces com outras políticas públicas, nos itens a) Educação e b) Outras políticas públicas.

No item Educação existem cinco perguntas sobre a interface entre os serviços de Assistência Social e a Educação, são elas: 1- Existe protocolo formal estabelecido no município para o atendimento de usuários da Assistência Social na rede de serviços de Educação (encaminhamento e acompanhamento)? Qual; 2- Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento de crianças e adolescentes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família? Descreva; 3 - Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento de pessoas com deficiência beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada – BPC? Quais; 4 - Existem intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento dos jovens beneficiários do programa Ação Jovem e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto? 5 - Existem outras articulações estabelecidas entre o órgão gestor da Assistência Social e o órgão gestor da Educação em seu município? Descreva. São analisadas especialmente as respostas das perguntas 1, 2 e 5.

No bloco 'Outras Políticas', contém as seguintes perguntas: 1 - Existem outras políticas públicas, além das citadas acima, que possuem interface com a política de assistência social, isto é, que possuem interação por meio de protocolos, fluxos ou acordos intersetoriais? Quais. 2 - Quais os principais obstáculos para o estabelecimento de protocolos e ações intersetoriais entre Assistência Social e outras políticas públicas no seu município? 3 - Existem serviços, programas ou projetos de outras políticas públicas que são financiados com recursos da política de Assistência Social?

Faz parte também desse conjunto de documentos dispostos nesse item o quadro geral dos SCFV, produzidos nessa pesquisa também a partir da consulta ao PMASWeb (SÃO PAULO, s.d). Cabe ressaltar que o quadro produzido sistematiza as informações registradas no município oferecendo uma leitura da situação no Estado. Realiza-se a busca pelo SCFV com os seguintes filtros: em todo Estado de São Paulo, Proteção Básica, para usuários de 6 a 15 anos, locais de execução – CRAS, pública, privada e em exercício em 2018.

Com o suporte técnico de um profissional do Departamento de Método Quantitativos em Psicologia da USP são realizadas as sistematizações dos dados.

São ao todo três encontros de trabalho no Departamento e dois meses de trabalho estatístico. Os dados são pesquisados, categorizados, quantificados e dispostos em gráficos. São utilizados o Excel e um programa específico para criação de estatísticas, o *IBM Statistics*

#### **4.4. Dados Empíricos**

##### **4.4.1. A voz de gestores da Política de Assistência Social e de Educação Integral e diário de itinerância**

As fontes empíricas escolhidas neste trabalho são (1) uma entrevista individual e recorrente com um gestor da Política Nacional de Assistência Social, Thiago, e (1) uma entrevista individual e recorrente com a gestora de Educação Integral, Petra. Soma-se a esse conjunto a elaboração do diário de itinerância por um dos participantes, Fernando.

Essa pesquisa inicialmente almejava o preenchimento de um breve questionário pelos 26 diretores regionais. Houve apenas quatro questionários respondidos e, dessa forma, não consideramos que tais respostas pudessem compor os dados qualitativos da pesquisa.

Bosi (2003) e Souza (2010), versam a respeito de importantes contribuições sobre o processo de vinculação entre entrevistador e entrevistado. A posição social e profissional ocupada pelo pesquisador, a universidade pertencente e o tema estudado trazem implicações nas tentativas de conseguir o aceite e interesse dos participantes.

Após várias tentativas de entrevista com as secretarias municipais em exercício, houve aceite em participar por parte da gestora de um município de pequeno porte. Os secretários municipais de maneira geral não são figuras ao alcance de todos, pois devido ao cargo e poder investido um muro de assessoras, reuniões e agendas tornam-lhes quase inacessíveis. Dessa forma, foram realizados contatos para sensibilização quanto à contribuição da pesquisa para o mundo acadêmico e principalmente da entrevista para o trabalho. Com isso, houve informalmente a aceitação de duas gestoras para a entrevista.

Por outro lado, ao tomar conhecimento da realização da entrevista com a Secretaria da Assistência Social, a secretária da Educação passa a não responder

mais as tentativas de marcar a entrevista e a outra simplesmente não retorna mais os contatos telefônicos.

A intersectorialidade toma uma grande espaço nesse trabalho, pois torna-se, além de objeto de estudos, método e premissa básica na condução do processo de coleta de dados e análise. Assim, é necessário a imersão nos documentos e no campo político tanto da Assistência Social quanto da Educação.

O encontro com o campo traz uma inquietude quase desesperançosa, já que não havia uma pessoa do alto escalão em exercício (secretários municipais) disposta a falar sobre política social em entrevista e, ainda mais, intersectorialidade política.

Na pesquisa qualitativa, é notória a ideia de sensibilizar o entrevistado quanto à contribuição da pesquisa e de sua participação, para então, conseguir o aceite (BOSI, 2003; SOUZA, 2010). Por outro lado, em se tratando do campo político a sutileza não está somente na sensibilização do entrevistado feita pelo entrevistador e, sim, na sensibilidade do próprio entrevistador para enxergar aqueles que têm algo a dizer e querem dizê-lo.

Desde o início da pesquisa algumas pessoas já contribuíram para as reflexões sobre intersectorialidade. Nesse sentido, Thiago, Petra, Fernando e Ivonete (todos nomes fictícios) mostraram-se disponíveis e conscientes da importância de compartilhar experiências. No total são realizadas quatro entrevistas, mas apenas duas são utilizadas como fonte de dados na análise. A escolha teve como critério a contribuição sobre o tema. Além disso, os participantes não são vistos de forma individual, e sim, como representantes de um determinado grupo. Desse modo, os participantes Thiago e Petra são escolhidos como representantes de uma classe profissional.

Aproximar-se do SCFV e de seus atores é buscar documentar o não documentado, é estar na cotidianidade do fenômeno “analisando as relações e os processos que nela se estabelecem, buscando explicitar, juntamente com os participantes da pesquisa, esses processos por meio do estabelecimento de vínculos de confiança e de esclarecimento” (SOUZA, 2010, p.136). A seguir apresenta-se os gestores participantes da pesquisa.

Thiago; 59 anos; solteiro; sem filhos; pardo; cisgênero; heterossexual; morador de um município da região metropolitana de São Paulo; formado em Serviço Social PUC/SP; também graduado em Direito pela Universidade Santo Amaro (UNISA); especialização em Direito de Família e Sucessões; ex-secretário municipal de

Assistência Social em um município da Grande São Paulo. Atualmente trabalha como formador de profissionais da área do Serviço Social e afins, em uma empresa que vende cursos para as prefeituras. Durante a gestão como secretário iniciou a especialização em Adolescente em Conflito com a Lei pela UNIBAN, porém diante da agenda de compromissos profissionais não concluiu o curso.

Petra; 33 anos; casada; sem filhos; branca; cisgênero; heterossexual; moradora de um bairro de classe média em São Paulo; formada em jornalismo pela PUC/SP; coordenadora de dois programas na área da Educação Integral em uma OSC do município, descrita aqui pelo nome fictício de A. Petra trabalha há 10 anos no A. utilizando um pouco da *expertise* da área de Comunicação na perspectiva da garantia dos direitos humanos e Educação Integral. Como coordenadora tem por função projetar a implementação dos projetos educacionais no tempo e espaço.

A entrevista recorrente é o procedimento mais indicado e, portanto, o mais usual para obter as informações necessárias para a apreensão dos sentidos. Nessa modalidade de entrevista, após uma primeira leitura, o entrevistado deve ser novamente questionado a fim de eliminar dúvidas, aprofundar contradições e permitir uma análise quase conjunta do processo. Dessa forma, é notório o fato de que a entrevista pode permitir o acesso aos processos psíquicos fundamentais para aproximação das zonas de sentido. Deve-se buscar as determinações e contradições do sujeito, os motivos e conflitos sobre a atividade que desempenha. A aparência, por vezes, não diz nada sobre a essência, mas é o ponto de partida para a apreensão dos sentidos.

O significado é de suma relevância na pesquisa qualitativa. O pesquisador que assume essa abordagem busca entender como diferentes pessoas dão sentido às vivências, conhecido como perspectivas participantes. O pesquisador ocupa-se das perspectivas participantes para desvelar os processos constituintes dessa dinâmica, frequentemente imperceptível ao observador externo. Para apreender as diferentes perspectivas, alguns pesquisadores gravam em vídeo e mostram as gravações para os informadores. Outros mostram rascunhos de entrevista ou relatos verbais de suas perspectivas com as dos sujeitos. Esse processo revela a atenção para adoção de um material fiel e rigoroso ao modo como as pessoas interpretam os significados (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p.50 e 51).

Uma vez realizada a entrevista parte-se para elaboração do diário de itinerância produzido por Fernando, 40 anos, união estável, sem filhos; homoafetivo, branco,

graduação em Arte com habilitação em Arte Cênicas pela Faculdade Santa Cecília; especialização em Comunidade de Aprendizagem (Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR); Metodologia do Ensino da Arte; Cidade Educadora, as duas últimas no Centro Universitário Internacional – UNINTER; mora no interior de São Paulo, é funcionário público da Secretaria Municipal de Educação da cidade vizinha, onde exerceu vários cargos dentre eles, supervisor da Educação Integral e coordenador das equipes do Programa Mais Educação.

Fernando intitula-se arte educador, pois educa para e pela Arte. Atualmente, solicitou afastamento das funções da Secretaria para dedicar-se à coordenação de um Projeto, promovido por uma OSC e relacionado à implantação de ações intersetoriais para garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

O Diário de Itinerância é utilizado originalmente por René Barbier (2007). O termo cunhado pelo autor é entendido como “bloco de apontamentos, no qual cada um anota o que sente, o que pensa, o que medita, o que poetiza, o que retém de uma teoria, de uma conversa, o que constrói para dar sentido à vida” (BARBIER, 2007, p.133, apud RAMALHO, 2012, p. 25).

Barbier (2007), o propõe como técnica de pesquisa-ação, mas no presente estudo é empregado como um procedimento para apreensão dos sentidos e, ainda, com o uso de outras linguagens além da escrita. O autor do diário pode escrever os pensamentos, sentimentos, desejos, sonhos secretos, desenhar, pintar, fotografar, entre outros. Muitas vezes recorre a lembranças da infância, experiências passadas e momentos marcantes da vivência, mas, diferente do diário comum - que comumente fica esquecido - o diário itinerante tem a característica de ser publicável ou difundido no todo ou em partes. A produção do diário de itinerância pode ser de grande valia ao objetivo da pesquisa e apreensão dos sentidos, uma vez que privilegia um modelo afetivo-cognitivo de relato.

Fernando elabora o diário de itinerância após ter contato com dois recursos de sensibilização: o vídeo Vida Maria<sup>51</sup> e a leitura do poema Vozes em Coletivo. Esse último é produzido por essa pesquisadora conjugando recortes de falas de todos os quatro entrevistados. O Diário do entrevistado possui duas partes: na primeira, Fernando apresenta um desenho com colagens e produz um texto. Na outra exibe um poema autoral intitulado Quantas Vozes?

---

<sup>51</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG\\_htum4](https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4)

Em suma, as entrevistas oportunizam a investigação dos elementos imbricados na materialidade da intersetorialidade, considerando os sentidos construídos pelos gestores que atuam nesse interstício político.

#### 4.5 Procedimentos de investigação

*“É importante ressaltar que emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão”*  
Lélia Gonzalez, 2018.

De abordagem qualitativa, esta pesquisa realiza três etapas na produção de informações, conforme os seguintes procedimentos:

Primeira etapa: a) revisão bibliográfica; b) levantamento dos documentos oficiais do MDS e do Ministério da Educação (MEC); c) produção do quadro geral dos SCFV existentes no Estado de São Paulo;

Segunda etapa: d) Entrevistas com gestores da Política de Assistência Social e de Educação.

Terceira etapa: e) produção dos recursos de sensibilização; f) Elaboração do Diário de Itinerância pelo participante da pesquisa; g) Construção dos Núcleos de Significação (AGUIAR; OZELLA, 2006).

A análise de dados será baseada nos Núcleos de Significação (AGUIAR; OZELLA, 2006).

#### 4.6 Os núcleos de significação e as análises intranúcleos e internúcleos

*“Inútil analisar este ou aquele aspecto de sua obra [de Fernando Pessoa], esta ou aquela personagem, esquecendo que são apenas falas de personagem que funcionam umas em relação às outras. Seria o mesmo que tentar descrever as rodinhas dentadas dum relógio, quando o que interessa é perceber como se harmonizam para fazer tique-taque!”*  
Teresa Rita Lopes, 2004.

Os núcleos de significação são instrumentos de análise usados nessa tese para iniciar o processo analítico. Eles são capazes de proporcionar uma decomposição do

objeto de pesquisa, descortinando as diversas faces do fenômeno. Após a decomposição, a reconstrução deve recuperar e, ao mesmo tempo, oferecer ao fenômeno o respectivo lugar histórico. A historicidade guarda aqui o pêndulo dos processos de objetivação e subjetivação.

Conforme Aguiar; Aranha; Soares (2021); Aguiar; Soares; Machado (2015); Aguiar; Ozella, (2013); Aguiar; Ozella; (2006); os núcleos de significação são construídos a partir da realização de algumas etapas. A primeira consiste na leitura de todo o material a ser analisado. Essa leitura pode ser de forma dinâmica com o propósito de identificar aspectos que chamam atenção no texto pela frequência; contradição; complementaridade; capacidade elucidativa; ênfase dada pelo documento ou entrevistado; carga emocional, entre outros. Essa leitura deve ser retomada quantas vezes forem necessárias para entender de forma dinâmica e integrada os elementos presentes e possíveis lacunas.

Após as diversas leituras recorrentes montam-se os primeiros blocos temáticos. Assim, são reunidas ou aglutinadas frases *ipsis litteris* do texto analisado, conforme o critério de similaridade, contradição, ênfase, emoção, silêncios, repetições ou potencial explicativo. Nesse primeiro momento, a escolha por reproduzir palavra por palavra do documento analisado tem o propósito de evitar digressões antecipadas e partir do que é posto pelo material estudado. Cada bloco constituído pela aglutinação de certas frases representa um pré-indicador.

Os pré-indicadores ao serem lidos e relidos apontam para um determinado aspecto do fenômeno estudado. Esse movimento de extrair do conjunto de pré-indicadores o assunto principal da discussão dá origem à formulação dos indicadores. Ou seja, um conjunto de pré-indicadores forma um indicador. O pesquisador nomeia esse indicador segundo o assunto principal apreendido no processo de pensar o concreto dado.

Por fim, deve-se novamente aglutinar o maior número possível de indicadores com base nos critérios já citados, pois esse movimento oportuniza a construção dos núcleos de significação. Um conjunto de indicadores formam um núcleo de significação. O núcleo de significação pode ser intitulado usando frases ou palavras do material analisado, a fim de produzir o debate mais próximo da realidade pesquisada.

Embora os núcleos de significação sejam geralmente usados como instrumentos na análise de entrevistas, avalia-se nessa pesquisa que, para aproximar-



se ainda mais da essência do fenômeno é necessário construir a síntese das diferentes dimensões do fenômeno. Para isso, são consideradas materiais de análise tanto as entrevistas quanto os documentos oficiais.

A construção e análise dos núcleos de significação, principalmente quando existe uma quantidade substancial de dados, não ocorre de maneira instantânea. Ou seja, são necessárias inúmeras construções que, paulatinamente, se aproximam de um processo final.

Nesse sentido, construir, desconstruir e reconstruir fazem parte do processo da criação de aglutinações, indicadores e formulações dos núcleos de significação. Inicialmente, na pesquisa em questão, foram construídos núcleos de significação para cada documento. Assim, tinha-se núcleos sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS); outros para o Plano Nacional de Educação (PNE); alguns para o Caderno de Referência do Programa Mais Educação (PME), e assim por diante. Essa primeira organização resultou em dezoito Núcleos de Significação. Desse modo, pode-se visualizar e entender cada núcleo (e política correspondente) em separado, como apartado em caixas.

A partir desse procedimento realiza-se uma nova aglutinação, que permitisse o diálogo, a complementaridade e a contradição entre as políticas da Assistência Social com a Educação, entre os documentos do governo federal e do município e entre as entrevistas. Dessa forma, os sentidos dos gestores entram em diálogo, bem como fazem ponto ou contraponto com os documentos do governo federal e do município. Diante da quantidade considerável de documentos, o processo de novas aglutinações e reconstruções esteve presente também durante o processo analítico de cada núcleo.

Nessa perspectiva, pode-se explicar de maneira interacional os diferentes dados, uma vez que o núcleo de significação trata justamente de entender um elemento não somente de forma individual. Essa etapa, pauta-se, essencialmente, em uma postura metodológica: o fenômeno em si e os elementos que lhe compõem só podem ser profundamente explicados em relação aos outros elementos que formam o objeto de estudos.

Embora os documentos oficiais da Educação e da Assistência Social tenham naturezas diferentes, essa pesquisa busca entender a qualidade intersetorial dessas políticas. Nesse caso, nega-se a compreensão da Política Socioassistencial ou da Educação de maneira individual e nas profundas especificidades de cada. Busca-se

a dimensão intersectorial presente, considerando todas as forças que nela incidem e a formam. Nesse ponto, o núcleo de significação é um instrumento chave capaz de auxiliar o pesquisador no processo de ruptura do fenômeno na busca do âmago da questão, colocando-o em conversa com os outros elementos.

O núcleo de significação resgata o movimento, a totalidade e a contradição presente entre os elementos. Esse processo se realiza nas inúmeras construções e reconstruções dos núcleos; a princípio, dentro da temática de cada documento e em seguida nas novas aglutinações realizadas, utilizando todas as informações colhidas para o diálogo entre os dados.

Os documentos produzidos pelo governo federal são devidamente decompostos e recompostos por meio da análise intranúcleos. O mesmo ocorre com os documentos da municipalidade e as entrevistas dos gestores da política de Educação Integral e Assistência Social. A análise intranúcleos, como o nome sugere, trata de realizar a análise crítico interpretativa dentro de cada núcleo. Nessa pesquisa foram construídos sete núcleos de significação no produto final.

Após essa etapa, tem-se a análise do conjunto total dos núcleos de significação, denominada análise internúcleos. Com o propósito de aprimorar a análise internúcleos, considera-se vital o uso de outros elementos além do produto da intranúcleos, são eles: o quadro geral do SCFV e o diário de itinerância de um gestor do PME e supervisor de ensino da Secretaria Municipal de Educação.

Por fim, todo esse processo analítico deve gerar um dado para além do olhar fragmentado e, especialmente, para além daquilo já revelado da análise intranúcleos. Isto só é possível com o esforço de reatar os pontos nodais do objeto de estudo, pelos quais o fenômeno revela a diversidade das possibilidades da relação ser humano e mundo dentro da mesma existência. Em suma, deve-se exaustivamente buscar integrar os diferentes aspectos do fenômeno para vislumbrar os múltiplos processos imbricados e aproximar-se daquilo que lhe constitui essencialmente. A análise internúcleos supera a intranúcleos, entretanto, essa última é construída a partir da primeira.

## CAPÍTULO 5

### RESULTADOS DA PESQUISA

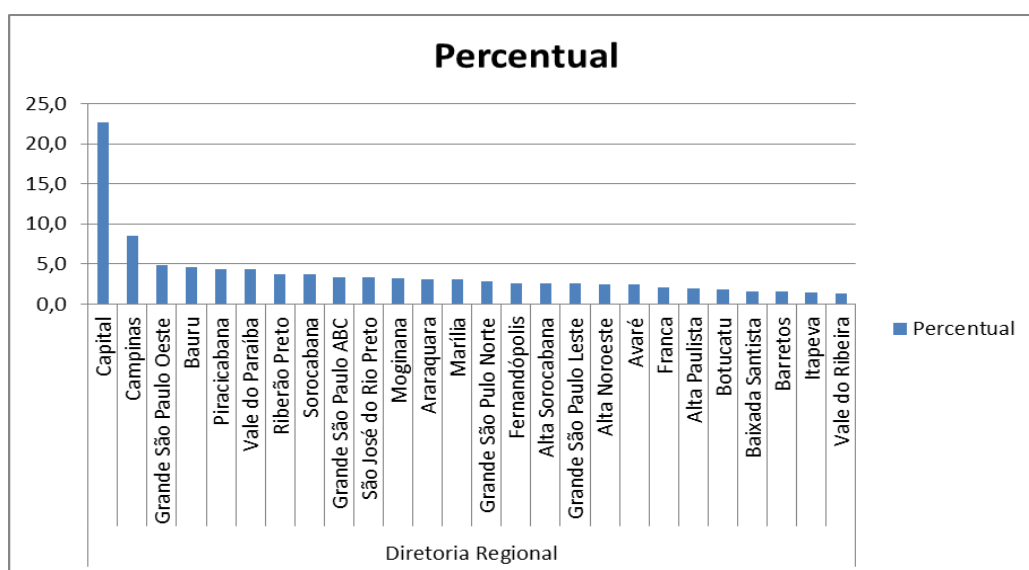
#### 5.1. Quadro geral dos SCFV existentes no Estado de São Paulo

Este item apresenta um quadro geral do SCFV, visando a leitura integrada dos dados referentes a oferta, abrangência e tipo de gestão dos SCFV em todo Estado de São Paulo.

O SCFV pode ser ofertado pelo CRAS ou outras unidades públicas (como os Centros de Convivência), desde que haja espaço físico compatível, portando, executado por unidade pública, denominada gestão direta. Outra possibilidade é ser disponibilizado em entidades socioassistenciais cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social ou do Distrito Federal, denominado gestão indireta.

A descentralização política permitiu a criação de 26 Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADs) no Estado de São Paulo, para orientar e assistir municípios e entidades sociais na implementação e no acompanhamento de políticas e programas de assistência e desenvolvimento social, conforme o gráfico 1 que aponta a distribuição dos SCFV por DRADs.

Gráfico 1 - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) por Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) no Estado de São Paulo



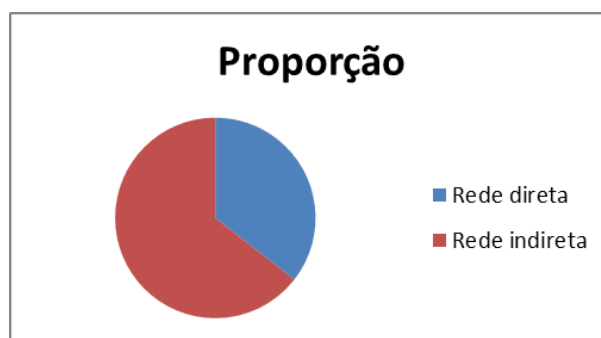
Fonte: PMASweb (SÃO PAULO, s.d). Elaborado pela autora, 2019.

As diretorias, abrangem uma população de 41.233.683,00 milhões de pessoas, segundo informações do Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São

Paulo 2016-2019 (SÃO PAULO, 2016). Nesse cenário, existem 10,8 milhões de pessoas do Estado de São Paulo cadastradas no CadÚnico<sup>10</sup>, o que representa 24% da população total do estado, sendo que, 5,5 milhões estão na faixa de pobreza e extrema pobreza, segundo o Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2020-2023 (SÃO PAULO, 2020).

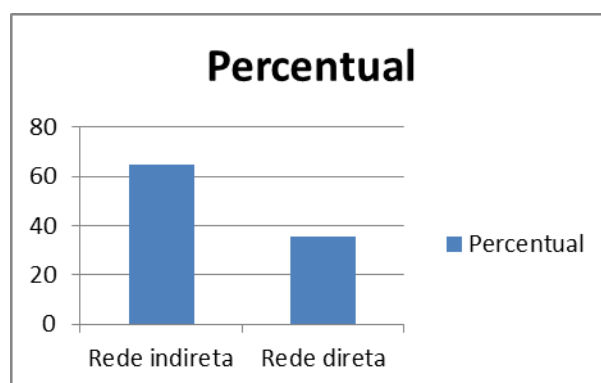
Os dados sistematizados na produção do quadro geral do SCFV no Estado de São Paulo, apontam a existência de 2.322 SCFV em todo Estado de São Paulo para crianças de 6 a 15 anos, na modalidade de Proteção Básica, oferecidos por entidades públicas, privadas e em exercício em 2018. Desses, 1.497 são oferecidos pela rede indireta e, apenas, 825 pela rede direta – 64,5% e 35,5% respectivamente, conforme gráfico 2 e 3.

Gráfico 2 - Tipo de rede, em proporção, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Estado de São Paulo.



Fonte: PMASweb (SÃO PAULO, s.d). Elaborado pela autora, 2019

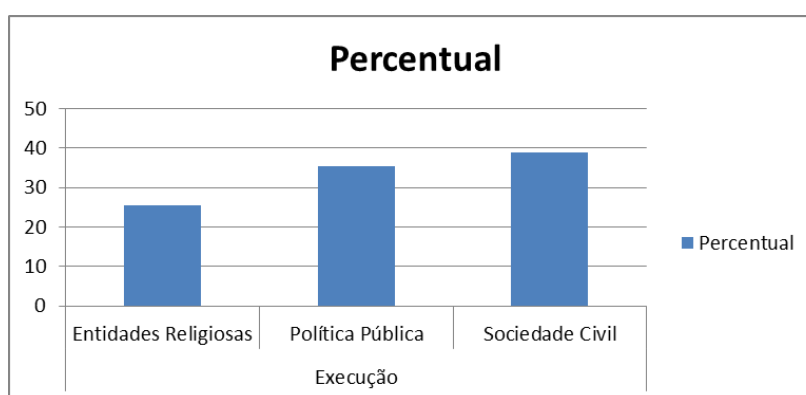
Gráfico 3 - Tipo de rede, em percentual, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Estado de São Paulo.



Fonte: PMASweb (SÃO PAULO, s.d). Elaborado pela autora, 2019.

Na rede indireta os serviços que possuem no nome da organização de execução alguma alusão a preceitos religiosos, por exemplo: Adventista, Coração Imaculado de Maria, Bom Jesus, Cáritas Diocesana, Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo, Trabalhadores da última hora, Associação Cristã, entre outros, correspondem a 25,54%; a política pública executa 35,53% e as organizações não governamentais realizam 38,93% dos SCFV, como demonstra gráfico 4 e 5.

Gráfico 4 - Órgão executor, em percentual, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Estado de São Paulo



Fonte: PMASweb (SÃO PAULO, s.d). Elaborado pela autora, 2019.

Gráfico 5 - Órgão executor, em proporção, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no Estado de São Paulo



Fonte: PMASweb (SÃO PAULO, s.d). Elaborado pela autora, 2019.

As três cidades com maiores concentrações do SCFV são: São Paulo com 526 Serviços, Campinas com 59 e Ribeirão Preto com 37 (tabela 1 – Apêndice A). Em São Paulo todos os SCFV são da Rede Indireta. A maioria dos Serviços é para ambos os sexos - 98,9%; há predominância em áreas urbanas com 52,2%, mas estão presentes em áreas rurais e urbanas com 46,6% e, somente rurais com 1,2%. O SCFV vai além

das comunidades tradicionais atingindo também grupos específicos, tendo 12 Serviços em locais de agricultura familiar; seis em aglomerados subnormais; quatro em assentamentos e um para cada grupo de: ciganos, comunidade ribeirinha, quilombolas e comunidade tradicional de matriz africana.

Uma das inquietações dessa pesquisa encontra resposta objetiva na confluência desses dados e da análise dos Planos Municipais da Assistência Social: existe algum SCFV de modelo intersetorial com a Educação Integral? Ao responder essa pergunta, consideramos que muito pode-se dizer sobre como tem sido gerido um Serviço oferecido por uma Política, cujo eixo central é a intersetorialidade e tem nos documentos oficiais desse Serviço a proposta de ações conjuntas com a Educação Integral.

Por fim, destaca-se na elaboração desses dados: a predominância de Serviços na rede indireta, ou seja, a terceirização dessa atividade pelo Estado, a concentração da execução dos Serviços de rede indireta por entidades que trazem alusões religiosas no nome, o amplo alcance desse Serviço nas mais diversas comunidades, como favelas, ribeirinhas, rurais, quilombolas, matriz africana e cigana e, por fim, a grande quantidade de Serviços em São Paulo, onde todos são de gestão indireta.

## **5.2. Compreendendo a política intersetorial de Assistência Social e de Educação: análises intranúcleos**

*“Deixo ao cego e ao surdo  
A alma com fronteira,  
Que eu quero sentir tudo  
Eu quero sentir tudo  
De todas as maneiras  
E como são estilhaços  
Do ser as coisas dispersas  
Quebro a alma em pedaços  
E em pessoas diversas”  
Fernando Pessoa, 1990.*

### 5.2.1. Primeiro Núcleo de significação – Elementos de transformação na estrutura da Política de Assistência Social e Educação Integral

Iniciamos a análise de indicadores, tomando como base três documentos que consideramos fundamentais para entender a política de Assistência Social e sua implementação nos territórios no que tange à questão da intersetorialidade estabelecida entre a área da Assistência Social e da Educação, a saber: a PNAS (BRASIL, 2005), por apresentar e delinear os princípios e atribuições da política de Assistência Social em nível nacional; o caderno Gestão Intersetorial no Território - Programa mais Educação (PME) (BRASIL, 2009), por definir as diretrizes e bases do Programa na área da Educação Básica e os Planos Municipais de Assistência Social - PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018), que materializam nos territórios as políticas nacionais de Assistência e de Educação.

Nas diretrizes do governo federal, o conceito de intersetorialidade aparece na fase mais generalizada e difundida, portanto revela a construção dos significados. Considera-se que os documentos oficiais carregam os significados da intersetorialidade, por tratarem do termo da forma mais ampla possível, com expressões construídas e compartilhadas socialmente. Concomitantemente, os documentos elaborados pelo município se aproximam dos sentidos construídos, impregnados da atividade diária. Nesse caso, expressam a forma como a intersetorialidade é apropriada e realizada no território pelos profissionais.

Com isso, esse núcleo aglutina indicadores capazes de revelar a concepção de descentralização na PNAS (BRASIL, 2005) e nos Cadernos do PME, abordando pontos de tensão e diálogo. Além disso, desvela como a intersetorialidade, perpassa os documentos oficiais do governo federal (PNAS) e efetiva-se na realidade diária do município (PMAS).

Os indicadores presentes nesse núcleo são: a) PNAS: **Intersetorialidade para romper o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social** e oportunizar acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos: **a rede como ferramenta central na atuação intersetorial**; b) PNAS: **Descentralização, Intersetorialidade, territorialização e a garantia de canais de participação local** enquanto mudanças nas políticas sociais; c) PNAS: **Novas bases para a relação entre o Estado e a Sociedade Civil**; d) PME: **Elementos da descentralização política**: fortalecimento do governo local, definição de uma matriz

avaliativa de participação popular nas instâncias deliberativas e a interlocução entre as diferentes esferas; e) PMAS: **A intersetorialidade, como meio de gestão**, implica que cada município poderá realizar as articulações setoriais mais relevantes e adequadas a cada contexto local; e, f) PMAS: **A intersetorialidade na discussão de casos complexos**: elemento focal ou transversal – eis a questão?

A aprovação de uma política com o objetivo de garantir direitos sociais no Brasil, como a PNAS (BRASIL, 2005), representa um avanço conceitual, uma vez que estabelece critérios e definições sobre o objetivo das ações, público-alvo, estratégias, entre outros. Por outro lado, “seu escopo foi desenhado em uma perspectiva residual, sem o comprometimento em enfrentar a desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira” (DEGENSZAJN; COUTO; YAZBEK, 2012, p.455). Para as autoras o resíduo que impregna as políticas sociais brasileiras corresponde a pouca efetividade de mudança e submissão aos interesses econômicos. Nesse sentido, essa política se desenvolve em uma perspectiva mais que residual, e sim, em conformidade com filosofia neoliberal, pois nela se desenvolve.

Desse modo, a PNAS (BRASIL, 2005) apresenta uma série de elementos e instrumentos, a princípio inovadores, na construção da política pública, caso sejam entendidos em uma perspectiva emancipatória em detrimento dos aspectos burgueses e assistencialistas. De acordo com a pontuação feita pelas autoras, o Serviço Social pode ser área de tensão ao não aceitar os antigos padrões arraigados à profissão e impregnados na cultura dessa política. Desse modo, o Serviço Social deve se contrapor o clientelismo, mandonismo, benesse e favoritismo, para então, oportunizar a construção de canais de participação dos trabalhadores na discussão política.

Diante do exposto, problematizam-se quatro elementos presentes na análise desse núcleo: rede, territorialização, descentralização e participação local. Segundo consta na PNAS (BRASIL, 2005), dentre os objetivos da ação dessa política estão: a superação do ciclo intergeracional da pobreza e a mudança estrutural e de valores das políticas sociais. Para isso, a intersetorialidade é requisitada como uma forma de promover ações articuladas entre a Assistência Social e demais políticas sociaistráde.

Embora não defina ou aprofunde o conceito de intersetorialidade, a PNAS (BRASIL, 2005) sugere que a constituição da rede de serviços confere eficácia, eficiência e afetividade à atuação intersetorial e ainda, coloca a articulação da rede como uma providência tomada pelos serviços da Assistência Social.



Para a PNAS (BRASIL, 2005), a intersectorialidade tem como intencionalidade primordial o enfrentamento do ciclo intergeracional de pobreza e o acesso de qualidade aos serviços para todas as famílias. Esse movimento só é possível por meio de uma ferramenta chave: a rede constituída pelos usuários dos serviços, profissionais das áreas e gestores de todas as esferas.

Ações intersectoriais e a construção da rede em si são colocadas como *modus operandi* de todo o Sistema Único da Assistência Social. Além disso, é visto como a alternativa para o enfrentamento à desigualdade social. A rede aparece como um elemento a ser desenvolvido por meio de decisões políticas e intimamente relacionadas com a ideia de democracia, como aponta o seguinte trecho da PNAS sobre os princípios que constituem a luta contra a desigualdade social:

[...] ação em uma luta que vem desde muito antes da Constituição Federal de 1988, reafirmando a fundamental relevância de um **processo participativo nos moldes e nas condições que o pacto intersectorial demanda e a democracia requer** (BRASIL, 2005, p.79).

Além disso, a rede também possibilita a integração de recursos e parte das ações de órgãos públicos em diálogo com a sociedade:

[...] Esse reconhecimento impõe a necessidade de articular e integrar ações e recursos, tanto na relação intra como interinstitucional, bem como com os demais conselhos setoriais e de direitos. **Ao invés de substituir a ação do Estado, a rede deve ser alavancada a partir de decisões políticas tomadas pelo poder público em consonância com a sociedade**” (BRASIL, 2005, p.47).

Por um lado, a política faz referência a um Estado democrático e sem pretensão de se ausentar das responsabilidades e função social, por outro, abre espaço na própria rede de serviços para participação da sociedade.

O legislador constituinte de 1988 foi claro no art. 204, ao destacar a **participação da sociedade civil tanto na execução dos programas através das entidades beneficentes e de assistência social, bem como na participação, na formulação e no controle das ações em todos os níveis** (BRASIL, 2005, p.46).

Tem-se atualmente um Estado pouco atuante com prevalência de organizações da sociedade civil na atuação e direção de certos serviços sociais, ratificado pelas diretrizes políticas que abrem espaço para o terceiro setor (YAMAMOTO, 2007; PEREIRA, 2015).

Depreende-se, na PNAS (BRASIL, 2005) e dos Cadernos do PME, a brecha jurídica pela participação da sociedade nos processos políticos. Esse ponto é constante e impregna diversos outros elementos como a relação entre sociedade civil e Estado, o caráter do Estado e o formato da gestão das políticas sociais.

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda, o papel de exercer o controle social sobre a mesma (BRASIL, 2005, p.47).

Assim, a concepção de Estado constrói-se impregnada de presenças e ausências, na tensão de conduzir e delegar à sociedade civil a oferta dos serviços. Soma-se ao ordenamento dos responsáveis pela oferta e execução de serviços, o controle social pela população.

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (BRASIL, 2005, p.51).

Nesse sentido, a PNAS (BRASIL, 2005) reforça tanto o papel dos Conselhos, Fóruns e Conferências quanto à contribuição de entidades da sociedade civil ou instâncias sociais na construção de espaços para somar forças ao processo de controle e participação social.

Entretanto, o constante desafio é a construção de uma participação social que inclua as massas populares. Para tanto, uma série de estratégias devem ser pensadas e formuladas. A política discute a construção de metodologias capazes de resgatar a

participação social, garantir direitos e efetivar o controle social. A lei inspira esses valores e, diante da descentralização administrativa, cabe ao município essa tarefa.

Um dos grandes desafios da construção dessa política é a criação de mecanismos que venham garantir a participação dos usuários nos conselhos e fóruns enquanto sujeitos não mais sub-representados (BRASIL, 2005, p.53).

Dentre as estratégias possíveis, a PNAS (BRASIL, 2005) cita a promoção de eventos temáticos para discussão e protagonismo dos cidadãos, criação de ouvidorias, reuniões itinerantes nos três níveis de governo para melhor articulação e participação, instâncias regionais consultivas no interior dos conselhos, organização do conjunto dos conselhos em nível regional, a transparência das informações para o controle social do Ministério Público e outros.

Sendo assim, a tarefa da municipalidade ganha corpo e desafios a serem construídos e enfrentados na atuação cotidiana no município para a implementação de uma política pública intersetorial. Como o município atende as exigências e, se atende às exigências da política, é uma questão intimamente relacionada com a maneira de gerir a política, presente na concepção de Estado, política pública e nos modos de ser, pensar e agir do humano. Nesse cenário, estão presentes na PNAS (BRASIL, 2005) de forma relacional na participação popular, a descentralização e responsabilidade do Estado.

A participação popular foi efetivada na LOAS (artigo 5º, inciso II), ao lado de duas outras diretrizes, a descentralização político-administrativa para Estados, Distrito Federal e Municípios, o comando único em cada esfera de governo (artigo 5º, inciso I), e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (artigo 5º, inciso III) (BRASIL, 2005, p.51).

De maneira complementar, a descentralização, categoria precursora da intersetorialidade, é apresentada no documento enfatizando a autonomia alcançada pelo município e território como também a existência de canais de participação popular. Como descreve a política:

**Descentralização efetiva com transferência de poder de decisão, de competências e de recursos**, e com autonomia das administrações dos microespaços na elaboração de diagnósticos sociais, diretrizes, metodologias, formulação, **implementação, execução, monitoramento, avaliação e**

**sistema de informação das ações definidas, com garantias de canais de participação local** (BRASIL, 2005, p.44, grifos nossos).

Na PNAS (BRASIL, 2005) a descentralização é vista como prerrogativa para ações intersetoriais, sendo assim, ambos os elementos possuem íntima relação, como sugere o seguinte trecho: “uma maior descentralização, que recorte regiões homogêneas, costuma ser pré-requisito para ações integradas na perspectiva da intersetorialidade” (p.44). Além de pré-requisito, intersetorialidade e descentralização são concebidas na política enquanto ações articuladas:

Menicucci (2002) afirma que “o novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersetorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território” (BRASIL, 2005, p.44).

Ao analisarmos a dimensão da intersetorialidade expressa pelo Caderno Gestão Intersetorial no Território do PME, identificamos que este programa entende “**A intersetorialidade, como meio de gestão [...] implica que cada município poderá participar da definição de seus critérios de implementação, de acordo com [...] as articulações setoriais mais relevantes e adequadas a cada contexto local**” (BRASIL, 2009, p.32, grifos nossos).

Para o Programa Mais Educação a intersetorialidade é uma forma de gerir a política pública, sendo um processo contínuo de negociações e pactuações que acontecem no território entre os agentes públicos e os representantes da sociedade civil. Ela está relacionada ao combate à desarticulação da oferta dos serviços sociais e ao sentido de educação que compreende o Programa, isto é, o potencial educativo das políticas públicas como Assistência Social, Ciência e Tecnologia, Cultura, Educação, Esporte, Meio Ambiente. Então:

[...] a intersetorialidade se impõe como necessidade e tarefa, que se devem ao reconhecimento da desarticulação institucional e da pulverização na oferta das políticas sociais, mas também ao passo seguinte desse reconhecimento, para articular os componentes materiais e ideais que qualifiquem essas políticas (BRASIL, 2009, p.43).

Outro aspecto requisitado para apreensão da intersetorialidade é a governança. Esse último consiste na capacidade central do Estado para articulação das políticas. Ele não é o único agente, mas tem uma função essencial. Cabe ressaltar que o PME é formulado e aprovado em condições políticas e sociais específicas: o momento histórico da tomada de posse do líder do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva, na presidência do Brasil, em seu segundo mandato (01/01/2007 a 31/12/2010).

Em seu primeiro mandato, o Governo Lula instituiu o Programa Mais Educação (PME), enquanto estratégia de indução de uma política pública de educação integral. Oportunizando o acesso às artes, cultura, tecnologia, entre outros. Lula foi reeleito em 2006, dando continuidade ao PME. A concepção de educação integral apresentada no governo Lula emana nos documentos produzidos sobre o assunto, conforme trecho a seguir do Caderno Educação integral: texto referência para o debate nacional do PME:

Falar sobre Educação Integral implica, então, considerar a questão das variáveis tempo, com referência à ampliação da jornada escolar, e espaço, com referência aos territórios em que cada escola está situada. Trata-se de tempos e espaços escolares reconhecidos, graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagem, para a reapropriação pedagógica de espaços de sociabilidade e de diálogo com a comunidade local, regional e global (BRASIL, 2019a, p.18).

Nessa perspectiva trata-se de articular tempo e espaço, assim, difere-se da ideia de apenas aumentar o tempo da jornada.

O documento citado, intitulado Educação integral: texto referência para o debate nacional (BRASIL, 2009a) a fim de fomentar a discussão da intersetorialidade para elaboração de marcos institucionais educacionais, concentra-se na construção de uma proposta de educação integral imbricada a questões fundamentais, como currículo, aprendizagem, formação de professores, relação escola e comunidade, papel do poder público, entre outros. Nessa conjunção, no texto de Referência, nos Cadernos da Série Mais Educação (Gestão Intersectorial no Território (BRASIL, 2009); Educação Integral (BRASIL, 2009a); Rede de Saberes Mais Educação (BRASIL, 2009b) em especial, Gestão Intersectorial no Território, a intersectorialidade é apropriada e significada, enquanto “característica de uma nova geração de políticas

públicas que orientam a formulação de uma proposta de Educação Integral” (BRASIL, 2009, p. 43).

Desse modo, o Estado na sua função de articulador político considera “o aluno como centro de um fazer educativo integrado que movimenta a **parceria entre agentes públicos (gestão intersetorial) e sociedade civil (gestão comunitária participativa)**” (BRASIL, 2009a, p. 44, grifos nossos).

O debate sobre a Política de Educação Integral constitui os significados da intersetorialidade entrelaçados pelo estudo do conhecimento ao longo dos anos, do diálogo com sociedade civil e, sobretudo, relaciona a intersetorialidade com a gestão fundamentalmente pública. Sendo assim, no PME, a intersetorialidade aparece articulada às ações desenhadas no âmbito público. Com isso, reforça a ação articulada do Estado e dos serviços públicos, ou seja, entende a intersetorialidade como uma qualidade da política pública. Paralelamente, traz a participação da sociedade civil na execução das ações, mas em outros moldes, denominado de gestão comunitária participativa.

Na perspectiva educacional apontada, a intersetorialidade configura uma nova era para as políticas públicas, bem como comparece nos documentos oficiais enquanto instrumento de gestão política. Dessa forma, há a clara tentativa da política de Educação dentro da perspectiva da Educação Integral de qualificar a intersetorialidade dentro do terreno da ação articulada de instituições de natureza pública, não obstante, considera viável a participação de instituições da sociedade civil na gestão comunitária participativa.

Na mesma direção, o Caderno Gestão Intersetorial no Território do PME apresenta a intersetorialidade enquanto gênese do Programa e, “uma conquista da intervenção pública no campo educativo” (BRASIL, 2009, p. 24), considerando o aspecto interministerial do Programa. A definição de intersetorialidade não se faz na política pública sem que se estabeleça uma nova concepção, uma nova cultura de trabalho entre os setores institucionais envolvidos no processo de implementação, tendo claramente posta a finalidade do trabalho a ser desenvolvido: a garantia de direitos à educação para crianças e adolescentes. Assim, pode-se inferir que a intersetorialidade para ser efetivada, necessita da inserção na vida diária escolar, constituída pelas relações humana, institucional e política da escola, conforme apresentado no documento base:

[...] programa intersetorial, em tempos de incerteza, consiste na construção de recursos de poder e legitimidade, uma vez que será exigido algum grau de inovação do ponto de vista da gestão de cada agente institucional envolvido. A intersetorialidade supõe trocas sustentadas na horizontalidade das relações políticas, gerenciais e técnicas. Não se trata de equivalências, mas, sobretudo, do reconhecimento da capacidade que cada política setorial tem a aportar ao propósito comum: garantir educação integral às crianças, adolescentes e jovens (BRASIL, 2009, p. 25).

A inovação das trocas repousa nas relações políticas, bem como em uma importante diretriz da gestão das políticas sociais, a descentralização. Esse elemento reconhecido na Constituição Federal de 1988, do ponto de vista do PME tem proporcionado “um distanciamento dos modelos centralizados no governo federal e uma ampliação da autonomia dos Estados e municípios para inovações e experimentações políticas mais próximas das especificidades locais e regionais” (BRASIL, 2009, p. 26).

A descentralização está intimamente relacionada com a execução e a coordenação da política no município e essa aproximação da realidade da cidade, pode ser realizada com a participação do cidadão que vive e sobrevive no território. Por certo, “a descentralização tem induzido políticas sociais a condições heterogêneas e, quando são simultaneamente impulsionadas pela diretriz da participação popular, tendem a se aproximar das demandas locais” (BRASIL, 2009, p. 26).

Tanto os documentos construídos para o fomento de uma política de Educação Integral, por meio PME, quanto a PNAS (BRASIL, 2005), relacionam a intersetorialidade à descentralização. Para a Educação Integral a descentralização é uma característica fundamental das políticas públicas, juntamente com o fortalecimento dos governos locais. Em ambas as políticas e cadernos, PME e PNAS, para além da autonomia dos municípios na efetivação das políticas, a descentralização pode reafirmar a tomada de decisão com a participação da sociedade.

Com isso, mostra-se relevante analisar como o conceito de descentralização foi apropriado e desenvolvido pelo pensamento hegemônico neoliberal, pois revela elementos imbricados nas múltiplas dimensões da intersetorialidade. Na perspectiva neoliberal atual, a descentralização trouxe inovações e também desafios, uma vez

que, a gestão local precisa desempenhar um papel decisivo na implementação de ações que viabilizem os objetivos da política, assim o Estado entra com os recursos financeiros e o município com a execução. Nesse cenário, os convênios com instituições filantrópicas, religiosas e não governamentais, especialmente após a Emenda constitucional nº 95/16<sup>52</sup> (BRASIL, 2016) ganharam mais espaço.

O conceito de descentralização é ratificado na Constituição de 1988 e, segundo Viana (2012), esse momento da história democrática do país pode ser analisado em três períodos, do ponto de vista da política social e econômica: a institucionalidade neoliberal, presente nos governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); a transição, primeiro governo Lula (2003-2006); a institucionalidade desenvolvimentista, segundo governo Lula (2007-2010).

A descentralização foi o carro chefe do período de institucionalidade neoliberal juntamente com o incentivo às parcerias público privadas, fomento ao controle social e ações focalizadas (periféricas e pobres). No último período, institucionalidade desenvolvimentista, as políticas municipais pautadas em recortes territoriais ganham maior força juntamente com maiores investimentos federais e estaduais em saneamento, habitação e saúde atrelado ao incentivo à parceria público privadas já consagrado anteriormente e programas com foco no combate à pobreza (FONSECA; VIANA, 2014).

Além disso, o conceito de território e de matricialidade sociofamiliar, constituem marcos da forma de atuar e conceber o público-alvo. Por esse ângulo, mais do que espaço físico, o território compreende afetos, culturas, trocas comerciais, saberes familiares, ancestralidades e heranças.

Segundo Santos (1993) o território é uma construção política que carrega a ação de vários atores, rompendo, portanto, com concepções da modernidade marcadas pela ideia de território somente como produto das definições/ações do Estado.

A globalização da economia e o capitalismo mundial impõe novos arranjos e configurações territoriais. A análise crítica do território deve considerar a pressão e desenvolvimentos das forças globais nas estruturas sociais e territoriais, em totalidade e contradições.

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando a denominação

---

<sup>52</sup> Essa lei trata da implementação do teto para os gastos públicos federais.



sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluído a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente como o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

Assim, em se tratando de ação política, ou melhor, intersectorialidade política há de se considerar que a análise do território requer estudo conjunto e, por conseguinte, planejamento, para entender e atender as demandas da população. O planejamento na esfera municipal para PNAS (BRASIL, 2005) está amparado pela descentralização e necessidades do território, assim

como política pública afiançadora de direitos, deve se realizar por meio de uma estrutura político administrativa que ressalte a fundamental relevância do processo de descentralização, quanto ao redesenho do papel e da escala espacial de organização dos serviços do Estado Brasileiro, **que possa facilitar a transferência, em blocos de competências, das ações para os territórios mais próximos da população e de suas necessidades** (BRASIL, 2005, p.89).

Nesse ponto, questiona-se o quanto a atuação em política pública permite ou oferece espaços de estudo, formação de indicadores e diagnósticos, caso contrário, a territorialização torna-se apenas um jargão vazio em meio ao cumprimento de metas de atendimentos socioassistenciais à população e, sobretudo, a arduosa transferência de responsabilidade e ações para os serviços do território.

Quanto à matricialidade sociofamiliar, a PNAS (BRASIL, 2005), faz intensa menção à família como unidade de intervenção, reconhecendo o ciclo intergeracional da pobreza. Nesse sentido, a política rompe padrões e acompanha as novas configurações familiares. A tendência mais progressista, nessa assunção da família como *locus* de intervenção, tem o desafio de não a transformar em culpada pela exclusão social, situação conveniente para as correntes políticas mais conservadoras.

De certo, as características e intencionalidade da intersectorialidade estão impregnadas do propósito da política de Assistência Social e o mesmo acontece na Educação Integral no Caderno texto de referência para o debate nacional do PME (BRASIL, 2009a). Nessa seara, um determinado elemento comum aparece na intenção da intersectorialidade, o enfrentamento da pobreza.

Ao considerar os contextos de vulnerabilidade e risco social, é preciso reconhecer que a educação **constitui-se em importante recurso para o rompimento com os ciclos de pobreza**, e este é o desafio convergente e o enfrentamento das principais políticas sociais do Brasil na atualidade (BRASIL, 2009a, p.45).

A intersetorialidade é vista como intimamente ligada à descentralização e à territorialização, sendo essa tríade a perspectiva da PNAS (BRASIL, 2005) e da Educação. Da mesma maneira, nos Cadernos do PME, a intersetorialidade está relacionada a descentralização, fortalecimento dos governos locais e gênese dos processos estruturantes das políticas notadamente públicas. O olhar para o território não é exclusividade da Assistência Social, pois o PME também aborda a questão. Ao mesmo tempo, o fortalecimento dos governos locais não é evidenciado somente no PME, mas também na PNAS (BRASIL, 2005).

Na esfera municipal nota-se que, com base na leitura do PMAS 2018-2021, a construção da rede para materialização de uma ação intersetorial não consegue se efetivar e constituir-se como uma forma estruturante de trabalho, ou seja, ela está ligada a atuações focais. De maneira geral, ações intersetoriais acontecem apenas em situações pontuais. Assim, o estabelecimento de protocolos e ações intersetoriais, acaba por acontecer apenas em situações pontuais, ou quando surge alguma demanda que exige a mobilização imediata de diferentes áreas (SÃO PAULO, 2018, PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

A análise crítica baseada na leitura dos PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018) sugere que, na realidade cotidiana no município, o fazer conjunto e a gestão intersetorial da política ficam circunscritos a ações excepcionais, utilizadas diante da incapacidade de determinada política em atender as demandas daquele sujeito.

As vivências das famílias atendidas pelas políticas públicas, em sua maioria, compartilham um aspecto: a falta de acesso (de qualidade) à escolarização, saúde, trabalho, moradia, arte, cultura, lazer, espaços de convivência familiar e comunitária, tecnologia, entre outros. Contudo, a ação intersetorial é adotada quando a situação de desproteção atinge níveis alarmantes. Sendo assim, a intersetorialidade não se constitui no dia a dia, mas “somente em casos de maior vulnerabilidade onde há o descumprimento de condicionalidades, dificuldade de acesso e acolhimento institucional” (SÃO PAULO, 2018, PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

Se na PNAS (BRASIL, 2005) a intersectorialidade é regra, na atuação cotidiana dos técnicos e gestores do município apreendida no PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018), é exceção. Passar a existir, como coloca o documento: **“Em alguns casos, onde é identificada maior complexidade**, são realizados acompanhamentos em conjunto” (SÃO PAULO, 2018, PMAS, Interface com outras políticas, Educação). No município, a intersectorialidade está mais relacionada à formação da rede e atuação conjunta de maneira pontual, do que a ideia de participação e controle social que pode dela emanar.

Em suma, rede, descentralização, territorialização e participação local fazem alusão ao elemento central desse núcleo: a concepção de que tais dimensões sociais constituem a intersectorialidade das políticas sociais. Esse processo precisa se fazer presente nos instrumentos de gestão da política pública; a efetivação dessas dimensões propiciará a existência da intersectorialidade, enquanto instância material na realidade da educação, na garantia de direitos e na qualificação da gestão de políticas públicas.

### **5.2.2. Segundo Núcleo de Significação - Das orientações legais interministeriais à articulação intersectorial municipal**

Este núcleo expõe o escopo e formato das ações conjuntas entre o SCFV e o PME/PNME. A análise baseia-se nos documentos oficiais que delineiam os pressupostos e a origem da articulação, como também na operacionalização desse diálogo no município.

A articulação entre o SCFV – política da Assistência Social, e o PME – programa da Educação Integral, é apresentada em um documento de natureza interministerial: a Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01 da Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SNAS–MDS) e da Secretaria de Educação Básica – Ministério da Educação (SEB – MEC) (BRASIL, 2014a). De maneira complementar, o município apresenta as interfaces existentes da Assistência Social com a Educação por meio dos Planos Municipais de Assistência Social – PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018).

Desse modo, os documentos citados embasam a construção dos seguintes indicadores: a) SNAS/SEB: O diálogo da Assistência Social com a política de Educação, por meio da parceria do **SCFV com o PME, enquanto ferramenta de**

**intervenção nas vulnerabilidades e riscos sociais;** b) SNAS/SEB: **Princípios e objetivos convergentes:** o desenvolvimento de uma **agenda articulada** para potencializar a atenção aos usuários, às famílias e ao trabalho em rede; c) PMAS: Viabilização do SCFV por meio de recursos e Projetos socioeducativos da Educação; d) PMAS: Nascer ou morrer pela agenda: **o dilema da construção de uma agenda compartilhada** entre as políticas; e) SNAS/SEB: Interlocação entre os gestores municipais das duas políticas como ação indispensável para efetivação da integração e articulação entre o PME e o SCFV; f) SNAS/SEB: O papel da gestão na articulação intersetorial: instrumentais, estratégias e interlocação entre o PME e SCFV.

Dessa forma, o presente núcleo discute como a intersetorialidade entre as áreas é pensada, a partir do SCFV e PME e, sobretudo, analisa os elementos materiais implicados no diálogo pretendido. Nesse processo analítico, parte-se do conteúdo presente na iniciativa interministerial do governo federal (Instrução Operacional das SNAS/SEB – 2014) às argumentações realizadas nos Planos Municipais de Assistência Social (PMAS, 2018-2021). O movimento proposto revela como a articulação entre as áreas foi idealizada e como tem se apresentado na realidade do município.

A Instrução Operacional das SNAS/SEB de 2014 (BRASIL, 2014a), está ligada à história da criação de setores especializados da administração pública federal voltados à formulação de políticas sociais, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) criado em 2004. O objetivo principal do Ministério era a estruturação da rede de proteção e promoção social por meio da articulação das políticas de Assistência Social, de Segurança Alimentar e Nutricional, de Renda de Cidadania e Inclusão Produtiva<sup>53</sup>.

Em 2019, no Governo de Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal - PSL), o MDS é extinto, sendo a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) incorporada ao recém-criado Ministério da Cidadania, juntamente com as pastas do Esporte e Cultura – também extintos da qualidade de Ministérios. Por conseguinte, esse processo de desinstitucionalização também é realizado em outras secretarias e ministérios, como por exemplo, na Educação.

A Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01 SNAS – MDS / SEB - MEC, de 18 de dezembro de 2014 (BRASIL, 2014a), versa sobre a articulação e

---

<sup>53</sup>Disponível

em [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Consolidacao\\_Suas.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf)

integração das ações do SCFV e o PME. O documento preconiza a realização da articulação por meio do compartilhamento da carga horária entre as atividades do PME e as do SCFV. Assim, entre as trinta e cinco horas semanais mínimas de atividades do PME, uma quantidade de horas, determinada em município, pode ser destinada às atividades dos grupos de convivência do SCFV.

Assim, a palavra intersectorialidade aparece, na Instrução Operacional e Manual de Orientações (BRASIL, 2014a), logo na Introdução do documento para definir o propósito e foco, como transcrito a seguir:

A articulação intersectorial como a que se propõe, além de proporcionar diferentes formas de aprendizagem, de construção do conhecimento e de formação cidadã, possibilita o fortalecimento de vínculos entre familiares e com a comunidade, e, em consequência, promove maior proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes e suas famílias, reduzindo a ocorrência de vulnerabilidades e riscos sociais a que estão expostos (BRASIL, 2014a, p.1).

Embora cada política social tenha especificidades, a articulação proposta potencializa o alcance de objetivos mais amplos. Assim, passa-se de objetivos a princípios setoriais à proteção e garantia dos direitos sociais. A produção dos significados da intersectorialidade pelo documento interministerial traz a ideia de ampliação dos objetivos específicos e atendimento às principais demandas existentes em um país com altos índices de pobreza, violência, feminicídio, abuso sexual contra criança e adolescentes, entre outros.

Acredita-se que a articulação da Assistência Social com a Educação Integral, atue de forma preventiva, pois, pode diminuir o desamparo e desproteção das crianças e famílias. Incide também, na produção de significados ao termo intersectorialidade, na proposta específica, ao inserir a concepção de uma formação cidadã e a oferta de múltiplas formas e espaços de aprendizagem.

A questão do público-alvo atendido por ambas as políticas é entendida no documento citado como um aspecto fundamental para a ação articulada, uma vez que a mesma família transita pelo território composto pelos equipamentos da rede de serviços (escolas, unidade básicas de saúde, CRAS, CREAS, serviços de acolhimento institucional, centros para atendimento à população em situação de rua, quadras esportivas, atividades socioeducativas). Essa parceria também proporciona a

integração do território, porque oferece ao mesmo atendimento e local aspectos da política de Assistência Social e de Educação Integral.

A proposta de ações integradas entre o SCFV e o PME converge no entendimento de que os sujeitos devem ser compreendidos com uma visão de totalidade e que não devem ser considerados de maneira fragmentada no âmbito das políticas públicas (BRASIL, 2014a, p.8).

Subjaz uma concepção de ser humano e de atividade pautada na complexidade do ser e na ação integrada. Para Vigotski (1978/1991) a relação entre os homens e com o mundo constrói as particularidades da humanidade. Elas são relações de trocas sociais, afetivas, culturais, econômicas e políticas.

Essa integralidade humana é a totalidade da realidade das vivências no nono país mais desigual do mundo, sendo a população negra a mais atingida em comparação à branca, segundo o informativo sobre desigualdades sociais por cor e raça (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 2019a). Os indicadores de mercado de trabalho, distribuição de rendimentos, condições de moradia, violência, representação política e educação, mostram que os negros se situam em maior proporção abaixo da linha da pobreza, moram em piores condições, ocupam postos de menores salários, a maioria sem vínculo empregatício, com a maior subutilização da força de trabalho, e têm menor escolaridade em comparação a população branca (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 2019).

Nesse contexto de desigualdades, enfrentamentos e totalidade, a Instrução Operacional Básica (BRASIL, 2014a), faz um chamamento aos gestores das políticas para a mobilização dos esforços necessários para a materialização da articulação entre o SCFV e PME, sendo essa parceria endereçada ao público de 0 a 17 anos. Um dos critérios na escolha de escolas para implementação do PME é a maior quantidade de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Porém, a articulação proposta almeja ir além.

Dentre os objetivos gerais do SCFV está à promoção de “acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos” (BRASIL, 2017, perguntas frequentes – SCFV, p. 11). Quantos aos objetivos específicos para crianças de 6 a 15 anos cita-se: “estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da

realidade social e do mundo moderno; contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional” (BRASIL, 2017, perguntas frequentes – SCFV, p. 13).

O foco do SCFV está na construção de um espaço de referência para o fortalecimento dos vínculos familiares, convívio grupal, comunitário, educação para a vida e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo.

O PME, por sua vez, destaca-se como uma iniciativa do governo federal para a indução de uma política de Educação Integral, ligada à oferta de atividades, re-significação dos locais de aprendizagem, territórios e projeto pedagógico, entre outros. Como PME visa à melhoria da aprendizagem,

o desenvolvimento integral dos estudantes não pode ser considerado como responsabilidade exclusiva das escolas, mas também de suas comunidades, uma vez que, somente juntas podem resignificar suas práticas e saberes. Desse modo, a instituição escolar é desafiada a reconhecer os saberes da comunidade, além daqueles trabalhados nos seus currículos, e com eles promover uma constante e fértil transformação tanto dos conteúdos escolares quanto da vida social (BRASIL, 2009, p. 33 – Caderno gestão intersetorial no território).

A concepção de educação integral instada pelo PME pode ajudar as escolas a repensar as práticas e concepções de aprendizagens, objetivando a construção de ações educativas capazes de compreender e transformar a realidade concreta. O aluno está no centro do processo e possui um papel ativo na sociedade.

A articulação do SCFV e PME é possível, pois “Ambos possuem princípios e objetivos convergentes, bem como formatos de execução que podem e devem ser conciliados, de forma a potencializar a atenção aos usuários e suas famílias e o trabalho em rede” (SNAS/SEB, 2014, p.8). Reconhece-se a ação educativa e de proteção integral em ambas as ações realizadas.

um dos objetivos do PME é o de prevenir a evasão e a repetência escolar e um dos objetivos do SCFV é contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos usuários no sistema educacional, assim como para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Assim, ambas as ações devem primar pela qualidade e dinamicidade das atividades ofertadas (BRASIL, 2014a, p. 13).

Na concretização da articulação, a investigação das demandas dos envolvidos e do território é uma estratégia inicial importante na promoção de atividades condizentes com as expectativas e realidade local. A mobilização do sujeito e participação nas atividades está relacionada ao quanto àquela ação traz reconhecimento e sentido, portanto, “é importante ouvir as suas demandas e ter ciência das suas necessidades, a fim de que sejam adotadas estratégias atrativas para as atividades” (BRASIL, 2014a, p.13).

A intersetorialidade é invocada novamente na Instrução Operacional (BRASIL, 2014a) ao apresentar o PME. Ao evidenciar o formato do programa, o documento elucida que, “o PME pode ser desenvolvido na própria escola e em outros espaços físicos, por meio do estabelecimento de **parcerias intersetoriais e interinstitucionais**” (BRASIL, 2014a, p. 5). A intersetorialidade está relacionada à ação conjunta e diálogo entre diferentes setores e instituições para oferta do programa.

Segundo a Instrução Operacional Básica (BRASIL, 2014a), a comunidade e outros representantes do Sistema de Garantia de Direitos podem também tomar parte da avaliação e monitoramento dessa integração, participando ativamente das reuniões do planejamento. Para tanto, essa articulação deveria ser amplamente divulgada.

Embora o documento do governo federal trate da articulação, no âmbito da gestão municipal essa possibilidade é pouco conhecida. Nesse sentido, já existe uma lacuna na articulação entre as esferas que, ao chegar ao município torna-se maior, pois obstrui a participação da comunidade no controle do serviço. Assim, trata-se de uma lacuna na divulgação da existência dessa possibilidade de articulação.

Diante disso, ao tratar da proposta de ações integradas entre o SCFV e o PME, o termo intersetorialidade aparece ligado à construção de metas/ações conjuntas como o PME. Desqualificam-se os meros encaminhamentos ou inclusões de pessoas de uma política a outra, enfatizando a ideia de uma agenda coletiva, porém sem pistas de como fazê-lo:

A parceria interministerial não se encerra na inclusão dos estudantes beneficiários do PBF na educação integral. O PME visa desenvolver uma agenda articulada, a fim de fortalecer a intersetorialidade e o diálogo entre as áreas, sobretudo educação, cultura, esporte, meio ambiente, assistência social,



ciência e tecnologia e juventude, em todo o país (BRASIL, 2014a, p.8).

A menção ao SCFV de maneira articulada à Educação é pouco presente nos Planos Municipais da Assistência Social - PMAS, 2018-2022 (SÃO PAULO, 2018). Apesar da tímida existência, as indicações revelam como e quando o SCFV se articula com a Educação e, ainda, como o SCFV aparece nos documentos que tratam das interfaces da Assistência Social e Educação.

Desse modo, destacam-se quatro aspectos da intersectorialidade entre as áreas. Primeiramente, tem-se a inclusão no SCFV de adolescentes cumprindo medida socioeducativa como uma forma frequentemente citada de articulação entre as áreas. Quando os PMAS questionam a existência de intervenções conjuntas entre Assistência Social e Educação para acompanhamento dos jovens beneficiários do programa Ação Jovem e/ou em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, o SCFV é apresentado como um espaço possível para esse acompanhamento intersectorial. A parceria do SCFV com a Educação, em especial para os adolescentes cumprindo medida socioeducativa é marcada pelo acompanhamento da frequência escolar.

Em segundo, a articulação entre as áreas em alguns casos acontece pela viabilização de recursos da Educação para a política de Assistência Social, como transporte, alimentação, espaço e recursos humanos.

Fornecimento de alimentação, transporte, motorista e materiais pedagógicos para a complementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2022, Interface com outras políticas, Educação).

O Protocolo de Intenções também promove ações conjuntas frente a campanhas de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, álcool e drogas ilícitas. Paralelamente estabelece um Termo de Cooperação aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 6 a 15 anos com o custeio de 10 pedagogos por meio de processo seletivo escolhido para ações/atividades complementares pós horário escolar (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2022, Interface com outras políticas, Educação).

Em terceiro, ressalta-se o próprio cerne do Serviço. Em se tratando de atividades socioeducativas a oferta de atividades e projetos tende a buscar diálogo com a

Educação e outras áreas como Cultura e Esporte. Em alguns casos o pedido de inclusão no SCFV parte da própria Secretaria de Educação.

Projetos socioeducativos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2022, Interface com outras políticas, Educação).

Parcerias nas ações do SCFV. Espaço Amigo com profissionais capacitados para cada faixa etária (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2022, Interface com outras políticas, Educação).

Os usuários do SCFV são encaminhados pela secretaria de Educação (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2022, Interface com outras políticas, Educação).

Por último, a articulação do SCFV e o PME/PNME identificada na análise dos 645 Planos apenas em 2 municípios, Rolândia e Limeira, portanto é uma possibilidade pouquíssima explorada. Dessa forma, na análise de como a intersetorialidade é realizada e traduzida no PMAS 2018-2021, especificamente na resposta das articulações estabelecidas entre o órgão gestor da Assistência Social e o órgão gestor da Educação, uma ação mostra-se raríssima, as ações conjuntas entre o SCFV e o PME/PNME, vide os trechos abaixo:

Inserção destes jovens no [...] Convivência e Fortalecimento de Vínculo, sendo solicitado mensalmente Relatório de Frequência Escolar, participação das oficinas, ações comunitárias envolvendo unidade escolar e família. Rodas de conversas entre profissionais das duas políticas junto com usuários. **Parceria no Projeto Mais Educação, com atividades físicas e culturais, além de segurança alimentar e alfabetização (jovens que não interagem na escola) quando se fizer necessário** (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2022, Interface com outras políticas, Educação).

Desde 2015 [...] desenvolve o **Programa Mais Educação**, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, refere-se a **atividades diferenciadas realizadas em horários opostos às aulas convencionais, atualmente esta parceria é realizada em alguns Centros Comunitários** (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2022, Interface com outras políticas, Educação).

Apesar do SCFV ser uma ação de natureza intersetorial e o PME/PNME também, possuem dificuldade de articularem-se e constituírem-se de maneira intersetorial.

Na realidade concreta apreendida nos Planos Municipais de Assistência Social o SCFV é pouco citado quando se aborda a articulação da Assistência Social com a Educação. Quando o SCFV é discutido em função da interface com outras políticas, aparecem predominantemente menções a Educação, mas estão presentes também, mesmo que em menor número, Esporte, Lazer, Cultura e Saúde. A intersectorialidade pensada para esse Serviço e almejada na tentativa de construir um protocolo com o PME, não se desenvolve.

Outro aspecto a se destacar no processo intersectorial é a agenda. Ela corresponde a sistematização das atividades diárias durante o ano. Compõem a agenda os atendimentos, visitas domiciliares, reuniões, cursos, planejamentos, produção de relatórios, temas a serem trabalhados pela equipe, foco das ações por certo período, entre outros. Na Instrução Operacional Básica (BRASIL, 2014a) existe a recomendação da construção da agenda articulada, entretanto, no município essa agenda é um elemento carregado de contradição. A agenda aparece como um elemento que ora possibilita ora dificulta a efetivação da intersectorialidade.

Por repetidas vezes os municípios informam que os protocolos ou ações entre os serviços de Assistência Social e a Educação são realizados a partir da agenda. Em outros casos as mesmas ações são obstruídas pela dificuldade de construir uma agenda compartilhada entre as políticas.

Até o momento não foi necessário [protocolo], as reuniões foram realizadas através de agenda. [...] (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2022, Interface com outras políticas, Educação).

As reuniões das pastas são realizadas a partir da agenda de cada política, portanto, nenhum protocolo legítimo foi estabelecido, inclusive porque é necessário que todas as políticas públicas estejam alinhadas com seus serviços e a referência de cada serviço para atender a demandas provindas de outras políticas no cumprimento de determinado protocolo estabelecido (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2022, Interface com outras políticas, Educação).

Ao passo que surge na pauta para indicar a fragmentação dos setores, também surge para indicar a coesão em torno de uma agenda em comum. Os profissionais têm dificuldade de construir protocolos de articulação pela inabilidade de construir uma agenda compartilhada. Esse elemento está presente em diversas outras fontes

da literatura especializada, nos documentos oficiais e na fala dos gestores entrevistados.

A agenda articulada pode representar os momentos de reunião e encontros de profissionais para discussão das principais demandas do município. Assim, torna-se o tempo hábil comum dos profissionais (e comunidade) para construção coletiva bem como uma atividade institucionalmente incentivada.

Fala-se da agenda no documento interministerial, mas na ação cotidiana a agenda compartilhada é um desafio, como mostram os PMAS, sendo essa articulação algumas vezes realizada por compartilhamento de recursos e projetos socioeducativos entre o SCFV e a Educação.

Por fim, à Instrução Operacional (BRASIL, 2014a), compromete-se justamente em pensar a efetivação da intersetorialidade. Nesse sentido, o poder é atribuído ao gestor municipal e, ainda, pula-se as estratégias para sua implementação e recomenda-se estratégias para o acompanhamento e avaliação da “integração intersetorial”. A diretriz é a seguinte:

**Para efetivá-la, é indispensável que haja interlocução entre os gestores municipais das duas políticas, com vistas a formalizar a decisão de ações integradas que podem ser materializadas por meio de instrumentos como, por exemplo, termo de compromissos, onde os gestores da assistência social e educação fundamentem a decisão de executar de forma integrada o SCFV e o PME, além de elencar as responsabilidades e atribuições específicas e comuns de cada um; prever a disponibilização de equipes técnicas e de materiais necessários para a realização das ações específicas e conjuntas de cada área e; bem como de capacitação continuada para as equipes de profissionais; e as estratégias para o acompanhamento e avaliação da integração intersetorial (BRASIL, 2014a, p.9).**

Segundo a diretriz interministerial a parceria entre o SCFV e o PME, envolve a formalização por meio de instrumentais, como termo de compromisso, organização e planejamento dos recursos materiais e humanos envolvidos, capacitação continuada, construção de estratégias para manutenção dessa parceria e, sobretudo, comunicação e consenso entre os gestores.

Na Instrução Operacional e Manual de Orientações (BRASIL, 2014a), o significado da intersetorialidade está ligado a: possibilitar diferentes estilos de aprendizagens; ampliar a proteção social; formular agenda articulada e fomentar o

diálogo entre gestores. Nesse cenário, os dois últimos são os maiores desafios do município que, por sua vez, pouco desenvolveu a possibilidade de integrar as ações do SCFV com o PME.

### **5.2.3. Terceiro Núcleo de Significação - Protocolos e articulações estabelecidas entre a Assistência Social e Educação na formação da intersetorialidade**

O diálogo entre a política de Assistência Social e a Educação não acontece de maneira espontânea ou apriorística. Os documentos oficiais, a prática cotidiana e a cultura, como expressões socialmente construídas pelo ser humano, conferem a intersetorialidade pretendida entre as áreas particularidades e determinações.

Nesse caso, o presente núcleo evidencia tanto o foco e formato da articulação da Educação com a Assistência Social quanto os principais protocolos estabelecidos entre CRAS/CREAS e Educação para o atendimento aos cidadãos. Faz parte dos documentos utilizados nesse tópico, o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014), por traçar as principais metas para Educação dentro de uma década, os Planos Municipais da Assistência Social – PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018), por tratar da perspectiva do município sobre a política e a entrevista com a gestora da Educação Integral, por apresentar a visão da gestão.

Como parte do processo de análise dos documentos citados têm-se os seguintes indicadores: a) PNE: Elaboração/adequação dos planos de Educação por Estados, Distrito Federal e Municípios e a articulação das políticas educacionais com as sociais: preâmbulos da autonomia entre as esferas e integração política; b) PNE: Articulação interfederativa e das políticas educacionais com as demais políticas sociais; c) PNE: Acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de Assistência Social, Saúde e proteção à infância, adolescência e juventude; d) PNE: **Articulação da Educação e Assistência Social**: foco na permanência escolar e em programas de transferência de renda visando **à educação profissional e inclusão produtiva de pessoas com deficiência e jovens/adultos**; e) PNE: **A articulação da escola com os diferentes espaços educativos versus ampliação da jornada** escolar de alunos; f) PNAS: Das responsabilidades/papéis e ações entre SUAS e SUS, Sistema Educacional, Sistema

Nacional de Previdência Social; g) PMAS: Os **principais protocolos estabelecidos entre CRAS/CREAS e Educação** para atendimento dos usuários são as redes formais e informais centradas no **controle de frequência escolar: muitos encaminhamentos e pouca mobilização popular**; h) PMAS: Da velha fórmula à inovação: do encaminhamento a constituição de ação, programa ou estratégia (desde o início) de forma intersetorial; i) Petra: Ter um projeto juntos ajuda a materializar caminhos para o trabalho em rede, pois o encaminhamento enfraquece a ideia de rede.

Para Saviani (2010), o Sistema Nacional de Educação, ainda utópico, é resultado de atividades planejadas e intencionais, organizadas e operadas segundo um Plano. Assim, o Plano Nacional de Educação constitui-se historicamente como um “instrumento que visa introduzir racionalidade na prática educativa como condição para superar o espontaneísmo e as improvisações, que são o oposto da educação sistematizada e de sua organização na forma de sistema” (p.389). A práxis humana é inesgotável, porquanto o resultado atingido pressupõe nova práxis, uma ação intencional e transformadora.

A ideia de um Plano Educacional tem origem nas considerações e estudos realizados pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932. Desde então o Plano não escapou da tensão política, interesses e até disputas ideológicas ao longo da história. Nesse cenário, apenas em 1962 um Plano é oficializado.

O PNE vigente (BRASIL, 2014), promulgado pela lei 13.005/2014, traz um conjunto de 20 metas nacionais a serem cumpridas em um período de 10 anos, visando o desenvolvimento da Educação. Essa edição também conta com a indicação de estratégias para alcançar as metas.

As metas do atual Plano indicam a necessidade de colaboração entre as esferas e a elaboração dos planos regionais de Educação. Com isso, o alcance das metas e a concretização das estratégias para Educação estão ligados à capacidade de articulação entre as esferas. Nessa perspectiva, busca-se articulação, e também autonomia para cada esfera, de tal modo que cada Estado e município possa, com a participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil, adequar alguns aspectos do Plano Nacional à realidade local.

Segundo o PNE (BRASIL, 2014), os planos construídos pelos entes federados devem estabelecer a articulação da Educação com as demais políticas, em especial com a Cultura. O desenvolvimento educacional não está centrado apenas na

Educação, mas também nas articulações dessa área com as outras políticas sociais. Esse diálogo abrange toda a educação básica. Deve-se,

7.29) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional (BRASIL,2014)<sup>54</sup>.

A articulação da Educação com outras políticas é indicada também e de maneira específica na modalidade da Educação Infantil. Nesse aspecto a preocupação com o amparo às famílias é presente, juntamente com uma concepção de ser humano.

1.12) Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade (BRASIL, 2014)<sup>55</sup>.

Para atingir as demandas do desenvolvimento de forma integral, o ser humano não pode ser visto de maneira fragmentada. A integralidade das ações faz jus ao desenvolvimento integral. Nesse caso, a Educação, Saúde e Assistência Social são destacadas no texto.

Articulação é uma palavra defendida e presente nos documentos do PNE, entretanto acontece com foco particular, como revela o indicador: Acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

O público-alvo dessa articulação são os beneficiários do Programa Bolsa Família. De maneira geral, o documento estrutura a parceria entre as áreas em torno

---

54 O item 7.29 compreende uma das estratégias para atingir a Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: anos iniciais do fund. I, 6,0; anos finais do fund. II, 5,5; ensino médio, 5,2 em 2021.

55 O item 1.12 corresponde a uma das estratégias para atingir a meta 1- Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

do acompanhamento, monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar. Somam-se a esse foco de articulação outras situações a serem diagnosticadas, como violência, discriminação, trabalho infantil, dependência química, com a finalidade principal de garantir o necessário para o sucesso escolar.

Nesse sentido, é notório no documento a indicação da articulação dos órgãos da Assistência Social, Saúde e proteção à infância, adolescência e juventude para o acesso à Educação, por meio da busca ativa de crianças e adolescentes em evasão escolar.

No que tange os documentos oficiais, o Programa Bolsa Família trouxe para as políticas de Educação e Assistência Social um norte integrador. Reforçando a articulação política no atendimento e acompanhamento das crianças e famílias em extrema pobreza e a universalização da Educação, conforme a seguinte estratégia:

2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) alunos(as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (BRASIL, 2014)<sup>56</sup>.

Além de uma concepção e foco particular, a articulação da Educação com a Assistência Social tem finalidade específica, como conjuga o seguinte indicador: acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda – visando à educação profissional e inclusão produtiva (inserção no mercado de trabalho). Esse indicador é ratificado na PNAS (BRASIL, 2005).

Conforme define o PNE (BRASIL, 2014) e a PNAS (BRASIL, 2005) nos trechos a seguir:

10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a

---

<sup>56</sup> A estratégia 2.4 está relacionada à meta 2: universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.



conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional (BRASIL, 2014)<sup>57</sup>.

Articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Educacional por intermédio de serviços complementares e ações integradas para o desenvolvimento da autonomia do sujeito, por meio de garantia e ampliação de escolaridade e formação para o trabalho (BRASIL, 2005, p.88).

Identifica-se no PNE a tendência da Educação para o mundo do trabalho especialmente no que tange a educação de jovens e adultos e as pessoas com deficiências. Nesse sentido, relaciona-se, nessa análise, a articulação baseada nos programas de transferência de renda, prescritos nos documentos do governo federal com a intenção principal da inclusão produtiva da população.

Embora o PNE aborde diretamente o Programa Bolsa Família, deixa de tratar sobre o benefício de prestação continuada na escola (BPC na escola)<sup>58</sup>. Para além do repasse financeiro, esse benefício está pautado no diagnóstico e enfrentamento das possíveis barreiras no acesso à educação. Trata-se do acompanhamento, monitoramento, acesso e a permanência na escola de pessoas com deficiência com idades de 0 a 18 anos.

Na tendência da inclusão produtiva o Ensino Técnico é aventado, seja entre parcerias públicas ou com entidades privadas, como descrito nos seguintes trechos:

8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados (BRASIL, 2014)<sup>59</sup>.

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora (BRASIL, 2014).

<sup>57</sup> Estratégia relacionada à meta 10: Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

<sup>58</sup> O Programa BPC Na Escola é um programa interministerial, criado pelos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, da Saúde e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, instituído pela Portaria Interministerial nº 18, de 26 de abril de 2007.

<sup>59</sup> Estratégia relacionada à Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.10) fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar (BRASIL, 2014)<sup>60</sup>.

A indicação da intersectorialidade política de forma explícita é utilizada por duas vezes em todo o documento, justamente ao abordar a educação de jovens e adultos e de pessoas com deficiência. Trata da promoção de pesquisas para formulação de políticas intersectoriais aos estudantes com deficiência ou superdotação e articulação intersectorial para estes e para os estudantes da EJA. O objetivo é aumentar a escolarização do trabalhador e de pessoas com deficiência para inclusão em atividades laborais.

4.11) promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersectoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado (BRASIL, 2014).

4.12) promover a articulação intersectorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida (BRASIL, 2014).

Depreende-se da ação articulada inerente a intersectorialidade uma necessidade para além da educação em tempo integral. Essa última é enfatizada no documento na meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas (objetivo 1), de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da Educação Básica (objetivo 2). Sem, contudo, apresentar relação com o termo intersectorialidade política e, sim, com alguns termos próximos, como articulação.

---

<sup>60</sup> Estratégia relacionada à Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Para atingir a meta 6, é preciso uma política de Estado capaz de instaurar uma política com segurança de continuidade e financiamento. O PME é citado no documento elaborado pelo MEC – Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014c) – como um forte aliado na busca dos parâmetros estabelecidos na meta, porém o encerramento do programa e o próprio processo de fragilização desse, impõe obstáculos à efetivação da educação seja integral ou em tempo integral.

Existe uma diferença entre as duas, ligada à concepção de Educação, de ser humano, de mundo e de política. A discussão das diferenças está na qualidade da ampliação da jornada e na relação entre os conhecimentos. Para Educação Integral os conhecimentos devem estar interligados oferecendo crítica e reflexão, então, não se trata de aumentar somente a permanência na escola e sim oferecer um conteúdo atual e relevante (MOLL, 2009). Entretanto, hoje, o PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) demonstra que o país adotou a concepção de tempo integral, pautada na ampliação do horário escolar, na retomada de conteúdos de matemática e português e na oportunização de recursos estruturais.

O direcionamento da Educação em tempo integral pelo governo federal está mais relacionado à garantia dos recursos estruturais, como móveis, quadras de esportes e bibliotecas. Sendo assim, o PNE (BRASIL, 2014) pouco explora as potencialidades da Educação em uma perspectiva integral, visa inicialmente instaurar uma educação em tempo integral, como indica os trechos a seguir:

6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

A estrutura física e recursos humanos são citados juntamente com a necessidade da existência da vaga de educação em tempo integral. A questão da

oferta ainda está em andamento, como demonstra os dados do Observatório do PNE<sup>61</sup>, coordenado pelo Todos Pela Educação<sup>62</sup>, em parceria com 28 organizações. Em 2020, a estatística nacional indica que, 29,5% das escolas públicas ofertam a Educação em tempo integral (referente ao objetivo 1) e 12,9% da matrícula eram de educação em tempo integral (referente ao objetivo 2).

Outro aspecto relevante na análise dos dados é a brusca queda dos objetivos da meta 6, entre 2015 e 2016 e entre 2017 e 2018 no território nacional, medidas pelo Observatório do PNE e divulgadas no site da organização. Avalia-se que essas quedas podem estar relacionadas ao aprofundamento das políticas neoliberais no país.

O primeiro caso compreende um período marcado pela ocupação das escolas, institutos e universidades por estudantes secundaristas, em protesto à reorganização das escolas proposta pelo governador do PSDB Geraldo Alckmin, a ser implementada na rede estadual paulista. A reorganização resultaria no fechamento de 93 escolas de Ensino Médio. Embora suspensa a proposta de reorganização, a pesquisa de doutoramento realizada por Santos (2019) indica uma prática da reorganização de forma velada em andamento, através da não abertura de matrículas para os primeiros anos de cada ciclo. Ressalta-se ainda que em 2015, o país passava por um período de recessão econômica e queda do PIB.

A segunda queda brusca coincide com a reformulação do PME, uma mudança que traz outras concepções ao Programa e também a redução do financiamento e recursos. Dessa forma, o programa passa a se chamar Programa Novo Mais Educação (PNME), voltado para ampliação da jornada escolar e reforço de Português e Matemática. Em 2019, no encerramento do Programa pelo Ministério da Educação do Brasil, tem-se mais um leve decréscimo, medidos pelo Observatório do PNE. Em suma, em 2020 a meta para Educação Integral está mais longe de ser alcançada do que em 2015. Isso porque, em 2015, 44,6% das escolas públicas ofertam a Educação em tempo integral (referente ao objetivo 1) e 18,3% da matrícula eram de educação em tempo integral (referente ao objetivo 2); já em 2020, 29,5% das escolas públicas ofertam a Educação em tempo integral (referente ao objetivo 1) e 12,9% da matrícula eram de educação em tempo integral (referente ao objetivo 2). O crescimento

---

<sup>61</sup> Disponível em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/educacao-integral>

<sup>62</sup> Organização da sociedade civil sem fins lucrativos, criada com a participação de diversos setores da sociedade brasileira voltada a garantia da educação básica de qualidade para todos os cidadãos.

progressivo e contínuo da oferta e matrículas é visto, no acompanhamento deste PNE, apenas entre 2011 a 2015, conforme dados do Observatório do PNE.

Os ensaios sobre Educação em tempo integral presentes no PNE 2014-2024 são realizados considerando desde as condições materiais para existência à ampliação do controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. Considerando então os recursos materiais e o arcabouço teórico prático, tem-se uma política em lenta construção dos requisitos físicos e de oferta, e impregnada de disputas ideológicas (disputas pela concepção de educação). Cabe ressaltar que, o PME, Programa brasileiro citado como principal estratégia da meta 6, foi encerrado em 2019.

Assim, a Educação Integral como um todo, seja no espaço escolar ou na articulação da escola com diferentes espaços educativos, mostra-se em constante dificuldade de implantação e de implementação. A dimensão intersetorial da política de Educação teve expressividade por meio da concepção inaugural do PME ainda em 2007. Por outro lado, com a reformulação e, posterior encerramento do programa e os rumos da política educacional brasileira em uma perspectiva de aprofundamento de concepções neoliberais, que retiram e congelam deliberadamente os investimentos em Educação Básica, a intersetorialidade das políticas educacionais não se concretiza.

O PNE (BRASIL, 2014) ao abordar a Educação em tempo integral considera os espaços educativos para além do escolar, assim comprometer-se em: “6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários”; nesse caminho inclui-se o SCFV.

Na esfera municipal, a intersetorialidade entre a política de Assistência Social e de Educação está ligada à construção de redes formais e informais centradas no controle de frequência escolar. Desse modo, os principais protocolos estabelecidos entre CRAS/CREAS e Educação para atendimento dos usuários e, também, as articulações estabelecidas entre o órgão gestor da Assistência Social e o órgão gestor da Educação, são os encaminhamentos realizados por ofícios ou por contato telefônico, as reuniões de rede e discussão de casos.

Através de encaminhamento de ofícios, discussão de casos e reunião de rede (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Educação).

Encaminhamento para rede de socioassistencial, encaminhamento para rede de outras políticas, discussão de casos, reunião de rede (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Educação).

Encaminhamentos; reunião de rede; controle de frequência e discussão de casos (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Educação).

Os encaminhamentos são através de contatos telefônico e pessoais e através de envio de instrumental escrito e reuniões de rede para discutir casos mais complexos (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Educação).

Reuniões de rede, discussão de casos, encaminhamentos (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Educação).

Esse último trecho acima se refere às articulações estabelecidas entre os órgãos gestores e comparece frequentemente (com pequenas alterações) nos mais diversos municípios. A intersectorialidade como instrumento de gestão é frequentemente retratada nos documentos do município pela via dos encaminhamentos.

A palavra encaminhamento, repetidamente apresentada, como principal protocolo entre as áreas ou articulação entre os órgãos gestores devem ser problematizada, pois representa o repasse de casos e responsabilidades de uma política a outra. Em comparação, protocolos conjuntos com vistas à mobilização social são abordados em proporcionalidade bem menor.

Nesse aspecto, a entrevistada Petra, gestora de um Programa de Educação Integral em uma Organização da Sociedade Civil (OS), questiona a lógica do encaminhamento e ainda propõe como alternativa a construção de um projeto comum que vise enfrentar os problemas do sujeito naquele território. A discussão perpassa pela dificuldade de comunicação entre os profissionais de cada política, os ganhos da construção de um órgão articulador das políticas e a potência da rede. Nesse caso, Petra refere-se à construção de uma estrutura ou órgão dentro das prefeituras capaz de promover espaços de relações entre as políticas.

No fim a gente só reproduz uma lógica de encaminhamento, inclusive eu acho que é uma palavra bem problemática, que a Assistência, a Saúde deveria se questionar a respeito disso. Porque quando a gente fala do encaminhamento, de fato, é assim: você saiu daqui e agora você vai para lá, então você deixa de ser o meu problema e você passa a ser o problema, digamos, a questão de um outro agente (Petra).

Uma agenda comum do tipo: bom, esse ano a gente vai trabalhar tal tema, quais são os desafios nesse território? Então a gente compartilha o nosso diagnóstico, e a gente cria uma agenda comum, que pode ser anual, pode ter uma outra temporalidade, mas que é uma agenda pela qual a gente, juntos como rede, vai batalhar (Petra).

Ter um projeto juntos, entendeu? Ajuda a materializar caminhos para o trabalho em rede. Cada um vai lá, coloca o seu saber, faz o seu trabalho, ninguém está dizendo que você não vai fazer o seu trabalho, mas a gente cria algo juntos, entendeu? Que vai endereçar esse desafio, esse problema que a gente identificou, e que é comum. Então uma agenda comum de trabalho (Petra).

Enquanto o encaminhamento prevalecer a construção da rede enfrentará obstáculos, pois, como bem reflete Petra: “a ideia de encaminhamento enfraquece a ideia de rede”. O encaminhamento como forma presente da fragmentação das políticas condiciona os fluxos de trabalho, as dimensões formais e dimensões informais da atuação, a constituição de redes formais e informais e as condicionalidades do PBF. Na dinâmica entre formal e informal constata-se o predomínio de ações informais, leia-se sem protocolos estabelecidos.

A maior dificuldade dá-se para o estabelecimento e formalização de protocolos, pois as ações são realizadas, porém sem um fluxo e sistematização dos mesmos. Dessa forma observa-se que há uma dificuldade na continuidade das políticas públicas e sua operacionalização. A partir desse diagnóstico tem-se trabalhado na articulação de fluxos de atendimento, inicialmente na rede interna de assistência social, para construção com outras políticas públicas e sistema de garantia de direitos (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Educação).

Acreditamos que estabelecer protocolos e fluxos seria o ideal, todavia os acordos intersetoriais, por se tratar de um município de médio porte, estão suprimindo as necessidades (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Educação).

Na direção contrária, alguns PMAS 2018-2021 aqui estudados retratam a constituição de ação, programa ou estratégia (desde o início) de forma intersetorial. Esse movimento é mais escasso em comparação aos encaminhamentos.

Nesse cenário, o PMAS 2018-2021 evidencia os Programa Primeiríssima Infância; Programa Criança Feliz; Programa Prefeito Amigo da Criança; Brasil Amigo da Pessoa Idosa; Programa Cuidar, que desenvolvem ações de forma intersetorial com parceria entre a Assistência Social, Saúde, Educação; Programa Bolsa Família; TEIA - Trabalho Especializado Intersetorial de Atendimento; parcerias com a Educação na realização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI; reunião com os técnicos dessas políticas, tendo como ponte uma psicopedagoga da educação; reuniões com a rede de educação para construção de Plano de Atendimento; Projeto CRAS-Escola: a proposta é envolver alunos de escolas públicas estaduais a fim de conhecer, prevenir e atender situações de vulnerabilidade social ainda no começo e, assim, evitar que se agravem; reunião com representantes das três políticas públicas, assistência social, educação e saúde, conhecido como Comissão Intersetorial; Conselhos Municipais de Direitos; Comitê Gestor Intersecretarial do Projeto Crescer; Desenvolvimento do Projeto - "Escola Afetiva" - CRAS Volante/ Unidades Escolares Municipais; Grupo Gestor Intersetorial do Projeto "Guarulhos: Cidade que Protege" (SÃO PAULO, 2018).

Os programas, ações ou estratégia possuem algum grau de inovação, por um lado e podem, ou não alcançar a intersetorialidade, por outro. Dessa forma, não basta trazer a nomenclatura, é preciso garantir a concretização da gestão conjunta, do atendimento e proteção integral, da agenda comum, da integração e desenvolvimento territorial, ser avaliado no quesito intersetorialidade, entre outros.

Quando o assunto é a intersetorialidade da Assistência Social com a Educação, o Programa Bolsa Família (PBF) é comumente retratado. Por outro lado, a revisão da literatura realizada, destaca os seguintes pontos de fragilidade da política que precisam ser enfrentados: a) Silva (2019), indica a fragilidade da articulação entre as áreas na realidade material mesmo com a existência de um vasto arcabouço documental. Ou seja, há documentos e diretrizes afirmando a necessidade da construção de ações intersetoriais, entretanto, ainda são escassas as ações entre a Assistência Social e a Educação na perspectiva intersetorial; b) Silva (2016); Graciani (2015); Barbosa; Gomes (2018) analisam a função social da escola; a positiva



interferência na evasão e permanência versus o baixo impacto no desempenho escolar.

Nesses últimos trabalhos a escola aparece como um local tanto para o aprendizado dos conteúdos do currículo formal, quanto para o desenvolvimento humano (relações interpessoais, autoconhecimento, lidar com a diversidade, questões de gênero, política, sustentabilidade, entre outros). Nesse cenário o PBF diminuiu a evasão escolar, porém não foram observadas repercussões no desempenho escolar. Complementarmente, esta pesquisa que ora realizamos aponta a intersectorialidade do PBF circunscrita à verificação da frequência escolar como condicionalidade para o recebimento do benefício. Nessa perspectiva crítica, é necessária, para além de pesquisas sobre o PBF, a investigação sobre a dimensão intersectorial dos programas, ações ou estratégias citadas anteriormente, diante da escassez de pesquisas a respeito das possíveis repercussões da intersectorialidade entre Assistência Social e Educação no desempenho escolar e desenvolvimento humano.

Conclui-se que a intersectorialidade pretendida entre as áreas Educação e Assistência Social tem por foco o acompanhamento da frequência e permanência escolar dos beneficiários dos programas de transferência de renda como o PBF, estando subjugada à verificação da frequência escolar. Esse foco objetiva a ampliação da escolaridade das massas trabalhadoras e inclusão no mercado de trabalho.

Embora existam documentos do governo federal sobre o formato da intersectorialidade, essa tem assumido no município o formato de meros encaminhamentos, caracterizados como repasse de responsabilidades, realizados majoritariamente por protocolos informais. Esse movimento da construção real da intersectorialidade está intimamente relacionado às intensas discontinuidades das políticas sociais, como determinações sociais, e pela ausência de fluxos formais de um trabalho intersectorial, como particularidade (condições sociais, econômicas, culturais, pedagógicas e políticas).

#### **5.2.4. Quarto Núcleo de Significação - Principais obstáculos para ações intersectoriais: da aparência para essência**

A construção da intersectorialidade é marcada pelos desafios e possibilidades existentes na realidade de cada município. Nessa perspectiva, este núcleo discute os

obstáculos para o alcance da intersectorialidade considerando certos aspectos das políticas sociais brasileiras. Tal qual uma via de mão dupla, depreende-se das lacunas os possíveis enfrentamentos à desarticulação política, embalado por um movimento que parte da aparência para essência do fenômeno.

Esse núcleo baseia-se na análise do PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018); PNAS (BRASIL, 2005) e PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014). Assim, fazem parte desse arcabouço os seguintes indicadores: a) PMAS: os principais obstáculos para o alcance da intersectorialidade estão na ausência de recursos humanos, estruturais, diálogo, entre outros; b) PMAS: **a terceirização das políticas sociais e o olhar fragmentado sobre os territórios**; c) PNAS: a preocupação determinante com o processo de democratização da política e com a prática radical do **controle social** da administração pública, que, acredita-se, **é componente básico do Estado Democrático de Direito: a tecnologia da informação para um sistema nacional e integrado de políticas**; d) PNE: **parcerias com instituições comunitárias, profissionais ou filantrópicas sem fins lucrativos**, visando ampliar as condições de apoio ao **atendimento escolar integral das pessoas com deficiência**; e) PNE: **transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação**; f) PME: **O caráter setorial** na historicidade das políticas sociais como primeiro **desafio da nova gestão intersectorial**; g) PME: **Dos processos contínuos para agregar efetividade às ações**: negociações, (re)planejamentos, sistematização, publicização, **participação social**.

Destaca-se na aglutinação de indicadores proposta que, os itens a, b, c, falam explicitamente das dificuldades. Quanto aos índices d, e, f, g, tratam da superação das dificuldades. Assim, eles são relacionados dentro desse item considerando a possibilidade da contradição entre eles engendrar o novo.

Quando o PMAS 2018-2021 apresenta os principais obstáculos para o alcance da intersectorialidade, um termo é recorrente e qualifica as dificuldades enfrentadas: "a falta", como descrevem os seguintes trechos:

Os principais obstáculos são: **a falta** de recursos financeiros e principalmente **a falta** de recursos humanos para a realização do trabalho (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Outras políticas, grifos nossos).

Questão da disponibilidade de tempo e **falta de** recursos de RH (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Outras políticas, grifos nossos).

**Insuficiência da** equipe técnica e **escassez** da formalização de outras políticas públicas no município (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Outras políticas, grifos nossos).

Os principais obstáculos são **a falta** de recursos humanos que faz com que as políticas trabalhem sem comunicação, em todos os setores é possível perceber **a falta de** pessoas o que faz com que os trabalhadores de todas as políticas trabalhem de forma mecânica, sem reflexões e diálogos, apenas cobrindo lacunas pela **falta de** outros servidores. Esta dificuldade está sendo perceptível e fica evidente nas reuniões de rede (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Outras políticas, grifos nossos).

Repetidamente as ausências estruturais e de recursos humanos vêm à tona complementadas pela falta de diálogo, entrosamento, reuniões e conscientização, como destaca o próximo trecho:

Enfraquecimento de equipe técnica (recursos humanos); **Falta de** conscientização da importância do trabalho entre as equipes. **Ausência** de articulação da rede intersetorial. **Ausência** de reunião sistemática da rede intersetorial (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, outras políticas, grifos nossos).

Dessa forma, identifica-se nos documentos a falta de profissionais; falta de fluxo de atendimento, sistematização dos dados e informações; falta de uma agenda compartilhada entre as políticas; falta de recursos financeiros; falta de planejamento entre os setores; falta de articulação dos gestores com prefeito; falta de capacitação técnica, entre outros. Embora existam diferenças entre as realidades locais, a falta de recursos humanos, financeiros ou de construções coletivas, permeia as dificuldades enfrentadas para construção da intersetorialidade nos diversos municípios.

Como entender a repetida alusão à falta em tantos trechos dos documentos? Por vezes, a ênfase recai sobre a instituição, outras nas pessoas, contudo, à luz do materialismo histórico e dialético, tem-se um processo intimamente relacional. As instituições existem primeiro em nós; assim, como explica MARX (1845-46/2009) a

formação da consciência não acontece de maneira espontânea e, sim, na atividade realizada.

A produção das ideias e representações, da consciência, aparece a princípio diretamente entrelaçada à atividade material e ao intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. [...] Os homens são produtores das suas representações, das suas ideias, etc. - mas se trata de homens reais e ativos, condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelo intercâmbio a ele correspondente, inclusive suas formas mais desenvolvidas. A consciência (das Bewusstsein) não pode ser nunca outra coisa que o ser consciente (das bewusste Sein) e o ser dos homens é o processo real de sua vida (MARX, 1845-46/2009, p.31).

Quanto mais fragmentada e mecânica for a atividade desempenhada maior a probabilidade de um entendimento pouco comprometido com as dinâmicas intersetoriais. O destaque para com a rotatividade de funcionários e quadros defasados dos operadores da política de Assistência Social, somados a outras ausências são apontados como os grandes obstáculos à articulação intersetorial. O diagnóstico realizado pela análise dos PMAS 2018-2021, nessa temática, pouco aborda as características das políticas sociais brasileiras e a necessidade de políticas com estratégias intersetoriais.

Dito isso, das ausências abre-se espaço para uma discussão sobre as presenças, mais especificamente, de um Estado fragmentado e de uma agenda política neoliberal de pouco investimento nas políticas públicas. Segundo o caderno institucional do PME intitulado Gestão intersetorial no território (BRASIL, 2009), o primeiro desafio da gestão intersetorial é o caráter setorial na historicidade das políticas sociais.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e o aprofundamento da desigualdade no país, novas demandas surgem e, portanto, novos direitos sociais. A construção da garantia desses direitos acontece pautada pela setorização e especialização de cada área. Além disso, a administração pública também se baseia em gestões, orçamentos, planejamentos, diretrizes e recursos humanos próprios.

A setorização experimentada pelas políticas públicas na agenda neoliberal, existente desde a gestão federal, chega também ao território. Com base na análise dos PMAS 2018-2021, a setorialização pode potencializar dois aspectos: o olhar fragmentado sobre os territórios e a terceirização das políticas sociais.

A fragmentação é um elemento citado ainda na seara dos obstáculos à intersetorialidade. É o oposto da articulação entre os setores municipais e a gestão intersetorial. Abarca a estrutura, a ação e o território, conforme explicitam alguns Planos:

No que diz respeito à materialização das políticas públicas, o aparato estatal encontra-se marcado por estruturas marcadas pela fragmentação, excessiva burocratização, conformidades de ações, entre outros. Tais obstáculos estão presentes na realidade institucional dos serviços públicos (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Outras políticas).

Fragilização entre as políticas públicas e olhar fragmentado sobre os territórios (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Outras políticas).

Inexistência da vigilância socioassistencial para diagnóstico territorial (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Outras políticas).

O território é mais do que um lugar geográfico, é um espaço de vivências e de interações sociais, permeadas pelo aprendizado constante. Nele, os sujeitos circulam e acessam todos os bens materiais e imateriais existentes nas redondezas.

Santos (2009), para tecer a análise da aglomeração urbana, recorre a alguns aspectos como: o papel do Estado, a distribuição de renda, a repercussão da dimensão econômica na esfera social, a imobilidade dos pobres<sup>63</sup>, a metrópole corporativa e fragmentada, entre outros. Nessa perspectiva, conclui que, na questão da imobilidade no território, os mais pobres estão dentre as maiores vítimas na grande São Paulo na década de 1980. Na avaliação do autor, a pobreza e os baixos salários influenciam nas condições da residência. Assim,

Como os pobres se tornam praticamente isolados ali onde vivem, podemos falar da existência de uma metrópole verdadeiramente fragmentada. Sem dúvida, muitas pessoas de outras áreas vão trabalhar em certos setores de aglomeração. Outras deixam seu próprio setor e vão trabalhar em outras áreas, em ocupações frequentemente pequenas, acidentais e temporárias. Muitos, todavia, são prisioneiros do espaço local, enquanto outros apenas se movem para trabalhar no centro da

---

<sup>63</sup> A pobreza, baixo salário e condições de transporte nas periferias, dificultam a circulação dos mais pobres, segundo Santos (2009).

cidade, fazer compras e utilizar os serviços quando tem a possibilidade e os meios. A imobilidade de tão grande número de pessoas leva a cidade a se tornar um conjunto de guetos e transforma sua fragmentação em desintegração (p.66).

A periferia é um espaço por si só cindido, com órgãos autônomos e independentes na execução das políticas públicas e, ainda, com pouca interação com instituições de referência em saúde e centros universitários. Esses territórios ficam excluídos e com baixos investimentos sociais (SANTOS, 2009).

Para o referido autor, a metrópole fragmentada é resultado da ausência de investimento público. A metrópole fragmentada é constituída por aglomerados periféricos desintegrados e apartados economicamente, fisicamente e socialmente dos grandes centros urbanos.

Nesse cenário, os territórios e as pessoas buscam atender as necessidades emergentes. Dessa forma, os moradores criam mercadinhos, inventam soluções elementares para água encanada e descarte de dejetos, o Estado implanta nas proximidades Unidades Básicas de Saúde e centros de Ensino Técnico. Sendo assim, forma-se na periferia o território fragmentado, receptáculo de políticas sociais de maneira desarticulada com investimento focalizado nas especialidades, caracterizando o olhar fragmentado sobre o território.

Essa fragmentação acontece juntamente com a terceirização das políticas sociais. Essa tendência está presente na análise dos PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018), e na meta 4<sup>64</sup> do PNE 2014- 2024 (BRASIL, 2014), como revela os seguintes trechos dos documentos citados:

De acordo com a Lei 13.019 foi estabelecida parceria com a Educação na criação de uma comissão gestora” (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Outras políticas)<sup>65</sup>.

---

<sup>64</sup> Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados

<sup>65</sup> Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)

Conselho Tutelar e Entidades privadas. Ações isoladas, fragmentadas e pontuais das Políticas Públicas dificultando o entendimento da importância em estabelecer Protocolos de Gestão entre as Políticas Públicas” (SÃO PAULO, 2018, PMAS, 2018-2021, Interface com outras políticas, Outras políticas).

4.17) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino” (BRASIL, 2014).

No caso da educação inclusiva, a parceria também se refere à oferta de formação continuada, produção de material didático e construção de um sistema educacional inclusivo. Para entender a lógica da parceria com o terceiro setor é preciso retomar a função e desenvolvimento das políticas sociais de cunho neoliberal.

Segundo Yamamoto (2007), a crise fiscal e econômica da década de 1970, experimentada pela recessão e alta inflação, resultaria na adoção hegemônica da agenda neoliberal ao redor do mundo. Esta baseia-se no aumento da taxa de juros, cortes de gastos sociais, elevação dos índices de desemprego, não intervenção estatal no mercado, privatizações etc. Tem-se o mercado como instância mediadora das relações políticas e um Estado mínimo nas causas sociais. As discussões propostas pelo autor vieram no bojo do neoliberalismo e, os governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), embora não rompendo com o neoliberalismo, buscaram inserir reformas importantes no âmbito social.

Desse modo, segundo o referido autor, a refuncionalização neoliberal das políticas sociais compreende dois momentos articulados: a precarização e a privatização dos serviços. O primeiro fundamenta-se na descentralização dos serviços, vista como a transferência de responsabilidade às esferas locais, porém com serviços de baixa qualidade e financiamento e, ainda, na focalização das ações aos comprovadamente mais pobres. O segundo, a privatização, atua por dois mecanismos: na oferta dos serviços sociais na qualidade de mercadoria inaugurando uma forma de apropriação da mais valia no Brasil, a (re)mercantilização; e também na transferência total ou parcial à sociedade civil da oferta de serviços sociais, a (re)filantropização, como marca da atuação estatal diante da tensão entre capital e trabalho vivenciada pela classe trabalhadora.

A responsabilidade pelas demandas vividas pela classe trabalhadora no Estado de modo de produção capitalista é

[...] “dividida” com dois outros “setores”, o mercado (privatização) e a sociedade civil (ação solidária, filantrópica, voluntária). Introduce-se, como consequência, um atendimento segmentado, com oferta de serviços de qualidade diferenciada conforme a capacidade de pagamento do usuário. A lógica geral passa a ser algo como: (a) estatal-gratuito-precário; (b) privado-mercantil-boá qualidade e (c) filantrópico-voluntário-qualidade questionável (e virtual ausência de controles) (YAMAMOTO, 2007, p. 33).

Se por um lado, a ausência de controle é sinalizada como uma questão problemática, por outro, tem previsão legal para se estabelecer. Nessa perspectiva, o PNE aborda também a formação dos conselheiros dos Conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência, entre outros.

Dessa maneira, a necessidade da transparência na utilização de recursos e controle social é evocada tanto nas políticas sociais de Educação com o PNE, 2014-2024 (BRASIL, 2014) quanto nas de Assistência Social, com a PNAS (BRASIL, 2005), como demonstra os seguintes achados:

7.28) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais (BRASIL, 2014)<sup>66</sup>.

A Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social (BRASIL, 2005).

---

<sup>66</sup> Estratégia para atingir a Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: anos iniciais do fund. I, 6,0; anos finais do fund. II, 5,5; ensino médio, 5,2 em 2021.



Nesse sentido, a questão da informação e as práticas de monitoramento e avaliação, aportes do novo sistema, devem ser apreendidas como exercícios permanentes e, acima de tudo, comprometidos com as repercussões da política de assistência social ao longo de sua realização, em todo o território nacional” (BRASIL, 2005).

A PNAS (BRASIL, 2005), em aspectos conceituais, traz uma perspectiva de transformação não somente pelo estímulo à participação social, controle social e mudança das políticas sociais, mas também pela reconfiguração da estrutura do Estado. Uma das grandes ousadias desse documento é pensar a política imbricada ao funcionamento do Estado. Assim, inverte a lógica ao abordar a política ao lado da máquina estatal, e não mais de forma autônoma. Com isso vislumbra uma nova forma de Estado.

A preocupação determinante com o processo de democratização da política e com a prática radical do controle social da administração pública, que, acredita-se, é componente básico do Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 2005).

Para além do compromisso com a modernização administrativa, o desenvolvimento tecnológico, sobretudo da tecnologia da informação, associado à ação dos atores que perfazem a política de assistência social, deve permitir uma ainda inédita construção de ferramentas informacionais para a realização da política pública de assistência social no Brasil” (BRASIL, 2005).

Desta forma, gerar uma nova, criativa e transformadora utilização da tecnologia da informação para aperfeiçoar a política de assistência social no País, que resulte em uma produção de informações e conhecimento para os gestores, conselheiros, usuários, trabalhadores e entidades, que garanta novos espaços e patamares para a realização do controle social, níveis de eficiência e qualidade mensuráveis, através de indicadores, e que incida em um real avanço da política de assistência social para a população usuária é o produto esperado com o novo ideário a ser inaugurado neste campo específico” (BRASIL, 2005).

Para pensar a intersetorialidade, na seara das transformações, é preciso abordar a questão do controle social, o Estado Democrático de Direito e a tecnologia da informação. Embora a PNAS (BRASIL, 2005) apresente conceitualmente profundas aspirações para construção de um Bem Estar Social alargado pela via estatal, outras forças incidem sobre a política social, como a econômica,

Portanto, não se desvinculam das políticas econômicas enquanto mecanismos peculiares à intervenção do Estado no campo da regulação social. Desse modo, os horizontes e limites da feição pública que assumem em relação ao reconhecimento do conjunto de direitos sociais que conformam a cidadania numa sociedade de classes não se encontram desvinculados da esfera econômica, de como tais políticas atuam funcional e contraditoriamente em relação às crises cíclicas do capital (ALMEIDA, 2014, p.234).

Matias Pereira (2014) tece considerações sobre a importância da tecnologia da informação para construção de um sistema nacional tanto integrado quanto transparente das políticas. Aumentar o nível de transparência do Estado fez parte da iniciativa de redemocratização, incluída pela Constituição Federal após 21 anos de ditadura civil-militar. Um dos pilares da construção do Estado Democrático era o controle social pela sociedade civil. A democracia, entre outros elementos, versa pela cobrança do uso adequado da Administração e dos recursos públicos.

Embora o discurso governamental, desde a recente reabertura democrática do país, demonstre preocupação com a corrupção, a má gestão do recurso público é uma realidade concreta que impacta a efetividade do gasto social, uma vez que, aprofunda a desigualdade social, diminui a qualidade de vida, enfraquece a atividade econômica e corrói os mecanismos Estatais.

Sendo assim, dois elementos são fundamentais para o estabelecimento do Estado Democrático: informação e tecnologia. O primeiro está relacionado à transparência, ou seja, ao acesso do cidadão à informação sobre a gestão do recurso financeiro dos serviços públicos. O segundo, a construção de um sistema de informação integrado, em particular, entre as três esferas, federal, estadual e municipal. A transparência informacional do Estado sofreu forte abalo durante a tentativa de reforma administrativa do governo Collor (1990-1992), resultando na desorganização de polos de decisão e deterioração de sistemas de produção importantes para o processo decisório. Em contrapartida o Plano Diretor da Reforma do Estado (1995) retoma a necessidade de construção de sistemas tecnológicos de informação e transparência (MATIAS PEREIRA, 2014).

Nesse sentido, segundo o autor citado, a reforma priorizou a área de administração de dados, com a criação: Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) com os gastos efetuados pelo Tesouro Nacional; Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR); a folha de pagamentos e os dados cadastrais dos

servidores civis federais (SIAPE); Sistema de Gerenciamento da Receita e Despesa da Previdência Social; o planejamento de ações do governo; a movimentação do cadastro de fornecedores, de preços e do catálogo de materiais e serviços; e o fornecimento de informações sobre a organização governamental e macro atribuições. Embora guarde avanços, esse sistema não está integrado, portanto não oferece ao cidadão uma noção ampla e inteligível das ações do governo.

Por um lado, o controle direto pela sociedade logrou avanços expressos na Constituição Federal de 1988:

Art. 31, § 3º - As contas dos municípios ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei (BRASIL, 1988).

Art. 74, § 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União (BRASIL, 1988).

Por outro, as prestações de conta das entidades públicas estão apoiadas em entradas e saídas de recursos públicos para o controle de órgãos institucionais (Tribunais de Contas, Assembleia Legislativas e Câmaras dos Deputados). Dessa forma, obedecem a uma lógica própria quase inteligível ao cidadão comum. Soma-se a isso, o fato de os órgãos citados possuírem um olhar centrado no fundo jurídico-administrativo enquanto que o objetivo do controle da sociedade é a fiscalização e denúncia de gastos inadequados ou sem as informações do destino e objetivo (MATIAS PEREIRA, 2014).

O ponto tecnológico, mostra-se o mais longínquo das aspirações da PNAS (BRASIL, 2005), talvez até utópico, mas como diz o poeta:

Ella [a utopia] está en el horizonte - dice Fernando Birri - Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos e el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar (BIRRI, apud GALEANO, 2001, p. 230)<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> Tradução nossa: Ela [a utopia] está no horizonte - diz Fernando Birri - Aproximo dois passos e ela se distância dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos mais adiante. Por mais que eu caminhe, nunca a alcançarei. Para que serve a utopia? Para isso serve: para caminhar (BIRRI, apud GALEANO, 2001, p. 230).

O Brasil, ainda não se aproximou da construção de um sistema que, sob a égide da tecnologia, integre as políticas sociais, confira controle social e transparência. Não é inédito no cotidiano dos operadores das políticas sociais, como por exemplo psicólogas(os) e assistentes sociais do CRAS, a ausência de informações e trocas entre profissionais de territórios vizinhos. Um CRAS não sabe o que acontece no outro, quem passou por ali, qual a demanda principal, entre outros.

Dessa forma, chega-se a um impasse, a tecnologia atinge determinadas políticas/instituições e outras não. Por que na estrutura do Estado brasileiro, algumas instituições como a Secretaria da Fazenda, ou Ouvidoria, ou Sistema de Justiça estão repletos de tecnologia da informação? A necessidade do controle das contas e da moralidade com viés punitivo, por exemplo, possui ferramentas tecnológicas para construir processos, fluxos e conhecimento, mas a política que lida com a pobreza não tem esse recurso.

Em um país de preconceitos enraizados nas relações humanas, o trabalho com as pessoas pobres e a pobreza ainda não possui um dos instrumentais mais modernos na gestão política. Desse modo, a política social que trabalha com as massas trabalhadoras em situação de pobreza no Brasil não possui investimento ou planejamento para uma infraestrutura tecnológica.

O controle deve ser entendido como um instrumento da democracia. A existência de uma estrutura formal para controle das finanças públicas, eficiente, eficaz e efetiva, para alcance do objetivo de garantir o bom desempenho das atividades estatais realizadas no interesse do bem público é um fato comum em um Estado democrático organizado. É pertinente ressaltar, tendo como referência a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que a sociedade tem o direito de exigir a prestação de contas dos atos praticados pelos gestores públicos sobre a sua administração” (MATIAS PEREIRA, 2014, p. 207).

Um sistema de tecnologia da informação pode ser um elemento favorável para compreensão das políticas sociais e estruturação da rede, com base na construção de dados que articulem políticas, profissionais, territórios e, ainda, aproximem o cidadão desses elementos citados e vice-versa. Entretanto, isso é sonhado da política de Assistência Social, podendo ser até classificado como uma ação discriminatória no Estado em relação à política. Nesse sentido, é pouco provável que se tenha um Estado Democrático de Direito sem tecnologia, pois ela deveria estar

também tanto a serviço do cidadão, quanto dos profissionais da política social municipal.

Dessa forma, a tecnologia da informação deve compor a base da política social, sustentáculo fundamental. Na reforma administrativa do Estado, promovida por Bresser Pereira em 1995, a tecnologia não aparece como estratégia chave nas políticas sociais e, sim, na abertura ao terceiro setor.

Para a construção da garantia de direitos, o Estado torna-se um catalisador de atores para esse fim,

Para tanto, **a administração pública deverá desenvolver habilidades específicas**, com destaque para a formação de redes. A noção de rede tem se incorporado ao discurso sobre política social. **Nos anos recentes, novas formas de organização e de relacionamento interorganizacional, entre agências estatais e, sobretudo, entre o Estado e a sociedade civil, têm sido propostas pelos atores sociais** (BRASIL, 2005, p.47, grifos nossos).

Apesar de relacionados – participação social, controle social e transparência, possuem definições conceituais distintas. A participação social tem sentido amplo e é um princípio fundamental da democracia. Viabiliza a participação da sociedade, segmentos e instâncias nas decisões a respeito das políticas públicas.

O controle social está mais ligado a uma modalidade de participação regulada pelo Estado. No controle social tem-se, por exemplo, os Conselhos Municipais, formados por representantes do poder executivo e da sociedade civil. Esses possuem um estatuto, um regimento e uma atribuição específica relacionada à construção de políticas públicas, leis e ações, podendo ser inclusive questionados pelo Ministério Público.

A transparência é um desdobramento do processo de participação social, ou seja, é uma consequência (porém não dada) do processo de participação, uma vez que o processo de participação social deve criar mecanismos para a existência do acesso à participação para todos, conforme prevê a Constituição de 1988. Embora a transparência seja por vezes apropriada no sentido moral, deve ser entendida pelo viés constitucional, basilar na democracia. Nessa perspectiva, a tecnologia é um instrumento para o acesso universal à informação.

Pode-se inferir que, o tripé constitucional das políticas públicas a partir de 1988, é formado pela descentralização, participação social e a universalização dos direitos

e do acesso à informação. A efetividade desse tripé, e até mesmo a consolidação da excelência das políticas públicas intersetoriais está relacionada à processualidade de todos os elementos envolvidos. Não é algo imediato, mas permeado pelas trocas, discussões, reformulações na busca de consensos, como explicita o Caderno Gestão Intersetorial no Território do PME.

Certamente a construção de consensos em torno do Programa é essencial por traçar a meta e dar diretriz que oriente a ação de todos. No entanto, não é possível alcançar grandes objetivos de uma só vez, como se uma decisão tivesse o mágico poder de tudo acertar. O esforço contínuo de negociação, de planejamento e replanejamentos, de publicização de resultados, de ampliação da participação dos agentes institucionais e também das crianças e adolescentes mantêm-se como processos contínuos para agregar efetividade às ações (BRASIL, 2009, p. 26).

Essa incessante busca por resultados e ações sinérgicas não acontece alheia ao diálogo e ao consenso, sendo especialmente marcada por disputas, reorganizações e ampliação da participação dos agentes institucionais e das crianças e adolescentes.

O documento citado, aparentemente, aponta também para a divulgação dos resultados. Contudo, a palavra utilizada para tanto, publicização, é dúbia, pois possui diferentes significados. No senso comum pode estar mais ligada a divulgação, mas no campo político trata da administração dos serviços. Nesse último aspecto, consiste na transferência da gestão de serviços e atividades não exclusivas do Estado, como Educação, Saúde e Assistência Social, Cultura, para o setor público não estatal, por meio de contrato de gestão. Esse modelo visa assegurar tanto o caráter público à entidade de direito privado quanto à autonomia administrativa e financeira.

A última grande reforma administrativa de 1995 implementada pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) e produzida pelo MARE (BRASIL, 1995), está alicerçada no conceito de publicização. Como explica Barreyro (2010, p. 178):

Como se percebe, a reforma administrativa do Estado apoia-se na publicização das atividades que, nessa concepção, não são exclusivas a ele: serviços sociais, culturais, de proteção ambiental, de pesquisa científica e tecnológica, as quais, segundo a proposta, seriam atividades públicas não-estatais, e ganhariam em qualidade e eficiência se fossem publicizadas. As subvenções sociais e as dotações orçamentárias seriam

transferidas do poder público, porque as organizações sociais seriam reconhecidas como de interesse e utilidade pública e, por isso, habilitadas a receber recursos financeiros e a gerenciar recursos materiais e humanos cedidos pelo Estado. Para viabilizar a proposta, foi criado o Programa Nacional de Publicização e as organizações sociais, consideradas pessoas jurídicas de direito privado, que funcionariam como associações civis sem fins lucrativos.

Ainda conforme a autora citada, a Reforma administrativa do Estado e a criação do Estado Gerencial caminhavam ao lado da criação de dispositivos legais para a terceirização das políticas sociais. Além disso, havia o apoio financeiro e ideológico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na direção do fortalecimento da sociedade civil na prestação de serviços sociais. Escolas técnicas, centros de pesquisa, hospitais e museus, seriam transformadas em organizações sociais; em resumo:

[...] a proposta brasileira de Reforma do Estado propôs tanto a superação da administração pública burocrática quanto a sua substituição pela administração gerencial, construindo, a partir do conceito de público não-estatal e de publicização, uma privatização à brasileira (BARREYRO, 2010, p.178 e 179).

Na concepção do Estado Gerencial as políticas sociais estão focalizadas nas camadas mais pobres e na descentralização. Assim, são destinadas aos pobres que podem pressionar o Estado, pois não fazem parte do projeto elitista de sociedade; e na descentralização administrativa e financeira, por meio da participação solidária, filantrópica e voluntária da sociedade. Dessa forma, erguem-se lutas fragmentadas e específicas sobre a pretensão da inclusão social, lutas programadas e guiadas na agenda do pensamento neoliberal, sem, portanto, alcançar uma convulsão social (OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

Toda a reforma do aparelho Estatal conforme MARE (BRASIL, 1995), cria quatro setores do Estado: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas de Estado, os serviços não exclusivos do Estado, a produção de bens e serviços para o mercado. O primeiro setor manteve muito da estrutura e privilégios do período anterior, o burocrático.

Da passagem do Estado patrimonialista (1500), para o burocrático (1936), para o então gerencial (1995), destaca-se: em primeiro lugar, a criação do setor definido como serviços não exclusivos ou competitivos do Estado que traz (ou mantém) na

cena política as elites brasileiras que, de certa maneira, trabalham com projetos sociais (Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, Fundação Abrinq, Todos pela Educação), em segundo a manutenção dos antigos privilégios e poder ao núcleo estratégico.

Permitir a influência de setores tradicionais na ordem administrativa, por meio dos mecanismos gerenciais de descentralização, os governos promoveram a ampliação dos programas sociais, em parceria com a sociedade civil organizações, principalmente ONGs, além de utilizar, de forma sistemática, a liberação de emendas como moeda de troca para apoio político. Registre que os recursos para cumprir esses instrumentos permaneceram sob o controle efetivo do centro político e burocrático (MATIAS PEREIRA, 2013, p. 34, tradução nossa)<sup>68</sup>.

O Estado ainda deve controlar e fiscalizar os serviços, ou seja, deve existir controle Estatal e, em complementação, o controle social direto, por meio dos Comitês. Essas instâncias devem, entre outros, investigar e organizar os resultados alcançados, na busca de indicadores que auxiliem a construção de futuras ações intersetoriais, como pontua o PME no Caderno Gestão Intersetorial no Território:

Certamente o IDEB é um ponto de partida fundamental para o Programa MAIS EDUCAÇÃO, mas ele não é suficiente para responder às metas e propósitos da educação integral. Por isso, é muito importante que os Comitês Metropolitanos tenham em sua pauta a sistematização dos resultados alcançados pelas experiências em andamento, de modo a subsidiar a produção de indicadores na perspectiva territorial e intersetorial (BRASIL, 2009, p.39).

É fundamental que o fluxo de comunicação esteja a serviço da finalidade do programa, o aprendizado compartilhado entre as instâncias federais, metropolitanas e locais. A comunicação neste sentido, não tem mero caráter de controle da ação de um sobre o outro, mas precisa ser pensada como um processo capaz de aperfeiçoar as práticas dos envolvidos – Comitês

---

<sup>68</sup> No original: To allow the influence of traditional sectors in administrative order, through the managerial mechanisms of decentralization, governments promoted the expansion of social programs, in partnership with civil society organizations, particularly NGOs, in addition to use, in a systematic way, the release of parliamentary amendments as currency exchange for political support. Register that the resources to fulfill those instruments remained under the effective control of the center of political and bureaucratic.



Locais, Comitê Metropolitano e Fórum Interministerial (BRASIL, 2009, p. 46).

Nessa direção o diálogo entre as esferas federais, municipais e locais, também qualifica a troca de informações e análise de resultados. Não obstante, os documentos oficiais do governo federal, do município e o modelo administrativo gerencial formam um todo dinâmico de resistências, lutas, manutenções do *status quo* e adequações da máquina estatal à realidade capitalista mundial.

Desse modo, a fragilidade das políticas sociais vem à tona na análise dos PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018), uma vez que a dificuldade da materialização da intersetorialidade está relacionada com a ausência de recursos materiais e humanos. Entretanto, a análise crítica pressupõe a contradição que engendra o fenômeno com base em um conjunto articulado de documentos, como o PNE (BRASIL, 2014), os cadernos da Série do PME (BRASIL, 2009, 2009a) e a PNAS (BRASIL, 2005). Dessa maneira, destaca-se a presença de um modo específico do fazer político, intimamente relacionado com a agenda neoliberal das políticas sociais.

A partir desse ponto de vista, as políticas sociais são conduzidas pelo Estado de modelo administrativo gerencial, podendo ser executadas por outras entidades privadas e da sociedade civil sem fins lucrativos. Embora seja supervisionada pelo Estado, esse afastamento desresponsabiliza esse ente da oferta e execução. Nesse quesito, a transparência enquanto acesso universal à informação é uma dimensão constitucional e ao mesmo tempo um desdobramento do processo de participação social, potentes ferramentas para estruturação de um Estado pautado na democracia, garantia de direitos e insurgência das massas populares.

#### **5.2.5. Quinto Núcleo de Significação - Constituição do educador e formação de sentidos**

A configuração do trabalho do gestor, sua visão de mundo e de atividade constitui um aspecto fundamental para a implementação da política intersetorial, aqui representada pelas políticas de Assistência Social e de Educação. Que sentidos e que significados são construídos pelos gestores das políticas públicas, considerando os determinantes sociais, históricos, econômicos, institucionais em que se inserem? Esses determinantes marcam a forma como o sujeito atua no campo das políticas

sociais e, conseqüentemente, a formação dos sentidos da política setorial e intersetorial.

Sendo assim, o objetivo central desse núcleo é desvelar certos aspectos presentes nos processos de formação do psiquismo humano por meio de determinadas categorias de análise da Psicologia Histórico-Cultural, como mediação, sentidos, atividade e consciência. Para tanto, são utilizadas as entrevistas com o gestor da política de Assistência Social, Thiago, e com a gestora da Educação Integral, Petra e o diário de itinerância produzido por um coordenador das equipes do Programa Mais Educação, Fernando.

O ponto de partida desta reflexão são as histórias dos entrevistados sobre a formação profissional, seguida da visão de mundo, atividade e sujeito. Dessa forma, ao explicar a formação social do psiquismo humano, busca-se atingir os operadores das políticas sociais de maneira geral.

Para desvelar o processo de constituição dos operadores da política de Assistência Social e de Educação Integral e, também as características da atividade desenvolvida, este núcleo agrega os seguintes indicadores: a) Petra: O formador do formador: concepção de mundo, atividade e sujeito; b) Petra: "Esse aí foi mordido pelo bichinho da Educação Integral: a pessoa virou a chave, é igual andar de bicicleta, você não esquece, não volta atrás, parece muito simples, mas é ultrassofisticado, é um deslocamento"; c) Thiago: Formação e criação de identidade: "me identifiquei com o curso e já tinha uma prática"; d) Thiago: Concepção de sujeito, mundo e atividade profissional: é preciso entender quais são as necessidades do sujeito?

Petra (nome fictício); 33 anos; casada; sem filhos; branca; cisgênero; moradora de um bairro de classe média em São Paulo; formada em jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); coordenadora de dois programas na área da Educação Integral em uma OSC do município, descrita aqui pelo nome fictício de A.; fala sobre sua trajetória acadêmica e profissional.

O discurso de Petra é carregado de um compromisso ético-político com a questão dos direitos humanos e a incidência política. Desde 2012, trabalha no A., então, vê esse lugar como uma grande escola. Dentro do jornalismo, mais especificamente na área de comunicação, Petra buscou depois formada atuar na perspectiva da garantia de direitos sociais, portanto, a vivência no A. qualifica muitas das concepções construídas por ela.

A história da instituição e do programa de Educação Integral tem origem no projeto Bairro Escola na Vila Madalena - São Paulo. Por conseguinte, o binômio Educação e Território, presente no projeto, também compõe a concepção de atividade da entrevistada, sendo uma atuação voltada para oferta de aprendizagem e também de “requalificação do espaço urbano” (sic). Outro tripé do projeto é a rede de proteção, a escola e o território. Somam-se a essa concepção mais geral da atividade desempenhada, dois elementos centrais apropriados pelo sujeito por meio da relação com a filosofia institucional: incidência política e pesquisa e desenvolvimento metodológico.

*A gente entende a nossa intervenção sempre em dois eixos, um é a incidência política [...] a gente tenta visibilizar essas experiências, e aí a gente produz conteúdo sobre isso, isso também subsidia os processos de incidência política [...] um outro eixo que está ligado a pesquisa e desenvolvimento metodológico [...] a gente está sempre comprometido com a sistematização dessas ações, para que elas possam, em alguma medida, serem levadas para outros contextos, elas são disponibilizadas, e elas podem servir de apoio para a implementação em outros lugares, são também matrizes para poder pensar produção de material (Petra).*

Ao falar da atividade desempenhada, a entrevistada revela-se vinculada à diretriz institucional, assumindo-a como referência para sua atuação profissional e concepção de atividade. A perspectiva de incidência política está relacionada com a força realizada para pautar a política pública, a formação de professores e de agentes públicos. Petra entende que a sustentabilidade das ações está na possibilidade de tornarem-se políticas públicas e o outro eixo trata da visibilidade e divulgação das experiências. Essa sistematização permite arranjos, rearranjos, reflexões, partilha de experiências, bem como a possibilidade de ser realizado em outros contextos.

Ao pensar sobre os desafios e ganhos de atuar na função de gestora no campo das políticas educacionais, Petra fala da concretude da atuação, por um lado; e dos desafios, por outro. Afinal, no contexto real

*as limitações também vão ficando mais claras [...] bom, até aqui é onde uma organização como a nossa consegue ir, daqui para frente a gente precisa que isso vire uma política, que esteja no plano municipal de educação [...] não só ver a transformação é importante, mas também entender como atuar diante dela e quais são as limitações, isso é fundamental (Petra).*

A criação da política pública é um processo vital, pois traz a perspectiva universalizante e com a participação de diversos atores na execução, pois fora desse âmbito também existe êxito, porém a atuação é mais limitada. Outro aspecto importante na formação do psiquismo da entrevistada é o elemento da comunicação; apreendido ainda na graduação e apropriado com base na relação com o mundo ao redor e as pessoas com quem convive:

*A questão da comunicação, eu entendo que a formação em jornalismo ainda é uma grande ferramenta, isso permite que eu possa acessar esse universo, e em alguma medida utilizá-lo para pensar mobilização no território, para pensar como é que isso vira incidência em política pública, produção de conteúdo (Petra).*

O sentido de comunicação como um processo de incidência política, articulação e mobilização territorial tem matriz na necessidade de intervir e pensar a atuação no mundo. Essa ação nada tem de natural, é histórica. Duarte (2000a) considera que,

para compreender adequadamente a concepção vigotskiana sobre as relações entre o natural e o social é necessário levar em conta dois pontos dessa concepção. O primeiro é que Vigotski adotava o pressuposto marxista de que por meio do trabalho o ser humano vem, ao longo da história social, criando o mundo da cultura humana e que o mundo social não pode ser explicado como uma continuação direta das leis que regem os processos biológicos (DUARTE, 2000a, p. 196).

Dessa forma, Petra percebe o papel de gestora de projetos como sendo o de desenhar e implementar os programas, por meio da coordenação das equipes responsáveis, nas palavras da entrevistada: “faço essa tradução prática, então, como essas coisas viram projetos que se estruturam no tempo em um determinado contexto, aí faço esse acompanhamento da implementação” (Petra). Assim, reflete:

*E poder ver também como é que essas intervenções, a partir dos projetos, também são capazes de produzir algumas mudanças, acho que poder ver isso acontecer no processo de implementação, eu diria que é bem maravilhoso (Petra).*

*Conhecer de perto os desafios, mas é também poder participar em alguma medida, sendo uma pessoa que trabalha em uma Organização da Sociedade Civil, que opera nessa perspectiva*

*que a gente estava falando, para tentar, em alguma medida, endereçar esses desafios (Petra).*

O mundo para Petra é lugar de intervenção, de ação, enfim um espaço passível de transformação. Nesse aspecto Petra modifica o mundo e é, ao mesmo tempo, transformada por ele. Ela não assume de forma acrítica os desafios, compreende que esses devem ser assumidos pela sociedade como um todo, principalmente pelos órgãos responsáveis pelo planejamento e execução das políticas sociais.

Do ponto de vista de Thiago (nome fictício); 59 anos; solteiro; sem filhos; pardo; cisgênero; morador de um município da região metropolitana de São Paulo; formado em Serviço Social; ex-secretário municipal de Assistência Social; a graduação e o exercício real da atividade profissional forjaram um processo de identificação com o trabalho. Ao traçar a trajetória profissional Thiago explica que:

*[...] foi tudo por identidade mesmo, o curso eu me identifiquei, já tinha uma prática e foi aprofundando, foi bem legal (Thiago).*

*[...] fui trabalhar no projeto R. [...] depois disso eu trabalhei no C. [...] fui para a prefeitura de E., lá eu já era estagiário trabalhando no plantão social e saindo de E., eu fiquei um ano, e fui trabalhar no SENAI, onde eu fiquei por 20 anos como assistente social do SENAI [...] Aí eu fui para a prefeitura de D., onde eu fui convidado para ser secretário, até por conta dessa minha articulação com as famílias dos adolescentes, alunos, eu acabei me envolvendo com a política (Thiago).*

A bagagem profissional construída no campo é sempre enfatizada no discurso de Thiago, é até um ponto emocionado de sua fala, quando percebe nas oportunidades de trabalho o reconhecimento pela experiência profissional e produção na área. Para ele, muitas vezes não percebemos essa bagagem, como o próprio denomina, porém essa contribuiu muito nos diversos momentos profissionais e diferentes instituições. Assim, analisa:

*[...] por vezes não nos damos conta dessa bagagem que a gente adquire nessas experiências boas e ruins pelas quais a gente passa. De posicionamentos que você precisa ter, do seu compromisso profissional e eu sempre prezei isso. Eu sempre me vi muito do lado do trabalhador. Eu sempre me vi muito do lado daquilo que é certo, justo, direito, ético, tanto que eu passei por uma capacitação dentro do conselho regional de serviço social e hoje eu componho a comissão de instrução do conselho.*

*Esta comissão faz a apuração da ocorrência de falhas éticas (Thiago).*

A questão ética e compromisso profissional é uma premissa na formação em Serviço Social e, após o processo de formação continuada dentro do tema, Thiago, assume de maneira mais organizada no próprio universo psicológico esse princípio. Atualmente Thiago trabalha de forma terceirizada para empresas públicas ou privadas, oferecendo cursos para trabalhadores do SUAS e afins, como conselheiros tutelares, técnicos do CRAS e CREAS, etc. Avalia que:

*Nesse trabalho que eu estou agora na empresa, eu estou assumindo a responsabilidade técnica pelos projetos, tudo da área da assistência social. Estou trabalhando fazendo as capacitações, dando aulas, e ainda auxiliando nas vendas, venda técnica, porque vai vender um treinamento sem saber o que é, dentro da área da assistência social, tem que ser alguém que tem domínio. Então, eu tenho que ir lá para discutir com os profissionais esses recursos (Thiago).*

O processo de aprendizagem, bem como a relação entre as pessoas e com o mundo, não ocorre de forma direta. Eles são mediados pela linguagem, pela leitura de símbolos e signos, conceitos, cultura, atividade, planejamento, veículos de divulgação em massa, mídias sociais, entre outros instrumentos materiais e psicológicos.

Vigotski apresenta o termo mediação justamente para dar vazão à estrutura marxista da Psicologia Histórico-Cultural, portanto é o elemento responsável pela interação entre o sujeito e o mundo ao redor. Na produção social da vida, o ser humano domina e modifica a natureza intencionalmente, para servir aos próprios propósitos. Nessa seara o ser humano produz um sistema de signos e instrumentos que, ao serem apropriados, provocam transformações no comportamento e na consciência. Assim, “para Vigotski na melhor tradição de Marx e Engels, o mecanismo de mudança individual ao longo do desenvolvimento tem sua raiz na sociedade e na cultura” (COLE; SCRIBNER, 1978/1991, p.11).

A mediação permite ao ser humano apropriar-se da cultura material e dos instrumentos historicamente elaborados, proporcionando qualitativas revoluções no universo psicológico. Nesse sentido, a pessoa constrói as funções psicológicas

superiores, como memória, consciência, percepção, atenção, fala, pensamento, vontade, formação de conceitos e emoção. A mediação é a categoria central no processo de aprendizagem e desenvolvimento humano, é a base do desenvolvimento das funções psicológicas superiores (VIGOTSKI, 1978/1991). Existem, então,

duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, diferindo quanto à sua origem: de um lado, os processos elementares, que são de origem biológica; de outro, as funções psicológicas superiores, de origem sócio-cultural. A história do comportamento da criança nasce do entrelaçamento dessas duas linhas. A história do desenvolvimento das funções psicológicas superiores seria impossível sem um estudo de sua pré-história, de suas raízes biológicas, e de seu arranjo orgânico (VIGOTSKI, 1978/1991, p. 34).

Compreende-se o funcionamento e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como um processo oriundo da interação da pessoa com a outra e com o mundo, nesse sentido deixa de ser um aspecto natural para ser cultural. Nesse jogo o humano apropria-se das relações sociais transformando-as em funções psicológicas superiores, mediado pelo outro e pela cultura ao redor (VIGOTSKI, 1927/1995).

À luz da Psicologia Histórico-Cultural, cunhada por Vigotski, a concepção de sujeito e de atividade extraídas da análise da fala de Thiago não possui uma separação clara. Misturam-se e se complementam, revelando a íntima relação entre a formação da pessoa e da atividade humana. Nesse amálgama, um elemento surge na fala dele como motor do desenvolvimento humano e da atividade, a necessidade.

O estudo do psiquismo humano deve partir do desenvolvimento da atividade e das condições reais da vida, pois a atividade permeia todo o desenvolvimento humano. Sendo assim, Leontiev (1959/2004; 1969; 1978/2000; 1981/2010) lança luz a esse processo para estudar o desenvolvimento do psiquismo, seja na infância ou na vida adulta. Com esse modo de estudo baseado na análise do conteúdo da atividade em crianças, é possível compreender o papel da educação e do ambiente sociofamiliar, imbricados na atividade e nas formas de ser pensar e agir no mundo, caracterizando as formas mais elaboradas do psiquismo e da consciência. Ao longo de toda a vida, a atividade possui caráter objetivo e subjetivo, ou seja, realiza-se tanto de maneira externa quanto interna, com estruturas análogas e interconexas. Uma

influencia a outra, porém a atividade externa cooperativa mais capital, no caso o trabalho, é a gênese da consciência humana (LEONTIEV, 1978/2000; 1981/2010).

Para Leontiev (1981/2010), a atividade e a ação são dois processos distintos. Assim, por atividade, “designamos apenas aqueles processos que, realizando as relações do homem com o mundo, satisfazem uma necessidade especial correspondente a ele” (LEONTIEV, 1981/2010, p.68). A atividade é um todo complexo constituído de forma integrada, sendo algumas atividades fundamentais em determinado estágio do desenvolvimento, pois subsidiam o desenvolvimento subsequente. A ação, por outro lado, é um processo no qual o objetivo não coincide com o motivo.

Dito de forma mais detalhada, compreende-se por atividade “os processos psicologicamente caracterizados por aquilo a que o processo, como um todo, se dirige (seu objeto), coincidindo sempre com o objetivo que estimula o sujeito a executar esta atividade, isto é, o motivo” (LEONTIEV, 1981/2010, p.68).

A atividade surge para satisfazer uma necessidade, sendo o motivo o mobilizador desse esquema. A atividade dirige-se a um objeto, pelo qual o sujeito intenta satisfazer a própria necessidade. Desse modo, o encontro do ser humano com um objeto capaz de satisfazer-lhe as necessidades, pode mobilizar sentimentos e ações, fundando o motivo. A necessidade e a própria satisfação desta encontram base e resolução na realidade concreta, então, trata-se genuinamente de uma reprodução da realidade do sujeito (LEONTIEV, 1969).

Em se tratando da teoria da atividade, Leontiev (1981/2010) coloca que não só a leitura da realidade e atitude frente ao mundo lhe compõe, como também a emoção e os sentimentos. Esses aspectos psicológicos conferem as diferentes nuances de cada sujeito em atividade, afinal, depende de como cada gesto, ação, experiência é interpretada.

Thiago, por exemplo, ao abordar o público atendido pela Assistência Social e o trabalho em si, explana que:

*Para a Assistência Social boa parte dessas coisas já estão prontas, então: "o que eu tenho para oferecer é isso aqui", já mostra o que eu acho que você precisa, então vou te oferecer isso. Não! Qual é essa necessidade, o porquê dessa necessidade? O que você pretende com isso? Essa é a forma*



*de seguir. Então você dá caminhos, você dá alternativas para que a pessoa encontre aquilo que ela busca (Thiago).*

*[...] dentro dos serviços você tem a oportunidade de trabalhar essa autonomia para a pessoa entender qual é a sua necessidade, e se ela tem ou não condição de conquistar aquilo, você vai fazer as análises. Então, dentro daquilo que ela não pode conquistar, se você tem condição de auxiliar, você vai auxiliar [...] ter um diagnóstico daquilo que a pessoa de fato precisa para poder dizer: “as alternativas são essas” (Thiago).*

*O que eu falo para os conselheiros tutelares: “na prática de vocês, no cotidiano, vocês têm que explicar qual é o trabalho do conselho tutelar. Para mudar essa imagem negativa que o conselho tutelar tem, vocês precisam começar a explicar para as pessoas, você tem que explicar o motivo. Elas vão ter que entender o seu papel e a sociedade precisa entender esse papel, isso se dá através da informação (Thiago).*

Para ele a atividade profissional na área do Serviço Social está relacionada com a oferta de caminhos possíveis para o cidadão. Nesse momento é preciso identificar quais as necessidades do sujeito e os motivos dessas necessidades. Isso deve ser realizado juntamente com o sujeito, pois essa precisa entender como funciona a sociedade.

O ser humano realiza uma gama de atividades, mas na análise psicológica deve ater-se à chamada atividade principal. Essa comanda as transformações mais significativas do universo psicológico e dos traços da personalidade (LEONTIEV, 1981/2010).

Tomado pelos pressupostos de Engels, Leontiev (1959/2004), explica que o processo de hominização tem gênese na linguagem e também no trabalho. Esse último é a base de criação da sociedade, do ser humano e da consciência humana. O trabalho caracteriza-se por dois elementos: primeiro, a fabricação de instrumentos; segundo, a natureza comum e coletiva. Assim, conforme o segundo pressuposto o ser humano não só transforma a natureza e é transformado por ela (relação ser humano e mundo), mas também se relaciona com outros homens em uma determinada sociedade. “O trabalho é, portanto, desde a origem mediatizado simultaneamente pelo instrumento (em sentido lato) e pela sociedade” (LEONTIEV, 1959/2004, p.80).

Essa direção da formação do psiquismo humano trilhada por Vigotski e Leontiev pode explicar as percepções de Petra e de Thiago sobre o processo de constituição

do educador e do profissional do Serviço Social respectivamente; expressos nas seguintes falas:

*[...] eu vi casos já muito interessantes de professores que quando **entenderam a dimensão, a importância do território para dar aula**, para você ser professor você precisa do território, quando o cara entendeu isso, ele virou outro educador. **Ele reposicionou a atuação dele como professor [...] isso é muito bonito de presenciar e ver que não tem retorno, não é fácil chegar nesse lugar [...] demora** (Petra).*

*[...] a gente tem trabalhado com uma organização da sociedade civil que atende crianças e adolescentes, no turno complementar à escola [...] lá no Maranhão. **Então na hora que eles entenderam o papel deles, o papel do equipamento na vida das crianças, eles ocuparam assento no CMDCA.**[...] eles criaram o GT Intersectorial no município, eles começaram, eles reestruturam toda a oferta educativa deles, agora eles têm contato permanente com as famílias. **Quando a pandemia começou, os caras tinham, é isso, virou a chave.** (Petra).*

*Eu brinco, eu falo: “esse aí foi mordido pelo bichinho da educação integral” que **é quando você vê que a pessoa virou a chave** [...] aí **é igual ser alfabetizado, é igual andar de bicicleta, você não esquece, você não volta atrás** (Petra).*

Nos trechos citados a compreensão da potência do território nos processos de ensino aprendizagem e a própria atuação imbricada a vivência territorial provoca uma transformação tanto do educador quanto na atuação deste. Esse movimento não é imediato ou até mesmo simples, pelo contrário é longo, porém duradouro. O se reposicionar está intimamente relacionado com a mobilização dos agentes públicos na tentativa de ocupar espaços e criar outros para orientar a oferta dos sociais, no caso os educacionais. Essa mudança também é vista como necessária por Thiago para os profissionais que trabalham na área do Serviço Social. É uma mudança de concepção e de estratégias.

*[...] se você olhar além daquilo que costuma, olhar além do olhado: “Olha, você tem essa questão aí na sua frente, mas o que você pode atingir além? [...] Quais são as outras necessidades?”, e trabalhar isso, não ficar naquele atendimento imediatista, que às vezes o trabalho acaba te levando a isso. [...] se eu estou fazendo isso e isso, mas nada, nada, nada muda [...] Você primeiro tem que mudar, você tem que mudar seu olhar,*

*[...] pensar quais são seus objetivos, para você pensar em outras estratégias para atingir seu objetivo (Thiago).*

Nesse processo de constituição do sujeito, para Thiago, as ideias enraizadas na mente humana são postas em movimento a todo o momento. Dessa forma, quando o profissional tem concepções de vida e de atuação profissional discrepantes da questão da garantia de direitos, valendo-se de questões meramente pessoais, é preciso retomar o princípio da promoção dos direitos sociais. A visão de ser humano e mundo do sujeito vêm à tona na prática profissional.

*você trabalhar dentro da política de assistência social, ela ainda exige uma prática de fazer aquilo que eu fiz a não sei quantos anos atrás, que é dizer: "olha, é direito, tem que ser feito". Aí a gente se depara com muitas pessoas que, embora tenham passado por dificuldades, mas tem essa concepção que é pessoal, que é de vida, profissional [...] Ou é uma coisa ou não é, não dá para você: "agora, eu vou ser profissional", eu não consigo separar, dissociar tão friamente isso. Você é ser humano, você tem sentimentos, você tem as suas necessidades e profissionalmente você vai agir de acordo com a sua concepção de vida (Thiago).*

*Acho que a discussão sobre política pública, sobre direito, sobre política social no Brasil, a gente talvez tenha uma Constituição exemplar e referência, mas faltou alguma coisa nesse intervalo, sabe? De entendimento? Em que às vezes o agente operador de direito, ele acha que ele está ali porque ele é um benfeitor (Petra).*

*Essa organização que eu citei para você, quando eu cheguei lá pela primeira vez em 2018, a equipe [...] 30 pessoas, **acreditavam que aquele equipamento existia porque elas individualmente eram boas pessoas [...]** E aí como é que é **produzir o deslocamento [...]** eles é que tem que entender, que o que eles fazem ali é direito das crianças [...] **Parece muito simples, mas é ultrassofisticado. É um deslocamento de: isso aqui existe, e eu atuo aqui porque eu sou uma boa pessoa, porque a minha religião.** Eu ouvi isso... (Petra).*

*A gente precisou trabalhar com eles no sentido de cara, vocês estão aqui, e esse equipamento existe porque essas crianças e adolescentes têm direito a isso. **Não me interessa se você é uma boa pessoa. O direito vai continuar existindo. Você é um operador desse direito. Você é um agente que vai precisar garantir isso com qualidade. Não é fácil produzir esse deslocamento** (Petra).*

*[...] falando das limitações iniciais [...] A gente enfrenta isso [...] não dá tempo. Porque a gente está falando de operar de uma forma que é disruptiva, é diferente do que a nossa cultura tem fomentado historicamente, então leva tempo, as pessoas*

*precisam entender, depois elas precisam se convencer, **então elas precisam entender o papel delas naquilo, aí elas vão produzir esse deslocamento.** Com isso elas irão atuar de uma forma que considere o território, que tenha o sujeito ali no centro do processo. Mas isso toda vez que acontece, cai uma lágrima (Petra).*

A ação subsiste dentro da atividade, reside nela, contudo, o objetivo não coincide com o motivo. Muitos profissionais na Educação ou na Assistência Social utilizam como motivo para atuação questões pessoais ou religiosas, afastando-se do objetivo da atividade profissional.

Atividade e ação têm uma relação importantíssima, pois, ao substituir os motivos de uma ação (como por exemplo, religiosos ou pessoais) por novos motivos em uma perspectiva humano-genérica, pode-se gerar uma coincidência entre objetivo, objeto e motivos. Esse fenômeno psicológico engendra novas atividades e uma nova relação com o mundo (LEONTIEV, 1981/2010).

Para o religioso, leigo, ou ainda, alguns profissionais das áreas, o motivo da atuação consiste no fato de ser uma pessoa boa e caridosa, satisfazendo a necessidade pessoal de provar virtude, por isso atua na área da Educação ou Serviço Social.

A análise das falas dos entrevistados fornece pistas para geração de novos motivos, são eles: garantir direitos sociais para satisfazer a necessidade de contribuir na esfera social e a democratização. Essa máxima gera uma nova atividade, postura, concepção e atividade profissional na área da Educação e Assistência Social. “Como ocorre esta transformação de motivo? A questão pode ser respondida simplesmente: “É uma questão do resultado da ação ser mais significativo, em certas condições, que o motivo que realmente a induziu” (LEONTIEV, 1981/2010, p.70).

Para Thiago é preciso uma mudança de concepção, para Petra é necessário um reposicionar-se. Para que isso ocorra é preciso um deslocamento ultrassofisticado. Infere-se que ambos estão apontando, de alguma forma, para pelo menos duas categorias psicológicas, a consciência e os sentidos. Preliminarmente cabe dizer, que os sentidos, como a atividade, são estruturas da consciência. Sendo, essa última formada nas relações sociais e de produção, como aponta Marx (1845-46/2009). E, posteriormente Leontiev desenvolve o assunto explicando que,

A questão principal, entretanto, a ser indicada, não é o papel diretivo da consciência. O principal problema é entender a consciência enquanto um produto subjetivo, como uma forma transformada das relações, em sua natureza sociais, que são realizadas pela atividade do homem no mundo objetivo. Por mundo objetivo entende-se por mundo externo (LEONTIEV, 1978/2000, p.117, tradução nossa).<sup>69</sup>

A consciência já foi estudada como um estado interior, contudo, a gênese dos fenômenos psicológicos não está dentro de alguma célula viva ou em uma localização cerebral exata. A origem está na relação com o meio ao redor, na berlinda entre mundo externo e organismo. Embora a organização corporal tenha evoluído bem como os modos de existência, “os traços básicos desse reflexo [...] devem ser procurados não no interior do sistema nervoso, mas nas relações concernentes à realidade, estabelecida em estágios sucessivos de desenvolvimento histórico” (LURIA, 1981/201, p. 194).

A consciência possui uma semântica complexa, baseia-se em uma variedade de sistemas funcionais que se modificam ao longo da vida, diante do nível de vigília e da relação com os propósitos e objetivos imediatos do ser humano. Observa-se a consciência por meio dessa estrutura semântica (a palavra cresce na consciência e modifica essa estrutura e as relações), afinal o sentido é uma estrutura da consciência, sendo esta uma atitude frente ao mundo (LURIA, 1981/201; VIGOTSKI, 1925/2004).

O fisiológico e o psicológico possuem estreita ligação, denomina-se por funções psicofisiológicas as funções fisiológicas do ser humano capazes de interpretar o mundo, ou seja, a vida mediada pelos processos psicológicos na leitura da realidade, são essas: função sensorial, tônica, mnemônica, entre outras. Todavia a complexidade do ser reside não apenas na interdependência das funções, mas também, na essência de cada ser.

Todas estas funções constituem igualmente a base dos corresponde fenômenos subjetivos de consciência, isto é, sensações, experiências emocionais, fenômenos sensoriais e a

---

<sup>69</sup> No original: The main thing, however, is not that the active directing role of consciousness should be indicated. The main problem is to understand consciousness as a subjective product, as a transformed form of a manifestation of those relations, social in their nature, that are realized by the activity of man in an object world.

memória, que formam a “matéria subjetiva”, por assim dizer, a riqueza sensível, o policromismo e a plasticidade da representação do mundo na consciência humana (LEONTIEV, 1981/2010, p. 76).

A atividade é uma categoria fundamental para investigação do psiquismo, em especial, da consciência e dos sentidos. Os motivos engendram a atividade na busca da satisfação das necessidades, sendo a atividade significada e carregada de sentido. Esse último configura uma maneira particular do sujeito frente ao mundo e, ao mesmo tempo, constitui-se a partir da realidade social vigente.

Para entender os sentidos é preciso conhecer os motivos da atividade. Logo, a leitura do mundo está conectada com a atividade. A mesma atuação pode ser interpretada de maneiras distintas pelos envolvidos, pois está em sintonia com os motivos e, por consequência, com os sentidos (LEONTIEV, 1981/2010). A produção de novos sentidos da intersetorialidade perpassa pela geração de novos motivos e pela atividade capaz de lançar novos ângulos, conteúdos, memórias, relações sociais, atitudes. Desse modo, “os sentidos das palavras mudam também com o motivo. Por conseguinte, a explicação final está na motivação [...] (VIGOTSKI, 1925/2004, p. 185).

Na trama do significado e do sentido, o primeiro, enquanto unidade do pensamento e da linguagem, é uma generalização ou um conceito, ou seja, um fenômeno do discurso e também intelectual, por isso é a estrutura interna da operação do signo. O significado é uma zona mais estável que permite a comunicação entre os homens (VIGOTSKI, 1925/2004; 1934/2001).

No caso, o sentido é um fato psicológico em constante mudança. Abarca uma zona intimamente ligada aos eventos psicológicos, sociais e culturais, ou melhor, compreende a forma como o sujeito apropria-se dessas dimensões, além de ser externa e interna, pois forma-se na particular leitura do mundo social. Como diz Vigotski (1934/2001), na relação sentido e significado, existe a predominância do primeiro. O sentido é instável, dinâmico, com zonas variadas, sendo o significado uma das zonas do sentido.

O sentido da palavra, diz Paulhan, é um fenômeno complexo, móvel, que muda constantemente até certo ponto em conformidade com as consciências isoladas, para uma mesma consciência e segundo circunstâncias. Nestes termos, o sentido da palavra é inesgotável. A palavra só adquire sentido na frase,

e a própria frase só adquire sentido no contexto do parágrafo, o parágrafo no contexto do livro, o livro no contexto de toda obra de um autor. O sentido real de cada palavra, é determinado no fim das contas, por toda riqueza dos momentos existentes na consciência e relacionados àquilo que está expresso por uma determinada palavra (VIGOTSKI, 1934/2001, p. 466).

A apreensão dos sentidos requer, por vez, a utilização de instrumentos capazes de auxiliar o sujeito a acessar e expressar por meio da linguagem alguns pensamentos presentes nas zonas mais íntimas e fluidas do psiquismo. Nesse aspecto, a fruição artística, de maneira geral, pode ser de grande valia. Com base nessa proposição, um entrevistado neste estudo, produziu um diário de itinerância. Nele, pode escrever, desenhar, poetizar, entre outros, sobre os sentidos construídos a respeito da rede intersetorial da Assistência Social com a Educação Integral.

Fernando (nome fictício), 40 anos, casado, homoafetivo, branco, graduação em Arte, mora no interior de São Paulo, é funcionário público da Secretaria Municipal de Educação da cidade vizinha, onde exerceu vários cargos dentre eles, supervisor da Educação Integral e coordenador das equipes do Programa Mais Educação. Atualmente, solicitou afastamento das funções da Secretaria para dedicar-se à coordenação de um Projeto, promovido por uma OSC, relacionado à implantação de ações intersetoriais para garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Como Fernando possui uma estreita ligação com as linguagens artísticas devido à formação acadêmica, utiliza essa ferramenta no processo ensino aprendizagem com os alunos. As Artes Cênicas e contação de histórias são as principais formas de interação com as crianças e adolescentes e, sobretudo, uma maneira de expressar-se no mundo. Assim, Fernando produz o diário de itinerância de forma livre após ter contato com dois recursos de sensibilização, o recurso áudio visual Vida de Maria e a leitura do poema Vozes em Coletivo.

Fernando entende os recursos de sensibilização como uma provocação da entrevistadora e dá sentido a isso. Acredita ver aquilo que a entrevistadora quer mostrar. Contudo, Fernando, enxerga aquilo que lhe compõe, algo singular e ao mesmo tempo universal. Nesse desdobramento os sentidos são formados, na idiossincrática e histórica construção do ser social.

A primeira parte do diário de itinerância é composta por uma colagem e um texto. Nesse momento, Fernando, retrata um menino e uma menina dentro de um ciclo de

proteção social ou, como o próprio descreve, garantia de oportunidades. Fora dessa proposta de melhores oportunidades retrata as várias Marias. As oportunidades são denominadas pelas seguintes palavras: inclusão, liberdade, intelectual, saúde física, social, cultural, emocional, brincar, família – comunidade, igualdade nas diferenças e oportunidades. Essas palavras, na leitura crítico interpretativa dos desenhos e da fala do sujeito, são direitos sociais bem como aspectos do ser em desenvolvimento.

*[...] acho que a sua provocação com relação à importância da gente olhar para a criança considerando que cada setor que é responsável pela vida dela em sociedade, precisa tem uma proposta de melhores oportunidades. E, se essas propostas estiverem interligadas e, que cada setor possa dar as mãos para tentar garantir e fazer com que essas oportunidades cheguem nessas crianças, melhor será a perspectiva de vida dela e um futuro diferente para sua vida (Fernando).*

Fernando, ao explicar o desenho por meio do texto, ressalta o papel de cada política social setorial para o pleno desenvolvimento dessas crianças, especialmente a capacidade de interligação dessas. A questão da interligação das políticas é vista como um aspecto da intersetorialidade capaz de transformar realidades e criar novos destinos. O olhar de Fernando no processo de construção dos sentidos da intersetorialidade volta-se ao público da escola pública, pois são os que mais sofrem violações de direitos e com a reprodução social da violência, pobreza, criminalidade, assassinato, entre outros. Os sentidos da intersetorialidade começam a despontar na poética de dar as mãos para alcançar um objetivo.

Desse modo, dois elementos da fala do sujeito são aqui tratados como centrais: a reprodução social de um modelo e a necessidade de mudança. Assim, Fernando explica: “*Se a gente olhar para as nossas crianças da escola pública principalmente, a gente ainda vê muitas Marias com realidades parecidas [a do filme] e isso precisa ser mudado*”.

A visão de ser humano expressa por Fernando está intimamente ligada com um modelo de sociedade patriarcal, desigual e opressor, fortemente reproduzido ou em outra proposta capaz de garantir melhores oportunidades. Desse modo, essa necessidade de mudança clamada por Fernando, só é possível com a mudança radical do modelo de sociedade, inferindo diretamente na estrutura social.



Na segunda parte do diário de itinerância o sujeito apresenta um poema autoral intitulado “Quantas Vozes?”. O recurso de sensibilização exposto nessa seção compreende fragmentos de falas dos gestores da Política de Assistência Social e de Educação Integral durante a entrevista.

O poema de Fernando é uma ode à diversidade de sujeitos e instituições que ecoam histórias de luta por direitos no enfrentamento diário à opressão. Assim, identifica na própria fala as múltiplas necessidades da criança da escola pública e a união das “mãos” para atender as demandas dessa.

Identifica também nas demais vozes, as marcas da violência contra o negro; desigualdade social; patriarcado; pobreza; exclusão dos direitos dos LGBTQIA+; os impactos emocionais do afastamento da criança da escola em tempos de pandemia, sobretudo, pelas diferentes realidades da convivência familiar; a luta dos professores por valorização; o pedido de ajuda da Educação brasileira em prol do lugar de fala dos alunos; a fragilidade/importância da rede de apoio.

Nas últimas linhas Fernando aborda as vozes intersetoriais ressaltando o prefixo da palavra, *inter*, presente também em outras expressões, como aponta o trecho:

*Por fim, e nunca o fim, as vozes intersetoriais que interpelam, que intercalam, interferem, intervêm, inter, inter e intra... Muitas e todas as vozes precisam ecoar para o mundo entender que é preciso cuidar... Cuidar de si, do outro e do mundo que nos cerca.*

Segundo o dicionário *online* de português (DICIO, s.d) o prefixo *inter* significa entre uma coisa e outra. Ele é usado para expressar reciprocidade, simultaneidade e origina-se do latim *inter*, que significa entre. Fernando desvela o espaço presente entre dois elementos, um espaço que não separa e, sim, une. Um lugar entre ambos e também dentro e fora desses para o cuidado. Então, a intersetorialidade assume esse componente simbólico de ligação. Não se trata de um objeto pertencente a uma área ou outra e sim ao lugar comum entre os dois.

A formação dos sentidos conjuga diferentes aspectos do desenvolvimento humano, como a história de vida, formação profissional, atividade, modelo social, político e econômico hegemônico.

O ponto mais difícil aqui, é o significado levar uma vida dupla. Eles são produzidos pela sociedade e tem sua história no desenvolvimento da linguagem, no desenvolvimento das formas da consciência social; significados expressam o movimento do conhecimento humano e seus meios cognitivos bem como a representação ideológica da sociedade – religiosa, filosófica, política. Nisso, nas suas existências objetivas, estão subordinados às leis sócio-históricas e também à lógica interna de seu desenvolvimento [...] Outra faceta do movimento dos significados no sistema de consciência individual reside em suas subjetividades especiais, que é expressa na parcialidade que eles adquirem. Essa faceta, entretanto, é revelada somente na análise das relações internas que conectam significados com ainda outro “formador” da consciência – sentido pessoal (LEONTIEV, 1978/2000, p.131, tradução nossa)<sup>70</sup>.

Os significados ao serem transportados para a zona dos sentidos encartam novas relações e mecanismos psicológicos, entretanto, não perdem o caráter social, histórico e cultural.

Na esteira desse raciocínio, a análise da fala de Thiago e Petra é feita com base em categorias da Psicologia Histórico-Cultural, como atividade, necessidade, consciência, sentido e significados.

Dessa forma, pode-se inferir que, no desenvolvimento do psiquismo de Thiago, o motivo da atividade desempenhada por profissionais do Serviço Social, de maneira geral, reside em auxiliar pessoas dentro da perspectiva da garantia de direitos. Nesse caso, ele, satisfaz uma necessidade própria que é, conhecer a necessidade dos outros e, assim, traçar diagnósticos e alternativas. O motivo mobiliza o sujeito para satisfazer a necessidade pessoal. Thiago observa a complexidade do ser humano por meio das múltiplas necessidades do ser, como Saúde, Educação e Assistência Social e considera que para atender o sujeito de forma integral é preciso a interação das políticas.

Na história de vida de Thiago, após acumular experiência em diferentes cargos, uma nova necessidade e motivo surgiram. A necessidade era compartilhar o

---

<sup>70</sup> No original: The most difficult point here is that meanings lead a double life. They are produced by society and have their history in the development of language, in the development of forms of social consciousness; meanings express the movement of human knowledge and its cognitive means as well as an ideological representation of society - religious, philosophical, political. In this, their objective existence, they are subordinated to social - historical laws and also to the internal logic of their development [...] Another facet of the movement of meanings in the system of individual consciousness lies in their special subjectivity, which is expressed in the partiality that they acquire. This facet, however, is disclosed only in the analysis of internal relations that connect meanings with still another “former” of consciousness – personal sense.

conhecimento acumulado, pois tinha domínio sobre a área e, o motivo, é qualificar os profissionais da área. Assim, novos motivos e necessidades engendram uma nova atividade, a consultoria na área da Assistência Social. O sentido vai além da ideia de coincidir com o motivo, transcende o motivo, e para Thiago é o reconhecimento da experiência profissional construída e produzida.

A mesma tradição teórica da investigação da atividade, cabe na narrativa de Petra, que tem por necessidade agir e projetar ações no mundo na busca de mudança. Os motivos estão relacionados à possibilidade de inferir e até mesmo construir a política pública (eixo da diretriz institucional). Os motivos arraigados ao significado expostos pela instituição dão luz ao sentido pessoal marcado pela emoção: presenciar as transformações qualitativas da consciência, nas palavras de Petra, “um deslocamento ultrassofisticado”.

Quanto a Fernando, a atividade profissional na seara da Educação Integral satisfaz a necessidade de trabalhar na Educação por meio da Arte. O que move a atividade, o motivo, é a oferta de acesso à cultura e a diversidade dos processos de ensino e aprendizagem, especialmente as crianças da escola pública.

Por fim, os sentidos constituídos por Fernando sobre a rede intersetorial da Assistência Social com a Educação Integral estão carregados da multiplicidade dos ecos de socorro dos oprimidos na sociedade patriarcal, frente à necessidade de proteção. Para ele, as vozes do coletivo precisam ecoar nessa perspectiva de transformação e cuidado para com o outro e o mundo.

O papel do gestor, aliado à sua concepção de mundo, de ser humano e a atividade desempenhada são elementos basilares na formação dos sentidos e significados constituídos pelos gestores entrevistados a respeito das políticas intersetoriais. Essa formação de sentidos é impregnada pela necessidade de libertação de uma classe oprimida; ocupação de um lugar institucional de garantia de direitos enquanto gestor; mudança radical das bases patriarcais; conscientização dos profissionais das políticas públicas, entre outros determinantes que marcam a constituição dos sentidos da política setorial e intersetorial aqui identificados.

### 5.2.6. Sexto Núcleo de Significação - O paradoxo da política social no Brasil, a articulação territorial e a função dos gestores municipais, pois o diabo mora na implementação

Explicar como a intersectorialidade se desenvolve ou o porquê não se desenvolve, traz à tona outros elementos que estão diretamente ligados a ela. Nesse aspecto, as peculiaridades da política social brasileira, o papel dos gestores municipais e o desenvolvimento do território de maneira articulada, determinam a intersectorialidade, ao passo que são determinados por essa.

Diante do exposto, ressalta-se o potente papel da intersectorialidade, uma vez que não é possível pensar política pública sem transformar a realidade. Todos os elementos citados só podem ser apreendidos pela leitura social da realidade, assim, foram suscitados em um momento específico do desenvolvimento da intersectorialidade denominado implementação.

Então, esse núcleo revela a complexidade do cerne da intersectorialidade e, ainda, evidencia a implementação enquanto processo primordial da ação política no meio social, pois retoma as relações construídas socialmente na materialização da política social, em especial, intersectorial. Nessa análise são utilizadas a entrevista com o gestor da política de Assistência Social, Thiago; com a gestora da Educação Integral, Petra; e o caderno Gestão Intersectorial no Território – PME (BRASIL, 2009).

Fazem parte deste núcleo os seguintes indicadores: a) Thiago: **Intersectorialidade é trazer o funcionamento de todas essas políticas para resolver uma questão determinada**; b) Thiago: **Contradições da política social no Brasil: espaço político partidário e de reivindicação dos pobres por direitos**; c) **Petra: Desafios da política social no Brasil: garantir singularidade e coletividade**; d) Petra: **O que esse território entende como educação integral e vai produzir tem a ver com a configuração histórica, com os processos ligados à memória desse território, com os sujeitos que compõem aquele território: o território é o *locus* da articulação intersectorial**; e) **Petra: Porque intersectorialidade na elaboração é fundamental, mas é na implementação que mora o diabo: sobre a estratégia da construção de um projeto e agenda comum produzido pelo, para o, e com o território**; f) **PME: A intersectorialidade se materializa no cotidiano da gestão com a criação do consenso em torno de uma meta com a qual todos possam, em alguma medida, comprometer-se**; g) **Thiago: Se os gestores dessas políticas não**

**entenderem a imprescindibilidade dessa relação, dessa intersetorialidade, não vão funcionar, tem que ter a vontade política; h) Petra: Sem o envolvimento dos secretários ou das secretárias, os desafios são maiores.**

A princípio, a análise da fala dos entrevistados apresenta as tentativas de descrever a intersetorialidade. Ambos buscam definir o termo, utilizando palavras como articulação, troca, visão do coletivo, integração e diálogo, conforme transcrito a seguir:

***Eu entendo como essa troca, essa articulação, dos serviços, das especificidades de cada uma dessas políticas voltadas para o atendimento específico de uma determinada questão. Como que você vai trabalhar a intersetorialidade? Você tem pessoas que estão com as suas funções definidas, nas suas especificidades, você tem uma questão a ser resolvida, como eu falei antes, essa questão tem várias vertentes, então essa intersetorialidade é justamente você trazer esse funcionamento de todas essas políticas para resolver uma questão determinada (Thiago).***

***Se eu não tiver a visão do coletivo, do todo, com vista a um atendimento de qualidade, garantir esse atendimento de qualidade para a população, eu acho que, isso, qualquer trabalho fica fadado ao fracasso, isso é motivo sim para enterrar. Se eu não tenho, dentro dessa intersetorialidade, se eu não participo, se eu não me disponho, ou se eu não disponho dos recursos que estão ali, sob a minha responsabilidade, para fazer com que isso aconteça, eu prejudico o todo (Thiago).***

***Então tem algumas experiências interessantes, que é quando esse diálogo se instaura, entrando nessa coisa da intersetorialidade, que essas informações, que esse conhecimento produzido pelo, para o, e com o território, seja distribuído pelos agentes que estão responsáveis por implementar essas diferenças políticas (Petra).***

***[...] um pouco a defesa em termos de recurso que eu acho que a intersetorialidade ela também propicia é uma otimização desses recursos. Então trabalhar junto de novo, essa palavra gigante, ela não é uma abstração, não é um conceito, não é uma coisa que o A. inventou, e não é porque a gente é louco. Ela é concretamente uma forma inclusive para garantir uma gestão de recursos mais integrada, mais eficiente [...] (Petra).***

A intersetorialidade aparece inicialmente na seara da resolução de problemas específicos, pautada no diálogo e no esforço coletivo, e até mesmo, o compartilhamento de recursos. O diálogo e a troca marcam as relações não só entre

os operadores da política ou gestores, mas também entre os profissionais com os gestores, os cidadãos, o território e a própria equipe. Além disso, Petra também cita a articulação nas mais diferentes esferas de poder, como o Executivo, Legislativo e Judiciário. Embora os entrevistados iniciem as reflexões depositando na intersetorialidade um caráter focal, aos poucos passam a lhe atribuir um lugar mais transversal, como avalia Petra, “*não é uma abstração, ou um conceito bonito para a gente ficar divagando por aí. O diálogo intersetorial ele estrutura as políticas sociais*”. Sendo assim, a articulação intersetorial precisa ser vista

*como algo estruturante da política social. Então é entender que o diálogo intersetorial, ele não é um apêndice, ele não é algo a mais. Ele é estrutura para complementação das políticas. Deslocar essa noção de intersetorialidade para esse lugar da estrutura [...] porque eu ainda acho que a intersetorialidade é uma abstração na cabeça das pessoas (Petra).*

*A gente tem que ter uma articulação, isso está previsto na política, que instituiu a lei 13.431<sup>71</sup>*

*[...] Você junta aí todas as políticas, porque todas elas se relacionam, que diz respeito à criança e adolescente, você vai desde o promotor de justiça, o delegado de polícia, o judiciário, a educação, a saúde, assistência, enfim, todas as políticas que estão voltadas para o atendimento da criança e adolescente, tem que ter essa articulação. E se você não tem isso, fica manco, você não efetiva o atendimento que precisa ser feito (Thiago).*

O que significa dizer que a intersetorialidade estrutura as políticas sociais? A estrutura sustenta e dá corpo ao objeto, confere formato e envergadura ao corpo. A intersetorialidade precisa, portanto, ser a estrutura da política. Significa estar presente na formulação, implementação, acompanhamento, diretriz, mensuração e avaliação de toda política. Não é possível elaborar ou avaliar a atuação dos profissionais responsáveis seja pela formulação, execução ou supervisão da política social de maneira isolada. A ação só pode se realizar no diálogo e nas ações conjuntas da rede de proteção social.

---

<sup>71</sup> Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm)

Diante da temática da intersectorialidade os próprios entrevistados trouxeram de forma espontânea o exemplo do PBF. O programa é citado pelos entrevistadores justamente pela potência, entretanto, ainda possui lacunas e precisa avançar, como expõe as seguintes falas:

*Agora, com essa concepção de intersectorialidade, o que a gente vê hoje com o Programa Bolsa Família? Eu vejo pouca ação. Eu vejo pouca ação, coisa que poderia ser muito maior, ter uma articulação maior com os beneficiários do Bolsa Família, que é um público que está ali naquela situação de pobreza ou extrema pobreza, e você cria uma coisa para manter a pessoa naquela situação. Parece que é isso, sabe? Para não sair, para não se transformar, você vai continuar sendo esse dependente desses poucos recursos para você viver sua vida, e não reclamar (Thiago).*

*Porque estar na escola é fundamental, mas não é suficiente para o desenvolvimento dessa criança. Como é que a gente avança? Seriam assim, os passos dois, três, quatro e cinco de uma política como o Bolsa Família, tem outras do ponto de vista até da geração de renda que eu acho que tem um monte de pesquisas já, que o Bolsa Família pode virar crédito por exemplo para cooperativas, ou seja, uma política intersectorial que nasce, ela tem desdobramentos múltiplos, ela poderia ser aperfeiçoada permanentemente (Petra).*

Existe nas falas dos sujeitos uma crítica social. A existência da política é um passo, mas é preciso aperfeiçoá-la sob o risco de não proporcionar as mudanças almejadas. Ou pior, da política encaixar-se no mecanismo do *status quo*.

Descrever o fenômeno é preciso, mas, sobretudo, explicá-lo pode ampliar o conhecimento sobre o objeto. Sendo assim, as múltiplas determinações do fenômeno extraídas das falas do entrevistado e dos documentos utilizados apontam para os elementos descritos a seguir.

Primeiro, o caráter contraditório da política social brasileira. A função da política social é garantir acesso a direitos básicos, como Saúde, Educação, Assistência Social, moradia, cultura, etc. Assim, tenta enfrentar a desigualdade social e pode atender às reivindicações das classes mais pobres. Em contrapartida, a função guarda um contraponto que, para Thiago, está no *modus operandi* da política brasileira, a política partidária.

*Então, de que maneira a gente pode trabalhar dentro da política de assistência social? É garantir a essas pessoas, a esses grupos, a esses segmentos sociais, os direitos que elas têm, no*

*mínimo é orientar. Porque quando a população bate lá, bate o pé e diz: “eu quero”, elas conseguem. Essas pessoas são chatas? Não, ela está reivindicando um direito, e a maioria, infelizmente, os colegas técnicos, eles não têm essa visão (Thiago).*

*Normalmente as pastas dessas políticas públicas são divididas entre os grupos de apoio, então a educação vai ficar no governo, a saúde e a educação que é o carro chefe fica na mão do governo, o esporte vai para o PSDB que ajudou, a cultura vai ficar com o PR, e assim se divide. Então, o que acontece? Se você tem à frente da pasta uma pessoa que tem muita afinidade com o governo facilita de você trazer a infraestrutura para aquilo que é necessário para a política, para você fazer a gestão daquela política, quando não, você fica à míngua, a verdade é essa. Porque tem recursos que vêm, recurso carimbado, não pode usar em outra coisa [...] (Thiago).*

*[...] agora muita gente sendo desempregada, os CRAS estão abarrotados de cestas básicas porque tem que atender a população e ainda mais agora, ninguém vai deixar a população sem alimento, por duas razões, porque as pessoas precisam comer, e segundo que é ano eleitoral (Thiago).*

A política social como espaço de transformação do território sofre influência das negociações, pactos, divisões que visam o favorecimento de grupos de poder. Na trajetória profissional Thiago deixou o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social por não concordar e pactuar com esquemas escusos. Então, reflete: *“eu falei para mim isso é se prostituir, eu não vou entrar nessa questão política partidária, não é o que eu quero, não é o que eu acredito, então eu não fique!”*.

A viabilidade dos projetos e a articulação deles dependem da legenda do partido. Assim, perde-se de vista o sujeito e o território em prol do favoritismo político. Thiago fala desse aspecto com tristeza, sempre recuperando na memória acontecimentos vividos, como na seguinte fala: *“outra coisa que eu vejo é que falta muita essa competência técnica de pessoas que estão à frente desses serviços de coordenações, porque boa parte é indicação política”* (Thiago).

Além disso, a pobreza no Brasil gera votos (e lucro), embalados pela entrega de mínimos sociais como alimentação. Nas palavras de Thiago, *“o político se sobrepõe ao técnico”* (Thiago). Nessa fala, ele carrega o político de atributos negativos.

Não se pode deixar de analisar que, ainda na concepção, a política social inaugurada na Constituição Federal de 1988 e nos posteriores desdobramentos, como SUAS, SUS, ECA, pouco se assemelhou na realidade material a um Bem Estar Social



alargado. As concepções neoliberais pro mercado estavam presentes em todo globo e, no Brasil, traziam o Estado mínimo nos direitos sociais ainda em consolidação.

O Bem Estar Social no Brasil demanda lutas diárias e mudanças profundas na cultura e nas relações sociais, tendo as políticas sociais a função de elevar minimamente o poder aquisitivo das massas para entrarem na esfera do consumo. Embora a esfera econômica e o capitalismo globalizado exerçam uma pressão significativa, a política social, os conselhos de classe, os conselhos municipais, as câmaras dos diferentes níveis de governo, são arena viva, pois abrem a possibilidade de a massa trabalhadora exigir mudanças.

O paradoxo das políticas sociais brasileiras também não passa despercebido por Petra, sendo avaliado na grande quantidade de políticas versus a pouca articulação entre elas. Assim como, no desafio de construir políticas capazes de atender a todos e ao mesmo tempo determinados segmentos específicos da sociedade. Conforme analisa Petra:

*O Brasil tem uma quantidade enorme de política. O Brasil tem políticas que são exemplares, copiadas no mundo inteiro. Não sei se é por aí, sabe? Não sei se falta política. Falta a gente poder... A gente tem uma constituição que é referência no mundo, e a gente tem políticas sociais que são referência, eu acho que falta conversa entre elas (Petra).*

*Acho que a política social, talvez, um dos grandes desafios seja como é que a gente garanta uma certa singularidade também, porque a gente está o tempo inteiro olhando, ela tem uma dimensão coletiva, ela tem uma dimensão para atender a todos e todas, mas eu acho que ela precisa, não sei, grande parte das políticas no Brasil, no processo de garantir escala, elas acabam massificando, e aí essa dimensão mais subjetiva acaba se perdendo (Petra).*

*Eu acho que isso tem a ver também com a forma como tudo isso, em alguns casos, elas são pensadas e formuladas, então se elas forem formuladas de cima para baixo, a gente muito provavelmente vai perder o sujeito, para o qual essa política se destina. E aí eu acho que na perspectiva de uma construção de política participativa, a gente reinstaura a possibilidade de garantir, tanto a coletividade, a escala, mas também essa dimensão que é mais subjetiva, porque a gente está falando de pessoas (Petra).*

Dessa forma, desatar o nó que pende mais para construção de políticas de ampla escala que podem, em certa medida, não contemplar quem mais precisa é uma reflexão presente na fala de Petra. Para realizar essa tarefa, Petra recorre à construção de uma política participativa.

Um exemplo possível nessa dinâmica entre a escala e a subjetividade são as políticas afirmativas. No campo empresarial, por exemplo, são em sua maioria direcionada aos afrodescendentes ou direcionada às mulheres. O primeiro caso atinge os homens negros e no segundo as mulheres brancas, deixando a mulher negra em um limbo. A escala trata de atingir o maior número de pessoas dentro de um grupo, porém, não atinge todas. Algumas pessoas permanecem invisíveis nas ações políticas, como o exemplo das mulheres negras. Quando a mulher negra participa dos processos políticos pode tecer proposituras para abertura de espaço para esse coletivo, preconizando políticas afirmativas com corte de gênero e raça, visando alcançar especificamente a mulher negra<sup>72</sup>.

Todos esses aspectos (leis avançadas, porém pouca articulação e escala versus subjetividade) são aventados a partir do contexto brasileiro, marcado pela descontinuidade e ruptura dos ganhos, ou melhor, direitos sociais. O desafio e a luta são permanentes, afinal “o contexto brasileiro faz com que a gente lance a política intersectorial e passe o resto da vida tendo que batalhar para ela se manter. Porque o risco de ruptura é permanente. E como é que você avança?” (Petra).

Além disso, o financiamento destinado às políticas sociais não atende as demandas do município, estando abaixo do mínimo necessário. Sem dinheiro, o município não consegue atender a população e os profissionais nas esferas mais elementares. Como explicam Petra e Thiago:

*Você vê as políticas sociais existem, existem os direitos que são garantidos na constituição, nas políticas, mas que não são efetivadas. Não são efetivadas por uma série de razões, primeiro pela própria estrutura que muitos municípios têm de garantir esse direito, eu vejo assim, tomando como referência T., onde você vê mais de 20% da população em situação de pobreza ou de extrema pobreza, o quanto que têm de investimento, de recursos no município, com recursos próprios ou advindos dos outros governos, do Estado e do Federal, não são suficientes para garantir aquilo que a constituição diz [...] (Thiago).*

---

<sup>72</sup> C.f: MALPIGHI, V.C.S; BARREYRO, L. A. MARIGLIANO, R. X.; LEOPOLDO, K. Negritude feminina no Brasil: uma análise com foco na educação superior e nos quadros executivos empresariais. Revista de Psicologia Política, São Paulo, v. 20, n. 48, p. 325-338, ago. 2020.

*Assim, desde o teto de gastos, o município não tem dinheiro para fazer nada. As pessoas também acham que isso é uma abstração, que é um bando de louco, de esquerda comunista gritando contra, e não é verdade. Os municípios não têm dinheiro para fazer nada, nada. Eles mal e mal estão conseguindo implementar essas atividades fins das secretarias assim, e depois da pandemia vai ser terra arrasada (Petra).*

*Então a gente foi percebendo, a gente tinha muito mais convênio direto com o município [...] e isso tem muito a ver com essas políticas [teto de gastos] entendeu? Com essas rupturas na verdade de financiamento. Porque no fundo o município fica dependendo das estruturas de financiamento de grandes institutos e fundações, para poder, sei lá, ter formação continuada dos professores. Não é muito saudável, você pensar na política pública dependendo de outros atores para garantir o financiamento delas, entendeu? (Petra).*

Os direitos garantidos por lei estão nos documentos oficiais estudados, mas precisam de financiamento para gerar recursos humanos, estrutura física, formação continuada, concurso público, recursos materiais, entre outros. Tanto Petra quanto Thiago trazem na fala a carência financeira dos municípios frente às demandas dos equipamentos, profissionais e cidadãos. Investimento em política social no Brasil, seja na Educação ou na Assistência Social, sobrevive dos ínfimos recursos existentes e tenta se reanimar na fonte das parcerias público-privadas. Financiar política pública não é prioridade no Brasil. Outro aspecto a se destacar é a má gestão do dinheiro público. Isto, Thiago viu de perto:

*Ele foi me vender curso. Aí ele chega e fala para mim: "olha, aí tem a taxa administrativa, 10% desse valor", eu falei: "o que é taxa administrativa?", "não, o senhor sabe. Taxa administrativa, que fica para o senhor, 10%" eu falei: "nossa meu, você faz o seguinte, se você quiser ficar mesmo, participar, você me apresenta uma proposta com 10% abaixo do valor que você está me oferecendo e aí tudo bem, você participa, senão você pode ir embora e não voltar mais". Ele ficou: "o quê?", "eu não quero. Você está me oferecendo dinheiro para eu contratar você? O que é isso?" [...] infelizmente isso ainda continua. Eu sei que tem lugar, hoje, que não é mais 10%, é 40%, é uma coisa absurda. Se quiser entrar, se não quiser o outro entra (Thiago).*

Este crime contra a administração pública tem se alastrado pelos mecanismos políticos fazendo parte então da corrupta engrenagem do sistema.

O segundo elemento emergente na análise da fala dos sujeitos sobre a intersectorialidade é a articulação territorial. Esse elemento está fortemente presente, nas palavras de Petra: *“O território é o locus da articulação intersectorial, então, para Educação Integral, não existe uma instituição que vai dar conta desse desenvolvimento sozinha, você precisa dessa rede operando”* (Petra).

A sistemática da rede e a incompletude institucional se entrelaçam. No primeiro, tem-se a questão do trabalho conjunto na geração das ações interligadas da rede. O segundo, refere-se à necessidade de a instituição atuar com outras para atender os sujeitos; nenhuma instituição sozinha é capaz de atingir a complexidade humana. O território é um organismo vascularizado, por pessoas e instituições, e o diálogo alimenta essa articulação intersectorial.

*Esse diálogo no território, ele é difícil, ele é desafiador, ele não é fácil, as pessoas, os agentes, eles sempre acham que é mais trabalho, “é mais uma reunião” você fala: “não é assim”, não dá para você ser professor, ser diretor de escola, ser conselheiro tutelar, ser agente de saúde, se você não fizer parte dessa rede [...] Essa é a dimensão da importância da rede (Petra).*

*Mas a verdade é que a gente está falando de desenvolvimento humano. A gente está falando de desenvolvimento territorial, a gente está falando de questões que precisam estar em diálogo, precisam estar conectadas, porque senão não adianta nada você ter a melhor escola do mundo, em um território que não tem moradia (Petra).*

Fazer parte dessa rede é estar nesse constante diálogo com os outros profissionais. Não é um apêndice da profissão e sim a práxis da política social. O território e, ao mesmo tempo, o ser humano, se desenvolvem na integração. Dignidade humana se faz com acesso a um conjunto de direitos sociais ainda embrionários no Brasil como, alimentação, moradia, Saúde, Cultura, lazer, pleno emprego, Educação pública de qualidade. Conhecer as lacunas e as possibilidades do território é o primeiro passo para cobrar dos responsáveis ações, à medida que, *“se tivermos conhecimentos compartilhados sobre o território, poderemos produzir ações conjuntas, para endereçar os problemas desse território”* (Petra).

Quando levanta a temática do território, na grande maioria das vezes, Petra traz a relação com a Educação Integral ou com a intersectorialidade. Conforme analisa:

*O que esse território entende como educação integral e vai produzir como educação integral, é muito próprio dele, tem a ver com a configuração histórica, tem a ver com os processos ligados à memória desse território, tem a ver com os sujeitos que compõem aquele território, tem a ver com os modos de vida daquele território, que é absolutamente diferente de como educação integral, por exemplo, acontece em Maranguape [...] Porque os sujeitos que estão ali, o contexto de vida, os modos de ser, fazer, os modos de se expressar, são diferentes (Petra).*

O território tem memória e está em constante construção de novas possibilidades. Nesse cenário estão a escola e todos os equipamentos sociais, enquanto espaço de desenvolvimento humano e territorial. O território é marcado pela memória daqueles que lhe habitam, pois traz os modos de produção de vida e afeto daquele lugar. A cisão dos territórios é nítida no Brasil, com territórios pobres e outros ao lado mais ricos. Sem falar nas áreas mais afastadas dos grandes centros brasileiros, lar de ribeirinhos, indígenas quilombolas e sertão afora.

*Eu trabalho lá no fundão do Maranhão, no Pará, eu entro em lugares que não chega água ainda encanada. Mas chega escola, entendeu? Então a escola é muito estruturante da sociedade, ela é muito estruturante do território, mas alguma medida ela ainda acha que pode prescindir o território (Petra).*

*O agente da saúde, assistente social, conselheiro tutelar, sem o território, o trabalho desses agentes não acontece. A escola por um desvio, ela faz esse trabalho que está problemático, e não sou eu que estou dizendo, são os dados, ela acha e ela se desenvolveu de forma a acreditar que ela pode prescindir o território (Petra).*

A escola é uma verdadeira potência no território ao entrar nos mais diferentes contextos, dos mais nobres até os mais carentes.

O terceiro elemento necessário na explicação da intersetorialidade pelos entrevistados é a função dos gestores. Para além das entrevistas, essa análise utiliza ainda o Caderno Gestão Intersetorial no Território do PME (BRASIL, 2009) para complementar a discussão.

Em Inojosa (2001), a intersetorialidade compreende uma articulação de saberes e experiências no planejamento, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos de diferentes áreas e Políticas Sociais. Para a autora, a intersetorialidade propõe a articulação e complementação de políticas e saberes para um tratamento

integral aos problemas sociais, portanto uma visão mais abrangente, envolvendo diferentes contribuições. Nessa lógica, a intersectorialidade deve ser compreendida como um arranjo complementar, capaz de dar respostas às demandas que as políticas setoriais, em virtude de suas limitações, já não conseguem mais atender.

Dois elementos são necessários para formulação, realização e avaliação de políticas, programas, projetos intersectoriais: focalização, com base regional em segmentos da população e preocupação com resultados e impactos. Montar o quebra cabeça da intersectorialidade requer um esforço prévio, uma discussão para o trabalho a partir da perspectiva intersectorial com base nos seguintes elementos: mudança de paradigma; projeto político transformador; planejamento e avaliação participativos e com base regional; atuação em rede e compromisso social (INOJOSA, 2001).

A intersectorialidade perpassa pela descentralização política, especialmente na gestão municipal como uma “estratégia de gestão integrada para a abordagem dos problemas sociais [...] cabe principalmente aos gestores municipais o papel de operacionalizar o desenvolvimento de ações intersectoriais no âmbito da gestão das Políticas Sociais” (TEIXEIRA; PEREIRA, 2013, p. 121 e 122).

Os entrevistados não se referem à intersectorialidade como um conceito criado no mundo das ideias, pelo contrário, trazem à baila o contexto político, regional e as pessoas envolvidas na ação. Nesse cenário, o papel do gestor toma grande proporção na explicação do desenvolvimento da intersectorialidade, à medida que esse (in)viabiliza a articulação das políticas. Thiago enfatiza o papel do prefeito e Petra dos secretários municipais.

Quando estava no cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, Thiago desempenhou o papel de gestor de recursos, financeiros e humanos. Durante a gestão garantiu a equipe mínima com a abertura de concurso público; formação inicial; revisão e ampliação das parcerias público privadas. Além disso, foi possível realizar muitas ações conjuntas com outras Secretarias. Esta qualidade de atuação foi possível, segundo Thiago, por causa do apoio do prefeito. Ademais, o gestor municipal também apresentou a articulação entre as políticas como diretriz.

*Se os gestores dessas políticas não entenderem a relevância, a importância, a imprescindibilidade dessa relação, dessa intersectorialidade, não vão funcionar, tem que ter a vontade política. A vontade política de transformação, de mostrar resultado, mas mostrar o resultado para quem? Para a*

*população. Então eu vejo muitas vezes as ações voltadas para autopromoção, sabe? (Thiago).*

*[...] trabalhamos muito em conjunto, até porque existia uma diretriz do prefeito no sentido de fazer a articulação entre as políticas para não haver sobreposição de ações, para ter a troca de informações, porque o beneficiado com tudo isso é a população, é o munícipe. Diferente de outros que a gente viu, sabe como é, é briga [...] (Thiago).*

O prefeito aparece como o fiel da balança na condução das políticas sociais no município. Tal qual o secretário municipal, o prefeito administra o dinheiro e as pessoas. Nesse âmbito cabe a gestão do dinheiro público e das pessoas, as quais atuam com base na diretriz institucional. Analisa Thiago:

*O secretário de assistência não tem autonomia para muitas coisas, ele depende de outros secretários, e se a relação não for boa, não acontece, as coisas não saem, as coisas não andam. D. foi muito rico, em termos de parceria, de ações conjuntas, de sentar, de discutir caso, de desenvolver ações em conjunto, foi muito legal. Mas é relativo, depende mesmo do gestor municipal, qual é a diretriz que ele dá para o trabalho (Thiago).*

A diretriz institucional e a condução do prefeito, no ponto de vista de Thiago, influenciam no desenvolvimento de ações conjuntas. A relação entre os secretários é um fator apontado por Thiago e também por Petra.

***Primeiro, eu acho que o envolvimento de um secretário, uma secretária, faz muita diferença [...] porque é inegável, esse é o papel, é a atribuição do secretário [...] ele tem inclusive um papel político de coordenação das equipes [...] sem o envolvimento dos secretários ou das secretárias, os desafios são maiores (Petra).***

A intersetorialidade está ligada à gestão das equipes em trabalhos conjuntos e de maneira sinérgica. A articulação das equipes é, do ponto de vista de Petra, papel dos secretários municipais. Nesse sentido, pode-se, por equívoco, executar apenas a função da administração do dinheiro público, entretanto, o secretário a serviço das políticas sociais também coordena pessoas. Construir políticas intersetoriais sem o apoio e fomento dos secretários implica na superação de uma série de obstáculos. Ao passo que, quando os secretários se articulam e constroem projetos comuns, algumas fragmentações políticas são enfrentadas.

Talvez o aspecto mais relevante da função do gestor sejam as relações humanas, e isto é algo muito específico da formação social e política do Brasil. A qualidade da interação entre os secretários é descrita da seguinte forma pela entrevistada:

*A segunda coisa é sobre o relacionamento entre secretários e secretárias, o que eu vejo é que isso é muito brasileiro, obviamente, mas a dimensão política é uma dimensão que atravessa essas relações, e aí é super comum o secretário de educação não gostar do secretário de cultura, e aí não é possível implementar nada de convergência entre educação e cultura nos territórios, porque os secretários não se olham na cara, porque as secretarias muitas vezes são divisões entre partidos que compuseram campanhas e que vão direcionar maior ou menor apoio (Petra, grifos nossos).*

*Então a gente encontra de tudo, desde diálogos muito profícuos e muito interessantes, e trabalhos com sinergia, envolvimento, até secretários e secretárias que não conversam, não se olham na cara [...] nessas situações nem sempre essa falta de diálogo ela se reproduz no território, então tem um caminho que as vezes que é territorial. Dá trabalho [...] porque se esse cara fica sabendo, ele vai tentar também garantir que esses bloqueios aconteçam nas diferentes dimensões [...] (Petra).*

A diferença entre os gestores, que podem ser pessoais, político-partidárias, entre outras, se sobrepõe à atuação profissional e reduz a expectativa da formação de um coletivo. Secretarias de Cultura ou Assistência Social, além de sobreviverem com poucos recursos financeiros e humanos, esbarram na dificuldade de atuar de maneira conjunta. A política é conduzida por pessoas, então, é formulada no campo das relações entre os homens. Dessa forma, produzir consensos nessas relações é um aspecto necessário para a intersetorialidade, como demonstra o seguinte trecho extraído do Caderno Gestão Intersetorial no Território do PME:

A intersetorialidade se materializa no cotidiano da gestão à medida que consegue criar consenso em torno de uma meta com a qual todos possam, em alguma medida, comprometer-se. Esta é a primeira característica que podemos destacar numa estratégia de ação intersetorial (BRASIL, 2009).

A noção de ação intersetorial traz questões relevantes ao Programa MAIS EDUCAÇÃO, e as respostas coletivas que serão produzidas irão expressar o compromisso efetivo dos gestores públicos com sua responsabilidade de garantir o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens [...] À medida



que tais respostas forem portadoras de uma nova relação das políticas públicas às demandas de aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens – efetivamente mais participativas – o Programa MAIS EDUCAÇÃO estará, de fato, sendo protagonista de uma inovação na gestão educativa (BRASIL, 2009).

Quando a equipe técnica do PME se propôs a pensar e formular uma política educacional de caráter intersetorial a inovação da gestão e a produção de respostas coletivas fazia parte do todo, portanto era o método e também o resultado. A criação de consensos permeia todos os aspectos, método e resultado ou o novo modelo de gestão e resultados coletivos.

As estratégias elencadas na implementação da ação intersetorial acontecem no dia a dia do município, da região e do bairro. Acontecem no desvelar da política, estando essa implementação prenhe dos três elementos descritos anteriormente: contradição das políticas sociais, articulação territorial e função dos gestores. A implementação, enquanto processo de ação concreta, atravessa e é atravessada pelas relações sociais e econômicas brasileiras.

O Brasil possui um vasto arcabouço político legal. Algumas políticas de cunho intersetorial têm ganhado espaço na jurisprudência, porém, não basta ter a intersetorialidade nos parágrafos da lei. Sobre isso, Petra adverte:

*[...] tem várias políticas que no nível da elaboração, elas acabam até conseguindo ser intersetoriais [...] Você lê a letra da lei, e ela é intersetorial. Agora se ela vai ser intersetorial mesmo, eu acho que você só consegue ver na implementação. **Porque a intersetorialidade na elaboração é fundamental, mas é na implementação que mora o diabo** (Petra, grifos nossos).*

Segundo o dicionário *on line* (DICIO, s.d) de português a palavra diabo é usada “como realce expressivo, para insinuar certa impaciência, contrariedade, surpresa”. Ainda sobre a definição mais generalizada do termo, o dicionário Michaelis (MICHAELIS, 2015), encontra-se a seguinte definição: “usado como intensificador, em geral de sentido afetivo, remete à ideia de confusão, excesso, sagacidade, desagrado”.

Dessa forma, mas, por que a implementação da política no Brasil parece ser um processo tão árduo? O que encontramos na implementação da política? Encontramos

o preconceito, racismo, discriminação, machismo, fatalismo, negacionismo, todo um conjunto de barreiras construídas socialmente para implementar uma política que avançará a pequenos passos. Elas são barreiras mais que institucionais, são em gênese sociais, barreiras da visão de mundo e da sociedade, postas nas relações sociais estabelecidas. Logo, são os homens que constroem as relações políticas, raciais, profissionais, econômicas, etc., dentro de um momento histórico específico, na implementação a rede intersetorial personifica as relações sociais.

Não se trata de algo exterior ao ser humano ou tão pouco interno, as barreiras estruturais. Trata-se, ao mesmo tempo, de exterior e interior, pois a subjetividade humana se dá nessa apropriação particular do mundo externo. Lida-se, na implementação, com a crença das pessoas, as formas de ver o mundo, a formação da consciência e, segundo Petra, é onde mora o diabo, ou seja, a contradição, a confusão, a discordância, as visões de mundo diferentes.

Discutir a implementação, com base na Psicologia Histórico-Cultural, é enfatizar processos de reflexão críticas embasados na proposta de transformação da realidade. Sendo assim, a implementação é um processo fundamental pelo qual pode-se avançar na garantia dos direitos sociais, enfrentamento da injustiça social e desigualdade social. Esse é o movimento. No horizonte estão a proteção integral sob o prisma da complexidade da vida em sociedade:

*[...] talvez se a gente pudesse ter uma compreensão compartilhada e coletivizada sobre quem são esses sujeitos, entender que eles são os mesmos sujeitos, a gente talvez pudesse, assim, eu diria que esse é o primeiro entrave, se a gente não tiver acordo nisso, nada vai sair (Petra).*

*[...] acho que tem a ver com essa compreensão de que os sujeitos dessas, destinatários dessas políticas sociais é o mesmo [...] parece pueril, parece nossa, que saída simples, etc., mas não sei, no meu cotidiano eu ainda percebo que isso é sofisticado, a gente se especializou muito, a gente trabalha em caixinhas, e parece que o João que vai na UBS é diferente do João que vai na escola, sabe? (Petra).*

A lógica cartesiana da fragmentação está presente no modelo do Estado, no território, na implementação da política social, na atuação do profissional e no cotidiano do cidadão. Essa especialização excessiva obstrui a visão mais abrangente do atendimento das necessidades do ser humano. A cisão da política também

promove a cisão do próprio sujeito, nas palavras de Petra: [...] *é o mesmo João, não dá para continuar esquartejando o João, para implementar política pública [...] a gente fica o tempo inteiro criando, esquartejando o sujeito para poder implementar as políticas, eu acho que essa falta de compreensão precisaria ser superada* (Petra).

Conclui-se que, a multiplicidade de elementos imbricados no desenvolvimento da intersectorialidade pode ser apreendida no processo de implementação da política intersectorial. Essa fase guarda as relações humanas constituídas social e historicamente. A implementação desvela as contradições da política social de matriz neoliberal com características político partidárias, reclama o território (fragmentado) como lugar de articulação intersectorial e, por fim, desnuda o fazer político dos secretários municipais na gestão de pessoas e recursos. Com isso a implementação constitui um lugar em pleno movimento e passível de transformações.

#### **5.2.7. Sétimo núcleo de significação - A intencionalidade educativa**

Este núcleo apresenta as considerações dos gestores sobre a política de Assistência Social e de Educação Integral e, também, sobre o PME/PNME e SCFV. Quando os gestores abordam essas temáticas de maneira isolada ou interligada pelo menos dois aspectos emergem, a formação continuada e a intencionalidade educativa.

Ambos são discutidos a partir dos objetivos do SCFV e da potência da articulação do Serviço com a Educação Integral. A construção de um projeto político pedagógico pode ser realizada no diálogo entre Assistência Social, Educação, Cultura, entre outras, tendo por base um projeto político de sociedade.

Dessa forma, são utilizadas na composição deste núcleo as entrevistas com os gestores da Assistência Social, Thiago, e da Educação Integral, Petra. Assim, fazem parte os seguintes indicadores: a) Thiago: Política de Assistência Social: direito ou moeda de troca?; b) Thiago: Mais Educação: não ficava só naquela situação de preenchimento do tempo ocioso, tinha uma proposta e planejamento conjunto; c) Thiago: O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um trabalho riquíssimo, fazendo essa ponte com o Mais Educação; d) Thiago: Muitos serviços acabam sofrendo essa falta de capacitação; e) Petra: Faltou estruturar uma parte da política do SCFV: a qualidade dos serviços não nasce do ovo da galinha chocado, nasce de processos estruturados, formação continuada é um deles; f) Petra: A

potência da Educação Integral na resolução da fragmentação: Educação enquanto direito para o desenvolvimento integral e territorial; g) Petra: Uma política indutora: em alguns territórios o Comitê Territorial, estratégia que o Mais Educação criava, ainda existe, não tem mais o programa, mas fez sentido para aquele território continuar integrado nessa perspectiva do diálogo; h) Petra: A tríade do Bairro Escola é a rede de proteção, a escola e o território: onde a gente vai a gente carrega esse tripé.

Thiago verbaliza sobre a perspectiva da Assistência Social e Petra da Educação Integral. Mesmo partindo de campos diferentes, a fala dos entrevistados indica que, na linha do tempo, as políticas sociais tentam construir novos paradigmas, contudo, outros desafios aparecem.

A Assistência Social, por exemplo, desde a concepção luta para romper preceitos assistencialistas e efetivar-se enquanto direito. Esse capítulo foi garantido por lei, porém, na contemporaneidade, o direito social virou moeda política, como pontua Thiago: *“fiz uma proposta de alteração da lei municipal de T., porque ela está desatualizada [...] Os benefícios eventuais estão dentro da política de assistência social, por exemplo, a gratuidade no sepultamento, é moeda política, no T. é moeda política [...]”*.

Thiago explica que alguns benefícios deixam de ser direito para entrar na lista de troca de favores entre os próprios políticos ou entre eles e os munícipes. Constitui-se uma espécie de mercado paralelo, onde se oferece benefícios em troca de votos, governabilidade, aprovação de projetos, entre outros.

*São poucos os que ainda vão com essa ideia de direito [...] Elas veem ainda meio na troca de favores, se eu consigo através de um vereador, "não, foi o vereador que conseguiu", não você pode vir aqui sem vereador porque isso é um direito seu. Quantas e quantas vezes a gente desfez toda aquela ladainha que o assessor do vereador faz para dizer que ele que conseguiu aquele bem, não é direito seu [...] (Thiago).*

Nesse sentido, todos, munícipes, técnicos, gestores, devem se apropriar das mudanças políticas e Thiago enfatiza a busca de conhecimento técnico e territorial pelos profissionais do PAIF:

*Trabalhar hoje dentro da política de assistente social é isso, primeiro precisa dar uma boa sacudida no povo que está na assistência, os profissionais que estão na assistência, para que o pessoal entenda qual é o seu papel de verdade, que se*

*atualize, que procure ficar antenado com relação às mudanças que tiveram, que se apropriem do que diz as legislações, para não ficar no achismo que ainda está difícil.*

*Qual é o CRAS que está realizando o PAIF em T.? O pessoal não sai. O pessoal não conhece o território. Os técnicos não conhecem o território. Eu fiz uma reunião, que eu fiquei um tempo na proteção social básica, em uma reunião de coordenadores eu vomitei um monte de coisas, sabe? Falei mesmo, nem o coordenador conhece o território. Como é que um CRAS, que é um equipamento que deveria ser a primeira referência dessa população, não conhece o território, não sabe o nome da rua do lado. Espera aí, gente. Não sabe quais são os recursos socioassistenciais que têm no território, que você pode fazer o encaminhamento do munícipe ali.*

O território é central tanto na Assistência Social quanto na Educação Integral e dentro da perspectiva apresentada por Petra, “não dá para pensar educação integral sem pensar territórios, ele é estruturante. Inclusive a gente tem uma proposta de elaboração curricular para as redes, que ela faz parte do território. Digo, o território é central, inclusive, para pensar no currículo da escola”.

A perspectiva da Educação Integral enunciada por Petra também tem o viés da superação de um paradigma ou desafios. Se na Assistência Social era a questão da bem-estar e da moeda de troca, na Educação Integral é a desmistificação da oferta para pobres e o desenvolvimento integral do ser enquanto base no direito social, como explica Petra:

*[...] tem uma discussão sobre a educação integral mais histórica assim, que tinha a ver com associar educação integral a sujeitos em situação de vulnerabilidade social, por exemplo. Mas, a gente caminha para algo que é mais amplo, inclusive, do que isso. Assim, pensar educação integral como um direito, no caso do meu trabalho, eu posso dizer assim, um direito das crianças, dos adolescentes e dos jovens brasileiros.*

*[...] lembra que eu te falei que tem uma visão de educação integral, que tem a ver só com crianças em situação de vulnerabilidade? Teve uma visão histórica de educação integral que tem a ver com isso, a gente vai colocar o menino em algum lugar para tirar o menino da rua, e não é isso que a gente defende como educação integral, porque essa ideia de educação integral que ocupa, coloca esse moleque em algum lugar, porque na rua ele vai virar um [...] é uma ideia extremamente preconceituosa, e no caso do Brasil é uma ideia racista.*

Para Petra não se trata apenas de ampliar o horário ou retirar a criança da rua. Parte-se da premissa da garantia de direitos para uma Educação com conteúdos integrados e pedagogicamente planejados para o desenvolvimento integral do ser. A Educação Integral,

*[...] não separa cuidar, educar, ela não separa cultura de educação, ela não separa a produção social do que a escola vai fazer, digo, ela tenta lançar um olhar integrador para tudo isso, porque ela está preocupada com o desenvolvimento integral desse sujeito. Então ela olha para o sujeito, e ela entende que o sujeito tem uma dimensão que é intelectual, que ele tem uma dimensão que é social, ele tem uma dimensão que é física, ele tem uma dimensão que é cultural, então assim, tem lugar para todo mundo nesse desafio aqui que é garantir uma vida plena para esse sujeito.*

*Então aquele que vai para a escola é o mesmo que passou aqui pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que é o mesmo que foi atendido pelo conselho tutelar [...] vai precisar ser cuidado, ele passou pela UBS [...] A educação integral ajuda a garantir esse olhar integrador para a vida dessas crianças e desses adolescentes, no território. E ela vai forçar esses agentes, e forçar, porque, desculpe, não tem outra palavra, mas, assim, ela vai pressionar os agentes a trabalhar em uma perspectiva integradora.*

Assim, a Educação Integral está a serviço da articulação e contra a fragmentação, pelo contrário baseia-se em uma visão integradora do humano e dos equipamentos. Acentua as convergências das áreas de conhecimento e desvela o trânsito dos sujeitos pelos equipamentos do território, ou seja, está muito além da simples ampliação da jornada escolar. Um projeto pioneiro e inspirador da perspectiva integral trabalhada por Petra foi o Bairro Escola, sendo que

*[...] a tríade do Bairro Escola, é a rede de proteção, é a escola, e é o território, isso também nos deu pistas de como a gente poderia organizar a produção de conhecimento e as intervenções do A. como instituição. Então hoje tudo isso está expresso nos nossos projetos, depende de como e quais são os projetos, mas não adianta, onde a gente vai a gente carrega esse tripé.*

Esta tríade pode alimentar a organização dos equipamentos no território. Seja qual for a natureza do projeto, conhecer e redimensionar o território e os equipamentos faz parte do planejamento. Os programas e projetos existentes no território realizam uma função, nesse sentido Thiago e Petra, cada um a partir da própria área de

conhecimento, discorre sobre o PME/PNME e o SCFV. Ao que tange o PME, Thiago relembra:

*Eu achava interessante justamente por isso, porque não ficava só naquela situação de preenchimento do tempo ocioso que a criança tem depois do ensino regular. Não. Ele tinha uma proposta, tinha um planejamento, que ia além de tudo isso. Não é brincar, o quê que tem no brincar? O brincar tem isso, isso e isso, bom, enfim. (Thiago).*

*[...] no Mais Educação as coisas eram trabalhadas dessa forma, participava do planejamento das ações, então quando tinha alguma atividade pontual, onde, por exemplo, envolvia a participação da família, um evento, estava ali o serviço social, junto, participando com proposta, o que poderia ser apurado, e assim como as outras políticas (Thiago).*

O fazer conjunto com a Educação por meio do planejamento e da construção dos objetivos de cada atividade são elementos emergentes na fala e na memória de Thiago. Para ele, o PME tinha uma proposta e também abria espaço para a materialização conjunta dos projetos das outras políticas. A integração também é citada por Petra:

*O Mais Educação [...] tinha essa perspectiva da integralidade. A gente, no A., entende que ele foi mais uma política indutora, ele nunca chegou a ser a política de educação integral. Ele foi o meio do caminho, que tentava olhar para as outras linguagens que não tinham sido incorporadas pela escola, que olhava para a escola como esse equipamento que está no território, que precisa trabalhar em rede com os outros serviços, com as outras políticas, com a comunidade, ele olhava para o território nesse lugar: “Bom, esse território também tem saberes”, e ele tentava, a partir desse meio caminho andado, começar trazer isso para dentro da escola, começar levar a escola um pouco mais para fora, porque a escola é um equipamento muito endogâmico. Assim, ele é muito ensimesmado.*

*[...] a gente entende que é isso, não chegou a 60 mil escolas brasileiras, é uma experiência bem robusta [PNME], porque a escala, no Brasil, é sempre uma questão para a política pública, mas a verdade é que ele é interrompido nessa perspectiva, antes dele se completar como uma política, de fato.*

Além disso, Petra traz uma reflexão crítica a respeito do fim do programa. “*Está bom. Ele [PNME] já estava bem mortinho, vai. Porque as últimas coisas que eu vi sendo implementadas nos territórios eram bem esquisitas. Era reforço escolar de português, matemática, acho que depois entrou ciências, se eu não me engano*”.

Apesar de reconhecer as potencialidades do PME, Petra, também enxerga o desmonte do projeto por meio das mudanças de concepções e falta de financiamento, como explica: “O valor da remuneração dos oficineiros [PNME], que eram para ser agentes da comunidade, era absurdo de baixo. Era assim, a política foi totalmente desidratada, o programa” (Petra).

Não obstante, para alguns municípios, o PME produziu aprendizagens e um legado para além do funcionamento do programa. Como o caso dos Comitês territoriais criados pelo programa e que ainda persistem em certos municípios. A experiência trouxe tantos benefícios e encontrou mecanismos para manter-se forte e funcionando mesmo com o encerramento do programa. Sobre isso, Petra traz a seguinte fala de maneira emocionada:

*Em alguns territórios em que ele foi muito forte, é lindo, você vai hoje e o comitê territorial, que era uma das estratégias que o Mais Educação criava, existe ainda, não tem mais a política, não tem mais o programa, não tem mais nada, mas o comitê está lá, porque fez sentido para aquele território continuar integrado, continuar se encontrando, continuar pensando desenvolvendo integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, nessa perspectiva do diálogo. Isso é interessante.*

Quando o diálogo intersetorial se instala e produz sentido para as pessoas com base no desenvolvimento humano e territorial, outros caminhos começam a ser construídos. Esse processo viabiliza a atuação dos municípios nas demandas do território e da população, sendo um elemento presente no processo de emancipação humana.

A apropriação dos equipamentos sociais e a transformação desses espaços pelas massas populares para o exercício do pensamento crítico pode ser realizado pela rede de proteção social. Assim, Petra e Thiago pensam e discorrem sobre o ser humano e a relação dele nos espaços de proteção social, como a escola ou o SCFV.

Os entrevistados ratificam a contribuição do SCFV para comunidade, pois pode trabalhar questões fundamentais como relações familiares, drogadição, projeto de vida, política e sociedade, entre outros. Além disso, a formulação do SCFV, objetivos e atividades propostas estão muito relacionados com os direitos elencados no ECA. Embora os entrevistados apresentem grande entusiasmo ao abordarem o SCFV, apresentam também muita insatisfação e frustração.



*E aí a gente opera nessa lógica, tira o menino da rua, porque na rua está o tráfico, entendeu? E não na lógica do ele tem direito a uma interação qualificada que apoia o desenvolvimento integral dele, daí ele vai em uma escola que não está garantindo aprendizagem, ele vai para um serviço de fortalecimento de vínculos que também não promovem interações qualificadas [...] (Petra).*

Por um lado, o SCFV possibilita o acesso daquela criança, adolescente e família às políticas básicas necessárias; pois as atividades propostas e temáticas desenvolvidas auxiliam nesse processo de conhecimento da realidade e das necessidades dos participantes. Por outro, apesar de ter objetivos e eixos descritos desde a formulação, sofre um esvaziamento da concepção educativa, falta de formação continuada e carência de monitoramento/supervisão. Sobre o primeiro aspecto os entrevistadores explicam:

*[...] qual é o objetivo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos? Ele é um serviço complementar ao PAIF. Se o PAIF não é feito, qual é o sentido do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos? É a ocupação do tempo fora do contraturno escolar? Então precisa se pensar qual é o objetivo dentro da política de assistência social, e é isso que eu vejo (Thiago).*

*E aí você pergunta: “Para que você está fazendo isso com essa criança?” “Eu estou fazendo isso porque isso é parte do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos”, ótimo, mas para que você está fazendo isso com a criança? Vou perguntar três vezes. Quantas vezes for preciso. Onde você quer chegar com isso, com a criança? (Petra).*

*Então, o que eu tenho visto, eu tenho encontrado essa narrativa cada vez mais, é muito típica de profissionais da assistência, e aí gera uma resistência em debater. Por exemplo, a intencionalidade educativa da prática que ele está desenvolvendo (Petra).*

O cerne da atividade e do próprio SCFV precisa ser resgatado ou constituído com base na Educação para o desenvolvimento integral da pessoa. Nesse cenário, é preciso entender o propósito da atividade e as implicações na subjetividade e na vida em sociedade. Convoca-se então, para demarcar a intencionalidade educativa da prática no SCFV, a construção de um projeto político pedagógico escrito pela

comunidade, considerando a atuação da Cultura, Educação, Saúde, Esporte, entre outros. Como analisa Petra:

*[...] a gente tem trabalhado com várias organizações no Brasil, da sociedade civil não escolares, no desenvolvimento de projeto político pedagógico, e é uma defesa, **é uma afirmação política, que esse tipo de organização que realiza um atendimento direto de crianças e adolescentes, têm que, assim como as escolas, constituir um projeto político pedagógico de forma participativa, pactuado com a comunidade, e a luz da educação integral** (Petra, grifos nossos).*

*[...] vai ter PPP [projeto político pedagógico] no Brasil inteiro. **Vamos fazer chuva de PPP!** Por que o que acontece? Tem a ver com reorientar essa oferta educativa da organização do serviço, enfim, depende, pode ser o que for, a luz da educação integral, **e aí os fundamentos da educação integral são fundamentais, então quem está no centro do processo? É a criança, o adolescente e o jovem** (Petra, grifos nossos).*

Retomar desde a concepção e planejamento é uma saída apontada pelos entrevistados. Um recomeço marcado pela intersecção de áreas e participação da comunidade. O papel da Cultura é posto em destaque por Petra tanto pela contribuição da área na formação do ser humano quanto pelo descaso com a política de Cultura.

A formação continuada aparece no discurso dos entrevistados como princípio básico para desenvolver a qualidade do Serviço oferecido à população. Além disso, é um aspecto fortemente ignorado na estruturação e implementação do SCFV, entre outros serviços da Assistência Social ou ligados a ela:

*[...] eu já ia sugerir [...] um programa de educação continuada para os agentes que implementam os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo. Para mim não é um problema que sejam pessoas da comunidade, que queiram... Parte do terceiro setor inclusive, nasceu disso assim, tem a ver com serem lideranças, tem a ver com serem educadores sociais, mas cara, a política precisa prever educação continuada, porque senão a gente vai continuar fornecendo interações que são pobres para essas crianças (Petra).*

*[...] qualidade do serviço precisa ser pautada, e aí a gente precisa garantir condições para que a qualidade... **A qualidade não nasce do ovo da galinha chocado. Ela nasce de processos estruturados, formação continuada é um deles** (Petra).*

*[...] me parece que faltou estruturar uma parte da política. **Faltou estruturar uma parte que é fundamental que diz da qualidade da implementação dela, entendeu?** Na letra da lei está lindo, eu estou olhando aqui, tem a ver com eles se entenderem na vida pública, como sujeito de direitos e deveres, isso aqui é o ECA assim, materializado (Petra).*

*Primeiro damismo, ele acaba com isso, falta um referencial técnico, uma orientação. Não tem nem uma assessoria técnica para dizer o que precisa ser feito. Então é o que muitos serviços acabam sofrendo, essa falta de capacitação (Thiago).*

A elaboração desse núcleo suscita a seguinte pergunta: será necessário a formação continuada em uma política tão impregnada pelo partidarismo político? Para respondê-la é preciso rever a discussão sobre formação continuada. Sendo assim, é indispensável entender a intenção primordial da formação continuada.

A primeira condição para que um ser pudesse exercer um ato comprometido era sua capacidade de atuar e refletir. É exatamente esta capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser de práxis (FREIRE, 1979, p. 17).

A formação continuada, tal qual proposta por esta análise, pode instar a formação de consciência. Assim, volta-se à intencionalidade e, sobretudo, à afirmação política. Descortina-se um sujeito ativamente político, seja o operador da política, seja o munícipe. Nesse ponto específico, a formação continuada pode ser revista, pois as políticas sociais derivam de um lugar determinado, o Estado de modelo administrativo Gerencial, portanto, as políticas sociais cumprem uma função. O profissional social pode reproduzir e garantir o *status quo* ou assumir um novo compromisso com a sociedade.

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de 'distanciar-se' dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se (FREIRE, 1979, p. 17).

Com isso, pouco adianta uma formação continuada belíssima, resultando na constituição de boas práticas funcionais no município se não houver uma continuidade. Comumente, quando há o encerramento do convênio, programa ou

tempo de gestão do secretário municipal ou prefeito, o programa ou atuação deixe de existir.

Dessa forma, a formação continuada pode servir para o enfrentamento dessas rupturas de ações, os preconceitos enraizados e a ausência do caráter intencionalmente educativo e pedagógico desses espaços sociais, como o SCFV. Um Serviço que pode beber do movimento de Educação Integral e vice-versa, uma Educação Integral capaz de estar nesse espaço para fortalecer-se e ampliar a concepção de proteção social.

*Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, eu acho assim, é um trabalho riquíssimo, fazendo essa ponte com o Mais Educação (Thiago).*

*A Assistência Social precisa se impregnar da intencionalidade educativa [...] eu também não estou falando disso, que é o que a gente vê a escola fazendo no geral. Eu estou falando nessa perspectiva que é da educação integral [...] o sujeito no centro do processo, a gente vai mediar o processo, como educadores sociais, como psicólogos, assistentes, a gente está nesse processo aqui com esse sujeito [...] (Petra).*

A articulação do SCFV com programas de Educação Integral, como o PME, pode realizar uma função para além das questões estabelecidas pelo ensino formal. O planejamento das atividades não precisa seguir conceitos preestabelecidos pelo currículo escolar ou estar circunscrito à segurança alimentar.

*Porque a gente vê, nas organizações, exatamente os mesmos desvios que a escola produz, só que eles sequer são escola. Porque a política educacional e fazer escolar são muito complexos. Você olha e fala assim: “Tudo bem, é verdade, podia terminar desse jeito que está hoje mesmo, porque é difícil”, é engessado, é complexo, e vai escalonando [...], enfim. Mas uma organização da sociedade civil, que recebe [crianças], que têm a **possibilidade de criar interações com diferentes linguagens. Que tem a possibilidade de mexer no tempo da criança e do adolescente ali dentro, por que ela reproduz um modelo escolar?** (Petra).*

A fala de Petra é carregada da potência da escola, pois chega a lugares onde não há água encanada ou luz elétrica. Em contrapartida, possui por vezes um conteúdo engessado, desconexo da realidade e com uma estrutura cheia de vícios. O fazer educativo na escola formal traz ritos desde a formação das carteiras, ao tempo de aula e material didático, todavia, o SCFV não precisa necessariamente submeter-

se às métricas educacionais, pois é um espaço potente para transformar a forma de se ensinar tal como transformar o ser humano.

Dentre as inúmeras contribuições de Paulo Freire para sociedade e o universo educacional, destacam-se aqui duas, a mudança e o processo de conscientização. Segundo Freire (1979) o sistema educacional possui importante função no processo de mudança, não se trata de uma concepção ingênua onde a pedagogia por si é capaz de transformar o mundo. Pelo contrário, o autor adverte sobre as possibilidades e limites da Educação na sociedade de classe para o processo de mudança.

Trata-se de uma educação libertadora diferente dos debates circunscritos aos muros escolares e universitários. O ponto de partida é uma concepção de ser humano pautada na construção histórica e social deste. A relação entre os homens origina os modelos sociais, econômicos e políticos. Nesse cenário, a educação capaz de desvelar a dominação e ensejar crítica e ação pode ser fundamental para esse ser humano transformar a estrutura social.

A mudança e a estabilidade medem forças no processo de renovação de novas formas (econômicas, políticas, culturais). Assim, “não há permanência da mudança fora do estático, nem deste fora da mudança. O único que permanece [...] realmente é o jogo dialético da mudança – estabilidade [...] a essência do ser da estrutura social é a duração da contradição entre ambos” (FREIRE, 1979, p.1979).

A base do processo de conscientização é a relação íntima e dialética com o contexto social das pessoas em sociedade, onde a atividade se desenvolve, portanto, a relação do ser humano com o território. A educação libertadora é a expressão do oprimido para mudança da estrutura social, uma vez que, a domesticação não lhe cabe mais. Nesse aspecto o SCFV pode fazer parte desse movimento rumo à libertação. Afinal, não existe educação emancipadora em uma sociedade de classes.

É necessário, porém, que o trabalhador social se preocupe com algo já enfatizado nestas considerações: que a estrutura social é obra dos homens e que, se assim for, a sua transformação será também obra dos homens. Isto significa que a sua tarefa fundamental é a de serem sujeitos e não objetos de transformação. Tarefa que lhes exige, durante sua ação sobre a realidade, um aprofundamento da sua tomada de consciência da realidade, objeto de atos contraditórios daqueles que pretendem mantê-la como está e dos que pretendem transformá-la (FREIRE, 1979, p. 48).

Assim sendo, a Assistência Social e Educação devem resgatar a intencionalidade educativa das atividades para construção de um projeto político pedagógico e de sociedade. Outras áreas, em especial a Cultura, fazem parte dessa reestruturação. Ademais, a formação continuada dos profissionais, bem como dos cidadãos pautada na conscientização das ações no e para o território, deve inspirar mudança e rupturas da estrutura social na sociedade de classes no permanente desassossego e esperançar.

## **CAPÍTULO 6**

### **DESVELANDO A POLÍTICA INTERSETORIAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE EDUCAÇÃO: ANÁLISES INTERNÚCLEOS**

*“Quando as teias das aranhas se juntam, elas podem amarrar um leão” Provérbio Africano. Mia Couto, 2012.*

A intersectorialidade tem se constituído de maneira multidimensional no Brasil. Essas múltiplas dimensões, capturadas nos núcleos de significação, ao serem aqui interligados na análise internúcleos, almejam alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, a saber: analisar as dimensões da intersectorialidade estabelecidas entre as políticas de Assistência Social (representada pelas ações integradas do SCFV) e de Educação (com foco nas ações de educação integral estipuladas no PME e PNME); identificar e explicar os sentidos constituídos por gestores da política de Assistência Social e de Educação Integral sobre a rede intersectorial construída entre ambas; e, apreender a formação da intersectorialidade dessas duas políticas no SCFV.

As dimensões da intersectorialidade presente na política de Assistência Social com a Educação Integral apreendidas nos núcleos de significação, pelo movimento da realidade concreta, integram a totalidade do fenômeno. A análise sugere que a intersectorialidade política compreende e se materializa em quatro dimensões interdependentes: econômica, política, social e ideológica.

A dimensão econômica encontra-se na gênese da gestão em rede e forma o sustentáculo da intersectorialidade. Essa posição estrutural confere à dimensão econômica um lugar estratégico e de grande poder na sociedade de modo de produção capitalista. A dimensão econômica da intersectorialidade é constituída pela entrada do terceiro setor na execução das políticas sociais e da relação entre Estado e mercado.

O terceiro setor começa a ocupar espaço por meio das brechas legais relacionadas à sociedade civil nos diversos aspectos da política. A formação de redes de serviços na PNAS (BRASIL, 2005) está intimamente atrelada à parceria entre serviços públicos e sociedade civil, no caso brasileiro, significou o avanço das entidades privadas com fins lucrativos ou não, especialmente as profissionais, na execução da política de Assistência Social e, ainda, recebendo recurso público para

isso. No Brasil a pobreza gera lucro. Nessa direção, outras políticas, como Educação e Saúde sucumbem à tendência mercadológica.

Entre os anos 1990 e 2002, a agenda neoliberal de reformas pautou-se na formulação e realização de programas de renda mínima focalizando os mais pobres. Esses programas baseados em repasses financeiros diretos a população, buscavam substituir gradativamente os serviços oferecidos pelo Estado. Por um lado, tratava-se da preocupação com o direcionamento do gasto social em um período de crise (desemprego, inflação, escassez de recursos); por outro, materializam a função residual do Estado no campo social, ou seja, oferecer aquilo que o sujeito não foi capaz de conseguir via mercado ou relações familiares e comunitárias (FONSECA; VIANA, 2014).

Esse contexto da relação Estado e mercado é pautado pela primazia do mercado. A luta por uma economia competitiva com mercados de trabalho desregulados, proteção social e desenvolvimento nacional, tal quais as recomendações dos organismos multilaterais como o Banco Mundial, ocorre de maneira particular em cada país.

Então, com o esgotamento das políticas neoliberais e a emergência do governo Lula a partir de 2003, tem-se

A formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento capaz de fortalecer simultaneamente o Estado e o mercado, passa a ser vista como condição necessária para que a economia volte a crescer. Ao mesmo tempo, a dicotomia Estado-mercado é substituída pela ideia de que um mercado forte só será possível com a presença de um Estado também forte, com papel estratégico e indutor do desenvolvimento nacional (FONSECA; VIANA, 2014, p.61).

Apesar desse período buscar uma nova sinergia entre Estado e mercado, abandonando a concepção neoliberal de Estado mínimo, persistem ainda a dependência do Estado a um ambiente macroeconômico próspero e aos elementos presentes no desenvolvimento do conceito de descentralização, como a entrada do setor privado nas políticas de corte social.

O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc. se fundam no desenvolvimento econômico. Mas esses elementos interagem sobre si e reatuam também sobre a base econômica. Não é que a situação econômica seja a causa,



e a única atuante, enquanto todo o resto seja efeito passivo. Ao contrário, há todo um jogo de ações e reações à base da necessidade econômica, que, em última instância, termina sempre por impor-se (ENGELS, 1963/2010, p.104).

Avançando, tem-se a dimensão política, materializada na relação entre Estado e sociedade sendo, portanto, espaço de tensão, poder e conflito das forças da elite empresarial, política e financeira com as massas populares. A dimensão política da intersetorialidade é formada pelos canais de participação popular para formulação, avaliação e monitoramento das políticas sociais, como os Conselhos, fóruns e outros. Essa dimensão mostra-se enfraquecida na atualidade diante dos ataques à democracia e a pouca capacidade desses órgãos institucionais em escolher livremente o corpo diretivo e influenciar a política. Cada política tem uma lei específica para formação, por exemplo, dos Conselhos Municipais Setoriais, mas, de maneira geral, são compostos por membros do poder público e da sociedade civil.

A despeito da parietariedade<sup>73</sup> entre os representantes do poder executivo e da sociedade civil, ainda em construção em alguns Conselhos, pesquisas indicam a elitização desses espaços pela ocupação dos grupos dominantes locais, a diferença entre os perfis dos representantes do poder público e da sociedade civil e possíveis dificuldades na relação/comunicação dos conselheiros com a base (TATAGIBA, 2005; DAGNINO; TATAGIBA, 2007; SANTOS; VARGAS; LUCAS, 2011). Todos esses elementos moldam o poder de decisão interna e externa dos membros e, até mesmo, a tensão existente dentro do próprio Conselho.

No caso do Conselho Municipal de São Paulo, há ainda a forte indicação do prefeito a todas as cadeiras; os altos níveis de formação acadêmica dos conselheiros; a auto formação dos conselheiros (busca própria por cursos, debates, discussões de caso) em detrimento de processos de formação continuada dos membros na área de atuação (BAVARESCO, 2021)<sup>74</sup>.

Os Conselhos Municipais de Educação pautam-se na gestão democrática e na concepção de Estado ampliado marcados na Constituição Federal de 1988, período de redemocratização do Estado. A noção de Estado ampliado traz à tona a ideia de dois braços na gestão compartilhada das políticas, um governamental, representado pelo governo; e outro civil, representado pelas organizações da sociedade em uma

---

<sup>73</sup> Igual porcentagem

<sup>74</sup> A autora citada para além do diagnóstico do CME de São Paulo elabora no pós-doutorado uma proposta de formação continuada para conselheiros municipais de educação.

função estatal do gerenciamento da política pública. A análise do perfil dos conselheiros entre 2007 e 2015, realizada pela pesquisadora citada constata que,

o CME está representado, apenas por um braço, o governamental, invicto e soberano à serviços dos blocos hegemônicos, que se mantém no poder e definem os rumos das políticas públicas educacionais, repercutindo na melhoria da qualidade da educação, de acordo com seu interesse político. (BAVARESCO, 2018, p.111).

Na pesquisa, Bavaresco (2021), os conselheiros municipais de São Paulo percebiam como suficiente o processo de autoformação, sentindo apenas a necessidade de uma formação voltada para o ordenamento jurídico. Embora possua caráter consultivo, propositivo, mobilizador, deliberativo, normativo, de acompanhamento de controle social e fiscalização, há a predominância das funções deliberativas e normativas quando comparados aos regimentos internos, lei de criação daquele Conselho e a legislação (lei orgânica do município, LDB e Constituição Federal de 88).

Dentre tantas atribuições e possibilidades de enfrentamento, o Conselho restringiu-se a formatar decisões e regras. Desse modo, cada Conselho Municipal Setorial possui especificidades da própria metrópole e dinâmica local somado às marcas históricas da compreensão e realização da democracia no Brasil.

A mudança da base econômica, ou melhor, dimensão econômica mostra-se um desafio colossal diante da força do pacto global capitalista, entretanto, a dimensão política exerce força nas outras, dialeticamente. Dessa forma, sendo a política um lugar de embate entre duas classes antagônicas é também espaço potente de ressignificação da participação social. O SCFV atrelado a Educação Integral pode, ao resgatar a intencionalidade educativa, repensar três esferas: mobilização social, participação social e formação de consciência.

Nesse sentido, é preciso ressaltar o forte papel da dimensão social da intersetorialidade na realidade concreta e materialização política. Essa é a dimensão das relações humanas, por isso forma o processo de implementação da intersetorialidade. Assim, é no diálogo, parceria, consenso, objetivos comuns pactuados pelas pessoas que a intersetorialidade ganha corpo, logo, a dimensão social da intersetorialidade é a das relações sociais. No Brasil, são relações marcadas por uma sociedade de raiz colonizada, escravocrata, patriarcal e capitalista. Além

disso, atualmente, o país vive relações políticas polarizadas com a divulgação de informações falsas pelos meios digitais.

As marcas do Brasil colônia, desde as capitânicas hereditárias aos dias atuais, persistem e podem ser explicadas na política partidária que corrói e corrompe o mecanismo político nas 3 esferas; nos grandes latifundiários pertencentes aos políticos, sendo propriedades originárias ainda do período regencial e perpetuados até hoje<sup>75</sup>; na diminuta representatividade da mulher negra na esfera política; na violência e morte do jovem negro; na perseguição a população LGBTQIA+; em suma, na opressão e exploração de uma maioria por uma minoria.

A intersectorialidade para ser implementada atravessa, sem sair ilesa, todas essas relações humanas socialmente construídas e, para construir-se enquanto ferramenta de enfrentamento das injustiças sociais e integração do Sistema de Garantia de Direitos deve problematizar essa realidade.

Finalmente, a dimensão ideológica da intersectorialidade diz respeito à construção de um caráter revolucionário sem a devida atenção às especificidades das políticas e sociedade brasileira. Desse modo, a dimensão ideológica da intersectorialidade atribui a esta ferramenta de gestão a capacidade de conferir eficácia, eficiência e efetividade à política social e aos recursos em geral.

Na administração pública, a eficácia corresponde à capacidade de uma medida alcançar os resultados almejados, portanto, na esfera econômica está relacionada à satisfação das necessidades de uma sociedade por meio do consumo e produção de bens e serviços. A eficiência, por sua vez, trata da relação custo e benefícios. Assim, estuda o melhor método na utilização da fração entre receita e despesa, esforço e resultado. Por fim, a efetividade expressa à qualidade do resultado do serviço (MATIAS PEREIRA, 2014).

Como as dimensões constroem o fenômeno, a ideológica constitui o sentido de intersectorialidade como sendo a panaceia para fragmentação das políticas sociais e desigualdade social. No entanto, sem compreender a gênese da organização do modelo de gestão em redes na concepção do Estado gerencial de modo de produção capitalista.

---

<sup>75</sup> C.f: Castilho. Alceu Luís. Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012

Considerando a análise intranúcleos, o quadro geral do SCFV, e o diário de itinerância de um gestor do PME e supervisor de ensino da Secretaria Municipal de Educação, é possível identificar e explicar os sentidos constituídos pelos gestores da política de Assistência Social e de Educação Integral sobre a rede intersetorial da Assistência Social com a Educação Integral e, também, apreender a formação da intersetorialidade dessas duas políticas no SCFV.

A formação dos sentidos ocorre intimamente ligada ao desempenho da atividade. Essa última tem por base a satisfação de uma necessidade e esse processo é sustentado por um motivo que, por sua vez, forma o sentido.

A formação do sentido apreendido na fala de Petra e Thiago está relacionada à história de vida dos sujeitos, às próprias pretensões e, sobretudo, com aquilo que conecta a história pessoal com a realidade. Identifica-se, em seguida, que o sentido da rede intersetorial da Assistência Social com a Educação Integral constituído por Fernando é: cuidar das múltiplas demandas dos outros em uma sociedade desigual.

A formação da intersetorialidade dessas duas políticas no SCFV é frágil e escassa, conforme análise dos PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018) e do quadro geral do SCFV. As ações conjuntas entre Educação e Assistência Social no SCFV acontecem majoritariamente para acompanhamento dos jovens cumprindo medida socioeducativa, com foco na frequência escolar. Além disso, em alguns casos a parceria justifica-se para o compartilhamento de recursos.

Dos 645 Planos Municipais de Assistência Social analisados foram identificados apenas em dois municípios a menção de ações conjuntas entre o SCFV e o PME/PNME na qualidade de intersetorialidade política, a saber: Riolândia (DRADS Fernandópolis) e Limeira (DRADS Piracicaba).

As múltiplas dimensões da intersetorialidade quando articuladas nesse momento internúcleos, são analisadas com base na dialética universal-singular-particular (OLIVEIRA, 2005), e revelam a unidade de análise. Esse movimento impõe a integração dos elementos sociais, econômicos, culturais, políticos, reconstruindo o fenômeno de forma multidimensional e histórica.

Trata-se de construir a diversidade das possibilidades dentro da mesma existência, pois,

[...] na expressão concreta de um mundo de pensamentos vivos como o são o Direito, o Estado, a Natureza, toda a Filosofia, é necessário se deter para escutar atentamente o próprio objeto em seu desenvolvimento, sem se empenhar em imputar-lhe

classificações arbitrárias, e sim deixando que a própria razão da coisa siga seu curso contraditório e encontre em si mesma a sua própria unidade (MARX, 1837/2010, p. 297).

A unidade de análise está presente em todas as dimensões da intersetorialidade, seja nos limites ou nas possibilidades de avanço. A unidade de análise traz à tona o elemento que transversaliza o fenômeno.

Dentro do movimento realizado na análise internúcleos, dois elementos transversalizam os sentidos sobre a rede intersetorial da Assistência Social com a Educação Integral e a formação da intersetorialidade dessas duas políticas no SCFV. Em primeiro lugar, a implementação enquanto aspecto a ser estimado na construção dessa rede intersetorial. Assim, um conjunto de estratégias pode ser considerado para materialização da intersetorialidade, pois é na implementação que a rede intersetorial encarna as relações humanas. Em segundo, o deslocamento tanto do profissional para o lugar de garantidor de direitos e articulador do território, quanto do cidadão para um lugar de ativa participação política. A unidade de análise é a relação entre implementação e formação da consciência.

Na análise intranúcleos, a implementação aparece no discurso: “Porque intersetorialidade na elaboração é fundamental, mas é na implementação que mora o diabo” (Petra) –, como um processo elementar, um detalhe fundamental onde mora a confusão, o conflito, a contradição, o embate. Assim, posto em relação, revela-se como estratégia necessária para a atuação do gestor, articulação territorial e marcada pela especificidade da política brasileira.

Os significados construídos pela figura do diabo trazem marcas culturais e religiosas tanto da mentalidade cristã eurocêntrica quanto dos preceitos religiosos estadunidenses enraizados na formação societária do Brasil. Nessa direção, é visto como uma entidade terrível capaz de subjugar o ser humano a maldade, o antagonista da paz e da ordem<sup>76</sup>. O estudo etimológico da palavra aponta para origem latina, *diabolus*, que significa entidade intrigante. Há também estudos que apontam para a origem grega, *diabolós*, com significado de acusador ou aquele que engana.

Rompendo com as amarras coloniais estereotipadas, a perspectiva crítico interpretativa aqui proposta depara-se com a figura de Exu, cultuado nas religiões de matrizes africanas. Segundo Prandi (2000), Exu é o Orixá da comunicação e

---

<sup>76</sup> C.f: SOUZA, A. R. de A., EDIN, Sued; LEITE, J. Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais. *Horizontes Antropológicos* [online]. 2019, v. 25, n. 53 p. 385-410.

linguagem, o grande mensageiro. Aconselhado pelos outros Orixás a ouvir dos seres humanos as histórias de luta, glória, tristeza, insucessos, os enfrentamentos da vida e da morte, Exu realizou essa tarefa com destreza. Assim, reuniu 301 histórias, significando na enumeração nos antigos iorubás um número incontável de histórias.

Dizem os iorubás tradicionais e seguidores das religiões africanas nas Américas que, os Orixás são considerados Deuses e receberam de Olodumare ou Olorum, denominado em Cuba Olofim, “a incumbência de criar e governar o mundo, ficando cada um deles responsável por alguns aspectos da natureza e **certas dimensões da vida em sociedade e condição humana**” (PRANDI, 2000, os orixás e os mitos, grifos nossos). Então, Exu:

O orixá mensageiro tinha diante de si todo o conhecimento necessário para o desvendamento dos mistérios sobre a origem e governo do mundo dos homens e da natureza, sobre o desenrolar do destino dos homens, mulheres e crianças e sobre os caminhos de cada um na luta cotidiana contra os infortúnios que a todo momento ameaçam cada um de nós, ou seja, a pobreza, a perda dos bens materiais e de posições sociais, a derrota em face do adversário traçoeiro, a infertilidade, a doença, a morte (PRANDI, 2000, prólogo).

Quem faz morada na implementação, ação material para a intersectorialidade, são os processos de comunicação, escuta, trajetória, administração das coisas, escolha dos caminhos e relações entre as pessoas. O conflito certo não escapa da luta cotidiana.

A construção de consensos passa por dissensos na busca de estratégias coletivas para efetivar uma política intersectorial. A implementação exige transformações, reposicionamentos e a atenção para as mudanças sociopolíticas. Ao enfatizar a implementação destaca-se o movimento que engendra o novo, pois, “Exu está em todas as coisas porque ele é o movimento. Isso mesmo! Exu é a vida que as coisas têm, a força que põe tudo no mundo para funcionar” (ATHAYDE, 2012, p. 7).

Esse movimento gera um deslocamento, intencional, planejado e objetivo. Esse deslocamento é externo e interno. Ou seja, é na direção da garantia de direitos e na formação da consciência. Independente da religião do profissional, a criança ou adolescente deve ter os direitos salvaguardados. O mesmo acontece com o educador quando entende o quanto precisa do território e da comunidade no processo de ensino aprendizagem. O termo local está presente na concepção de território enquanto local

geográfico, de afetos e de relações bem como na alusão ao deslocamento, sair de um local ao outro –, sob o prisma dos processos psicológicos, a transformação qualitativa das formas de consciência.

Não se trata de negar a religião do profissional, e sim, retomar o prisma da garantia de direitos. Assim, independente do ponto de partida é preciso deslocar-se para o princípio dos direitos sociais. Cabe ressaltar que, não é simplesmente o sair do lugar puro e simples, é com uma intencionalidade.

Para Martín-Baró (1980/2017), pensar a consciência é entendê-la não só como uma mudança individual, e sim, como uma mudança do coletivo, uma mudança das relações sociais. Assim, a Psicologia deve fazer a crítica da própria política e avaliar os instrumentos das políticas do capital para criticá-los, desmontá-los, remontá-los e ressignificá-los a favor das maiorias populares.

Para estudar a intersectorialidade de forma crítica é preciso conhecer a estrutura capitalista e suas dinâmicas e, também, problematizar a relação entre Estado e sociedade civil. Nessa direção, destaca-se o processo de acumulação do capital nas relações sociais de produção. Com isso, a intersectorialidade

adquire contornos mais nítidos, apontando para função das políticas públicas e sua implementação, refletindo a real dinâmica da intersectorialidade, a direção ou sentido que lhe é dado, o que impõe considerar, na prática, uma nova forma de transversalidade de ações conjuntas de políticas públicas (TOURINHO; SOUZA, 2021).

O estudo dos documentos que emanam do governo federal (PNAS, SNAS/SEB, PME/PNME, PNE) indicam a estreita relação entre intersectorialidade política e participação social. Embora a participação social possua respaldo nas diretrizes legais, essa prática aparece pouco desenvolvida no município. São escassos os indicadores que emanam do município e dos gestores da política de Assistência Social e Educação Integral sobre essa relação. A intersectorialidade mostra-se enfraquecida no município. Cabe ressaltar nesse momento que se trata da participação das massas populares no processo político. Ao invés disso, tem-se a participação social contaminada pela atuação de empresários, políticos e grupos religiosos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Povoada é um nome curioso,  
 porque a gente sempre fala de povoada em relação a terra.  
 A terra é povoada. Mas eu também sou terra,  
 a gente também é terra que povoa.  
 Povoada  
 Quem falou que eu ando só?  
 Nessa terra, nesse chão de meu Deus,  
 Sou uma, mas não sou só  
 Povoada  
 Quem falou que eu ando só?  
 Tenho em mim mais de muitos  
 Sou uma, mas não sou só”*  
 Sued Nunes, 2021.

O resultado do processo analítico abre espaço para discussões acerca da política intersetorial de caráter essencialmente pública, assim é preciso convocar a qualidade pública da política e da intersetorialidade.

Almeida (2019), ao discutir temas como política, Economia, Filosofia recorre à questão do racismo estrutural, pois segundo o autor, não é possível discutir tais temas no Brasil sem ao menos tangenciar a questão racial. Cabe ressaltar que, o racismo não impregna as estruturas magicamente e, sim, por meio das relações sociais protagonizadas pelo ser humano.

Dessa forma, na seara de uma medida política do quilate da intersetorialidade, a discussão não deve ocorrer alheia a ressignificação das formas de participação social, mais especificamente, a formação da consciência política e emancipação humana.

O capital da Psicologia no Brasil ainda é a satisfação das necessidades básicas do ser humano, pois grande parte da população brasileira vive angustiada na atualidade com a fome, habitação insalubre, insegurança social, violência institucional, racismo, subemprego, baixos salários, entre outros. A satisfação dessas necessidades é urgente e fundamental para o processo de formação de consciência política.

A perspectiva marxiana não desconsidera a história pregressa, vê nela a base para seguir e construir ideias. Com isso, o movimento dialético torna-se vivo na contradição que engendra o fenômeno.



Sendo assim, na análise do fenômeno pelo menos três categorias destacam-se e potencializam a investigação da intersectorialidade política (objeto de pesquisa), a saber: historicidade, dialética e totalidade.

A historicidade revela a matriz econômica na gênese da intersectorialidade, uma vez que surge para determinar um novo modo de produção diante da globalização da economia e financeirização do capital. Quando apropriada pela política social não trata especificamente da articulação das políticas públicas, e sim da entrada do terceiro setor (organizações da sociedade civil e entidades religiosas) na execução das políticas sociais.

A dialética, por sua vez, traz à tona a contradição que compõe o fenômeno. Os Planos Municipais da Assistência Social 2018 – 2021 (BRASIL, 2018) analisados apontam como principal dificuldade para a efetivação da intersectorialidade política a falta de recursos humanos, materiais, programas, diretrizes, entre outros. Por outro lado, não é só a falta, a ausência, a inexistência que compõe o fenômeno, como também a presença do caráter administrativo do Estado atual, o Estado Gerencial e, ao mesmo tempo, a presença de uma estrutura política baseada na fragmentação das ações sociopolíticas.

Por fim, a totalidade, a qual só pode ser alcançada indo além da busca de diferentes fontes de pesquisas na construção de pistas ou na ação de relacioná-las ou contrapô-las. O verdadeiro movimento permite ir da aparência para a essência do fenômeno. A atenção à totalidade descortina a essência do Estado Gerencial (investimento social realizado por instituições privadas, educação enquanto perspectiva de mínima qualificação para o trabalhador, privatizações, flexibilização das leis trabalhistas em prol do empregador, entre outros) e, ao mesmo tempo, traz como urgente a adoção de ações conjuntas no campo das políticas públicas.

Nessa direção da integralidade das ações, a atuação de psicólogas e assistentes sociais na Educação Básica, por exemplo, é uma necessidade reconhecida pela Lei 13.935/2019 (BRASIL, 2019), a qual regulamenta a atuação desses profissionais na instituição escolar. A inserção desses profissionais nas escolas constitui um avanço na elaboração das políticas públicas ao considerar a diversidade de relações, vivências e conteúdos presentes no âmbito escolar, processo ensino aprendizagem e desenvolvimento humano.

Os conceitos teóricos devem iluminar e se pautar na complexidade da vida das pessoas. Dessa forma, uma vez que elas entram pela porta do Sistema de Garantia

de Direitos, por exemplo, deparam-se com diversas outras portas de diferentes estruturas, trâmites, funcionários, funcionamento etc. Dito isso, a intersetorialidade torna-se um processo de compreensão das vulnerabilidades que acontecem na Educação, na Assistência Social e nas políticas sociais de maneira geral.

O processo de construção de um espaço coletivo para compreensão das necessidades e desenvolvimento humano pode quebrar as barreiras pessoais e institucionais. Se a formação continuada lida, em geral, com operador da política, o SCFV em estreita ligação com os princípios da Educação Integral, pode proporcionar interação entre os munícipes e os profissionais do Serviço. Nesse contexto, os saberes compartilhados e produzidos coletivamente possibilitam não só a formação do cidadão ou do profissional, mas especialmente, a construção de um espaço para mobilização social e desenvolvimento territorial. A população pode pressionar o Estado para apresentação das demandas da sociedade.

O Estado não é um árbitro neutro. Defende o interesse do capital e, assim, reflete a vontade de quem o possui. Entende-se aqui, a formulação das políticas sociais do Estado de modo de produção capitalista feitas não meramente por uma máquina repressora – o Estado, na qual todo espaço social feito por esse aparelho é para subjugar por completo o proletariado. A política social surge no embate, ao se revelar como “uma gestão estatal da força de trabalho, articulando as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as forças de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social” (FALEIROS, 2009, p. 64). Toda política pública é social, mas nem toda política social é pública, no sentido de ser custeada pelo fundo público do Estado.

A aliança entre Estado, multinacionais, fundos privados manifesta-se pela privatização de direitos sociais e principalmente pela sua rentabilização. Nessa conjuntura, faz-se urgente compreender o sucateamento do público como algo intencional a fim de favorecer a existência do privado. E após o sucateamento, qual será a perspectiva? Dentre uma série de respostas possíveis, destaca-se o lucro.

Por exemplo, o Estado capitalista consolidou a lógica do mercado para a Educação, pois Educação como mercadoria é preponderante no quadro atual, especialmente no Ensino Superior, como analisa (PEREIRA, 2020). Mas e a Assistência Social? Como privatizá-la e torná-la rentável? O público-alvo é deveras específico, o pobre. Esse não paga por educação, saúde, lazer, cultura etc. O caminho é torná-lo pelo menos consumidor. Assim, as políticas sociais surgem como uma

forma de incluir esse sujeito na pirâmide econômica de consumo para circulação do capital.

No capitalismo, a crise ocorre com a superprodução, com o excesso de mercadoria e falta de compradores. O Estado, dito Gerencial, se desonera da produção de serviços sociais, assim cria instituições públicas-privadas ou privadas para tal. A fragmentação do Estado e, conseqüentemente, das políticas sociais cria duas qualidades de redes: a) as autônomas ao Estado, onde esse apenas as gerencia e pilota, onde público e privado se diluem, e a hierarquia se confunde; b) as que possibilitam a intersectorialidade das políticas sociais, a troca de conhecimento e a integração do Estado e da rede.

A articulação das políticas sociais tem como desafio ou até pressupõe a articulação da rede de proteção social. Isso só será possível com a desmistificação do Estado de Bem Estar Social e sua ideia de Estado liberal de direitos. Há que desvelar um Estado fragmentado que, ao se desvincular da promoção de direitos, setoriza as políticas sociais e esvazia a força dos movimentos sociais. Monta-se uma rede que concentra o setor privado na prestação de serviços sociais em consonância com um Estado marcado pela administração pública condicionada ao imperialismo do capital estrangeiro.

Nesse palco de luta de classes, o capital dita as regras. Quão equitativa pode ser a sociedade no Estado capitalista? A resposta desse enigma guarda as contradições das políticas sociais e do Estado de modo de produção capitalista: o quanto você puder pagar.

A política de corte social traz duas questões, além da correlação de forças de duas classes antagônicas: a primeira, corresponde à formação do fundo público por meio da mais valia da classe trabalhadora e a forma de oferta desses serviços (ALMEIDA, 2014) e a segunda refere-se a forma como a desregulamentação dos mercados aplicada pela política econômica interfere na função das políticas sociais diante das cíclicas crises do capital.

Dessa forma, as políticas sociais realizadas pelo Estado Capitalista são permeadas pelo poder e pelo conflito. Essa arena é palco de uma complexa tensão entre forças produtivas e forças sociais. As políticas sociais refletem as lutas de classes e, ao mesmo tempo, mantém a estrutura de reprodução das classes sociais. (FALEIROS, 2009).

Existe uma tensão inerente às políticas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora, os funcionários dos altos escalões estatais (por exemplo - executivo, legislativo e judiciário) e a burguesia empresarial monopolizadora do setor financeiro, mercantil e industrial. A contradição que habita as políticas sociais é mascarada pela ideologia liberal, progressista ou humanistas que inculcam na população ideais de igualdade, justiça, eliminação das discriminações, proteção aos fracos, equidade e oportunidades como objetivos dessas medidas sociais.

Além disso, há de se considerar o contexto global das medidas que visam proteger o capital através do equilíbrio entre produção e consumo. Assim, o mercado surge como aspecto central onde a crise do capital ocorre pela superprodução. Nessa lógica, é preciso elevar de forma mínima o poder aquisitivo da população para que possam gastar basicamente com alimentação e vestuário.

Capacita-se minimamente o trabalhador para vender sua força de trabalho em troca de um salário-mínimo. Se caso, essa primeira opção não for possível, há de se ofertar benefícios sociais de transferência de renda.

Neste sentido a PNAS (BRASIL, 2005) oferece um conjunto de medidas socioassistenciais como o Bolsa Família (BF) – transferência de renda para famílias em extrema pobreza; Benefício de Prestação Continuada (BPC) – transferência de renda para deficientes incapacitados para o trabalho e idosos acima de 65 que não possam prover seu sustento; Tarifa Social – desconto na tarifa elétrica; Programa de Aperfeiçoamento Profissional (PAP) – inserção profissional geralmente em atividades de serviços gerais àqueles sem ou com mínima escolaridade com vencimentos de aproximadamente R\$ 500 reais; Minha Casa Minha Vida – financiamento habitacional; entre outros.

Finalizando, ciente que todo término traz um recomeço, apresenta-se a tese principal deste estudo. O ser humano de posse do saber proveniente do estudo das condições históricas e reais de materialização da intersectorialidade política pode convocá-la e ressignificá-la como estratégia de inclusão das massas populares nos espaços de poder político e processos decisórios.

Nesta seara, a Psicologia tem singular contribuição, seja pela concretização do Sistema de Garantia de Direitos e enfrentamento das formas de opressão do ser humano pelo ser humano ou pela construção de espaços para formação da consciência política. Assim, a transformação da estrutura social deve constituir-se de fato como uma revolução organizada essencialmente pelas massas populares.

## REFERÊNCIAS

ABREU, C. C. **A intersetorialidade como estratégia técnica e política da Organização Mundial da Saúde e do Banco Mundial**. Tese (Doutorado em Política Social) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2017.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. **Psicologia Ciência e Profissionalização**, Brasília, v. 26, n. 2, jun. 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932006000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932006000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 set. 2020.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n.236, p.299-322, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v94n236/15.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

AGUIAR, W. M. J.; SOARES, J. R.; MACHADO, V. C. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa** [online]. v. 45, n. 155, 2015. Acesso em 24 ago. 2020, pp. 56-75. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142818> Acesso em 20 de fev. 2019.

AGUIAR, W. M. J.; ARANHA, E. M. G.; SOARES, J. R. Núcleos de significação: análise dialética das significações produzidas em grupo. **Cadernos de Pesquisa** [online]. v. 51, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053147305> Acesso em: 24 ago. 2020.

AGUIAR, W. M. J. Consciência e atividade: categorias fundamentais da Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, O. (Org.) **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2011, p.95 -110.

AGÊNCIA SENADO. **Senado Notícias**, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/17/aprovada-contratacao-de-emprestimo-junto-ao-bird-para-implantacao-do-novo-ensino-medio> Acesso em: 20 ago. 2020.

AGÊNCIA SENADO. **Senado Notícias**, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos> Acesso em: 20 ago. 2020.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Medida provisória prevê 22 ministros no governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550465-medida-provisoria-preve-22-ministros-no-governo-bolsonaro/> Acesso em: 20 set. 2020.

ALEXANDRE, M. L.; ROMAGNOLI, R. C. Prática do Psicólogo na Atenção Básica - SUS: conexões com a clínica no território. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 10, n.

2, p. 284-299, dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v10n2/v10n2a13.pdf> Acesso em: 19 dez. 2020.

ALMEIDA, N. T. de. Descentralização e Intersetorialidade: Desafios para a Consolidação da Política Pública de Educação. In: MONNERAT, G. L.; NEY, C. de; SOUZA, R. G. **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.

ALTENBERND, B.; BARCINSKI, M.; LERMEN, H. S. Integralidade e intersectorialidade nas práticas psicológicas: um relato de experiência. **Cadernos de Pesquisa** [online]. v. 45, n. 156, pp. 390-408, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053142972>> Acesso em: 10 jan. 2020.

ANDRADE, L. O. M. **A saúde e o dilema da intersectorialidade**. São Paulo: Hucitec, 2006.

ANDRADE, R. B.; MENDES, M. G. R. Estado e direitos sociais: a intersectorialidade e a consolidação do trabalho de Política de Assistência Social. **O Social em Questão**. Ano XVIII, n. 34, p.229 a 244, 2015. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_34\\_10\\_Andrade\\_Mendes.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_10_Andrade_Mendes.pdf). Acesso em: 22 nov. 2019.

ARANHA, M. L. A. **Maquiavel: a lógica da força**. São Paulo: Editora Moderna, 2005.

ASSIS, J. M. M de. **Esaú e Jacó**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

ATHAYDE, R. **Exu e o mentiroso** / uma história yorubá recontada por Rogério Athayde. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

AZEVEDO, *et al.* O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. (1932). In: Revista HISTEDBR On-line. Campinas, no. Especial, p. 188-204, 1932/2006. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1044145/mod\\_resource/content/1/3.Manifesto%20dos%20Pioneiros%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1044145/mod_resource/content/1/3.Manifesto%20dos%20Pioneiros%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf) Acesso em: 20 fev. 2018.

BALDO, L. C.; LUCKMANN, L. C. A intersectorialidade como estratégia de implementação de políticas públicas. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología Y Educación**, vol. 5, 2015. Acesso em 5 de abr. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.05.282> Acesso em: 10 ago. 2019.

BARBOSA, C. C. G. S.; GOMES, A. M. Transferência de renda e educação: uma análise da contrapartida educacional do Programa Bolsa Família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade de Recife. **Revista Semana Pedagógica**, 1(1), 2018. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/CinthyCristiane-ComunicacaoOral-int.pdf> Acesso em: 22 abr. 2019

BARROCO, S. M. S.; SUPERTI, T. Vigotski e o estudo da psicologia da arte: contribuições para o desenvolvimento humano. **Psicologia & Sociedade**, Belo

Horizonte, v. 26, n. 1, p. 22-31, apr. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 nov. 2019.

BARREYRO, G. B. O “Programa Alfabetização Solidária”: terceirização no contexto da reforma do Estado. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 38, p. 175-191, dez. 2010. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602010000300012&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000300012&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 25 mar. 2022.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2007.

BARRETO, P. H. História - Bretton Woods. **Revista de informações e debates do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Ano 6. Edição 50, 2009. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23) Acesso em: 20 set. 2018.

BAVARESCO, M. R. C. Políticas Públicas e a Gestão Democrática da Educação: o papel do conselho municipal de educação. In: SOUZA, M. P. R. (Org.). **Psicologia Escolar e Políticas Públicas para a Educação Básica na América Latina: pesquisas, impasses e desafios**. São Paulo: Editora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BAVARESCO, M. R. C. **Psicologia Escolar e Políticas Públicas Educacionais: a Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação e as Repercussões na Melhoria da Qualidade da Educação Básica**. Relatório Final de Pós-doutorado. Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BERNARDO, J. S. O Fim “Melancólico” da “República do Café com Leite” (1922-1930). **Das Amazônias**. Dossiê: República Brasileira e Autoritarismo. Acre, v.2, n.1, (jan-jul) 2019, p. 17-30. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3065> Acesso em: 14 dez. 2020.

BEATÓN, G. A. La integralidad del método dialéctico en la Teoría Histórico Cultural. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 22, n. 3, pp. 631-641, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201803002> Acesso em: 06 mar. 2021.

BOARINI, M.L. O lugar da psicologia na prática intersetorial. In: JACÓ-VILELA; A.M.; OLIVEIRA, D.M., orgs. **Clio-Psyché: discursos e práticas na história da psicologia (online)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 187-193. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/27bn3/pdf/jaco-9788575114988-17.pdf> Acesso em 11 de mar. de 2019.

BOCK, A. M. B. Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G.; FURTADO, Odair. (Orgs.) **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2001, p.15-35.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (orgs). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2009.

BOGDAN, R.C; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto, Portugal: Editora Porto, 1994.

BOSI, E. **O Tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOURGUIGNON, J. A. Concepção de rede intersetorial de atendimento à criança e adolescente. In: LAVORATTI, C. (orgs.). **Programa de capacitação permanente na área da infância e adolescência: o germinar de uma experiência coletiva**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm). Acesso em: 24 out.2006.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 24 out.2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm#:~:text=Art%201%C2%BA%20%2D%20Os%20Estados%20Unidos,%C3%A9%20a%20Capital%20da%20Uni%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm#:~:text=Art%201%C2%BA%20%2D%20Os%20Estados%20Unidos,%C3%A9%20a%20Capital%20da%20Uni%C3%A3o). Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1967a. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 20 de abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4024.htm#vetos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm#vetos) Acesso em 23 de jul. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília, DF: Presidência da



República, 1962. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l4119.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm). Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0200.htm> Acesso em: 13 de agos. 2019.

BRASIL. **Decreto de Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969**. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 20jan. 2022

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.069%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,%20crian%C3%A7a%20e%20ao%20adolescente](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.069%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,%20crian%C3%A7a%20e%20ao%20adolescente). Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Lei orgânica da saúde (LOS). Lei 8080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 1990a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias). Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Lei orgânica da assistência social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília: Distrito Federal, dez.1993. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm) Acesso em: 28 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, Imprensa Nacional, 1995. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf> Acesso em: 12 mai. de 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998** - Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da

Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. 1998a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm) Acesso em: 7 de jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm) Acesso em 23 de jul. de 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS.** Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2005. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf) Acesso em: 7 ju. 2018.

BRASIL. **Norma operacional básica do sistema único de assistência social – NOB/SUAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília: Distrito Federal, 2005a. Disponível em: [https://www.itajuba.mg.gov.br/semas/2018/nob\\_suas\\_2005.pdf](https://www.itajuba.mg.gov.br/semas/2018/nob_suas_2005.pdf) Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf/view> Acesso em: 1 abr. 2021.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB – RH/SUAS.** Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – MDS. 2006a. Disponível em: <https://www.social.go.gov.br/files/arquivos-migrados/54ea65997b6c44c14aa59c27bc4946a1.pdf> Acesso em 20 de abr. de 2018.

BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2020

BRASIL. Portaria Interministerial nº. 17, de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 26 abril. 2007a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais\\_educacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf) Acesso em: 7 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=153:legislacao&catid=98:par-plano-de-aco-es-articuladas&Itemid=366](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=153:legislacao&catid=98:par-plano-de-aco-es-articuladas&Itemid=366) Acesso em: 2 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Série Mais Educação - **Gestão intersetorial no território**. Série Mais Educação – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader\\_maiseducacao.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao.pdf) Acesso em 28 de ago. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Série Mais Educação - **Educação Integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2009a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal\\_educ\\_integral.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf). Acesso em: 02 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Série Mais Educação - **Rede de Saberes Mais Educação**. Pressupostos para Projetos Pedagógicos de Educação Integral. Brasília: MEC, 2009b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad\\_mais\\_educacao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf) Acesso em: 07 mai.2019.<https://doi.org/10.11606/d.48.2014.tde-17122014-103428>

BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, N. 225, 25 nov. 2009. Seção I, p.82-90, 2009c. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao\\_CNAS\\_N109\\_%202009.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf) Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009d. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf) Acesso em: 18 jun. 2018.

BRASIL. Decreto n. 7.083 de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de janeiro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7083.htm) . Acesso em: 20 abr. 2019

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. Vol. 2. Brasília: MDS, 2012. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_PAIF\\_2.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf) Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS 2012**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. 2012a. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf) Acesso em: 7 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1, Ed. Extra. Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em 20 de ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social. **Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01. SNAS–MDS / SEB-MEC**, 18 de dezembro de 2014a. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2015/01/IO-SCFV-final.pdf> Acesso em: 15 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014** - Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. 2014b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm) Acesso em 20 de ago. 2020.

BRASIL. **Planejando a Próxima Década** - Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014c. Disponível em [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf) Acesso em 20 de ago. 2018.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 147, de 2014**. Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. 2014d. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/118766> Acesso em 20 de ago. de 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. 2016. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm) Acesso em: 23 de abr. 2018.

BRASIL. Portaria nº.1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. **Diário Oficial da União**, Brasília, dez. 2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49131-port-1144mais-educ-pdf/file> Acesso em: 20 dez. 2019

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Perguntas Frequentes – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)**. Brasília: MDS, 2017. Disponível em: <http://painel.governomunicipal.com.br/uploads/pmmandaguari/noticia/arquivo/64252c72949a50cc2dcd48fe269294e86e-825acb.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. 2017a.

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm) Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Diretoria de Currículos e Educação Integral Coordenação Geral e Ensino Fundamental **Programa Novo Mais Educação Caderno de Orientações Pedagógicas - Versão I**. 2017b -. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70831-pnme-caderno-de-orientacoes-pedagogicas-pdf/file> Acesso em 25 de fev. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Diretoria de Currículos e Educação Integral Coordenação Geral e Ensino Fundamental **Programa Novo Mais Educação Caderno de Orientações Pedagógicas - Versão II**. 2017c -. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2018-pdf/90251-caderno-orientador-pnme/file> Acesso em 25 de fev. 2019.

BRASIL. Resolução nº 17, de 22 de dezembro de 2017. Conselho Deliberativo. Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal, a fim de contribuir para que estas realizem atividades complementares de acompanhamento pedagógico, em conformidade com o Programa Novo Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2017d. Disponível em: [https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/04/resoluo\\_17\\_2017\\_pnm\\_e-003.pdf](https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2018/04/resoluo_17_2017_pnm_e-003.pdf) Acesso em: 5 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. 2019. Seção: 1. Pág. 7. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm) Acesso em 8 de jan. 2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Emenda Constitucional Nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. 2019a. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm) Acesso em 0 de set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019**. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. 2019b. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9759&ano=2019&ato=279oXW65keZpWT12c> Acesso em 20 de ago. 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Proposta de Emenda Constitucional. PEC 32/2020**. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083> Acesso em: 20 de abr. 2021.

BRESSER PEREIRA, L. C. Da administração Pública Burocrática à Gerencial. **Revista do Serviço Público**, 47(1) janeiro-abril, 1996. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/702/550> Acesso em: 10 mar. 2018.



BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma gerencial de 1995. In: BELMIRO, V. J. C., BRESSER PEREIRA, L. C. *et al.* Burocracia e reforma do Estado, **Cadernos Adenauer**, nº. 3, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, p. 29-45, 2001.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp. 1999.

CAPUCHINHO; C; CROZATTI, J. O financiamento dos Programas Mais Educação e Novo Mais Educação para ampliação da jornada nas escolas públicas brasileiras. **Revista de discentes de Ciências Políticas UFSCAR**. V.6, N.3, p. 248 - 277, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero> Acesso em: 4 de jun. 2019.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2022.

CASTELLS, M. Para o Estado-Rede: Globalização Econômica e Instituições Políticas na Era da Informação". In: **Sociedade e Estado em transformação**. WILHEIM, J., SOLA L.; BRESSER-PEREIRA, L.C. (orgs). 1998.

CASTELLS, M. **Globalización, sociedade y política em la era de la informacion**. Bitacora, vol. 4 Núm. 1, 2000. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/issue/view/1764> Acesso em: 20 de ago. 2019.

CASTILHO. A. L. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, M. H. Tecendo redes para a educação integral. In: **Seminário Nacional tecendo redes para educação integral**. São Paulo: Cenpec/Ação educativa, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=8205-14-tecendo-redes-seb-pdf&category\\_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8205-14-tecendo-redes-seb-pdf&category_slug=junho-2011-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 1 de abr. 2018.

COLE, M. SCRIBNER, S. Introdução. In: **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978/1991. Disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod\\_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf) Acesso em 27/11/2021.

CORRÊA, F.; ALMEIDA, M. A. B. Teorias dos Movimentos Sociais e Psicologia Política. In SILVA, A., SOARES; C., F. (Orgs.) **No interstício das disciplinas: a Psicologia Política**. Curitiba: Editora Prismas, 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/30958993/No\\_Interst%C3%ADcio\\_das\\_Disciplinaridades\\_a\\_psicologia\\_pol%C3%ADtica\\_org\\_Prismas\\_2015](https://www.academia.edu/30958993/No_Interst%C3%ADcio_das_Disciplinaridades_a_psicologia_pol%C3%ADtica_org_Prismas_2015) Acesso em: 7 jun. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Orgs.). **Medicalização de Crianças e Adolescentes - conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica** / Conselho Federal de Psicologia. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cadernos de artigos: ECA 30 anos**. Brasília: CFP, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) / CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília: CFP/CFESS, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (org). **A psicologia promovendo o ECA: reflexões sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente** /Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região: CRP 06, 2007.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS** / Conselho Federal de Psicologia (CFP). – Brasília, CFP, 2007.

CORRAGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção. IN: TOMMASI, L.; WARDE; M. J., HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000: p.75 -121.

COUTO, M. **A confissão da leoa**. Companhia das letras, 2012.

CORREIO CIDADÃO. **Minha escrita é contaminada pela minha condição de mulher negra**. 2021. Disponível em: <https://www.correiodocidadao.com.br/curta/minha-escrita-e-contaminada-pela-minha-condicao-de-mulher-negra/> Acesso em: 13 de jan. 2022.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, Solange M. **O sistema de proteção social brasileiro, política de assistência social e a atenção à família**. Pensando fam, v. 19, n. 2, p. 132-147, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a11.pdf> Acesso em: 21 fev. 2018.

CURY, C. R. J. **Ideologia e educação brasileira - católicos e liberais**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1984.

DASSO JÚNIOR, A. E. **Reforma do Estado com participação cidadã? Déficit democrático das agências reguladoras brasileiras**. 460f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88466/236844.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 10 de dez. 2020.

DAGNINO, E.; TATAGIBA, L.. (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

DEGENSZAJN, R. R.; COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C. **Revista Políticas Públicas**. São Luís, MA. Número Especial, p. 453 – 460, outubro de 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1398/3377>  
Acesso em: 13 de out. 2021.

DEYON, P. **O Mercantilismo**. 4ª edição. Perspectiva, 2009.

DICIO. **Dicionário on line português**. [s.d]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>  
Acesso em: 20 de ab. 2020.

DIGIOVANNI, A. M. P.; SOUZA, M. P. R. Políticas públicas de educação, psicologia e neoliberalismo no Brasil e no México na década de 1990. **Brazilian Journal of Latin American Studies**, 13(24), 47-60, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2014.88777> Acesso em: 10 de ago. de 2021.

DOUGLAS. C. **Angela Davis - diva da luta pela igualdade e para que a voz de todos seja ouvida**. Carlotas. 2019. Disponível em <https://carlotas.org/BR/jornal/106-jornal/contos/327-angela-davis-diva-da-luta-pela-igualdade-e-para-que-a-voz-de-todos-seja-ouvida> Acesso em: 10 de jan. 2020.

DRAIBE, S. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP – Dossiê Liberalismo/Neoliberalismo**, São Paulo, n. 17, p. 86-101, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25959/27690> Acesso em: 20 jul. 2018.

DUARTE, N. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: a dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 79-115, July 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302000000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em 04 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000200004>.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o "aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais de pós-modernos da teoria vigotskiana** (Col. Contemporânea). Campinas, SP: Autores Associados, 2000a.

ENGELS, F. Concepção materialista da história da cultura: existência social e consciência social. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos**. São Paulo: expressão popular, 1963/2010.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FALEIROS, V. P. **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FALEIROS, V.P. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2004.



FELÍCIO, H. M. S. Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.8, n.1, p. 1- 18, abril, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/9035/6634> Acesso em 7 abr. 2018.

FEITOSA; E. Marx e Spinoza: um diálogo(im)possível? *Problemata*. V.12, n. 1, p. 107-119, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/issue/view/2686> Acesso em: 12 de jan. de 2022.

FILHO, N. A. Intersetorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro 34(6):11-34, Nov./Dez. 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/6345/4930> Acesso em: 26 de fev. 2020.

FLORENZANO, M. Sobre as origens e o desenvolvimento do estado moderno no ocidente. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]*. 2007, n. 71 [Acessado 12 setembro 2021], pp. 11-39. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200002> Acesso em: 3 mar. 2018.

FONSECA, A; VIANA, A. L. A. Política Social, Intersetorialidade e Desenvolvimento. In: MONNERAT, G. L.; ALMEIDA, N. L. T; SOUZA, R. G. **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA. Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira. In: **CONGRESSO Nacional de Educação**, 2, 1997, Belo Horizonte. (Projeto de Lei n. 4.155, de 10 de fevereiro de 1998) Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/PNE/pnebra.pdf> Acesso em: 5 set. 2018.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

FURTADO, E. L. M. A Influência do Banco Mundial nas Políticas Educacionais. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. Ano VI – Número 12 – jul. de 2008. Disponível em: [http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/W5potX6FyEMj3jv\\_2013-6-28-15-47-24.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/W5potX6FyEMj3jv_2013-6-28-15-47-24.pdf) Acesso em: 18 jul. 2018.

GALEANO, E. **Las palabras andantes**. 5. ed. Buenos Aires: Catálogos, 2001.

GALEANO. E. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&PM, 2010.

GENNARI, A.; ALBUQUERQUE, C. Globalização, desemprego e (nova) pobreza: Estudo sobre impactes nas sociedades portuguesa e brasileira», **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, 92 | 2011, publicado a 01 novembro 2012, Disponível em:

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/3970>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.3970>  
Acesso em 5 de nov. 2020.

GOMES, A. V. A.; MARTINS, P. S.; GILIOLI, R. S. P. **Plano Nacional de Educação (PNE): análise comparativa entre os planos de 2001 e de 2014**. Rede de Bibliotecas Digitais Jurídicas. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/33461>. Acesso em 20 jun. 2020.

GONÇALVES, A. S.; GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social na comunidade. In: GUARÁ, Isa Maria Ferreira Rosa. **Redes de proteção social**. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA; Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010.

GONZALEZ, L. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GONZALVES, A. M. **Um defeito de Cor**. Record, 2006.

GÓES, F. T.; MACHADO, L. R. S. Políticas educativas, intersetorialidade e desenvolvimento local. **Educação & Realidade**. 2013, v. 38, n. 2, pp. 627-648. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/57qVjq5BQZ9gf5tWZYtzT5h/?lang=pt#> Acesso em: 30 set. 2020.

GRACIANI, G. D. **A função Social da Escola Pública Brasileira: um estudo exploratório**. 2015. 191f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

HOBBS, T. O Leviatã. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HOBBS, T. A era das revoluções: Europa 1789 -1848. Tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento com intersetorialidade. **Cadernos FUNDAP**, n. 22, p. 102-110, 2001. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/cadernos/cad22/dados/Inojosa.pdf> Acesso em: 01 mai. 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=2R&uf=35> Acesso em 10 de abril de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf> Acesso em: 18 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, 2019a. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf) Acesso em 18 set. de 2020.

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo: o diário de uma favelada**. 10a. ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.

JONES, C. **Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!** In: Revista Estudos Feministas, vol. 25, nº 3, p. 1001-1016. Florianópolis, 1949/2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000301001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000301001&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 13 ago. 2018.

JUNQUEIRA, L. P. Intersectorialidade, transectorialidade e redes sociais na saúde. Revista de Administração Pública. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, p. 35-45, nov./dez 2000. Disponível em: [http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp\\_rap\\_artigos.asp?cd\\_ed=7](http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_artigos.asp?cd_ed=7). Acesso em: 07 maio 2019.

JUNQUEIRA, L. P. A rede de gestão municipal de políticas sociais. In: CORÁ; M. A. J.; MOTTA; R. G. **Intersectorialidade e redes: a trajetória do intelectual Luciano Prates Junqueira**. São Paulo: Labrador, 2019.

KOZULIN, A. O conceito de atividade na psicologia soviética: Vygotsky, seus discípulos, seus críticos. In: DANIELS, Harry. (Org.) **Uma introdução a Vygotsky**. São Paulo, SP: Loyola, 2002, p.111-137.

KRUGMAN, P R.; OBSTFELD, M.; MELITZ, M., J. Economias externas de escala e localização internacional da produção. In: **Economia Internacional**. 10 Ed. Pearson & Artmed, 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5719121/mod\\_resource/content/1/ECONOMIA\\_INTERNACIONAL\\_ECONOMIA\\_INTERNAC.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5719121/mod_resource/content/1/ECONOMIA_INTERNACIONAL_ECONOMIA_INTERNAC.pdf) Acesso em 20 de nov. 2020.

LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1. Ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio da pobreza”**. 1998. 267f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LEONTIEV, A. N. **Activity, Consciousness and Personality**. Tradução: HALL, M. J. Prentice Hall, 1978/2000. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/leontev/works/1978/index.htm> Acesso em: 10 de jan. 2022.

LEONTIEV, A. N. Uma Contribuição à Teoria do Desenvolvimento da Psique Infantil. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 11ª ed. São Paulo: Ícone, 1981/2010.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 1959/2004.

LEONTIEV, A. N. Las necesidades y los motivos de la actividad. In: Smirnov, Leontiev, A. N.; Rubinstein, S.L; Teplov, B. M. (Orgs.), **Psicologia** (p. 341-354). México: Grijalbo, 1969.

LEVINE, R. M. **Pai dos Pobres? o Brasil e a Era Vargas**. São Paulo. Companhia das Letras: 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOCKE, J. Segundo Tratado sobre o Governo. In. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1689/1973.

LOPES, T. R. Os melhores poemas de Fernando Pessoa. 2 ed. São Paulo: Global, 2004.

LURIA, A. R. O cérebro humano e a atividade consciente. In: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 11ª ed. São Paulo: Ícone, 1981/2010.

MAGALHÃES, *et al.* Intersetorialidade, Convergência e Sustentabilidade: Desafios do Programa Bolsa Família em Manguinhos, RJ. **Ciência & Saúde coletiva**, 16(11), p. 4442-4453, 2011. Acesso em 5 de abr. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001200017> Acesso em: 25 no. 2020.

MAGALHAES, R; BODSTEIN, R. Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de janeiro, v. 14, n. 3, p. 861-868, june 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000300021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300021&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 26 fev. 20.

MALHEIRO, D. P.; NADER, R. M. Contribuição a uma análise da Psicologia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 9-13, 1987 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931987000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931987000200003&lng=en&nrm=iso) Acesso em 16 de mai. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931987000200003>.

MALPIGHI, V. C. S. BARREYRO, L. A. MARIGLIANO, R. X.; LEOPOLDO, K. Negritude feminina no Brasil: uma análise com foco na educação superior e nos quadros executivos empresariais. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 48, p. 325-338, ago. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2020000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200006&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 25 set. 2020.

MALPIGHI, V. C. S; SOUZA, M. P. R. Por uma Psicologia Escolar e Educacional a serviço de um Estado Democrático de Direitos. In: LEMOS, F. *et al.* **Psicologia Social**

**e Política de Assistência Social: territórios, sujeitos e inquietações.** Curitiba: Appris, 2022.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. In: **Os pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1532/2000.

MARTÍN-BARÓ, I. O Psicólogo no processo revolucionário. In: F. L. Junior (Org.) **Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais.** Petrópolis: RJ, 1980/2017.

MARTÍN-BARÓ, I. Processos psíquicos e poder. **Revista Psicologia política.** São Paulo, v. 14, n. 31, p. 591-608, dez. 2014. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519549X2014000300011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2014000300011&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 de set. 2018

MARTINS, H. S.; RODRIGUES, I. J. **O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90.** Tempo Social, Brasil, v. 11, n. 2, oct. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/hQZZRBr9xy9rJKjH69byqDN/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 30 jan.2019.

MARTINUSSEN, J.; PEDERSEN, P. **Aid: Understanding International Development Cooperation.** Zed Books, 2003.

MARX, K. **Teorias da mais-valia - História crítica do pensamento econômico.** Vol. II. São Paulo: Difel, 1983.

MARX, K.; FRIEDRICH, E. **A ideologia alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 1845-46/2009.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 1859/2008.

MARX, K. Relações históricas primordiais, ou os aspectos básicos da atividade social: produção dos meios de subsistência, produção de novas necessidades, reprodução das pessoas (a família), intercâmbio social, consciência. In: Marx, K. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 1845-46/2009

MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos.** São Paulo: expressão popular, 2010.

MARX, K. Carta ao Pai. In: MARX, K.; E., Friedrich. **Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos.** São Paulo: expressão popular, 1837/2010.

MARX, K. Arte na Sociedade de Classes. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Cultura, Arte e Literatura: textos escolhidos.** São Paulo: expressão popular, 1844/2010.

MARX, K. **O Capital. Livro I.** Tradução: Rubens Enderle. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 1867/2011.

MARX, K. **A Miséria da Filosofia**. Tradução: José Paulo Netto. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 1847/2017.

MATIAS PEREIRA, J. Reforma do Estado Transparência e Democracia no Brasil. **Revista acadêmica de economia**. n. 26, 10 de jun. 2004. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/jmp-reforma.htm>. Acesso em 10 de mar. 2018.

MATIAS PEREIRA, J. The effects of the recovery of the patrimonialist model in Brazil. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 3, n. 8, p. 27-38, 2013. Disponível em: [https://www.ijhssnet.com/journals/Vol\\_3\\_No\\_8\\_Special\\_Issue\\_April\\_2013/3.pdf](https://www.ijhssnet.com/journals/Vol_3_No_8_Special_Issue_April_2013/3.pdf) Acesso em: 26 de no. 2019.

MATIAS PEREIRA, J. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://dokumen.pub/curso-de-administraao-publica-foco-nas-instituioes-e-aoes-governamentais-em-portuguese-do-brasil-4nbsped-8522483264-9788522483266.html> Acesso em 01 de nov. de 2020.

MAUTNER, J. **Canção: Marielle Franco**. In: Não há abismo em que o Brasil caiba. 2019.

MINHOTO, L. D.; MARTINS, C. E. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos Fundap**, n. 22, p. 81-101, 2001. Disponível em: [www.abdl.org.br/287/as-redes-e-o-desenvolvimento-social.pdf](http://www.abdl.org.br/287/as-redes-e-o-desenvolvimento-social.pdf) Acesso em: 12 jul. 2012.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br> Acesso em: 10 de abr. 2021.

MOCHI, C. M. A constituição do estado moderno: do ideal de liberdade para o Princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista de Direito Público**, Londrina, V. 4, N. 1, P. 1-26, Jan/Abr. 2009. Disponível: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/10728/9434> Acesso em: 08 ago. 2020.

MOLL, J. (orgs). **Educação Integral: texto-referência para o debate nacional**. Brasília: Mec/Secad, 2009.

MONNERAT, G. L., SOUZA, R. G. Política social e intersectorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. **Revista SER Social**. Brasília, v. 12, n, 26, p. 200-220, jan/ jun. 2009. Disponível em: [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v12i26.12708](https://doi.org/10.26512/ser_social.v12i26.12708) Acesso em: 31 mai. 2019.

MONNERAT, G. L., SOUZA, R. G. Intersectorialidade e Políticas Sociais: um diálogo com a literatura atual. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; NEY, Cruz de; SOUZA, Rosimary Gonçalves. **A Intersectorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.



MORONI, J. A. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTTA, V. C.; LEHER, R.; GAWRYSZEWSKI, B.. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **Ser Social Educação e Lutas Sociais no Brasil**. Brasília, v. 20, n. 43, julho a dezembro de 2018. Disponível em [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/18862/17577](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18862/17577). Acesso em: 08 de ago. de 2020.

NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez, n. 101, p. 95-120, jan/mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TDCqtLhvDvRnRmDXhtTBHZK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 7 jun. 2018.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

NUNES, S. **Canção: Povoadas**. In: Travessia. 2021.

OLIVEIRA, B. **A dialética do singular-particular-universal**. Exposição apresentada na abertura do V Encontro de Psicologia Social e Comunitária sobre o tema o método histórico dialético promovido pela Abrapso-Núcleo Bauru, Neppem e o Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências/Unesp-Bauru, nos dias 16 a 18/08/2001. 2005. Disponível em: <http://evoluieducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/OLIVEIRA-B.-A-Dialetica-do-Singular-Particular-Universal.pdf> Acesso em: 18 ago. 2020.

OLIVEIRA, R. V. **Sindicalismo e Democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

OLIVEIRA, R. T. C. DE; FERNANDES, M. D. E. Redefinição do Papel do Estado no Brasil: implicações do modelo gerencial para as políticas de gestão da educação básica. **Educação: Teoria e Prática**, v. 19, n. 32, p. 57, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/2971> Acesso em 28 de mar. 2022.

OLIVEIRA, I. F. *et al.* Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 103-112, 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso) Acesso em 16 set de 2020.

OLIVEIRA, L. V.; RICUPERO, R. **Abertura dos Portos**. São Paulo: Editora: Senac, 2007.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, L. M. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 362-371, ago. 2015. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p362> Acesso em: 02 abr. 2021.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987.

PATTO, M. H. S. Para uma Crítica da Razão Psicométrica. **Psicologia USP** [online]. v. 8, n. 1, pp. 47-62, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000100004> Acesso em: 10 out. 2020.

PEREIRA, K. Y L.; TEIXEIRA, S. M. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619> Acesso em: 21 set. 2018.

PEREIRA, P. A. P. Como conjugar especificidade e intersectorialidade na concepção e implementação da política de assistência social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 77, p. 54-62, mar. 2004.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas & questões**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, P. A. P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar social. In: SALES, Apolinário; MATOS, Maurício de Castro; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 25-42.

PEREIRA, P. A. P. A intersectorialidade das Políticas Sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, Giselle Lavinias; NEY, Cruz de; SOUZA, Rosimary Gonçalves. **A Intersectorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

PEREIRA, J. M. M. **Continuidade, Ruptura ou Reciclagem? Uma Análise do Programa Político do Banco Mundial após o Consenso de Washington**. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Dados [online]. v. 58, n. 2, pp. 461-498, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201550> Acesso em 1 fev. 2019.

PEREIRA, J. M. M. Banco Mundial, reforma dos Estados e ajuste das políticas sociais na América Latina. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 23, n. 7, pp. 2187-2196, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.08022018> . Acesso em 1 fev. 2019.

PEREIRA, T. L. O Processo de Concentração do Capital no Ensino Superior Privado-Mercantil Brasileiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WVVk6jkBbgCvTRjvhvGSQmBc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 abr. 2021.



PESSOA, F. **Poesias Inéditas (1919-1930)**. Fernando Pessoa. Ática, 1990.

PITTY. **Canção: Admirável Chip Novo**. In: Admirável Chip Novo. 2003.

PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

QUEIROZ, A. D. S. L.; MACHADO, C. S. Caracterização do usuário do CRAS – Centro de Referência de Assistência de Passos: Perfil dos usuários do CRAS Novo Horizonte. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Passos/MG: [s.n.]. 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/16664416-Caracterizacao-do-usuario-do-cras-centro-de-referencia-de-assistencia-de-passos-perfil-dos-usuarios-do-cras-novo-horizonte-passos-mg.html> Acesso em: 1 nov. 2018.

RAMALHO, L. Diário de itinerância, recurso para formação e avaliação de estudantes universitários. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v.3, n.51, p. 250-269, jan./abr. 2012 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18222/eae235120121961>. Acesso em: 03 fev. 2011.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, V. M. Prefácio. In: MONNERAT, G. L.; NEY, C.; SOUZA, R. G. **A Intersectorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2014.

RODRIGUES, M. GOULART, F.; FLORENTINO, G. Herança quilombola: Maria Conga em Magé – Baixada Fluminense. **Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial**. 2020. Disponível em: <https://dmjracial.com/2020/05/30/heranca-quilombola-maria-conga-em-mage-baixada-fluminense/> Acesso em: 20 abr. 2020.

ROMAGNOLI, R. C., AMORIM, A. K. M. A., SEVERO, A. K. S; NOBRE, M. T. Intersectorialidade em Saúde Mental: Tensões e Desafios em Cidades do Sudeste e Nordeste Brasileiro. **Revista Subjetividades**, 17(3), 157–168, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.6075> Acesso em: 17 de out. 2019.

ROUSSEAU, J. J. Do contrato social. In: **Os pensadores**. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1762/1997.

SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 6. ed. São Paulo: Paz e terra, 2003.

SAMPAIO, G. T. C. **Direito à educação para populações vulneráveis: desigualdades educacionais e o Programa Bolsa Família**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**. 2010, v. 15, n. 44, pp. 380-392.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000200013> Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, F. L. **Demografia e políticas educacionais: um olhar sobre a proposta da reorganização escolar paulista de 2015**. Universidade estadual de Campinas. Demografia. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p.183, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2019.1091786>. Acesso em: 27 jan. 2022.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1993.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Disponível em: [https://www.companhiadasletras.com.br/sala\\_professor/pdfs/CadernoAtividadesBrasil-umabiografia.pdf](https://www.companhiadasletras.com.br/sala_professor/pdfs/CadernoAtividadesBrasil-umabiografia.pdf) Acesso em 06 de jan. 2021.

SALLES, F. C. A nova face das políticas de desenvolvimento do Banco Mundial: do ajuste estrutural para a boa governança. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 99-125, 2016. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/478/317> Acesso em: 30 mai. 2019.

SANDRE, V. M. O. **O programa bolsa família: a intersectorialidade das políticas públicas no município de Amaporã/PR**. Artigo apresentado na conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/53976/R%20-%20E%20-%20VALDIRENE%20MIRANDA%20DE%20OLIVEIRA%20SANDRE.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 24 out. 2018.

SANTIAGO, M. G. O. **A condicionalidade escolar do Programa Bolsa Família no processo de escolarização de crianças: análise dos relatórios de frequência escolar e de acompanhamento familiar do Sistema Único de Assistência Social** Mestrado. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANTOS, S. F.; VARGAS, A. M. D.; LUCAS, S.D. Conselheiros usuários do conselho municipal de saúde de Belo Horizonte: características sociais e representatividade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, jun. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902011000200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000200019&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 25 out. 2021.

SÃO PAULO (Estado). **Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2020-2023**. Secretaria de Desenvolvimento Social. 2020. Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/peas-2020-2023.pdf> Acesso em 6 de nov. 2022.

SÃO PAULO. Decreto nº 47.225, de 25 de Abril de 2006. Institui a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil. Prefeitura do Município de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-47225-de-25-de-abril-de-2006#:~:text=Estabelece%20diretrizes%20para%20a%20Pol%C3%ADtica,de%20Erradica%C3%A7%C3%A3o%20do%20Trabalho%20Infantil> Acesso em 6 set. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Plano Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo 2016-2019**. Secretaria de Desenvolvimento Social. 2016. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1321.pdf> Acesso em 6 de nov. 2022.

SÃO PAULO. **Planos Municipais de Assistência Social do Estado de São Paulo**. PMAS 2018-2021. Secretarias Municipais do Estado de São Paulo. 2018.  
SAQUELLI, G. F. Programa Mais Educação e Novo Mais Educação: permanências e rupturas. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Instituto de Biociências, Rio Claro, 2018, p. 125.

SÃO PAULO. **PMASweb**. [s.d]. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Desenvolvimento Social. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-pmas/> Acesso em: 7 jun. 2018.

SAVIANI, D. O Plano de desenvolvimento da Educação: análise do Projeto do MEC. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p.1231 – 1255. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300027> Acesso em 04: abr. de 2021.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade [online]**. 2009, v. 21, n. 3, pp. 364-372. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300010> Acesso em 3 agosto 2022.

SENNA, M. C. M.; GARCIA, D. V.G. Políticas Sociais e Intersetorialidade: elementos para debate. **O Social em Questão**. Ano XVII, n. 32, 2014. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_32\\_SL3\\_Senna\\_Gracia\\_WEB.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_32_SL3_Senna_Gracia_WEB.pdf) Acesso em: 29 jun. 2018

SEIXAS, H. **Crônicas para ler na escola**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

SEIXAS, R. Canção: **Tente outra vez**, Álbum: Novo Aeon. 1975.

SEVERO, A. K.; DIMENSTEIN, M. Rede e intersetorialidade na atenção psicossocial: contextualizando o papel do ambulatório de saúde mental. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**. 2011, v. 31, n. 3 Acesso em 19 Dez 2019, pp. 640-655. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000300015> Acesso em: 6 abr. 2018.

SHUARE, M. A concepção histórico-cultural de Vigotski In: **A Psicologia Soviética meu olhar**. São Paulo: Terracota Ed, pp.59-80, 2017.

SILVA, M. I. F. **Educação escolar, pobreza e desigualdade social: plano municipal intersetorial do município de Altônia.** Artigo apresentado ao curso de Pós-Graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social do Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/53918/R%20-%20E%20-%20MARIA%20DE%20LOURDES%20FREITAS%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 27 out. 2018.

SILVA, A. M. E. **Gestão de condicionalidades do Programa Bolsa Família nos municípios de Piripiri e de Teresina.** Mestrado (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

SILVA, A. S. **Psicologia Política, Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** Tese. (Tese de Livre Docência). Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, A. S. **No interstício das disciplinas: a Psicologia Política.** Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SILVA, M. M. C. L; PASSOS, G. O. Programa Bolsa Família e as condicionalidades educacionais: análise sobre os resultados da intersectorialidade no Município de Teresina. **Revista Educação e Emancipação**, 11(1), p. 11-35, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v11n1p11-35> Acesso em: 31 jan.2018.

SILVA, V.C. A dimensão intersectorial da Política Pública de Assistência Social com a Escolarização: uma revisão integrativa de literatura à luz da Psicologia Política. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 41, p. 96-116, abr. 2018. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2018000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000100008&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 06 out. 2019.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C; DI GIOVANNI, G.. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, E. R. A. **Participação Social e Conferências nacionais: avanços e desafios no período 2003-2006.** Texto para Discussão, n. 1378. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

SOUZA, A. R. A; EDIN, S; LEITE, J. Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais. **Horizontes Antropológicos** [online]. 2019, v. 25, n. 53 p. 385-410. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832019000100014> Acesso em 28 de abr. 2022

SOUZA, M. P. R. **Atuação do psicólogo na rede pública de educação: concepções, práticas e desafios.** Tese (Tese de Livre Docência em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, M. P. R; ROCHA, M. L. Políticas educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática. In: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MEIRA,

Maria Eugenia M.; TULESKI, Silvana Calvo (Orgs.) **A exclusão dos incluídos. Uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos**. Maringá, PR: UEM, p. 345-370, 2011.

SOUZA, M. P. R.; LIMA, C. P.; RAMOS, C. J. M.; BARBOSA, D. R.; YAMAMOTO, K.; CALADO, V. A. Atuação do psicólogo na educação: o que pensam pesquisadores brasileiros sobre o tema. In: Souza, M. P. R.; SILVA, S. M. C. YAMAMOTO, K (Orgs.). **Atuação do psicólogo na educação básica: concepções, práticas e desafios** (p. 47-63). Uberlândia, MG: EDUFU, 2014.

SOUZA, M. R. P. Psicologia Escolar e Políticas Públicas em Educação: desafios contemporâneos. **Em aberto**, v. 23, n. 83, p. 129-149, 2010. Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2461/2199> Acesso em 20 de jun. de 2017.

SPOSATI, A. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006.

TANAMACHI, E. R.; ASBAHR, F. S. F.; BERNARDES, M. E. M. Teoria e Método na Psicologia Histórico-Cultural, In: BEATON, G. A.; SOUZA, Marilene Proença Rebello; BARROCO, S. M. S. (Orgs); BRASILEIRO, T. S. A. (Org.). **Psicologia Histórico-Cultural: Interfaces Brasil-Cuba** - Volume II. 1. ed. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá - EDUEM, 2018, pp. 91-100.

TANAMACHI, E.; MEIRA, M. E. M. Atuação do Psicólogo como Expressão do Pensamento Crítico em Psicologia e Educação. In: MEIRA, M. E. M.; ANTUNES, M. A. M. **Psicologia Escolar: Práticas críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

TÃNO, B. L.; MATSUKURA, T. Intersetorialidade e cuidado em saúde mental: experiências dos CAPSij da Região Sudeste do Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**. 2019, v. 29, n. 01. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290108> Acesso em: 19 jan 2020.

TATAGIBA, L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 25, p. 209-213, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/5mjfRh63Fqt5DS8QXwSxRNx/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 jan. 2019.

TEIXEIRA, S. M. F O desafio da gestão das redes de políticas. In: **Congresso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública**. Lisboa, Portugal, out, 2002. p. 1-24. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/CLAD/clad0043204.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2019.

TEIXEIRA, R. O. G. **Para além das condicionalidades: desafios do Programa Bolsa Família no município de Esteio/RS**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.



TOASSA, G. Conceito de consciência em Vigotski. **Revista de Psicologia USP**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 59-83, jun. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642006000200004&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642006000200004&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 01 nov. 2019.

TOURINHO, B. A. C; SOUZA, Marilene P. R S. Políticas Públicas Intersetoriais de Saúde e Educação: a transversalidade da proposta ético-política como desafio da psicologia escolar. In: SOUZA, M. P. R. **Psicologia Escolar e Políticas Públicas para Educação Básica na América Latina: pesquisas, impasses e desafios**. São Paulo: Editora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/602> Acesso em 21 dez. 2021.

UNITED NATIONS. **Report of the Special Rapporteur on minority issues on her mission to Brazil**. 2016. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G16/021/35/PDF/G1602135.pdf?OpenElement> Acesso em: 02 out. 2019.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIANA, A.L.A; PACÍFICO, H. O desenvolvimento e institucionalidade da política social no Brasil. In: Machado, C. V; BAPTISTA, T. W. F; Lima, Luciana Dias de. **Políticas de saúde no Brasil: Continuidades e mudanças**. Editora Fiocruz, 2012.

VIEIRA, J. J.; RAMALHO, C. C.; VIEIRA, COSTA, A L. A origem do plano nacional de educação e como ele abordou as questões de gênero. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 64–80, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9746> Acesso em: 22 jul. 2020.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1934/2001.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 1930-34/2004.

VIGOTSKI, L. S. O significado histórico da crise da Psicologia. Uma investigação metodológica. In: **Teoria e método em Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1927/2004, p.203-417.

VIGOTSKI, L. S. História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In: **Obras escogidas** – Tomo III. 2ª ed. Madri: Visor, 1931/2000, p. 11- 340. Disponível em <http://www.colegiodepsicologosperu.org/w/imagenes/biblioteca/archivos-Vygotsky-obras-escogidas-TOMO-3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da Arte**. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas III: problemas del desarrollo de la psique**. Madrid: Visor. 1927/1995.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978/1991.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e método em Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1925/2004.

VILLA, M.A. **A História das Constituições Brasileiras**. São Paulo: Leya, 2011.

WORLD BANK. **Education sector strategy update**. Washington: World Bank, 2005. Disponível em <http://www.oidel.org/doc/Education/Education%20%20Sector%20Strategy%20World%20Bank%20.pdf> Acesso em: 20 fev. de 2020.

WORLD BANK. **Learning for all: investing in people's knowledge and skills to promote development**. Washington: World Bank, 2011. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/27790> Acesso em: 20 dez. 2020.

WORLD BANK. **Banco Mundial aprova empréstimo para ampliação do Programa Bolsa Família**. Washington: World Bank, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2020/10/29/world-bank-approves-loan-supporting-expansion-of-bolsa-familia-program> Acesso em: 15 fev. 2021.

WORLD BANK. **O Banco Mundial no Brasil**. Washington: World Bank, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil> Acesso em: 1 dez. 2022.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2007, v. 19, n. 1, pp. 30-37. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000100005> Acesso em: 14 jan. 2020.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online]. 2010, v. 26, pp. 9-24. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37222010000500002> Acesso em: 20 jan. 2019.

YASBEK, M. C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2). p. 104-112, jun. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000200011> Acesso em: 3 abr. 2018.

YASBEK, M. C. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, n.120, p. 677-693, out./dez. 2014.

## APÊNDICE A

*Tabela 1 - Serviço de convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV) por município no Estado de São Paulo<sup>77</sup>*

Município	Frequência*	Percentual (%)**
São Paulo	526	22.7
Campinas	59	2.5
Ribeirão Preto	37	1.6
São Bernardo do Campo	36	1.6
Guarulhos	34	1.5
Bauru	27	1.2
Limeira	25	1.1
Araraquara	23	1.0
Barueri	21	.9
Jundiaí	19	.8
Mogi das Cruzes	19	.8
Botucatu	18	.8
Francisco Morato	18	.8
Mogi Guaçu	17	.7
Santo André	17	.7
Indaiatuba	16	.7
São Carlos	16	.7
Franca	15	.6
Barretos	14	.6
Hortolândia	14	.6
Osasco	14	.6
Presidente Prudente	14	.6
Piracicaba	13	.6
Carapicuíba	12	.5
Cotia	12	.5
Mauá	12	.5
Taboão da Serra	12	.5
Birigui	11	.5
Marília	11	.5
Itapeva	10	.4
Itapira	10	.4
Leme	10	.4
Mogi Mirim	10	.4
São José do Rio Preto	10	.4
Lins	9	.4
Rio Claro	9	.4
Suzano	9	.4
Caraguatatuba	8	.3
Santa Bárbara d'Oeste	8	.3

\*Frequência: quantidade de SCFV no município

\*\*Percentual: a taxa porcentual do SCFV por município em relação à amostra total



Santos	8	.3
São José dos Campos	8	.3
São Vicente	8	.3
Sorocaba	8	.3
Taubaté	8	.3
Americana	7	.3
Catanduva	7	.3
Diadema	7	.3
Guaratinguetá	7	.3
Itanhaém	7	.3
Itapecerica da Serra	7	.3
Itu	7	.3
Jacareí	7	.3
Jaú	7	.3
Registro	7	.3
Sumaré	7	.3
Votuporanga	7	.3
Amparo	6	.3
Araçoiaba	6	.3
Caçapava	6	.3
Caiuá	6	.3
Campos do Jordão	6	.3
Embu das Artes	6	.3
Ferraz de Vasconcelos	6	.3
Jaboticabal	6	.3
Jandira	6	.3
Lorena	6	.3
Oswaldo Cruz	6	.3
Paraguaçu Paulista	6	.3
Pirassununga	6	.3
Salto	6	.3
Santana de Parnaíba	6	.3
São João da Boa Vista	6	.3
São Manuel	6	.3
Sertãozinho	6	.3
Tietê	6	.3
Valinhos	6	.3
Votorantim	6	.3
Agudo	5	.2
Alumínio	5	.2
Araras	5	.2
Assis	5	.2
Capivari	5	.2
Descalvado	5	.2
Fernandópolis	5	.2

Guararema	5	.2
Itapevi	5	.2
Itaquaquecetuba	5	.2
Ituverava	5	.2
Jardinópolis	5	.2
Lençóis Paulista	5	.2
Mairiporã	5	.2
Matão	5	.2
Miracatu	5	.2
Mococa	5	.2
Olímpia	5	.2
Panorama	5	.2
Piedade	5	.2
Piraju	5	.2
Poá	5	.2
Presidente Epitácio	5	.2
Roseira	5	.2
Santa Rita do Passa Quatro	5	.2
São José do Rio Pardo	5	.2
Tupã	5	.2
Vinhedo	5	.2
Adamantina	4	.2
Apiaí	4	.2
Araçatuba	4	.2
Arthur Nogueira	4	.2
Atibaia	4	.2
Avaré	4	.2
Bariri	4	.2
Cabrália Paulista	4	.2
Cachoeira Paulista	4	.2
Capão Bonito	4	.2
Cravinhos	4	.2
Dois Córregos	4	.2
Embu-Guaçu	4	.2
Guarujá	4	.2
Laranjal Paulista	4	.2
Maracá	4	.2
Mirante do Paranapanema	4	.2
Novo Horizonte	4	.2
Ourinhos	4	.2
Pedregulho	4	.2
Pilar do Sul	4	.2
Pindorama	4	.2
Pitangueiras	4	.2
Praia Grande	4	.2

Santa Cruz do Rio Pardo	4	.2
São Joaquim da Barra	4	.2
Tremembé	4	.2
Aparecida	3	.1
Arujá	3	.1
Bernardino de Campos	3	.1
Biritiba Mirim	3	.1
Bom Jesus dos Perdões	3	.1
Boracéia	3	.1
Bragança Paulista	3	.1
Brotas	3	.1
Cajamar	3	.1
Campo Limpo Paulista	3	.1
Cruzeiro	3	.1
Divinolândia	3	.1
Dracena	3	.1
Euclides da Cunha Paulista	3	.1
Garça	3	.1
Guararapes	3	.1
Guariba	3	.1
Ibitinga	3	.1
Ibiúna	3	.1
Igarapava	3	.1
Ipaussu	3	.1
Iracemápolis	3	.1
Itarare	3	.1
Itariri	3	.1
Itirapina	3	.1
Jaguariúna	3	.1
Juquitiba	3	.1
Pederneiras	3	.1
Peruíbe	3	.1
Piracaia	3	.1
Pirapozinho	3	.1
Pontal	3	.1
Porto Feliz	3	.1
Potim	3	.1
Presidente Bernardes	3	.1
Salto de Pirapora	3	.1
Santa Cruz das Palmeiras	3	.1
Santa Isabel	3	.1
Santo Antônio do Jardim	3	.1

São Caetano do Sul	3	.1
Serrana	3	.1
Taquaritinga	3	.1
Tatuí	3	.1
Tejuá	3	.1
Vargem Grande Paulista	3	.1
Várzea Paulista	3	.1
Adolfo	2	.1
Atinópolis	2	.1
Álvares Machado	2	.1
Andradina	2	.1
Bastos	2	.1
Batatais	2	.1
Bebedoro	2	.1
Boituva	2	.1
Buritama	2	.1
Cabreúva	2	.1
Cafelândia	2	.1
Caieiras	2	.1
Cajati	2	.1
Cajuru	2	.1
Campina do Monte Alegre	2	.1
Cândido Mota	2	.1
Capela do Alto	2	.1
Cedral	2	.1
Cerqueira César	2	.1
Cerquilha	2	.1
Chavantes	2	.1
Conchal	2	.1
Coronel Macedo	2	.1
Cunha	2	.1
Dumont	2	.1
Eldorado	2	.1
Elisiário	2	.1
Engenheiro Coelho	2	.1
Espírito Santo do Pinhal	2	.1
Estiva Gerbi	2	.1
Estrela d'Oeste	2	.1
Fartura	2	.1
Florida Paulista	2	.1
General Salgado	2	.1
Getulina	2	.1
Glicério	2	.1
Guaíra	2	.1
Guapiaçu	2	.1
Guarantã	2	.1

Herculândia	2	.1
Ibirarema	2	.1
Iepê	2	.1
Igaraçu do Tietê	2	.1
Iguape	2	.1
Ilha Comprida	2	.1
Inúbia Paulista	2	.1
Ipeúna	2	.1
Itajobi	2	.1
Iporanga	2	.1
Itapuí	2	.1
Itupeva	2	.1
Jaci	2	.1
Jales	2	.1
José Bonifácio	2	.1
Junqueirópolis	2	.1
Lupércio	2	.1
Macedônia	2	.1
Manduri	2	.1
Mariópolis	2	.1
Marinópolis	2	.1
Meridiano	2	.1
Mirassol	2	.1
Mongaguá	2	.1
Monte Alto	2	.1
Monte Castelo	2	.1
Morro Agudo	2	.1
Nova Europa	2	.1
Palmital	2	.1
Paranapanema	2	.1
Pardinho	2	.1
Paulínia	2	.1
Paulo Ferreira	2	.1
Pedranópolis	2	.1
Pedreira	2	.1
Pedrinhas	2	.1
Paulista		
Pindamonhangaba	2	.1
Pirajuí	2	.1
Pirapora do Bom Jesus	2	.1
Pompéia	2	.1
Pracinha	2	.1
Pratânia	2	.1
Presidente Venceslau	2	.1
Promissão	2	.1
Quintana	2	.1
Regente Feijó	2	.1
Rio das Pedras	2	.1

Riolândia	2	.1
Salesópolis	2	.1
Santa Adélia	2	.1
Santa Branca	2	.1
Santa Fé do Sul	2	.1
Santa Maria da Serra	2	.1
Santa Mercedes	2	.1
Santo Anastácio	2	.1
Santópolis do Aguapeí	2	.1
São Bento do Sapucaí	2	.1
São João do Pau d'Alho	2	.1
São Miguel Arcanjo	2	.1
São Pedro	2	.1
São Simas	2	.1
Sarutaiá	2	.1
Tanaibi	2	.1
Torrinha	2	.1
Tupi Paulista	2	.1
Ubatuba	2	.1
Vargem Grande do Sul	2	.1
Aguai	1	.0
Águas da Prata	1	.0
Águas de Lindóia	1	.0
Águas de Santa Barbara	1	.0
Águas de São Pedro	1	.0
Lambari	1	.0
Alfredo Marcondes	1	.0
Altair	1	.0
Alto Alegre	1	.0
Álvares Florence	1	.0
Álvaro de Carvalho	1	.0
Alvinlândia	1	.0
Américo Brasiliense	1	.0
Américo de Campos	1	.0
Angatuba	1	.0
Anhemi	1	.0
Anhumas	1	.0
Aparecida D'Oeste	1	.0
Aramina	1	.0
Arapeí	1	.0

Arco-Íris	1	.0
Arealva	1	.0
Areias	1	.0
Areirópolis	1	.0
Ariranha	1	.0
Auriflama	1	.0
Avai	1	.0
Avanhandava	1	.0
Bady Bassitt	1	.0
Balbinos	1	.0
Bálsamo	1	.0
Bananal	1	.0
Barão de Antonina	1	.0
Barra Bonita	1	.0
Barra do Chapéu	1	.0
Barra do Turvo	1	.0
Barrinha	1	.0
Bento de Abreu	1	.0
Bertioga	1	.0
Bilac	1	.0
Birigui	1	.0
Bocaina	1	.0
Bofete	1	.0
Bom Sucesso de Itararé	1	.0
Borborema	1	.0
Borebi	1	.0
Braúna	1	.0
Brejo Alegre	1	.0
Brodowski	1	.0
Buri	1	.0
Caconde	1	.0
Caiabu	1	.0
Cajobi	1	.0
Cananéia	1	.0
Canas	1	.0
Cândido Rodrigues	1	.0
Canitar	1	.0
Cardoso	1	.0
Casa Branca	1	.0
Castilho	1	.0
Catiguá	1	.0
Cesário Lange	1	.0
Charqueada	1	.0
Clementina	1	.0
Colina	1	.0
Colômbia	1	.0
Conchas	1	.0
Cordeirópolis	1	.0

Coroados	1	.0
Corumbataí	1	.0
Cosmópolis	1	.0
Cosmorama	1	.0
Cristais Paulista	1	.0
Cruzália	1	.0
Dirce Reis	1	.0
Dobrada	1	.0
Dolcinópolis	1	.0
Duartina	1	.0
Echaporã	1	.0
Embaúba	1	.0
Espírito Santo do Turvo	1	.0
Estrela do Norte	1	.0
Fernão	1	.0
Flora Rica	1	.0
Floreal	1	.0
Florínea	1	.0
Franco da Rocha	1	.0
Gália	1	.0
Gastão Vidigal	1	.0
Gavião Peixoto	1	.0
Guaíçara	1	.0
Guaimbê	1	.0
Guapiara	1	.0
Guara	1	.0
Guaraçai	1	.0
Guaraci	1	.0
Guarani d' Oeste	1	.0
Guareí	1	.0
Guareí	1	.0
Iacanga	1	.0
Iacri	1	.0
Iaras	1	.0
Ibaté	1	.0
Ibirá	1	.0
Icém	1	.0
Ilha Solteira	1	.0
Ilhabela	1	.0
Indiana	1	.0
Indiaporã	1	.0
Iperó	1	.0
Ipiruá	1	.0
Iporanga	1	.0
Ipuã	1	.0
Irapuã	1	.0
Irapuru	1	.0
Itaberá	1	.0
Itaí	1	.0



Itaju	1	.0
Itaoca	1	.0
Itapetininga	1	.0
Itapirapuã	1	.0
Paulista		
Itápolis	1	.0
Itatiba	1	.0
Itatinga	1	.0
Itirapuã	1	.0
Itobi	1	.0
Jaborandi	1	.0
Jacupiranga	1	.0
Jarinu	1	.0
Jeriquara	1	.0
Joanópolis	1	.0
João Ramalho	1	.0
Júlio Mesquita	1	.0
Jumirim	1	.0
Juquiá	1	.0
Lavínia	1	.0
Lindóia	1	.0
Lourdes	1	.0
Louveira	1	.0
Lucélia	1	.0
Lucianópolis	1	.0
Luiz Antônio	1	.0
Luiziânia	1	.0
Lutécia	1	.0
Macatuba	1	.0
Macaubal	1	.0
Magda	1	.0
Mairinque	1	.0
Marabá Paulista	1	.0
Marapoama	1	.0
Mendonça	1	.0
Mesópolis	1	.0
Miguelópolis	1	.0
Mineiros do Tietê	1	.0
Mira Estrela	1	.0
Mirassolândia	1	.0
Mombuca	1	.0
Monções	1	.0
Monte Alegre do Sul	1	.0
Monte Aprazível	1	.0
Monte Azul	1	.0
Paulista		
Monteiro Lobato	1	.0
Morungaba	1	.0
Murutinga do Sul	1	.0
Narandiba	1	.0

Natividade da Serra	1	.0
Narazé Paulista	1	.0
Neves Paulista	1	.0
Nhandeara	1	.0
Nipoã	1	.0
Nova Campinas	1	.0
Nova Canaã Paulista	1	.0
Nova Granada	1	.0
Nova Guataporanga	1	.0
Nova Independência	1	.0
Nova Luzitânea	1	.0
Nova Odessa	1	.0
Novais	1	.0
Nova Odessa	1	.0
Ocaçu	1	.0
Óleo	1	.0
Orindiúva	1	.0
Oscar Bressane	1	.0
Ouro Verde	1	.0
Ouroeste	1	.0
Pacaembu	1	.0
Palestina	1	.0
Palmares Paulistana	1	.0
Palmeira D'Oeste	1	.0
Paraíso	1	.0
Paranapuã	1	.0
Parapuã	1	.0
Pariquera-Açu	1	.0
Parisi	1	.0
Patrocínio Paulista	1	.0
Paulicéia	1	.0
Paulistânea	1	.0
Piacatu	1	.0
Pinhalzinho	1	.0
Piquerobi	1	.0
Piquete	1	.0
Pirangi	1	.0
Piratininga	1	.0
Planalto	1	.0
Planatina	1	.0
Poloni	1	.0
Pongaí	1	.0
Pongaí	1	.0
Pontalinda	1	.0
Pontes Gestal	1	.0

Populina	1	.0
Porangaba	1	.0
Porto Ferreira	1	.0
Potirendaba	1	.0
Presidente Alves	1	.0
Quatá	1	.0
Queiroz	1	.0
Queluz	1	.0
Rafard	1	.0
Rancharia	1	.0
Reginópolis	1	.0
Restinga	1	.0
Ribeira	1	.0
Ribeirão Bonito	1	.0
Ribeirão Branco	1	.0
Ribeirão	1	.0
Corrente		
Ribeirão do Sul	1	.0
Ribeirão dos Índios	1	.0
Ribeirão Grande	1	.0
Ribeirão Pires	1	.0
Rifaina	1	.0
Rinópolis	1	.0
Rio Grande da Serra	1	.0
Riversul	1	.0
Rubiácea	1	.0
Sabino	1	.0
Sagres	1	.0
Sales	1	.0
Sales Oliveira	1	.0
Salmourão	1	.0
Salto Grande	1	.0
Santa Albertina	1	.0
Santa Clara d'Oeste	1	.0
Santa Cruz da Conceição	1	.0
Santa Cruz da Esperança	1	.0
Santa Ernestina	1	.0
Santa Gertrudes	1	.0
Santa Rita d'Oeste	1	.0
Santa Rosa de Viterbo	1	.0
Santo Antônio de Posse	1	.0
Santo Antônio do Aracanguá	1	.0
Santo Antônio do Pinhal	1	.0

Santo Expedito	1	.0
São Francisco	1	.0
São João das Duas Pontes	1	.0
São José da Bela Vista	1	.0
São José do Barreiro	1	.0
São Lourenço da Serra	1	.0
São Luiz do Paraitinga	1	.0
São Pedro do Turvo	1	.0
São Sebastião	1	.0
São Pedro do Turvo	1	.0
Sebastianópolis do Sul	1	.0
Serra Azul	1	.0
Serra Negra	1	.0
Sete Barras	1	.0
Severínia	1	.0
Silveiras	1	.0
Socorro	1	.0
Tabapuã	1	.0
Tabatinga	1	.0
Taguaí	1	.0
Taguaí	1	.0
Taiacu	1	.0
Tapiraí	1	.0
Taquarituba	1	.0
Taquarituba	1	.0
Taquarivaí	1	.0
Tarabai	1	.0
Tarumã	1	.0
Teodoro Sampaio	1	.0
Terra Roxa	1	.0
Timburi	1	.0
Torre de Pedra	1	.0
Três Fronteiras	1	.0
Turmalina	1	.0
Ubarana	1	.0
Ubirajara	1	.0
Uchoa	1	.0
União Paulista	1	.0
Urânia	1	.0
Uru	1	.0
Urupês	1	.0
Valentim Gentil	1	.0
Valparaíso	1	.0

Vera Cruz	1	.0
Vista Alegre do Alto	1	.0
Vitória Brasil	1	.0
Zacarias	1	.0
Total	2322	100.0

Fonte: PMASweb (SÃO PAULO, s.d). Elaborada pela autora, 2019.

## APÊNDICE B

### Quadro Pré-Indicadores/ Indicadores/ Núcleos de Significação

#### NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

**Política Nacional da Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2005); Planos Municipais de Assistência Social - PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018); Caderno Gestão Intersectorial no Território - PME (BRASIL, 2009)**

#### Primeiro núcleo de significação

#### *Elementos de transformação na estrutura da Política de Assistência Social e Educação Integral*

PRÉ-INDICADORES – PNAS	INDICADORES
<p>- Faz-se relevante nesse processo, a <b>constituição da rede de serviços</b> que cabe à assistência social prover, com <b>vistas a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e na atuação intersectorial</b>, uma vez que somente assim se torna possível estabelecer o que deve ser de iniciativa desta política pública e em que deve se colocar como parceira na execução” (PNAS, introdução, p. 14).</p> <p>- Promove também o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de <b>ações intersectoriais que visem a sustentabilidade, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social</b>, e evitar que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados, recaindo em situações de vulnerabilidades e riscos (PNAS, Centro de Referência da</p>	<p><b>Intersectorialidade para romper o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social</b> e oportunizar acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos: <b>a rede como ferramenta central na atuação intersectorial</b></p>

Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica, p.35).

- pelo compromisso com o desenvolvimento humano e social do país e pela **partilha de ações intersetoriais governamentais, para enfrentar e superar a pobreza, as desigualdades sociais, econômicas e as disparidades regionais e locais** existentes no país (PNAS, Justificativa da Norma Operacional Básica do SUAS, p.81).

- Além disso, a Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e **considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais**, particularmente, as públicas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos (PNAS, Matricialidade Sociofamiliar, p.42)

- Enfim, todos aqueles que estão, neste momento, fazendo mais uma vez,

coro, voz e ação em uma luta que vem desde muito antes da Constituição Federal de 1988, reafirmando a fundamental relevância de um **processo participativo nos moldes e nas condições que o pacto intersetorial demanda e a democracia requer** (apresentação, p.79).

- Esse reconhecimento impõe a necessidade de articular e integrar ações e recursos, tanto na relação intra como interinstitucional, bem como com os demais conselhos setoriais e de direitos. **Ao invés de**

<p>substituir a ação do Estado, a rede deve ser alavancada a partir de decisões políticas tomadas pelo poder público em consonância com a sociedade (PNAS).</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – PNAS	INDICADORES
<p>- Menicucci (2002) afirma que “o novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersetorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território”. Ou seja, ao invés de metas setoriais a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e <b>intervir através das políticas públicas, com o objetivo de alcançar resultados integrados e promover impacto positivo nas condições de vida</b> (PNAS, p.44).</p> <p>- Dessa forma, <b>uma maior descentralização, que recorte regiões homogêneas, costuma ser pré-requisito para ações integradas na perspectiva da intersetorialidade.</b></p> <p><b>Descentralização efetiva com transferência de poder de decisão, de competências e de recursos, e com autonomia das administrações dos microespaços na elaboração de diagnósticos sociais, diretrizes, metodologias, formulação, implementação, execução,</b></p>	<p><b>Descentralização, Intersectorialidade, territorialização e a garantia de canais de participação local</b> enquanto mudanças nas políticas sociais</p>



**monitoramento, avaliação e sistema de informação das ações definidas, com garantias de canais de participação local.** Pois, esse processo ganha consistência quando a população assume papel ativo na reestruturação (PNAS, p.44).

- Para Menicucci (2002), “a proposta de planejamento e intervenções intersetoriais envolve mudanças nas instituições sociais e suas práticas”. Significa **alterar a forma de articulação das ações em segmentos, privilegiando a universalização da proteção social em prejuízo da setorialização e da autonomização nos processos de trabalho.** Implica, também, em **mudanças na cultura e nos valores da rede socioassistencial, das organizações gestoras das políticas sociais e das instâncias de participação.** Torna-se necessário, constituir uma forma organizacional mais dinâmica, articulando as diversas instituições envolvidas (PNAS).

- É essa a **perspectiva que esta Política Nacional quer implementar. A concepção da assistência social como política pública tem como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersectorialidade aqui expressos** (PNAS, Descentralização Político-Administrativa e Territorialização, p. 44)

- A contribuição da **Assistência Social nessa perspectiva,** implementada como política pública alicerçada de direitos, **deve se realizar por meio de uma estrutura político administrativa que ressalta a fundamental relevância do processo de descentralização, quanto ao redesenho do papel e da escala espacial de organização dos serviços do Estado Brasileiro, que**

possa facilitar a transferência, em blocos de competências, das ações para os territórios mais próximos da população e de suas necessidades, e a distribuição dos recursos financeiros e operacionais de forma mais eqüitativa, articulando corretamente a participação dos municípios, do Distrito Federal, dos estados e da União, seja no co-financiamento, seja na implementação dos benefícios e na execução direta e, ou, compartilhada dos serviços socioassistenciais, **nos moldes e nas condições que o pacto intersetorial irá estabelecer** (PNAS, Funções da política pública de Assistência Social para extensão da proteção social brasileira, p.89)

- O princípio de integração às políticas sociais e econômicas refere-se à dinâmica e à gestão da Assistência Social, na medida em que grande parte das vulnerabilidades e dos riscos se concentra no âmbito social e no econômico, o que exige ações intersetoriais e de integração territorial (PNAS, Proteção Social, p.91).

- A plena concretização do federalismo cooperativo no país requer o **aprimoramento de instrumentos legais e institucionais de cooperação intergovernamental. Trata-se, portanto, de uma estratégia fundamental frente à escassez de recursos públicos, à diferenciada capacidade gerencial e fiscal dos entes federados, às profundas desigualdades socioeconômicas regionais e à natureza cada vez mais complexa dos problemas urbanos, ambientais e de desenvolvimento econômico territorial, que exigem soluções intersetoriais e intergovernamentais. Nesse contexto, sobressai a importância de fortalecer a articulação e cooperação das esferas de governo**

<p><b>no âmbito do espaço sub-regional</b> (PNAS, Gestão compartilhada de serviços, p.96).</p> <p>- Considerando que a assistência social é uma política que tem seu campo próprio de atuação e que se realiza em estreita relação com outras políticas, uma política de recursos humanos deve pautar-se por reconhecer a natureza e especificidade do trabalhador, mas, também, o conteúdo intersetorial de sua atuação (PNAS, A Política de Recursos Humanos, p.54).</p>	
--	--

PRÉ-INDICADORES – PNAS	INDICADORES
<p>- <b>Ao invés de substituir a ação do Estado, a rede deve ser alavancada a partir de decisões políticas tomadas pelo poder público em consonância com a sociedade.</b> É condição necessária para o trabalho em rede que o Estado seja o coordenador do processo de articulação e integração entre as Organizações Não-Governamentais – ONGs, Organizações Governamentais – OGs e os segmentos empresariais, em torno de uma situação ou de determinado território, discutindo questões que dizem respeito à vida da população em todos os seus aspectos (PNAS).</p> <p>- O legislador constituinte de 1988 foi claro no art. 204, ao destacar a <b>participação da sociedade civil tanto na execução dos programas através das entidades beneficentes e de assistência social, bem como na participação, na formulação e no controle das ações em todos os níveis</b> (PNAS).</p>	<p>Novas bases para a <b>relação entre o Estado e a Sociedade Civil</b></p>

- A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado assuma a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política. Por outro lado, **a sociedade civil participa como parceira, de forma complementar na oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social. Possui, ainda, o papel de exercer o controle social sobre a mesma (PNAS).**

- Vale ressaltar a importância dos fóruns de participação popular, específicos e, ou, de articulação da política em todos os níveis de governo, bem como a união dos conselhos e, ou, congêneres no fortalecimento da sociedade civil organizada na consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

- A forma de gestão no sistema descentralizado e participativo proposto pela LOAS, em seu capítulo III, artigo 6º, implica na participação popular, na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidades e no co-financiamento entre as esferas de governo e a sociedade civil (PNAS).

- II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (PNAS).

- A vida dessas famílias não é regida apenas pela pressão dos fatores socioeconômicos e necessidade de sobrevivência. Elas precisam ser compreendidas em seu contexto cultural, inclusive ao se tratar da análise das origens e dos resultados de sua situação de risco e de suas

dificuldades de auto-organização e de participação social (PNAS).

- A participação popular foi efetivada na LOAS (artigo 5º, inciso II), ao lado de duas outras diretrizes, a descentralização político-administrativa para Estados, Distrito Federal e Municípios, o comando único em cada esfera de governo (artigo 5º, inciso I), e a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo (artigo 5º, inciso III) (PNAS).

- O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais (PNAS).

- As alianças da sociedade civil com a representação governamental são um elemento fundamental para o estabelecimento de consensos, o que aponta para a necessidade de definição de estratégias políticas a serem adotadas no processo de correlação de forças.

- Na conformação do Sistema Único de Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará essa participação são os conselhos e as conferências, não sendo, no entanto, os únicos, já que outras instâncias somam força a esse processo (PNAS).

- há que se produzir uma metodologia que se constitua ao mesmo tempo em resgate de participação de indivíduos

dispersos e desorganizados, e habilitação para que a política de assistência social seja assumida na perspectiva de direitos publicizados e controlados pelos seus usuários (PNAS).

- Um dos grandes desafios da construção dessa política é a criação de mecanismos que venham garantir a participação dos usuários nos conselhos e fóruns enquanto sujeitos não mais sub-representados (PNAS).

- Assim, é fundamental a promoção de eventos temáticos que possam trazer usuários para as discussões da política fomentando o protagonismo desses atores. Outra linha de proposição é a criação de ouvidorias por meio das quais o direito possa, em primeira instância, se tornar reclamável para os cidadãos brasileiros. No interior dos conselhos, a descentralização das ações em instâncias regionais consultivas pode torná-los mais próximos da população. Também a realização de reuniões itinerantes nos três níveis de governo pode garantir maior nível de participação. Outra perspectiva é a organização do conjunto dos conselhos em nível regional, propiciando articulação e integração de suas ações, fortalecendo a política de assistência social, já que a troca de experiência capacita para o exercício do controle social. Por fim, é importante ressaltar nesse eixo a necessidade de informação aos usuários da assistência social para o exercício do controle social por intermédio do Ministério Público e dos órgãos de controle do Estado (PNAS).

PRÉ-INDICADORES – PME	INDICADORES
<p>- Portanto, a definição de uma matriz avaliativa a partir da qual as metas e os resultados possam ser avaliados por critérios conhecidos e validados por todos é também uma exigência colocada aos gestores. E, sobretudo, que <b>esta avaliação tenha alto grau de interação e participação das crianças, adolescentes e jovens</b>, uma vez que é em função deles que o Programa ganha existência (PME, p. 26).</p> <p>- A ênfase que vem sendo dada neste texto ao processo de negociação e pactuação entre os agentes públicos envolvidos é decorrente de uma característica fundamental das políticas públicas pós Constituição Federal de 1988: <b>a descentralização e o fortalecimento dos governos locais</b> (PME, p. 26).</p> <p>- Desde a Constituição Federal de 1988, a descentralização passou a ser uma diretriz importante na gestão das políticas sociais, especialmente nos aspectos de execução e coordenação. Como efeito da descentralização ao longo desses anos, observamos um distanciamento dos modelos centralizados no governo federal e uma ampliação da autonomia dos Estados e municípios para inovações e experimentações políticas mais próximas das especificidades locais e regionais (PME, p.26)</p> <p>- <b>A descentralização tem induzido políticas sociais a condições heterogêneas e, quando são simultaneamente impulsionadas pela diretriz da participação popular, tendem a se aproximar das demandas locais</b> (PME, p. 26).</p>	<p><b>Elementos da descentralização política:</b> fortalecimento do governo local, definição de uma matriz avaliativa de participação popular nas instâncias deliberativas e a interlocução entre as diferentes esferas</p>

<p>- Embora com efeitos diferenciados do ponto de vista dos 'pactos federativos' firmados pelas diferentes políticas setoriais envolvidas no Programa MAIS EDUCAÇÃO, a diretriz da descentralização tem impactado a gestão pública nas três esferas de governo (PME, 27).</p>	
---	--

PRÉ- INDICADOR	INDICADOR
<p>- O Programa MAIS EDUCAÇÃO traz a <b>intersetorialidade em sua gênese, uma conquista da intervenção pública no campo educativo</b> (PME).</p> <p>- A concepção de educação que sustenta o Programa afirma o <b>potencial educativo de amplo espectro das políticas públicas setoriais</b>: Assistência Social, Ciência e Tecnologia, Cultura, Educação, Esporte, Meio Ambiente (PME).</p> <p>- Trata-se, portanto, de uma <b>decisão política de redirecionar a ação pública no campo educativo</b>. Uma decisão que, <b>em regimes democráticos</b> (PME) .</p> <p>- A intersetorialidade, como meio de gestão do Programa MAIS EDUCAÇÃO, implica que cada município poderá participar da definição de seus critérios de implementação, de acordo com a relevância que eles têm em cada <b>realidade municipal</b>, isto é, quais as articulações setoriais mais relevantes e adequadas a cada contexto local. E, sobretudo, respeitando as conquistas sociais em instâncias de participação e deliberação, como os conselhos de políticas públicas e as respectivas conferências (PME, p.32).</p> <p>- Portanto <b>o primeiro princípio para levar a cabo um programa</b></p>	<p><b>A intersetorialidade, como meio de gestão</b>, implica que cada município poderá realizar as articulações setoriais mais relevantes e adequadas a cada contexto local</p>



<p><b>intersetorial, em tempos de incerteza, consiste na construção de recursos de poder e legitimidade, uma vez que será exigido algum grau de inovação</b> do ponto de vista da gestão de cada agente institucional envolvido. <b>A intersetorialidade supõe trocas sustentadas na horizontalidade das relações políticas, gerenciais e técnicas.</b> Não se trata de equivalências, mas, sobretudo, do reconhecimento da capacidade que cada política setorial tem a aportar ao propósito comum: garantir educação integral às crianças, adolescentes e jovens (PME).</p>	
--	--

<b>PRÉ INDICADORES – PMAS</b>	<b>INDICADORES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os encaminhamentos são através de contatos telefônico e pessoais e através de envio de instrumental escrito e reuniões de rede para <b>discutir casos mais complexos</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</li> <li>- Parceria na participação de datas festivas, palestras e cursos profissionalizantes (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</li> <li>- <b>Somente em casos de maior vulnerabilidade</b> onde há o descumprimento de condicionalidades, dificuldade de acesso e acolhimento institucional (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</li> <li>- Articulação informal através de contato telefônico e quando necessário <b>reuniões pontuais</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</li> <li>- <b>Em alguns casos, onde é identificado maior complexidade,</b> são realizados acompanhamento em</li> </ul>	<p>A intersetorialidade na discussão de casos complexos: elemento focal ou transversal – eis a questão?</p>

conjunto (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **Apenas para o atendimento à Criança e Adolescente em situação de violência** existe o Protocolo de atendimento com definição de responsabilidades, porém para as demais demandas também são encaminhadas, acompanhadas, e existe a Reunião de Rede para discussão dos casos em conjunto (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Há um grupo de discussão entre estas duas políticas de trabalho em **parceria para acompanhamento de casos mais complexos** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação)

- Reunião entre equipe técnica **quando existem casos a serem acompanhados** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- o estabelecimento de protocolos e ações intersetoriais, acaba por acontecer **apenas em situações pontuais, ou quando surge alguma demanda que exige a mobilização imediata** de diferentes áreas (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

### NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

Instrução Operacional e Manual de Orientações nº 01 da Secretaria Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SNAS–MDS) e da Secretaria de Educação Básica – Ministério da Educação (SEB – MEC) - SNAS/SEB (BRASIL, 2014a); Planos Municipais de Assistência Social - PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018).

#### Segundo Núcleo de Significação

*Das orientações legais interministeriais à articulação intersetorial municipal*

PRÉ-INDICADORES – SNAS/SEB	INDICADORES
<p>- A articulação intersetorial como a que se propõe, <b>além de proporcionar diferentes formas de aprendizagem, de construção do conhecimento e de formação cidadã, possibilita o fortalecimento de vínculos entre familiares e com a comunidade, e, em consequência, promove maior proteção aos direitos das crianças e dos adolescentes e suas famílias, reduzindo a ocorrência de vulnerabilidades e riscos sociais a que estão expostos (SNAS/SEB INTRODUÇÃO, p.1)</b></p> <p>- As reuniões de <b>planejamento</b> das ações de integração do serviço com o programa podem ser também ocasião para o seu <b>acompanhamento e avaliação</b>. Além dos profissionais que executam o PME e o SCFV, desses encontros <b>poderão participar representantes da sociedade civil, como do Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal</b></p>	<p>O diálogo da Assistência Social com a política de Educação, por meio da parceria do <b>SCFV com o PME, enquanto ferramenta de intervenção nas vulnerabilidades e riscos sociais</b></p>

da Educação, do Conselho Tutelar, entre outros (SNAS/SEB).

- **A participação da comunidade no processo de acompanhamento e avaliação da integração entre o PME e o SCFV só ocorrerá se forem disponibilizadas informações sobre a existência dessa parceria**, por isso é fundamental que a escola, o CRAS e as unidades executoras do SCFV informem e orientem a população sobre a integração das ações. É importante que a população seja informada das especificidades tanto do PME quanto do SCFV, a fim de compreender a complementariedade das ações, assim como as formas de inserção, os objetivos e processo de acompanhamento (SNAS/SEB)..

- Essa avaliação poderá ser realizada também por meio da inclusão do tema em comitês territoriais, fóruns, câmaras técnicas, etc. As instâncias já existentes no território podem otimizar a gestão compartilhada da articulação entre o SCFV e o PME. A sua formalização é uma ação importante no sentido de incentivar o efetivo controle e participação social, bem como o monitoramento da integração entre o SCFV e o PME, fornecendo subsídio para a manutenção das ações ou para a sua reformulação (SNAS/SEB).

- Estreitar o diálogo da Assistência Social com a política de Educação por meio da parceria do SCFV com o PME é uma maneira de reconhecer e intervir em vulnerabilidades e riscos a que os usuários dessas duas ações estão expostos, assegurando-lhes maior **proteção e cidadania** (SNAS/SEB).

- Inserção destes jovens no DRADS de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, sendo solicitado mensalmente Relatório de Frequência Escolar, participação das oficinas, ações comunitárias envolvendo unidade

<p>escolar e família. Rodas de conversas entre profissionais das duas políticas junto com usuários. Parceria no Projeto Mais Educação, com atividades físicas e culturais, além segurança alimentar e alfabetização (jovens que não interagem na escola) quando se fizer necessário (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- Desde 2015 [...] desenvolve o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, refere-se a atividades diferenciadas realizadas em horários opostos às aulas convencionais, atualmente esta parceria é realizada em alguns Centros Comunitários (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p>	
--	--

PRÉ-INDICADORES – SNAS/SEB	INDICADORES
<p>- Nessa direção, a integração entre o SCFV e o PME é uma estratégia necessária tendo em vista que os mesmos usuários são atendidos pelas duas políticas em função de sua capilaridade no território e, embora tenham objetivos diferentes, em muitos momentos, recorrem a estratégias próximas. <b>Essa articulação fortalece o diálogo entre as políticas de educação e assistência social, em todos os âmbitos de atuação, por meio do desenvolvimento de uma agenda articulada</b> nos municípios onde as duas ações sejam desenvolvidas (SNAS/SEB).</p> <p>- Nessa direção, verifica-se a possibilidade de articular o PME com o SCFV no âmbito municipal, haja vista a complementariedade das ações das duas áreas – Assistência Social e</p>	<p><b>Princípios e objetivos convergentes:</b> o desenvolvimento de uma <b>agenda articulada</b> para potencializar a atenção aos usuários, às famílias e ao trabalho em rede</p>

Educação. Ambos possuem princípios e objetivos convergentes, bem como formatos de execução que podem e devem ser conciliados, de forma a potencializar a atenção aos usuários e suas famílias e o trabalho em rede (SNAS/SEB).

- A proposta de **ações integradas entre o SCFV e o PME converge no entendimento de que os sujeitos devem ser compreendidos com uma visão de totalidade e que não devem ser considerados de maneira fragmentada no âmbito das políticas públicas.** Assim, a integração entre ambos está parametrada na compreensão de que é possível ofertar ações complementares a um público comum às políticas públicas setoriais, no caso, a Assistência Social e Educação (SNAS/SEB).

- Conforme salientado anteriormente, o SCFV é ofertado de maneira ininterrupta e organizado em percursos e grupos por faixas etárias. Já no PME as atividades ocorrem em dias letivos e em turnos estendidos (normalmente, um turno para as aulas regulares e, outro, para as atividades complementares integradas ao currículo). Ou seja, há turnos e públicos coincidentes nas duas iniciativas, que podem ser trabalhados de forma parceira, integrada, e não concorrente. O aluno do PME pode ter uma atividade no espaço do SCFV, e vice-versa, compreendendo-se que ambas exercem ação educativa e protetiva, consoante as suas competências (SNAS/SEB).

- A parceria interministerial não se encerra na inclusão dos estudantes beneficiários do PBF na educação integral. O PME visa desenvolver uma agenda articulada, a fim de fortalecer a intersectorialidade e o diálogo entre as áreas, sobretudo educação, cultura, esporte, meio ambiente, assistência

<p>social, ciência e tecnologia e juventude, em todo o país. É preciso centrar esforços em intervenções que visem amparar, apoiar, auxiliar e resguardar os sujeitos e suas famílias, incorporando intervenções conjuntas de caráter protetivo e preventivo, envidando esforços para a defesa e promoção de seus direitos (SNAS/SEB, Integração de Ações Entre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Programa Mais Educação, p.8).</p> <p>- Para garantir que a articulação entre o PME e o SCFV desperte o interesse dos estudantes/usuários e lhes beneficie efetivamente, de modo que sejam assíduos e participativos nas atividades das duas ações, é importante ouvir as suas demandas e ter ciência das suas necessidades, a fim de que sejam adotadas estratégias atrativas para as atividades (SNAS/SEB).</p> <p>- Além disso, deve-se ter em mente que um dos objetivos do PME é o de prevenir a evasão e a repetência escolar e um dos objetivos do SCFV é contribuir para a inserção, reinserção e permanência dos usuários no sistema educacional, assim como para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Assim, ambas as ações devem primar pela qualidade e dinamicidade das atividades ofertadas (SNAS/SEB).</p>	
--	--

<b>PRÉ-INDICADORES – PMAS (2018-2021)</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>- Esporte, lazer. Realizamos ações conjuntas, principalmente ao <b>SCFV</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p>	<p>Viabilização do SCFV por meio de recursos e Projetos socioeducativos da Educação</p>

- Com a **participação nos grupos do PAIF/PAEFI e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos** (medidas socioeducativas), bem como através de visitas domiciliares **(PMAS, Interface com outras políticas, Educação).**

- **Projetos socioeducativos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).**

- **Fornecimento de alimentação, transporte, motorista e materiais pedagógicos para a complementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos (PMAS, Interface com outras políticas, Educação)**

- **Acompanhamento em conjunto da frequência escolar** do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade e **do Serviço de Vínculo** para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos e de 15 a 17 anos **(PMAS, Interface com outras políticas, Educação).**

- Sim no âmbito da educação realizamos reunião conjunta entre as secretarias para troca de informações, e o Centro de Convivência da Criança e do Adolescente Educar e Transformar é um programa de âmbito Social em parceria com a Secretaria Municipal de Educação no que diz respeito ao transporte.”

- O CRAS se utiliza de um formulário próprio onde consta a identificação do usuário, o destino e o motivo do encaminhamento, constituindo



instrumento importante de acesso de direitos. O acompanhamento é realizado através de devolutivas dos casos encaminhados com relatórios, atendimentos particularizados, inserção nos serviços de convivência, PAIF, oficinas e os devidos encaminhamentos para as políticas setoriais.”

- projetos socioeducativos **de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.**

“Acompanhamento em conjunto da frequência escolar do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos e de 15 a 17 anos; Protocolo de Encaminhamentos ao CREAS; Protocolo do Programa Criança Feliz.

-Inserção destes jovens no **DRADS de Convivência e Fortalecimento de Vínculo**, sendo solicitado mensalmente Relatório de Frequência Escolar, participação das oficinas, ações comunitárias envolvendo unidade escolar e família. Rodas de conversas entre profissionais das duas políticas junto com usuários. **Parceria no Projeto Mais Mais Educação, com atividades físicas e culturais, além de segurança alimentar e alfabetização (jovens que não interagem na escola) quando se fizer necessário.**

- Desde 2015 Limeira desenvolve o **Programa Mais Educação, O programa Mais Educação**, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, refere-se a atividades diferenciadas realizadas em horários opostos às aulas convencionais, atualmente esta

parceria é realizada em alguns Centros Comunitários.

**- Parcerias nas ações do SCFV. Espaço Amigo com profissionais capacitados para cada faixa etária.**

- Com a participação nos grupos do PAIF/PAEFI e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como através de visitas domiciliares.

- As famílias, especialmente em descumprimento de condicionalidades, são atendidas e acompanhadas pelas equipes dos Cras, por meio da articulação com as escolas e a inclusão nos serviços do Paif e com os **Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**.

- Os usuários do SCFV são encaminhados pela secretaria de Educação.

- O Protocolo de Intenções também promove ações conjuntas frente a campanhas de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, álcool e drogas ilícitas. Paralelamente estabelece um Termo de Cooperação aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de 6 a 15 anos com o custeio de 10 pedagogos por meio de processo seletivo escolhido para ações/atividades complementares após horário escolar.

-Discussão e acompanhamento dos casos e de frequência escolar; Encaminhamento do órgão gestor da Educação para solicitação de SCFV - ViVa Virtudes e Valores de 12 a 15 anos (Programa Municipal).

<p>- As intervenções são realizadas de acordo com as normativas estabelecidas pelo Programa Ação Jovem. É realizado acompanhamento das condicionalidades e prevenção das quebras de condicionalidades dos beneficiários, dos jovens que participam do SCFV e dos que estão em cumprimento de medida socioeducativa, sempre em parceria com a Educação e em alguns casos, com a Saúde.”</p> <p>- Esporte, lazer. Realizamos ações conjuntas, <b>principalmente ao SCFV</b></p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – PMAS	INDICADORES
<p>- <b>as reuniões das pastas são realizadas a partir da agenda.</b> Até o momento não tivemos necessidade de elaborar um programa (PMAS, Interface com outras políticas, Educação)</p> <p>- <b>Até o momento não foi necessário [protocolo], as reuniões foram realizadas através de agenda</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- <b>As reuniões das pastas são realizadas a partir da agenda de cada política, portanto, nenhum protocolo legítimo foi estabelecido</b>, inclusive porque é necessário que todas as políticas públicas estejam alinhadas com seus serviços e a referência de cada serviço para atender a demandas provindas de outras políticas no cumprimento de determinado protocolo estabelecido (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p>	<p>Nascer ou morrer pela agenda: <b>o dilema da construção de uma agenda compartilhada</b> entre as políticas.</p>

<p>- As reuniões são realizadas a partir de agenda (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- <b>Os principais obstáculos para o estabelecimento de protocolos</b> entre a Assistência Social e as demais políticas públicas é a falta de fluxo de atendimento, sistematização dos dados e informações, e <b>construção de uma agenda compartilhada entre as políticas</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- O principal obstáculo é a dificuldade de mobilização dos setores para trabalhar articuladamente (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – SNAS/SEB	INDICADORES
<p>- <b>A integração e articulação entre o PME e o SCFV devem passar por decisões das</b> políticas de educação e de assistência social no âmbito da <b>gestão municipal</b> (SNAS/SEB, p.9).</p> <p>- Para efetivá-la, <b>é indispensável que haja interlocução entre os gestores municipais das duas políticas, com vistas a formalizar a decisão de ações integradas</b> que podem ser materializadas por meio de instrumentos como, por exemplo, <b>termo de compromissos</b>, onde os gestores da assistência social e educação fundamentem a decisão de executar de forma integrada o SCFV e o PME, além de elencar as responsabilidades e atribuições específicas e comuns de cada um; prever a disponibilização de equipes técnicas e de materiais necessários para a realização das ações específicas e conjuntas de cada área e;</p>	<p><b>Interlocução entre os gestores municipais das duas políticas como ação indispensável para efetivação da integração e articulação entre o PME e o SCFV</b></p>

<p>bem como de capacitação continuada para as equipes de profissionais; e as estratégias para o acompanhamento e avaliação da integração intersetorial (SNAS/SEB, Gestão da Integração e Ações Articuladas entre o Programa Mais Educação e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, p.9).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A oferta de capacitação aos profissionais que executam o PME e o SCFV deve ser assegurada pelos gestores na formalização da integração das duas ações (SNAS/SEB).</li> <li>- Por essa razão, <b>ressalta-se a necessidade de envidar esforços no âmbito da gestão das respectivas políticas quanto à articulação entre o Serviço e o Programa</b>, visando promover intervenções que amparem, apoiem, auxiliem e resguardem os sujeitos e suas famílias, por meio de ações conjuntas de caráter protetivo e preventivo para a defesa e a promoção de seus direitos (SNAS/SEB).</li> <li>- É imprescindível que os gestores municipais das políticas de Educação e Assistência Social – estejam sensíveis às potencialidades dessa integração e empenhem-se, em conjunto com os profissionais que atuam na execução do PME e do SCFV, na construção de estratégias que possam aperfeiçoá-la para o melhor atendimento às crianças e adolescentes brasileiros (SNAS/SEB).</li> </ul>	
--	--

PRÉ-INDICADORES – SNAS/SEB	INDICADORES
<p>- É necessário que os instrumentos de formalização dos compromissos manifestem clareza em relação ao papel das duas políticas, a fim de se</p>	<p><b>O papel da gestão na articulação intersetorial:</b> instrumentais, estratégias e interlocução entre PME e SCFV</p>

evitar a sobreposição de ações ou que uma área assuma as responsabilidades da outra (SNAS/SEB).

- Para efetivá-la, é indispensável que haja interlocução entre os gestores municipais das duas políticas, com vistas a formalizar a decisão de ações integradas que podem ser materializadas por meio de instrumentos como, por exemplo, **termo de compromissos**, onde os gestores da assistência social e educação fundamentem a decisão de executar de forma integrada o SCFV e o PME (SNAS/SEB).

- A integração entre PME e SCFV não significa a transferência de responsabilidades de uma política social para a outra, e sim, considerando a sua operacionalização, o **compartilhamento de carga horária entre o programa e o serviço** (SNAS/SEB).

- Além disso, o termo de compromisso entre os gestores deverá determinar ainda a **elaboração de um plano de ação** conjunta entre as escolas do PME e as unidades executoras do SCFV, de maneira que sejam estabelecidos os fluxos de encaminhamento e atendimento dos estudantes/usuários e evidenciadas as ações e as atividades a serem executadas junto a eles (SNAS/SEB).

- Esse plano deve definir os fluxos de atendimento e encaminhamento de estudantes/usuários para o serviço e para o programa; a grade horária das atividades e/ou oficinas a serem desenvolvidas por cada um; as atribuições dos profissionais de cada área; a periodicidade das reuniões entre os profissionais para o planejamento das ações integradas (SNAS/SEB).

<p>- O estabelecimento de parceria entre o serviço e o programa exige o <b>mapeamento do território</b>, no sentido de que se identifique a demanda de estudantes/usuários das duas ações integradas, bem como as potencialidades do território para essa integração (SNAS/SEB).</p> <p>- A oferta de <b>capacitação aos profissionais</b> que executam o PME e o SCFV deve ser assegurada pelos gestores na formalização da integração das duas ações (SNAS/SEB)</p>	
---	--

### NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

**Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014); Planos Municipais da Assistência Social PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018); e a entrevista com a gestora/representante da política de Educação Integral (Petra).**

### Terceiro Núcleo de Significação

#### ***Protocolos e articulações estabelecidas entre a Assistência Social e Educação na formação da intersetorialidade***

PRÉ-INDICADORES – PNE	INDICADORES
<p>- Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.</p> <p>- Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste</p>	<p>Elaboração/adequação dos planos de Educação por Estados, Distrito Federal e Municípios e a articulação das políticas educacionais com as sociais: preâmbulos da autonomia entre as esferas e integração política</p>

<p>PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. (PNE).</p> <p>- § 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil. (PNE).</p>	
---	--

<b>PRÉ-INDICADORES – PNE</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>Art. 8º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.</p> <p>§ 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:</p> <p>I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;</p> <p>IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais.</p> <p>-7.29) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como</p>	<p>Articulação interfederativa e das políticas educacionais com as demais políticas sociais</p>



<p>condição para a melhoria da qualidade educacional; (PNE).</p> <p>1.12) implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade (PNE).</p>	
--	--

<b>PRÉ-INDICADORES – PNE</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE(PNE).</p> <p>2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude (PNE).</p> <p>2.5) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;</p>	<p>Acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude</p>

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento) (PNE).

3.8) estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude(PNE).

3.9) promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude(PNE).

- 8.5) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do

<p>atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino(PNE).</p> <p>8.6) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude (PNE).</p>	
--	--

PRÉ-INDICADORES – PNE	INDICADORES
<p>Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (PNE).</p> <p>4.11) promover o <b>desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado (PNE).</b></p> <p>4.12) <b>promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em</b></p>	<p><b>Articulação da Educação e Assistência Social:</b> foco na permanência escolar e em programas de transferência de renda <b>visando à educação profissional e inclusão produtiva</b> de pessoas com deficiência e jovens/adultos</p>

**parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento** com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida (PNE).

- Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (PNE).

**8.4) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados(PNE).**

9.11) programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os (as) alunos (as) com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as

cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistidas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população (PNE).

- Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (PNE).

10.2) expandir as matrículas na **educação de jovens e adultos**, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a **elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora** (PNE).

10.9) **institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social**, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a **conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional** (PNE).

3.10) fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

PRÉ-INDICADORES – PNE	INDICADORES
<p>Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica (PNE).</p> <p>- 6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada (PNE).</p> <p>- 6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social (PNE).</p> <p>- 6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de</p>	<p>A <b>articulação</b> da escola <b>com os diferentes espaços educativos versus ampliação da jornada</b> escolar de alunos</p>

recursos humanos para a educação em tempo integral (PNE).

-6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários (PNE).

6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos(as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino (PNE).

1.17) estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

2.6) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas;

2.8) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se

tornem polos de criação e difusão cultural.	
---	--

PRÉ-INDICADORES – PNAS	INDICADORES
<p>- <b>articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Único de Saúde – SUS, por intermédio da rede de serviços complementares para desenvolver ações</b> de acolhida, cuidados e proteções como parte da política de proteção às vítimas de danos, drogadição, violência familiar e sexual, deficiência, fragilidades pessoais e problemas de saúde mental, abandono em qualquer momento do ciclo de vida, associados a vulnerabilidades pessoais, familiares e por ausência temporal ou permanente de autonomia principalmente nas situações de drogadição e, em particular, os drogaditos nas ruas (PNAS, Caráter do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, p.88).</p> <p>- <b>articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Nacional de Previdência Social</b>, gerando vínculos entre sistemas contributivos e não contributivos (PNAS, Caráter do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, p.88).</p> <p>- <b>articulação intersetorial de competências e ações entre o SUAS e o Sistema Educacional por intermédio de serviços complementares e ações integradas para o desenvolvimento da autonomia do sujeito, por meio de garantia e ampliação de escolaridade e formação para o trabalho</b> (PNAS, Caráter do Sistema</p>	<p>Das responsabilidades/papéis e ações entre SUAS e SUS, Sistema Educacional, Sistema Nacional de Previdência Social</p>



<p>Único de Assistência Social – SUAS, p.88).</p> <p>- Ainda compõe o rol das propostas da Política Nacional de Assistência Social a negociação e a assinatura de protocolos intersetoriais com as políticas de saúde e de educação, para que seja viabilizada a transição do financiamento dos serviços afetos a essas áreas, que ainda são assumidos pela política de assistência social, bem como a definição das responsabilidades e papéis das entidades sociais declaradas de utilidade pública federal, estadual e, ou, municipal e inscritas nos respectivos conselhos de assistência social, no que tange à prestação de serviços inerentes a esta política, incluindo-se as organizações que contam com financiamento indireto mediante isenções oportunizadas pelo Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEAS (PNAS, Financiamento, p. 50,51).</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – PMAS	INDICADORES
<p>- <b>encaminhamentos para a rede de serviço</b>, discussão de casos, ações conjuntas para divulgação e <b>mobilização dos usuários</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- <b>Realiza estudo de caso em conjunto, ações conjuntas para divulgação e mobilização dos usuários</b>, integração entre as políticas públicas, visitas domiciliares em casos específicos (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- <b>Encaminhamento</b> para rede de serviços, discussão de Casos,</p>	<p>Os principais protocolos estabelecidos entre <b>CRAS/CREAS e Educação</b> para atendimento dos usuários são as redes formais e informais centradas no <b>controle de frequência escolar: muitos encaminhamentos e pouca mobilização popular</b></p>

estratégias de Intervenções Conjuntas em Busca Ativa e **Mobilização da População** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Através de **encaminhamento de ofícios, discussão de casos e reunião de rede** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **Encaminhamento** para rede de socioassistencial, **encaminhamento** para rede de outras políticas, discussão de casos, **reunião de rede** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Encaminhamentos; **reunião de rede; controle de frequência e** discussão de casos (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **Os encaminhamentos são realizados diretamente para a escola** em que o usuário estuda e, quando necessário, **para o CAME onde há atendimento com psicólogo, psicopedagogo, assistente social e neurologista.** Para solicitação de vagas o encaminhamento é realizado para o Departamento de Educação, responsável pelo controle de vagas (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Encaminhamentos para a Rede executora, Discussão de casos, Reunião de Rede, **Acompanhamento das condicionalidades** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **Os encaminhamentos são através de contatos telefônico e pessoais e através de envio de instrumental escrito** e reuniões de rede para discutir casos mais complexos (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- São realizados encaminhamentos entre as áreas de Assistência Social e Educação por meio de ofícios e Formulários de Encaminhamento visando dar andamento às demandas dos usuários de ambos os setores (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Estudo de caso em conjunto, troca de informações, encaminhamento para intervenções específicas, reuniões sistemáticas (rede do saber), visando a busca coletiva de soluções e enfrentando as situações trazidas no cotidiano de atendimento aos usuários (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Encaminhamento de Referência e Contra Referência emitido pelo Sistema de Prontuário Digital, Reuniões da Rede (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- As intervenções acontecem **quando existe descumprimento de condicionalidade** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **Troca de informações perante a frequência escolar** e também o descumprimento de condicionalidades (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Reuniões, **contato telefônico** e ofícios (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Articulação, troca de informações (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Não existe protocolo, os encaminhamentos e acompanhamentos são realizados de maneira informal (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Apesar de não haver um protocolo específico, o ano de 2020 exigiu um trabalho conjunto entre Assistência e Educação por conta da pandemia COVID-19, na busca de melhor atendermos crianças e adolescente, inclusive atualmente participamos do Comitê de volta as aulas (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- as intervenções são realizadas sistematicamente de maneira informal através de ofícios (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- as articulações são estabelecidas através de troca de informações (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- As ações conjuntas se **baseiam no acompanhamento da frequência escolar** realizada pela Secretaria Municipal de Educação (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Ocorrem **reuniões entre Assistência, Saúde e Educação no sentido de monitorar o índice de cobertura e o descumprimento das condicionalidades** são verificadas através da busca ativa, realizadas pelos CRAS (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- as intervenções são realizadas sistematicamente de **maneira informal através de ofícios** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **As intervenções são realizadas de maneira informal e formal** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Articulação informal através de contato telefônico e quando necessário

<p>reuniões pontuais (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- <b>Troca de informações</b> entre os setores responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades do programa (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- as articulações são estabelecidas através de <b>troca de informações</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- <b>A maior dificuldade dá-se para o estabelecimento e formalização de protocolos</b>, pois as ações são realizadas, porém sem um fluxo e sistematização dos mesmos. Dessa forma observa-se que há uma dificuldade em continuidade das políticas públicas e sua operacionalização. <b>A partir desse diagnóstico tem-se trabalhado na articulação de fluxos de atendimento, inicialmente na rede interna de assistência social, para construção com outras políticas públicas e sistema de garantia de direitos</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- Acreditamos que estabelecer protocolos e fluxos seria o ideal, todavia os acordos intersetoriais, por se tratar de um município de médio porte, estão suprimindo as necessidades (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – PMAS	INDICADORES
<p>- Através do <b>programa Primeiríssima Infância</b> o município vem acompanhando as famílias de forma articulada, <b>envolvendo também a</b></p>	<p>Da velha fórmula à inovação: do encaminhamento a constituição de</p>

<p>área da saúde” (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhamento do <b>Programa Criança Feliz</b>, abordagens com as famílias. Colônia de Férias com as crianças (PMAS, Interface com outras políticas, Educação)..</li> <li>- <b>Programa Prefeito Amigo da Criança</b> e Brasil Amigo da Pessoa Idosa (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</li> <li>- O município de Itanhaém organizou o <b>PROGRAMA CUIDAR que desenvolve ações de forma intersetorial com parceria entre a Assistência Social, Saúde, Educação</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</li> <li>- <b>O município possui fluxo formal denominado TEIA -Trabalho Especializado Intersetorial de Atendimento.</b> Contemplando inicialmente um olhar mais focado no Serviço de Acolhimento Institucional Especializado no Atendimento para Crianças e Adolescentes, se estabeleceu prioritariamente o atendimento integral a crianças e adolescentes em situação de altíssima complexidade e vulnerabilidade. Posteriormente se estendeu e ampliou para o atendimento ao grupo familiar da Proteção Social de Média Complexidade. <b>Fazem parte deste fluxo , Secretária de Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer, Secretaria de Educação, Secretária de Saúde e Secretária de Assistência Social</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</li> <li>- Estabelecemos <b>parcerias com a Educação na realização das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do trabalho Infantil-PETI</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</li> </ul>	<p>ação, programa ou estratégia (desde o início) de forma intersetorial</p>
---	---

- As **intervenções** são realizadas através de análise feita em **reunião com os técnicos dessas políticas, tendo como ponte uma psicopedagoga da educação** que filtra os casos que devem receber acompanhamento mais detalhado (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- São realizadas **reuniões com a rede de educação para construção de Plano de Atendimento**, discussão de caso (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **Atualmente a educação conta com equipe especializada composta por 2 psicólogos, 1 psicopedagogo e um profissional de serviço social para atender as crianças de faixa etária entre 0 á 12 anos das escolas municipais.** Através deste atendimento foi possível maior articulação da rede de atendimento, como **ações conjuntas** e encaminhamentos (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- As **intervenções** são realizadas através de análise feita em **reunião com os técnicos dessas políticas, tendo como ponte uma psicopedagoga** da educação que filtra os casos que devem receber acompanhamento mais detalhado (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- A Secretaria Municipal de **Educação possui representante no Comitê Gestor do Programa Criança Feliz** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Comitê Gestor do Programa Criança Feliz; **Representante da Diretoria de Educação nos Conselhos Municipais: Direitos da Criança e adolescente, Assistência Social, a Pessoa com Deficiência e Conselho da Mulher; Comissão Intersetorial para Ações com população em Situação de Rua –**

**CI-PCR Comissão gestora – SINASE** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **Projeto CRAS-Escola: a proposta é envolver alunos de escolas públicas estaduais a fim de conhecer, prevenir e atender situações de vulnerabilidade social ainda no começo e, assim, evitar que se agravem.** Realização de mapeamento de Pessoas com Deficiência para a realização de **ações integradas entre as Secretarias** de: Inclusão e Desenvolvimento Social, Educação, Saúde, Esporte, Cultura, Desenvolvimento Econômico, Habitação e Governo. Visando a qualificação dos serviços ofertados, incluindo a **construção de fluxos e protocolos**, bem como, busca ativa de novas demandas (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Programa São Paulo pela Primeiríssima Infância; Programa Criança Feliz; Projeto Férias nos CRAS; Prefeito Amigo da Criança; Programa Bolsa Família; Programa Criança Feliz (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Semanalmente acontece uma **reunião com representantes das três políticas públicas [assistência social, educação e saúde], conhecido em nosso município com Comissão Intersectorial**, cujo objetivo discutir esses encaminhamentos e inferir, com base nos dados coletados, mobilizando uma série de recursos, serviços e procedimentos dando respostas a todos os setores e principalmente ao usuário em análise (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **As principais articulações estabelecidas entre o órgão gestor da Assistência Social e órgão gestor da Educação são por meio de Conselhos Municipais de Direitos - Assistência Social, Criança e Adolescente, Direitos**



da Pessoa com Deficiência, Idoso e Mulher. No âmbito da extrema pobreza, **há uma forte interação entre ambos os órgãos no Comitê Gestor Intersecretarial do Projeto Crescer**, instituído pelo Decreto Municipal nº. 4109, de 30 de maio de 2018 (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Desenvolvimento do Projeto - "Escola Afetiva" - CRAS Volante/ Unidades Escolares Municipais - Ano: 2019/2020 (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- Existe **Comitê Municipal dos Programas Sociais**. O Comitê engloba os programas de transferência de renda do Governo do Estado e do Governo Federal. Participam do Comitê Municipal as diretorias de Desenvolvimento Social, Educação, Saúde e Cultura. O Comitê **se reúne periodicamente para discutir as ações e estratégias para o desenvolvimento dos programas no município** (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).

- **Grupo Gestor Intersetorial do Projeto "Guarulhos: Cidade que Protege"** criado em 28 de outubro de 2015, com a finalidade de propositura, articulação e definição de estratégias operacionais e o planejamento e detalhamento de **ações de forma articulada voltadas à execução do Projeto no Município. Composto por representantes da** Secretaria Municipal de Educação, da Divisão Técnica de Políticas para a Diversidade e Inclusão Educacional; Departamento de Relações Administrativas, Secretaria Municipal de Saúde; da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social; da Secretaria Municipal para Assuntos de Segurança Pública; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Tutelar e Diretoria de Ensino Região Guarulhos Norte e Diretoria de Ensino Região

<p>Guarulhos Sul (PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p> <p>- <b>A COMAS</b> apresentou em reunião ordinária do CMAS o Termo elaborado do <b>Protocolo de Intenções entre as pastas Educação e Assistência Social com o objetivo de estabelecer compromissos semanais entre as pastas, visando garantir ações conjuntas de palestras, campanhas e/ou encaminhamentos/acompanhamentos</b> de casos apresentados pelo CRAS por meio da guia de referência e/ou pelo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescentes e/ou idosos. O Protocolo de Intenções foi aprovado pelo CMAS(PMAS, Interface com outras políticas, Educação).</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – PETRA	INDICADORES
<p>- a gente nas redes percebe muito o desafio da comunicação, as redes todas se juntam, a gente quer comunicar, como é que a gente vai se comunicar? [...] se a gente tivesse uma figura talvez que fosse uma figura de articulação, em cada política sabe?</p> <p>- acho que as pessoas também entendem as vezes que elas precisam se descaracterizar quando elas vão para a rede, que a rede é uma outra coisa que descaracteriza o meu papel. que na verdade a rede potencializa o seu papel com um agente de uma determinada política.</p> <p>- Trabalhar em rede é difícil, não é fácil. as experiências que eu vejo mais qualificadas de rede, uma agenda comum ajuda viu.</p>	<p>Ter um projeto juntos ajuda a materializar caminhos para o trabalho em rede pois o encaminhamento enfraquece a ideia de rede</p>

- [...] uma agenda comum do tipo: bom, esse ano a gente vai trabalhar tal tema, quais são os desafios nesse território? Então a gente compartilha o nosso diagnóstico, e a gente cria uma agenda comum, que pode ser anual, pode ter uma outra temporalidade, mas que é uma agenda pela qual a gente, juntos como rede, vai batalhar.

- o projeto materializa o porquê a gente está dialogando, porque inicialmente talvez, para implementação da política eu vejo que ainda é difícil eles entenderem como estruturante, mas se você cria estratégias para que essa percepção possa ir se aplicando, talvez isso contribua.

- Ter um projeto juntos, entendeu? ajuda a materializar caminhos para o trabalho em rede. cada um vai lá, coloca o seu saber, faz o seu trabalho, ninguém está dizendo que você não vai fazer o seu trabalho, mas a gente cria algo juntos, entendeu? que vai endereçar esse desafio, esse problema que a gente identificou, e que é comum. então uma agenda comum de trabalho pode ajudar, sabe? a superar esse entrave assim.

- como você enfrenta uma situação de crise como essa da pandemia, vai ser fácil? não vai, porque não é fácil para ninguém. mas você tem estrutura para fazer isso. porque quando você fala assim: “agora suas crianças e adolescentes estão todos dentro de casa, como é que você vai alcançar eles?”, cara, se você tinha relação com essas famílias, isso não vai ser uma questão, e a relação com as famílias é fundamental para a educação integral.

- Eu juro que não é teoria assim, é muito concreto. eu vi em T. é isso, não tinha conversa com o território, então a família recebeu três vezes a cesta

básica, agora durante a pandemia, e tinha duas famílias que não receberam.

- gente, quando a gente fala para vocês trabalharem em rede, não é porque é uma abstração ou porque o A. é louco, e gosta da palavra rede, é porque concretamente, a gente vai evitar que esse tipo de coisa aconteça. E em uma situação de crise como essa que a gente está vivendo agora, o que eu tenho podido presenciar é quem já entende e trabalha nessa perspectiva, pode atravessar isso com menos desafios, sabe?

- Eu tenho recebido isso, ligação do tipo cara, agora eu entendi, aquele negócio os caras martelando dois anos na nossa cabeça, faz todo sentido agora. como é que eu vou fazer um trabalho pedagógico durante a pandemia, se eu desconsiderar os saberes das famílias? Não vai rolar.

- no fim a gente só reproduz uma lógica de encaminhamento, inclusive eu acho que é uma palavra bem problemática, que é assistência, a saúde deveria se questionar a respeito disso. Porque quando a gente fala do encaminhamento, de fato, não é? É assim, você saiu daqui e agora você vai para lá, então você deixa de ser o meu problema e você passa a ser o problema, digamos, a questão de um outro agente.

- acho que a ideia de encaminhamento enfraquece a ideia de rede.

### NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

**Planos Municipais da Assistência Social - PMAS 2018-2021 (SÃO PAULO, 2018); Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2005); Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014)**

#### Quarto núcleo de significação

#### *Principais obstáculos para ações intersetoriais: da aparência para essência*

PRÉ-INDICADORES – PMAS	INDICADORES
<ul style="list-style-type: none"> <li>- A <b>falta de recursos</b> (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).</li> <li>- Os principais obstáculos são: <b>a falta de recursos financeiros e principalmente a falta de recursos humanos</b> para a realização do trabalho (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).</li> <li>- Questão da disponibilidade de tempo e falta de recursos de RH (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).</li> <li>- Insuficiência da equipe técnica e escassez da formalização de outras políticas públicas no município (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).</li> <li>- Os principais obstáculos são a falta de recursos humanos que faz com que as políticas trabalhem sem comunicação, em todos os setores é possível perceber a falta de pessoas o que faz com que os trabalhadores de todas as políticas trabalhem de forma mecânica, sem reflexões e diálogos, apenas cobrindo lacunas pela falta de outros servidores. Esta dificuldade está sendo perceptível e fica evidente nas reuniões</li> </ul>	<p>Os principais obstáculos para o alcance da intersectorialidade estão na ausência de recursos humanos, estruturais, diálogo, entre outros</p>

<p>de rede (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Falta de Recursos Humanos, falta de planejamento entre os setores, falta de articulação dos gestores com o prefeito (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).</li><li>- Rotatividade de Funcionários e a não aprovação do poder legislativo para a criação de cargos efetivos para Coordenador dos Serviços Socioassistenciais (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).</li><li>- Falta de entendimento das políticas públicas sobre a necessidade estabelecimentos e protocolos de atendimento (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).</li><li>- Os principais obstáculos se dão por dificuldade de entendimento técnico, questões políticas, as pessoas ainda não conhecem a Assistência Social como ela deve funcionar e por isso não colaboram como poderia colaborar e também por falta comunicação (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).</li><li>- Dificuldade de realizar encontros continuados para discussões e construção do protocolo principalmente com o Sistema de Garantia de Direitos (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).</li><li>- Enfraquecimento de equipe técnica (recursos humanos); <b>Falta de conscientização da importância do trabalho entre as equipes. Ausência de articulação da rede intersetorial.</b> Ausência de reunião sistemática da rede intersetorial (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas)</li></ul>	
---	--

- Falta de união entre os setores e incentivo político (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).

- falta de recursos humanos, financeiro e entrosamento (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).

- Dificuldade de diálogo entre as distintas lógicas operacionais, ética e políticas; Diferenças de condições de atuação do conjunto dessas políticas; Falta de capacitação dos profissionais para desenvolver articulação intersectorial (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).

- falta de recursos humanos e de diálogo entre as diversas políticas (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).

- Os obstáculos se resumem na falta de planejamento e estabelecimento de ações intersectoriais como prioridade para a implementação de uma Rede de Proteção Social (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).

- Os principais obstáculos para o estabelecimento de protocolos entre a Assistência Social e as demais políticas públicas é a falta de fluxo de atendimento, sistematização dos dados e informações, e construção de uma agenda compartilhada entre as políticas (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).

- O principal obstáculo é a dificuldade de mobilização dos setores para trabalhar articuladamente (PMAS, Interface com outras políticas, Outras políticas).

PRÉ-INDICADORES - PMAS	INDICADORES
<p>- De acordo com a <b>Lei 13019</b> foi estabelecida parceria com a Educação na criação de uma comissão gestora.</p> <p>- <b>Conselho Tutelar e Entidades privadas</b></p> <p>- <b>Ações isoladas, fragmentadas e pontuais</b> da Políticas Públicas dificultando o entendimento da importância em estabelecer Protocolos de Gestão entre as Políticas Públicas.</p> <p>- O principal obstáculo está na estruturação da gestão municipal, frente ao novo mandato governamental, diante da necessidade da <b>atualização do diagnóstico socioterritorial para a construção de um plano estratégico intersetorial.</b></p> <p>- <b>fragilização entre as políticas públicas e olhar fragmentado sobre os territórios.</b></p> <p>- <b>inexistência da vigilância socioassistencial para diagnóstico territorial.</b></p> <p>- No que diz respeito à materialização das políticas públicas, no aparato estatal encontra-se marcado por <b>estruturas marcadas pela fragmentação, excessiva burocratização, conformidades de ações, entre outros.</b> Tais obstáculos estão presentes na realidade institucional dos serviços públicos.</p> <p>- <b>As políticas públicas estão segmentadas em seus eixos de atuação sendo necessário que se estabeleça fluxos com os outros setores.</b> Há também de se destacar a questão da qualificação técnica e RH mínimo para dar conta da totalidade do serviço. Existem tentativas de</p>	<p><b>A terceirização das políticas sociais e olhar fragmentado sobre os territórios</b></p>



<p>aglutinação de várias políticas em torno de uma problemática de um ciclo de vida, a exemplo criança e adolescente, porém algumas ações são descontinuadas.</p> <p>- <b>Fragmentação das ações e intervenções realizadas</b>, além da ausência de conhecimento recíproco do papel das políticas intersetoriais.</p> <p>- Inexistência de espaços voltados ao diálogo, debate e discussão nos quais poderiam surgir ações conjuntas.</p> <p>- Sabe-se que o estabelecimento de protocolos e ações entre as políticas públicas prevê uma articulação intersetorial por considerar que a proteção integral se compõe de um conjunto de garantias e atendimentos que extrapolam a esfera da Assistência Social. No entanto, <b>a articulação intersetorial não é um acontecimento natural, cuja adesão é imediata</b> por parte das outras políticas intersetoriais.</p> <p>- Estabelecer fluxos e protocolos; Efetivar a rede de proteção integral à criança e adolescente e outros, envolvendo não somente a área da assistência social, saúde e educação, mas outras políticas públicas; <b>Conscientizar a sociedade civil da importância de sua participação nos conselhos municipais e a efetivação desses no município.</b></p>	
--	--

PRÉ-INDICADORES – PNAS	INDICADORES
<p>- A preocupação determinante com o processo de democratização da política e com a prática radical do controle social da administração pública, que,</p>	<p>A preocupação determinante com o processo de democratização da política e com a prática radical do <b>controle social</b> da administração pública, que, acredita-se, <b>é componente básico do Estado Democrático de Direito: a</b></p>

<p>acredita-se, é componente básico do Estado Democrático de Direito.</p> <p>- Vale ressaltar a importância dos fóruns de participação popular, específicos e, ou, de articulação da política em todos os níveis de governo, bem como a união dos conselhos e, ou, congêneres no fortalecimento da sociedade civil organizada na consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).</p> <p>- No entanto, <b>somente o Estado dispõe de mecanismos fortemente estruturados para coordenar ações capazes de catalisar atores em torno de propostas abrangentes</b>, que não percam de vista a universalização das políticas, combinada com a garantia de equidade. Esta prerrogativa está assegurada no art. 5º, inciso III, da LOAS (PNAS).</p> <p>- Para tanto, <b>a administração pública deverá desenvolver habilidades específicas</b>, com destaque para a formação de redes. A noção de rede tem se incorporado ao discurso sobre política social. <b>Nos anos recentes, novas formas de organização e de relacionamento interorganizacional, entre agências estatais e, sobretudo, entre o Estado e a sociedade civil, têm sido propostas pelos atores sociais</b> (PNAS).</p> <p>- a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (PNAS).</p> <p>- Como consequência da concepção de Estado mínimo e de política pública restritiva de direitos, deu-se a precarização do trabalho e a falta de</p>	<p><b>tecnologia da informação para um sistema nacional e integrado de políticas</b></p>
--	--

renovação de quadros técnicos, criando enorme defasagem de profissionais qualificados; com um enorme contingente de pessoal na condição de prestadores de serviços, sem estabilidade de emprego, sem direitos trabalhistas e sem possibilidade de continuidade das atividades (PNAS).

- Política Nacional de Assistência Social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social ressalta o campo da informação, monitoramento e avaliação, salientando que as novas tecnologias da informação e a ampliação das possibilidades de comunicação contemporânea têm um significado, um sentido técnico e político, podendo e devendo ser consideradas como veios estratégicos para uma melhor atuação no tocante às políticas sociais e a nova concepção do uso da informação, do monitoramento e da avaliação no campo da política de assistência social (PNAS).

- Nesse sentido a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros (PNAS).

- Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (PNAS).

- A gravidade dos problemas sociais brasileiros **exige que o Estado estimule a sinergia e gere espaços de colaboração**, mobilizando recursos potencialmente existentes na

sociedade, tornando imprescindível contar com a sua participação em ações integradas, de modo a multiplicar seus efeitos e chances de sucesso (PNAS).

- Nesse sentido, a questão da informação e as práticas de monitoramento e avaliação, aportes do novo sistema, devem ser apreendidas como exercícios permanentes e, acima de tudo, comprometidos com as repercussões da política de assistência social ao longo de sua realização, em todo o território nacional (PNAS).

- Para além do compromisso com a modernização administrativa, o desenvolvimento tecnológico, sobretudo da tecnologia da informação, associado à ação dos atores que perfazem a política de assistência social, deve permitir uma ainda inédita construção de ferramentas informacionais para a realização da política pública de assistência social no Brasil (PNAS).

- Desta forma, gerar uma nova, criativa e transformadora utilização da tecnologia da informação para aperfeiçoar a política de assistência social no País, que resulte em uma produção de informações e conhecimento para os gestores, conselheiros, usuários, trabalhadores e entidades, que garanta novos espaços e patamares para a realização do controle social, níveis de eficiência e qualidade mensuráveis, através de indicadores, e que incida em um real avanço da política de assistência social para a população usuária é o produto esperado com o novo ideário a ser inaugurado neste campo específico (PNAS).

- A convergência tecnológica na área da informação aponta para uma utilização potencialmente positiva, com resultados que, entre outros, assinalam

<p>diminuição de custos, associada ao aumento significativo das capacidades ofertadas e de um fantástico potencial de programas e sistemas, sobretudo os que dizem respeito a processos específicos de trabalho, visando, sobretudo, situações estratégicas e <b>gerenciais</b> (PNAS).</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – PNE	INDICADORES
<p>4.17) <b>promover parcerias</b> com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das <b>pessoas com deficiência</b>, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino (PNE).</p> <p>4.18) <b>promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino. (PNE)</b></p> <p>4.19) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos,</p>	<p><b>Parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência</b></p>

conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema <b>educacional inclusivo</b> . (PNE)	
--	--

<b>PRÉ-INDICADORES – PNE</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções (PNE).</p> <p>7.28) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais (PNE).</p> <p>20.4) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de</p>	<p><b>Transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação</b></p>

<p>audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios (PNE).</p>	
--	--

PRÉ-INDICADORES – PME	INDICADORES
<p>- Não é demais lembrar que, do ponto de vista dos direitos das crianças e adolescentes, <b>as políticas setoriais se alinham</b> – pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (PME).</p> <p>– <b>no compromisso que têm com a garantia da proteção e desenvolvimento integral</b> destes cidadãos. <b>Estes direitos fazem parte da chamada agenda dos “novos direitos sociais”</b>, assim como o são aqueles derivados das agendas do meio ambiente, das questões raciais e étnicas, de gênero, da diversidade sexual, da cultura. <b>Estes ‘novos’ direitos trouxeram para a agenda pública uma complexidade até poucos anos desconhecida dos gestores públicos (PME, p.24).</b></p> <p>- <b>A trajetória das políticas públicas brasileiras guarda distinções entre elas</b> em função dos movimentos sociais que as pautaram e constituíram, da forma como estão formalizadas em lei, da variedade de interesses que compõem sua agenda, das responsabilidades que foram capazes de configurar para cada esfera governamental. <b>Essas diferenças em</b></p>	<p><b>O caráter setorial</b> na historicidade das políticas sociais como primeiro <b>desafio da nova gestão intersetorial</b></p>

<p>si já configuram o primeiro desafio quando o tema é intersetorialidade: as políticas públicas setoriais estão estruturadas para funcionar isoladamente. Planejamentos, orçamentos, normatizações técnicas, recursos humanos, enfim, todo o modelo de gestão é organizado e operado, via de regra, em função do grau de especialização e profissionalização de cada área (PME).</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – PME	INDICADORES
<p>- Certamente a construção de consensos em torno do Programa é essencial por traçar a meta e dar diretriz que oriente a ação de todos. No entanto, não é possível alcançar grandes objetivos de uma só vez, como se uma decisão tivesse o mágico poder de tudo acertar. O esforço contínuo de negociação, de planejamento e replanejamentos, de publicização de resultados, de ampliação da participação dos agentes institucionais e também das crianças e adolescentes mantêm-se como processos contínuos para agregar efetividade às ações (PME, p.26).</p> <p>- A implementação do Programa MAIS EDUCAÇÃO inicia-se pela apresentação da proposta, articulação e coordenação de Programas setoriais. Gradualmente vai organizando, a partir de monitoramento e avaliação, uma gestão transversal na qual novas estratégias vão sendo concebidas coletivamente, considerando a articulação em torno do Plano de Atendimento da Escola (PME, p.26).</p>	<p><b>Dos processos contínuos para agregar efetividade às ações:</b> negociações, (re)planejamentos, sistematização, publicização, <b>participação social</b></p>



<p>- Certamente o IDEB é um ponto de partida fundamental para o Programa MAIS EDUCAÇÃO, mas ele não é suficiente para responder às metas e propósitos da educação integral. Por isso, é muito <b>importante que os Comitês Metropolitanos tenham em sua pauta a sistematização dos resultados alcançados pelas experiências em andamento, de modo a subsidiar a produção de indicadores na perspectiva territorial e intersetorial</b> (PME, p.39).</p> <p>- <b>É fundamental que o fluxo de comunicação esteja a serviço da finalidade do programa, o aprendizado compartilhado entre as instâncias federais, metropolitanas e locais. A comunicação neste sentido, não tem mero caráter de controle da ação de um sobre o outro, mas precisa ser pensada como um processo capaz de aperfeiçoar as práticas dos envolvidos – Comitês Locais, Comitê Metropolitano e Fórum Interministerial.</b> (PME, p. 46).</p>	
--	--

### NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

**Entrevista com o gestor da política de Assistência Social (Thiago);  
entrevista com a gestora da Educação Integral (Petra)**

#### Quinto Núcleo de Significação

##### *Constituição do educador e formação de sentidos*

PRÉ-INDICADORES – Petra	INDICADORES
<p>- trabalhei antes em vários outros lugares, mas sempre foi nessa perspectiva dos direitos humanos. Mesmo trabalhando com comunicação, sempre fui pensando</p>	<p>O formador do formador: concepção de mundo, atividade e sujeito</p>

na área social, pensando direitos humanos, a partir do que eu tinha ali, um pouco como profissional de comunicação. (Petra)

- para a gente, comunicação é muito chave para todos esses processos, esses que a gente está falando, então também é uma instituição que entende a comunicação nesse lugar, da incidência política, da articulação e da mobilização territorial, então eu consegui também ir articulando essa minha formação acadêmica à essa intervenção, que é uma intervenção muito mais sistêmica, e aí eu passei a fazer gestão de projetos. (Petra)

- A questão da comunicação eu entendo que a formação em jornalismo ainda é uma grande ferramenta, isso permite que eu possa acessar esse universo, e em alguma medida utilizá-lo para pensar mobilização no território, para pensar como é que isso vira incidência em política pública, produção de conteúdo. (Petra)

- Eu que fui atrás, assim. Era um pouco de como é que essa forma de ver o mundo podia se encaixar e também a gente se converter em uma ação profissional mesmo. (Petra).

- Minha função é desenhar e apoiar implementação dos projetos, então eu coordeno todas as equipes responsáveis pelos projetos [...] faço essa tradução prática, então como é que essas coisas viram projetos que se estruturam no tempo, em um determinado contexto, e aí faço esse acompanhamento da implementação. (Petra)

- a gente entende a nossa intervenção sempre em dois eixos, um que é a incidência política [...] a gente tenta visibilizar essas experiências, e aí a gente produz conteúdo sobre isso,

isso também subsidia os processos de incidência política [...] um outro eixo que está ligado a pesquisa e desenvolvimento metodológico [...] a gente está sempre comprometido com a sistematização dessas ações, para que elas possam, em alguma medida, serem levadas para outros contextos, elas são disponibilizadas, e elas podem servir de apoio para a implementação em outros lugares, são também matrizes para poder pensar produção de material (Petra)

- as limitações também vão ficando mais claras [...] bom, até aqui é onde uma organização como a nossa consegue ir, daqui para frente a gente precisa que isso vire uma política, que esteja no plano municipal de educação [...] não só ver a transformação é importante, mas também entender como atuar diante dela e quais são as limitações, isso é fundamental (Petra).

- o meu trabalho é muito auto formativo, e o trabalho no A., em especial, ele exige muito estudo, muita pesquisa, a gente não é uma organização que faz grandes pesquisas, mas a gente produz conhecimento [...] Então quando eu falei que é a minha escola, é nesse lugar mesmo, assim, porque acaba sendo um espaço de muito estudo. (Petra)

- Hoje eu atuo como coordenadora de dois programas no A.,[...] que é um programa que bebe desse DNA do Bairro Escola, que foi essa experiência matriz do A., ele surge na Vila Madalena, enfim, tentando entender como é que processos educativos poderiam acontecer no território, e que esses processos fossem para além de gerar aprendizagens no sujeito, se eles também fossem processos de

<p>requalificação do espaço urbano. (Petra)</p> <p>- Pessoalmente, subjetivamente, estar envolvida nesse desafio [...] é poder estar em contato com esses desafios muito reais e concretos, que os territórios, os equipamentos, e que, no fundo, essas crianças, adolescentes e jovens, para os quais o nosso trabalho se destina, também estão enfrentando. (Petra)</p> <p>- E poder ver também como é que essas intervenções, a partir dos projetos, também são capazes de produzir algumas mudanças, acho que poder ver isso acontecer no processo de implementação, eu diria que é bem maravilhoso (Petra).</p> <p>- conhecer de perto os desafios, mas é também poder participar em alguma medida, sendo uma pessoa que trabalha em uma Organização da Sociedade Civil, que opera nessa perspectiva que a gente estava falando, para tentar, em alguma medida, endereçar esses desafios (Petra).</p>	
--	--

<b>PRÉ-INDICADORES – Petra</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>- Eu brinco, eu falo: <b>“esse aí foi mordido pelo bichinho da educação integral” que é quando você vê que a pessoa virou a chave</b> [...] aí é igual ser alfabetizado, <b>é igual andar de bicicleta, você não esquece, você não volta atrás.</b></p> <p>- então eu vi casos já muito interessantes de professores que quando <b>entenderam a dimensão, a importância do território para dar aula</b>, para você ser professor você precisa do território, quando o cara</p>	<p>Esse aí foi mordido pelo bichinho da educação integral: a pessoa virou a chave, é igual andar de bicicleta, você não esquece, não volta atrás, parece muito simples, mas é ultrassofisticado, é um deslocamento.</p>

entendeu isso, ele virou outro educador. **Ele reposicionou a atuação dele como professor [...]** **isso é muito bonito de presenciar e ver que não tem retorno, não é fácil chegar nesse lugar [...]** demora.

- falando das limitações iniciais [...] A gente enfrenta isso [...] não dá tempo. Porque **a gente está falando de operar de uma forma que é disruptiva, é diferente do que a nossa cultura tem fomentado historicamente, então leva tempo, as pessoas elas precisam entender, depois elas precisam se convencer, então elas precisam entender o papel delas naquilo, aí elas vão produzir esse deslocamento.** Com isso elas irão atuar de uma forma que considere o território, que tenha o sujeito ali no centro do processo. **Mas isso toda vez que acontece, cai uma lágrima.**

- A gente tem trabalhado com uma organização da sociedade civil que atende crianças e adolescentes, no turno complementar à escola [...] lá no Maranhão. Então **na hora que eles entenderam o papel deles, o papel do equipamento na vida das crianças, eles ocuparam assento no CMDCA.[...] eles criaram o GT Intersetorial no município, eles começaram, eles reestruturam toda a oferta educativa deles,** agora eles têm contato permanente com as famílias. Quando a pandemia começou, os caras tinham, **é isso, virou a chave.**

- essa organização que eu citei para você, quando eu cheguei lá a primeira vez em 2018, a equipe [...] 30 pessoas, acreditavam que aquele equipamento existia porque elas individualmente eram boas pessoas [...] E aí como é que é produzir o deslocamento [...] eles é que tem que entender, que o que eles fazem ali é direito das

crianças [...] **Parece muito simples, mas é ultrassofisticado. É um deslocamento de: isso aqui existe, e eu atuo aqui porque eu sou uma boa pessoa, porque a minha religião.** Eu ouvi isso...

- A gente precisou trabalhar com eles no sentido de cara, vocês estão aqui, e esse equipamento existe porque essas crianças e adolescentes têm direito a isso. **Não me interessa se você é uma boa pessoa. O direito vai continuar existindo. Você é um operador desse direito. Você é um agente que vai precisar garantir isso com qualidade. Não é fácil produzir esse deslocamento.**

- Acho que a discussão sobre política pública, **sobre direito, sobre política social no Brasil, a gente talvez tenha uma Constituição exemplar e referência, mas faltou alguma coisa nesse intervalo, sabe? De entendimento?** Em que às vezes o agente operador de direito, ele acha que ele está ali porque ele é um benfeitor.

- Sempre partindo do que eles já fazem, a gente precisa considerar isso, não dá para chegar, e dizer assim: "olha, dá licença, a gente que sabe fazer, e vamos lá" não dá assim, **é princípio para a gente considerar o que os municípios já desenvolvem e a partir daí ir produzindo essas conversas novas sobre educação integral, sobre o papel do território, constituição de rede.**

- Aqui em São Paulo, por exemplo, o Programa São Paulo Integral, quando mudou a gestão Haddad, por exemplo, **saiu o Haddad e entrou o Dória, o que eles fizeram? Os educadores que tinham visto sentido, pertinência, relevância, os territórios que falaram: "Cara, isso**

<p>aqui tem muito valor para nossa comunidade, para nossa escola”, eles montaram uma instância, que é da sociedade civil, que é o Fórum Educação Integral para uma Cidade Educadora, que funciona até hoje, e ele é um pouco assim, a gente sustenta, a gente, sociedade civil, vai sustentar o legado de uma política.</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – Thiago	INDICADORES
<p>- A minha primeira formação é em serviço social e em direito, com especialização em direito de família e sucessões, e um mestrado inconcluído na área da infância e juventude, aliás, adolescente em conflito com a lei (Thiago).</p> <p>- nesse trabalho que eu estou agora na empresa, eu estou assumindo a responsabilidade técnica pelos projetos, tudo da área da assistência social. Estou trabalhando fazendo as capacitações, dando as aulas, e ainda auxiliando nas vendas, venda técnica, porque vai vender um treinamento sem saber o que é, dentro da área da assistência social, tem que ser alguém que tem domínio. Então, eu tenho que ir lá para discutir com os profissionais esses recursos (Thiago).</p> <p>- A minha irmã fazia o curso de serviço social, e eu tinha 16 anos quando abriu na escola seleção para trabalhar como monitores em um projeto do governo do estado, da assistência social do estado, para trabalhar com crianças e adolescentes, adolescente de 16 anos, e lá fui, e fiquei nesse projeto por sete anos, saí de lá como coordenador. Então nesse meio</p>	<p>Formação e criação de identidade: me identifiquei com o curso e já tinha uma prática</p>

tempo eu ingressei na faculdade de serviço social (Thiago).

- fui trabalhar no projeto R. [...] depois disso eu trabalhei no C. [...] fui para a prefeitura de E., lá eu já era estagiário trabalhando no plantão social e saindo de E. eu fiquei um ano e fui trabalhar no SENAI, onde eu fiquei por 20 como assistente social do SENAI [...] Aí eu fui para a prefeitura de D., onde eu fui convidado para ser secretário, até por conta dessa minha articulação com as famílias dos adolescentes, alunos, eu acabei me envolvendo com a política (Thiago).

- As orientações que a gente seguia era da secretaria de promoção social do estado, naquela estrutura que funcionava na época. Era caso, grupo e comunidade, o serviço social tinha essa estrutura. Aí veio a reconceituação do serviço social, então as coisas foram sendo estruturadas dessa forma. A política vem bem depois (Thiago).

- eu tive uma experiência riquíssima quanto a isso, criou-se um grupo de quituteiras, e o pessoal formou uma associação, uma cooperativa. Deu para fazer um trabalho legal? Deu. Então, saiu daquela condição de dependência (Thiago).

- E aí foi tudo por identidade mesmo, o curso eu me identifiquei, já tinha uma prática e foi aprofundando, foi bem legal (Thiago).

- Nesse projeto eu trabalhava com a família em duas comunidades extremamente carentes, uma delas era a Vila Parisi, que ficou mundialmente conhecida pelo alto índice de poluição, alto índice de violência, em Cubatão, foi o primeiro caso de anencefalia na época que foi registrado, foi lá em Cubatão, era o fim do mundo, um bairro entre as



<p>indústrias de fertilizantes, uma poluição altíssima e ali a gente ficou por sete anos [...] (Thiago).</p> <p>- [...] outro equipamento que era em uma vila, que chamava Vila dos Pescadores, quando vai para Santos, você vê aquele pessoal vendendo siri, caranguejo, na estrada, esse pessoal, a grande maioria, era lá dessa Vila dos Pescadores, e lá também a gente trabalhou bastante com a comunidade, a gente fazia articulação com a população, e o foco maior era com a criança e o adolescente. E tinha o programa de nutrição também, foi uma experiência bastante gratificante, bem interessante, um crescimento profissional importantíssimo (Thiago).</p>	
---	--

<b>PRÉ-INDICADORES – Thiago</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>- você trabalhar dentro da política de assistência social, ela ainda exige uma prática de fazer aquilo que eu fiz a não sei quantos anos atrás, que é dizer: "olha, é direito, tem que ser feito". Aí a gente se depara com muitas pessoas que, embora tenham passado por dificuldades, mas tem essa concepção que é pessoal, que é de vida, profissional [...] Ou é uma coisa ou não é, não dá para você: "agora, eu vou ser profissional", eu não consigo separar, dissociar tão friamente isso. Você é ser humano, você tem sentimentos, você tem as suas necessidades e profissionalmente você vai agir de acordo com a sua concepção de vida (Thiago).</p> <p>- para assistência social boa parte dessas coisas já estão prontas, então: "o que eu tenho para oferecer é isso aqui", já mostra o que eu acho que</p>	<p>Concepção de sujeito, mundo e atividade profissional: é preciso entender quais são as necessidades do sujeito?</p>

“você precisa é isso, então vou te oferecer isso. Não, qual é essa necessidade, o porquê dessa necessidade? O que você pretende com isso? Essa é a forma de seguir? Então você dá caminhos, você dá alternativas para que a pessoa encontre aquilo que ela busca (Thiago).”

- dentro dos serviços você tem a oportunidade de trabalhar essa autonomia para a pessoa entender qual é a sua necessidade, e se ela tem ou não condição de conquistar aquilo, você vai fazer as análises. Então, dentro daquilo que ela não pode conquistar, se você tem condição de auxiliar, você vai auxiliar [...]ter um diagnóstico daquilo que a pessoa de fato precisa para poder dizer: “as alternativas são essas” (Thiago).

- eu não vejo uma educação integral sem a articulação com as outras políticas [...] Você tem que ter essa articulação com as outras políticas, porque aquilo que eu já te falei, **a pessoa não é só aquilo que você está vendo**, é aquilo que você está guardando dentro **do seu expertise, eles têm outras necessidades**. Essas outras necessidades estão sob a responsabilidade de outras políticas, então essa interação precisa haver para que você consiga fazer o seu trabalho [...]

- Eu tenho uma necessidade, isso é em todas, essa inter-relação é fundamental, eu tenho uma criança com dificuldade de aprendizado e nem sempre eu tenho profissionais dentro da educação para garantir um atendimento, eu vou precisar da saúde. A saúde pode identificar que aquela criança tem outras **necessidades** que estão dentro da área da assistência social, então tem essa articulação, esse conjunto é que

vai garantir todo esse processo.  
(Thiago)

- [...] se você olhar além daquilo que costuma, **olhar além do olhado: “Olha, você tem essa questão aí na sua frente, mas o que você pode atingir além? O que está lá? Quais são as outras necessidades?”**, e trabalhar isso, não ficar naquele atendimento imediatista, que às vezes o trabalho acaba te levando a isso. Você teve que trabalhar, porque, às vezes, se eu estou fazendo isso e isso, mas nada, nada, nada muda, sempre faz a mesma coisa, não muda nada. **Você primeiro tem que mudar, você tem que mudar seu olhar**, você tem que mudar, pensar quais são seus objetivos, para você pensar em outras estratégias para atingir seu objetivo (Thiago).

- O que eu falo para os conselheiros tutelares: "na prática de vocês, no cotidiano, vocês têm que explicar qual é o trabalho do conselho tutelar. Para mudar essa imagem negativa que o conselho tutelar tem, vocês precisam começar a explicar para as pessoas, você tem que explicar o motivo. Elas vão ter que entender o seu papel e a sociedade precisa entender esse papel, **isso se dá através da informação** (Thiago).

### NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

Entrevista com o gestor da política de Assistência Social (Thiago); com a gestora da Educação Integral (Petra); e o caderno Gestão Intersectorial no Território - PME (BRASIL, 2009)

#### Sexto Núcleo de Significação

*O paradoxo da política social no Brasil, a articulação territorial e a função dos gestores municipais, pois o diabo mora na implementação*

PRÉ-INDICADORES – Thiago	INDICADORES
<p>- Eu entendo como essa troca, essa articulação, dos serviços, das especificidades de cada uma dessas políticas voltadas para o atendimento específico de uma determinada questão. Como você vai trabalhar a intersectorialidade? Você tem pessoas que estão com as suas funções definidas, nas suas especificidades, você tem uma questão a ser resolvida, como eu falei antes, essa questão tem várias vertentes, então <b>essa intersectorialidade é justamente você trazer esse funcionamento de todas essas políticas para resolver uma questão determinada</b> (Thiago).</p> <p>- intersectorialidade traz para as políticas socioassistenciais, você vê uma infinidade de benefícios, e principalmente na área da infância e juventude, que você vê o quanto que é necessária essa articulação, essa <b>intersectorialidade</b> (Thiago).</p> <p>- A gente tem que ter uma articulação, isso está previsto na política, que instituiu a lei 13.431 [...] Você junta aí todas as políticas, porque todas elas se relacionam, que diz respeito à criança e adolescente, você vai desde</p>	<p><b>Intersectorialidade é trazer o funcionamento de todas essas políticas para resolver uma questão determinada</b></p>

o promotor de justiça, o delegado de polícia, o judiciário, a educação, a saúde, assistência, enfim, todas as políticas que estão voltadas para o atendimento da criança e adolescente, tem que ter essa articulação. E se você não tem isso, fica manco, você não efetiva o atendimento que precisa ser feito (Thiago).

- **Agora, essa concepção de intersetorialidade, o que a gente vê hoje com o Programa Bolsa Família? Eu vejo pouca ação.** Eu vejo pouca ação, coisa que poderia ser muito maior, ter uma articulação maior com os beneficiários do Bolsa Família, que é um público que está ali naquela situação de pobreza ou extrema pobreza, e você cria uma coisa para manter a pessoa naquela situação. Parece que é isso, sabe? Para não sair, para não se transformar, você vai continuar sendo esse dependente desses poucos recursos para você viver sua vida, e não reclamar (Thiago).

- se eu não tiver a visão do coletivo, do todo, com vista a um atendimento de qualidade, garantir esse atendimento de qualidade para a população, eu acho que, isso, qualquer trabalho fica fadado ao fracasso, isso é motivo sim para enterrar. **Se eu não tenho, dentro dessa intersetorialidade, se eu não participo, se eu não me disponho,** ou se eu não disponho dos recursos que estão ali, sob a minha responsabilidade, para fazer com que isso aconteça, **eu prejudico o todo.** (Thiago).

PRÉ-INDICADORES – Thiago	INDICADORES
<p>- Eu fico tão chateado, porque <b>a gente vê o quanto que tem necessidade</b>, e a questão é de governo, sabe? <b>Se os governos não quiserem, as coisas não acontecem mesmo</b>. Para onde que vai o recurso, o que eles priorizam, quais as ações que eles priorizam, fica difícil você compreender que em uma cidade como T., e outras iguais a ela, que ficam à mercê dessas questões. O político se sobrepõe ao técnico (Thiago).</p> <p>- não tive interesse em continuar [como secretário de assistência social] porque aí continuou no outro governo aí eu falei para mim isso é se prostituir, eu não vou entrar nessa questão política partidária, não é o que eu quero, não é o que eu acredito, então eu não fiquei (Thiago).</p> <p>- Eu cheguei a ser ameaçado de morte em D., mas na época que eu era secretário de segurança alimentar, [...] só que aí estava na pasta o comércio popular, [...] vendedores sem licença, aquelas coisas todas, deu muito trabalho, tinha uma máfia que vendia passe de ônibus, [...] vale-transporte, aquelas coisas, e eu proibi, a gente fez uma limpeza na cidade. Mas aí não deu outra, eu andei armado durante uma semana [...]</p> <p>- Trabalhar dentro dessa política é uma questão de opção mesmo. De opção a quê? A trabalhar no sentido de garantir às pessoas o direito que elas têm, enquanto ser humano, de mostrar para as pessoas: "olha, isso aqui existe. Você pode ir por esse caminho, você pode fazer dessa forma" (Thiago).</p>	<p>Contradições da política social no Brasil: espaço político partidário e de reivindicação dos pobres por direitos</p>

- Você vê as políticas sociais existem, existem os direitos que são garantidos na constituição, nas políticas, mas que não são efetivadas. Não são efetivadas por uma série de razões, primeiro pela própria estrutura que muitos municípios têm de garantir esse direito, eu vejo assim, tomando como referência T., onde você vê mais de 20% da população em situação de pobreza ou de extrema pobreza, o quanto que têm de investimento, de recursos no município, com recursos próprios ou advindos dos outros governos, do Estado e do Federal, não são suficientes para garantir aquilo que a constituição diz [...](Thiago).

- Ainda existe a criminalização da pobreza, se a gente voltar na história do século XX, quem é que vai para os abrigos? Quem é que está nos abrigos? São pessoas pobres, são pessoas que não tem recurso, e lá tem o artigo 23 do ECA que diz que a pobreza por si só não é motivo para perder o poder familiar, mas na prática é o que acontece.

- Então, de que maneira a gente pode trabalhar dentro da política de assistência social? É garantir a essas pessoas, a esses grupos, a esses segmentos sociais, os direitos que elas têm, no mínimo é orientar. Porque quando a população bate lá, bate o pé e diz: “eu quero”, elas conseguem. Essas pessoas são chatas? Não, ela está reivindicando um direito, e a maioria, infelizmente, os colegas técnicos, eles não têm essa visão (Thiago).

- E outra coisa que eu vejo é que falta muito essa competência técnica de pessoas que estão à frente desses serviços de coordenações, porque boa parte é indicação política. (Thiago).

<p>- Normalmente as pastas dessas políticas públicas são divididas entre os grupos de apoio, então a educação vai ficar no governo, a saúde e a educação que é o carro chefe fica na mão do governo, o esporte vai para o PSDB que ajudou, a cultura vai ficar com o PR, e assim se divide. Então, o que acontece? Se você tem à frente da pasta uma pessoa que tem muita afinidade com o governo facilita de você trazer a infraestrutura para aquilo que é necessário para a política, para você fazer a gestão daquela política, quando não, você fica à míngua, a verdade é essa. Porque tem recursos que vêm, recurso carimbado, não pode usar em outra coisa [...] (Thiago).</p> <p>- agora muita gente está desempregada, os CRAS estão abarrotados de cestas básicas porque tem que atender a população e ainda mais agora, ninguém vai deixar a população sem alimento, por duas razões, porque as pessoas precisam comer, e segundo que é ano eleitoral (Thiago).</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – Petra	INDICADORES
<p>- <b>é, como é que a gente mantém essa agenda da educação integral viva, a despeito do que a política governamental vai fazer ou deixar de fazer.</b> Porque essa coisa, esse contexto de <b>descontinuidade da política no Brasil</b>, é muito grave (Petra).</p> <p>- O cara que assume, ele faz questão de fazer o contrário do que o outro vinha fazendo, só para se demarcar, politicamente falando. É uma loucura. (Petra).</p>	<p><b>Desafios da política social no Brasil: garantir singularidade e coletividade</b></p>



- Assim, **desde o teto de gastos, o município não tem dinheiro para fazer nada.** As pessoas também acham que isso é uma abstração, que é um bando de louco, de esquerda comunista gritando contra, e não é verdade. Os municípios não têm dinheiro para fazer nada, nada. Eles mal e mal estão conseguindo implementar essas atividades fins das secretarias assim, e depois da pandemia vai ser terra arrasada (Petra).

- Então a gente foi percebendo, a gente tinha muito mais convênio direto com o município [...] e isso tem muito a ver com essas políticas [teto de gastos] entendeu? Com essas rupturas na verdade de financiamento. Porque **no fundo o município fica dependendo das estruturas de financiamento de grandes institutos e fundações**, para poder, sei lá, ter formação continuada dos professores. Não é muito saudável, você pensar na política pública dependendo de outros atores para garantir o financiamento delas, entendeu? (Petra).

- **O Brasil tem uma quantidade enorme de política.** O Brasil tem políticas que são exemplares, copiadas no mundo inteiro. Não sei se é por aí, sabe? Não sei se falta política. Falta a gente poder... A gente tem uma constituição que é referência no mundo, e a gente tem políticas sociais que são referência, **eu acho que falta conversa entre elas** (Petra).

- É muito desafiador, na verdade. Porque eu acho que a gente não está fazendo política social em qualquer país, **a gente está trabalhando no contexto brasileiro** (Petra).

- um pouco a partir dessa vivência acho que bem profissional também. Eu entendo que talvez a política social materialize a convergência de uma

série de direitos, aos quais as pessoas devem ter acesso assim (Petra).

- Então, **em alguma medida, as políticas sociais vão garantir um olhar mais integrado para esses direitos, e não fragmentados**, separados e entendidos por si só, **embora eu acho que isso tenha o seu lugar, é importante a gente pensar a escola a partir do que é a escola e do que ela se propõe, a saúde também, com seu fim, mas eu entendo que quando a gente está falando a perspectiva de política social, a gente está pensando na integração dessas diferentes frentes** (Petra).

- **quando a gente está falando a perspectiva de política social [...] para mim, é muito inevitável pensar em desenvolvimento integral, não é?** Pensar que a vida, para ser plena, **para um sujeito poder viver plenamente, ele tem uma série de elementos que precisam ser olhados**, cuidados, supridos, e que as políticas sociais, enfim, a política social precisa garantir isso, que o sujeito possa viver, e não sobreviver (Petra).

- **acho que a política social, talvez, um dos grandes desafios seja como é que a gente garante uma certa singularidade também, porque a gente está o tempo inteiro olhando, ela tem uma dimensão coletiva**, ela tem uma dimensão para atender a todos e todas, mas eu acho que ela precisa, não sei, grande parte das políticas no Brasil, no processo de garantir escala, elas acabam massificando, e aí essa dimensão mais subjetiva acaba se perdendo (Petra).

- Eu acho que isso tem a ver também com a forma como tudo isso, em alguns casos, elas são pensadas e formuladas, então se elas forem formuladas de cima para baixo, a gente muito provavelmente vai perder o

sujeito, para o qual essa política se destina. **E aí eu acho que na perspectiva de uma construção de política participativa, a gente reinstaura a possibilidade de garantir, tanto a coletividade, a escala, mas também essa dimensão que é mais subjetiva,** porque a gente está falando de pessoas (Petra).

- **fazendo essa modulação, de como isso chega para todos e todas, mas ao mesmo tempo como isso contempla as subjetividades,** eu acho que ainda é um nó, assim, para ser desatado, sabe? Mas acho que a política social, inevitavelmente, tem essa tarefa, porque se ela está visando garantir o bem estar, a qualidade de vida, uma vida digna, plena, para esses sujeitos, isso também vai acabar atravessando (Petra).

- Em alguns momentos, eles não querem falar sobre educação e rejeitam a expressão, inclusive, educação integral, porque: “Não, o que eu estou fazendo é da assistência social, não é da educação” (Petra).

- Enfim, tem sido super desafiador e eu tenho encontrado um pouco dessa narrativa, assim, o que eu faço não é educativo porque é da assistência social (Petra).

- A **lógica cartesiana** da especialização, ela **é a chave da fragmentação** (Petra).

- é o mesmo João, **não dá para continuar esquetejando o João, para implementar política pública** (Petra).

- [...] a gente fica o tempo inteiro criando, esquetejando o sujeito para poder implementar as políticas, eu acho que essa falta de compreensão precisaria ser superada (Petra).

PRÉ-INDICADORES – Petra	INDICADORES
<p>- quem são eles em termos de perfil, depende de onde a gente estiver falando, porque eu <b>não consigo pensar política social dissociada dessa integração e dissociada do território do contexto</b> [...] quando eu falo isso, <b>tem uma afirmação meio política por trás, que tem a ver com esse processo de massificação porque muitas vezes a política chega descontextualizada, e aí ela não dá certo</b>, ela não garante, ela encontra entraves (Petra).</p> <p>- Um pouco a aposta da educação integral é que <b>não exista uma educação integral como política social, mas que a gente tenha várias formas de se fazer educação integral, porque os territórios e os contextos vão criar formas diferentes de construir uma política de educação integral</b> (Petra).</p> <p>- <b>o que esse território entende como educação integral e vai produzir</b> como educação integral, é muito próprio dele, <b>tem a ver com a configuração histórica, tem a ver com os processos ligados à memória desse território, tem a ver com os sujeitos que compõem aquele território</b>, tem a ver com os modos de vida daquele território, que é absolutamente diferente de como educação integral, por exemplo, acontece em Maranguape [...] Porque os sujeitos que estão ali, o contexto de vida, os modos de ser, fazer, os modos de se expressar, são diferentes (Petra).</p> <p>- <b>O território é o locus da articulação intersetorial</b>, então, para</p>	<p><b>O que esse território entende como educação integral e vai produzir tem a ver com a configuração histórica, com os processos ligados à memória desse território, com os sujeitos que compõem aquele território: o território é o locus da articulação intersetorial</b></p>

educação integral, não existe uma instituição que vai dar conta desse desenvolvimento sozinha, você precisa dessa rede operando (Petra).

- O território vai te fornecer os saberes daquela comunidade, quais são: como é que se move essa comunidade, o que eles fazem, o que eles produzem (Petra).

- **o sujeito está no centro do processo, e o território é estruturante [...] não existe educação integral sem desenvolvimento territorial.** Esse é um **binômio** [...] por isso que a gente continua defendendo essa articulação entre **educação e território** (Petra).

- o agente da saúde, assistente social, conselheiro tutelar, sem o território, o trabalho desses agentes não acontece. **A escola por um desvio,** ela faz esse trabalho que está problemático, e não sou eu que estou dizendo, são os dados, **ela acha e ela se desenvolve de forma a acreditar que ela pode prescindir o território** (Petra).

- Eu estou dizendo que tem sei lá, 30% de um território que vai todos os dias neste lugar, que é um baita de um privilégio, porque é um lugar que reúne profissionais de várias áreas do conhecimento, a **escola é uma superpotência no território, e é o equipamento que mais chega em qualquer lugar do Brasil** (Petra).

- Eu trabalho lá no fundão do Maranhão, no Pará, eu entro em lugares que não chega água ainda encanada. Mas chega escola, entendeu? Então **a escola é muito estruturante da sociedade, ela é muito estruturante do território, mas alguma medida ela ainda acha**

**que pode prescindir o território**(Petra).

- O contexto no qual as políticas, a proteção, o conselho tutelar vão atuar, é nesse território que é atravessado por essa história, por esses sujeitos (Petra).

- Se esses agentes têm esse grau de conhecimento sobre os territórios, é impossível que eles façam o trabalho deles sem saber o que a escola está fazendo, e que a escola faça o trabalho dela, sem saber o que esses agentes sabem sobre esse território (Petra).

- Então tem algumas experiências interessantes, que é quando esse diálogo se instaura, entrando nessa coisa da **intersectorialidade**, que essas informações, que **esse conhecimento produzido pelo, para o, e com o território, seja distribuído pelos agentes que estão responsáveis por implementar essas diferenças políticas** (Petra).

- Se tivermos **conhecimentos compartilhados sobre o território, poderemos produzir ações conjuntas, para endereçar os problemas** desse território (Petra).

- Mas a verdade é que a gente está falando de **desenvolvimento humano**. A gente está falando de **desenvolvimento territorial**, a gente está falando de **questões que precisam estar em diálogo**, precisam estar conectadas, porque senão não adianta nada você ter a melhor escola do mundo, em um território que não tem moradia (Petra).

- Esse **diálogo no território, ele é difícil, ele é desafiador**, ele não é fácil, as pessoas, os agentes, eles sempre acham que é mais trabalho, “é

<p>mais uma reunião” você fala: “não é assim”, não dá para você ser professor, ser diretor de escola, ser conselheiro tutelar, ser agente de saúde, se você não fizer parte dessa rede [...] <b>Essa é a dimensão da importância da rede</b> (Petra).</p> <p>- a conversa com a educação foi: “gente, que educação é essa que a gente está dizendo que é integral e que desconsidera a cultura?” E aí um pouco é isso, a gente como organização da sociedade civil acaba tendo uma certa liberdade para trafegar e produzir essas mediações. Porque no fundo, o que a gente faz é mediar e facilitar esse diálogo. Agora, se os agentes vão querer sentar... (Petra).</p>	
---	--

<b>PRÉ-INDICADORES – Petra</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>- um pouco a defesa em termos de recurso que eu acho que a <b>intersetorialidade ela também propicia é uma otimização desses recursos</b>. Então trabalhar junto de novo, essa palavra gigante, ela não é uma abstração, não é um conceito, não é uma coisa que o A. inventou, e não é porque a gente é louco. <b>Ela é concretamente uma forma inclusive para garantir uma gestão de recursos mais integrada, mais eficiente [...]</b> (Petra).</p> <p>- ela se apresenta no meu cotidiano como uma <b>dimensão fundamental da política pública, das políticas públicas, então ela é o diálogo entre os diferentes segmentos, entre os diferentes setores da sociedade, em um território[...]</b>(Petra).</p> <p>- <b>Como é que a gente aterrissa a intersetorialidade?</b> Ela pode se dar</p>	<p>Porque intersetorialidade na elaboração é fundamental, mas é na implementação que mora o diabo: sobre a estratégia da construção de um projeto e agenda comum produzido pelo, para o, e com o território</p>

**no âmbito governamental**, pensando a estrutura da máquina; ela pode ser um **diálogo intersetorial que se dá entre os secretários, entre pastas**; a intersetorialidade pode se dar **também entre, por exemplo, judiciário, legislativo e executivo**, em alguma medida... (Petra).

- **acho que tem a ver com pensar política em uma ordem mais sistemática, e de diálogo entre os diferentes atores assim**. Eu acho que eu entendo a intersetorialidade dessa forma. E acho que ela pode se dar nesses níveis que eu te falei. Então **tem o nível territorial, que é na implementação; ela pode se dar nesse outro nível aqui, que é no nível da gestão; mas eu acho que é fundamental que esses níveis também dialoguem** (Petra).

- [...] **tem várias políticas que no nível da elaboração, elas acabam até conseguindo ser intersetoriais** [...] Você lê a letra da lei, e ela é intersetorial. Agora se ela vai ser intersetorial mesmo, **eu acho que você só consegue ver na implementação. Porque a intersetorialidade na elaboração é fundamental, mas é na implementação que mora o diabo** (Petra).

- [...] uma série de diálogos intersetoriais que não estão previstos na elaboração podem ser instaurados no momento de implementação [...] Então eu acho que se a gente tivesse que pensar em que momento ela se manifesta, ela precisa se manifestar com muita intensidade, eu diria que é na implementação mesmo (Petra).

- Porque estar na escola é fundamental, mas não é suficiente para o desenvolvimento dessa criança. Como é que a gente avança?



Seriam assim, os passos dois, três, quatro e cinco de uma política como o Bolsa Família, tem outras do ponto de vista até da geração de renda que eu acho que tem um monte de pesquisas já, que o Bolsa Família pode virar crédito por exemplo, para cooperativas, **ou seja, uma política intersetorial que nasce, ela tem desdobramentos múltiplos, ela poderia ser aperfeiçoada permanentemente** (Petra).

- o contexto brasileiro faz com que a gente lance a política intersetorial e passe o resto da vida tendo que batalhar para ela se manter. Porque o risco de ruptura é permanente. E como é que você avança? (Petra).

- acho que tem a ver com essa compreensão de que os sujeitos dessas, destinatários dessas políticas sociais é o mesmo [...] parece pueril, parece nossa, que saída simples, etc., mas não sei, no meu cotidiano eu ainda percebo que isso é sofisticado, a gente se especializou muito, a gente trabalha em caixinhas, e parece que o João que vai na UBS é diferente do João que vai na escola, sabe? (Petra).

- Talvez se a gente pudesse ter uma compreensão compartilhada e coletivizada sobre quem são esses sujeitos, entender que eles são os mesmos sujeitos, a gente talvez pudesse, assim, eu diria que esse é o primeiro entrave, se a gente não tiver acordo nisso, nada vai sair (Petra).

- [...] articulação intersetorial como algo estruturante da política social. Então é entender que o diálogo intersetorial, ele não é um apêndice, ele não é algo a mais. Ele é estrutura para complementação das políticas. Deslocar essa nossa de intersetorialidade para esse lugar da estrutura [...] porque eu ainda acho que a intersetorialidade é uma

<p>abstração na cabeça das pessoas (Petra) [...]</p> <p>- Então isso tem um impacto gigantesco na vida das pessoas, não é uma abstração, ou um conceito bonito para a gente ficar divagando por aí, é estruturante da política, precisa ser entendido dessa forma [...] o sujeito ser entendido como o mesmo, a gente poder entender que <b>o diálogo intersetorial ele estrutura as políticas sociais</b> (Petra).</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES – PME	INDICADORES
<p>- <b>começa a se delinear um novo modelo de gestão que passa a conviver com o anterior sem, no entanto, superá-lo inteiramente:</b> trata-se da gestão da incerteza. A partir da lógica da ‘gestão da incerteza’, uma vez reconhecida a complexidade da tarefa de garantir o direito à educação integral nos municípios brasileiros, o passo seguinte é destacar elementos estratégicos que tenham o poder de mobilizar os diversos atores em torno de um objetivo comum. Dito de outro modo, <b>a intersetorialidade se materializa no cotidiano da gestão à medida que consegue criar consenso em torno de uma meta com a qual todos possam, em alguma medida, comprometer-se. Esta é a primeira característica que podemos destacar numa estratégia de ação intersetorial (PME).</b></p> <p>- <b>Certamente a construção de consensos em torno do Programa é essencial por traçar a meta e dar diretriz que oriente a ação de todos. No entanto, não é possível alcançar grandes objetivos de uma só vez, como se uma decisão tivesse o mágico poder de tudo acertar. O esforço</b></p>	<p>A intersetorialidade se materializa no cotidiano da gestão com a <b>criação do consenso em torno de uma meta</b> com a qual todos possam, em alguma medida, comprometer-se</p>

<p><b>contínuo de negociação, de planejamento e replanejamentos, de publicização de resultados, de ampliação da participação dos agentes institucionais e também das crianças e adolescentes mantêm-se como processos contínuos para agregar efetividade às ações (PME).</b></p> <p>- A noção <b>de ação intersetorial</b> traz questões relevantes ao Programa MAIS EDUCAÇÃO, e as <b>respostas coletivas que serão produzidas irão expressar o compromisso efetivo dos gestores públicos com sua responsabilidade de garantir o direito à educação de crianças, adolescentes e jovens [...]</b> À medida que tais respostas forem portadoras de uma nova relação das políticas públicas às demandas de aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens – efetivamente mais participativas – o Programa MAIS EDUCAÇÃO estará, de fato, sendo protagonista de uma <b>inovação na gestão educativa</b> (PME p.46).</p>	
---	--

<b>PRÉ-INDICADORES – Thiago</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>- Se os gestores dessas políticas não entenderem a relevância, a importância, a imprescindibilidade dessa relação, dessa intersectorialidade, não vão funcionar, <b>tem que ter a vontade política.</b> A vontade política de transformação, de mostrar resultado, mas mostrar o resultado para quem? Para a população. Então eu vejo muitas vezes as ações voltadas para autopromoção, sabe? (Thiago).</p> <p>- A nossa função foi técnica, embora fosse um cargo político, a gente sempre teve a liberdade de trabalhar. O prefeito na época fez um concurso para criar cargos técnicos. O que a</p>	<p>Se os gestores dessas políticas não entenderem a imprescindibilidade dessa relação, dessa intersectorialidade, não vão funcionar, tem que ter a vontade política</p>

gente fez dentro daquilo que a gente viu que era necessário, era no mínimo garantir, como eu já falei, aquilo que já tinha, porque corria-se o risco de nós não trabalharmos até por não compreenderem, porque a assistência social, nos municípios, não é tão considerada como deveria, a importância dela não é observada como deve, haja vista que os orçamentos para a assistência social gira em torno de 3%(Thiago).

- Lá em D., a gente trabalhou muito isso “olha, o que é competência da assistência social é isso”, a gente teve que romper com esse conceito de assistencialismo, de traçar a assistência por direito, então a gente foi por essa linha. A gente focou muito na estrutura mínima para os profissionais poderem trabalhar, a equipe mínima. Eu não sei se a parte de recursos humanos, e aí, em termos de gestão, o que a gente viu também, umas parcerias, que tinha, não funcionavam, e a gente teve que romper [...](Thiago).

- a gente viu também, umas parcerias, que tinha, não funcionavam, e a gente teve que romper, isso trouxe um estresse muito grande e eu sofri muito com essa questão [...] eu comecei a ver que eles recebiam um valor altíssimo, diferente de outros projetos, e atuavam não eram todos os dias da semana e só na região central, aí a gente cortou. Aí a gente rompeu, isso aí foi um estresse danado, porque esse pessoal era ligado, lá na região do ABC, à sindicato, sindicato que apoiou prefeito, e o prefeito em momento algum ele falou: "Thiago, assumo, não Thiago deixa, mantém", não, ele segurou a onda(Thiago).

- A gente fez concurso, chamamos profissionais, capacitamos os profissionais para desenvolverem essa atividade, fazer a execução

direta em todos os bairros da cidade, principalmente nos centros dos bairros, onde também tinha o trabalho infantil. Por que que eu falo isso em termos de gestão? É gestão do dinheiro público, como você está utilizando (Thiago).

- Ou seja, a gente procurou colocar as coisas nos seus devidos lugares, com as pessoas responsáveis, pessoas que, como eu disse, a gente procurou dotar as equipes de condição de trabalho, trazendo, buscando, dentro do possível, as capacitações, enfim, recursos humanos foi uma preocupação grande. A revisão de projeto de parcerias que ainda era chamado de convênio, ampliação de convênio (Thiago).

- teve um probleminha mais no final do governo que foi a questão do benefício que tinha garantido em lei, que era uma coisa absurda, das pessoas que tinham gratuidade nos ônibus. Então não tinha atualização de critérios, tinha até mãe de vereador, esposa de vereador, com carteirinha andando de graça nos ônibus, e isso foi motivo para muita discussão. Mas, foi a única situação que ele falou: "deixa como está, não vamos mexer porque isso atrapalha a reeleição do prefeito", como de fato, não foi por esse motivo, mas de fato ele acabou não sendo reeleito(Thiago).

- A gente trabalhou bastante a questão dos programas [...] lá tinha Casa Beth Lobo que é um trabalho bem antigo, bastante interessante, que a gente também reforçou a estrutura, mudamos de espaço, criamos condições melhores de trabalho para o pessoal (Thiago).

- ele foi me vender curso. Aí ele chega e fala para mim: "olha, aí tem a taxa administrativa, 10% desse valor", eu

falei: "o que é taxa administrativa?", "não, o senhor sabe. Taxa administrativa, que fica para o senhor, 10%" eu falei: "nossa meu, você faz o seguinte, se você quiser ficar mesmo, participar, você me apresenta uma proposta com 10% abaixo do valor que você está me oferecendo e aí tudo bem, você participa, senão você pode ir embora e não voltar mais". Ele ficou: "o quê?", "eu não quero. Você está me oferecendo dinheiro para eu contratar você? O que é isso?" [...] infelizmente isso ainda continua. Eu sei que tem lugar, hoje, que não é mais 10%, é 40%, é uma coisa absurda. Se quiser entrar, se não quiser o outro entra (Thiago).

- o secretário de assistência não tem autonomia para muitas coisas, ele depende de outros secretários, e se a relação não for boa, não acontece, as coisas não saem, as coisas não andam. O D. foi muito rico, em termos de parceria, de ações conjuntas, de sentar, de discutir caso, de desenvolver ações em conjunto, foi muito legal. Mas é relativo, **depende mesmo do gestor municipal**, qual é a diretriz que ele dá para o trabalho (Thiago).

- Trabalhamos muito em conjunto, até porque existia uma diretriz do prefeito no sentido de fazer a articulação entre as políticas para não haver sobreposição de ações, para ter a troca de informações, porque o beneficiado com tudo isso é a população, é o munícipe. Diferente de outros que a gente viu, sabe como é, é briga [...] (Thiago).

- Falta essa visão do coletivo, não dá para pensar somente no seu recurso. Por exemplo, é um joga para lá, joga para cá: "Isso não é meu, isso é do outro, o outro que faça, o outro que se

vire”, isso aí é muito comum. É muito comum (Thiago).	
---	--

PRÉ-INDICADORES – Petra	INDICADORES
<p>- Primeiro, eu acho que o envolvimento de um secretário, uma secretária, faz muita diferença [...] porque é inegável, esse é o papel, é a atribuição do secretário [...] ele tem inclusive um papel político de coordenação das equipes [...] Sem o envolvimento dos secretários ou das secretárias, os desafios são maiores (Petra).</p> <p>- A segunda coisa é sobre o relacionamento entre secretários e secretárias, o que eu vejo é que <b>isso é muito brasileiro</b>, obviamente, mas <b>a dimensão política é uma dimensão que atravessa essas relações</b>, e aí é super comum o <b>secretário de educação não gostar do secretário de cultura</b>, e aí não é possível implementar nada de <b>convergência</b> entre educação e cultura nos territórios, porque os secretários não se olham na cara, porque as <b>secretarias muitas vezes são divisões entre partidos</b> que compuseram campanhas e que vão direcionar maior ou menor apoio (Petra).</p> <p>- <b>então a gente encontra de tudo, desde diálogos muito profícuos e muito interessantes</b>, e trabalhos com sinergia, envolvimento, <b>até secretários e secretárias que não conversam</b>, não se olham na cara [...] <b>nessas situações nem sempre essa falta de diálogo ela se reproduz no território</b>, então tem um caminho que as vezes que é territorial. Dá trabalho [...] porque se esse cara fica sabendo, ele vai tentar também garantir que esses bloqueios</p>	<p style="text-align: center;"><b>Sem o envolvimento dos secretários ou das secretárias, os desafios são maiores</b></p>

aconteçam nas diferentes dimensões [...] (Petra).	
---	--

### NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO

**Entrevista com o gestor da Assistência Social (Thiago); entrevista com a gestora de Educação Integral (Petra)**

#### Sétimo Núcleo de Significação

##### *A intencionalidade educativa*

PRÉ-INDICADORES – THIAGO	INDICADORES
<p>- toda a política da assistência social, a situação, a visão que se tinha do trabalho social ia por esse caminho. Você ajustá-lo à sociedade, a inserção do indivíduo na sociedade, e eu sempre fui muito crítico com relação à essa fala: "reintegração do menor na comunidade", que comunidade? Que sociedade? Não é essa sociedade? Não existe outra, ele está. Então, esse termo eu nunca gostei de usar, mas na época era isso, falava-se do funcionalismo, você ajusta o indivíduo dentro de um padrão. Aí desconsidera a sua cultura, desconsidera os seus hábitos, enfim. Então, o serviço social era feito dentro dessa perspectiva mesmo, assistencialista.</p> <p>- Eu comecei no plantão social, era a porta de entrada, como se fosse um CRAS. Então eu atendia todo mundo, tudo o que as pessoas na prefeitura não conseguiam resolver, vai para assistência social, manda para a assistência social, então tinha de tudo, e principalmente dentro dessa lógica do assistencialismo, de dar cesta</p>	<p>Política de Assistência Social: direito ou moeda de troca?</p>



básica, de dar remédio, de dar, de dar, de dar, de dar.

- A gente vê o quê? São mais de 20% da população na pobreza, aí vê quanto que vai para a assistência social? É muito pouco. Então, trabalha-se a assistência social, ainda na perspectiva do assistencialismo, é essa visão que muitas pessoas ainda têm, os vereadores ainda tem.

- Trabalhar hoje dentro da política de assistente social é isso, primeiro precisa dar uma boa sacudida no povo que está na assistência, os profissionais que estão na assistência, para que o pessoal entenda qual é o seu papel de verdade, que se atualize, que procure ficar antenado com relação às mudanças que tiveram, que se apropriem do que diz as legislações, para não ficar no achismo que ainda está difícil.

- [...] fiz uma proposta de alteração da lei municipal de T., porque ela está desatualizada [...] Os benefícios eventuais estão dentro da política de assistência social, por exemplo, a gratuidade no sepultamento, é moeda política, no T. é moeda política, não sei em outros municípios, [...] Você tem que ter uma legislação e tem municípios que não tem, T. nós escrevemos o SUAS municipal, pergunta se foi encaminhado? Não foi. Porque nós colocamos tudo, todos os serviços, o como chegar, quais os critérios para ter acesso a determinados benefícios, tudo isso em lei. Só que isso, politicamente, dificulta o atendimento.

- São poucos que ainda vão com essa ideia de direito [...] Elas veem ainda meio na troca de favores, se eu consigo através de um vereador, "não, foi o vereador que conseguiu", não você pode vir aqui sem vereador

porque isso é um direito seu. Quantas e quantas vezes a gente desfez toda aquela ladainha que o assessor do vereador faz para dizer que ele que conseguiu aquele bem, não é direito seu [...]

- Qual é o CRAS que está realizando o PAIF em T.? O pessoal não sai. O pessoal não conhece o território. Os técnicos não conhecem o território. Eu fiz uma reunião, que eu fiquei um tempo na proteção social básica, em uma reunião de coordenadores eu vomitei um monte de coisas, sabe? Falei mesmo, nem o coordenador conhece o território. Como é que um CRAS, que é um equipamento que deveria ser a primeira referência dessa população, não conhece o território, não sabe o nome da rua do lado. Espera aí, gente. Não sabe quais são os recursos socioassistenciais que têm no território, que você pode fazer o encaminhamento do munícipe ali.

- Pela política é para quem dela precisa. Então, tinha essa percepção de que só pode recorrer à assistência social, o pobre, sem recurso, na verdade não só, é para quem dela precisa. Eu tenho renda, eu posso precisar da assistência social? Posso, em uma situação eventual, em uma situação momentânea, eu posso precisar da assistência social. Não é do profissional, do assistente social, é da política de assistência social.

- Aspectos que são inerentes à pobreza, que é a falta de informação, essa dificuldade de acesso às políticas públicas, culminam com isso, com todo esse estado de abandono, de dificuldade, porque a estrutura familiar tem hoje, principalmente, uma configuração diferente.

- a política de assistência social é para quem dela necessitar, mas,

invariavelmente quem busca a assistência social são as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade.	
--	--

<b>PRÉ-INDICADORES – Thiago</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>- Mais educação, você está falando o novo mais educação, eu não conheço o novo, eu conhecia aquele mais educação primeiro, original, a gente trabalhou muito com o mais educação lá em D. Nós tínhamos assistentes, da assistência social, profissionais da assistência social, junto com a equipe do mais educação buscando atender a partir de um diagnóstico daquele público que era atendido naquele território, então com o que a assistência social poderia contribuir nas atividades planejadas pela equipe do mais educação, com aquelas crianças, aqueles adolescentes, o que que a assistência social poderia propor? (Thiago).</p> <p>- no Mais Educação as coisas eram trabalhadas dessa forma, participava do planejamento das ações, então quando tinha alguma atividade pontual, onde, por exemplo, envolvia a participação da família, um evento, estava ali o serviço social, junto, participando com proposta, o que poderia ser apurado, e assim como as outras políticas. (Thiago).</p> <p>- Eu achava interessante justamente por isso, porque não ficava só naquela situação de preenchimento do tempo ocioso que a criança tem depois do ensino regular. Não. Ele tinha uma proposta, tinha um planejamento, que ia além de tudo isso. Não é brincar, o quê que tem no brincar? O brincar tem isso, isso e isso, bom, enfim. (Thiago)</p>	<p>Mais Educação: não ficava só naquela situação de preenchimento do tempo ocioso, tinha uma proposta e planejamento conjunto</p>

PRÉ-INDICADORES – Thiago	INDICADORES
<p>- o que você vê dentro de uma sala de aula, por exemplo, é diferente daquilo que você vê em uma atividade de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, depende da relação que existe, depende do vínculo que existe da criança com aquele educador. E ali é que as coisas aparecem, a escola traz muita coisa do que acontece dentro de casa, esse profissional tem que ter essa sensibilidade, tem que ter esse olhar, para ver o que está interferindo no processo de ensino e aprendizagem daquela criança, ele vai ter aquela sensibilidade (Thiago)</p> <p>- Considerando os eixos que estão previstos no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, percebe-se ali a possibilidade de trabalhar diversas questões, o objetivo do serviço é esse. Fortalecimento de vínculos vai trabalhar a questão da relação familiar, da relação consigo mesmo, da relação com a comunidade, então ainda sim, dentro dessa perspectiva de uma relação com as outras políticas (Thiago).</p> <p>- Eu tenho conhecimento de diversos casos em que, através desse Serviço, encaminhou-se para tratamentos, para acompanhamentos, diversos. Assim como indicação para emprego, indicação para cursos (Thiago) [...]</p> <p>- serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, eu acho assim, é um trabalho riquíssimo, fazendo essa ponte com o Mais Educação.</p> <p>- serviço de fortalecimento de vínculos, é extremamente importante, mas ainda muito capenga, em termos</p>	<p>O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um trabalho riquíssimo, fazendo essa ponte com o Mais Educação</p>

<p>de coisas que precisam ser feitas mesmo (Thiago).</p> <p>- Se você pegar os eixos, as atividades, elas são de fato executadas conforme as orientações, e aí o que falta é uma supervisão, um monitoramento desses serviços (Thiago).</p> <p>- Agora, porque assim, qual é o objetivo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos? Ele é um serviço complementar ao PAIF. Se o PAIF não é feito, qual é o sentido do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos? É a ocupação do tempo fora do contraturno escolar? Então precisa se pensar qual é o objetivo dentro da política de assistência social, e é isso que eu vejo (Thiago).</p>	
--	--

<b>PRÉ-INDICADORES – Thiago</b>	<b>INDICADORES</b>
<p>- são pessoas que não tem perfil, não tem competência técnica para o desempenho de algumas funções, e lá estão para fazer aquilo. eu fiquei sabendo, hoje, que tem uma pessoa que nem formação tem, que está coordenando a proteção social básica (Thiago).</p> <p>- eu estou aguardando, eu vou dar uma capacitação para o pessoal do abrigo lá de v [...]tem gente que está lá há dez anos e nunca teve uma capacitação. Nunca. As pessoas fizeram concurso, nunca tinham trabalhado na função, e estão lá. Então o que falta realmente? É esse olhar, sabe? o olhar do gestor para aquilo, para oferecer um serviço de</p>	<p>Muitos serviços acabam sofrendo, essa falta de capacitação</p>

<p>qualidade, então precisa-se ter [...] (Thiago)</p> <p>- primeiro damismo, ele acaba com isso, falta um referencial técnico, uma orientação. não tem nem uma assessoria técnica para dizer o que precisa ser feito. então é o que muitos serviços acabam sofrendo, essa falta de capacitação (Thiago).</p> <p>- lá em t., o que a gente tinha era muito disso também. é entender a criança institucionalizada, adolescente institucionalizado, que não é fácil, tem uma necessidade constante de capacitação para entender esse serviço. e as pessoas vão com referência do que? do filho que eu tenho, ou do sobrinho, e não é a mesma coisa. não é. por mais que se queira tratar igual, não é igual (Thiago).</p>	
--	--

PRÉ-INDICADORES – PETRA	INDICADORES
<p>- Enfim, tem sido super desafiador e eu tenho encontrado um pouco dessa narrativa, assim, o que eu faço não é educativo porque é da assistência social (Petra).</p> <p>- a gente trabalha em uma perspectiva que é da assistência social e que está organizada assim, assim, assim e assado, aí você olha a prática, aí você fala: “Bom, legal, está bom, nem vamos mexer, <b>chama do jeito que quiser</b>”, <b>porque para a gente pouco importa</b>, não é disso que se trata, <b>interessa se o que está sendo feito está produzindo impacto para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente</b>. E gerando</p>	<p><b>Faltou estruturar uma parte da política do SCFV: a qualidade dos serviços não nasce do ovo da galinha chocada, nasce de processos estruturados, formação continuada é um deles</b></p>

aprendizagem, para a gente é essa a preocupação (Petra).

- Então, o que eu tenho visto, eu tenho encontrado essa narrativa cada vez mais, é muito típica de profissionais da assistência, e aí gera uma **resistência em debater. Por exemplo, a intencionalidade educativa da prática que ele está desenvolvendo** (Petra).

- E aí você pergunta: “Para que você está fazendo isso com essa criança?”. “Eu estou fazendo isso porque isso é parte do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos”, ótimo, **mas para que você está fazendo isso com a criança? Vou perguntar três vezes. Quantas vezes for preciso.** Onde você quer chegar com isso, com a criança? (Petra).

- a gente tem trabalhado com várias organizações no Brasil, da sociedade civil não escolares, no desenvolvimento de projeto político pedagógico, e é uma defesa, **é uma afirmação política, que esse tipo de organização que realiza um atendimento direto de crianças e adolescentes, têm que, assim como as escolas, constituir um projeto político pedagógico de forma participativa, pactuado com a comunidade, e a luz da educação integral** (Petra).

- **vai ter PPP [projeto político pedagógico] no Brasil inteiro. Vamos fazer chuva de PPP!** Por que o que acontece? Tem a ver com reorientar essa oferta educativa da organização do serviço, enfim, depende, pode ser o que for, a luz da educação integral, **e aí os fundamentos da educação integral são fundamentais, então quem está no centro do processo? É a**

**criança, o adolescente e o jovem** (Petra).

- Porque a gente vê, nas organizações, exatamente os mesmos desvios que a escola produz, só que eles sequer são escola. Porque a política educacional e o fazer escolar são muito complexos. Você olha e fala assim: "Tudo bem, é verdade, podia terminar desse jeito que está hoje mesmo, porque é difícil", é engessado, é complexo, e vai escalonando [...], enfim. Mas uma organização da sociedade civil, que recebe [crianças], que têm a **possibilidade de criar interações com diferentes linguagens. Que tem a possibilidade de mexer no tempo da criança e do adolescente ali dentro, por que ela reproduz um modelo escolar?** (Petra).

- Você chega na organização: "Aqui é uma atividade do serviço de fortalecimento dura 45 minutos". Por que dura 45 minutos? (Petra).

- Aí, o que você faz? Oficina de biscuit. Poxa, oficina de biscuit, não, cara [...] O cara constrói o próprio celular já, porque essa geração é desse jeito, e aí você vai fazer biscuit com ele, é sério? (Petra).

- **eu já ia sugerir [...] um programa de educação continuada para os agentes que implementam os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo. Para mim não é um problema que sejam pessoas da comunidade, que queiram...** Parte do terceiro setor inclusive, nasceu disso assim, tem a ver com serem lideranças, tem a ver com serem educadores sociais, mas cara, a política precisa prever educação continuada, porque senão a gente vai continuar fornecendo



interações que são pobres para essas crianças (Petra).

- **E aí a gente opera nessa lógica, tira o menino da rua, porque na rua está o tráfico, entendeu?** E não na lógica do ele tem direito a uma interação qualificada que apoia o desenvolvimento integral dele, **daí ele vai em uma escola que não está garantindo aprendizagem, ele vai para um serviço de fortalecimento de vínculos que também não promovem interações qualificadas [...]**(Petra).

- [...] **qualidade do serviço precisa ser pautada**, e aí a gente precisa garantir condições para que a qualidade... **A qualidade não nasce do ovo da galinha chocado. Ela nasce de processos estruturados, formação continuada é um deles.** SCFV (Petra).

- [...] me parece que **faltou estruturar uma parte da política**. Faltou estruturar uma parte **que é fundamental que diz da qualidade da implementação** dela, entendeu? **Na letra da lei está lindo**, eu estou olhando aqui, tem a ver com eles se entenderem na vida pública, como sujeito de direitos e deveres, isso aqui **é o ECA assim, materializado.** (Petra).

- Essa demanda, eu nunca vi, **nenhum assistente social chegou para mim e falou assim: “cara olha, eu implemento e eu precisaria de formação continuada para garantir uma interação qualificada**, para garantir que esses três eixos aqui sejam implementados do melhor jeito possível” eu não vejo essa demanda colocada. (Petra)

- seria maravilhoso se a assistência social se inundasse, por exemplo, da cultura. Porque entender assistência

social, não é entender cultura nisso? Tudo que eu conheço de mais maravilhoso feito com adolescente, jovem tem a ver com a cultura. Tem a ver com o jovem montar o coletivo dele, no território dele, entender o papel dele naquela comunidade, poder intervir naquela comunidade, que é a comunidade que é cheia de desafios, mas também é o lugar dele, é onde ele se identifica, é onde ele se vê, onde ele está se desenvolvendo (Petra).

- tanto educação formal, escola, quanto assistência social, me parece, por exemplo, deixar a cultura totalmente alijada dessa discussão, e em um país como o Brasil, a cultura é um grande qualificador das nossas políticas (Petra).

**- a Assistência Social ela precisa se impregnar da intencionalidade educativa [...] eu também não estou falando disso, que é o que a gente vê a escola fazendo no geral. Eu estou falando nessa perspectiva que é da educação integral [...] o** sujeito no centro do processo, a gente vai mediar o processo, como educadores sociais, como psicólogos, assistentes, a gente está nesse processo aqui com esse sujeito [...]

- a conversa com a educação foi: “gente, que educação é essa que a gente está dizendo que é integral e que desconsidera a cultura?” (Petra).

**- Nesses processos de articulação territorial [...] a assistência e a saúde, diferentemente da educação, produzindo muita informação, elas têm muito conhecimento sobre o território.** Nunca conheci uma assistente social que não tivesse o mapa do território, que não fizesse visita domiciliar. Você fala em visita domiciliar em um contexto escolar, todo mundo sai

<p>correndo, porque não faz sentido, eles acham que não faz sentido. Aí você fala: “Cara, mas você, como é que você faz escola sem saber como é que vive a pessoa que você recebe todo dia?” Mas tudo bem, isso está lá garantido na assistência e na saúde (Petra).</p>	
--	--

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<p>- Quando conversamos com os profissionais do SCFV eles dizem: “o que eu faço não é educativo, é serviço de convivência e fortalecimento de vínculos”. E aí, para <b>a gente que trabalha na perspectiva da educação integral</b>, em que obviamente, embora a gente reconheça o papel da proteção social, dos serviços, da assistência, dessa rede de proteção, acho que <b>a potência da educação integral está justamente em não dividir essas coisas.</b></p> <p>- <b>tem uma discussão sobre a educação integral mais histórica</b> assim, que tinha a ver com <b>associar educação integral a sujeitos em situação de vulnerabilidade social</b>, por exemplo. <b>Mas, a gente caminha para algo que é mais amplo</b>, inclusive, do que isso. Assim, <b>pensar educação integral como um direito</b>, no caso do meu trabalho, eu posso dizer assim, um direito das crianças, dos adolescentes e dos jovens brasileiros. desmistificando a educação integral para pobre</p> <p>- <b>A educação integral resolve essa fragmentação</b>, porque você precisa garantir cuidar e educar, essas coisas não estão desassociadas. Tudo bem que na política você vai ter tanto o agente, quanto o serviço, quanto o equipamento responsável pela</p>	<p>A potência da Educação Integral na resolução da fragmentação: Educação enquanto direito para o desenvolvimento integral e territorial</p>

implementação da política, mas **o que a gente está dizendo é, tanto aqui, à nível governamental, quanto à nível territorial, você precisa compreender que a criança, o adolescente e o jovem, é o mesmo.**

- Então aquele que vai para a escola é o mesmo que passou aqui pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que é o mesmo que foi atendido pelo conselho tutelar [...] vai precisar ser cuidado, ele passou pela UBS [...] **A educação integral ajuda a garantir esse olhar integrador para a vida dessas crianças e desses adolescentes, no território. E ela vai forçar esses agentes, e forçar, porque, desculpe, não tem outra palavra, mas, assim, ela vai pressionar os agentes a trabalhar em uma perspectiva integradora.**

- Eu acho que tem uma coisa que alguns setores da sociedade [...] entendem a educação integral só como extensão da jornada, só como ampliação do tempo na escola, tanto que tem várias propostas ainda correndo Brasil afora, que vão falar de educação integral [...] **Então tem um monte de educação em tempo integral, que não é educação integral, é só ampliação.**

- **educação integral [...] não separa cuidar, educar, ela não separa cultura de educação, ela não separa a produção social do que a escola vai fazer, digo, ela tenta lançar um olhar integrador para tudo isso, porque ela está preocupada com o desenvolvimento integral desse sujeito.** Então ela olha para o sujeito, e ela entende que o sujeito tem uma dimensão que é intelectual, que ele tem uma dimensão que é social, ele tem uma dimensão que é física, ele tem uma dimensão que é cultural, então assim, tem lugar para todo mundo

nesse desafio aqui que é garantir uma vida plena para esse sujeito.

- [...] lembra que eu te falei que tem uma visão de educação integral, que tem a ver só com crianças em situação de vulnerabilidade? **Teve uma visão histórica de educação integral** que tem a ver com isso, a gente vai **colocar o menino em algum lugar para tirar o menino da rua, e não é isso que a gente defende** como educação integral, porque essa ideia de educação integral que ocupa, coloca esse moleque em algum lugar, porque na rua ele vai virar um... [...] **é uma ideia extremamente preconceituosa, e no caso do Brasil é uma ideia racista.**

- O contexto, a **contextualização é uma dimensão muito importante para a educação integral.** E onde está o contexto? **O contexto está no território, entendeu?** O contexto, ou seja, **o território, ele não é um apêndice da discussão de educação integral, ele é central.**

- **Não dá para pensar educação integral sem pensar territórios, ele é estruturante.** Inclusive a gente tem uma proposta de elaboração curricular para as redes, que ela faz parte do território. Digo, o território é central, inclusive, para pensar no currículo da escola.

- Você não faz planejamento de aula ou planejamento de prática pedagógica a partir de livro didático. Não é ele que determina. **O livro didático é um material de apoio para implementação de práticas, o que vai dizer o que essa criança tem que aprender tem a ver com quem ela é, onde ela vive, em que momento da vida dela ela está, e que interações a gente vai prover para que ela possa então ir produzindo conhecimento e se envolvendo.**

<p>- Não vai adiantar, não tem educação integral sem moradia, entendeu? Digna.</p>	
--	--

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<p>- Está bom. Ele [PNME] já estava bem mortinho, vai. Porque <b>as últimas coisas que eu vi sendo implementadas nos territórios eram bem esquisitas. Era reforço escolar de português, matemática,</b> acho que depois entrou ciências, se eu não me engano. -</p> <p>- O valor da remuneração dos oficineiros [PNME], que eram para ser agentes da comunidade, era absurdo de baixo. Era assim, a política foi totalmente desidratada, o programa.</p> <p>- <b>O Mais Educação [...] tinha essa perspectiva da integralidade. A gente, no A., entende que ele foi mais uma política indutora, ele nunca chegou a ser a política de educação integral.</b> Ele foi o meio do caminho, que tentava olhar para as outras linguagens que não tinham sido incorporadas pela escola, que olhava para a escola como esse equipamento que está no território, que precisa trabalhar em rede com os outros serviços, com as outras políticas, com a comunidade, ele olhava para o território nesse lugar: “Bom, esse território também tem saberes”, e ele tentava, a partir desse meio caminho andado, começar trazer isso para dentro da escola, começar levar a escola um pouco mais para fora, porque a escola é um equipamento muito endogâmico. Assim, ele é muito ensimesmado.</p> <p>- a gente entende que é isso, não chegou a 60 mil escolas brasileiras, é</p>	<p><b>Uma política indutora: em alguns territórios o Comitê Territorial, estratégia que o Mais Educação criava, ainda existe, não tem mais o programa, mas fez sentido para aquele território continuar integrado nessa perspectiva do diálogo</b></p>

<p>uma experiência bem robusta[PNME], porque a escala, no Brasil, é sempre uma questão para a política pública, mas a verdade é que ele é interrompido nessa perspectiva, antes dele se completar como uma política, de fato.</p> <p>- Em alguns territórios em que ele foi muito forte, é lindo, você vai hoje e <b>o comitê territorial, que era uma das estratégias que o Mais Educação criava, existe ainda, não tem mais a política</b>, não tem mais o programa, não tem mais nada, <b>mas o comitê está lá, porque fez sentido para aquele território continuar integrado</b>, continuar se encontrando, continuar pensando desenvolvendo integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, nessa perspectiva do diálogo. Isso é interessante.</p>	
---	--

PRÉ-INDICADORES	INDICADORES
<p>- <b>Educação e Território sempre foi um binômio assim, na vida do A.</b>, e é daí que a gente foi desenvolvendo, tanto essa experiência que foi o Bairro Escola, quanto depois os desafios aos quais a gente foi lançado como instituição, que foi pensar: <b>“Bom, o que vocês aprendem aí no Bairro Escola, como é que isso pode ir para outros contextos”</b>, então outros territórios, que não esse, onde a instituição nasceu, e também <b>como é que ele pode servir para pautar a política pública.</b></p> <p>- [...] uma organização que trabalha muito mais na perspectiva de incidência política, então desenhando, pautando política pública, e também pensando formação de professores, formação de</p>	<p><b>A tríade do Bairro Escola é a rede de proteção, a escola e o território: onde a gente vai a gente carrega esse tripé</b></p>

agentes públicos, mas entendendo que as ações, para terem sustentabilidade, continuidade no tempo, elas vão precisar, inevitavelmente, virar política pública, elas precisam ganhar esse lugar.

- **a tríade do Bairro Escola, é a rede de proteção, é a escola, e é o território**, isso também nos deu pistas de como a gente poderia organizar a produção de conhecimento e as intervenções do A. como instituição. Então hoje **tudo isso está expresso nos nossos projetos**, depende de como e quais são os projetos, mas não adianta, **onde a gente vai a gente carrega esse tripé**.

- Atualmente a gente tem apenas um financiamento direto, de município ou de estado, convênio direto. Já faz alguns anos que a gente não tem, então o nosso financiamento é oriundo em grande parte de fundações e institutos, são eles que financiam as intervenções.

- A gente não vende nada do que a gente produz, e basicamente é isso, o financiamento tem a ver com poder financiar as equipes que vão implementar os projetos.



## **APÊNDICE C**

### **Roteiros das Entrevistas**

#### **À gestora da Política de Educação Integral**

- 1- Identificação: nome completo.
- 2- Quantos anos você tem?
- 3- Qual sua formação?
- 4- Fale da sua trajetória profissional?
- 5- Qual é sua função nessa OSC de Educação Integral? Qual atividade desenvolve no cargo?
- 6- Como você entrou nesse contexto das políticas sociais?
- 7- Como é trabalhar com políticas sociais, especialmente, na função de gestor de uma agenda de Educação Integral? Como você vê a função da política social?
- 8- Quem é o público-alvo das políticas sociais, especialmente da Educação pública e integral? Fale um pouco sobre eles (modos de agir, pensar, sentir).
- 9- Quais são, em seu entender, os prós e os contras de se atuar na gestão das políticas sociais? Conte uma situação marcante que vivenciou na atuação profissional no campo das políticas sociais.
- 10- Como você percebe a relação do Secretário Municipal de Educação/equipe gestora com os outros Secretários Municipais? E dos Secretários entre si?
- 11- Você já participou de algum projeto comum com outras Secretarias, especialmente com a Assistência Social? Dê exemplos.
- 12- O que você entende por política social? Quais elementos a constituem? Fale um pouco da sua concepção de Educação Integral e de política de Assistência Social.
- 13- Partindo de sua experiência na política social, como você entende a intersetorialidade?
- 14- Você conhece a proposta de ações integradas entre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa Mais Educação (PME) ou Novo Mais Educação (PNME). Em seu ponto de vista, quais contribuições essa relação pode trazer?
- 15- Em sua opinião, quais os possíveis entraves à intersetorialidade das políticas sociais e, especialmente, a daqui tratada?

### **Ao gestor da Política de Assistência Social**

- 1- Identificação: nome completo.
- 2- Quantos anos você tem?
- 3- Qual sua formação?
- 4- Fale da sua trajetória profissional?
- 5- Qual era sua função na Secretaria Municipal de Assistência Social? Qual atividade desenvolvia no cargo?
- 6- Como você entrou nesse contexto das políticas sociais?
- 7- Como é trabalhar com políticas sociais, especialmente, na função de Secretário Municipal ou de assessor da gestão? Como você vê a função da política social?
- 8- Quem é o público alvo das políticas sociais, especialmente da Assistência Social? Fale um pouco sobre eles (modos de agir, pensar, sentir).
- 9- Quais são, em seu entender, os prós e os contras de se atuar na gestão das políticas sociais? Conte uma situação marcante que vivenciou na atuação profissional no campo das políticas sociais.
- 10- Como você percebe a relação do Secretário Municipal de Assistência Social/equipe gestora com os outros Secretários Municipais? E dos Secretários entre si?
- 11- Você já participou de algum projeto comum com outras Secretarias, especialmente da Educação? Dê exemplos.
- 12- O que você entende por política social? Quais elementos a constituem? Fale um pouco da sua concepção de política de Assistência Social e de Educação Integral.
- 13- Partindo de sua experiência na política social, como você entende a intersetorialidade?
- 14- Você conhece a proposta de ações integradas entre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa Mais Educação (PME) ou Novo Mais Educação (PNME). Em seu ponto de vista, quais contribuições essa relação pode trazer?
- 15- Em sua opinião, quais os possíveis entraves à intersetorialidade das políticas sociais e, especialmente, a daqui tratada?

## APÊNDICE D

### Transcrição das Entrevistas

#### **Gestora da Política de Educação Integral – Petra (nome fictício)**

Entrevistado: Quando conversamos com os profissionais do SCFV eles dizem: o que eu faço não é educativo, é serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: E aí, para a gente que trabalha na perspectiva da educação integral, em que obviamente, embora a gente reconheça o papel da proteção social, dos serviços, da assistência, dessa rede de proteção, acho que a potência da educação integral está justamente em não dividir essas coisas.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Enquanto organização, vejo que tem as organizações que conveniam, e elas prestam o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nos territórios.

Entrevistador: Isso.

Entrevistado: É uma Organização da Sociedade Civil, como poderia ser o A., é que a gente não faz o atendimento direto, a gente é um outro tipo de organização, e aí, em alguns momentos, eles não querem falar sobre educação e rejeitam a expressão, inclusive, educação integral, e dizem: “Não, o que eu estou fazendo é da assistência social, não é da educação. Aí a gente faz assim: “Oi? Como assim?”.

Entrevistador: É.

Entrevistado: Porque se ainda for assim, a gente trabalha em uma perspectiva que é da assistência social e que está organizada assim, assim, assim e assado, aí você olha a prática, aí você fala: “Bom, legal, está bom, nem vamos mexer, chama do jeito que quiser”, porque para a gente pouco importa, não é disso que se trata; interessa se o que está sendo feito está produzindo impacto para o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: E gerando aprendizagem, para a gente é essa a preocupação.

Entrevistador: O núcleo duro do serviço são atividades socioeducativas.

Entrevistado: Isso.

Entrevistador: Atividade socioeducativa não está dentro, também, de uma concepção de educação?

Entrevistado: Então, o que eu tenho visto, eu tenho encontrado essa narrativa cada vez mais, é muito típica de profissionais da assistência, e aí gera uma resistência em debater. Por exemplo, a intencionalidade educativa da prática que ele está desenvolvendo.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: E aí você pergunta: “Para que você está fazendo isso com essa criança?”. “Eu estou fazendo isso porque é parte do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos”. “Ótimo, mas para que você está fazendo isso com a criança? Vou perguntar três vezes. Quantas vez for. Aonde você quer chegar com isso, com a criança?”

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Quando a gente fala da intencionalidade pedagógica, tem a ver com isso.

Entrevistador: Sim. Por exemplo, uma pergunta básica que eu me fiz e eu me faço é: “Tem projeto político pedagógico?”.

Entrevistado: Eu sempre faço essa. É, cara, isso tem sido super. comum. A gente tem trabalhado, só para te contar, e esse discurso que eu tenho ouvido é bem nesse contexto mesmo, a gente tem trabalhado com várias organizações no Brasil, da sociedade civil não escolares, no desenvolvimento de projeto político pedagógico, e é uma defesa, é uma afirmação política, que esse tipo de organização que realiza um atendimento direto de crianças e adolescentes, tem que, assim como as escolas, constituir um projeto político pedagógico de forma participativa, pactuado com a comunidade, e a luz da educação integral. O povo fica louco com a gente. Eles falam: “Mas vocês são muito abusados”. “Vamos fazer, vai ter PPP no Brasil inteiro. Vamos

fazer chuva de PPP”. Por que o que acontece? Tem a ver com reorientar essa oferta educativa da organização do serviço, enfim, depende, pode ser o que for, a luz da educação integral, e aí os fundamentos da educação integral são fundamentais, então quem está no centro do processo? É a criança, o adolescente e o jovem. Não é qualquer. Porque a gente vê, nas organizações, exatamente os mesmos desvios que a escola produz, só que eles sequer são escola. Então você fala assim: “Bom...”

Entrevistador: Não tem toda aquela complexidade, não é? Do professor.

Entrevistado: Exato. Porque a política educacional e fazer escolar é muito complexo, assim.

Entrevistador: Sim, sim.

Entrevistado: Você olha e fala assim: “Tudo bem, é verdade, podia terminar desse jeito que está hoje mesmo, porque é difícil”, é engessado, é complexo, e vai escalonando, aí você precisa, enfim.

Entrevistador: Tem o território.

Entrevistado: Mas uma organização da sociedade civil, que recebe, que tem a possibilidade de criar interações com diferentes linguagens.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Que tem a possibilidade de mexer no tempo da criança e do adolescente ali dentro, por que ela reproduz um modelo escolar?

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Você chega na organização: “Aqui é uma atividade do serviço de fortalecimento e dura 45 minutos”.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Por que dura 45 minutos? Uma pergunta idiota. E aí eu estava atrás desses documentos para entender se nessas determinações, que vêm da assistência social, tem alguma coisa sobre isso. Aí, o que você faz? Oficina de biscuit. Poxa, oficina de biscuit, não, cara.

Entrevistador: É. E ainda fala que é para a coordenação motora fina. Quer dizer, o menino tem 13 anos e eles estão falando que vão trabalhar com a coordenação motora fina.

Entrevistado: É. O cara constrói o próprio celular já, porque essa geração é desse jeito, e aí você vai fazer biscuit com ele, é sério? Enfim, tem sido super desafiador e eu tenho encontrado um pouco dessa narrativa, assim, o que eu faço não é educativo porque é da assistência social. A nossa proposta, no A., é isso, assim. A educação integral resolve essa fragmentação, porque você precisa garantir cuidar e educar, essas coisas não estão desassociadas. Tudo bem que na política você vai ter tanto o agente, quanto o serviço, quanto o equipamento responsável pela implementação da política, mas o que a gente está dizendo é, tanto aqui, a nível governamental, quanto à nível territorial, você precisa compreender que a criança, o adolescente e o jovem, é o mesmo.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Então aquele que vai para a escola é o mesmo que passou aqui pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que é o mesmo que foi atendido pelo conselho tutelar, a gente tem uma questão aqui que tem a ver com o núcleo familiar dele, que vai precisar ser cuidado, ele passou pela UBS. Ou seja, e a gente entende que é isso. A educação integral ajuda a garantir esse olhar integrador para a vida dessas crianças e desses adolescentes, no território. E ela vai forçar esses agentes, e forçar, porque, desculpa, não tem outra palavra, mas, assim, ela vai pressionar os agentes a trabalhar em uma perspectiva integradora. Porque quando fica assim: “Olha, agora o problema não é mais no olho, então sai da UBS”, sai daqui, do atendimento na saúde, e vai para a escola, no fim a gente só reproduz uma lógica de encaminhamento, inclusive eu acho que é uma palavra bem problemática, que é assistência, a saúde deveria se questionar a respeito disso. Porque quando a gente fala do encaminhamento, de fato, não é? É assim, você saiu daqui e agora você vai para lá, então você deixa de ser o meu problema e você passa a ser o problema, digamos, a questão de um outro agente.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Eu não sei, eu não tenho uma proposta, mas eu acho que a ideia de encaminhamento enfraquece a ideia de rede.

Entrevistador: Sim. E a gente se acha o máximo, porque ela saiu com um papelzinho com seu carimbo para ir lá na saúde.

Entrevistado: Isso.

Entrevistador: Encaminhei.

Entrevistado: “Não é mais aqui agora. Resolver esse B.O. aí, que eu ainda não sei o que é em outro lugar”.

Entrevistador: Tem uma portaria que vai falar sobre essa articulação do serviço de convivência com o programa. Mas, infelizmente o programa faleceu agora, em dezembro de 2019.

Entrevistado: Qual programa?

Entrevistador: O Mais Educação.

Entrevistado: Ele já estava bem mortinho, vai.

Entrevistador: Isso que eu ia falar, ele já estava na UTI, desde 2017, ele já tinha sido internado.

Entrevistado: Porque as últimas coisas que eu vi sendo implementadas nos territórios eram bem esquisitas.

Entrevistador: Exatamente.

Entrevistado: Era reforço escolar de português, matemática, acho que depois entrou ciências, se eu não me engano.

Entrevistador: Um corte de verba.

Entrevistado: É. O valor da remuneração dosicineiros, que eram para ser agentes da comunidade, era absurdo de baixo. Era assim, a política foi totalmente desidratada, o programa.

Entrevistador: Você pode até me dar umas dicas, porque eu descobri a intersetorialidade muito voltada à questão da educação integral. Dentro da área da educação, quem discute intersetorialidade é a educação integral.

Entrevistador: Aí fala justamente isso, que essa criança é do território, e é no território que estão esses serviços, então os serviços têm que se conversar.

Entrevistado: Perfeito.

Entrevistador: E eu acho que tem um prato cheio para vocês aí no serviço. Por quê? Porque desses serviços que eu encontrei, mais da metade são de gestão indireta. Isso é, são da sociedade civil mesmo. Não é mais, por exemplo, do CRAS, não são mais oferecidos em uma organização pública. Em São Paulo, especialmente, que detinha mais de 500 dos serviços, desses 2.322, mais de 500 estão no município de São Paulo. E no município de São Paulo, pasmem, 100% gestão indireta.

Entrevistado: Sério?

Entrevistador: Sério. E aí quando eu achei esse dado eu fiquei de boca aberta.

Entrevistado: É recente o dado? É de agora?

Entrevistador: É. É recente, é de agora. Porque eu estou com acesso aos planos municipais de assistência social, então você manda lá o seu nome, seu interesse, tal, e eles te dão acesso para você entrar nesse portal de transparência.

Entrevistado: Legal.

Entrevistado: É. Eu acho que tem uma coisa que alguns setores da sociedade, entendem a educação integral só como extensão da jornada, só como ampliação do tempo na escola, tanto que tem várias propostas ainda correndo Brasil afora, que vão falar de educação integral, mas a hora que você vai ver a proposta.

Entrevistado: E aí quando você vai olhar, é uma ampliação do tempo, a discussão que está sendo feita ali, não tem a ver com essa perspectiva que sustenta a ideia de uma educação integral, que, enfim, é bem mais complexa. Então tem um monte de educação em tempo integral, que não é educação integral, é só ampliação. E muitas vezes as experiências são replicações do modelo que ele teve anteriormente. Eu acho que o Mais Educação, para entrar um pouco nele, ele tinha essa perspectiva da



integralidade. A gente, no A., entende que ele foi mais uma política indutora, ele nunca chegou a ser a política de educação integral. Ele foi o meio do caminho, que tentava olhar para as outras linguagens que não tinham sido incorporadas pela escola, que olhava para a escola como esse equipamento que está no território, que precisa trabalhar em rede com os outros serviços, com as outras políticas, com a comunidade, ele olhava para o território nesse lugar: “Bom, esse território também tem saberes”, e ele tentava, a partir desse meio caminho andado, começar trazer isso para dentro da escola, começar levar a escola um pouco mais para fora, porque a escola é um equipamento muito endogâmico.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Assim, ele é muito ensimesmado.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Mas, assim, a gente entende que é isso. Não chegou a 60 mil escolas brasileiras, mas é uma experiência bem robusta, porque a escala, no Brasil, é sempre uma questão para a política pública, mas a verdade é que ele é interrompido nessa perspectiva, antes dele se completar como uma política, de fato.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Tinha muita água para rolar ainda, sabe?

Entrevistador: E eu, ingenuamente, achei que ele nunca seria cortado, sabe? Porque ele veio com uma discussão muito grande, com a UNDIME, com muitos órgãos ali, produzindo.

Entrevistado: É. Tinha bastante gente envolvida. Eu acho que, assim, o que a gente percebe? Em alguns territórios em que ele foi muito forte, é lindo, você vai hoje e o comitê territorial, que era uma das estratégias que o Mais Educação criava, existe ainda, não tem mais a política, não tem mais o programa, mas o comitê está lá, porque fez sentido para aquele território continuar integrado, continuar se encontrando, continuar pensando desenvolvendo integral das crianças, dos adolescentes e dos jovens, nessa perspectiva do diálogo. Isso é interessante. Aqui em São Paulo, por exemplo, o Programa São Paulo Integral, quando mudou a gestão Haddad, por exemplo, saiu o Haddad e entrou o Doria, o que eles fizeram? Os educadores que

tenham visto sentido, pertinência, relevância, os territórios que falaram: “Cara, isso aqui tem muito valor para nossa comunidade, para nossa escola”, eles montaram uma instância, que é da sociedade civil, que é o Fórum Educação Integral para uma Cidade Educadora, que funciona até hoje, e ele é um pouco assim, a gente sustenta, a gente, sociedade civil, vai sustentar o legado de uma política.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: O que é uma experiência interessante. E o fórum está super rolando, se você precisar eu posso te colocar em contato com as pessoas, e é, como é que a gente mantém essa agenda da educação integral viva, a despeito do que a política governamental vai fazer ou deixar de fazer.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Porque essa coisa, esse contexto de descontinuidade da política no Brasil, é muito grave.

Entrevistado: O cara que assume, ele faz questão de fazer o contrário do que o outro vinha fazendo, só para se demarcar, politicamente falando. É uma loucura.

Entrevistador: Sim. Em meio a tanta crítica, eu falo: “Gente, tem que ter uma coisa positiva aqui, porque senão a gente vai terminar essa tese chorando”, nós já estamos falando de um tema pesado, que é a política social, que vai entrar politicagem, vai entrar a política partidária, aí eu falo: “Gente, não tem nada bom?”. E aí um aspecto que eu me agarrei, e que eu acho que pode dar muito fruto, é a questão da participação social, ali dentro dessa dimensão da intersectorialidade. A gente pode falar, pode discutir, tem um aspecto difícil da participação social, de quem são essas pessoas que estão ali compondo os conselhos. Eu não vejo munícipe. Infelizmente a gente não vê. Então o serviço de convivência também tem essa potencialidade de trabalhar com ciência política, desde já.

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Não adianta ir lá no CRAS e falar: “Eu quero o meu Bolsa Família”, tem que pensar o porquê você precisa de Bolsa Família. Será que você vai viver de Bolsa Família pelo resto da vida? Com 80 reais por mês?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Mas, enfim, vou começar aqui. Quantos anos você tem, Petra?

Entrevistado: Eu tenho 33.

Entrevistador: Qual sua formação?

Entrevistado: Eu sou formada em jornalismo, na PUC, aqui de São Paulo. E eu estou no A. há dez anos, eu trabalho no A.

Entrevistador: Nossa.

Entrevistado: É. É minha escola. Eu trabalho no A., basicamente desde que eu comecei, ingressei, assim: trabalhei antes em vários outros lugares, mas sempre foi nessa perspectiva dos direitos humanos. Mesmo trabalhando com comunicação, sempre foi pensando área social, pensando direitos humanos, a partir do que eu tinha ali, um pouco como profissional de comunicação. E aí, no A., eu entrei como jornalista, trabalhei muitos anos como jornalista, ainda tem uma parte grande do meu trabalho que envolve comunicação. Porque, para a gente, comunicação é muito chave para todos esses processos, esses que a gente está falando, então também é uma instituição que entende a comunicação nesse lugar, da incidência política, da articulação e da mobilização territorial, então eu consegui também ir articulando essa minha formação acadêmica à essa intervenção, que é uma intervenção muito mais sistêmica, e aí eu passei a fazer gestão de projetos. Hoje eu atuo como coordenadora de dois programas no A., que é um programa do A. que olha para a escola e para a política pública de educação integral, e o Programa E.T, que é um programa que bebe desse DNA do Bairro Escola, que foi essa experiência matriz do A., ele surge na Vila Madalena, enfim, tentando entender como é que processos educativos poderiam acontecer no território, e que esses processos fossem para além de gerar aprendizagens no sujeito, se eles também fossem processos de requalificação do espaço urbano. Então Educação e Território sempre foi um binômio assim, na vida do A., e é daí que a gente foi desenvolvendo, tanto essa experiência que foi o Bairro Escola, quanto depois os desafios aos quais a gente foi lançado como instituição, que foi pensar: “Bom, o que vocês aprendem aí no Bairro Escola, como é que isso pode ir para outros contextos”, então outros territórios, que não esse, onde a instituição nasceu, e também como é que ele pode servir para pautar a política pública. Aí é

quando a gente deixa de ser uma instituição que recebia, porque a gente recebia crianças, adolescentes e jovens. A gente, durante anos, foi uma instituição que recebia diretamente a população, fazia atendimento direto. A gente deixa de ser uma organização como essa e passa a ser uma organização que trabalha muito mais na perspectiva de incidência política, então desenhando, pautando política pública, e também pensando formação de professores, formação de agentes públicos, mas entendendo que as ações, para terem sustentabilidade, continuidade no tempo, elas vão precisar, inevitavelmente, virar política pública, elas precisam ganhar esse lugar. E a gente tem um terceiro programa, ele é meio programa, ele está virando um programa, depende muito também das oportunidades ligadas a financiamento e a possibilidade de estruturação disso, que olha para a questão da alta vulnerabilidade social, então seria um programa que é isso, é a tríade do Bairro Escola, é a rede de proteção, é a escola, e é o território, isso também nos deu pistas de como a gente poderia organizar a produção de conhecimento e as intervenções do A. como instituição. Então hoje tudo isso está expresso nos nossos projetos, depende de como e quais são os projetos, mas não adianta, onde a gente vai a gente carrega esse tripé.

Entrevistador: Vocês são a Organização da Sociedade Civil?

Entrevistado: Sim. A gente, agora, está começando alguns projetos novos, essa questão da pandemia, enfim, que é um parêntese gigante, mas acho que também tem trazido, têm colocado, recolocado a importância da proteção social, então a gente está começando algumas iniciativas novas, mas a gente tem em torno de 50 a 100 colaboradores, depende do ano, depende da quantidade de projetos, mas eu diria que uma média de 70. Nós não somos uma organização de grande porte, eu diria que nós somos uma organização de médio, e dependendo do momento, enxuga um pouco, porque a gente tem equipes que estão atuando mais em projetos, então tem tempo para começar, acabar, e aí depende um pouco desse desenho.

Entrevistador: Entendi.

Entrevistador: Então assim, a prefeitura pode convidar? A prefeitura do município de São Paulo convida vocês para uma formação, para uma consultoria, algo assim.

Entrevistado: Pode. A gente trabalha com assessoria.

Entrevistador: Vocês são mais convidadas ou se convidam? Vocês se convidam também?

Entrevistado: Na verdade, não. A gente não se convida. A gente pode até se convidar. Por exemplo, atualmente a gente tem apenas um financiamento direto, de município ou de estado, convênio direto. Já faz alguns anos que a gente não tem, então o nosso financiamento é oriundo em grande parte de fundações e institutos, são eles que financiam as intervenções. Então, às vezes, o que acontece, o que pode acontecer, é a gente identificar um financiador, solicitar uma intervenção no município, e aí a gente se apresenta para o município com esse financiamento, mas a gente é meio chato com essas coisas, porque aí tudo é desenhado junto.

Entrevistador: Entendi. Então fala um pouquinho das atividades que você desenvolve no cargo coordenadora.

Entrevistado: Falo. Posso te contar. Eu faço, basicamente assim, minha função é desenhar e apoiar implementação dos projetos, então eu coordeno todas as equipes responsáveis pelos projetos. Eu respondo à uma diretora, que é a N., que está muito voltada para o desenvolvimento mais estratégico dessas agendas, e eu faço essa tradução prática, então como é que essas coisas viram projetos que se estruturam no tempo, em um determinado contexto, e aí faço esse acompanhamento da implementação, assim. É um pouco o meu papel nesses dois programas que eu te falei. E aí, só para dar uma visão, acho que é isso, a gente entende a nossa intervenção sempre em dois eixos, um que é a incidência política, então a gente tem uma área grande nesses dois programas. Grande é ótimo, não é grande, é pequena porque tem pouca gente para fazer. A gente produz conteúdo sobre esses temas, como uma organização que tem essa expertise, que é fundamental dar visibilidade para as experiências brasileiras, seja de escola, seja de territórios de comunidades, então a gente tenta visibilizar essas experiências, e aí a gente produz conteúdo sobre isso, isso também subsidia os processos de incidência política, então: “Olha, o que esse território fez; o que você está fazendo; essa experiência é exemplar; o que a gente pode aprender com isso; e como isso pode pautar uma política?”. E um outro eixo que está ligado a pesquisa e desenvolvimento metodológico, que é basicamente poder pensar que quando a gente está desenvolvendo um projeto, o projeto não se encerra ali, a gente está sempre comprometido com a sistematização dessas ações,

para que elas possam, em alguma medida, serem levadas para outros contextos, elas são disponibilizadas, e elas podem servir de apoio para a implementação em outros lugares, são também matrizes para poder pensar produção de material. E aí, só para te contar, não sei se você chegou a ver isso, mas tudo que a gente produz é *creative commons*, está livre, pode entrar, acessar, é gratuito. A gente não vende nada do que a gente produz, e basicamente é isso, o financiamento tem a ver com poder financiar as equipes que vão implementar os projetos.

Entrevistador: Implementar é bem difícil, não é? Eu lembro que eu tinha discutido com você essa questão da diferença de implantar e implementar. Implementar que é o pulo do gato. E eu achei legal que você desmembrou a incidência política e a pesquisa e desenvolvimento. Você falando, eu pensei como se fosse uma coisa só, mas é interessante que você desmembrou, e aí eu lembrei da Fundação Casa. Eu já estou ficando meio velha, você está novinha, viu? Está novinha. Eu estou um pouco velhinha, e eu lembro que quando eu entrei na fundação era FEBEM ainda.

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Não que hoje esteja lá muito bem, mas assim, eu acompanhei o trilhar realizado para fortalecer a medida com intencionalidade educativa, e uma das coisas que foi ali um grande diferencial, foi a produção de cadernos, porque a gente estava ali, em algum momento, marcando o conhecimento e pensando sobre ele. Eu lembro que isso fez muita diferença na equipe mesmo, na superintendência pedagógica, a gente buscou uma visão de mundo, uma visão de educação, e isso, gente, sei lá, a gente já devia estar em 2007. Quer dizer, muito tempo depois aquilo fez muita diferença.

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: E como que você entrou? Não sei se você já falou isso, mas como você entrou nesse contexto das políticas sociais? Que você estava ali, recém formada em jornalismo, podia ter ido para a Globo, podia ter ido para Folha de São Paulo.

Entrevistado: Nossa, não. Nunca fui dessa, sempre soube que a minha contribuição estaria ligada a esse tipo de trabalho, assim. Acho que é isso, eu te falei, a questão da comunicação eu entendo que a formação em jornalismo ainda é uma grande ferramenta, isso permite que eu possa acessar esse universo, e em alguma medida,

utilizá-lo para pensar mobilização no território, para pensar como é que isso vira incidência em política pública, produção de conteúdo, eu sempre me interessei por isso assim.

Entrevistador: Mas você entregou um currículo?

Entrevistado: Eu fui atrás.

Entrevistador: Que legal.

Entrevistado: Eu que fui atrás, assim. Era um pouco de como é que essa forma de ver o mundo podia se encaixar e também a gente se converter em uma ação profissional mesmo.

Entrevistador: Sim, sim.

Entrevistado: Então eu fui atrás, e o A. me recebeu, foi maravilhoso. Acho que teve, claro, óbvio, tinha uma vaga, naquele momento, aberta, eu entrei como repórter, como jornalista mesmo, e fui trabalhando a partir daí, aí depois aprendendo como é que faz a gestão de projeto, fui um pouco migrando, e hoje eu diria que sou uma profissional bem híbrida assim, uma parte grande, eu tenho aqui uma lista de coisas, textos para editar, fazer, etc., porque a gente produz muita coisa. A equipe também, as equipes produzem, e eu acabo, por causa da formação, ficando responsável por tudo isso também, mas acho que hoje é isso, a concentração do trabalho está muito nessa perspectiva da gestão dos projetos, eu vou coordenando as equipes e estruturando, enfim, integro aí essa equipe que faz a gestão da instituição também. A gente trabalha com uma instância que é o colegiado, somos quatro figuras quebrando a cabeça.

Entrevistador: Tem um colegiado? Tem que ter, não é?

Entrevistado: É. Tem um colegiado. É algo recente assim, acho que vai fazer um ano e meio que a gente instituiu.

Entrevistador: Olha.

Entrevistado: É, mas a ideia é um pouco, institucionalmente, uma reflexão de como é que a gente podia horizontalizar mais as decisões, a gente poderia também descentralizar mais os processos decisórios, e a gente começou a trabalhar nessa perspectiva de colegiado, então eu integro esse colegiado que dirige a organização.

Entrevistador: E como é, para você, trabalhar com política social, especialmente nessa função de gestora? Trabalhar com política social, especialmente nessa função de gestora. Porque foi o que você falou, é o pulo do gato.

Entrevistado: Sim. É.

Entrevistador: É o implementar.

Entrevistado: É bem desafiador, assim. Eu acho que talvez eu esperasse uma vida mais calma, eu estava falando isso hoje: “Nossa, gente, mas eu trabalho em uma ONG, sabe? A minha vida não era para ter tantos problemas assim, eu estou o tempo inteiro resolvendo problemas”, mas é muito desafiador, na verdade. Porque eu acho que a gente não está fazendo política social em qualquer país, a gente está trabalhando no contexto brasileiro, e acho que é isso. Pessoalmente, subjetivamente, estar envolvida nesse desafio também tem a ver, e eu acho que o trabalho no A.me dá isso, é uma super oportunidade, que é poder estar em contato com esses desafios muito reais e concretos, que os territórios, os equipamentos, e que, no fundo, essas crianças, adolescentes e jovens, para os quais o nosso trabalho se destina, também estão enfrentando. E poder ver também como é que essas intervenções, a partir dos projetos, também são capazes de produzir algumas mudanças, acho que poder ver isso acontecer no processo de implementação, eu diria que é bem maravilhoso, assim.

Entrevistador: Tem que ter a parte boa.

Entrevistado: Tem que ter, senão é só sofrimento. Acho que é isso, é poder conhecer de perto os desafios, mas é também poder participar em alguma medida, sendo uma pessoa que trabalha em uma Organização da Sociedade Civil, que opera nessa perspectiva que a gente estava falando, para tentar, em alguma medida, endereçar esses desafios. Então acho que, pelo menos no cotidiano do meu trabalho, eu vejo isso se materializando. É óbvio que, por outro lado, as limitações também vão ficando mais claras, aí a gente consegue também acho que poder entender, bom, até aqui é até onde uma organização como a nossa consegue ir, daqui para frente a gente precisa que isso vire uma política, que esteja no plano municipal de educação. E aí, tudo bem, a gente pode até reorientar nossa intervenção nesse sentido, de também poder ter um papel a desempenhar nessa continuidade, mas, acho que não só ver a transformação é importante, mas também entender como atuar diante dela e quais



são as limitações, isso é fundamental. Acho que isso evita frustrações e ajuda a gente também entender para onde vai o barco, sabe? Como é que você redireciona, assim. Então eu diria que todo dia é um leão.

Entrevistador: E você procurou alguma formação continuada? Porque é puxado, não é?

Entrevistado: É puxado.

Entrevistador: Eu imagino que aí vocês têm um grupo de discussões e tal.

Entrevistado: Sim. O meu trabalho, acho que essa é uma dimensão importante, o meu trabalho é muito auto formativo, e o trabalho no A., em especial, ele exige muito estudo, muita pesquisa, a gente não é uma organização que faz grandes pesquisas, mas a gente produz conhecimento. E também para fazer esses desenhos de projetos, para pensar implementação, eu preciso mergulhar completamente. Então quando eu falei que é a minha escola, é nesse lugar mesmo, assim, porque acaba sendo um espaço de muito estudo. Eu até tenho um Master em documentário, cinema documentário, mas isso tem mais a ver com a minha formação em jornalismo, é um estudo que eu fiz na Argentina, e eu também cursei a pós-graduação da PUC em jornalismo internacional. Preciso entregar minha monografia.

Entrevistado: Mas eu não diria que esses dois espaços de formação me nutriram, em termos do que eu faço hoje, assim. Eu acho que o próprio trabalho acaba me nutrindo bastante. E fiz vários cursos já, de advocacy, para trabalhar no terceiro setor precisa ter algum mergulho nisso assim, e me interessa bastante, então fiz algumas coisas nesse sentido, mais cursos assim, não um mestrado, ainda não mergulhei nisso.

Entrevistador: Mas é uma formação em serviço, que você faz?

Entrevistado: Sim.

Entrevistado: Como você vê a função da política social?

Entrevistado: É uma reflexão que eu estou fazendo a partir da tua pergunta, não tenho nenhuma pesquisa feita em relação a isso, é um pouco a partir dessa vivência acho que bem profissional também. Eu entendo que talvez a política social materialize a convergência de uma série de direitos, aos quais as pessoas devem ter acesso assim.

Então, em alguma medida, as políticas sociais vão garantir um olhar mais integrado para esses direitos, e não fragmentados, separados e entendidos por si só, embora eu acho que isso tenha o seu lugar, é importante a gente pensar a escola a partir do que é a escola e do que ela se propõe, a saúde também, com seu fim, mas eu entendo que quando a gente está falando a perspectiva de política social, a gente está pensando na integração dessas diferentes frentes. E aí eu acho, para mim, é muito inevitável pensar em desenvolvimento integral, não é? Pensar que a vida, para ser plena, para um sujeito poder viver plenamente, ele tem uma série de elementos que precisam ser olhados, cuidados, supridos, e que as políticas sociais, enfim, a política social precisa garantir isso, que o sujeito possa viver, e não sobreviver, que ele possa ter uma vida digna, que ele possa ter uma vida plena, e ele possa se desenvolver, dentro do que são as suas capacidades e as suas possibilidades, porque eu acho que a política social, talvez, um dos grandes desafios seja como é que a gente garante uma certa singularidade também, porque a gente está o tempo inteiro olhando, ela tem uma dimensão coletiva, ela tem uma dimensão para atender a todos e todas, mas eu acho que ela precisa, não sei, grande parte das políticas no Brasil, no processo de garantir escala, elas acabam massificando, e aí essa dimensão mais subjetiva acaba se perdendo. Eu acho que isso tem a ver também com a forma como tudo isso, em alguns casos, elas são pensadas e formuladas, então se elas forem formuladas de cima para baixo, a gente muito provavelmente vai perder o sujeito, para o qual essa política se destina. E aí eu acho que na perspectiva de uma construção de política participativa, a gente reinstaura a possibilidade de garantir, tanto a coletividade, a escala, mas também essa dimensão que é mais subjetiva, porque a gente está falando de pessoas. Quando você olha os dados, são todos números, para onde foi, são quantos serviços, mas é isso. O meu trabalho cotidiano, em alguns momentos, permite que eu não individualize os desafios. E aí, fazendo essa modulação, de como é que isso chega para todos e todas, mas ao mesmo tempo como é que isso contempla as subjetividades, eu acho que ainda é um nó, assim, para ser desatado, sabe? Mas acho que a política social, inevitavelmente, tem essa tarefa, porque se ela está visando garantir o bem estar, a qualidade de vida, uma vida digna, plena, para esses sujeitos, isso também vai acabar atravessando. Acho que talvez seja um dos atravessamentos, sejam as subjetividades dos sujeitos para qual ela se destina. Depois vão ter outros, que é a política em si, o tempo, tem vários atravessamentos. Não sei se eu te respondi.

Entrevistador: Respondeu. E pegando esse gancho que você começou falar dos sujeitos, do público alvo, pensar um pouquinho quem é o público alvo das políticas sociais, especialmente da educação pública integral. Quem são eles? Modos de pensar, de sentir, de agir.

Entrevistado: Olha, em tese, deveriam ser todos e todas.

Entrevistador: Daqueles que precisam, não é isso? Está na lei, algo assim.

Entrevistado: Assim, tem uma discussão sobre a educação integral mais histórica assim, que tinha a ver com associar educação integral a sujeitos em situação de vulnerabilidade social, por exemplo. Mas, a gente caminha para algo que é mais amplo, inclusive, do que isso. Assim, pensar educação integral como um direito, no caso do meu trabalho, eu posso dizer assim, um direito das crianças, dos adolescentes e dos jovens brasileiros. Agora, quem são eles em termos de perfil, depende de onde a gente estiver falando, porque eu não consigo pensar política social dissociada dessa integração e dissociada do território do contexto. Então, quando eu falo isso, tem uma afirmação meio política por trás, que tem a ver com esse processo de massificação porque muitas vezes a política chega descontextualizada, e aí ela não dá certo, ela não garante, ela encontra entraves. Um pouco a aposta da educação integral é que não exista uma educação integral como política social, mas que a gente tenha várias formas de se fazer educação integral, porque os territórios e os contextos vão criar formas diferentes de construir uma política de educação integral. Então, por exemplo, em Heliópolis, que se auto intitula um bairro educador, que é um território atravessado por uma série de questões de moradia, de acesso a saneamento básico, enfim, o que esse território entende como educação integral e vai produzir como educação integral, é muito próprio dele assim, tem a ver com a configuração histórica, tem a ver com os processos ligados à memória desse território, tem a ver com os sujeitos que compõem aquele território, tem a ver com os modos de vida daquele território, que é absolutamente diferente de como educação integral, por exemplo, acontece em Maranguape, que é um distrito de Nova Cachoeira, no Ceará, entendeu? Por quê? Porque os sujeitos que estão ali, o contexto de vida, os modos de ser, fazer, os modos de se expressar, são diferentes.

Entrevistador: E se eu demarcar educação pública e integral, vai mudando ainda, de Heliópolis para Maranguape? Acho que um pouco, mas vai marcando?

Entrevistado: Vai. Sabe por quê? O contexto, a contextualização é uma dimensão muito importante para a educação integral. E onde está o contexto? O contexto está no território, entendeu? Vai continuar. A gente, no A., só trabalha com educação pública, não trabalha com educação privada. Só trabalho com escola pública, sempre nessa dimensão. Tudo bem, pensar escola e os desafios da política pública formal, de educação, a gente pode até chegar a elementos comuns, mas o que eu estou dizendo é que em termos de educação integral, o contexto, ou seja, o território, ele não é um apêndice da discussão de educação integral, ele é central.

Entrevistado: E isso, vou te dizer, tem várias instituições, tem várias pessoas que trabalham com educação integral no Brasil, e nem todas entendem dessa forma. Não é um consenso. Assim, entre as instituições que trabalham com essa agenda, isso não é um consenso. Muitas entendem assim: “Legal, território. Bacana, está ali. Nossa, é verdade, a escola está inserida em uma comunidade”, para a gente não dá para pensar educação integral sem pensar territórios, ele é estruturante. Inclusive a gente tem proposta de elaboração curricular para as redes, que ela parte do território. Digo, o território é central, inclusive, para pensar currículo da escola.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Porque ele vai permitir que a gente entenda as condições de vida das crianças e dos adolescentes, a qual o processo educativo se destina. Vai permitir que a gente possa, a partir disso, contextualizar o processo educativo. Você não faz planejamento de aula ou planejamento de prática pedagógica a partir de livro didático. Não é ele que determina. O livro didático é um material de apoio para implementação de práticas, o que vai dizer o que essa criança tem que aprender tem a ver com quem ela é, onde ela vive, em que momento da vida dela ela está, e que interações a gente vai prover para que ela possa então ir produzindo conhecimento e se envolvendo. O território é o lócus da articulação intersetorial, então, para educação integral, não existe uma instituição que vai dar conta desse desenvolvimento sozinha, você precisa dessa rede operando. O território vai te fornecer os saberes daquela comunidade, quais são: como é que se move essa comunidade, o que eles fazem, o que eles produzem. E esse conhecimento, que é um conhecimento que está no território, para a educação integral, ele precisa fazer parte da produção de conhecimento, não é só o conhecimento sistematizado pela humanidade. Esse conhecimento é fundamental,

ele é um direito, está dado. Mas a ideia é que a gente, na educação integral, possa articular também o que as comunidades produzem, o que as famílias produzem. Essa história da pandemia, por exemplo, as experiências que a gente tem visto que tem cultivado bons frutos, são experiências escolares, que são capazes de reconhecer, que dentro das casas, que as famílias produzem conhecimento. As famílias têm saberes. Tem saber que circula na forma como a gente estrutura a nossa rotina, na comida que você vai fazer para o teu filho, na conversa que você vai ter com ele. E coletivamente, pensando um bairro, por exemplo, isso está ali. Heliópolis tem várias organizações sociais, tem não sei quantos CCAs, tem mobilização histórica por moradia, tem uma série de lideranças comunitárias, tudo isso marca o contexto no qual a aprendizagem vai acontecer. O contexto no qual as políticas, a proteção, o conselho tutelar vão atuar, é nesse território que é atravessado por essa história, por esses sujeitos. Assim, voltando um pouco para política social e para coisa da educação integral, acho que é isso assim, o sujeito está no centro do processo, e o território é estruturante, são duas dimensões, tanto que, para a gente, não existe educação integral sem desenvolvimento territorial. Esse é um binômio. É por isso que a gente fez uma escola, por isso que a gente continua defendendo essa articulação entre educação e território.

Entrevistado: Eu acho que é isso. Nesses processos de articulação territorial, o que eu vejo é a assistência e a saúde, diferentemente da educação, produzindo muita informação, elas tem muito conhecimento sobre o território. Nunca conheci uma assistente social que não tivesse o mapa do território, que não fizesse visita domiciliar. Você fala em visita domiciliar em um contexto escolar, todo mundo sai correndo, porque não faz sentido, eles acham que não faz sentido. Aí você fala: “Cara, mas você, como é que você faz escola sem saber como é que vive a pessoa que você recebe todo dia?” Mas tudo bem, isso está lá garantido na assistência e na saúde.

Entrevistada: Se esses agentes têm esse grau de conhecimento sobre os territórios, é impossível que eles façam o trabalho deles sem saber o que a escola está fazendo, e que a escola faça o trabalho dela, sem saber o que esses agentes sabem sobre esse território. Então tem algumas experiências interessantes, que é quando esse diálogo se instaura, entrando nessa coisa da intersectorialidade, que essas informações, que esse conhecimento produzido pelo, para o, e com o território, seja distribuído pelos agentes que estão responsáveis por implementar essas diferenças

políticas. Se tivermos conhecimentos compartilhados sobre o território, poderemos produzir ações conjuntas, para endereçar os problemas desse território. O que a gente vê muitas vezes é que fica cada um resolvendo o seu problema, então eu acho que tem a ver um pouco com o que você falou, a lógica cartesiana da especialização. A lógica cartesiana da especialização, ela é a chave da fragmentação. Até entendo que historicamente a humanidade em um dado momento tenha achado que precisava especializar para se aprofundar, para verticularizar o conhecimento produzido naquela área. Mas a verdade é que a gente está falando de desenvolvimento humano. A gente está falando de desenvolvimento territorial, a gente está falando de questões que precisam estar em diálogo, precisam estar conectadas, porque senão não adianta nada você ter a melhor escola do mundo, em um território que não tem moradia. Não vai adiantar, não tem educação integral sem moradia, entendeu? Digna. Então acho que assim, a gente sempre se surpreende com os territórios. Esse diálogo no território, ele é difícil, ele é desafiador, ele não é fácil, as pessoas, os agentes, eles sempre acham que é mais trabalho, “é mais uma reunião” você fala: “não é assim”, não dá para você ser professor, ser diretor de escola, ser conselheiro tutelar, ser agente de saúde, se você não fizer parte dessa rede. Senão não vai dar para você fazer o seu trabalho. Essa é a dimensão da importância da rede, ele não é mais um trabalho para você. Mas acho que vamos lá, vamos caminhando. Até para você entender isso, a gente quando está em um território, um pouco o nosso papel é... E isso é uma leitura que eu acho que é importante dizer assim. O Brasil tem uma quantidade enorme de política. O Brasil tem políticas que são exemplares, copiadas no mundo inteiro. Não sei se é por aí sabe? Não sei se falta política. Falta a gente poder... A gente tem uma constituição que é referência no mundo, e a gente tem políticas sociais que são referência, eu acho que falta conversa entre elas.

Entrevistadora: Eu consegui fazer quase que um milagre, e foi sem querer. Foi ligando, as pessoas ligavam, falava: “olha, vai ter uma reunião tal dia, venha, é uma reunião de rede”, encontrava uma pessoa: “olha, vai ter uma reunião tal dia, reunião de rede”, quando chegou no dia reunião, minhas colegas falaram: “Vanessa quanta gente...”, eu falei: “gente, eu fui convidando, nem sabia que ia vir”.

Entrevistada: Chamei.

Entrevistadora: Mas chamei. Foi muito produtiva, mas a educação eu não consegui. Primeiro, até pela dificuldade em quem que iria nessa reunião você acredita? E eu conversei com a secretaria municipal de educação, e foram assim, duas conversas para a gente entender quem iria lá, se iria o supervisor, se iria um diretor, se iria um supervisor da estadual, se iria um supervisor da municipal, a gente ainda está discutindo quem vai na reunião, até agora não foi ninguém.

Entrevistada: É, o que a gente percebe, assim, eu vejo muito, é isso que eu falei, o agente da saúde, assistente social, conselheiro tutelar, sem o território, o trabalho desses agentes não acontece. A escola por um desvio, ela faz esse trabalho que está problemático, e não sou eu que estou dizendo, são os dados, ela acha e ela se desenvolveu de forma a acreditar que ela pode prescindir o território.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: E isso é um problema, e é por isso que quando você vai, eu também, a gente vai montar a rede, vai fortalecer rede, vai estruturar rede, vai começar, vai chamar, vai conectar as pessoas e tal, quem mais dá trabalho, é a educação formal, é a que menos entende, mas o que que eu vou fazer aí? Sabe assim? Como assim? Eu estou dizendo que tem sei lá, 30% de um território que vai todos os dias neste lugar, que é um baita de um privilégio, porque é um lugar que reúne profissionais de várias áreas do conhecimento, a escola é uma super potência no território, e é o equipamento que mais chega em qualquer lugar do Brasil. Eu trabalho lá no fundão do Maranhão, no Pará, eu entro em lugares que não chega água ainda encanada. Mas chega escola, entendeu? Então a escola ela é muito estruturante da sociedade, ela é muito estruturante do território, mas alguma medida ela ainda acha que pode prescindir o território. É muito louco, trabalhar com escola é muito doido.

Entrevistadora: A gente adora. E me conta uma situação marcante que você vivenciou nessa atuação profissional, no campo das políticas sociais? Pode ser do aluno, do gestor, da política, uma situação que te marcou nessa atuação?

Entrevistada: Olha, é muito louco assim, a gente nesses 10 anos eu realmente percebo que quando a gente... Eu brinco, eu falo: “esse aí foi mordido pelo bichinho da educação integral” que é quando você vê que a pessoa virou a chave assim, ela virou a chave, aí é igual ser alfabetizado, é igual andar de bicicleta, você não esquece,

you não volta atrás assim, então eu vi casos já muito interessantes de professores que quando entenderam a dimensão, a importância do território para dar aula, para você ser professor, você precisa do território, quando o cara entendeu isso, ele virou outro educador sabe? Ele reposicionou a atuação dele como professor e entendeu, e isso é muito bonito de poder presenciar e ver, e ver que não tem retorno, não é fácil chegar nesse lugar. Não é fácil, demora. E aí acho que tem, falando das limitações iniciais, um pouco... A gente enfrenta isso, muitas vezes o que vai financiar, permite que a gente esteja atuando naquele território como equipe, com projeto estruturado, não dá tempo. Porque a gente está falando de operar de uma forma que é disruptiva, é diferente do que a nossa cultura tem fomentado historicamente, então leva tempo, as pessoas elas precisam entender, depois elas precisam se convencer, então elas precisam entender o papel delas naquilo, e aí elas vão produzir esse deslocamento. Com isso elas irão atuar de uma forma que considere o território, que tenha o sujeito ali no centro do processo. Mas isso toda vez que acontece, cai uma lágrima assim. Então não sei, a gente tem trabalhado com uma organização da sociedade civil que atende crianças e adolescentes, no turno complementar à escola, em Arari, que é um município lá no Maranhão, na Baixada Maranhense. É um território que passa seus meses alagado, para você ter uma ideia, porque o Maranhão tem um regime de chuvas ali da Amazônia, então um território sui generis assim, se você pensar em São Paulo, é totalmente diferente, é um território, município super extenso, com uma extensão territorial gigantesca, então grande parte dele também está em contexto, em zona rural. E esse equipamento, a quantidade de crianças e adolescentes que eles recebem, faz com que eles atendam cerca de 10% da rede municipal. E eles têm uma baita infraestrutura, porque eles têm uma mantenedora e tal, é um equipamento assim, pensa em um CEU de São Paulo, que tem piscina, tem quadra, não sei o que, no meio da estrada no meio do Maranhão. E é isso. Eu estou desde 2018 trabalhando com eles, a gente trabalhou na elaboração de um projeto político pedagógico da organização com eles, e agora a gente estava trabalhando na revisão curricular das práticas, e dos programas que eles desenvolvem com as crianças. Cara, é isso. Os caras foram mordidos pelo bichinho da educação integral, e aí não tem retorno assim. Então a hora que eles entenderam o papel deles, o papel do equipamento na vida das crianças, eles ocuparam assento no CMDCA. Então aí eles ocuparam o assento, aí eles criaram o GT Intersetorial no município, eles começaram, eles reestruturaram toda a oferta educativa deles, aí agora eles têm contato permanente com as famílias.



Quando a pandemia começou, os caras tinham, é isso, virou a chave. Como você enfrenta uma situação de crise como essa da pandemia, vai ser fácil? Não vai, porque não é fácil para ninguém. Mas você tem estrutura para fazer isso. Porque quando você fala assim: “agora suas crianças e adolescentes estão todos dentro de casa, como é que você vai alcançar eles?”, cara, se você tinha relação com essas famílias, isso não vai ser uma questão. E a relação com as famílias é fundamental para a educação integral. Aí você fala assim: “bom, as crianças e adolescentes ali nessa realidade eles têm uma questão nutricional super séria” então ir à escola, e ir ao equipamento, tem a ver com comer. Bom, ótimo. Como é que você faz para que a cesta básica que chega do CRAS não se sobreponha à cesta básica que você vai dar? Bom, eu já trabalhei em rede, então eu já sei, está tudo cadastrado e eu converso com esses agentes, então eu não vou duplicar, cesta básica, e também não vou deixar ninguém de fora. E assim, eu estou trazendo esse exemplo porque eu acho que o que a gente vai viver daqui para frente, vão ser grandes crises. E o que eu tenho visto e podendo acompanhar de perto, é que essa perspectiva que eu estou falando, isso aqui não é teoria. Eu juro que não é teoria assim, é muito concreto. Eu vi em F. é isso, não tinha conversa com o território, então a família recebeu três vezes a cesta básica, agora durante a pandemia, e tinha duas famílias que não receberam. Aí você fala: “gente, quando a gente fala para vocês trabalharem em rede, não é porque é uma abstração ou porque o A,. é louco, e gosta da palavra rede”, é porque concretamente, a gente vai evitar que esse tipo de coisa aconteça. E em uma situação de crise como essa que a gente está vivendo agora, o que eu tenho podido presenciar é quem já entendeu e trabalha nessa perspectiva, pode atravessar isso com menos desafios, sabe? Então eu tenho visto assim, eu tenho recebido isso, ligação do tipo cara, agora eu entendi, aquele negócio os caras martelando dois anos na nossa cabeça, faz todo sentido agora. Como é que eu vou fazer um trabalho pedagógico durante a pandemia, se eu desconsiderar os saberes das famílias? Não vai rolar.

Entrevistadora: E o mais interessante disso, eu acho que o construir dá trabalho. Com certeza. Mas o desconstruir é que é nossa senhora... E eu falo isso acho que também como professora universitária, de ali junto, na formação do pedagogo, e talvez o pedagogo que já passou pela graduação, então eu estou na posse, quer dizer, é mais grave ainda. Porque a gente acha que ele vai chegar... E aí é esse trabalho de desconstruir, o desconstruir que é o mais difícil.

Entrevistada: Vanessa, essa organização que eu citei para você, quando eu cheguei lá pela primeira vez em 2018, a equipe toda, estou falando de sei lá, estava trabalhando com 30 pessoas. A equipe um pouco maior chega a 50, mas a gente estava trabalhando com 30. 30 pessoas acreditavam que aquele equipamento existia porque elas individualmente eram boas pessoas. Eu juro para você.

Entrevistadora: Eu que seguro isso aqui...

Entrevistada: Eu que seguro essa barra. E aí como é que é produzir o deslocamento, e foi isso que a gente está aí tentando produzir neles, eu acho que eles conseguiram fazer isso, porque é deles, eles é que tem que entender, que o que eles fazem ali é direito das crianças. Parece muito simples, mas é ultrassofisticado. É um deslocamento de: isso aqui existe, e eu atuo aqui porque eu sou uma boa pessoa, porque a minha religião. Eu ouvi isso...

Entrevistadora: Porque eu gosto de criança também, não é?

Entrevistada: É, porque eu gosto de criança, porque a minha religião diz que eu tenho que fazer o bem ao próximo. A gente ouviu isso. E a gente precisou trabalhar com eles no sentido de cara, vocês estão aqui, e esse equipamento existe por que essas crianças e adolescentes têm direito a isso. Não me interessa se você é uma boa pessoa. O direito vai continuar existindo. Você é um operador desse direito. Você é um agente que vai precisar garantir isso com qualidade. Não é fácil produzir esse deslocamento. Acho que a discussão sobre política pública, sobre direito, sobre política social no Brasil, a gente talvez tenha uma Constituição exemplar e referência, mas faltou alguma coisa nesse intervalo, sabe? De entendimento? Em que às vezes o agente operador de direito, ele acha que ele está ali porque ele é um benfeitor. Não é.

Entrevistadora: Bom, pergunta 10. Não sei se cabe, mas nessa pergunta eu queria saber um pouquinho mais da relação, a sua relação enquanto ONG, enquanto equipe gestora, com os secretários municipais, no caso educação, assistência social, eu acho que vocês têm essa proximidade.

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E o que que você acredita da relação dos secretários em si? Pensando o seguinte: a gente fala muito de política social, que elas têm que interagir, mas antes da política também não cabe ao gestor?

Entrevistada: Hum. Eu estou pensando aqui um pouco, a gente a partir dessas experiências, o que que eu vejo assim? Primeiro, eu acho que o envolvimento de um secretário, uma secretária, faz muita diferença. Faz muita diferença porque é inegável, esse é o papel, é a atribuição do secretário, que ele coordena, e ele tem inclusive um papel político de coordenação das equipes, e de para onde vai, de direcionamento, vai para cá, isso aqui é prioridade, isso aqui não. Então assim, quando o secretário, a secretária se envolve, 50% do negócio anda. Então assim, o envolvimento deles, a primeira coisa é fundamental. Sem o envolvimento dos secretários ou das secretárias, os desafios são maiores. Isso eu acho que é a primeira coisa. A segunda coisa é sobre o relacionamento entre secretários e secretárias, o que eu vejo é que isso é muito brasileiro, obviamente, mas a dimensão política é uma dimensão que atravessa essas relações, e aí é super comum o secretário de educação não gostar do secretário de cultura, e aí não é possível implementar nada de convergência entre educação e cultura nos territórios, porque os secretários não se olham na cara, porque as secretarias muitas vezes são divisões entre partidos que compuseram campanhas e que vão direcionar maior ou menor apoio, então a gente encontra de tudo, desde diálogos muito profícuos e muito interessantes, e trabalhos com sinergia, envolvimento, até secretários e secretárias que não conversam, não se olham na cara. E que torna tudo difícil, de novo, nessas situações nem sempre essa falta de diálogo ela se reproduz no território, então tem um caminho que às vezes é territorial. Dá trabalho? Dá, porque se esse cara fica sabendo, ele vai tentar também garantir que esses bloqueios aconteçam nas diferentes dimensões, não é? Ele não quer integração, então ele não quer garantir que essa integração mais capilarizada aconteça. Então tem conversas a serem feitas.

Entrevistadora: Mas é só por vaidade?

Entrevistada: Não. Ah bom, a Educação como Secretaria tem destinação de pelo menos 25% do orçamento para as suas atividades, ela é vista sempre como a secretaria mais rica.

Entrevistadora: Educação e Saúde, não é?

Entrevistada: Educação e Saúde, saúde também. Mas acho que a educação nossa, é assim, parece a galinha dos ovos de ouro. Então também muitas vezes o que se produz, acho que dá para olhar de duas formas, as secretarias de educação se entendem com o orçamento sempre maior do que as outras, daí isso dá uma vantagem no diálogo para ela e ao mesmo tempo dá para a gente olhar como é que as outras secretarias se comportam diante da educação, então tudo é jogado lá na educação, vai. Ah não, isso aí só se a educação fizer, porque a educação que tem dinheiro.

Entrevistadora: A educação vai pagar. Hummmmm.

Entrevistada: Então essa questão do orçamento, de onde está alocado o recurso, de como é que o recurso é operado, e que imaginários inclusive isso gera, porque eu acho que é uma dimensão concreta, mas tem tantos os imaginários, entendeu? Porque acham que a educação só porque tem destinação fixa de X% etc., que ela vai poder fazer tudo. Ela não vai poder fazer tudo. Não é verdade, entendeu? Mas assim, um pouco a defesa em termos de recurso que eu acho que a intersectorialidade ela também propicia é uma otimização desses recursos. Então trabalhar junto de novo, essa palavra gigante, ela não é uma abstração, não é um conceito, não é uma coisa que o A. inventou, e não é porque a gente é louco. Ela é concretamente uma forma inclusive para garantir uma gestão de recursos mais integrada, mais eficiente, entendeu? Eu fui em um município outro dia que a secretária de cultura olhou na minha cara, ela chorou. E ela falou assim: “se você não tivesse vindo aqui conversar comigo, me convidar para participar do evento da educação, eu nunca teria sentado à mesa da educação”.

Entrevistadora: Ai que coisa feia não é gente?

Entrevistada: Ela falou, “porque a educação não olha para minha cara, porque eu não tenho dinheiro para nada. e eu não consigo fazer nada.”, tipo assim, os caras tem livro literário na escola, tudo bem, a cultura não vai poder entrar com recurso, porque os caras tem zero ponto sei lá quantos por cento, não tem dinheiro para nada, mas ela tem equipe, é a secretaria que está formulando, que é responsável pela implementação de políticas ligadas à cultura, não tem como. Aí a cidade, as escolas receberam um acervo literário, sei lá, que era o dobro do número de alunos. Cara, tem livro circulando nos territórios, não é só da escola, entendeu?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Então se você não puder, esse diálogo, essa integração, essa conversa que precisa acontecer, ela é muito concreta, a secretária chorou, eu juro para você.

Entrevistadora: Sim, sim. Você ver, precisa vir alguém de fora para proporcionar isso. E também como não entender a cultura como parte da educação? Ah...

Entrevistada: Não, aí a gente fica louco porque a conversa com a educação foi essa, por exemplo, com a cultura foi: "deixar aqui que a gente trás vocês para a mesa" e com a educação foi: "gente, que educação é essa que a gente está dizendo que é integral e que desconsidera a cultura?" E aí um pouco é isso, a gente como organização da sociedade civil acaba tendo uma certa liberdade para trafegar e produzir essas mediações. Porque no fundo, o que a gente faz é mediar e facilitar esse diálogo. Agora, se os agentes vão querer sentar...

Entrevistadora: O convite geralmente vem do prefeito? Ou vem da secretaria?

Entrevistada: Não, geralmente os prefeitos são figuras mais políticas, eles aparecem, é, é...

Entrevistadora: De quanto em quatro anos eles aparecem distribuindo fundos...

Entrevistada: É. Eu acho que assim...

Entrevistadora: Quem chama vocês no município? Quem mostra essa necessidade?

Entrevistada: Olha, depende, pode ser o próprio município. Então eu vou te dar um exemplo, agora segunda feira, eu tenho uma reunião com o município.

Entrevistadora: Mas quem do município chamou? Que pasta...

Entrevistada: Nesse caso, foi um diretor de escola. O diretor da escola chamou, mas ele quer que a gente tenha uma intervenção com a secretaria, com a rede como um todo. Mas ele é diretor de uma escola, e ele também trabalha com a secretária, então ele vai produzindo convencimentos lá dentro assim oh, esse pessoal aqui trabalha com isso, estou entendendo que a gente tem essa demanda. Vamos chamar eles para essa conversa? Então eu fiz essa primeira conversa com ele, e aí agora vem a secretária para conversar. Chamei a secretária.

Entrevistadora: Você só vai conversar com ele porque a secretária deixou? Porque ele falou com a secretária?

Entrevistada: É, ele não tem autonomia para contratar o A., ele vai precisar da anuência da secretária, isso com certeza, então pode ser assim, como esse caso que eu acabei de citar que é bem recente, em S., no Espírito Santo também, o município que chamou, a gente pode ser convidado pelo próprio município, ou a gente pode ser convidado por atores, que são atores que investem no território. Então, a gente trabalha com a fundação telefônica, eu trabalho com a Fundação Vale, eu trabalho com as fundações e institutos que de alguma medida investem em alguns territórios, e aí tem investimentos de todo o tipo, tem investimento por mitigação de impacto, tem investimento social voluntário, mas a gente entra nesse campo do investimento social privado. E aí eles nos chamam para intervir no município. E a gente vai construindo com a municipalidade essa construção. Sempre partindo do que eles já fazem, a gente precisa considerar isso, não dá para chegar, e dizer assim: “olha, dá licença, a gente que sabe fazer, e vamos lá” não dá assim, é princípio para a gente considerar o que os municípios já desenvolvem e a partir daí ir produzindo essas conversas novas sobre educação integral, sobre o papel do território, constituição de rede...

Entrevistadora: Quem paga é o município?

Entrevistada: Depende. Hoje eu tenho um contrato direto com o município.

Entrevistadora: Então quem paga são os apoiadores, tipo Fundação Itaú...

Entrevistada: É. Isso.

Entrevistadora: Nossa, que interessante, você deveria ser mais chamada então, não é?

Entrevistada: É, é que aí depende muito do financiamento, de como essas instituições que são grandes institutos e fundações estruturam os seus financiamentos. Depende muito disso. A gente agora está até querendo, pensando em criar uma outra estrutura de financiamento para algumas ações, seria um fundo que permitisse a gente ter mais liberdade. Assim, desde o teto de gastos, o município não tem dinheiro para fazer nada. As pessoas também acham que isso é uma abstração, que é um bando de louco, de esquerda comunista gritando contra, e não é verdade. Os municípios não

têm dinheiro para fazer nada, nada. Eles mal e mal estão conseguindo implementar essas atividades fins das secretarias assim, e depois da pandemia vai ser terra arrasada. Então a gente foi percebendo, a gente tinha muito mais convênio direto com o município, e isso foi diminuindo ao longo dos anos, e isso tem muito a ver com essas políticas, entendeu? Com essas rupturas na verdade de financiamento. Porque no fundo o município fica desentendido das estruturas de financiamento de grandes institutos e fundações, para poder, sei lá, ter formação continuada dos professores. Não é muito saudável, você pensar na política pública dependendo de outros atores para garantir o financiamento delas, entendeu?

Entrevistadora: Sim. Mas é o caminho que nós trilhamos, é uma concatenação histórica, nós estamos fazendo esse caminho. Partindo assim, da sua experiência, como é que você entende a intersetorialidade? É um pouquinho como você qualifica, como você entende.

Entrevistada: Tá. Eu acho que intersetorialidade ela é uma... É, muito concretamente assim, ela se apresenta no meu cotidiano como uma dimensão fundamental da política pública, das políticas públicas, então ela é o diálogo entre os diferentes segmentos, entre os diferentes setores da sociedade, em um território, que eu acho que também é importante pensar nessa... Como é que a gente aterrissa a intersetorialidade, ela pode se dar no âmbito governamental, pensando a estrutura da máquina; ela pode ser um diálogo intersetorial que se dá entre os secretários, entre pastas; a intersetorialidade pode se dar também entre, por exemplo, judiciário, legislativo e executivo, em alguma medida...

Entrevistadora: Entre os poderes...

Entrevistada: ...entre os poderes, então quando esse diálogo ele acontece, ele acaba sendo um diálogo intersetorial, porque eu acho que ele trás os diferentes olhares ali, isso também acontece a nível territorial, então é super comum ter Vara da Infância, enfim, a gente tem um trabalho grande de combate ao trabalho infantil e o judiciário é muito envolvido nessa causa, então é o momento em que aparece. Mas eu acho que tem a ver com pensar política em uma ordem mais sistemática, e de diálogo entre os diferentes atores assim. Eu acho que eu entendo a intersetorialidade dessa forma. E acho que ela pode se dar nesses níveis que eu te falei. Então tem o nível territorial,

que é na implementação; ela pode se dar nesse outro nível aqui, que é no nível da gestão; mas eu acho que é fundamental que esses níveis também dialoguem.

Entrevistadora: Hum. Eu estou pensando nessas dimensões, e aí atrás dessas dimensões eu já pensei nessas dimensões federais, quando vem um programa pronto, estilo Bolsa Família. Todo mundo fala: “o Bolsa Família é intersetorial” eu até falo: “então tá bom” eu digo que é porque o nome está lá no programa. Então a família que tem criança, para receber o bolsa família a criança tem que estar na escola. Mas o que eu acho interessante, é que já tem várias pesquisas falando sobre o impacto sobre a permanência. Mas não há necessariamente impacto sobre o aprendizado, a questão qualitativa. E é por isso que eu gostei de pensar na intersetorialidade, não por meio do programa Bolsa Família, e sim pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, pela possibilidade, o impacto na qualidade, o impacto no desempenho escolar.

Entrevistada: Hum. É, eu acho que... Eu fico pensando, como é que a gente pode inferir intersetorialidade. Porque tem várias políticas que no nível da elaboração, elas acabam até conseguindo ser intersetoriais, então você tem envolvimento de vários setores da sociedade, você tem diálogos interessantes e inclusive elas terminam saindo como políticas intersetoriais. Você lê a letra da lei, e ela é intersetorial. Agora se ela vai ser intersetorial mesmo, eu acho que você só consegue ver na implementação. Porque a intersetorialidade na elaboração é fundamental, mas é na implementação que mora o diabo. Então é ali que a gente vai poder entender, inclusive porque eu acho que uma série de diálogos intersetoriais que não estão previstos na elaboração podem ser instaurados no momento de implementação. Até para que ela aconteça, entendeu? Até para que ela aconteça de fato, para que a implementação aconteça. Então eu acho eu acho que se a gente tivesse que pensar em que momento ela se manifesta, ela precisa se manifestar com muita intensidade, eu diria que é na implementação mesmo. Que é isso que você está dizendo. Bom, na letra o Bolsa Família é intersetorial, mas até onde mesmo o Bolsa Família está por exemplo... Porque para a gente que trabalha com exclusão escolar, uma pergunta que a gente se faz é: será que o Bolsa Família como política, tem contribuído para a escola poder perceber a evasão escolar? Por que o que vai ajudar a escola a perceber a evasão escolar? Uma coisa é a assistência social receber a lista de frequência, e saber dizer: “você vai receber esse mês porque teu menino está indo na escola”, agora, se os



agentes não dialogarem, tudo bem, no máximo ele vai sair da escola, e a família vai parar de receber o Bolsa Família, agora o que vai ser feito disso em termos de reinserção do menino na escola, tem a ver com a qualidade desse diálogo intersetorial na minha opinião. Que é o passo dois. E aí depois tem esse que você citou, pô, mas será que o Bolsa Família está produzindo impacto na aprendizagem? Porque estar na escola é fundamental, mas não é suficiente para o desenvolvimento dessa criança. Como é que a gente avança? Seriam assim, os passos dois, três, quatro e cinco de uma política como o Bolsa Família, tem outras do ponto de vista até da geração de renda que eu acho que tem um monte de pesquisas já, que o Bolsa Família pode virar crédito por exemplo, para cooperativas, ou seja, uma política intersetorial que nasce, ela tem desdobramentos múltiplos, ela poderia ser aperfeiçoada permanentemente. Não é que o contexto brasileiro faz com que a gente lance a política intersetorial e passe o resto da vida tendo que batalhar para ela se manter. Porque o risco de ruptura é permanente. E como é que você avança?

Entrevistadora: Além da minha tese, depois eu vou dizer que você tem que ler esse livro aqui também, vou deixar para você, foi muito bom, a intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Não sei se você conhece...

Entrevistada: Legal. Essa capa não me é estranha, a capa me chamou... Esse quebra cabeça aí...

Entrevistadora: É muito legal, uma coletânea de artigos, uma das organizadoras, é a Gisele Monnerat, e a Rosimeire Gonçalves de Sousa. E nossa, é fantástico, foi nesse livro que fiz: “meu Deus, peguei o fio da meada” justamente por ser uma coletânea, então falando da intersetorialidade na saúde, na assistência, na escola... Tem o Ney Luiz Teixeira de Almeida, que vai por esse viés da educação integral, então ele fala um pouco do Paulo Freire à luz das cidades educadoras, e traz algumas referências de projetos bem sucedidos. E é interessante que em algum momento, uma autora fala algo que eu já tinha pensado, e aí eu fui ler e falei: “meu Deus, então a ideia já não é minha mais minha, é dela”, porque na verdade ela já teve a ideia e já escreveu. Esse momento da política intersetorial de ser acompanhada e avaliada, esse momento da política, que ela tem que ser mensurada, acompanhada e como ela tem que ser avaliada, e avaliada na dimensão intersetorial, é uma coisa que nós não fazemos, então por vezes eu olho para o meu umbigo, e eu penso: “ai meu Deus, tem reunião

com a saúde, o carinha lá da saúde falou que eu tenho reunião, só que eu tenho três relatórios para entregar. Eu vou na reunião ou eu entrego o meu relatório.” Enfim, querem que a gente chegue em um resultado.

Entrevistada: Não, mas faz sentido isso aí que você está falando, pensar inclusive um instrumento que possa aferir a intersectorialidade. Assim, tem uma, mas eu acho que nem chega nisso assim. Ela estava mais aferindo, o que eu achei bem ousado da parte dela, Tatiana Montoiro, ela aferiu a qualidade de redes de instâncias de participação na área ambiental aqui em São Paulo, e ela criou uma escalinha assim para pensar como é que a gente mede a saúde de uma rede sabe? Porque rede é diálogo intersectorial. Por isso que eu lembrei do trabalho da Tatiana, porque então por exemplo, trocentas reuniões para decidir o ofício, não estava assim?

Entrevistadora: Sim, sim.

Entrevistada: Você sabe do que eu estou falando. Aí a reunião do ofício do ofício, da resposta do ofício, você faz reunião, você junta trocentas pessoas para discutir a resposta do ofício, e você fala: “gente, esse moleque ali, temos que resolver”, enfim, e ela se debruçou, tem essa especificidade de ser da área ambiental, mas foi super legal, porque no fim eu acho que os indicadores que ela criou, poderiam ser aplicados em várias redes intersectoriais. Dá uma olhada depois, Tatiana Montoiro.

Entrevistadora: Peguei o nome dela.

Entrevistada: Então é bem legal isso, achei ela bem ousada assim.

Entrevistadora: Penúltima pergunta, em seu ponto de vista, quais contribuições a relação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com a política da educação integral. Pode ser o programa Novo Mais Educação, enfim. Qual a contribuição da relação dessas duas políticas, assistência e educação integral?

Entrevistada: Olha, eu acho que é um pouco o começo dessa conversa que eu estava te dizendo, eu ando um pouco de mau assim com essa coisa do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos porque toda vez que eu escuto alguém falando do serviço vem sempre: “ai, o que eu faço não tem nada a ver com educação, eu faço tem a ver com assistência social, é outra coisa, inclusive assim, não penso que o que eu faço aqui com a criança e com o adolescente precise de alguma

intencionalidade”. Então no cotidiano do meu trabalho eu tenho visto, e estou querendo dar uma mergulhada, eu acho que seu trabalho vai ajudar muito assim, nessa coisa de como é que a gente... A gente tem desafios na educação formal e na assistência. Eu acho por exemplo que eu estou de saco cheio da oficial de biscuit.

Entrevistadora: Menina, eu também!

Entrevistada: Oficina de cartas, oficina de biscuit, oficina de pipa, e nada contra o biscuit, nada contra a pipa, mas assim, a assistência social ela precisa se impregnar da intencionalidade educativa, eu tenho sentido essa necessidade, mas quando eu estou falando de intencionalidade educativa, de intencionalidade pedagógica, eu também não estou falando disso que é o que a gente vê a escola fazendo no geral. Eu estou falando nessa perspectiva que é da educação integral. Então que a gente vai ter o sujeito no centro do processo, a gente vai mediar o processo, como educadores sociais, como psicólogos, assistentes, a gente está nesse processo aqui com esse sujeito, e a gente tem uma intencionalidade para produzir isso com ele, sabe? Eu sinto que... Eu acho que seria maravilhoso se a assistência social se inundasse, por exemplo, da cultura. Porque entender a assistência social, não é entender cultura nisso? Tudo que eu conheço de mais maravilhoso feito com adolescente, jovem tem a ver com a cultura. Tem a ver com o jovem montar o coletivo dele, no território dele, entender o papel dele naquela comunidade, poder intervir naquela comunidade, que é a comunidade que é cheia de desafios, mas também é o lugar dele, é onde ele se identifica, é onde ele se vê, onde ele está se desenvolvendo. Digo, tanto educação formal, escola, quanto assistência social, me parece por exemplo, deixar a cultura totalmente alijada dessa discussão, e em um país como o Brasil, a cultura é um grande qualificador das nossas políticas, entendeu? Cultura mesmo, na acepção mais ampla da palavra. Então quando a gente fala da educação integral, educação integral não separa nada disso. Ela não separa cuidar, educar, ela não separa cultura de educação, ela não separa a produção social do que a escola vai fazer, digo, ela tenta lançar um olhar integrador para tudo isso, porque ela está preocupada com o desenvolvimento integral desse sujeito. Então ela olha para o sujeito, e ela entende que o sujeito tem uma dimensão que é intelectual, que ele tem uma dimensão que é social, ele tem uma dimensão que é física, ele tem uma dimensão que é cultural, então assim, tem lugar para todo mundo nesse desafio aqui que é garantir uma vida plena para esse sujeito. Entendeu? Tem contribuição de

todos, todas essas áreas, mas não é muito o que a gente vê, então acho que pelo menos para a gente, a educação integral é uma oportunidade de um olhar mais integrado em relação ao sujeito e às políticas, e como isso vai acontecer, impactar a vida dele, sabe?

Entrevistadora: Olha, vou te falar um pouquinho aqui de umas atividades do serviço de convivência, eu acho que está nesse documento que eu te falei, agora está na minha tese, mas está no documento que eu te falei. Mas oh, desenvolver atividades sócio educativas, e de convivência e socialização, visando à atenção, defesa e garantia de direitos. Isso que o educador social tem que fazer. Organizar, facilitar oficinas, desenvolver atividades individuais e coletivas, apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos, culturais. Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimento de vínculos familiares, e comunitários, possibilitando a superação de situação de fragilidade social vivenciada. E aí vem um exemplo, tem uma cartilha que é muito didática. Porque existem três eixos para o serviço de convivência, você viu já esses eixos?

Entrevistada: Sim, sim, sim.

Entrevistadora: E aí tem aqui umas atividades sugeridas, montagem de peças teatrais e musicais, gincanas desportivas e culturais, brincadeiras tradicionais, dinâmicas de grupo. Oficina de arte com materiais reciclados, dança, jogos de tabuleiro, aí tem um aqui que eu coloquei até em negrito, oficinas de produção de texto...

Entrevistada: Tem tudo a ver com letramento, não é?

Entrevistadora: Exatamente. Porque a gente está falando de repente de uma escola que vai alfabetizar na letra dura da alfabetização, sentado na carteira, lápis na mão. E a gente está falando de um serviço, que de repente vai pensar em um texto, vai pensar na música, vai produzir algo que tenha sentido, e que naquela produção, que está ali mais fluida, que as vezes atravessada pela arte, pela cultura, a gente possa apoiar o futuro letramento da escola. Então é todo mundo.

Entrevistada: Esses três eixos que eu estou vendo aqui permanecem, que é convivência social, direito de ser e participação.

Entrevistadora: Isso.

Entrevistada: Gente, dava para ser tão revolucionário...

Entrevistadora: Não, é o pior, teve uma orientadora social que falou para mim assim: “esses eixos Vanessa, são que nem a bíblia, porque além de serem engessados, eles têm ordem viu?” Então você não pode chegar lá e começar pelo eixo três. Não, é o um, depois o dois, depois o três.

Entrevistada: Gente, claro, porque participação só vem depois que ele tiver garantido o direito de ser, e direito de ser não pode vir antes da convivência social (risos), que loucura isso cara, olha o que a gente faz com as coisas, porque eu estou lendo aqui e é maravilhoso, não tem nada de oficina de biscuit, e nem de oficina de pipa, porque tudo bem fazer oficina de pipa, mas o que que você quer com a oficina de pipa? Aonde você quer chegar?

Entrevistadora: Exatamente.

Entrevistada: E você vai me dizer assim, porque o fim não pode ser só fazer a pipa, porque aí não está servindo para esse objetivo aqui. E eu vejo que as pessoas, os agentes envolvidos nessa situação, não se questionam. E quando a gente se questiona, nossa, o bicho pega, eles ficam assim: “não, mas...”, por que o que eu percebo? Me ajuda a entender porque você está mergulhada nisso. As OS no geral, por exemplo, que operam o serviço, elas oferecem o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, elas recebem o financiamento para isso. Então elas têm os encaminhamentos via rede de crianças e adolescentes, e a organização social vai oferecer o serviço. Então eles têm um monte de relatório de prestação de contas...

Entrevistadora: Igualzinho como se fosse o CRAS porque tudo dentro da política pública da assistência social.

Entrevistada: Perfeito, igualzinho se fosse um CRAS, e aí eles tem que se inscrever nesses eixos, porque eu fiquei curiosa de entender como é que se dá esse negócio, porque eu vou ouvindo, e vou dentro de mim, eu vou criando os documentos aqui na minha cabeça, que eu falo bom, porque eu já vi essa conversa do eixo também. Isso aqui tem a ver com o eixo dois.

Entrevistadora: Nunca vi fragmentado, que eu saiba são três eixos.

Entrevistada: E aí você pode trabalhar nesses três eixos. Jesus, eu só vejo oficina de pipa e oficina de biscuit.

Entrevistadora: Então sabe por quê? Você vê uma coisa, que é o que eu não queria ver. Lembra que eu falava assim? Eu não queria ver. As crianças iam para lá dentro de um guarda chuva de proteção social, mas vão só para comer, e ainda comiam mal, porque era pão com salsicha. Eu falava: “gente, pão com salsicha hein? Faz 15 dias, não tem nada diferente”, então elas vão lá para comer, e vão lá para ficar em um espaço de segurança porque a mãe está trabalhando, não tem educação integral, então o que que a mãe pode fazer?

Entrevistada: Isso é um problema.

Entrevistadora: Deixa eles lá. Percebi que a orientadora social depois de um tempo, vai buscar uma formação superior, porque até então o requisito era ensino médio. Também não tem formação inicial, é tipo no susto, passei no concurso e amanhã estarei em Heliópolis no CRAS para trabalhar com eles, e você sei lá, nunca pensou em fazer nem serviço social, nem pedagógica, nem jornalismo. Você acabou de sair do ensino médio.

Entrevistada: E não tem formação continuada, não tem nada na política que preveja a formação dessa galera?

Entrevistadora: Não.

Entrevistada: É tipo solto na noite.

Entrevistadora: Solto na noite, quando eu perguntei para um supervisor...

Entrevistada: Isso está errado Vanessa, isso está muito errado cara.

Entrevistadora: Um dia perguntei para um supervisor do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos sobre intersectorialidade e o termo de compromisso com o programa Novo Mais Educação, e ele falou assim: “Vanessa, não tem nada. A gente ainda não se estruturou, como é que a gente vai articular?” Aí eu lembro que eu até critiquei ele, porque falei assim: “você está pensando em se estruturar para depois articular e você não entendeu que esse serviço ele se estrutura na articulação”.

Entrevistada: É isso.

Entrevistadora: Aí ele ficou meio assim, mas também não saiu lá grande coisa. Mas nesse espaço, o que essas crianças faziam? Apontavam lápis, desenhavam livremente, era isso. Eles não faziam nada. Eles ficavam em segurança, conversando, aí eu peguei uma estagiária, falei: “vamos fazer um projeto?” A gente fez um projeto e em um mês a estagiária estava cheia de perguntas e histórias de vida das crianças.

Entrevistada: E ninguém sabia nada delas?

Entrevistadora: É.

Entrevistada: Porque as interações eram muito pobres. Agora deixa eu te falar, duas coisas, lembra que eu te falei que tem uma visão de educação integral, que tem a ver só com crianças em situação de vulnerabilidade? Teve uma visão histórica de educação integral que tem a ver com isso, a gente vai colocar o menino em algum lugar para tirar o menino da rua, e não é isso que a gente defende como educação integral, porque essa ideia de educação integral que ocupa, coloca esse moleque em algum lugar, porque na rua ele vai virar um... Tem o tráfico, tem a violência, tudo chamando ele, na minha opinião é uma ideia extremamente preconceituosa, e no caso do Brasil é uma ideia racista. De como é que a gente implementa, e como é que a gente está olhando para as nossas crianças e para os nossos adolescentes e jovens assim. Eu não consigo ver outra coisa, porque é isso, aí ele vai para o lugar, e aí dentro do lugar, ele não faz nada, é só para a gente manter ele preso no lugar, para ele não entrar em contato com aquilo que é supostamente o perigo da rua, não é porque ele tem direito a uma interação qualificada, que apoia o desenvolvimento dele. Parece que é tudo a mesma coisa, mas não é a mesma coisa. E é isso que faz com que o cara fique lá fazendo, apontando lápis, fazendo oficina de biscuit, é como se ele não tivesse direito, e se ele não tivesse o dever de prover interações qualificadas, que apoiam o desenvolvimento dele, entendeu? Tem coisa para burro para fazer gente, agora, eu já ia sugerir a segunda coisa que é, o seu doutorado, a louca, que o seu doutorado sugira um programa de educação continuada para os agentes que implementam os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo. Para mim não é um problema que sejam pessoas da comunidade, que queiram... Parte do terceiro setor inclusive, nasceu disso assim, tem a ver com serem lideranças, tem a ver com serem educadores sociais, mas cara, a política precisa prever educação continuada, porque senão a gente vai continuar fornecendo interações que são pobres para essas

crianças. E aí a gente opera nessa lógica, tira o menino da rua, porque na rua está o tráfego, entendeu? E não na lógica do ele tem direito a uma interação qualificada que apoia o desenvolvimento integral dele, daí ele vai em uma escola que não está garantindo aprendizagem, ele vai para um serviço de fortalecimento de vínculos que também não promovem interações qualificadas, cara, quem é que está olhando para o desenvolvimento dessa criança? Então assim acho que talvez a gente precise colocar a qualidade, a qualidade do serviço precisa ser pautada, e aí a gente precisa garantir condições para que a qualidade... A qualidade não nasce do ovo da galinha chocada. Ela nasce de processos estruturados, formação continuada é um deles.

Entrevistadora: Uhum, a formação continuada é uma dimensão da intersectorialidade. Também coloco, porque aliás, o documento que vai falar como o serviço e o programa Novo Mais Educação devem conversar, ele é parte de uma conversa entre os gestores, de um termo de compromisso firmado, da formação continuada, e como acontece a racionalização dos recursos? Ou como aconteceria? Para uma jornada de educação integral, a criança ficaria 15 horas na escola, e aí ao invés de ela ficar aquelas cinco horas a mais do contraturno na escola, ela ficaria três na escola, e duas no serviço de convivência, e aí o oficinairo do programa Novo Mais educação, iria no CRAS para música, street dance, capoeira, enfim. E isso tudo para falar o seguinte: que no serviço de convivência também tem uma questão Petra, alguns serviços tem o oficinairo que não precisa ser do Mais educação, é do convênio, é um convênio que a prefeitura faz com uma organização, então eu percebo que alguns tem então o período de ociosidade da criança é menor, e alguns não tem. Então um vai ter além do orientador social que é da assistência social, um oficinairo que vem duas vezes por semana, e outros que não tem nada.

Entrevistada: Precisa formar todo mundo, Vanessa. Você não acha?

Entrevistadora: Sim. Sim.

Entrevistada: Precisa formar o orientador, porque se não tiver oficinairo, quem vai fazer as vias de oficinairo, vai ser o orientador, estou pensando aqui. Mas o que você está me dizendo estou te escutando, me parece que faltou estruturar uma parte da política. Faltou estruturar uma parte que é fundamental que diz da qualidade da implementação dela, entendeu? Na letra da lei está lindo, eu estou olhando aqui, tem



a ver com eles se entenderem na vida pública, como sujeito de direitos e deveres, isso aqui é o ECA assim, materializado, eu sou a tarada do ECA.

Entrevistadora: É, é consciência política.

Entrevistada: Eu sou a louca do ECA, eu acho o ECA potente, maravilhoso entendeu?

Entrevistadora: 30 anos.

Entrevistada: O ECA é maravilhoso, agora, faltou uma parte da política. E faz quantos anos? Você está estudando, quantos anos existe o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo?

Entrevistadora: Desde 2005, acho até que é novo, porque a política nacional é de 2004. E aí em 2005 vem o CRAS, a política nacional da assistência social é uma criança.

Entrevistada: Entendi, tudo bem, ela é baby política ainda, dá tempo. Eu penso assim, dá tempo... Mas assim, é muito doido como é que a política segue e não... Porque eu vejo, e isso acho que talvez você possa dizer, eu não vejo essa discussão rolando. Essa demanda, eu nunca vi, nenhum assistente social chegou para mim e falou assim: “cara olha, eu implemento e eu precisaria de formação continuada para garantir uma interação qualificada, para garantir que esses três eixos aqui sejam implementados do melhor jeito possível” eu não vejo essa demanda colocada.

Entrevistadora: Eles não sabiam que existiam. Eu fiz um contato com os 26 diretores regionais, que a assistência social também tem um pouquinho dessa estrutura da educação. Então tem as DRADS diretorias regionais de assistência social. Eu fiz contato com os 26, estou muito cansada já.

Entrevistada: Imagino, nessa conversa você já me falou que falou com umas 800 pessoas, eu estou assim: “meu Deus, essa mulher é um fenômeno”.

Entrevistadora: Fui ligando, fazendo ligação e tal, e uma pergunta que eu sempre fazia, e também era uma pergunta ofensiva, por isso que não pude continuar com eles, uma pergunta ofensiva era: você conhece a proposta? Muita gente falava assim: “não, não conheço” tranquilo. Mas muita gente ficava sem graça, não gostava, porque estavam em uma posição de poder, e dizer que não conhece? Então teve muito disso.

Ninguém conhecia essa proposta. O serviço de convivência é uma coisa muito invisível, que a própria assistência social já estão “deixando” para o terceiro setor. E aí vou te fazer a última pergunta, quais os possíveis entraves da intersetorialidade das políticas sociais, especialmente dessa, assistência e educação. O que você acha que está faltando? O que está dificultando?

Entrevistada: Ai, ai... Nossa, a gente falou tudo disso, não é? Oh, estou pensando aqui, eu realmente acho, vai parecer quase pueril de dar essa resposta, mas eu realmente acho e é o que eu vejo. Eu estava aqui pensando, primeiro eu acho que tem a ver com essa compreensão de que os sujeitos dessas, destinatários dessas políticas sociais, é o mesmo, parece, de novo, eu vou repetir, parece pueril, parece nossa, que saída simples, etc., mas não sei, no meu cotidiano eu ainda percebo que isso é sofisticado, a gente se especializou muito, a gente trabalha em caixinhas, e parece que o João que vai na UBS é diferente do João que vai na escola, sabe? Que é diferente do João que não sei, que eventualmente frequente o centro cultural do território dele, sabe? O João que tem um coletivo de cultura e que é uma baita liderança jovem naquele território, ele não é visto dessa forma. Isso se reproduz para crianças, adolescentes, e também adultos, mesmo assim. Eu estou trabalhando em Brumadinho agora, depois da ruptura da barragem, o bicho pega lá. E dentro de um equipamento que não é escolar e que recebe crianças e adolescentes e jovens no turno complementar à escola, a pessoa que trabalha na limpeza desse equipamento, ela é uma das maiores lideranças comunitárias de Brumadinho. E ninguém sabia disso. E ela trabalha no equipamento desde que o equipamento foi criado, nunca houve sequer espaço para ela contar quem ela era. E as pessoas que estão ali recebendo os filhos dessa comunidade, nunca se interessaram em saber quem ela era, entendeu? Então estou dizendo assim, estou só trazendo um exemplo, porque a gente em várias instâncias da vida, a gente ignora que são os mesmos sujeitos. Então talvez se a gente pudesse ter uma compreensão compartilhada e coletivizada sobre quem são esses sujeitos, entender que eles são os mesmos sujeitos, a gente talvez pudesse, assim, eu diria que esse é o primeiro entrave, se a gente não tiver acordo nisso, nada vai sair. Então assim, é o mesmo João, não dá para continuar esqueteando o João, para implementar política pública, então eu sou médico, eu cuido dos olhos, se os olhos não são problema, não é mais problema meu o João, os olhos do João, entendeu? Ele virou problema da diretora da escola que o João vai, e

aí se também não é um problema da escola, virou um problema da família, a gente fica o tempo inteiro criando, esquetejando o sujeito para poder implementar as políticas, eu acho que essa falta de compreensão precisaria ser superada. A segunda é: articulação intersetorial como algo estruturante da política social. Então é entender que o diálogo intersetorial, ele não é um apêndice, ele não é algo a mais. Ele é estrutura para complementação das políticas. Deslocar essa nossa de intersetorialidade para esse lugar da estrutura, pensar que se eu não fizer com todo mundo, não vai dar para fazer, é essencial, porque eu ainda acho que a intersetorialidade é uma abstração na cabeça das pessoas. E aí quando você vê o que acontece na vida das pessoas, esse exemplo que eu te falei, durante a pandemia agora, de famílias que não receberam a cesta básica, e de famílias que receberam duplicadas, tem a ver com ausência de diálogo intersetorial, entendeu. Então isso tem um impacto gigantesco na vida das pessoas, não é uma abstração, ou um conceito bonito para a gente ficar divagando por aí, é estruturante da política, precisa ser entendido dessa forma, então acho que é isso, o sujeito ser entendido como o mesmo, a gente poder entender que o diálogo intersetorial ele estrutura as políticas sociais, e aí eu acho que pensando que... Porque eu acho que é isso também, trabalhar em rede é difícil, não é fácil. As experiências que eu vejo mais qualificadas de rede, uma agenda comum ajuda viu.

Entrevistadora: Sim, do planejamento já.

Entrevistada: É, uma agenda comum ajuda assim, uma agenda comum assim do tipo: bom, esse ano a gente vai trabalhar tal tema, quais são os desafios nesse território? Então a gente compartilha o nosso diagnóstico, e a gente cria uma agenda comum, que pode ser anual, pode ter uma outra temporalidade, mas que é uma agenda pela qual a gente, juntos como rede vai batalhar. Isso não quer dizer que eu não vou fazer meu trabalho aqui, que não vai garantir a entrega dos meus três relatórios, etc., mas permite que eu acho que para início de rede, poder materializar isso, por exemplo, esse projeto que você queria criar, entendeu? O projeto materializa o porquê a gente está dialogando, porque inicialmente talvez, para implementação da política eu vejo que ainda é difícil eles entenderem como estruturante. Mas se você cria estratégias para que essa percepção possa ir se aplicando, talvez isso contribua. Não sei, eu acho que eu já te contei em uma outra conversa que a gente teve lá no Bom Retiro, o Programa Saúde na Escola tinha que implementar uma ação no território. X. E

identificava uma questão nutricional nas crianças, porque é um território... De novo, toda vez que eu conto a história, eu conto quem é o território, e falo da condição de vida das crianças. Se a gente não tiver essa informação, não tem ação possível. Então assim, o território é um território repleto de famílias migrantes, então você tem culturas alimentares muito diversas nas casas, como é que cada família entende, manejam ingrediente, o preparo, é totalmente diferente do que essa criança vai comer na escola, porque na escola ela está comendo o que a cultura alimentar brasileira, paulistana e que a política de educação vai permitir que se acesse, para produzir merenda escolar vai ter, em suma é isso. Enfim, você tinha uma questão ali que é como é que a gente pode trabalhar junto para resolver essa questão nutricional das crianças? Bom, aí o Saúde na Escola vai para a escola. Ele vai para a escola e diz: “olha, eu estou com esse pepino aqui, que não sei o que, o que a gente pode pensar?” Bom, é evidente que serem famílias migrantes, com culturas alimentares distintas, culturas inclusive ligadas à higienização dos alimentos, olha como o negócio vai se complexificando, não é simples. Precisava caminhar para uma coisa de educação alimentar, precisava caminhar para o reconhecimento dessas culturas alimentares, assim, precisava articular tudo isso para poder produzir alguma mudança. A gente estava nesse momento nesse território, a gente tinha um projeto que trabalhava as famílias migrantes na escola. A gente conseguiu ali nessa mediação, criar, porque assim, não dava para ficar na abstração, porque os caras se reuniam, eles iam ficar falando sobre o problema, e produzindo diagnóstico assim para o resto da vida. Ia mandar ofício para o NAPA aqui da educação, e ia fazer ofício para não sei quem, cara e a gente falou: “e se a gente criasse um livro de receitas com as famílias”, então a gente faria um processo de escuta das famílias, para entender um pouco mais da cultura alimentar delas, a gente faria oficinas com as merendeiras da escola, com os alimentos que a gente coletou das famílias, a gente a partir dessas oficinas, a gente poderia trabalhar com as crianças diretamente, então aí tem a ver com o trabalho que toda criança precisa ter que é poder conhecer os alimentos, o cheiro, não achar que a banana nasce na gôndola do supermercado, ou na feira, mas a banana não é? Eu digo por que a gente enfrenta isso em um grande centro urbano como São Paulo. É comum. E ao mesmo tempo a gente poderia, os agentes aqui de saúde poderiam conversar diretamente com as famílias, ouvir as famílias e aí para fazer um trabalho que tem a ver com educação alimentar, nutricional dessas crianças, a gente poderia incluir nisso as aferições, medições necessárias de acompanhamento nutricional

delas, cara, dá para fazer um negócio legal assim, articulando os saberes de cada um dos agentes que estão compondo essa rede. E a gente ainda coloca as crianças para desenhar porque as crianças desenham maravilhosamente bem, e elas vão ilustrar esse livro de receitas. Rolou. Era uma coisa super simples, era uma coisa super singela, mas que a gente percebeu que ajudava esses agentes a materializar como é que eles poderiam trabalhar juntos. E saiu o livro de receitas, eu sou apaixonada por esse livro de receitas, juro, eu amo esse livro de receitas, ele me deu um trabalho do cão, mas ele foi maravilhoso, porque foi um jeito super singelo de entender o trabalhar em rede, que eu tenho um lugar na rede, porque eu ainda acho que as pessoas também entendem as vezes que elas precisam se descaracterizar quando elas vão para a rede, que a rede é uma outra coisa que descaracteriza o meu papel. Que na verdade a rede potencializa o seu papel com um agente de uma determinada política. Então assim, o povo da saúde ficou louco com o livro de receita, porque eles entenderam assim: “nossa, o meu saber é esse, a minha tarefa é essa e aqui esse projeto, que é o livro de receitas vai poder materializar essa conversa toda aqui”. Porque eles sabiam que sozinhos eles não iam conseguir fazer, eles precisavam da diretora da escola, eles precisavam das famílias, eles precisavam da gente que era a organização que estava trabalhando ali com essa coisa da cultura dessas famílias migrantes, precisava da assistente social. No fim envolveu todo mundo, foi uma coisa linda, maravilhosa. Ter um projeto juntos, entendeu? Ajuda a materializar caminhos para o trabalho em rede. Cada um vai lá, coloca o seu saber, faz o seu trabalho, ninguém está dizendo que você não vai fazer o seu trabalho, mas a gente cria algo juntos, entendeu? Que vai endereçar esse desafio, esse problema que a gente identificou, e que é comum. Então uma agenda comum de trabalho pode ajudar, sabe? A superar esse entrave assim. Não sei, estou aqui pensando enquanto você me faz a pergunta.

Entrevistadora: É que tem que começar de algum lugar, não é?

Entrevistada: Tem, tem que começar. A gente nas redes percebe muito o desafio da comunicação, as redes todas se juntam, a gente quer comunicar, como é que a gente vai se comunicar? Não existe processo de comunicação sem processo antes, o que que você quer comunicar? O que que essa rede está produzindo, que é tão importante comunicar? Não, porque precisa comunicar, eu não sei, se a gente tivesse uma figura talvez que fosse uma figura de articulação, em cada política sabe?

Entrevistadora: Um comitê. Por que não um comitê?

Entrevistada: Pode ser um comitê.

Entrevistadora: Eu já vi, essa moça aqui, a Monnerat ela falava de algumas experiências de alguns comitês que é tipo um GT, que era um comitê interinstitucional. Formada por representantes de cada política, ela também pensava muito em começar por aí. É uma agenda comum, para finalizar... Eu adorei, menina, você sabia que dava para fazer a tese toda com você?

Entrevistada: Olha, foi o elogio da semana.

Entrevistadora: Eu vou mandar para você um presente, uma outra amiga minha falou assim: “não, não precisa” eu falei: “não, precisa sim porque faz parte”. O que eu imaginei para vocês? Tem uma pergunta que eu faço para o entrevistado, que é sobre os sentidos, qual o sentido da intersectorialidade? Qual o sentido dessa rede de proteção das políticas sociais? E o sentido ele é uma área da nossa psique muito fluida, ela está muito relacionada aquela palavra que eu acho linda que é idiossincrasia, isso é, ela está relacionada com a sua relação pessoal, com a sua história de vida no jornalismo, no A., com as crianças que você encontrou, então para que eu consiga apreender os seus sentidos, eu vou utilizar uma técnica que é o diário, o diário de itinerância. Então você vai receber na sua casinha, um diário. Só que diferente dos diários comuns, ele depois vai ser compartilhado aqui conosco. Porque às vezes o diário pessoal fica guardado para a gente. E o seu diário não, ele vai ter essa característica, e aí ele pode ficar com você 15 dias como 50, você que vai dizer, e nesse período eu vou fazer duas provocações para você. Você vai receber por WhatsApp uma poesia, uma música, um vídeo, algo relacionado à sua história de vida. Algo relacionado ao seu lugar no mundo. E a partir dessas provocações, você pode escrever algo no diário. E a diferença do diário, é que você não precisa escrever algo assim, que nem eu estou escrevendo, que tem que ter coesão acadêmica. Um diário é um lugar que você pode tentar desenhar, escrever uma poesia, uma música, escrever uma carta, está muito relacionado com lembranças, você pode recorrer à infância, às suas experiências, para dar esse sentido da intersectorialidade. Você vai ver que na primeira folha do diário, eu vou colocar essas instruçõeszinhas para você, tudo bonitinho, e para ter essa contribuição da Ecléa Bosi, que é pensar na memória, a memória que vai construindo.

Entrevistada: Que lindo, que gentil, eu adorei.

Entrevistadora: É, acho que você vai gostar.

Entrevistada: Que legal, vou amar. E aí eu te mando de volta, é isso? Como é que funciona?

Entrevistadora: Não sei.

Entrevistada: Entendi. Você me orienta, entendi.

Entrevistadora: Por enquanto vocês vão só receber, e depois eu vou ver como é que eu vou fazer para resgatar, mas a ideia é que seja algo bem simples, vou ver direitinho. Eu espero que você goste.

Entrevistada: Tá bom, vou adorar. Tá bom, eu pensei aqui no nome, tem uma figura aqui nesses últimos dois ambos lá no Maranhão, que ele é maravilhoso, ele tem 38 anos, é um homem negro maranhense, que assumiu a direção dessa organização que eu te contei e isso foi muito para ele, na trajetória dele, e ele é um cara que desde o começo entendeu o sentido da educação integral. E sem ele, cara, a coisa teria caminhado muito de um outro jeito, ele se chama Pedro. Então em homenagem ao Pedro eu vou me chamar de Petra.

Entrevistadora: Eu espero que a sua história também possa te emocionar. Acho tão gostoso, às vezes apresento para o entrevistado, ele fica emocionado de ver, a sua história contada, e agora vai ser a história Petra. Muito obrigada, viu Petra?

Entrevistada: Eu que agradeço querida, e espero ter contribuído, foi muito de peito aberto as repostas, tem muito a ver com o que eu faço no cotidiano e espero ter atendido assim, as tuas necessidades, se você precisar de mais alguma coisa, você me fala, procura aqui.

Entrevistadora: 100%, atendeu 100%.

Entrevistada: Obrigada.

Entrevistadora: Tchau.

Entrevistada: Beijão.

### **Gestor/representante da Política de Assistência Social**

Entrevistador: Quantos anos você tem?

Entrevistado: 59.

Entrevistador: Data de nascimento?

Entrevistado: 28 de março de 61.

Entrevistador: 59 anos bem vividos? Como é que está?

Entrevistado: Olha, acho que está bem vivido, dá para viver mais uns 59.

Entrevistador: Qual a sua formação, Thiago?

Entrevistado: A minha primeira formação é em serviço social e em direito, com especialização em direito de família e sucessões, e um mestrado inconcluído na área da infância e juventude, aliás, adolescente em conflito com a lei.

Entrevistador: Você fez um mestrado na UNIBAN? Era UNIBAN e depois virou Anhanguera, não é?

Entrevistado: Isso, na época que eu comecei a fazer o curso eu era secretário em D., e eu tive que trancar por causa do trabalho. Lá em D. tinha o orçamento participativo e todos os secretários tinham a obrigação de comparecer nas reuniões com a população. Era toda semana, não tinha como mandar alguém. Aí eu fiquei prejudicado na produção acadêmica e eu tive que parar. Aí eles mudaram o prédio, foi para muito longe, aí eu acabei desistindo.

Entrevistador: É uma pena, pensa em voltar?

Entrevistado: Eu penso, mas não sei se nessa área ainda. Não se. Dois cursos, eu cheguei em um ponto que eu estou decidindo se eu vou para lá ou se eu fico aqui, estou nesse processo.

Entrevistador: O barco atracou em um porto legal, não é?



Entrevistado: Sim, nesse trabalho que eu estou agora na empresa, eu estou assumindo a responsabilidade técnica pelos projetos, tudo da área da assistência social. Estou trabalhando fazendo as capacitações, dando as aulas, e ainda auxiliando nas vendas, venda técnica, porque vai vender um treinamento sem saber o que é, dentro da área da assistência social, tem que ser alguém que tem domínio. Então, eu tenho que ir lá para discutir com os profissionais esses recursos. Então, eu estou assim, eu tinha chegado em um momento, eu nunca pensei em parar definitivamente, mas veio muita coisa agora, em um momento que eu estava começando a parar, dar um tempo mais para mim, ficar mais tranquilo, não ter a questão da hora, de prazo para cumprir, acabei e tchau.

Entrevistador: Indo pescar. Está na época de que? Ir pescar, assistir a Netflix.

Entrevistado: Não é aquela de aposentado ocioso, não, mas não ter aquela preocupação com hora, com prazos, enfim, mas pelo visto acho que essa é a minha vida.

Entrevistador: A gente é forjado nesse trabalho. Deixa eu te fazer uma pergunta, não está no roteiro, mas me chamou a atenção e eu vou entrevistar depois um menino que é da área da educação e, talvez eu faça essa pergunta para ele. A sua primeira formação, serviço social, eu fico imaginando porque eu às vezes ministro aula, a maioria predominantemente mulheres, além disso, da questão de gênero, como foi essa sua escolha para o serviço social? Como se deu?

Entrevistado: A minha irmã fazia o curso de serviço social, e eu tinha 16 anos quando abriu na escola seleção para trabalhar como monitores em um projeto do governo do estado, da assistência social do estado, para trabalhar com crianças e adolescentes, adolescente de 16 anos, e lá fui, e fiquei nesse projeto por sete anos, saí de lá como coordenador. Então nesse meio tempo eu ingressei na faculdade de serviço social

Entrevistador: Você estava no ensino médio? É isso?

Entrevistado: Ensino médio. Aí eu lia os materiais que a minha irmã estudava e fui me interessando, e eu comecei. Quando eu fiz o vestibular, aliás o primeiro ano, eu era o único homem da faculdade, não era da sala, era da faculdade. Eu tinha cabelo comprido, as meninas me pegaram e raspavam a cabeça. Você acredita? E aí foi tudo

por identidade mesmo, o curso eu me identifiquei, já tinha uma prática e foi aprofundando, foi bem legal. Não me arrependo de ter feito, não.

Entrevistador: Dos 59 fomos para os 16, e agora a gente vai fazer essa trajetória, porque a ideia agora é você falar um pouquinho da sua trajetória profissional, de repente os pontos que você acha fundamental, ou se você quiser contar em detalhe. Esse é o seu momento. Como é que foi essa trajetória profissional?

Entrevistado: Nesse projeto eu trabalhava com a família em duas comunidades extremamente carentes, uma delas era a Vila Parisi, que ficou mundialmente conhecida pelo alto índice de poluição, alto índice de violência, em Cubatão, foi o primeiro caso de anencefalia na época que foi registrado, foi lá em Cubatão, era o fim do mundo, um bairro entre as indústrias de fertilizantes, uma poluição altíssima e ali a gente ficou por sete anos. Tinha um outro equipamento que era em uma vila, que chamava Vila dos Pescadores, quando vai para Santos, você vê aquele pessoal vendendo siri, caranguejo, na estrada, esse pessoal, a grande maioria, era lá dessa Vila dos Pescadores, e lá também a gente trabalhou bastante com a comunidade, a gente fazia articulação com a população, e o foco maior era com a criança e o adolescente. E tinha o programa de nutrição também, foi uma experiência bastante gratificante, bem interessante, um crescimento profissional importantíssimo. Na época o serviço social era dividido e tinha caso, comunidade, e eu tinha as duas áreas, eu não lembro qual era a outra. Então, eu trabalhei sete anos, eu comecei como monitor, fui para coordenador auxiliar, e concluí a minha permanência lá como coordenador. Saí de lá, vim para São Paulo, foi na época que eu casei, fui trabalhar no projeto R., mas não em trabalho externo, trabalhei na administração do Projeto R., fiquei como estagiário por um ano e depois disso eu trabalhei no C., que prepara o adolescente para o mercado de trabalho, na época eles até andavam uniformizados, e eu trabalhei aqui em São Paulo no Caxingui, saí do Caxingui e nesse trabalho com os adolescentes e fui para a prefeitura de E., lá eu já era estagiário trabalhando no plantão social e saindo de E. eu fiquei um ano e fui trabalhar no SENAI, onde eu fiquei por 20 como assistente social do SENAI. Aí eu fui para a prefeitura de D., onde eu fui convidado para ser secretário, até por conta dessa minha articulação com as famílias dos adolescentes, alunos, eu acabei me envolvendo com a política. Fui candidato a vereador, não fui eleito, porque não trabalhei, no meio do caminho eu até desisti, mas ainda assim tive uma quantidade de votos bastante significativa, e por conta disso, eu

fui convidado a ser o secretário, primeiro foi de segurança alimentar, trabalhei na secretaria de segurança alimentar e nutricional.

Entrevistador: Deixa eu te perguntar uma coisa, você saiu de E. e foi para assistência social do SENAI. Qual município?

Entrevistado: Foi em D.

Entrevistador: Você foi falando toda essa sua trajetória dentro do serviço social, mas eu fiquei curiosa, porque me parece que quando você começou, foi antes da política nacional de assistência social, mas como era isso? Você trabalhava no serviço social, mas esse serviço não era regulamentado? Quem promovia?

Entrevistado: As orientações que a gente seguia era da secretaria de promoção social do estado, naquela estrutura que funcionava na época. Era caso, grupo e comunidade, o serviço social tinha essa estrutura. Aí veio a reconceituação do serviço social, então as coisas foram sendo estruturadas dessa forma. A política vem bem depois.

Entrevistador: Me chamou a atenção, porque às vezes a gente tem impressão de que a atuação do serviço social só se dá a partir de 2004, e não, alguma coisa já acontecia, talvez não tão na qualidade de direito social, como a gente fala, mas já acontecia. Você acha que, de repente, esse trabalho que você fazia nesse início era muito, ainda, pautado nessa questão da bem-estar, porque a gente relaciona o serviço social tal qual direito a partir de 88, a partir de 2004. Você que viveu.

Entrevistado: Toda da política da assistência social, a situação, a visão que se tinha do trabalho social ia por esse caminho. Você ajustá-lo à sociedade, a inserção do indivíduo na sociedade, e eu sempre fui muito crítico com relação à essa fala: "reintegração do menor na comunidade", que comunidade? Que sociedade? Não é essa sociedade? Não existe outra, ele está. Então, esse termo eu nunca gostei de usar, mas na época era isso, falava-se do funcionalismo, você ajusta o indivíduo dentro de um padrão. Aí desconsidera a sua cultura, desconsidera os seus hábitos, enfim. Então, o serviço social era feito dentro dessa perspectiva mesmo, assistencialista.

Entrevistador: E qual era a sua função na secretaria municipal de assistência social? Qual atividade você desenvolvia no cargo? Eu acho que a gente pode focar em D. e em alguma outra que você ache interessante.

Entrevistado: Eu comecei dentro do serviço público, na assistência social, porque o meu trabalho em Cubatão, lógico que tinha esse viés, dentro da política ele era assistência social. Eu comecei no plantão social, era a porta de entrada, como se fosse um CRAS. Então eu atendia todo mundo, tudo o que as pessoas na prefeitura não conseguiam resolver, vai para assistência social, manda para a assistência social, então tinha de tudo, e principalmente dentro dessa lógica do assistencialismo, de dar cesta básica, de dar remédio, de dar, de dar, de dar, de dar. Aí eu fiquei um período e depois eu fui trabalhar com horta comunitária, a gente fazia articulação com a população, foi legal, foi um trabalho bem interessante. A gente fez um trabalho com o pessoal da igreja Santa Emília, aqui no E., que tinha uma militância mais politizada, um pessoal mais organizado e aí foi, também, uma experiência interessante dentro do serviço social, de você trabalhar essa articulação da comunidade, de trabalhar nos grupos, de organizar os grupos para a horta comunitária, isso foi em 84, 85, por aí, para você ver.

Entrevistador: Desenvolvimento sustentável é muito bom.

Entrevistado: E foi muito legal. Agora a sua pergunta foi com relação a como é que foi a minha prática, o que que eu fazia. Veja bem, eu entendo esse período em Cubatão, com a comunidade, lidando com toda aquela problemática de violência, as crianças, os adolescentes, que junto com as atividades, que chamava PLIMEC, Plano de Integração do Menor e Família na Comunidade, esse era o nome do plano na época do Maluf. E o que que aconteceu? O nosso trabalho teve um destaque muito grande, a divisão regional do litoral da assistência social, eles nos chamaram, fomos homenageados, parabenizaram o trabalho, o modelo, etc., e na época tinha concorrência, tanto que nós chegamos a vir para São Paulo para apresentar a nossa experiência, e eu estava começando, praticamente, o serviço social, foi interessante. O que eu fazia na prefeitura de E. eu já te falei, eu fiquei nesse trabalho de plantão social e depois com grupos para horta comunitária, e depois em D. já foi diferente. Foi diferente porque você tem o quê? Você vai lidar com uma estrutura já estabelecida,

um trabalho que já vinha acontecendo, já de qualidade, então o mínimo que se tinha que fazer era manter o que tinha sido conquistado.

Entrevistador: Isso era o que? Década de 90?

Entrevistado: Foi mais de 96.

Entrevistador: Você tem currículo Lattes?

Entrevistado: Não.

Entrevistador: Faz um currículo Lattes Thiago, você tem uma história enorme. Tem que estar lá para divulgar, para ser o seu portfólio.

Entrevistado: mas para quê, não é?

Entrevistador: Para inspirar, para ser legado.

Entrevistado: Então, eu gosto muito de estar junto com o pessoal que está começando, aqui no T. a gente fez um trabalho bem legal com um grupo de estagiárias, embora fosse um programa que eu também era contra, que é o Criança Feliz, mas a gente procurou dentro de uma outra perspectiva. E as meninas que entenderam essa nossa abordagem, criou um vínculo legal, algumas até ainda tem contato comigo, profissionalmente, e pedem opiniões. Bem legal.

Entrevistador: Eu quero entender qual era a função do secretário municipal, quando você já chega nessa estrutura e chega na qualidade de gestor mesmo. Qual era a função e quais atividades você desenvolvia no cargo?

Entrevistado: A nossa função foi técnica, embora fosse um cargo político, a gente sempre teve a liberdade de trabalhar, o prefeito na época fez uma portaria para criar técnicos. O que a gente fez dentro daquilo que a gente viu que era necessário, era no mínimo garantir, como eu já falei, aquilo que já tinha, porque corria-se o risco de nós não avançarmos; até por não compreenderem, porque a assistência social, nos municípios, não é tão considerada como deveria, a importância dela não é observada como deve, haja vista que os orçamentos para a assistência social gira em torno de 3%. A gente vê o quê? São mais de 20% da população; aí vê quanto que vai para a assistência social? É muito pouco. Então, trabalha-se a assistência social, ainda na perspectiva do assistencialismo, é essa visão que muitas pessoas ainda têm, os

vereadores ainda tem. Lá em D., a gente trabalhou muito: “olha, o que é competência da assistência social é isso”, a gente teve que romper com esse conceito de assistencialismo, de traçar a assistência por direito, então a gente foi por essa linha. A gente focou muito na estrutura mínima para os profissionais poderem trabalhar, a equipe mínima. Eu não sei se a parte de recursos humanos, e aí, em termos de gestão, o que a gente viu também, umas parcerias, que tinha, não funcionavam, e a gente teve que romper, isso trouxe um estresse muito grande e eu sofri muito com essa questão, porque é um projeto famosíssimo, nacionalmente conhecido, que é o projeto meninos e meninas, que é uma instituição e lutou muito, um dos criadores, alguns dos que batalharam muito, na história a aparece, na história de construção. E lá eles tinham uma parceria com a prefeitura para fazer abordagem social de crianças e adolescentes na rua, trabalhando, principalmente a questão do trabalho infantil e tudo o mais. E eles trabalhavam só no centro da cidade e eu comecei a ver que eles recebiam um valor altíssimo, diferente de outros projetos, e atuavam não eram todos os dias da semana e só na região central, aí a gente cortou. Aí a gente rompeu, isso aí foi um estresse danado, porque esse pessoal era ligado, lá na região do ABC, à sindicato, sindicato que apoiou prefeito, e o prefeito em momento algum ele falou: “Thiago, assumo, não Thiago deixa, mantém”, não, ele segurou a onda. A gente fez concurso, chamamos profissionais, capacitamos os profissionais para desenvolverem essa atividade, fazer a execução direta em todos os bairros da cidade, principalmente nos centros dos bairros, onde também tinha o trabalho infantil. Por que que eu falo isso em termos de gestão? É gestão do dinheiro público, como você está utilizando, a qualificação do trabalho nos serviços de acolhimento, então nós tínhamos três instituições de acolhimento, que faziam o que queriam e como queriam. Então, a gente precisou trabalhar muito para dizer que a responsabilidade, pela execução do serviço, é do executivo. Esse pessoal era muito atrelado ao judiciário, a juíza mandava e desmandava do gabinete dela, a gente precisou sentar com a juíza e dizer: “olha, excelência, a gestão do serviço é competência do executivo, não é do judiciário”, aí a baixinha ficou: “mas como, o que que está acontecendo? não sei o que, não sei o que”, eu falei: “não, porque toda orientação técnica que é passada para os abrigos, eles não aceitam dizendo que a senhora não concorda, e a gente precisa conversar”. E a mulher me entendeu, foi muito legal, acabou essa relação de interferência da parte dela, e passou a funcionar bem. Ou seja, a gente procurou colocar as coisas nos seus devidos lugares, com as pessoas responsáveis, pessoas que, como eu disse, a gente

procurou dotar as equipes de condição de trabalho, trazendo, buscando, dentro do possível, as capacitações, enfim, recursos humanos foi uma grande preocupação. A revisão de projeto de parcerias que ainda era chamado de convênio, ampliação de convênio.

Entrevistador: Você dizia, revisão de parcerias e convênios. Olha se todo gestor entendesse a gestão e se qualificasse como você.

Entrevistado: E aí, como eu te falei, teve um probleminha mais no final do governo que foi a questão do benefício que tinha garantido em lei, que era uma coisa absurda, das pessoas que tinham gratuidade nos ônibus. Então não tinha atualização de critérios, tinha até mãe de vereador, esposa de vereador, com carteirinha andando de graça nos ônibus, e isso foi motivo para muita discussão. Mas, foi a única situação que ele falou: "deixa como está, não vamos mexer porque isso atrapalha a reeleição do prefeito", como de fato, não foi por esse motivo, mas de fato ele acabou não sendo reeleito. A gente trabalhou bastante a questão dos programas, tinha lá a casa da mulher, Casa Beth Lobo, até por conta da experiência de D., a gente participou de um projeto e eu fui representando a prefeitura, porque eles chamavam o secretário, representando a prefeitura no projeto cidade segura e equitativa para as mulheres, que era Argentina, Costa Rica, Colômbia, Peru e Brasil, do Brasil só D. Eu fui para a Argentina, fui para o Peru e fui para a Costa Rica, falar da experiência de D. com relação à defesa dos direitos da mulher. Então, lá tinha Casa Beth Lobo que é um trabalho bem antigo, bastante interessante, que a gente também reforçou a estrutura, mudamos de espaço, criamos condições melhores de trabalho para o pessoal. E aí eu também chamei a coordenadora, a coordenadora também foi comigo em um, aliás ela acabou não indo, coitada, porque o motorista simplesmente, que era para ele busca-la 5 horas da manhã, na casa dela para levar para o aeroporto, ele simplesmente perdeu a hora e ela perdeu o voo, nós íamos para o Peru. E aí por conta dessa viagem eu acabei conhecendo um pessoal super legal lá do Peru e criamos amizade e depois voltei mais umas três vezes para lá. Foi bem interessante, quase que eu fiquei por lá.

Entrevistador: Muitas atividades, Thiago. Já fazendo uma análise, precoce, mas essa questão do diálogo, não só uma questão burocrática e técnica, mas também essa questão do diálogo que parece uma coisa muito sua, de bater na porta do juiz, bater

na porta do prefeito. Porque às vezes tem gestores que se fecham e você conseguiu fazer esse jogo muito responsável. E como é que foi que você saiu de lá? Foi no momento da troca do prefeito?

Entrevistado: Isso, foi nessa transição. E por conta disso, não tive interesse em continuar porque aí continuou no outro governo aí eu falei para mim isso é se prostituir, eu não vou entrar nessa questão política partidária, não é o que eu quero, não é o que eu acredito, então eu não fiquei.

Entrevistador: Você teve a opção de não ficar ou você foi convidado?

Entrevistado: Não, eu ficaria na gestão como apoio do novo governo, eu falei: "não, não é isso que eu quero". Então, eu resolvi sair de lá e fiquei advogando por um período, na área da infância e juventude, que eu gosto, fui também estudando, aí eu fiz o concurso de T. Eu tinha feito do tribunal de justiça e a minha pontuação foi boa, só que eu tinha escolhido para essa região daqui de Itapeverica e tal, e acabei não sendo chamado, e tem menos vagas. Em São Paulo, uma pessoa que tirou nota inferior à minha foi chamada. Eu fiz o concurso de T., mas não tinha vontade de ir para lá, eu fiquei em 15º, aí eu fui, até por conta do rapaz dessa empresa, que a gente está junto, ele pediu, me chamou para trabalhar, eu conheci ele lá em D. Olha só que ironia do destino.

Entrevistador: Lembra aí, resgata o ano de D. na sua cabecinha.

Entrevistado: Agora tá difícil, foram 2 governos, oito anos atrás.

Entrevistador: E você chegou a ficar quatro anos? Quanto tempo você ficou?

Entrevistado: Fiquei quatro anos, oito anos atrás, então foi em 2012, saí em 2012. Fiquei quatro anos, de 2009 a 2012.

Entrevistador: Aí esse moço que você tinha conhecido em D., aparece lá em T.

Entrevistado: Então, ele foi me vender curso. Aí ele chega e fala para mim: "olha, aí tem a taxa administrativa, 10% desse valor", eu falei: "o que é taxa administrativa?", "não, o senhor sabe. Taxa administrativa, que fica para o senhor, 10%" eu falei: "nossa meu, você faz o seguinte, se você quiser ficar mesmo, participar, você me apresenta uma proposta com 10% abaixo do valor que você está me oferecendo e aí tudo bem,



você participa, senão você pode ir embora e não voltar mais". Ele ficou: "o quê?", "eu não quero. Você está me oferecendo dinheiro para eu contratar você? O que é isso?". Toda vez ele fala isso, aí ele me apresentou uma proposta com valor inferior e eu contratei, porque ele realmente apresentou o melhor preço.

Entrevistador: Ele estava acostumado com esse trâmite, era isso? Ele chegou tipo: "olha, eu já sei como funciona". Bom que tomou uma invertida sua.

Entrevistado: Isso, e infelizmente isso ainda continua. Eu sei que tem lugar, hoje, que não é mais 10%, é 40%, é uma coisa absurda. Se quiser entrar, se não quiser o outro entra.

Entrevistador: E não é só na assistência, não é Thiago? Pensando no contexto de política social, será que isso se dá só na assistência, ou a gente vai ver isso na educação, na saúde?

Entrevistado: Todo lugar. Isso eu te falo com certeza. Eu fiquei quatro anos em D., minhas contas foram aprovadas, eu dormia tranquilo, não tinha rabo preso com ninguém, eu não tinha preocupação nenhuma. Eu cheguei a ser ameaçado de morte em D., mas na época que eu era secretário de segurança alimentar, porque eu trabalhava segurança alimentar e nutricional, então é um trabalho bastante interessante dessa política, só que aí estava na pasta o comércio popular, então vendedores de CDs, DVDs piratas, os vendedores sem licença, aquelas coisas todas, deu muito trabalho, tinha uma máfia que vendia passe de ônibus, que antigamente era bilhete, vale-transporte, aquelas coisas, e eu proibi, a gente fez uma limpeza na cidade. Mas aí não deu outra, eu andei armado durante uma semana.

Entrevistador: Isso é muito perigoso, a gente fala assim, mas você não iria ser o primeiro. O problema é que a gente sabe que acontece.

Entrevistado: O prefeito queria deixar um GCM comigo, "não, então vai ficar com um colete, que os caras aqui são perigosos", eu falei: "não, eu não quero", mas aí passou.

Entrevistador: Eu acho que você já respondeu um pouquinho essa daqui. Tem uma pergunta que fala assim, como você entrou no contexto das políticas sociais, você responde desde o início, porque a sua formação profissional já é praticamente nessa levada. E aqui tem a sete que é: Como é trabalhar com políticas sociais,

especialmente na função de secretário municipal, ou assessor da gestão? Acho que você falou um pouquinho disso, se você quiser explorar mais. E como você vê a função da política social? Vai chegar, agora, um momento da entrevista, que a gente vai abrir um pouquinho o escopo, a gente vai sair um pouco da assistência, vamos abrir o guarda-chuva para a política social e depois a gente vai fechar de novo para a assistência. Então, recapitulando: Como é trabalhar com política social, principalmente nessa função de secretário e como você vê a função da política social?

Entrevistado: Olha, como é trabalhar ou o que é trabalhar é aquilo que eu acredito que eu gosto, sempre fui muito nessa linha mesmo, na questão do direito, das pessoas não terem que se submeter a situações, para ter o benefício que é direito dela, que foi reconhecido não tem muito tempo. Trabalhar dentro dessa política é uma questão de opção mesmo. De opção a quê? A trabalhar no sentido de garantir às pessoas o direito que elas têm, enquanto ser humano, de mostrar para as pessoas: "olha, isso aqui existe. Você pode ir por esse caminho, você pode fazer dessa forma", pessoalmente, eu tive muita dificuldade, no início do meu trabalho como advogado, eu tive dificuldade para cobrar, porque muitas pessoas tinham uma situação econômica desfavorável, mas diante de uma situação de desespero da família, porque um adolescente foi apreendido, ou está na iminência de ser preso porque deixou de pagar pensão, ou aquela situação fodida, o cara "meu, por mim eu faria de graça, mas não dava, eu preciso sobreviver também". Eu tive que fazer esse exercício para poder exercer enquanto eu sei de pessoas que cobram, por exemplo 10 mil, eu acho que 1 mil é suficiente. Então, vem muito dessa formação, é a caridade? Não, não é a caridade, eu acho que o que é possível ser feito, vamos fazer. Dá para ser feito? Vamos fazer. Hoje, você trabalha dentro da política de assistência social, ela ainda exige uma prática de fazer aquilo que eu fiz a não sei quantos anos atrás, que é dizer: "olha, é direito, tem que ser feito". Aí a gente se depara com muitas pessoas que, embora tenham passado por dificuldades, mas tem essa concepção que é pessoal, que é de vida, profissional é uma coisa, não dá. Ou é uma coisa ou não é, não dá para você: "agora, eu vou ser profissional", eu não consigo separar, dissociar tão friamente isso. Você é ser humano, você tem sentimentos, você tem as suas necessidades e profissionalmente você vai agir de acordo com a sua concepção de vida. E hoje, política de assistência social, o que é hoje trabalhar isso dentro da política, não é fácil, ainda é uma batalha muito grande para você atingir o pico. Você vê as políticas sociais

existem, existem os direitos que são garantidos na constituição, nas políticas, mas que não são efetivadas. Não são efetivadas por uma série de razões, primeiro pela própria estrutura que muitos municípios têm de garantir esse direito, eu vejo assim, tomando como referência T., onde você vê mais de 20% da população em situação de pobreza ou de extrema pobreza, o quanto que têm de investimento, de recursos no município, com recursos próprios ou advindos dos outros governos, do Estado e do Federal, não são suficientes para garantir aquilo que a constituição diz, por exemplo no caso de famílias que têm seus filhos que são afastados do convívio familiar porque não tem recurso, não tem condição, fora as outras coisas. Ainda existe a criminalização da pobreza, se a gente voltar na história do século XX, quem é que vai para os abrigos? Quem é que está nos abrigos? São pessoas pobres, são pessoas que não tem recurso, e lá tem o artigo 23 do ECA que diz que a pobreza por si só não é motivo para perder o poder familiar, mas na prática é o que acontece. Aspectos que são inerentes à pobreza, que é a falta de informação, essa dificuldade de acesso às políticas públicas, culminam com isso, com todo esse estado de abandono, de dificuldade, porque a estrutura familiar tem hoje, principalmente, uma configuração diferente. Então, de que maneira a gente pode trabalhar dentro da política de assistência social? É garantir a essas pessoas, a esses grupos, a esses segmentos sociais, os direitos que elas têm, no mínimo é orientar. Porque quando a população bate lá, bate o pé e diz: “eu quero”, elas conseguem. Essas pessoas são chatas? Não, ela está reivindicando um direito, e a maioria, infelizmente, os colegas técnicos, eles não têm essa visão. Sem falar, você por exemplo, você está em um serviço que é fundamental para isso dentro desse exemplo que eu acabei de te dar, que é assim, eu estou falando com conhecimento de causa, quantos e quantos casos a gente viu que a avaliação da situação daquela criança, ou do adolescente, para ir para o acolhimento ou para ser destituído o poder familiar, foi uma coisa extremamente superficial? Não se viu, não se garantiu, aquilo que está previsto na legislação, ficou mais fácil decidir daquela forma, porque é um caso a menos para se trabalhar. Infelizmente, eu te digo isso, eu participei de algumas reuniões, na condição de coordenador da proteção especial, algumas reuniões do pessoal do abrigo do CREAS e do judiciário, que iam para uma discussão extremamente caseira, uma coisa doméstica, não se via uma preocupação, uma fundamentação técnica. Opa, espera aí gente eu falei em uma,” eu acho que a gente está indo pelo caminho errado”. Até que uma menina nova, uma psicóloga, começou a se posicionar de uma forma mais

técnica, trazendo para a discussão, os casos dentro de uma concepção técnica. Mas até tirar sarro, ridicularizar, ou ironizar o comportamento da manifestação de algumas crianças ou de família. O que que eu vejo? Trabalhar hoje dentro da política de assistente social é isso, primeiro precisa dar uma boa sacudida no povo que está na assistência, os profissionais que estão na assistência, para que o pessoal entenda qual é o seu papel de verdade, que se atualize, que procure ficar antenado com relação às mudanças que tiveram, que se apropriem do que diz as legislações, para não ficar no achismo que ainda está difícil.

Entrevistador: Foi no CRAS a primeira vez que eu ouvi uma assistente social, não vou falar quem nem quando para não ser inadequada, mas foi a primeira vez que eu ouvi uma assistente social falando que esse cuidado da família da criança era obrigação da família primeiro, a família que tem que educar porque eles querem tudo do Estado, de mão beijada. Meu queixo caiu no chão, eu falei: "gente, eu pensei que a faculdade de serviço social ensinasse outra coisa", então eu acho que realmente precisa de uma, acho que para tudo, para todas as faculdades, mas principalmente para o serviço social que trata disso, do serviço como um direito, como uma proteção, como função também do Estado.

Entrevistado: E outra coisa que eu vejo e falta muito essa competência técnica de pessoas que estão à frente desses serviços de coordenações, porque boa parte é indicação política. No T. tem um exemplo absurdo, tem uma profissional que está com um processo ético, com 15 denunciante. Sabe o que é isso? Eu componho a comissão de instrução do conselho regional de serviço social, que é a comissão que faz a apuração das denúncias, e dá o parecer para o julgamento, e por uma questão de ética, logicamente eu não me inteirei a respeito e nem me seria permitido acessar essas informações do processo, mas aí você vê, cometem aberrações técnicas, os profissionais se calam, quando não adoecem, não, na verdade se calam, se calam, se calam e aí adoecem, a verdade é essa. E assim vai, é assim que a banda toca em vários lugares.

Entrevistador: Mas é tudo, não é Thiago? É CRAS, e Conselho Tutelar, que nem você dizia que é uma porta de entrada, ali não tem qualificação, se eles não têm qualificação, de repente essa consultoria é técnica, que você preza. Eu queria fazer uma pergunta que me suscitou uma coisa que não estava no roteiro, porque eu lembro

de uma vez em uma reunião do CRAS, eu cheguei no CRAS, eu fiquei muito assustada, porque eu vinha do contexto de medida sócio educativa, e a medida sócio educativa já estava estruturada, a gente tinha a Berenice Janela que foi presidente da Fundação Casa, ela chegou na época da FEBEM, reestruturou para a fundação CASA e hoje ela é secretária de assistência social aqui de São Paulo. Então, ela já tinha um movimento, aí quando chegou no CRAS eu fiquei muito assustado porque tudo ainda estava começando, aí eu lembro de uma reunião que mostraram a transparência, isso é, os recursos que eram para a assistência social do município, e até hoje eu não entendi se aqueles recursos, porque aí você ia lá no CRAS, o balancê está capenga, o chão sem piso, computador quebrado, então eu não entendia, funcionário ganhando o piso salarial, então eu não entendia se aquele valor da assistência social era pouco, se davam para a assistência social um valor pequeno, ou se era muito, mas era mal gerido, não chegava.

Entrevistado: Tem tudo, porque se você ver, como eu falei, dependendo do governo, dependendo de quem está à frente da pasta, você tem tudo do governo. Por que o que acontece? Normalmente as pastas dessas políticas públicas são divididas entre os grupos de apoio, então a educação vai ficar no governo, a saúde e a educação que é o carro chefe fica na mão do governo, o esporte vai para o PSDB que ajudou, a cultura vai ficar com o PR, e assim se divide. Então, o que acontece? Se você tem à frente da pasta uma pessoa que tem muita afinidade com o governo facilita de você trazer a infraestrutura para aquilo que é necessário para a política, para você fazer a gestão daquela política, quando não, você fica à míngua, a verdade é essa. Porque tem recursos que vêm, recurso carimbado, não pode usar em outra coisa, então vem lá recurso federal, então se você pensar dos CRAS, então de acordo com o número de pessoas referenciadas no CRAS, você tem um valor que vem para aquela unidade. Não é que vem um valor específico para aquela unidade, mas você sabe que tem um recurso que é para fazer a gestão de todos os serviços da política da proteção social básica, por exemplo, então vai para o CRAS, então você tem recurso para trabalhar o PAIF, para trabalhar o serviço como urgência, então você tem recurso para essa finalidade. Aí você vai lidar com uma outra questão que é a infraestrutura física, mobiliário, que já é uma outra questão que entra dentro de uma estrutura que não está, geralmente não está, na competência do secretário resolver, que ele compra, a compra vai para outra secretaria. Então, entra naquele bolo, por isso que a máquina

pública é muito morosa, e as coisas saem muito mais caras para o setor. Se uma caneta custa 10 centavos aqui, ela vai custar 10 reais lá para a secretaria tal, e aí não tem por onde fugir, todo lugar é assim. Então é assim que funciona.

Entrevistador: Vamos entrar aqui em um memorial. Quem é o público alvo das políticas sociais? Especialmente da assistência social. Fale um pouquinho sobre eles, o modo de pensar, de agir, de sentir. Quem é o público alvo, Thiago, das políticas sociais, especialmente da assistência? Você já falou um pouquinho.

Entrevistado: Pela política é para quem dela precisa. Então, tinha essa percepção de que só pode recorrer à assistência social, o pobre, sem recurso, na verdade não só, é para quem dela precisa. Eu tenho renda, eu posso precisar da assistência social? Posso, em uma situação eventual, em uma situação momentânea, eu posso precisar da assistência social. Não é do profissional, do assistente social, é da política de assistência social. Por que eu digo isso? O conselho regional de medicina tem o serviço social para os médicos, para fazer o acompanhamento dos médicos, não é para trazer, para atender, não, tem ali uma finalidade específica. Tem escolas que tem assistente social, para uma finalidade específica. Agora, a política de assistência social é para quem dela necessitar, mas, invariavelmente quem busca a assistência social são as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, são pessoas que estão precisando, hoje mesmo em T., duas crianças estavam pedindo dinheiro na porta da padaria, dois irmãos, e aí eu conversei bastante com eles e do tempo que eu fiquei, eu vi três pessoas dando dinheiro, aí eu fui conversei com os dois, sei que eles: “tá bom tio, obrigado”, foram embora, eu acho que amanhã eles vão estar lá de novo, agora são pessoas que precisam? Dá para ver que sim, mas será que ele precisa estar naquela função, são pessoas que precisam da assistência social? Talvez estejam em uma situação de desemprego, como é o momento agora muita gente sendo desempregada, os CRAS estão abarrotados de cestas básicas porque tem que atender a população e ainda mais agora, ninguém vai deixar a população sem alimento, por duas razões, porque as pessoas precisam comer, e segundo que é ano eleitoral.

Entrevistador: Nossa, Thiago, você até machucou meu coração agora.

Entrevistado: Infelizmente, e então invariavelmente são as pessoas pobres que estão nessa condição de miserabilidade.

Entrevistador: Como eles pensam? O que você acha? Como eles pensam? Como eles sentem? Como eles agem? Vou te dar um exemplo pequeno, certa vez eu estava fazendo um grupo no CRAS e era um grupo, acho que era de empreendedorismo, olha que loucura na minha cabeça, mas era pensando naquelas mulheres, em gerar renda, em serem autônomas, estava ensinando a se inscrever no MEI, enfim, é um dia uma moça, já estava no final do curso, pensei que tinha abalado as estruturas, mas uma menina levantou a mão e falou assim: "sabe qual é o meu sonho mesmo, Vanessa? Pegar uma casa de rico e limpar, trabalhar de segunda a sexta, limpar de ponta a ponta" e a estagiária que estava comigo ficou arrasada, ela falou: "Vanessa, a gente fez um trabalho tão grande e ela não conseguiu superar, de repente, essa questão de ser diarista" e eu até comentei com a menina: "a gente tem que respeitar, o que ela precisa é ter oportunidade e aí ela vai escolher se ela vai ser diarista, ou se ela vai ser outra coisa, mas ela precisa ter isso", só para te falar que foi uma coisa marcante, que eu uso para pensar, o jeito que eles pensam, agem. O que você acha?

Entrevistado: Eu vejo assim, para assistência social boa parte dessas coisas já estão prontas, então: "o que eu tenho para oferecer é isso aqui", já mostra o que eu acho que você precisa é isso, então vou te oferecer isso. Não, qual é essa necessidade, o porquê dessa necessidade? O que você pretende com isso? Essa é a forma de seguir? Então você dá caminhos, você dá alternativas para que a pessoa encontre aquilo que ela busca. Então, o que dentro dos serviços você tem a oportunidade de trabalhar essa autonomia para a pessoa entender qual é a sua necessidade, e se ela tem ou não condição de conquistar aquilo, você vai fazer as análises. Então, dentro daquilo que ela não pode conquistar, se você tem condição de auxiliar, você vai auxiliar, você vai mostrar os caminhos, você vai encaminhar, você vai dizer: "é isso", ou senão você vai buscar recursos para que essa pessoa consiga alcançar aquilo que ela quer. Eu ainda acho que existe uma prática equivocada de pegar e dizer: "é disso que você precisa", ter realmente essa análise, ter um diagnóstico daquilo que a pessoa de fato precisa para poder dizer: "as alternativas são essas". Você falou de empreendedorismo, fala-se que os grupos de PAIF não é para trabalhar essa questão e tudo mais, eu tive uma experiência riquíssima quanto a isso, criou-se um grupo de quituteiras, e o pessoal formou uma associação, uma cooperativa. Deu para fazer um trabalho legal? Deu. Então, saiu daquela condição de dependência, que hoje você fala de conseguir uma colocação profissional, as pessoas não querem senão vão perder

o bolsa família. Mas que merda de 85 reais que você recebe, o que isso vai contribuir na sua vida? Mas é isso, as pessoas, muito embora, o que se vê hoje é um pouco dessa visão que é antiga, eu estou precisando, eu vou lá, vou pedir, mas esse pedir como é? Eu vou lá, vou arriscar, se eu conseguir muito bem. São poucos os que ainda vão com essa ideia de direito, por que o que que eu tenho direito? Tem lá os benefícios eventuais, a cesta básica é um benefício eventual, isto é dentro da política de assistência social. Quais são os benefícios eventuais que a prefeitura, que o governo municipal, através da assistência social oferece? As pessoas não sabem, isso não é divulgado. Eu fiz uma proposta de alteração da lei municipal de T., porque ela está desatualizada, e fala-se de benefício eventual que não está nas mãos da assistência social, e isso é assistência social. Os benefícios eventuais estão dentro da política de assistência social, por exemplo, a gratuidade no sepultamento, é moeda política, no T. é moeda política, não sei em outros municípios, estou falando de T. O que que se tem que fazer? Você tem que ter uma legislação e tem municípios que não tem, T. nós escrevemos o SUAS municipal, pergunta se foi encaminhado? Não foi. Porque nós colocamos tudo, todos os serviços, o como chegar, quais os critérios para ter acesso a determinados benefícios, tudo isso em lei. Só que isso, politicamente, dificulta o atendimento. Então, voltando, como é que as pessoas veem? Elas veem ainda meio na troca de favores, se eu consigo através de um vereador, "não, foi o vereador que conseguiu", não você pode vir aqui sem vereador porque isso é um direito seu. Quantas e quantas vezes a gente desfez toda aquela ladainha que o assessor do vereador faz para dizer que ele que conseguiu aquele bem, não é direito seu. O que eu falo para os conselheiros tutelares: "na prática de vocês, no cotidiano, vocês têm que explicar qual é o trabalho do conselho tutelar. Para mudar essa imagem negativa que o conselho tutelar tem, vocês precisam começar a explicar para as pessoas, você tem que explicar o motivo. Elas vão ter que entender o seu papel e a sociedade precisa entender esse papel, isso se dá através da informação.

Entrevistador: É, informação é poder. Pergunta 10: Como você percebe a relação do secretário municipal de assistência social com os outros secretários municipais e dos secretários entre si? Eu acho que essa pergunta é mais para falar como você representa, quando você era secretário você representava a secretaria, e como era a relação? Porque o secretário da educação quando entra em um recinto, as pessoas sentem de um jeito, quando é o da saúde sentem de outro, quando é da assistência



de outro. Como era a relação do secretário municipal de assistência social com os outros secretários e dos secretários entre si? É todo mundo amigo? É legal, nem tanto?

Entrevistado: Isso é muito relativo, a experiência que eu vivi foi muito legal, muito positiva, trabalhamos muito em conjunto, até porque existia uma diretriz do prefeito no sentido de fazer a articulação entre as políticas para não haver sobreposição de ações, para ter a troca de informações, porque o beneficiado com tudo isso é a população, é o munícipe. Diferente de outros que a gente viu, sabe como é, é briga, cada um cuida do seu, não existe articulação, não existe essa interação entre os secretários, pode até haver entre os técnicos, mas entre os secretários às vezes fica aquilo: "ah, poxa, está esse secretário me pedindo coisa para fazer isso, fazer aquilo" dependendo da estrutura do trabalho municipal, do município, o secretário de assistência não tem autonomia para muitas coisas, ele depende de outros secretários, e se a relação não for boa, não acontece, as coisas não saem, as coisas não andam. D. foi muito rico, em termos de parceria, de ações conjuntas, de sentar, de discutir caso, de desenvolver ações em conjunto, foi muito legal. Mas é relativo, depende mesmo do gestor municipal, qual é a diretriz que ele dá para o trabalho.

Entrevistador: Eu acho que você já falou um pouquinho da sua concepção política de assistência social. E de política de educação integral? Você tem qual a função, qual é a sua concepção? Você tem alguma definição do que você acredita que seja a educação integral? Agora a gente vai começar a entrar um pouquinho nessa área da articulação entre a assistência e a educação integral.

Entrevistado: Com profundidade, eu não tenho conhecimento sobre educação integral, de fato eu não tenho, embora tenha atuado bastante tempo na área educacional, no serviço social educacional, eu não vejo uma educação integral sem a articulação com as outras políticas.

Entrevistador: Isso já é uma concepção de educação integral.

Entrevistado: Você tem que ter essa articulação com as outras políticas, porque aquilo que eu já te falei, a pessoa não é só aquilo que você está vendo, é aquilo que você está guardando dentro do seu expertise, eles têm outras necessidades. Nessa outras necessidades ela está sob a responsabilidade de outras políticas, então essa

interação precisa haver para que você consiga fazer o seu trabalho. Eu tenho uma necessidade, isso é em todas, essa inter-relação é fundamental, eu tenho uma criança com dificuldade de aprendizado e nem sempre eu tenho profissionais dentro da educação para garantir um atendimento, eu vou precisar da saúde. A saúde pode identificar que aquela criança tem outras necessidades que estão dentro da área da assistência social, então tem essa articulação, esse conjunto é que vai garantir todo esse processo. Não sei se eu estou equivocado com relação à educação integral.

Entrevistador: Não, eu acho que é isso mesmo. Tecnicamente a área de educação foi definida, mas é mais a sua concepção, é por aí. É isso, não foge da definição de educação integral não. Partindo da sua experiência, de política social, como você entende a intersectorialidade?

Entrevistado: Não dá para você pensar só na política de assistência social que ela por si só já resolve tudo. Não existe isso.

Entrevistador: E se você pudesse definir intersectorialidade?

Entrevistado: Eu entendo como essa troca, essa articulação, dos serviços, das especificidades de cada uma dessas políticas voltadas para o atendimento específico de uma determinada questão. Como você vai trabalhar a intersectorialidade? Você tem pessoas que estão com as suas funções definidas, nas suas especificidades, você tem uma questão a ser resolvida, como eu falei antes, essa questão tem várias vertentes, então essa intersectorialidade é justamente você trazer esse funcionamento de todas essas políticas para resolver uma questão determinada.

Entrevistador: Agora as duas últimas, Thiago. Eu deixei essas para o final porque entrevista boa é assim, vai fluindo, então quando a gente vê tem uma pergunta lá embaixo, mas que você já respondeu lá em cima, enfim. As duas últimas são perguntas bem diretas, que vão tratar sobre a intersectorialidade. Você conhece a proposta de ações integradas entre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e o programa novo mais educação? Eu lembro que eu cheguei a falar para você sobre isso, mas você conhecia, em algum momento, alguém além de mim te falou sobre?

Entrevistado: O Mais Educação, você está falando o Novo Mais Educação, eu não conheço o Novo, eu conhecia aquele Mais Educação primeiro, original, a gente

trabalhou muito com o Mais Educação lá em D. Nós tínhamos assistentes, da assistência social, profissionais da assistência social, junto com a equipe do Mais Educação buscando atender a partir de um diagnóstico daquele público que era atendido naquele território, então com o que a assistência social poderia contribuir nas atividades planejadas pela equipe do mais educação, com aquelas crianças, aqueles adolescentes, o que que a assistência social poderia propor? E assim foi feito, muitas ações, muitas atividades, que é aquilo que a gente estava falando, o que que você vê dentro de uma sala de aula, por exemplo, é diferente daquilo que você vê em uma atividade de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, depende da relação que existe, depende do vínculo que existe da criança com aquele educador. E ali é que as coisas aparecem, a escola traz muita coisa do que acontece dentro de casa, esse profissional tem que ter essa sensibilidade, tem que ter esse olhar, para ver o que está interferindo no processo de ensino e aprendizagem daquela criança, ele vai ter aquela sensibilidade, se ele identifica, por exemplo, que a criança sofre maus tratos, se existe a suspeita ou a comprovação de abusos, primeiro que esse profissional tem que denunciar à autoridade, isso é obrigação, está no 245 do ECA, tem que denunciar ao conselho tutelar que é a autoridade para isso. Agora, paralelo a isso você tem profissionais de outras políticas que podem te auxiliar. Então no Mais Educação as coisas eram trabalhadas dessa forma, participava do planejamento das ações, então quando tinha alguma atividade pontual, onde, por exemplo, envolvia a participação da família, uma eventualidade, estava ali o serviço social, junto, participando com proposta, o que poderia ser apurado, e assim como as outras políticas. Eu achava interessante justamente por isso, porque não ficava só naquela situação de preenchimento do tempo ocioso que a criança tem depois do ensino regular. Não. Ele tinha uma proposta, tinha um planejamento, que ia além de tudo isso. Não é brincar, o quê que tem no brincar? O brincar tem isso, isso e isso, bom, enfim

Entrevistador: Quais contribuições você viu? Eu queria que você falasse quais as contribuições dessa relação, do serviço de convivência, que é, por exemplo, o serviço de convivência eu via muito como uma proteção social ampliada, então eu via a criança que ia lá no serviço para comer, mais clichê que isso impossível, mas era, criança que ia lá para comer. Como criança que ia para lá, porque, de repente, a mãe estava trabalhando, então ela ficava meio período na escola e meio período no serviço

de convivência, para ficar sob uma proteção. E como você vê essa articulação, a contribuição do serviço com a educação integral? Porque uma das coisas que muito me chamava atenção era que lá, na experiência que eu tive, as orientadoras sociais uma vez falaram para mim assim: “Mas aqui não é escola, eu não vou ensinar ninguém a ler e escrever”, e tudo bem, elas não são alfabetizadoras, elas não são pedagogas, mas como aquele serviço vai fortalecer uma leitura de mundo, já que ali elas iam falar sobre cidadania, sexualidade, projeto de vida. Como que a criança ia fazer essa leitura do mundo? Enfim, qual a contribuição que você acha que tem nessa relação?

Entrevistado: Considerando os eixos que estão previstos no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, percebe-se ali a possibilidade de trabalhar diversas questões, o objetivo do serviço é esse. Fortalecimento de vínculos vai trabalhar a questão da relação familiar, da relação consigo mesmo, da relação com a comunidade, então ainda sim, dentro dessa perspectiva de uma relação com as outras políticas. Eu tenho conhecimento de diversos casos em que, através desse serviço, encaminhou-se para tratamentos, para acompanhamentos, diversos. Assim como indicação para emprego, indicação para cursos, porque se você olhar além daquilo que costuma, olhar além do olhado: “Olha, você tem essa questão aí na sua frente, mas o que você pode atingir além? O que está lá? Quais são as outras necessidades?”, e trabalhar isso, não ficar naquele atendimento imediatista, que às vezes o trabalho acaba te levando a isso. Você teve que trabalhar, porque, às vezes, se eu estou fazendo isso e isso, mas nada, nada, nada muda, sempre faz a mesma coisa, não muda nada. Você primeiro tem que mudar, você tem que mudar seu olhar, você tem que mudar, pensar quais são seus objetivos, para você pensar em outras estratégias para atingir seu objetivo. Então no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, eu acho assim, é um trabalho riquíssimo, fazendo essa ponte com o Mais Educação, a minha visão hoje é diferente, porque aqui eu não vivi isso em T. e lá em D. eu não trabalhei muito a questão operacional do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, fazia mais a gestão, realmente gestão, não aprofundi muito para tratar até nessa relação com o Mais Educação ou com as outras políticas, mas assim a gente procurava garantir, essa articulação já estava formada, já existia essa cultura, entendeu? Agora aqui, trazendo para cá, para realidade mais recente, para experiência mais recente do serviço de fortalecimento de vínculos, é

extremamente importante, mas ainda muito capenga, em termos de coisas que precisam ser feitas mesmo.

Entrevistador: É, ouvindo você falar me fez pensar talvez nessa questão, porque alguns estudiosos falam sobre comitês, comitês interinstitucionais, e algumas experiências de alguns comitês. Quem sabe a intersectorialidade precise de pessoas para pensar nela, porque, foi o que você falou, na gestão tinha tanta coisa que você já colocou além da função fiscal, gestão, e de repente a intersectorialidade ela precise de um pessoal pensando nas estratégias, até porque, veja bem, a intersectorialidade é o eixo central da política de assistência social, ela surge trazendo a intersectorialidade, assim como o centro, não é?

Entrevistado: Sim. É, porque você vê, quais são esses benefícios, que a intersectorialidade traz para as políticas socioassistenciais, você vê uma infinidade de benefícios, e principalmente na área da infância e juventude, que você vê o quanto que é necessária essa articulação, essa intersectorialidade. Por exemplo, não sei se você já lidou aí com o caso do depoimento especial, da denúncia, não, como é que é?

Entrevistador: Depoimento especial.

Entrevistado: Da escuta qualificada.

Entrevistador: É, que é o depoimento especial da criança ou adolescente vítima de violência sexual, ou violências.

Entrevistado: Isso.

Entrevistador: Todo espectro de violência.

Entrevistado: O que a gente tem que ter? A gente tem que ter uma articulação, isso está previsto na política, que instituiu a lei 13.431, ela fala como deve ser. A princípio jogou-se para a assistência social, e a lei não fala nada sobre isso, quem deve fazer, na verdade é todo mundo. Você junta aí todas as políticas, porque todas elas se relacionam, que diz respeito à criança e adolescente, você vai desde o promotor de justiça, o delegado de polícia, o judiciário, a educação, a saúde, assistência, enfim, todas as políticas que estão voltadas para o atendimento da criança e adolescente,

tem que ter essa articulação. E se você não tem isso, fica manco, você não efetiva o atendimento que precisa ser feito.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Você não completa, de jeito nenhum. Agora, com essa concepção de intersectorialidade, o que a gente vê hoje com o Programa Bolsa Família? Eu vejo pouca ação. Eu vejo pouca ação, coisa que poderia ser muito maior, ter uma articulação maior com os beneficiários do Bolsa Família, que é um público que está ali naquela situação de pobreza ou extrema pobreza, e você cria uma coisa para manter a pessoa naquela situação. Parece que é isso, sabe? Para não sair, para não se transformar, você vai continuar sendo esse dependente desses poucos recursos para você viver sua vida, e não reclamar. E não reclama.

Entrevistador: É. Por exemplo, os impactos do Bolsa Família no aprendizado, de maneira qualitativa, a gente já sabe que são quase nulos, ele tem impacto na permanência, por vezes, não é? Permanência ou inscrição, mas o que me adianta aquela criança na escola, dormindo na aula, ou que não aprende, não é?

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Então eu fico pensando assim, por isso que eu até estudei o serviço de convivência com o Programa Novo Mais Educação, e não a relação do Bolsa Família com a educação, porque eu vi muito mais potencialidade nessa articulação entre o serviço e a escola. Quem sabe. Então, a última pergunta. Em sua opinião, quais os possíveis entraves à intersectorialidade das políticas sociais, e especialmente, da aqui tratada?

Entrevistado: O que pode ser um entrave?

Entrevistador: É, quais os possíveis entraves? Sinto que eles já estavam, assim, no ar, em toda a nossa conversa, mas é o momento.

Entrevistado: É. Eu acho que falta realmente isso, sabe? Se os gestores dessas políticas não entenderem a relevância, a importância, a imprescindibilidade dessa relação, dessa intersectorialidade, não vão funcionar, tem que ter a vontade política. A vontade política de transformação, de mostrar resultado, mas mostrar o resultado para quem? Para a população. Então eu vejo muitas vezes as ações voltadas para

autopromoção, sabe? “A secretaria tal que fez, então é mérito para aquela secretaria”, não, vamos juntar tudo e o mérito vai ser de todos, porque apresentou um serviço de qualidade para a população. Falta essa visão do coletivo, não dá para pensar somente no seu recurso. Por exemplo, é um joga para lá, joga para cá: “Isso não é meu, isso é do outro, o outro que faça, o outro que se vire”, isso aí é muito comum. É muito comum. Por exemplo, dentro do Programa Bolsa Família tem as condicionalidades, e existe previsão, existe um recurso que vem e a assistência social não divide esse recurso, fica só para a assistência. Dentro da política do Bolsa Família, se a saúde precisa de balança para pesar o bebê, o recurso que está lá na assistência pode comprar a balança, sim. Aliás, deve, mas pergunta se vai. Não vai. “Não, a saúde tem dinheiro, tem mais dinheiro que a assistência”, então fica tudo para a assistência, sabe? E às vezes a saúde tem lá o seu orçamento, mas não é o suficiente para comprar a balança que está precisando, por exemplo. Por aí você vê. Então se eu não tiver a visão do coletivo, do todo, com vista a um atendimento de qualidade, garantir esse atendimento de qualidade para a população, eu acho que, isso, qualquer trabalho fica fadado ao fracasso, isso é motivo sim para enterrar. Se eu não tenho, dentro dessa intersectorialidade, se eu não participo, se eu não me disponho, ou se eu não disponho dos recursos que estão ali, sob a minha responsabilidade, para fazer com que isso aconteça eu prejudico o todo. Eu prejudico o todo.

Entrevistador: Tem assunto. Foram 1 hora e meia.

Entrevistado: Nem percebi.

Entrevistador: Que bom.

Entrevistado: De verdade. Não percebi que foi tudo isso.

Entrevistador: Foi ótimo. Eu estou adorando.

Entrevistado: Foi agradável.

Entrevistador: É. A intersectorialidade é isso mesmo, eu acho que ela se tornou tão complexa, porque além de toda uma legislação, além da visão do gestor, eu também estou pensando na formação do nosso Estado, o nosso aparato estatal. No município, a gente reflete o aparato estatal lá de Brasília, não é? A gente já vem com esses

recursos, com essa fragmentação, toda já aí de herança. E eu penso, quem sabe seja uma possibilidade criar esses comitês que consigam agregar mais essas políticas.

Entrevistado: É. Assim, eu fico tão chateado, porque a gente vê o quanto que tem necessidade, e a questão é de governo, sabe? Se os governos não quiserem, as coisas não acontecem mesmo. Para onde que vai o recurso, o que eles priorizam, quais as ações que eles priorizam, fica difícil você compreender que em uma cidade como T., e outras iguais a ela, que ficam à mercê dessas questões. O político se sobrepõe ao técnico.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: São pessoas que não tem perfil, não tem competência técnica para o desempenho de algumas funções, e lá estão para fazer aquilo. Eu fiquei sabendo, hoje, que tem uma pessoa que nem formação tem, que está coordenando a proteção social básica. Gente, como é que é isso?

Entrevistador: Como é que não tem? Mas tem formação técnica em alguma área?

Entrevistado: Está se formando ainda.

Entrevistador: Então isso é grave. Isso é grave.

Entrevistado: Gravíssimo.

Entrevistador: Você coloca uma estagiária para coordenar uma área tão importante.

Entrevistado: É. Eu preciso até ver no código de ética como é que fica isso, porque carece de denúncia.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Sabe? Porque tem que acabar com isso, as pessoas ficam brincando de serem assistentes sociais, de fazer política de assistência social. Para com isso.

Entrevistador: Eu tenho, lá no município, uma conselheira tutelar que foi afastada. Não sei nem se ela foi exonerada, mas ela está com um processo. Porque, sabe aquela coisa doida? Levou a criança para casa. O abrigo está aí para que? Ela, não, achou que a criança estava passando maus tratos, levou a criança para casa dela, ficou cuidando da criança uns quatro dias. Sabe aquelas coisas? Mas, querida, você não é



aquela pessoa que tem que zelar para que essa criança só fique em companhia de quem judicialmente lhe tem a guarda. Como é que você pega uma criança? E você é conselheira tutelar, você tinha que pegar essa criança e procurar a família extensa ou abrigo. Enfim, ela foi afastada.

Entrevistado: Ela tem que lembrar que o conselheiro tutelar não executa à medida que ele aplica. Então, nada mais, nada menos, ela aplicou, ela executou à medida que deveria ser cumprida por outro.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Pelo serviço certo, não é? Pelo serviço específico.

Entrevistadora: Então eu fico pensando: “Poxa, esse espaço da assistência social, que é um espaço tão importante, que é um espaço preventivo, de que forma ele está sendo utilizado? E será que ele não podia ser utilizado nesse olhar de uma educação integral?”.

Entrevistado: Eu estou aguardando, eu vou dar uma capacitação para o pessoal do abrigo lá de V., e eu não sei se você sabe, eu fiquei responsável pela implantação do abrigo em T. Quando eu era presidente do CMDCA, a gente representou o Ministério Público, a situação lá do A., e aí fechou, e veio a determinação para que o município encampasse o serviço, e eu que fui o coordenador por sete meses. Então a gente montou a casa em bem menos de um mês, entre alugar, mobiliar, fazer todo esse trabalho. Não foi fácil. Agora, o que a gente vê, V., tem gente que está lá há dez anos e nunca teve uma capacitação. Nunca. As pessoas fizeram concurso, nunca tinham trabalhado na função, e estão lá. Então o que falta realmente? É esse olhar, sabe? O olhar do gestor para aquilo, para oferecer um serviço de qualidade, então precisa-se ter. Agora, aí o que você pega? Como gestora da assistência social, é a mulher do prefeito.

Entrevistador: Geralmente.

Entrevistado: Primeiro damismo, ele acaba com isso, falta um referencial técnico, uma orientação. Não tem nem uma assessoria técnica para dizer o que precisa ser feito. Então é o que muitos serviços acabam sofrendo, essa falta de capacitação. Lá em T., o que a gente tinha era muito disso também. É entender a criança institucionalizada,

adolescente institucionalizado, que não é fácil, tem uma necessidade constante de capacitação para entender esse serviço. E as pessoas vão com referência do que? Do filho que eu tenho, ou do sobrinho, não é a mesma coisa. Não é. Por mais que se queira tratar igual, não é igual.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Não é igual.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Mas, assim, dá para fazer um trabalho nesse sentido? Dá. Dá para fazer. Agora, por um outro lado, o que existe? Eu vou resgatar até uma discussão que eu tive, eu não sei, foi um professor que veio não sei de qual país, eu acho que eu te falei pelo pessoal da USP, que ia fazer o atendimento dos adolescentes do abrigo, e eu fui conversar com o pessoal, e esse professor que veio dar um seminário na USP, ele quis participar da reunião. E a gente fez uma discussão bem legal, ele fez um discurso lá, e eu falei: “Eu discordo do posicionamento do senhor”, todos os estudantes de mestrado da USP estavam fazendo atendimento, e a discussão foi da identificação. A gente estava falando da identificação do abrigo, do veículo que leva a criança para a escola: “Na porta da sua casa está escrito alguma coisa?”, não, então é para tratar, não é para ser igual em casa, então como é que é uma casa? Como que uma casa funciona? E aquilo, no abrigo pensa-se muito, dá comida, dá tudo de material, eles têm do bom e do melhor, coisa que muitos de classe média não tem. Não tem. Eu digo isso pelas coisas que eu vi lá. Mas o que falta? Falta muito essa compreensão, porque eu até hoje não compreendo, não compreendo. Como é que fica, o porquê desse comportamento? Principalmente a questão comportamental da criança e do adolescente que foi criado na instituição. Não é fácil.

Entrevistador: Não.

Entrevistado: Não é fácil. Aí agora você tem pessoas sem qualificação para lidar com isso, aí é pior ainda.

Entrevistador: Sim.

Entrevistado: Pior ainda. E aí desenvolver atividades pedagógicas, ou com esse cunho, precisam ser profissionais qualificados.

Entrevistador: Você acha que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é importante? Assim, eu sei que é, o discurso é importante, mas eu estou falando assim, você acha que a assistência realmente se importa? Porque o que eu vi no meu levantamento é que mais da metade desses serviços, no estado de São Paulo, já são de gestão indireta, que a

Entrevistado: Não, mesmo em T. já tinha o S., o B.

Entrevistador: É verdade, é verdade.

Entrevistado: São parceiros.

Entrevistador: Sim, sim.

Entrevistado: Agora, o que acontece? Se você pegar os eixos, as atividades, elas são de fato executadas conforme as orientações, e aí o que falta é uma supervisão, um monitoramento desses serviços. Agora, porque assim, qual é o objetivo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos? Ele é um serviço complementar ao PAIF. Se o PAIF não é feito, qual é o sentido do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos? É a ocupação do tempo fora do contraturno escolar? Então precisa se pensar qual que é o objetivo dentro da política de assistência social, e é isso que eu vejo. Qual é o CRAS que está realizando o PAIF em T.? O pessoal não sai. O pessoal não conhece o território. Os técnicos não conhecem o território. Eu fiz uma reunião, que eu fiquei um tempo na proteção social básica, em uma reunião de coordenadores eu vomitei um monte de coisas, sabe? Falei mesmo, nem o coordenador conhece o território. Como é que um CRAS, que é um equipamento que deveria ser a primeira referência dessa população, não conhece o território, não sabe o nome da rua do lado. Espera aí, gente. Não sabe quais são os recursos socioassistenciais que têm no território, que você pode fazer o encaminhamento do munícipe ali. Então fica difícil mesmo.

Entrevistador: Você falou tudo.

Entrevistado: Lembra do que eu falei? Tem muito profissional que precisa, sabe? Você está aqui para que? É assumir. Assumir o seu papel, a sua responsabilidade.

Entrevistadora: Duas coisas, do território, e eu acho que você foi mais em uma raiz da questão. Não é só o serviço de convivência, é o PAIF, não é? Você já pegou mais em baixo.

Entrevistado: Sim.

Entrevistador: Querido, eu vou te liberar, para você não ficar traumatizado.

Entrevistado: Não, fica tranquila.

Entrevistador: Eu vou pedir para você só passar o seu endereço, porque eu vou mandar para você um presente, que vai ser um diário, chamado Diário de Itinerância. Você vai ficar 45 dias com ele, e a proposta é que você escreva um pouquinho nele, sobre os seus sentidos dessa intersectorialidade, que você escreva, que você faça uma poesia, um desenho, coloque uma fotografia. A ideia é que seja algo muito livre, muito tranquilo, porque você vai perceber que depois da nossa conversa de hoje, ela vai suscitar outras reflexões em você. A ideia pelo menos é essa, que você fique incomodado, e esse diário é para que você redija algo sobre isso, utilizando a arte. Na primeira página do diário vai ter mais ou menos essa orientação, que eu te falei agora, de como ele será usado e para que ele será usado. Aí eu vou fazer o seguinte, nesses 45 dias eu vou mandar duas vezes, uma em um dia qualquer, surpresa, você não precisa ver na hora, nada. E uma, duas. Que são o que? Provocações. Eu agora vou absorver um pouco da sua história de vida. E vou mandar para você, via WhatsApp, pode ser uma poesia, pode ser uma fotografia, um vídeo, para te provocar mais, para te sensibilizar mais para escrever sobre essa intersectorialidade. Entendeu?

Entrevistado: Ok. Entendi.

Entrevistador: Mas eu adorei, foi ótimo. Esse grupo é fantástico. Quem sabe depois, se vocês concordarem, eu posso apresentar, entre vocês, as apresentações um dos outros.

Entrevistador: Beleza. Thiago, meu muito obrigado por dividir sua história.

Entrevistado: Está certo.

Entrevistador: Bom descanso. Quer falar mais alguma coisa?

Entrevistado: Não. Estou bem. Gostei.

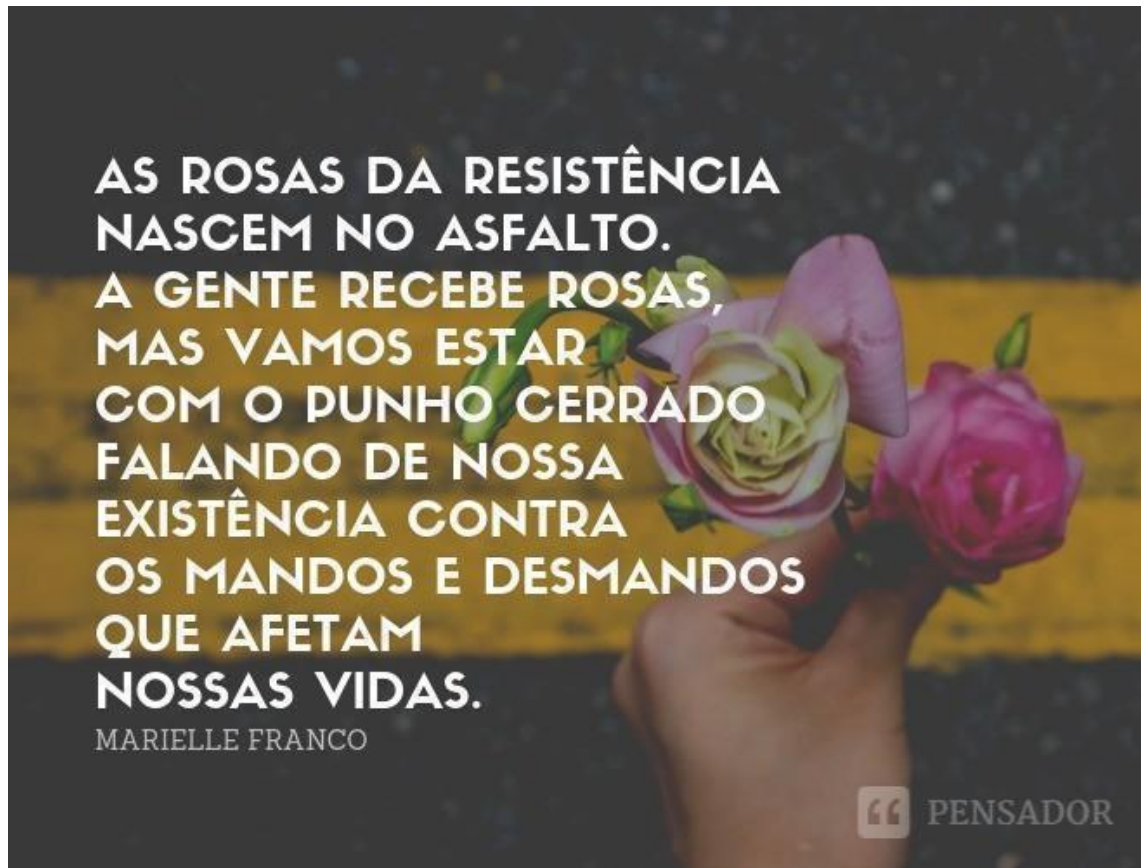
Entrevistador: Que bom. Bom descanso, e aguarde meu presente, está bom?

Entrevistado: Está bom. Até.

Entrevistador: Até. Tchau, tchau.

Entrevistado: Boa noite.

**APÊNDICE E – Roteiro para construção do diário de itinerância e recurso de sensibilização**



**Dentre as formas propostas para construção de um diário de itinerância como, relato, poemas, cartas, desenhos, fotos, músicas, contos, entre outras manifestações artísticas, peço que escolha uma ou mais. Então, peço que se expresse, por meio da obra construída, sobre o sentido da rede intersetorial da Assistência Social com a Educação Integral. Qual é o sentido para você?**

Figura 4 - VOZES EM COLETIVO

“Fiquei chocada quando vi aquela mulher em cima da cama naquelas condições. Já estava crescendo grama, fungo, mofo na cama. Isto passou despercebido pelos três Poderes. Foi uma cena muito forte”.

Ivonete

“Considero importante ter sido convidados para realizar a capacitação e formação de pessoas que atuam no SUAS. Este convite parte do reconhecimento da minha experiência profissional. É interessante constatar que essa experiência tem contribuído nos lugares aonde tenho trabalhado. Por vezes não nos damos conta da bagagem que adquirimos.”

Thiago

“Um momento marcante foi quando transformamos um prédio abandonado de uma antiga escola em um espaço de convivência. Não tínhamos verba para reformar. Então reunimos os monitores como voluntários, pais de alunos e alunos. Lavamos, pintamos, cortamos grama e montamos um espaço incrível. Três vezes por semana pegávamos uma turma de uma escola e uma turma de outra escola para que juntos ali convivessem e discutissem Sustentabilidade, Arte, Ecologia e, ainda faziam oficinas. Eles tinham um grande senso de responsabilidade para com o espaço. Uma turma começava a oficina do plantio da alface e a outra turma continuava. Hoje esse espaço foi politicamente encaminhado para Secretaria do Meio Ambiente, mas para mim tudo bem porque quem frequenta são nossos alunos.” Fernando

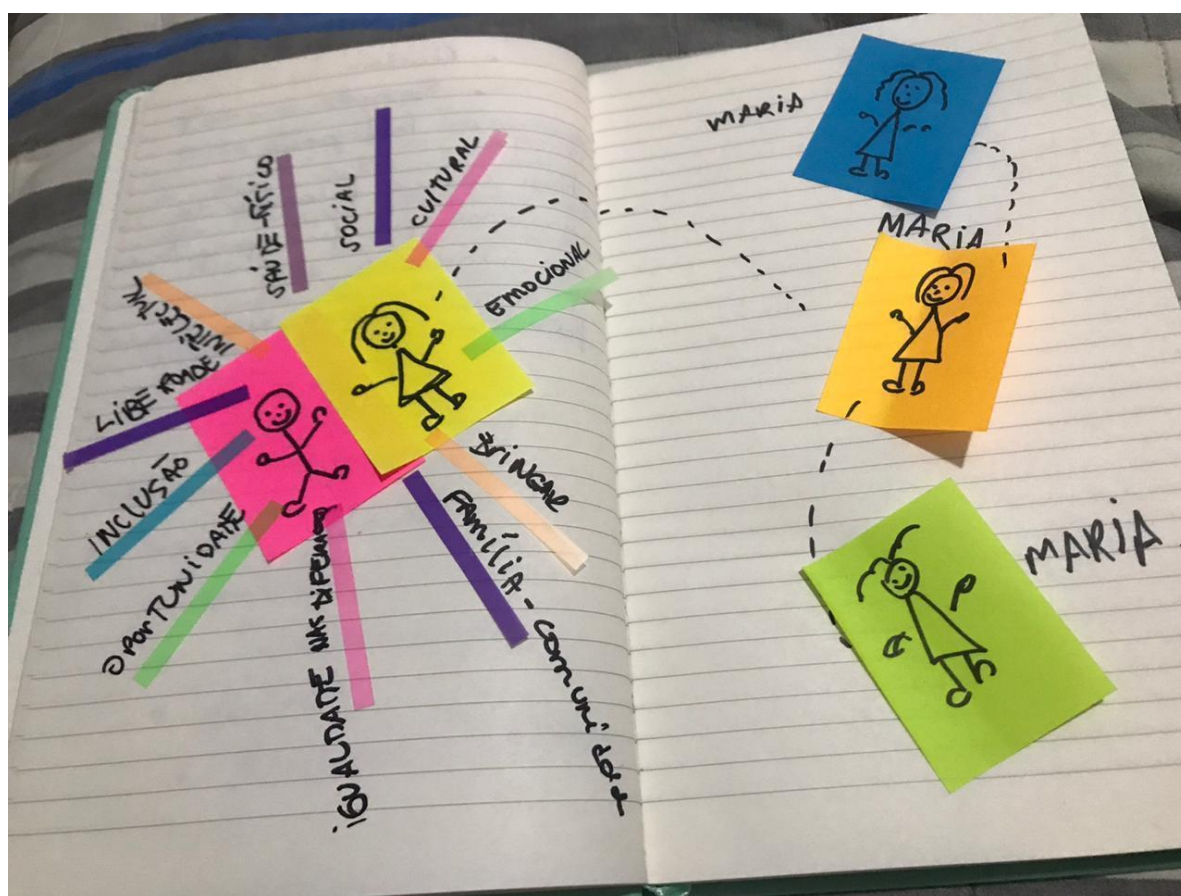
“O que me marca nesta minha atuação no campo das Políticas Sociais é o ciclo de repetição das famílias pobres. Bisavó escravizada, avó pobre violentada, mãe preta analfabeta, filha trabalhadora autônoma. Neste caminho perverso do ciclo da pobreza intergeracional, rasga a carne, a violência, o racismo, a opressão, a ausência de acesso digno aos direitos sociais e os conchavos políticos. A história do Brasil colônia deixou um rastro de desigualdade social. Mesmo assim, não desanimo porque a luta por um Estado de direitos é processual e já está em andamento.”

Vanessa

“Nestes 10 anos, às vezes eu brinco dizendo: ‘esse aí foi mordido pelo bichinho da Educação Integral’. É quando você vê que a pessoa virou a chave, então é igual ser alfabetizado ou andar de bicicleta. Você não volta atrás. Vi casos muito interessantes de professores que quando entenderam a dimensão e importância do território para dar aula, em outras palavras, quando entenderam que para ser professor precisa entender o território, viraram outro educador. Ele reposicionou a atuação dele como professor. E isso é muito bonito presenciar. Esse novo lugar do professor é algo que não tem retorno, não é fácil chegar, demora.” Petra

## APÊNDICE F – Diário de Itinerância do gestor da Educação Integral

### Parte 1 - Com base no recurso de sensibilização: vídeo vida Maria



“Eu já tinha assistido a esse filme outras vezes inclusive ele foi usado por mim em algumas formações para uma reflexão sobre a seguinte questão: se a gente não conseguir garantir oportunidades, o quanto um modelo de vida baseado no patriarcado, baseado na desigualdade social, baseado numa perspectiva medíocre de vida, pode se reproduzir. Então, acho que a sua provocação com relação à importância da gente olhar para a criança considerando que cada setor que é responsável pela vida dela em sociedade, precisa ter uma proposta de melhores oportunidades. E, se essas propostas estiverem interligadas e, que cada setor possa dar as mãos para tentar garantir e fazer com que essas oportunidades cheguem nessas crianças, melhor será a perspectiva de vida dela e um futuro diferente para sua vida. Acho que esse filme retrata isso, e eu queria deixar esse meu depoimento para você. Se a gente olhar para as nossas crianças da escola pública principalmente, a gente ainda vê muitas Marias com realidades parecidas [a do filme] e isso precisa ser mudado” (Fernando).



Parte 2 – Com base nos recursos de sensibilização o entrevistado produziu o poema:

### Quantas vozes?

Quantas vozes precisam ecoar para o mundo acordar?

As vozes do Fernando gritando o quanto foi impactante e necessário pensar que criança da escola pública precisa de outras mãos para terem seus direitos garantidos.

As vozes da Vanessa gritando a história de famílias pobres, de violência, racismo e desigualdades.

As vozes da Maria, das Marias e das filhas das Marias, que também se chamam Marias e que seguem a história de vida marcada pelo patriarcado.

As vozes dos pretos que gritam há muitos anos e agora estão gritando, e seus gritos ecoando ainda à custa de mais violências.

As vozes “das”, “dos” e “des” que gritam pelo direito de serem quem são, de viverem com quem querem e não serem excluídas por isso.

As vozes de estudantes que tiveram que vivenciar uma pandemia para que percebessem o que acontecia em suas casas e famílias, que não era e nem é igual.

As vozes dos professores que gritam por valorização há tantos anos e agora, ainda que trabalhando mais e mais, não são valorizados como devem #respeita #força.

As vozes da Educação brasileira que grita por socorro, apoio e forças para garantir que as vozes de nossas crianças e jovens sejam ouvidas.

As vozes da rede de apoio, apoio de outras forças de construção, cuidado e responsabilidade coletiva.

Por fim, e nunca o fim, as vozes intersetoriais que interpelam, que intercalam, interferem, intervém, inter, inter e intra...

Muitas e todas as vozes precisam ecoar para o mundo entender que é preciso cuidar... Cuidar de si, do outro e do mundo que nos cerca.

Fernando.

## APÊNDICE G – Termo de Livre Conhecimento Esclarecido



# LIEPPE

Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos realizando uma pesquisa intitulada: **Psicologia e Intersetorialidade nas Políticas Sociais: diálogos da Assistência Social com a Educação Integral**, desenvolvida por Vanessa Cristina da Silva Malpighi, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, do Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo; sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Marilene Proença Rebello de Souza, docente deste Programa.

Nesta pesquisa, a intersetorialidade das Políticas Sociais é o objeto de estudos; nesta direção, o objetivo é analisar a dimensão da intersetorialidade presente na Política de Assistência Social com a Educação Integral. O foco desta pesquisa está na articulação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – Política da Assistência Social – com os Programas Mais Educação (PME) e Novo Mais Educação (PNME) – Política da Educação.

Para tanto, gostaríamos de solicitar sua participação na qualidade de entrevistado(a). Os procedimentos empregados neste trabalho, para a obtenção das informações necessárias, serão: a) levantamento dos documentos oficiais da Política de Assistência Social e da Educação Integral; b) análise dos Planos Municipais de Assistência Social do Estado de São Paulo; c) mapeamento dos SCFV existentes no Estado de São Paulo; d) identificação dos SCFV do Estado de SP que apresentem articulação com o PME/PNME; e) entrevistas individuais com gestores da Política de Assistência Social e de Educação Integral; f) elaboração de um diário de itinerância pelos participantes da pesquisa.

Os dados serão coletados em um encontro, a ser realizado no local de sua escolha, em dias e horários de sua conveniência. Esclarecemos que sua participação neste estudo é completamente voluntária e que você poderá interrompê-la a qualquer momento, sem nenhuma penalidade. A entrevista será gravada e revisada pela entrevistada(o), se considerar conveniente. Esclarecemos que o conteúdo registrado no gravador será utilizado unicamente para os fins da presente pesquisa e será

mantido sob sigilo, sendo resguardada sua identidade e da instituição a que está vinculado. Ressaltamos, ainda, que sua participação não envolverá qualquer tipo de despesa. Desde já, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários durante o transcorrer da pesquisa pelos seguintes contatos:

- a) [mprdsouza@usp.br](mailto:mprdsouza@usp.br) (11) 9.9635-5072
- b) [vanacris@usp.br](mailto:vanacris@usp.br) (11) 9.75260233

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), para esclarecimentos com relação às dúvidas éticas do projeto: Rua Arlindo Béttio, 1000 - Vila Guaraciaba, São Paulo – SP. Localização: Prédio 1 | Sala T14. Responsável: Luís Fernando Simões Moraes. Telefone: (11) 3091-1046. Email CEP: [cep-each@usp.br](mailto:cep-each@usp.br)

Baseada na definição de risco e benefício da resolução do CONPE 466/12, tem-se como possíveis benefícios da pesquisa em decorrência de sua participação: a construção de indicadores sobre a articulação das redes de proteção social e os possíveis formatos da intersectorialidade política na atualidade. Quanto aos riscos e incômodos, ainda que mínimos nesta pesquisa, cita-se: a possibilidade do participante sentir-se levemente constrangido ou envergonhado na medida de sua compreensão e singularidade. **Caso esteja suficientemente esclarecido(a) e disposto(a) a participar desta pesquisa, pedimos que, por gentileza, assine em duas vias deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devendo cada parte ficar de posse de uma via.**

Agradecemos, desde já, sua preciosa colaboração e atenção.

Atenciosamente,

Marilene Proença Rebello de Souza.

Vanessa Cristina da Silva Malpighi

Orientadora

Doutoranda

Declaro, após ter lido os esclarecimentos acima explicitados, concordar em participar da pesquisa intitulada: **Psicologia e Intersectorialidade nas Políticas Sociais: diálogos da Assistência Social com a Educação Integral.**

**Nome:**

---

**Assinatura:**

---